UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

ESTADO E IGREJA CATÓLICA

***O movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP
(1954-1974)***

Admar Mendes de Souza

São Paulo

- 2009 -

Admar Mendes de Souza

ESTADO E IGREJA CATÓLICA

***O movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP
(1954-1974)***

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Historia Social, do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
Doutor em História Social**

Área: História Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida de Aquino

São Paulo, 2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Admar Mendes de Souza

ESTADO E IGREJA CATÓLICA

***O movimento social do cristianismo de libertação
sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)***

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Historia Social, do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
Doutor em História Social**

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profª. Drª. Maria Aparecida de Aquino (Orientadora)

Profª. Drª. Sara Albieri

Prof. Dr. Antônio Rago Filho

Prof. Dr. José Oscar Beozzo

Prof. Dr. Luiz Eugênio Vécio

Agradecimentos

À minha orientadora, professora doutora Maria Aparecida de Aquino, que me recebeu e me apoiou com compreensão durante todo esse percurso.

À FAPESP, pelo financiamento e apoio técnico concedidos.

Aos professores Luiz Eugênio Vécio e Vítor Biasoli, pelas conversas, apoio e confiança, sem os quais não teria chegado até esse momento.

À professora Sara Albieri, aos professores Antônio Rago Filho e José Oscar Beozzo, que gentilmente aceitaram contribuir com este trabalho.

À Adélia Bezerra de Meneses, amiga e professora, que muito ajudou com suas sugestões.

Aos amigos Jeferson de Oliveira, João Basso, Michela Dicandia, Pedro Bolle, Jô e Alex Sperandio, Thomaz Jensen, João Pedro e Lucas que dividiram comigo as emoções e as agruras desse momento.

Aos meus companheiros de doutoramento, Wilma Antunes, Letícia Nunes de Moraes, Mariana Joffily, Walter Swenson, Marco Aurélio Vannuchi Leme de Mattos, Dharana Pérola Ricardo Sestini e Carla Reis Longhi pelas conversas e experiências trocadas.

Aos amigos do GT - Las Casas, com quem construí uma nova família.

Ao Ademir, Raúl, Paulão e Silvio, meus livreiros amigos.

Ao pessoal do Arquivo Público do Estado de São Paulo que sempre foi muito atencioso.

Aos amigos Ronald Gausmann, Luiz Fernando Pigatto Gerber, Simone Azevedo e Humberto Cesar, pela amizade que sempre me deu força.

Ao Rubens, à Ana e ao Rubinho, amigos nas viagens da vida.

Ao Bob e à Norma Billingsley, exemplos de companheirismo e perseverança.

Às mães que conquistei e que me acompanharam nessa nova empreitada, Celina (*in memoriam*), Vanda e Vera Menezes, Lourdes Alves e Maria Gausmann.

Aos meus tios, que com simplicidade sempre demonstraram interesse sincero por essa realização.

Às famílias Lacreta e Saraiva, que me acolheram com atenção e carinho.

À Camila, namorada amiga e companheira, cúmplice em toda essa caminhada.

À minha mãe, sempre confiante e apoiando.

E a Deus, por ter me dado força para seguir caminhando.

Nós não somos pela revolução; nós somos a revolução*.

---

* Título do II Congresso da Juventude Trabalhadora de São Paulo / JOC, 1963.

Resumo

A longa presença da Igreja Católica no Brasil foi marcada pelo permanente contato com as instâncias de poder do Estado. Lado a lado ou em campos opostos, mas sempre na condição de forças que se influenciaram mutuamente, essa relação encerra parte importante da história nacional. Tendo isso como pano de fundo, por meio da documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo sobre o setor social católico, esta pesquisa buscou apreender elementos políticos e religiosos que teriam causado atritos entre Estado/Igreja no período de 1954 a 1974. Partiu-se da concepção de que os discursos e as práticas de uma parte do catolicismo nacional em busca de uma reformulação econômica da sociedade, então fundamentada na lógica capitalista, seriam uma das causas dessas contradições.

Palavras-chave: polícia política, repressão política, ação católica, justiça social cristã

Abstract

The long standing presence of the Catholic Church in Brazil was characterized by the permanent contact with the instances of the power of the state. Side by side or in opposite fields, but always in the conditions of forces that influenced each other, this relationship ends the important part of the national history. Having this like a background, via the documentation produced by the Department of Political and Social order of the State of Sao Paulo considering the catholic social sector, this research attempted to learn the political and religious elements that could have caused conflicts between the State/Church between 1954 to 1974. The discourses and the practices of one part of the national Catholicism in search of an economic reformulation of society, based on the capitalist logic, was seen as one of the reasons for these contradictions.

Key words: Political Police, political repression, catholic action, christian social justice.

Sumário

Introdução	8
Primeiro Capítulo – Tempos de mudança.....	39
I. Igreja Católica e Estado.....	39
II. O Departamento de Ordem Política e Social.....	50
1. Criação e função	51
2. O acervo documental	58
3. A série dossiês	59
III. A documentação analisada: perspectivas adotadas	64
1. Estado e catolicismo em conflito.....	68
2. Uma dimensão do setor social religioso	68
3. As pastas dossiês G: composição documental	76
4. As comunidades religiosas nas pastas dossiês G	81
Segundo Capítulo – O anticomunismo como fator de união	100
I. Estado e Igreja Católica: o quadro político e social entre 1954 e 1963.....	101
II. Sobre a atuação policial do DOPS/SP	105
1. A composição documental.....	109
III. Dossiês: a atuação do catolicismo nacional	116
1. A política	117
2. O social.....	120
3. A política e o social	130
IV. O catolicismo nacional sob novas bases.....	154
1. A ação social cristã sob suspeita.....	160
V. Considerações.....	171
Terceiro Capítulo – O anticapitalismo como fator de tensão.....	179
I. Estado e Igreja Católica: o quadro político e social entre 1964 e 1974.....	179
1. O golpe militar: algumas perspectivas.....	188
2. Estado repressivo: a institucionalização do regime militar.....	193
II. A Igreja Católica na documentação do DOPS/SP: os números entre 1964/1974	195
1. Composição documental	204
III. Dossiês: a atuação do catolicismo nacional	217
1. DOPS: a relação entre católicos e operários sob suspeita.....	218
2. DOPS: a relação entre católicos e estudantes sob suspeita.....	274
3. DOPS: os discursos internos da repressão	298
3.1. A compreensão da polícia.....	299
3.2. Boletins Informativos do SNI.....	308
4. DOPS: os discursos internos da Igreja.....	313
4.1. A compreensão da Igreja Católica	313
4.2. Boletim Informativo Ecclesia	325
IV. Considerações	348
Considerações finais	356
Levantamento bibliográfico.....	364
Anexos.....	373

Introdução

A longa presença da Igreja Católica no Brasil, marcada por seu permanente contato com o Estado, conferiu ao catolicismo brasileiro grande autoridade na esfera social, cultural e política¹. Lado a lado ou em campos opostos, mas sempre na condição de forças que se influenciaram mutuamente, essa relação é parte importante da história nacional.

Com seus valores e interesses, a Igreja Católica influenciou na formação da sociedade brasileira, especialmente na sua esfera religiosa, política e cultural². Entretanto, essa presença nem sempre foi totalmente aceita pelos poderes políticos institucionais, o que, muitas vezes, resultou em desconfiança e embates entre essas duas esferas de poder³.

É nesse sentido que esta pesquisa buscou apreender as dimensões políticas e religiosas do entrelaço envolvendo Estado e Igreja Católica no intervalo de 1954 a 1974⁴. Por meio da análise da documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, buscou-se recuperar e problematizar a atuação de setores católicos dentro do contexto de intensa movimentação política e social de meados do século XX.

---

¹ A apreciação de Hoornaert expressa o sentido dessa presença: “A política cultural confiada à Igreja na América Latina possuía dois objetivos ‘realistas’. Em primeiro lugar, a Igreja tentaria erradicar as ‘idolatrias’ que aqui encontrara, considerando-as demoníacas. Mas não bastava: a estreita relação entre Igreja e Estado na obra da colonização fez com que ela, na realidade, recebesse outro encargo, o de preparar as populações para entrarem no projeto colonial como mão-de-obra. Era preciso, pois, dialogar com as culturas e transformá-las em ‘instrumentos do reino’!”; para essa e outras dimensões da presença católica: HOORNAERT, Eduardo. *História do cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 231.

² Para uma leitura acerca da influência da religião na vida cultural de uma sociedade: BLACKHAM, H.J. *A religião numa sociedade moderna*. Trad.: Rodolfo Konder; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p. 12. A proximidade com o Estado e suas conseqüências para a estruturação da Igreja no Brasil foram apreciadas por: ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

³ No século XIX, por exemplo, a busca de parte da hierarquia católica por uma maior independência da Igreja frente à presença e à intervenção secular culminou na chamada *Questão Religiosa*. Essa disputa levou o bispo de Olinda, D. Vital Maria de Oliveira, a interditar as Irmandades religiosas que tivessem membros que pertencessem à maçonaria, o que acarretou sua prisão, dando início a uma longa controvérsia entre as duas instituições. Sobre a disputa entre os dois poderes e as repercussões desse episódio, ver: AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo; Ática, 1978, pp. 141-144.

⁴ Estado entendido como um organismo social resultante das contradições de classe: “Desempenha, nessa medida, a função-limite de frustrar, mediante o exercício da força, a revolução social anticapitalista”; ver essa definição em: SAES, Décio. *República do capital*. Capitalismo e processo políticos no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001; p. 49.

No delineamento dessa relação conflituosa, buscou-se também identificar os procedimentos repressivos da polícia política paulista e os fatores ideológicos que os embasaram, entendidos como reflexo dos interesses do setor social dominante na estrutura do Estado.

Durante a pesquisa de mestrado, estudando essa documentação, foi possível perceber contradições entre as posturas defendidas por setores católicos frente ao Estado. O trabalho analisou particularmente as posições e as práticas de frades dominicanos na cidade de São Paulo, antes e durante o regime militar. Ampliando a fonte de pesquisa, este novo trabalho buscou aprofundar a reflexão em torno dessas contradições então pressentidas entre catolicismo e política no Brasil⁵.

O corte cronológico foi estabelecido em função de fatores que, dentro e fora da instituição, impulsionaram uma maior inserção nas discussões políticas e sociais de membros da Igreja Católica. Isso, de certa forma, permite pensar numa divisa entre uma menor e uma maior vigilância policial sobre esse setor social religioso.

Em 1954, chegava ao fim o segundo governo Vargas. Sucedeu-lhe um conturbado período político, só encerrado com a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956. Eram tempos de grandes mudanças na economia e no cenário político.

Iniciado no período anterior, este foi um momento de intensificação da industrialização, que elevou a um novo patamar o processo de desenvolvimento do capitalismo no país⁶. A rápida urbanização e a expansão da classe média e operária nacional foram algumas de suas conseqüências. Por outro lado, momento também de aumento da concentração de renda e aumento da pobreza⁷.

Neste contexto, setores da Igreja começaram a questionar e a combater a estrutura política e social do país, entendida como geradora de injustiças. Com o tempo, inspirados nas diretrizes emanadas do papado de João XXIII e do Concílio

---

⁵SOUZA, Admar Mendes de. *Frades Dominicanos de Perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil*. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, 2003, (Dissertação de mestrado).

⁶SODRÉ, Nelson Werneck. *Brasil: radiografia de um modelo*. Petrópolis: Vozes, 1974.

⁷ Sobre o governo Kubitschek e os momentos o que antecederam: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. Paz e Terra, 2 a. edição, Rio Janeiro: 1976.

Vaticano II, essa postura crítica levou a que se questionasse também o próprio papel da Igreja na manutenção e na superação de tal realidade⁸.

Mudanças significativas ocorridas na sociedade brasileira forneceram os parâmetros para que fosse encerrada a pesquisa no ano de 1974.

Após longos anos de dura repressão e censura, tinha início no país, sob o comando do general Ernesto Geisel, uma política de distensão política, que rumava para a democracia. Com o início da recessão mundial de 1975, chegava ao fim também o chamado milagre econômico, dando início a um forte desequilíbrio econômico interno.

Tudo isso levou a um crescente descontentamento na sociedade civil, que se organizava e reivindicava a volta do Estado de direito, com liberdades civis e políticas e justiça social.

O maior sinal de descontentamento veio com a vitória eleitoral no legislativo e no executivo municipal e federal dos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro, MDB, sobre os candidatos da situação nas eleições de 1974⁹.

Entre as organizações da sociedade civil que faziam oposição ao governo, destaque para Igreja Católica. Nela, religiosos como D. Paulo Evaristo Arns, em São Paulo, e D. Ivo Lorscheiter e Aloísio Lorscheider, à frente da CNBB, conceberam um caráter institucional a uma prática política e socialmente ativa, que se opôs ao regime militar em nome também de uma realidade mais justa¹⁰.

Tinha-se iniciado um novo período na história nacional.

Para a compreensão daquilo que consiste na intenção fundamental desta tese, *Estado e Igreja Católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*, optou-se por fazer um recuo no debate histórico acerca das relações entre catolicismo e capitalismo. No texto abaixo foram destacados

---

⁸ Sobre esse processo, ver: MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

⁹ Sobre esse momento: GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁰ Sobre Igreja Católica nesse momento, ver: MORAIS, João Francisco Régis de. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982; sobre o momento político: GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

especialmente os pontos em que essa relação implicou no próprio contato entre Igreja e Estado.

Igreja Católica e Estado: o capitalismo como princípio de contradição

Do ponto de vista do debate teórico, uma das possibilidades para se entender as contradições surgidas entre setores católicos e o Estado é ter em conta os princípios cristãos que fundaram a longa tradição católica. Princípios que estipulam determinados valores, permeando o discurso e a prática de religiosos e leigos em meio à sociedade.

Historicamente, pode-se afirmar que esses princípios morais¹¹, calcados em valores espirituais e humanos, derivados da compreensão evangélica e das doutrinas teológicas, é que fundam e sustentam os valores e a mensagem católica em meio à sociedade humana¹². Ao mesmo tempo, por sua dimensão espiritual, que é apoiada, inicialmente, numa idéia, numa fé transcendental, a Igreja reclama certa independência frente à realidade social¹³.

Neste trabalho, a menção a esse último aspecto se faz apenas na medida em que é fator imprescindível para se entender a constituição e a atuação religiosa, política e social dos membros da Igreja Católica.

Diversas são as formas pelas quais a Igreja expressa suas orientações aos seus membros, religiosos ou leigos, e ao mundo. As encíclicas papais, emitidas ao longo dos séculos, constituem um de seus principais instrumentos de divulgação. Como *fala* oficial da instituição, apresentam a perspectiva do magistério católico sobre diversos temas que, abordados à luz dos evangelhos, sancionam e apontam caminhos de atuação.

---

¹¹ Gestada pelos padres da Igreja no decorrer da história cristã, essa moral, apoiada na concepção de que tudo faz parte de uma ordem divina, estabelecia uma escala de valores centrada valorização da fé, do amor, da caridade e da vida humana; cf.: CUVILLIER. *Manual de Filosofia*. Porto: Editora Educação Nacional, 1948. pp. 598-599.

¹² Na concepção católica, os fundamentos da Igreja estão na encarnação de Jesus Cristo e na mensagem que deixou. Por não pregar uma cosmovisão atemporal, o cristianismo é uma religião histórica, sendo que a Igreja – a instituição que conduz os homens à salvação prometida pelo Cristo – seria seu sinal visível; sobre o cristianismo, ver: ELIADE, Mircea. *Dicionário das religiões*. Trad: Ivone Castilho Benedetti. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp. 101-131.

¹³ O surgimento e a expansão da Igreja Católica podem ser conferidos em: SUFFERT, Georges. *Tu és Pedro: Santos, papas, profetas, mártires, guerreiros, bandidos. A história dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 15; para uma concepção popular da Igreja e seus princípios: BATTISTINI, Frei. *A Igreja do Deus Vivo. Coluna e Fundamento da Verdade*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. especialmente as páginas 84-106.

Nesse sentido, como tentativa de se entender os embates com o Estado, cabe aqui uma pequena referência à postura da Igreja frente às questões econômicas, políticas e sociais.

Os preceitos morais que marcam a tradição católica moldaram a ação de seus seguidores nas diferentes realidades históricas em que se inseriu¹⁴. Essa orientação institucional, a princípio, busca o equilíbrio entre seus desígnios espirituais e os interesses existentes nas relações humanas. Assim, como decorrência desse preceito, grande atenção foi dada à organização econômica da sociedade.

Na Idade Média, por exemplo, à época do surgimento da economia mercantil e da manufatura, da evolução da atividade econômica local para a regional, a Igreja Católica era autoridade moral, ideológica e detinha grande poder financeiro¹⁵. Como detentora da leitura e da escrita, a instituição era chamada a opinar e a estabelecer as regras morais no regime de trocas comerciais¹⁶.

O pensamento econômico, embora fragmentário, era na época a expressão de teólogos, padres e canonistas. Apoiados nas verdades cristãs, eles buscavam estabelecer o princípio da justiça comutativa, do justo preço, do justo salário. Por sua vez, o benefício individual era almejado sob o princípio aristotélico do equilíbrio, da moderação, dosando seu impulso em função do interesse comum e espiritual¹⁷.

Nesse momento merecia especial atenção a questão da propriedade, do lucro, do empréstimo a juros, a usura.

A legitimidade da propriedade privada se assentava na concepção da sua utilidade para a vida. Essa condição, para os pensadores católicos, era preferível por proporcionar maior estímulo e dedicação ao trabalho, próprio à dignidade humana. Além de atender

---

¹⁴ Essa percepção está aqui fundamentada nas obras de Michael Löwy, Max Weber, entre outros, e será apresentada à frente. Para uma leitura da concepção moral fundada na chamada lei natural ou lei eterna, derivada da concepção de que Deus é o criador de tudo e tudo devendo para Ele caminhar, de onde se subentende a conduta moral humana: JOLIVET, Régis. *Tratado de filosofia, IV: Moral*. Trad.: Gerardo Dantas Barreto; Rio de Janeiro: Agir, 1966. pp. 88-120.

¹⁵ PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. Trad. Lycurgo Gomes da Motta; São Paulo: Mestre Jou, 1966.

¹⁶ Sobre o papel das Cruzadas no nascimento comercial, ver: LINS, Ivan. *A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas*. 4ª. Ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970; e LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Coordenador da tradução Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 537.

¹⁷ Nicolau Oresmo, Santo Anselmo, São Tomás de Aquino, entre outros, foram responsáveis por muito do que se pensou em torno dessa harmonização. Para uma leitura desse período: HUGON, Paul. *Historia das Doutrinas Econômicas*. 7º Ed. São Paulo: Atlas, 1962. pp. 53-69. Sobre o papel ideológico desempenhado pela Igreja nesse período: WEYNE, Gastão Rúbio de Sá. *Igualdade e poder econômico*. São Paulo: Memória Jurídica, 2005. pp. 25-36.

às necessidades imediatas e individuais, a distribuição moderada da propriedade significava maior produção e era sentida como fator de ordem e de paz social. A esse direito já se associava a concepção da responsabilidade social – fortemente anunciada na história recente da Igreja¹⁸. A partir disso, cabia ao poder público, então representado pela figura do rei, regular o funcionamento da sociedade¹⁹.

Quanto à determinação do lucro nas relações comerciais, o *justo lucro*, que não fosse prejudicial às partes envolvidas, não era condenado. Contudo, o empréstimo a juros, a usura, do ponto de vista moral, era condenado formalmente, pois representava um ganho real a mais dentro da relação comercial, rompendo a condição de igualdade nas trocas²⁰.

Naquele momento, todas as relações humanas eram dimensionadas a partir dos valores espirituais estipulados pelo cristianismo católico. Daí decorria o apelo à consciência pessoal, que deveria levar a uma conduta moderada nas relações com as posses e com o trabalho. De certa forma, esse domínio que a moral católica tinha sobre a ordem vigente influenciou no desenvolvimento comercial de então²¹.

Essa perspectiva econômica embasada na leitura dos evangelhos, embora variando em função das circunstâncias históricas, em alguma medida, seguiu na tradição católica.

É o que mostra a *Suma dos Tratos e Contratos*, texto escrito por frei Tomás Mercado no auge do mercantilismo espanhol, no século XVI²². No início da era

---

¹⁸ “A medida exata para a delimitação da propriedade legítima não foi fixada. Nem seria mesmo possível fazê-lo. O pensamento medieval admite o direito de propriedade quando contido dentro de dois limites extremos, necessariamente pouco precisos: um – o máximo – que vai até onde o interesse social começa a ser lesado; e outro – o mínimo – que começa onde surge uma ameaça para o rendimento econômico. As restrições impostas e as medidas de controle adotadas visam manter o exercício do direito de propriedade dentro desses limites”; HUGON, Paul. *Historia das Doutrinas Econômicas*. p. 59.

¹⁹ LAJUGIE, Joseph. *As doutrinas econômicas*. Trad.: J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. pp. 14-15. Para alguns autores, a Igreja, juntamente com a monarquia, através da busca por ordem social, política e jurídica, assim como pela ordenação da força de trabalho e intelectual, entre outros fatores, contribuiu para o surgimento das trocas comerciais, levando-as a um novo estágio econômico; cf.: HUGON, Paul. *Historia das Doutrinas Econômicas*. pp. 53-69; ver também: DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Trad.: Affonso Blacheyre; 6ª. ed.; Rio de Janeiro: Zahar, 1977. pp. 49-108.

²⁰ Pirenne lembra que nem sempre os próprios mosteiros católicos respeitavam esses preceitos. Mas é certo que essa concepção regulou por longo tempo o mundo comercial; cf.: PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. p. 19-20.

²¹ Ver: HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Trad. W. Dutra, 13º ed.; Rio de Janeiro: Zahar, 1977. pp. 45-50.

²² Nesse sentido, Lima escreve: “Nos padres da Igreja, temos uma aprofundamento dos grandes temas do cristianismo e a reafirmação dos seus valores. (...) um ideal de justiça e igualdade nas relações entre os homens, e acima de tudo, de caridade; uma *defesa* constante dos diversos tipos de necessitados e dos

moderna, quando tudo passava a ser quantificado pelo tempo, pela balança e pela moeda, esse religioso escrevia reafirmando os valores espirituais sobre os materiais²³. Era a expressão ainda do *ethos* católico tentando regular a atividade comercial²⁴.

Como ressalta Luís Corrêa Lima, o desenvolvimento da economia não era encarado em si como negativo. Ao contrário, os mercadores e seus produtos eram vistos como personagens importantes na sociedade²⁵. A questão estava em como proceder respeitando a moral, contribuindo para o engrandecimento pessoal e social.

Para tanto, Tomás Mercado propunha regras para proceder nos negócios e na vida. No momento de estruturação do capitalismo comercial, o frade estava ainda marcado por uma visão comunitária da vida econômica, não capitalista²⁶. A teoria do valor, do custo e do preço traçada pela escolástica, que foi base para a economia clássica, embasava suas reflexões. Seu interesse não era o equilíbrio do sistema econômico, mas a justiça nas relações sociais e econômicas através de normas de equidade.

---

explorados e oprimidos pelo egoísmo de seus semelhantes; uma *crítica* vigorosa e implacável à avareza, às grandes acumulações de riqueza, ao luxo e à usura, e um chamado contínuo à *reforma* dos costumes sociais e comportamentos. A caridade, sobretudo para com os pobres e necessitados, tem fundamento teológico. (...) O direito de propriedade situa-se nesse horizonte”; cf.: LIMA, Luís Corrêa. *Teologia de Mercado*: uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos. Bauru: Edusc, 2001. p. 51.

²³ Nos séculos XVI-XVII, ligados à universidade de Salamanca, surgiu um grupo de economistas interessado em pensar a nova dinâmica da vida econômica. A Igreja, por meio de seus membros, criava manuais teórico-práticos para lidar com a economia que se articulava a partir dos descobrimentos ultramarinos e do sistema capitalista que se organizava. Tomás Mercado, frade dominicano, trabalhou com noções-chave do pensamento liberal que então se formava. A *Summa dos Tratos y Contratos* foi requisitada pelos mercadores de Sevilha para se orientarem em seus negócios. Entretanto, esse poder de influência da Igreja foi se perdendo quando o Estado se tornou laico e o pensamento liberal ganhou espaço. Conferir: LIMA, Luís Corrêa. op. cit. pp. 80-101.

²⁴ Algumas virtudes cristãs eram estimadas entre os mercadores, na vida pessoal e nas relações comerciais: a laboriosidade, o esforço pessoal, a bondade, a generosidade, a devoção, a prudência e a moderação no trato com o dinheiro, o compromisso com a palavra. E os teólogos as exaltavam como valores e como meios para se prosperar; cf.: LIMA, Luís Corrêa Lima. op. cit. pp. 40-42.

²⁵ O autor avalia que há contradições na leitura exclusiva feita por Max Weber acerca do vínculo entre o protestantismo e o capitalismo. Segundo Lima, a concepção católica ascética intra-mundo, que valorizava a moral, a frugalidade, o trabalho e combatia os vícios, também favoreceria o *ethos* capitalista – os ganhos lícitos e as virtudes espirituais se articulariam. Para essa discussão: cf.: LIMA, Luís Corrêa Lima. op. cit. pp. 243-285.

²⁶ “Os bens econômicos são destinados a todos os homens. Esta finalidade pode se realizar, ao menos teoricamente, mediante a propriedade comum ou mediante a propriedade privada. O ideal seria que os bens fossem possuídos em comum. A propriedade Privada, ainda que não seja intrinsecamente má, é uma instituição muito deficiente. Não é um direito incondicional e absoluto. Facilmente é causa de soberba, conflitos frequentes, usura e outras formas de opressão dos pobres. Pode ser legítima mediante o trabalho e impõe aos ricos numerosos deveres de justiça e caridade. A propriedade privada é simplesmente um *direito natural de fato*, aceitável em razão das condições da sociedade humana decaída pelo pecado original”; cf.: LIMA, Luís Corrêa Lima. op. cit. pp. 51-52.

Com o advento da era moderna e de uma maior autonomia humana, surgiu uma forma de pensar e de agir que se afastava dos preceitos católicos até então difundidos. A secularização emancipou o homem dos códigos religiosos, relegando a moral ao íntimo de cada um. No campo econômico, se afirmou a economia liberal. O individualismo e uma concepção material da vida passaram a regular o social²⁷.

Todavia, por seu lado, a Igreja seguiu, com encíclicas e textos produzidos por religiosos e leigos, a tendência de conceber o avanço econômico dentro de determinados limites morais. Henri Pirenne lembra que, diante da evolução comercial, os fundamentos cristãos levaram o catolicismo²⁸ a um conflito moral, que sempre o importunou.

Para dizer a verdade, o referido conflito existiu durante toda a Idade Média, e até fins desta, a Igreja continuou considerando os lucros comerciais como perigosos para a salvação da alma. Seu ideal ascético, que correspondia tão plenamente à civilização agrícola, conservou-a sempre desconfiada e receosa, em face de transformações sociais que, além disso, lhe era impossível evitar e às quais só por necessidade teve que se submeter, porém com nenhuma delas jamais se reconciliou francamente²⁹.

Como não podia deixar de ser, esse não-reconciliamento, ao se prolongar no tempo, ganhou novas expressões em função das circunstâncias surgidas com o desenvolvimento econômico.

Mais à frente, no final do século XVIII, o liberalismo econômico e a Revolução industrial prometiam maiores benefícios à vida humana com o aumento da produção material. As mudanças econômicas, porém, ampliaram distorções sociais, aumentando,

---

²⁷ O fim da influência escolástica sobre a moral, rumo a uma moral calcada nos sentimentos, na utilidade e no interesse, o que transformou a concepção econômica e social da vida humana, retirando-a da influência cristã, é um dos elementos para se entender o início da Era Moderna. Para essa compreensão e um estudo da influência de Adam Smith e da economia clássica neste período, ver: LIMA, Luís Corrêa Lima. op. cit. pp. 143-201; e ainda: HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Trad. W. Dutra, 13º ed.; Rio de Janeiro: Zahar, 1977. pp. 14-154.

²⁸ Catolicismo entendido como doutrina professada pelos cristãos da Igreja Latina romana e das Igrejas orientais que reconhecem o primado do papa, bispo de Roma. O catolicismo enquanto definição dos que professam a fé católica de extrato romano; cf.: REEBER, Michel. *Religião: termos, conceitos e idéias*. Trad.: Luiz Cavalcanti M. Guerra. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 67.

²⁹ PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. p. 33.

por um lado, a exploração do trabalho humano e, de outro, uma forte concentração da riqueza³⁰.

A difícil realidade vivida pelo operariado já no início do capitalismo industrial levou ao surgimento de movimentos que denunciavam a exploração da força de trabalho, combatiam as misérias geradas e buscavam organizar os trabalhadores³¹. Entre esses, alguns foram criados e conduzidos sob a inspiração da ética católica.

Neste sentido, em *Antes de Marx*, Fernando Bastos de Ávila mostra que a tradição cristã impôs uma reflexão crítica ao capitalismo e à sociedade que nascia da Revolução Industrial antes mesmo da análise proposta por pensadores revolucionários como Karl Marx e Friedrich Engels³². Bastos revela que, apelando à caridade, solicitando a solidariedade material e espiritual ou mesmo, de forma radical, condenando o sistema econômico e identificando no povo um novo protagonista social, muitos autores se vincularam a essa reação de inspiração cristã que se voltava para as questões sociais e a políticas do momento³³.

Um dos autores destacados na obra em questão é Luís de Bonald, do laicato católico francês. Ele interpretou o adensamento dos problemas sociais como um fator decorrente da revolução industrial e da ação humana. A indústria, em especial pela geração de mão-de-obra excedente, foi vista como responsável por um rastro de miséria que se espalhou pela França, especialmente na forma de duas gravíssimas chagas: a mendicância e as crianças abandonadas. Sobre isso, Bonald alertava aos seus contemporâneos que não seria “permitido esperar a cura, enquanto estivermos reduzidos

---

³⁰ Sobre a Revolução Industrial e suas consequências: Rioux, Jean-Pierre. *Revolução industrial 1780-1880*. São Paulo, Pioneira, 1975; DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*.

³¹ Sobre os trabalhadores e suas condições de trabalho: HOBSEBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Trad.: Maria T. L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. pp. 221-237; e: HOBSEBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho; novos estudos sobre história operária*. Trad.: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³² ÁVILA, Fernando Bastos de. *Antes de Marx*. As raízes do humanismo cristão: textos e comentários. Rio de Janeiro: PUC-Rio; ABL; São Paulo: Loyola, 2002. Na obra, para cada pensador católico destacado, o autor aponta os avanços e, ao mesmo tempo, os limites da crítica feita ao sistema capitalista.

³³ O século XIX produziu muitos movimentos e idéias antiliberais, seja em nome de direitos trabalhistas, ou mesmo movimentos operários de orientação marxista, buscando revolucionar a sociedade; cf.: SCHILLING, K. *História das idéias sociais*. Indivíduo – Comunidade – Sociedade. Trad.: Fausto Guimarães; Rio de Janeiro: Zahar, 1966. De grande volume também foram as expressões conservadoras, em especial no campo católico, em que o ideal medieval de cristandade era retomado. Entretanto, Michael Löwy observa que quando a Igreja começa a “fazer concessões mútuas à sociedade burguesa” é que, internamente, surge uma “esquerda católica”; cf.: LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 50.

apenas a atenuar-lhes os efeitos com paliativos e não procurarmos conhecer-lhes a causa e extirpar o mal pela raiz”³⁴.

Mas ainda não havia nesse autor a compreensão do capitalismo como novo modelo estrutural gerador dos desequilíbrios sócio-econômicos. E as soluções propostas visam uma volta ao passado pré-industrial. Sobre esse momento do pensamento católico, Ávila observa:

Em todo caso, é evidente através de Bonald, que o pensamento católico, no seu primeiro encontro com a questão social, se orienta para uma linha reformista, não-revolucionária. Essa orientação marcará profundamente a evolução do pensamento da Igreja e lhe valeu a acusação de ser irremediavelmente conservadora. Talvez encontremos uma explicação dessa atitude, no próprio instinto maternal da Igreja. Como toda mãe, ela sabe quanto é custoso criar. Por isso, lhe repugna sempre a idéia de destruir tudo, para criar tudo de novo. Prefere sempre tentar primeiro corrigir e só se resigna a aceitar as medidas revolucionárias, quando todas as esperanças nas medidas reformistas foram irreparavelmente perdidas³⁵.

Nesse sentido, avaliando a obra de Felicite-Robert de La Mennais, Ávila registra que este percebeu muitas vezes o cristianismo se comprometendo com “estruturas políticas superadas, que o obrigavam a recorrer às mais sinuosas manobras diplomáticas”. La Mennais teria avaliado também que a miséria tinha origem social, e não nos vícios morais; que a dignidade pela política liberal não era para todos; e que a fome colocava o proletariado na dependência do capitalismo³⁶.

Já Philippe Olympe Gerbet, sacerdote francês, afirmava que o cristianismo era libertador, que não era compatível com nenhuma forma de subjugação, já que Cristo teria vindo para libertar. Do ponto de vista social, afirmava que as liberdades civil e política andariam juntas. E, ante uma comunidade que buscava romper seus grilhões, ainda no XIX, Gerbet conclamava a vanguarda cristã na condução do processo³⁷.

---

³⁴ BONALD, Luís. *A Revolução Industrial e a miséria (1815-1828)*. cf: ÁVILA, Fernando Bastos de. *Antes de Marx*. As raízes do humanismo cristão: textos e comentários. pp. 36-49.

³⁵ ÁVILA, Fernando Bastos. op. cit. p. 48.

³⁶ A reflexão sobre La Mennais está em: ÁVILA, Fernando Bastos. op. cit. pp. 53-75.

³⁷ Gerbet, observa Ávila, antecipava já a humanização da economia como proporia no século XX o padre Lebreton através de seu movimento “Economia e Humanismo”; cf.: ÁVILA, Fernando Bastos. op. cit. pp. 77-89.

Aos poucos, a partir da percepção dos problemas sociais, da proposta de reforma da sociedade até a conscientização de que o sistema que se formava almejava apenas a produção e o lucro, não a sua distribuição aos homens, o pensamento católico evoluiu até uma crítica direta ao capitalismo. Autores como Jean-Baptiste-Henri Lacordaire perceberam que não era suficiente a reforma, mas que era imperativo revolucionar, pois toda a sociedade já estava degradada³⁸.

Cabe ressaltar que alguns pensadores chegaram a defender a observância dos valores e das práticas cristãs mesmo que estas fossem contestadas pelas leis ou pelas autoridades civis. Era uma clara atitude de resistência ao mundo que se formava. Tal foi o que ocorreu em 1848, quando, refletindo sobre uma pequena controvérsia entre a Conferência de São Vicente de Paulo e o prefeito da cidade de Nancy, na França, que buscava regular as atividades caritativas³⁹ de tal entidade, o jornalista católico Luiz Veuillot mostrou que a ação da força pública tinha seus limites, particularmente se fossem contrárias aos princípios evangélicos.

Nós, cristãos, somos muito dóceis à autoridade de nossos superiores, muito submissos às leis de nosso país. É nosso dever e nossa vontade. Mas não se trata de uma submissão sem condições e a primeira delas é precisamente esta que nem a autoridade dos superiores, nem as leis do país se oponham às leis e à autoridade de Deus⁴⁰.

O episódio, observa Ávila, era representativo dos embates da complicada relação entre a Igreja e a mentalidade laica que tomava corpo na sociedade civil, especialmente na estrutura dos Estados nacionais. Só com o tempo e a reflexão é que se estabeleceria a distinção entre o campo de atuação desses dois poderes na questão social.

Da mesma forma, essas diferentes manifestações de denúncia, crítica e resistência ao sistema econômico capitalista estiveram presentes também em movimentos e documentos oficiais da Igreja. As encíclicas papais, como expressões da hierarquia

---

³⁸ Lacordaire, no texto destacado por Ávila, faz forte crítica aos sistemas coletivistas, nos quais haveria um risco da concentração do poder e da propriedade na mão de uma burocracia anônima e onipotente. cf.: ÁVILA, Fernando Bastos. op. cit. pp. 193-209.

³⁹ A caridade, segundo os preceitos evangélicos de amor ao próximo, concebe o pobre como objeto de atenção e dedicação. Nesse sentido, a pobreza sempre foi uma preocupação na história do catolicismo. Sobre o sentido da caridade na percepção cristã, ver: MOURoux, Jean. *Vocação cristã do homem*. Trad.: Frei José de Azevedo Mendonça, O.P. São Paulo: Flamboyant, 1961. pp. 199-228.

⁴⁰ A visão controvertida e mesmo o anacronismo do clericalismo de Veuillot, sua distinção entre beneficência e caridade, que seria um imperativo cristão, estão em: ÁVILA, Fernando Bastos. op. cit. pp. 227-243.

católica, passaram a abordar e a sancionar determinados procedimentos frente à questão social.

Ainda no século XIX, a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, com suas preocupações, críticas e diretrizes, expressou a postura da Igreja frente aos desafios que surgiam com a nova organização política, econômica e social. Com base nos princípios cristãos, buscando promover a justiça e a paz social, a carta estabelecia direitos e deveres de empregados e patrões, do coletivo e dos indivíduos para com o Estado e deste para com aqueles⁴¹.

Essa encíclica dedicou especial atenção aos problemas da classe operária. Com ela o movimento católico, que buscava minimizar os desequilíbrios sociais e os riscos de uma desagregação da sociedade causados pelo capitalismo industrial, obteve um grande estímulo⁴². Suas orientações não se reportavam ao liberalismo ou ao socialismo⁴³.

Em si, esse pronunciamento identificava nas distorções do sistema capitalista a causa do excessivo individualismo e da procura pelo lucro, o que também estaria levando à indiferença social⁴⁴. Os princípios cristãos de justiça social eram contrapostos aos dogmas que sustentavam a economia liberal. Ao mesmo tempo, condenava a proposta socialista⁴⁵ por renunciar à personalidade humana em nome da coletividade e por sustentar a luta de classes⁴⁶. Embora reconhecesse que a questão social exigia múltiplas soluções, a Igreja negava a eficácia de qualquer tentativa fora de sua ação. Na sua percepção, a questão social seria insolúvel sem a “aceitação dos princípios do Evangelho”, sem a colaboração entre as classes em vista do bem comum⁴⁷.

---

⁴¹ Encíclica “*Rerum Novarum*” – Leão XIII – Sobre a condição dos operários. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1936.

⁴² LAJUGIE, Joseph. *As doutrinas econômicas*. Trad.: J. Guinsburg. São Paulo; Difusão Européia do Livro, 1964. p. 48.

⁴³ Uma apreciação detalhada dessa encíclica está em: FOYACA, Manuel. *As Encíclicas Sociais*. Rio de Janeiro: Agir, 1967. Para uma análise das manifestações de católicos e protestantes face ao capitalismo industrial, ver: HUGON, Paul. *Historia das Doutrinas Econômicas*. pp. 347-389.

⁴⁴ Conferir: *Questão Social*. As Encíclicas “*Rerum Novarum*” “*Quadragesimo Anno*” e “*Divini Redemptoris*” – Em perguntas e respostas por M. Vicent. Petrópolis: Vozes, 1938. p. 7.

⁴⁵ Sobre o socialismo, consultar: BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. Trad. Horácio de Melo. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁴⁶ A Igreja se opôs à concepção de luta de classes proposta pelo socialismo marxista por entendê-la contrária à fraternidade humana, o que seria reencontrado com a volta às crenças religiosas; uma leitura cristã acerca da luta de classes pode ser encontrada em: BERDIAEFF, Nicolas. *El Cristianismo y la lucha de clases*. Dignidad del Cristianismo e Indignidad de los cristianos. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1944.

⁴⁷ *Questão Social*. As Encíclicas “*Rerum Novarum*” “*Quadragesimo Anno*” e “*Divini Redemptoris*” – Em perguntas e respostas por M. Vicent.

Dessa forma, entendendo-se porta voz da mensagem evangélica, a Igreja reclamava autoridade no tema. Para combater as injustiças sociais, primeiro, empenhava sua doutrina e sua obra na luta contra os excessos do individualismo. Por outro lado, entendia que o Estado, sempre na medida do necessário e de acordo com as leis, deveria cuidar dos interesses públicos e particulares, promover a justiça reprimindo abusos, em especial os causados pela livre-concorrência e pela concentração da riqueza⁴⁸. Seu principal dever seria “cuidar igualmente de todas as classes de cidadãos, observando rigorosamente as leis da justiça chamada ‘distributiva’”⁴⁹.

Entretanto, tal como no passado, a encíclica de Leão XIII não condenava a propriedade privada, entendida ainda como de direito natural e ligada à dignidade humana. Associava, isto sim, esse direito à responsabilidade social⁵⁰. Preconizava o “salário justo” para o trabalho humano, que não deveria ser visto como simples mercadoria. Da mesma forma, propunha aos trabalhadores que se organizassem em associações e em cooperativas, de forma a conseguirem salários e condições justas de trabalho. Em outras palavras, a proposta católica visava o equilíbrio social por meio de uma ordenação coletiva justa e fraterna, pela harmonização dos interesses sociais e econômicos, com vistas a alcançar o bem comum.

Ao enfeixar as concepções sociais anteriores e projetá-las na nova sociedade, ultrapassando sua avaliação puramente religiosa, esse texto encerrou uma dimensão seminal na doutrinação social da Igreja Católica⁵¹. Os princípios essenciais da doutrina social católica foram reafirmados nas encíclicas que se seguiram.

---

⁴⁸ A Igreja reconhecia e solicitava a intervenção do Estado para que promovesse a justiça e garantisse os direitos naturais e sociais. Mas o fazia sempre ressaltando que essa atuação deveria ser limitada e dirigida, de maneira a não gerar novas distorções, com o Estado intervindo em atividades que não lhe dissesse respeito. Conferir essa discussão em: *Questão Social*. As Encíclicas “Rerum Novarum” “Quadragesimo Anno” e “Divini Redemptoris” – Em perguntas e respostas por M. Vicent. pp. 16-24. Cabe lembrar que o direito à vida e à dignidade individual ou familiar, concebido a partir da percepção do direito natural do homem, entendido como estabelecido por Deus, era visto pela Igreja como anterior ao estabelecimento e às próprias prerrogativas do Estado.

⁴⁹ GEORGE, Henry e Leão XIII. *A Doutrina Social da Igreja*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. p. 178. A primeira parte da obra dedica especial atenção à percepção da doutrina católica em relação ao trabalho e à propriedade privada, apontando os avanços e os limites dos ensinamentos doutrinários.

⁵⁰ “A oposição feita ao socialismo se caracterizava pela afirmação do direito de propriedade como um direito natural, base da organização social, que preexiste ao estabelecido pelo Estado. Ao pretender suprimir a propriedade privada, o socialismo nada mais faz – segundo próprias expressões da encíclica – que procurar a realização da ‘igualdade nas privações, na indigência e na miséria’”; cf.: HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. p. 351.

⁵¹ Leão XIII, a seu tempo, lidou com a secularização da sociedade e com a oposição dos Estados que se formavam. Sua política foi de reconciliação e renovação. Veja história dos papas e da Igreja em: SUFFERT, Georges. *Tu és Pedro*: Santos, papas, profetas, mártires, guerreiros, bandidos. A história dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

A *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, de maio de 1931, por exemplo, retomava e adaptava seus ensinamentos às circunstâncias presentes na primeira metade do século XX⁵². Era recobrada a autoridade da Igreja frente à questão econômico-social.

A concorrência sem limites e a conseqüente negação da moral e da ética ganharam novas censuras. A cobiça, a concentração econômica e do poder político em determinados países, que prejudicavam os trabalhadores e a sociedade, levando às desigualdades e às crises sociais, foram novamente condenadas. Por sua vez, o capitalismo não foi apontado como um mau em si, mas, por culpa do comportamento humano, estava viciado e gerava, cada vez mais, injustiças.

Já a distribuição da riqueza e a manutenção da propriedade privada, reafirmada em sua finalidade social e em seu papel na promoção da harmonia entre as classes sociais, eram defendidas como forma de promover o bem comum e a justiça. Ao mesmo tempo, reafirmava-se que ao Estado cabia uma intervenção reguladora, fiscalizando e incentivando o dinamismo econômico e social. A ele cabia uma função supletiva, diretiva e fiscalizadora⁵³.

Já na carta encíclica *Divini Redemptoris*, de 19 de março de 1937, Pio XI se posicionava contra o comunismo e os chamados erros modernos⁵⁴. Tal como as anteriores, reafirmava os valores cristãos na busca de uma sociedade espiritual, política e materialmente mais equilibrada. Inovava ao recomendar a leigos e a religiosos o estudo e a ação frente aos desafios sociais. E, por fim, declarava que o “Estado recebeu de Deus a dignidade e a autoridade de defensor vigilante dos direitos divinos e da pessoa humana”⁵⁵.

Em outros termos, ao Estado eram assegurados o direito e o dever de fazer colaborar as forças sociais de maneira a atingir o equilíbrio social: restabelecendo a justiça, onde já não existisse, e protegendo-a, onde permanecia; dando o exemplo a todos com uma sábia administração; e dando à Igreja liberdade no exercício da sua

---

⁵² *Questão Social*. As Encíclicas “*Rerum Novarum*” “*Quadragesimo Anno*” e “*Divini Redemptoris*” – Em perguntas e respostas por M. Vicent. Petrópolis: Vozes, 1938; p. 29. Essa e outras encíclicas: <http://www.vatican.va/phome_po.htm>. Acesso em: 9 de Julho de 2008.

⁵³ HUGON, Paul. *Historia das Doutrinas Econômicas*. pp. 352-354.

⁵⁴ Essa encíclica entendia e condenava o comunismo como um erro moderno. Era o contexto da guerra espanhola, onde o ataque ao catolicismo era atribuído aos comunistas; ataques cuja origem era percebida como reflexo do governo soviético. O comunismo, enfim, era tido como um perigo ao mundo cristão. FOYACA, Manuel. *As Encíclicas Sociais*. p. 65.

⁵⁵ *Questão Social*. As Encíclicas “*Rerum Novarum*” “*Quadragesimo Anno*” e “*Divini Redemptoris*” – Em perguntas e respostas por M. Vicent. p. 103.

missão espiritual⁵⁶. A religião deveria seguir ocupando seu espaço em meio à sociedade, contrapondo sua mensagem cristã às diferentes concepções materialistas presentes na sociedade.

Por fim, na encíclica *Mater et Magistra*, de 1961, o papa João XXIII dava nova dimensão às diretrizes precedentes. Viviam-se um momento de rápida descristianização: no ocidente, o crescimento do conforto e o aumento do consumismo apontavam para novos valores sociais; nos países comunistas, a influência do cristianismo decrescia rapidamente e a Igreja agia com restrições; já a forma como aconteciam as independências de países asiáticos e africanos ameaçavam tradições antigas. Finalmente, as intensas e rápidas transformações econômicas e sociais que vinham ocorrendo no pós-guerra aumentavam as desigualdades entre grupos humanos, dentro de uma mesma sociedade e entre as nações⁵⁷.

Diante desse quadro socialmente desagregador, a Igreja, a partir de sua compreensão de uma missão sobre-humana, sentia a necessidade de se voltar com mais afinco à vida cotidiana, pregando e agindo em nome da justiça⁵⁸. Era um novo momento na vida da Igreja. A ação conjunta entre indivíduos e poderes públicos deveria ser de suplementação e subsidiaridade.

É verdade que hoje os progressos dos conhecimentos científicos e das técnicas de produção oferecem aos poderes públicos maiores possibilidades concretas de reduzir os desequilíbrios entre os diferentes setores produtivos, entre as várias zonas no interior dos países e entre as diversas nações no plano mundial. Permitem, além disso, limitar as oscilações nas alternativas das situações econômicas e enfrentar com esperança de resultados positivos os fenômenos do desemprego das massas. Por conseguinte, os poderes públicos, responsáveis pelo bem comum, não podem deixar de sentir-se obrigados a exercer no campo econômico uma ação multifôrme, mais

---

⁵⁶ *Questão Social*. As Encíclicas “*Rerum Novarum*” “*Quadragesimo Anno*” e “*Divini Redemptoris*” – Em perguntas e respostas por M. Vicent. p. 126.

⁵⁷ HUGON, Paul. *Historia das Doutrinas Econômicas*. pp. 354-355. Para uma leitura das considerações da *Mater et Magistra* acerca dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos e sobre a Justiça Social nessa encíclica: OLIVEIRA, Frei Carlos Josaphat de. *A Justiça Social na Bíblia e no Ensino da Igreja* (Comentário à encíclica *Mater et Magistra*). 2ª edição, São Paulo: 1961; 9ª. Aula.

⁵⁸ Sobre a leitura de Emmanuel Mounier acerca da dupla condição da Igreja, como expressão humana de uma fé transcendental, ver: MOIX, Candide. *O pensamento de Emmanuel Mounier*. Trad.: Frei Marcelo L. Simões O.P. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. pp. 301-346.

vasta e mais orgânica; como também a adaptar-se, com este fim, às estruturas e competências, nos meios e nos métodos⁵⁹.

E essa participação do Estado na dinâmica pública deveria ser sempre no sentido de garantir os direitos da pessoa humana, não de restringir as liberdades.

Aos cristãos, a carta reclamava uma participação integral e direta na promoção da justiça. Em *Mater et Magistra*, os fundamentos morais, repetidos com veemência à luz da realidade, levava a uma maior abertura e participação dos católicos no debate social e político de seu tempo. A tendência sempre foi a de se voltar para a frágil condição da vida humana, que se sentia então esmagada pelo desequilíbrio entre os valores materiais e os valores espirituais⁶⁰.

Mais do que nunca, a Igreja lembrava seu direito de tratar da questão humana em toda a sua extensão. Entendendo a materialidade da vida ligada diretamente ao espiritual, que lhe seria superior, julgava ser seu dever “sempre intervir para a defesa da lei moral, cuja guarda lhe foi confiada”⁶¹.

Apesar da doutrina, é certo que nem sempre a Igreja Católica, na condição de uma das instituições visíveis da fé cristã, foi fiel aos seus próprios princípios. Em certas realidades, o silêncio persistente indicou a acomodação passiva de seus membros às injustiças presentes na sociedade. Numa postura contraditória, às vezes, se limitou a cumprir seu papel de mensageira, indiferente à realidade que afrontava a mensagem proferida⁶².

Em grande medida, essa inspiração evangélica, esse “catolicismo social” formulado, muitas vezes foi moderado pelo posicionamento político, social e econômico ocupado pela Igreja dentro da estrutura de poder da sociedade. De fato, a breve recapitulação feita acerca de suas manifestações deixa à mostra algumas incoerências produzidas por essas circunstâncias. A crítica ao sistema capitalista, por

---

⁵⁹ *A Primazia do trabalho sobre o capital na Mater et Magistra*. São Paulo: Frente Nacional do Trabalho, 1961; pp. 14-15; nesta obra, sobre os novos aspectos da questão social, os desequilíbrios entre os setores produtivos e a necessidade de criar serviços públicos essenciais, ver: pp. 30-31.

⁶⁰ “E qualquer que seja o aspecto considerado da questão social, acentua a necessidade de permitir ao homem, apesar da confusão de um progresso material demasiadamente rápido, desenvolver sua personalidade salvando os valores espirituais num quadro, ampliado à escala mundial, de fraternidade, de justiça e de equidade”; HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. p. 366.

⁶¹ *Questão Social*. As Encíclicas “Rerum Novarum” “Quadragesimo Anno” e “Divini Redemptoris” – Em perguntas e respostas por M. Vicent. p. 34.

⁶² Para a percepção de Mounier sobre tal postura, ver: MOIX, Candide. *O pensamento de Emmanuel Mounier*. p. 60.

exemplo, quase sempre foi dosada pelo temor de uma profunda revolução social, especialmente nos moldes socialistas marxistas.

Outras vezes, porém, pela observância desses mesmos valores cristãos e do contato com a realidade social, católicos chegaram a promover mudanças na postura da própria Igreja. Tal inspiração levou muitos a se posicionarem frente aos problemas sociais, gerando diferentes presenças em diversas realidades, o que, não raro, foi motivo de enfrentamento com as autoridades civis e da própria Igreja.

Do que foi exposto até aqui, percebe-se um constrangimento – uma certa desconfiança e receio, para usar os termos de Pirenne – do cristianismo católico frente à ordem social produzida pela economia capitalista. Essa não-acomodação tranqüila entre os valores cristãos de caridade e fraternidade e o individualismo próprio ao sistema econômico, ganhou diferentes formas e intensidades ao longo do tempo. Os textos produzidos dentro da Igreja, variando entre o conservador e o revolucionário, parecem assinalar essa vibração, e estão concretizados, em alguma medida, nas tentativas de regularização das atividades econômicas e sociais. Outras vezes, pensadores e movimentos chegaram à condenação do sistema de forma sistemática e contundente⁶³.

Essa contradição foi percebida e analisada por estudiosos do catolicismo na América Latina, sobretudo na segunda metade do século XX. As injunções históricas próprias a essa realidade levaram muitos religiosos e leigos a uma constante reflexão e ação, sempre no sentido de equacionar as estruturas políticas e sociais vigentes aos seus princípios éticos. De outra forma, esse encontro, em diferentes circunstâncias, acabou por colocar Igreja Católica e Estado em campos opostos – por vezes rompendo uma longa história de associação ilegítima.

Tais circunstâncias se fizeram presentes na realidade brasileira, de cultura fortemente marcada pelo cristianismo católico.

Em *A Igreja e a Política no Brasil*, Márcio Moreira Alves apresenta os primeiros passos da Igreja Católica no Brasil intimamente ligados ao poder civil, numa relação de mútua dependência⁶⁴. Contudo, a necessidade de se firmar em e de agir partir de seus

---

⁶³ Esse *ethos* anticapitalista entendido aqui nos termos de Michael Löwy, como se verá na seqüência.

⁶⁴ No período da cristandade colonial teve-se o Padroado, sistema que foi transferido da metrópole para a colônia. Nele, encontrava-se nas mãos da Coroa portuguesa – e espanhola – a tarefa de conduzir na América Latina o processo de evangelização, predominando o Estado sobre a Igreja. Esse tipo de cumplicidade, em dado momento, passou a ser especialmente inconveniente à Igreja Católica; ver essa discussão em: WERNERT, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. A reforma de D. Joaquim de Melo

respectivos princípios gerou conflitos entre essas esferas de poder, o que levou à separação oficial com a proclamação da República, em 1890, que conferiu maior liberdade ao campo religioso.

Mas a vinculação histórica nunca foi totalmente rompida. O diálogo, por vários motivos e em diferentes circunstâncias, foi sempre buscado por ambas as instituições⁶⁵. Como observa Alves, nesse primeiro momento após a separação, a hierarquia católica brasileira buscou formar uma burguesia intelectualizada, de forma a recuperar sua influência no campo político. Já do ponto de vista social, sua atuação primava pela caridade.

Contudo, aos poucos, a partir de reflexões de leigos e religiosos, das diretrizes advindas das encíclicas de João XXIII e do Concílio Vaticano II, no final da década de 1950, ganharam espaço denúncias que apontavam a incompatibilidade do cristianismo com toda forma de injustiça. Contribuiu para que surgissem essas tensões e cisões o agitado contexto político e social de meados do século XX, dando força a um discurso e a uma prática que se originaram nos interesses dos excluídos e, ao mesmo tempo, se voltaram para eles⁶⁶. Apoiados em determinadas leituras políticas e sociais e numa visão radical da concepção cristã de justiça, católicos chegaram a se chocar com o conservadorismo da hierarquia religiosa e com a política de Estado, entendida, em última instância, como responsável pela manutenção da injusta organização social gerada pelo capitalismo⁶⁷.

Em sua leitura das tensões entre Igreja e Estado, numa perspectiva mais filosófica, Roberto Romano analisa a instituição católica a partir de seus princípios, entendendo que sua prática não pode ser “reduzida imediatamente ao social e ao econômico”. Afirma que, a partir de seus princípios teológicos, num movimento de auto-reflexão e auto-constituição, é que a Igreja se voltaria para os problemas imediatos da vida, racionalizando o mundo a sua volta. As imagens, o carisma, a visão cristã do humano, elementos que fundam o discurso e a prática católica, são estudados pelo autor na tensa

---

(1851-1861). São Paulo: Ática, 1987. p. 19; ver também: AZEVEDO, Thales. *A religião civil brasileira*. p. 73.

⁶⁵ O autor Kenneth Serbin, por exemplo, mostrou que mesmo nos momentos mais tensos durante o regime militar Igreja e Estado buscaram sempre manter o diálogo. A conciliação entre as duas instituições por meio de seus altos escalões personificaria, no Brasil, o acordo que sempre existiu entre as elites brasileiras; essa leitura e a análise das tentativas de diálogo no período militar estão em: SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶⁶ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. pp. 203; 205-206.

⁶⁷ ALVES, Márcio Moreira. op. cit. pp. 9-40.

relação entre sua expressão teológico-política frente à ordem capitalista e autoritária do regime militar brasileiro, no pós-64⁶⁸.

Romano entende a Igreja a partir de sua prática própria, ressaltando sua independência teológica. Destaca, tendo em vista os momentos de choque entre Igreja e Estado, os princípios soteriológicos que embasam a prática católica, a partir dos quais a instituição religiosa estabelece os caminhos cristãos da salvação. Nesse sentido, a radicalização ocorrida nos anos 1970 seria reflexo desses princípios teológicos em contradição com as diretrizes do Estado. Os documentos produzidos pela hierarquia nesse período refletiriam, assim, uma leitura teológica e sociológica da realidade brasileira⁶⁹.

No período militar, observa o autor, a dinâmica econômica implantada pelo governo teria sido percebida então como não-humana, logo, não-cristã. Ao primar pelo desenvolvimento capitalista, o Estado teria levado a Igreja para a oposição. Em outros termos, “o domínio reclamado pela Igreja é religioso: nisto reside sua originalidade e sua força”, mas a ação política e social que ali teve início se opôs aos princípios religiosos⁷⁰.

A Igreja está bastante consciente de que muito pouco tem a esperar das elites econômicas e intelectuais brasileiras. Para continuar existindo, ela foi obrigada a combater a ideologia liberal, aceitar com extrema reserva a “proteção” positivista e sempre se precaver contra as práticas socialistas. Mas os católicos não se limitaram a resistir à cultura e às instituições produzidas por estas elites secularizantes: criaram, além disso, suas próprias vanguardas intelectuais e forjaram um discurso político com características próprias, dentro de parâmetros que só eles poderiam recolher⁷¹.

E essa busca por refazer e reafirmar seu discurso e prática levava ao surgimento de contradições internas e externas à Igreja. Como expresso nas encíclicas e nos textos previamente apontados, a tensão estaria em conceber uma sociedade cujas estruturas respeitassem as exigências cristãs de uma vida humana.

---

⁶⁸ ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra estado. Crítica ao Populismo Católico*. São Paulo: Kairós, 1979.

⁶⁹ O autor procurou refletir a maneira pela qual a Igreja se representava no Brasil e no interior da sociedade moderna. ROMANO, Roberto. op. cit. pp. 20-28.

⁷⁰ ROMANO, Roberto. op. cit. pp. 34-42.

⁷¹ ROMANO, Roberto. op. cit. p. 12.

[...] a representação que a Igreja faz para si da sociedade gira ao redor da pessoa. Pragmaticamente, seu discurso se lança contra a sociedade moderna, à medida que esta, em suas formas individualistas, e coletivas, tendentes a abafar os valores de responsabilidade e liberdade, absolutizam a propriedade, compreendendo-a como atributo exclusivo do indivíduo (“liberalismo capitalista”) ou a destroem, afirmando o Estado como o único proprietário, isto é, como a única fonte de coesão social (“totalitarismo comunista”).⁷²

Como portadora e guardiã desses valores da tradição cristã, a Igreja se bate por fazê-los presentes em meio aos homens e suas diferentes realidades. Trata-se de colocar os valores espirituais acima dos individuais, o que faz dela uma instituição com um projeto de poder, no sentido de querer moldar a sociedade a partir de seus princípios.

Em termos gerais, numa tentativa de entender a postura da Igreja na história moderna, Romano refere-se à compreensão weberiana para visualizar a oposição entre catolicismo e capitalismo. Em Weber, afirma, ela aparece de forma clara. A aversão e o poder de resistência à sociedade capitalista moderna foram identificados na impessoalidade e na racionalidade imanentes a esta, em contraposição aos valores humanos e transcendentais sustentados pelo catolicismo. Seria uma oposição total; seriam princípios de racionalidade diferentes, irreconciliáveis, o ético e o econômico. Assim, a postura da Igreja estaria em desacordo, ultrapassada pela racionalidade capitalista moderna⁷³.

Essa concepção teórica entende como tradicional o pensamento católico em meio aos valores modernos da sociedade capitalista, tornando-a uma instituição fadada ao conservadorismo, ao fechamento em si mesmo e à acomodação tensa na ordem moderna. Entretanto, ainda segundo Romano, tal visão não permitiria entender o envolvimento relevante da Igreja em questões políticas e econômicas que permeiam a modernidade⁷⁴.

---

⁷² ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra estado. Crítica ao Populismo Católico*, p. 62.

⁷³ Na busca por recuperar a oposição sociológica e conceitual entre catolicismo e capitalismo, Romano coloca que o caráter “estereotipador de valores e o imenso poder de resistência ao capitalismo por parte da Igreja” estão mais claros em Max Weber. E afirma: “esse poder é concebido como luta contra a ordem impessoal das sociedades modernas, cuja racionalidade imanente entra em choque com toda e qualquer transcendência. A Igreja surge, nesse movimento, como defensora de valores superados, cujo núcleo continua sendo a pessoa posta acima do lucro e do cálculo”; cf.: ROMANO, Roberto. op. cit. p. 64.

⁷⁴ Como mencionado, a leitura aqui exposta se detém numa perspectiva geral da obra em questão. No texto, o autor aprofunda sua apreciação acerca dos conceitos e do método utilizado por Weber, ao mesmo

Empiricamente, diz o autor, o catolicismo não seria tão fechado à cultura moderna, ao liberalismo. A interpretação weberiana, a partir de seu método, não permitiria compreender as posturas modernas, que vão além do anticapitalismo puro, irreconciliável. A realidade engendraria novas posturas, novas reflexões. Tal concepção ajudaria a pensar a renovação da Igreja frente ao mundo que lhe surgia hostil na modernidade. Essa abertura e enfrentamento com a realidade, levando a instituição a um auto-refazer-se a partir de seus fundamentos, articulando fé e razão, explicariam sua presença forte na história recente. Nesse sentido, o “combate à pobreza, à opressão, à dependência, à concentração da propriedade e à injustiça social permitem à Igreja continuar vivendo ‘na consciência do povo’. Ao propor as soluções do atraso, ela se propõe como solução”⁷⁵.

Interessa ressaltar, mais uma vez, a presença dessa tensão entre a expressão religiosa católica e a ordem social estabelecida pelo sistema capitalista. Uma tensão que, de diversas maneiras, como sinalizado, leva a Igreja a se mover, constituindo seu discurso e sua prática no diálogo constante que mantém com a realidade histórica.

Nesse sentido, essa mobilidade em busca da concretização de seus princípios, em diversas circunstâncias, possibilitou o surgimento de movimentos radicalmente contrários às estruturas sociais resultantes dos preceitos do liberalismo econômico. Intransigentes nas suas vinculações com a ética cristã, muitos, mais do que expressar o seu desconforto, a sua não-adaptação, se puseram na linha de frente do combate ao sistema capitalista.

Foi na tentativa de entender essas expressões radicais então surgidas na América Latina – em especial no Brasil – que Michael Löwy abordou a questão dessa tensão permanente, buscando recuperar para tanto os elos existentes entre religião e política.

Na obra *A Guerra dos Deuses*, Löwy analisou a presença cristã nas sociedades latino-americanas, destacando na história mais recente a dimensão política e socialmente emancipadora dos marginalizados assumida por muitos cristãos. Para o autor, o que se constituiu aqui foi um cristianismo revolucionário, identificado com a chamada teologia da libertação. Entretanto, por entender esse fenômeno histórico com

---

tempo em que apura as contradições entre o religioso e o laico. Conferir: ROMANO, Roberto. op. cit. pp. 62-77; 244-257.

⁷⁵ ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra estado. Crítica ao Populismo Católico*, p. 77.

sendo mais profundo e amplo que uma corrente teológica, por visualizá-lo como um *vasto movimento social*, o autor o designa como *cristianismo da libertação*⁷⁶.

Em sua obra, Michael Löwy começa por se questionar sobre a validade da formulação de Karl Marx e Friedrich Engels que apresentava a religião como uma espécie de ópio, que, por isso mesmo, impediria as massas de lutar por seus próprios interesses. O autor assegura que, *em grande medida*, a resposta a essa questão ainda é positiva⁷⁷. Entretanto, observa que:

[...] a emergência do cristianismo revolucionário e da teologia da libertação na América Latina (e em outras regiões) abre um novo capítulo histórico e levanta questões também novas que não podem ser respondidas sem uma renovação da análise marxista da religião. [...] o envolvimento cada vez maior de cristãos – inclusive muitas religiosas e padres – nas lutas populares e seu envolvimento maciço na Revolução Sandinista obviamente demonstram a necessidade de uma nova abordagem. Marxistas que se frustraram ou ficaram confusos com esses acontecimentos ainda recorrem à diferença comum entre a prática social válida desses cristãos e sua ideologia religiosa, definida como necessariamente reacionária e idealista. Mas com a teologia da libertação vemos o surgimento de um novo pensamento religioso que usa conceitos marxistas e que serve de inspiração para as lutas pela libertação social⁷⁸.

Assim, a partir de reflexões marxistas e weberianas, o autor observou a articulação entre a cultura religiosa e a política, buscando compreender o surgimento desse novo movimento social cujas raízes estavam apoiadas em princípios cristãos. Na referida obra, as doutrinas e as práticas religiosas foram estudadas em função dessa nova presença transformadora.

Para compreender os fundamentos desse *vasto movimento social*, Löwy se reporta primeiramente às formulações de Marx, Engels e de autores marxistas, como Ernst Bloch e Lucien Goldmann, entre outros que se dedicaram ao tema. Analisando as religiões como realidade cultural, social e histórica, afirma que esses autores

---

⁷⁶ LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Trad. de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000; pp. 56-111. Na obra, o autor analisa a chamada Teologia da Libertação em sua vertente católica e protestante, porém, centrando-se na concepção católica. A Teologia da Libertação, que é posterior a esse movimento social, é apresentada como sua expressão intelectual, teológica.

⁷⁷ “A religião é o suspiro da criança acabrunhada, o coração de um mundo sem coração, assim como também o espírito de uma época sem espírito. Ela é o ópio do povo.”; a formulação está no escrito de 1844, *Introdução à contribuição da filosofia hegeliana do direito*.

⁷⁸ LÖWY, Michael. op. cit. pp. 11-12.

perceberam nelas a expressão humana de angústia e de protesto frente a uma realidade opressora. Dessa forma, as religiões possuiriam uma dimensão utópica, e mesmo um potencial revolucionário⁷⁹.

Avançando em sua apreciação, Löwy recobra as considerações feitas por Max Weber. Entende o autor que o argumento central no livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*⁸⁰ é o de que haveria, “entre certas formas religiosas e o estilo de vida capitalista, um relacionamento de *afinidade eletiva*”⁸¹. Uma inclinação que poderia chegar até mesmo a uma associação cultural⁸². A partir dessa percepção, interroga-se acerca da importância econômica da ética católica. E embora Weber não tenha analisado diretamente essa relação, percebe o autor um subtexto no trabalho weberiano, do qual apreende que: “a Igreja Católica é um ambiente muito menos favorável – se não completamente hostil – ao desenvolvimento do capitalismo que as seitas calvinistas e metodistas”⁸³.

A compreensão weberiana dessa incompatibilidade foi pensada em termos mais genéricos, em que a ética da salvação de algumas religiões, baseadas na fraternidade, não se coaduna com alguns princípios que regem a vida. Essa contradição seria então mais perceptível quando confrontada com a esfera econômica liberal, cuja dinâmica seria impessoal, puramente comercial, competitiva e geradora de injustiças. Tal racionalidade econômica, com leis próprias e impessoais, estaria então em constante

---

⁷⁹ Löwy recupera as formulações de autores como K. Marx, F. Engels, A. Gramsci, E. Bloch e Lucien Goldmann, entre outros. A cultura religiosa foi por eles percebida como portadora de uma dimensão crítica e de protesto frente à realidade opressora, como força para influir positivamente na transformação social. E, dependendo das circunstâncias sociais, possuiria força revolucionária; ver: LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. pp. 11-34.

⁸⁰ A obra de Weber se detém na análise da importância da ética religiosa, no caso a protestante, que, com suas peculiaridades de ascetismo intramundano, combinando sobriedade e operosidade, ajudaram no desenvolvimento do espírito capitalista. Sobre o catolicismo, observa: “o maior ‘alheamento do mundo’ do catolicismo, os traços ascéticos dos seus mais altos ideais, levaram seus seguidores a uma maior indiferença frente aos bens desse mundo”; cf.: WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. Vinicius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2002. p. 31.

⁸¹ O conceito de *afinidade eletiva*, recuperado da obra de Weber, chave para compreender a análise feita por Löwy, é definido por este no livro *Redenção e utopia* como: “[...] um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta ou à ‘influência’ no sentido tradicional. Trata-se, a partir de uma certa analogia estrutural, de um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação capaz de chegar até a fusão”. O autor recupera a origem desse termo, que, surgido na alquimia, foi utilizado por autores como Johann W. Goethe e Max Weber, de quem recupera para sua análise. Esta obra contém também as reflexões que ajudam a entender a abordagem feita em torno da teologia da libertação latino-americana, Cf: LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central: um estudo de afinidade eletiva*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 13.

⁸² Michael Löwy. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. pp. 34-35.

⁸³ LÖWY, Michael. op. cit. p. 35.

tensão com a racionalidade religiosa baseada na ética, gerando desconfianças permanentes.

Nesse sentido, de acordo com a leitura de Löwy, haveria uma antipatia cultural, ou seja, existiria “entre a ética católica e o capitalismo, uma espécie de afinidade negativa”⁸⁴.

Mas, seja porque o sistema capitalista se tornou dominante ou por uma questão de autopreservação, o fato é que a Igreja Católica se adaptou. Muitas vezes as críticas feitas pelo catolicismo visavam apenas os resultados negativos, apontados como frutos dos excessos do liberalismo, e não como a decorrência própria do sistema econômico dele originado⁸⁵.

Contudo, observa Löwy, a tradição ética permanece, tem raízes, e, vez ou outra, em determinadas circunstâncias, ganha força e expressão. Uma delas, avalia, pode ser identificada na concepção romântica católica do mundo, que, protestando contra a sociedade moderna, se moveu entre o conservadorismo e a ação revolucionária, especialmente nos séculos XVIII e XIX⁸⁶.

Dentro dessa concepção, os princípios éticos da tradição poderiam auxiliar na compreensão dos movimentos católicos progressistas da América Latina. Contudo, pondera o autor, cristianismo e teologia da libertação apresentariam características particulares, com perspectivas e reflexões próprias à realidade dessa parte do mundo, de capitalismo dependente, de grande pobreza, de violência institucionalizada e de religiosidade popular⁸⁷. Além disso, a influência progressista da Igreja francesa, em especial nos movimentos leigos, que caminharam rumo a uma maior independência e reflexão sócio-política; as novas leituras dos evangelhos à luz da realidade; os fatores históricos e uma leitura destes com o auxílio de categorias marxistas são algumas de suas características distintivas⁸⁸.

---

⁸⁴ LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. pp. 36-40.

⁸⁵ Michael Löwy lembra que nem todo pensamento católico reflete a tendência anticapitalista, tendo muitas vezes um viés reacionário, conservador. Correntes utópicas e conservadoras existiram frente ao capitalismo; cf.: LÖWY, Michael. op. cit. pp. 45-55. Essa percepção pode ser visualizada também nos textos citados acima.

⁸⁶ LÖWY, Michael. op. cit. pp. 49-51. As reflexões do autor sobre o Romantismo como visão de mundo e crítica à sociedade burguesa podem ser conferidas em: LÖWY, Michael. *Romantismo e Política*. Trad.: Eloísa da Araújo Oliveira; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993; e LÖWY, Michael. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.

⁸⁷ LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. p. 55.

⁸⁸ A aproximação entre setores religiosos e o pensamento marxista é vista por Löwy em termos de uma afinidade eletiva, resultando de características doutrinárias e de conjunturas conflituosas no campo político

Dadas as circunstâncias históricas latino-americanas, a leitura feita por Löwy entende esse movimento social como resultado de uma integração entre os princípios cristãos e marxistas, numa relação de afinidade eletiva. Como assinalou no texto *Cristianismo da Libertação e Marxismo*, isso não resultaria apenas de reflexões e impulsos cristãos, mas seria a junção entre essas concepções numa avaliação teórica e prática da realidade: “um discurso que se refere à doutrina social da Igreja, mas integra elementos essenciais do marxismo”⁸⁹.

O autor observa ainda que os documentos produzidos pela hierarquia católica, sobretudo depois do golpe militar, representam uma proximidade tal entre cristianismo e marxismo, no cristianismo da libertação, que encerram em si “um projeto utópico social de emancipação dos oprimidos”⁹⁰.

Assim, a Teologia da Libertação é vista como reflexo e reflexão de uma práxis anterior, o que demonstra seu caráter dinâmico. Reflexo de um vasto movimento social iniciado nos anos 1960, que envolveu diversos setores e atividades ligados à Igreja e mesmo além dela⁹¹. Por isso mesmo Löwy a define como cristianismo da libertação. Definição que pretende ser mais abrangente que “teologia” ou que “Igreja”, incluindo tanto a cultura religiosa como a rede social leiga, a fé e a prática. Um dos elementos fundamentais nessa concepção é a idéia da participação dos marginalizados sócio-políticos na própria libertação⁹².

---

e social da América Latina, a pobreza. Haveria pontos de encontro entre o discurso marxista e o da Igreja, em especial no campo social, mas eles são de natureza diferente. Para um estudo específico do caso brasileiro, ver: LÖWY, Michael. op. cit. pp. 135-155. Um estudo abrangente sobre o marxismo na América Latina, em especial sua relação com o cristianismo, em: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina*. Trad: Claudia Schilling, Luís C. Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

⁸⁹ LÖWY, Michael. *Cristianismo da libertação e marxismo: de 1960 a nossos dias*. In: RIDENTI, Marcelo Ridenti e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 415. Esse artigo trabalha especificamente o surgimento do cristianismo da libertação no Brasil, destacando os movimentos, os autores e os textos que o expressavam.

⁹⁰ LÖWY, Michael. *Cristianismo da libertação e marxismo: de 1960 a nossos dias*. In: RIDENTI, Marcelo Ridenti e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. p. 425.

⁹¹ Alfredo Bosi assinala que os textos da Teologia da Libertação devem ser compreendidos como “desdobramentos das posições terceiro-mundistas” do Concílio Vaticano II; BOSI, Alfredo. *Da Esquerda cristã à Teologia da Libertação*. In: JINKINGS, Ivana e PESCHANSKI, João Alexandre. *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007. pp. 87-100.

⁹² LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. pp. 56-57; ver também: LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez /Autores Associados, 1991. p. 25. Nessa perspectiva, Gutiérrez afirma: “A matriz histórica da teologia da libertação está na vida do povo pobre e de modo especial na vida das comunidades cristãs que surgem no seio da Igreja presente na América Latina. A partir dessa vivência, a teologia da libertação busca ler a Escritura e estar atenta às interpelações sempre novas e inesperadas que a Palavra de Deus faz ao processo histórico desse povo”; cf.: GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação – perspectivas*. Trad: Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva; Marcos Marcionilo. São Paulo: Loyola, 2000; p. 32.

A preocupação com os pobres foi uma tradição da Igreja por quase dois milênios, que remonta às origens evangélicas do cristianismo. Os teólogos latino-americanos se colocam como continuadores dessa tradição que lhes dá tanto referências quanto inspiração. No entanto, como já enfatizei varias vezes, eles rompem radicalmente com o passado em um ponto fundamental: para eles, os pobres já não são basicamente objetos de caridade, e sim agentes de sua própria libertação. A ajuda ou assistência paternalista é substituída pela solidariedade com a luta dos pobres por auto-emancipação. Aqui é que se estabelece a conexão com o princípio político marxista fundamental: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Essa mudança talvez seja a nova contribuição política mais importante por parte dos teólogos da libertação. E a que tem maiores conseqüências na área da práxis social.⁹³

Em suma, a convergência entre a *tradição cristã* de solidariedade com os pobres, reavivada na forma de um compromisso com sua *libertação* através de mudanças ocorridas dentro e fora da Igreja em meados do século XX, é que teria levado ao surgimento desse movimento social na América Latina⁹⁴. Como resultado, a teologia e o cristianismo da libertação seriam, a um só tempo, “o ponto mais avançado da corrente modernista na Igreja Católica e herdeiros da desconfiança católica tradicional” frente à modernidade. No campo econômico, por exemplo, esse cristianismo revolucionário é intransigente no anticapitalismo, indo além de uma crítica moral⁹⁵.

Toda essa transformação ocorrida em parte da Igreja Católica latino-americana tem especial relação com o catolicismo brasileiro.

Em meados do século XX, lentamente, setores da Igreja Católica no Brasil foram mudando sua postura e, conseqüentemente, sua influência no quadro sócio-político. Protagonista do processo descrito por Löwy, o catolicismo brasileiro partiu de uma postura reformista, em especial nos anos 50, para um aprofundamento e uma radicalização de sua reflexão e prática, especialmente após o golpe militar. Então, as críticas à repressão política e ao modelo econômico de desenvolvimento sustentado pelo governo foram contundentes⁹⁶.

---

⁹³ LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. p. 123.

⁹⁴ LÖWY, Michael. op. cit. pp. 58-87.

⁹⁵ LÖWY, Michael. op. cit. pp. 88-110.

⁹⁶ A análise busca os motivos dessas transformações ocorridas no Brasil. Nesse sentido, são avaliados fatores religiosos, sociais, econômicos e políticos. O autor deu especial atenção aos documentos produzidos pela hierarquia católica, assim como registrou as tentativas do Vaticano de regularizar essa Igreja; cf.: LÖWY, Michael. op. cit. pp. 135-154.

Tal como Michael Löwy, Leandro Konder, em *Marxismo e cristianismo*, reconhece e avalia a participação dos cristãos brasileiros em função da luta pela emancipação dos socialmente marginalizados⁹⁷. Konder percebe no posicionamento tomado contra as injustiças, por parte da Igreja Católica, a expressão daquela “dimensão de protesto” assinalada por Karl Marx. E assim como a ação do movimento marxista, observa a importância dessa postura cristã na busca por justiça política e social⁹⁸.

No que se refere à América Latina, em especial ao Brasil, o cristianismo da libertação não representou apenas uma continuação do anticapitalismo tradicional da Igreja. No campo religioso e político, na crítica econômica, essa nova expressão estabeleceu também uma nova cultura, uma nova forma e um novo protesto. E sua expressão brasileira, como observa Löwy, tem uma ampla base, seja entre a hierarquia, o clero – sobretudo nas ordens religiosas –, os intelectuais cristãos, nos diversos movimentos ligados a Igreja, especialmente os da juventude, e, mais recentemente, em alguma medida, na Central Única dos Trabalhadores, no Partido dos Trabalhadores e no Movimento dos Sem-Terra⁹⁹.

Tal postura estaria fundamentada numa radical fidelidade à moral cristã, que se contraporía a um conjunto de elementos próprios de uma sociedade capitalista, como a impessoalidade e a não caridade entre as relações humanas, a limitação ou mesmo a supressão das condições objetivas e subjetivas da vida, entre outros. A questão da dignidade, das liberdades, dos direitos humanos, enfim, foram linhas de atuação que se firmaram nos valores morais cristãos.

Esse traço que permanece e ganha diferentes expressões no decorrer do tempo, como nos setores indicados acima, levam à busca por uma reformulação da organização social, contrapondo-se especialmente a sua forma econômica capitalista, compreendida como causa de grandes injustiças.

---

⁹⁷ KONDER, Leandro. *Marxismo e cristianismo*. Encontros com a Civilização Brasileira. Número 6; Dez / 1978. p. 63.

⁹⁸ “Se a religião fosse apenas uma expressão passiva das condições de alienação ela se dissolveria na resignação, se reduziria a um uso social manipulatório, instrumental, ‘de cima para baixo’ – e não seria capaz de inspirar revoltas (...). Mas a dimensão de protesto abre para a religião a possibilidade de acolher impulsos generosos ‘de baixo para cima’ e mobilizar os espíritos numa ‘luta contra a injustiça’ que se funde (independentemente dos desígnios subjetivos de seus protagonistas) à luta de classes, motor da História”; cf.: Konder, Leandro. op. cit. p. 64.

⁹⁹ LÖWY, M. *Cristianismo da Libertação e Marxismo*: de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo & REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. pp. 428-429.

Essa perspectiva de uma tensão entre a concepção cristã e o espírito capitalista, na medida em que engendra discursos e práticas históricas por parte do catolicismo, foi o ponto de partida deste estudo. Assim, buscou-se a caracterização desse descompasso no entrelaço entre Igreja e Estado entre os anos de 1954 e 1974. O objetivo principal foi delinear a mobilização católica retratada na documentação reunida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, DOPS/SP, extraindo daí os elementos que poderiam ter levado a um conflito com o poder político instituído.

Esse processo de conscientização e posicionamento assinalado por Michael Löwy, em alguma medida, foi percebido na pesquisa de mestrado realizada em torno da atuação de um grupo de frades dominicanos da cidade de São Paulo, em meados do século XX. Na ocasião, comentando essa dinâmica, alguns entrevistados vincularam a ação política aos desígnios da fé cristã, deixando entrever os fundamentos que os levaram a agir e a motivação que possuíam. Para muitos, o contato com os movimentos leigos, como a *Ação Católica*, e com as reflexões produzidas pelas encíclicas papais foram momentos do despertar para a questão social. E era por meio da ação concreta que deveria se dar o envolvimento. Como observa Frei Betto, “o momento obrigou a viver a fé através da política”¹⁰⁰.

A busca por uma “vivência mais autêntica do Evangelho” apontava para um objetivo prático: a transformação da realidade social. Para tanto, como assegurou Frei Osvaldo Resende, era necessária uma abertura a ela, lançando mão dos instrumentos então disponíveis.

Era muito difícil você entender a realidade brasileira sem fazer uso de uma metodologia marxista. Quando você tem que apreender o que está se passando na realidade econômica, social, política e cultural do país e você desconhece classe social, modo de produção, relações sociais... é difícil, aí se cai no idealismo. Então o próprio colocar ‘realidade brasileira’, ‘transformação da realidade brasileira’ levava a refletir sobre os dados do chamado materialismo histórico de Marx, da análise de Lenin, da análise concreta da situação concreta. Era o marxismo... era então, muito mais que hoje, um dos instrumentos da cultura¹⁰¹.

---

¹⁰⁰ Entrevista com Frei Betto, em 23 de maio de 2000, São Paulo, SP. In: SOUZA, Admar Mendes de. *Frades Dominicanos de Perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil*. p. 188.

¹⁰¹ Entrevista com Frei Osvaldo Resende, em 2 de junho de 2000, Belo Horizonte, MG. In: SOUZA, Admar Mendes de. op. cit. p. 188.

Tal como nas proposições extraídas dos textos relacionados acima, de certa forma, os sentidos expostos nestas falas representaram a permanência e o caráter de oposição ao sistema capitalista subsistente na tradição católica. Partindo do pressuposto de que esse é um fator importante para a compreensão das contradições vivenciadas entre Igreja/Estado, este trabalho buscou recuperar e refletir sobre essa dimensão pressentida: a de que o choque entre, de um lado a cultura político-religiosa e a ação de setores católicos e, de outro, a esfera política institucional do Estado brasileiro são decorrência de uma aversão ao sistema econômico por ele sustentado.

De maneira complementar, buscou-se compreender em que medida um possível afastamento e a crítica de setores da Igreja ao Estado, ao mesmo tempo em que se aproximavam em “solidariedade com a luta dos pobres por auto-emancipação”, foram percebidos pelos órgãos de segurança como um risco para a segurança institucional.

Num primeiro momento, interessou apreender a prática católica que surge nos discursos e nas ações investigadas pela polícia, tendo como objetivo específico identificar e caracterizar essa prática na perspectiva de uma contestação ao sistema capitalista. Num segundo plano, buscou-se fazer uma apreciação dos fatores políticos que marcaram a atuação do Estado brasileiro nos vinte e um anos considerados. Em suma, o trabalho buscou apreender os possíveis aspectos geradores dessa relação conflituosa.

A documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo foi a fonte selecionada para análise. Com o fito de alcançar uma reflexão histórica mais abrangente dessa relação, foi estudada a documentação produzida entre os anos de 1954 e 1974. A partir da perspectiva de análise adotada, a documentação produzida pela polícia política paulista referente ao universo católico da sociedade brasileira foi entendida como sinal e reflexo das contradições percebidas. De certa forma, os registros encerrariam, igualmente, os elementos do conflito entre Estado/Igreja e Igreja/Estado.

A análise dos registros se efetivou com a seleção e a apreciação de episódios que, uma vez apontados nas investigações policiais, apresentariam, a um só tempo, os elementos e os aspectos que embasaram o embate acima retratado. Metodologicamente, foi dada atenção especial aos movimentos e aos comportamentos religiosos

identificados com o Cristianismo da Libertação – nos termos de Michael Löwy –, entendidos em si mesmos como expressão maior desse embate.

Em sua análise, Michael Löwy afirma que, na América Latina, a relação entre religião e política vai além de seus significados próprios: a religião não seria só culto e a política não seria só governo. Mesmo como instituições autônomas, nessa realidade, dialeticamente, conceitos e práticas alternam-se em significados espirituais e políticos¹⁰².

As mudanças ocorridas na Igreja Católica do Brasil, em alguma medida, retratam a mencionada relação dialética entre religião e política, entre conceitos e práticas que se alternaram em significados espirituais e políticos. Aline Coutrot, analisando as relações entre religião e política, afirma que, mesmo não as considerando como sendo de mesma natureza, como exposto na concepção marxista, ainda assim seria preciso pesquisar as mediações que estabeleceriam entre elas relações de interdependência. E, como “corpos sociais”, as Igrejas cristãs, além dos ensinamentos espirituais, pregam uma moral individual e coletiva, proliferando julgamentos em relação à sociedade¹⁰³. Não obstante as incertezas sobre os reflexos desses ensinamentos e as pressões vividas pelas Igrejas numa sociedade secularizada e descristianizada, a autora observa:

(...) o religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso. Colocando questões que não se pode evitar, apresentando alternativas, ele força as Igrejas a formularem expectativas latentes em termos de escolha que excluem toda a possibilidade de fugir do problema. A política não pára de impor, de questionar, de provocar as Igrejas e os cristãos, a título individual ou coletivo, obrigando-os a admitir atos que comprometem perante si mesmos e perante a sociedade. Os desafios do mundo moderno que provocaram muitas recusas e conflitos, se contribuem para marginalizar as Igrejas, não servem apenas para precipitar seu declínio. Um aprofundamento do pensamento religioso engendra novos modos de presença na sociedade, sem contar as remanescências e as permanências. A religião continua a manter relações com a política, amplia mesmo seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação, de tal forma que o assunto é de grande atualidade¹⁰⁴.

---

¹⁰² LÖWY, Michael. op. cit. p. 62.

¹⁰³ COUTROT, Aline. *Religião e política*. In: RÉMOND, Rene. *Por Uma História Política*. Trad: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 334.

¹⁰⁴ COUTROT, Aline. *Religião e política*. In: RÉMOND, Rene. *Por Uma História Política*. p. 335.

Nessa perspectiva, procurou-se demonstrar que o *encontro* entre Igreja Católica e Estado no âmbito da documentação policial abordada é reflexo de uma contradição histórica.

Primeiro Capítulo – Tempos de mudança

Deixando ainda em suspenso, por algumas páginas, o tratamento da questão *Estado e Igreja Católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*, volta-se novamente ao passado para, em rápidas referências, tratar das relações Igreja/Estado no Brasil.

Na seqüência, foram abordadas as circunstâncias de criação do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São e, em decorrência, a própria formação da documentação aqui estudada.

O objetivo foi apresentar resumidamente mudanças vivenciadas pela Igreja Católica e pelo Estado no momento de produção a documentação aqui estudada.

I. Igreja Católica e Estado

A história da Igreja Católica no Brasil iniciou-se sob a proteção e a dependência da coroa portuguesa. Como bem observou Márcio Moreira Alves, uma avaliação da histórica presença católica em terras brasileiras, da dimensão de sua influência cultural e política, não pode deixar de considerar essa condição inicial de conexão.

Do ponto de vista cultural, destaque para o papel educacional desenvolvido pelos Jesuítas junto aos indígenas, com o qual ajudou a impor a cultura do mundo europeu no novo território.

Politicamente, os fortes vínculos com o poder secular durante o padroado, ainda no período colonial, limitaram profundamente a liberdade de atuação e expressão da Igreja Católica¹. De certa forma, tal vinculação foi superada com a proclamação da

---

¹ Sobre essa presença católica em terras brasileiras, seu posicionamento frente à questão do índio e, depois, do escravo, ver: ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. A coleção organizada pela Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina contém um extenso estudo sobre o catolicismo latino-americano. Dois volumes são dedicados à História do catolicismo no Brasil; cf.: HOORNAERT, E.; AZZI, R.; GRIJP, K.V.D.; BROD, B. *História da Igreja no Brasil*. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época. Petrópolis: Vozes, 1979. (Dessa coleção, conferir os volumes referentes a Segunda e Terceira épocas).

República, em 1890. Sob forte influência positivista, a constituição de 1891, entre outras decisões, estabelecia o Estado laico e a liberdade de culto².

Em parte, contudo, esse rompimento foi sentido como danoso a algumas prerrogativas que assistiam ao catolicismo como religião oficial até então³. Assim, especialmente a hierarquia católica trabalhou para recuperar representatividade junto à sociedade e, igualmente, junto ao poder estatal⁴.

Na primeira metade do século XX, momento de grandes transformações na sociedade brasileira, teve início obra de recristianização da sociedade. Pablo Richard identifica nesse período o nascimento de uma “nova cristandade conservadora”, de luta contra o laicismo, o liberalismo, o comunismo e o positivismo que permeavam a sociedade⁵.

Dom Sebastião Leme da Silva Cintra⁶, o líder do episcopado no Rio de Janeiro, apoiado pelo *Centro Dom Vital*, foi o grande bastião do processo de penetração do catolicismo, como também de reaproximação entre Igreja Católica e Estado, neste momento⁷.

Em 1921, o intelectual católico Jackson de Figueiredo fundou a revista *A Ordem* com a função de difundir a obediência à autoridade eclesiástica e às diretrizes romanas⁸. E, em 1922, o *Centro Dom Vital* surgiu como local de concentração da intelectualidade católica brasileira, desejosa de orientar e evangelizar a sociedade laicizante⁹.

---

² GALEA, José. *Uma Igreja no povo e pelo povo*. Reflexão teológica sobre a atual ação pastoral da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 23; e também: RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982. pp. 80-92; AZZI, Riolando. *A cristandade colonial: um projeto autoritário*. São Paulo: Paulinas, 1987 (História do pensamento católico no Brasil; v. I); e WERNERT, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX. A reforma de D. Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

³ Moura diz ser a proclamação da república no Brasil fator de grande importância para Igreja no país; cf.: MOURA, Odilão. (O. S. B.). *As Idéias Católicas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978. p. 31.

⁴ Para uma relação das Pastorais Coletivas do episcopado brasileiro e a “ação positiva” da Igreja no sentido de garantir seu espaço social e político neste momento, ver: SANTOS, Manoel Isau Souza Ponciano dos. *As escolas sob regime de internato e o sistema salesiano de educação: luzes e sombras na prevenção à violência em educação*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 2000. pp. 52-54.

⁵ “Para se afirmar como poder perante o Estado, a Igreja brasileira procurará também, durante este período, o apoio de Roma. A Igreja romaniza-se, europeíza-se, alienando-se da realidade nacional e distanciando-se do catolicismo popular”, cf.: RICHARD, Pablo. op. cit., pp. 138-139.

⁶ MOURA, Odilão. op. cit. p. 81.

⁷ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. pp. 35-36.

⁸ ALVES, Márcio Moreira. op. cit.. p. 119. J. Figueiredo foi o fundador do Centro Dom Vital, em 1922, e o líder da intelectualidade religiosa ali reunida. Defendia, assim como D. Leme, a legalidade e um catolicismo centralizado e conservador, e combatia o liberalismo; cf.: MOURA, Odilão. op. cit.. p. 147.

⁹ DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Unesp, 1996. pp. 89-90.

Já em 1929, como meio de atuação no campo social e religioso, sob inspiração do papa Pio XI, adotou-se o modelo italiano de *Ação Católica*¹⁰. Sob a autoridade direta de padres e bispos, esse órgão procurava agir diretamente na reordenação social por meio da inserção de valores cristãos na sociedade.

A Igreja Católica buscava influir nas transformações políticas, econômicas e sociais que vinham ocorrendo na sociedade brasileira. Transformações que ganharam nova dimensão com o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930.

De modo geral, no plano político e econômico, significou a substituição de uma oligarquia agroexportadora, detentora do poder econômico e influente na administração do Estado até então¹¹. Por outro lado, uma forte intervenção estatal na economia, com o apoio do capital estrangeiro, desenvolveu e modernizou o parque industrial nacional. O país, especialmente pelo desenvolvimento do mercado interno de consumo, fortalecia-se economicamente¹².

No campo social, houve um alargamento da base operária, que ganhava mais espaço e consciência política. E a classe média urbana se expandiu¹³. Era a modernização da sociedade brasileira dentro do sistema capitalista¹⁴.

Na Igreja Católica, sob o comando de sua hierarquia, esse foi um período de renovação das formas de inserção social. Novos canais pastorais foram criados para dialogar e garantir espaço na sociedade.

---

¹⁰ A Ação Católica foi uma organização leiga criada no século XIX. Ganhou seus princípios em 1905, com a Encíclica “*Il Fermo Proposito*”, de Pio X. Era voltada à caridade e ao assistencialismo. Com o tempo, foi se modificando conforme as circunstâncias e as diretrizes do Vaticano. Com Pio XI, em 1922, ganhou uma face nova e mais definida, de apologia do catolicismo no mundo laico das elites. O modelo italiano é de caráter assistencialista, com divisões entre ramos masculino e feminino, ficando as classes sociais indistintas em seu interior; cf.: *História da Igreja II*; Presença na América Latina e no Brasil. Centro de Capacitação da Juventude. Instituto de Pastoral da Juventude. Porto Alegre. São Paulo: 1995. pp. 59-60; Sobre a Igreja e esse momento de criação da Ação Católica, ver também: BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política* – história da JUC e da AP. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹¹ “O declínio das oligarquias denunciava a presença de novas forças no cenário brasileiro. A estrutura econômica já não encontrava correspondência na estrutura política, inadequada, obsoleta, vivendo por inércia, rotinada em seus processos e tendo de valer-se agora de recursos diversos para assegurar a sua continuação”; cf.: SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 316.

¹² Para essas transformações: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. pp. 218-240; e BRESSER PEREIRA, Luiz C. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 29.

¹³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1975. pp. 32-42.

¹⁴ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. Para uma leitura sobre os pactos políticos e econômicos que marcaram essas transformações: BRESSER PEREIRA, Luiz. *Pactos Políticos* – do populismo à redemocratização. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Em 1932, por exemplo, surgia a *Liga Eleitoral Católica* (LEC)¹⁵. Como grupo extrapartidário, essa organização apresentava aos partidos e seus candidatos um programa político condizente com os preceitos cristãos e democráticos. Por outro lado, indicava ao eleitor, sobretudo ao cristão, que votasse ou que militasse num partido político que primasse “pela defesa e vitória das reivindicações cristãs e democráticas do povo brasileiro”¹⁶.

Nesse mesmo período foram fundados Institutos de Estudos Superiores, Universidades e Colégios Católicos, assim como editoras, revistas e livrarias católicas importantes¹⁷.

Todos esses instrumentos ajudaram na afirmação da doutrina e na penetração do pensamento católico na sociedade. A ação persistente de religiosos e leigos fez com que o catolicismo reconquistasse espaço e respeito junto ao governo, instituindo “um regime de mútua independência e colaboração harmoniosa entre Igreja e Estado”¹⁸.

Segundo Alves, o projeto da Igreja era garantir, sobretudo, direitos aos católicos e barrar a influência positivista laicizante. A estratégia foi buscar apoio no governo, endossando a estrutura social que representava e da qual dependia. Propunha-se uma reeducação católica das instituições e das elites agnósticas, alcançando influência no poder civil. Desejava-se reconquistar os setores mais abastados da sociedade brasileira, necessários para garantir essa influência, o que resultava numa burguesia intelectualizada e ritualística¹⁹.

No entanto, a preocupação principal não era com a condição do operário, do camponês ou dos marginalizados política e economicamente. Diante das desigualdades e dos problemas sociais, a caridade era ainda posta como solução. De certa forma, a questão social não era tida como um problema de ordem política e econômica, mas como um tema de ordem moral²⁰.

---

¹⁵ DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Unesp, 1996. pp. 96-99.

¹⁶ Esta informação consta no *Jornal de São Paulo*, de 16 de agosto de 1950, cujo título era “Manifesto da Liga Eleitoral Católica”, que se encontra na Pasta 21-G-001, documento 13.

¹⁷ Em 1946, por exemplo, surgiram PUC no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1948, a PUC de Porto Alegre e de Belo Horizonte. A análise das transformações promovidas pela Igreja Católica, com uma apresentação das instituições por ela criadas neste período, pode ser encontrada em: MOURA, Odilão. *As Idéias Católicas no Brasil*. pp. 81-182.

¹⁸ MOURA, Odilão. op. cit. pp. 83-87.

¹⁹ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. pp. 35-39.

²⁰ Márcio M. Alves, op. cit., p. 41-53.

Era, enfim, uma recatolização de cima para baixo. Construía-se uma nova união com o poder estatal. Um modelo de nova cristandade. Era formal e exterior, sem conteúdo evangélico profundo e alheio à cultura e aos interesses dos socialmente marginalizados. O que se queria, em grande medida, era influenciar na ordenação social. Para tanto, buscava-se a aproximação entre o poder espiritual e o poder temporal, almejando apenas manter a ordem, amenizar os problemas políticos e sociais, e combater os ateísmos²¹.

A Igreja Católica, conforme o desejo de parte de sua hierarquia, então assegurou sua influência e espaço junto à sociedade e ao Estado. Enquanto *parceira* do governo institucional, tornou-se elemento chave da nova ordem instaurada²². Em contrapartida, o catolicismo teve muitas de suas reivindicações atendidas. Destaque para a concessão do ensino religioso nas escolas públicas e da assistência religiosa às Forças Armadas, garantidos na constituição de 1934²³.

Já no período pós-guerra, as mudanças que marcaram o cenário mundial, especialmente no plano político, repercutiram na sociedade brasileira²⁴. A classe média urbana, por exemplo, que buscava afirmar seus interesses e seu peso político-social, exigia uma atenuação do sistema personalista varguista. Segundo Alves, desejava-se que o sistema político fosse “brando para permitir a ascensão das elites urbanas e suficientemente autoritário para impedir a partilha do poder com os grupos explorados”²⁵.

Em outras palavras, as mudanças ocorridas nesse período não significaram uma alteração na estrutura da sociedade brasileira. O sistema que privilegiava o mando de uma elite econômica e política apenas, em parte, mudou de mãos, vinculando-se aos grupos urbanos industrializados.

---

²¹ RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. pp. 139-140.

²² RICHARD, Pablo. op. cit.. pp. 141-142; e AZEVEDO, Thales. *A religião civil brasileira; um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

²³ Sobre este período, Richard afirma: “com a crise de 1930, o enfraquecimento da oligarquia e a pressão das novas camadas médias e populares, a Igreja e as classes dominantes crêem ser mais oportuno abrir o caminho para a mútua reconciliação. (...) O projeto populista, encarnado em Vargas, tem necessidade do apoio da Igreja (ou, no mínimo, não ter a Igreja como inimiga), tendo-se em conta que o povo se diz católico em sua maioria.”; RICHARD, Pablo. op. cit.. p. 143.

²⁴ Houve reflexo do fim do fascismo na Europa, especialmente com valorização dos sistemas democráticos de governo. Com a valorização do voto, cresceu a importância da classe média e dos setores empobrecidos. Sobre as mudanças políticas no fim do governo Vargas, ver: IANNI, Octávio. *Colapso do populismo no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. pp. 13-23. Coleção Retratos do Brasil, vol. 70.

²⁵ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. p. 42.

Neste novo contexto, mais uma vez, a Igreja Católica buscou se conformar às novas circunstâncias.

Quando chegou ao fim o governo Vargas, em 1945, diminuiu o apoio institucional reconquistado pela Igreja. Para a Igreja, antigos e novos desafios passaram a figurar no horizonte. Tinha-se uma sociedade em flagrante transformação, onde a industrialização, a urbanização e o sistema político democrático davam nova feição ao quadro social.

Politicamente, a tensão internacional entre capitalismo e comunismo, que marcou especialmente o pós-guerra, repercutiu internamente durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra²⁶. Houve uma aproximação às diretrizes capitalistas defendidas pelos Estados Unidos, fortalecendo a política liberal econômica e o combate ao movimento comunista²⁷.

O comunismo sempre foi visto pelo catolicismo como uma ameaça à religião, um “erro” que deveria ser combatido. Na primeira metade do século XX, a crescente influência comunista era um dos desafios com que a Igreja se batia²⁸. O marxismo avançava em meio à nova classe média urbanizada, adentrando um espaço de recrutamento católico²⁹. Já os protestantes, de maneira especial os do novo pentecostalismo, juntamente com a Umbanda, expandiam-se em meio às camadas populares, principalmente das periferias das grandes cidades. Por fim, havia ainda a secularização de uma elite tecnocrata.

Contudo, dentro da Igreja, a percepção de como lidar com esses desafios não era homogênea. Dentre os grupos e indivíduos que integravam a comunidade católica não havia um comportamento único, especialmente no que se refere à prática política e

---

²⁶ Sobre o governo Dutra, especialmente sobre suas ações políticas e econômicas, ver: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 1975. pp. 72-109.

²⁷ Em 1947, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro teve seu registro cassado, o que foi muito comemorado pela Igreja Católica; cf.: SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano dos. *As escolas sob regime de internato e o sistema salesiano de educação: luzes e sombras na prevenção à violência em educação*. p. 57.

²⁸ Como considera Motta, o anticomunismo enquanto atuação de indivíduos ou grupos contra o projeto de sociedade comunista de sociedade, nos termos marxista-leninista. O catolicismo é analisado por esse autor como uma das fontes do anticomunismo nacional na obra de: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2002. pp. 18-29.

²⁹ A filosofia marxista era vista pela Igreja como empecilho à expansão do catolicismo. Por exemplo, na encíclica *Quadragesimo Anno*, de maio de 1931, Pio XI condenava o comunismo e o desumanismo causado pelas desigualdades econômicas, mas não o fazia com relação ao sistema capitalista.

social. No pós-guerra, houve uma maior abertura de parte do episcopado à questão social, embora não se mencionasse ainda suas causas, apenas seus efeitos.

Neste sentido, Marina Bandeira observa que o Manifesto do Episcopado Brasileiro, de 1945, falava que elevação da qualidade de vida do proletariado era uma necessidade dos tempos modernos e que os baixos salários eram devidos “à cobiça de lucros excessivos”. De certa forma, tal referência mostra certa preocupação, especialmente por parte dos chamados *Bispos Nordestinos*, com o empobrecimento da população. A autora identifica nisto o início de “caminhada em direção ao povo”³⁰.

Certas alterações na forma de interpretar e interagir com as questões políticas e sociais, à luz dos Evangelhos, tornam-se mais evidentes especialmente no final dos anos de 1940. Alguns setores católicos, sobretudo os vinculados aos movimentos de *Ação Católica*, passaram a receber influência e a refletir sobre as perspectivas da prática cristã veiculadas nas obras de pensadores como Emmanuel Mounier, Jacques Maritain e Padre Lebreton, entre outros.

O filósofo francês Emmanuel Mounier teve grande influência com o *Personalismo*, movimento que buscava a valorização da existência humana numa perspectiva cristã. Na busca pela realização de um homem integral, essa filosofia se voltava para as condições concretas de existência social, defendendo uma estrutura social mais justa e humanizada. A economia, então, era concebida dentro limites éticos e morais³¹.

O *Personalismo* criticava abertamente no capitalismo a alienação da condição humana, que afastava o homem, por exemplo, de sua própria dimensão espiritual. Mounier deseja a construção de uma sociedade em que o material e o espiritual se complementassem. Nesse desafio, embora criticasse os limites das concepções comunistas, o filósofo e o movimento personalista eram abertos ao diálogo com os mesmos.

Em nome de tal projeto, foi criada, em 1932, a revista *Esprit*, na tentativa de unir pensamento e ação política. A revista encerrava um movimento que criticava o

---

³⁰ Como foram os bispos da região nordeste os mais contundentes na denúncia das causas socioeconômicas, a partir da segunda metade dos anos 50, os que o faziam foram identificados como “bispos nordestinos”; cf.: BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)*: anotações para uma história da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação. Rio de Janeiro: Vozes / Educam, 2000. pp. 209-217.

³¹ Sobre essa filosofia, ver: MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

racionalismo que gerou o capitalismo desumanizado, e propunha-se uma sociedade socialista e solidária. Buscava-se romper com a ordem do mundo moderno, fundada sob um “um idealismo desencarnado”, que havia esquecido do homem em sua condição existencial³².

Quanto à Igreja Católica, Mounier recobrava os preceitos evangélicos que deveriam torná-la, em todas as realidades, sinal de transformação, de luta pelo bem comum. Muitas de suas convicções influenciaram o papado de João XXIII e as decisões do Concílio Vaticano II.

No Brasil, a oposição de Mounier ao individualismo moderno exerceu forte influência nos meios acadêmicos e intelectuais, especialmente na juventude católica, entre os anos de 1930 e 1960.

O padre Louis-Joseph Lebreton foi outro intelectual francês com grande influência no catolicismo brasileiro. Esse frade dominicano dedicou sua reflexão e obra ao desenvolvimento de uma economia humanizada. Como Mounier, desejava a promoção integral do homem. Seu projeto de sociedade mais solidária era visualizado através de um desenvolvimento que integrasse o aspecto econômico, social, cultural e espiritual dos indivíduos, em nome de que as técnicas e o progresso econômico deveriam ser colocados a serviço do homem.

A partir de suas idéias de promoção *de todo o homem e de todos os homens*, padre Lebreton foi dos primeiros a pensar o desenvolvimento econômico e humano considerando as condições de vida em cada sociedade, de acordo com cada realidade, numa preocupação também com as formas de exploração dos recursos naturais³³.

Em suas reflexões, o capitalismo surge como elemento desagregador da sociedade humana, levando à exploração de alguns países sobre outros, de uma classe social sobre outra. Isso era reflexo, afirmava, de um sistema que, para sobreviver, chegou mesmo a se contrapor aos seus princípios: “Oligopólios e monopólios enfraqueceram a primitiva liberdade de empresa; a inicial paixão pelo risco criador foi substituída pelo desejo de

---

³² MOIX, Candide. *O pensamento de Emmanuel Mounier*. Trad.: Fr. Marcelo L. Simões O.P. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968. pp. 10-11.

³³ Sobre esse tema: LEBRET, Louis Joseph. *O drama do século XX*. Miséria – Subdesenvolvimento / Inocência – Esperança. Trad.: Fr. Benevenuto de Santa Cruz. 3ª Edição Revista. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1966.

segurança; a plena autonomia da economia restringiu-se pela intervenção do poder público”³⁴.

Com essa perspectiva mais humanista da economia, chamando atenção para os problemas imediatos dos homens em sociedade, em 1941, fundou o movimento *Economia e Humanismo*, entre outras associações que se espalharam pelo mundo, especialmente pelos países empobrecidos, como o Brasil³⁵.

Padre Lebrete esteve no Brasil pela primeira vez em 1947, quando debateu temas envolvendo desenvolvimento e humanismo, e, em 1952, quando abordou temas relacionados à urbanização. Aquele era o momento em que o nacional desenvolvimentismo estava em pauta, e seus preceitos tiveram grande influência no pensamento católico brasileiro³⁶.

Ao mesmo tempo em que se direcionava ao mundo externo, o religioso levou também a Igreja a dar maior atenção ao tema do desenvolvimento econômico no mundo. Durante o Concílio Vaticano II, por exemplo, além da influência de toda sua reflexão e prática sobre o espírito que animava a reunião, Padre Lebrete foi figura importante na confecção de documentos conciliares, como *Gaudium et Spes*. Ainda sob sua inspiração, em 1967, o papa Paulo VI lançou a encíclica *Populorum Progressio*, sobre o Desenvolvimento dos Povos³⁷.

Assim como os dois pensadores anteriores, é importante lembrar o nome de Jacques Maritain³⁸. Crítico da filosofia moderna, foi pensador cristão leigo de grande atuação no mundo cultural, sendo um dos apoiadores do movimento encabeçado pela revista *Esprit*. Defensor da filosofia tomista, exerceu grande influência nos pensadores

---

³⁴ LEBRET, Louis-Joseph. *Suicídio ou sobrevivência do ocidente?* Problemas fundamentais de nossa civilização. Trad.: Fr. Benevenuto de Santa Cruz. São Paulo: Livraria Duas cidades, 1960. p. 17.

³⁵ Para uma noção de conjunto desse movimento, ver: LEBRET, L. J. *Manifesto por uma civilização solidária*. Trad. Frei Benevenuto de Santa Cruz. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1959.

³⁶ Na pesquisa de mestrado, foi possível constatar a grande influência sobre a juventude católica e especialmente sobre alguns de seus irmãos de ordem religiosa, como frei Carlos Josaphat; cf.: SOUZA, Admar Mendes de. *Frades dominicanos de Perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil*. pp. 44-45. Para mais informações: BETTO, Frei; MENESES, Adélia Bezerra de e JENSEN, Thomaz. *Utopia Urgente: escritos em homenagem a Frei Carlos Josaphat nos seus 80 anos*. São Paulo: Casa Amarela, EDUC, 2002.

³⁷ Sobre o caráter cristão de suas propostas, afirmava padre Lebrete: “ainda que sem fé, o observador objetivo do cristianismo, deve reconhecê-lo como um espiritualismo de uma pureza e intensidade excepcionais. Ainda que ele se preocupe essencialmente em conduzir ao infinito que é Deus, não deixa de apresentar aos homens, como uma exigência, os modos de relação capazes de conduzir aos mais altos graus de fraternidade humana”; cf.: LEBRET, L. J. op. cit. p. 12.

³⁸ Sobre a influência de Maritain no Brasil: TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil* (A Igreja e a sociedade Brasileira). São Paulo: Editorial Grijalbo, 1968. pp. 189-210. Nesta obra também há referências de outros pensadores que influenciaram o catolicismo nacional.

católicos do *Centro Dom Vital*, sobretudo com sua obra *Humanismo integral*, de 1936. Nela, defendia a realização dos valores humanos através do respeito à dignidade e aos direitos do homem no âmbito cultural, social, econômico e político³⁹.

Como observa Michel Löwy, é de grande importância ter em conta a influência dos pensadores franceses sobre o catolicismo brasileiro, em especial na sua vertente identificada como progressista⁴⁰. As reflexões religiosas, políticas, econômicas e sociais apresentadas por esses pensadores e movimentos eram um convite à prática, a uma inserção cristã que transformasse a realidade.

Nessa direção, sob influência direta da filosofia humanista de Jacques Maritain, o escritor cristão Alceu Amoroso Lima empreendeu uma abertura do *Centro Dom Vital*, cuja coordenação ele assumiu em 1928, ao mundo que se transformava⁴¹. Amoroso Lima, mesmo defendendo o princípio da autoridade hierárquica católica, imprimiu uma fase construtiva e de ampliação do *Centro Dom Vital*, multiplicando seus instrumentos de inserção social⁴². Já em 1929, por exemplo, antes mesmo do fim do Estado Novo, foi fundada a *Ação Universitária Católica (AUC)*⁴³. E em 1932, surgia o *Instituto Católico de Estudos Superiores* – futura Universidade Católica –, com o objetivo de ser um abrangente centro de estudos e divulgação do catolicismo, formando uma intelectualidade católica moderna⁴⁴.

---

³⁹ MOURA, Odilão. *As Idéias Católicas no Brasil*. p. 106.

⁴⁰ Segundo Della Cava, a divisão no interior da Igreja, entre progressistas e conservadores, se caracteriza pelo posicionamento de determinado grupo frente às mudanças que marcam a história da sociedade e da Igreja, a natureza da Igreja, o grau e a maneira que se relaciona com o Estado. Particularmente, após o Concílio Vaticano II, os progressistas poderiam ser entendidos como aqueles religiosos que estão mais em sintonia com e na busca de soluções para os problemas econômicos, sociais e políticos do homem em sociedade; buscando promover uma política de defesa da dignidade deste mesmo homem, os direitos humanos etc.; Ralph. DELLA CAVA, Ralph. ... *E o Verbo se faz imagem*. Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989. Petrópolis: RJ; Ed. Vozes, 1991. p.36.

⁴¹ Amoroso Lima foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento social cristão no Brasil, tendo recebido também grande influência do movimento Economia e Humanismo, do padre Lebrete; cf.: KADT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil*. Tradução de Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 93.

⁴² DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933)*. pp. 87-106.

⁴³ MOURA, Odilão. *As Idéias Católicas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978. p. 122. O objetivo deste instrumento de inserção no meio universitário era despertar e promover o cristianismo junto à indiferença intelectual laica.

⁴⁴ A obra de Romualdo Dias apresenta com grande precisão os vários movimentos fundados pela Igreja Católica na sua busca por restaurar uma ordem social e espiritual fundada nos princípios cristãos, com ênfase no respeito à estrutura hierárquica católica. Sobre a instituição da *Ação Católica*, do *Centro Dom Vital*, da *Revista A Ordem*, da *Ação Universitária Católica*, dos *Congressos Eucarísticos*, entre outros, ver: DIAS, Romualdo. op. cit.. pp. 69-143.

Neste período, a *Ação Católica Brasileira* começou a se distanciar de seu viés espiritualista. A partir de 1948, passou a se organizar a partir dos modelos franco-belga, assumindo uma concepção de classe e aprofundando sua inserção nos diversos seguimentos sociais. Ao mesmo tempo, a adoção do método *Ver-Julgar-Agir* permitiu aos jovens católicos, oriundos especialmente das classes médias urbanas, uma maior independência de reflexão e ação sobre a sociedade e seus problemas⁴⁵.

Essas mudanças receberam o apoio do padre Helder Camara, nomeado assistente nacional da *Ação Católica Brasileira* em 1947 e um dos religiosos que viria a ser identificado com os chamados *Bispos Nordestinos*⁴⁶.

Nessa perspectiva, desejando renovar a estrutura eclesiástica brasileira, Dom Helder propôs ao Vaticano a criação de uma organização que ajudasse na articulação e na coesão das ações dos bispos brasileiros. Assim, em 1952, surgia a *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB*⁴⁷.

Segundo Alves, essa organização da cúpula eclesiástica católica permitiu a expressão da Igreja num meio social que lhe era hostil. Para o autor, no espírito dos fundadores, ideológica e politicamente, o novo órgão ajudaria na “manutenção da influência institucional da Igreja através da reconciliação das classes sociais em proveito daquelas onde estava mais bem implantada e cujos interesses partilhava, quer dizer, as classes dominantes”⁴⁸.

Marina Bandeira, relatando o processo de criação da CNBB, lembra que Dom Helder organizou encontros entre os bispos às vésperas da implantação da nova estrutura. Para esses encontros foram enviados *Cadernos* que apontavam os principais problemas percebidos pela hierarquia para o catolicismo brasileiro, nucleados em torno de alguns pontos, como:

Clero: (...) reduzidíssimos, os seminários mal conseguem cobrir os claros. (...) Vital para o Brasil e Apostolado Leigo.

---

⁴⁵ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. p. 122-127. Com o tempo, essa evolução geraria atritos com a hierarquia católica.

⁴⁶ Nomeado bispo em 1952, dinâmico, carismático, aberto aos problemas sociais e políticos, cada vez mais Dom Helder passaria a marcar os rumos do catolicismo no Brasil. cf.: CASTRO, Marcos. *Dom Hélder, o bispo da esperança*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

⁴⁷ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. p. 63.

⁴⁸ *Ibidem*, pp. 64-67.

Comunismo: (...) sem desconhecer a necessidade de alerta, parece-nos que a maneira eficiente e quase única de combater o comunismo é, de um lado, criar para todos uma situação econômica razoável e humana e, de outro lado, firmar tanto nos operários como nos patrões o autêntico espírito cristão.

Reforma Agrária: (...) a grande propriedade agrária deixa de cumprir sua função social cada vez que leva a um monopólio rígido, em proveito de um pequeno número, à utilização insuficiente de capacidade de produção do solo ou a formas de pauperismo devidas à exploração do trabalho, ou a uma pressão demográfica que conduz a uma forte valorização da terra⁴⁹.

Como se percebe, as reflexões propostas e as ações tomadas, especialmente pela hierarquia católica, não indicavam ainda uma disposição em questionar e se contrapor à estrutura econômica que gerava agudas desigualdades sociais. As leituras da realidade ainda não tinham levado a uma indisposição com os princípios capitalistas que regiam o Estado brasileiro.

Entretanto, setores dentro da Igreja começavam a participar de maneira mais propositiva no debate sobre os problemas sociais, econômicos e políticos. Este processo de conscientização e mobilização seguiu se alargando e se aprofundando dentre os grupos católicos da Igreja brasileira, especialmente impulsionadas pelas diretrizes emanadas do papado de João XXIII e do Concílio Vaticano II.

Todas essas transformações na sociedade brasileira e no catolicismo incidiram diretamente na relação entre Igreja e Estado. A permanente tensão, aos poucos, tornou-se um entrelaço entre esses poderes, sobretudo com a tomada do poder pelos militares em 1964. Como se verá, surgiu desse embate uma profunda alteração nas concepções e nas práticas católicas.

II. O Departamento de Ordem Política e Social

Do ponto de vista político-social, a criação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social pode ser entendida como uma resposta do governo às mudanças que vinham ocorrendo na sociedade brasileira. Sua função primeira era garantir a manutenção da ordem social vigente.

---

⁴⁹ BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)*: anotações para uma história da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação. pp. 221-222.

Imerso nessas transformações, a caminhada de alguns setores do catolicismo nacional rumo a uma reflexão crítica e a uma prática contrária ao *status quo* foi também objeto de observação dos agentes policiais desse órgão de segurança do Estado.

1. Criação e função

A ocorrência das relações capitalistas de produção, tendo a burguesia como classe dominante na estrutura social que se formava no Brasil, alcançou suas condições necessárias no final do século XIX e início do XX, como relata Nelson Werneck Sodré⁵⁰. A herança colonial na formação econômica e social, a crise da sociedade cafeeira e a disputa dos grupos sociais por comandar as mudanças políticas e administrativas, são alguns dos elementos do complexo processo de industrialização nacional⁵¹.

Embora longas, as transformações rumo à instalação do capitalismo foram nítidas. As condições resultantes da formação histórica do Brasil, com sua economia alicerçada inicialmente na exportação de produtos agrícolas, conferiram um desenvolvimento econômico desigual ao país, com os maiores progressos ocorrendo na região Centro-Sul⁵².

Nesse processo, destacaram-se o Estado e a cidade de São Paulo, com uma representativa burguesia rural e urbana, uma crescente classe média e uma grande presença operária⁵³. As diversas fábricas e oficinas ali fixadas tornaram esse centro

---

⁵⁰ Sobre o sistema capitalista, Sodré observa: “O capitalismo pressupõe, para seu aparecimento, que duas condições sejam satisfeitas: 1) acumulação de riqueza de certa monta; 2) acumulação de força de trabalho separada dos meios de produção. A primeira condição gera o capital; a segunda, gera o trabalho assalariado. Sem trabalho assalariado não há capitalismo, por definição”; cf.: SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. pp. 88-91.

⁵¹ A análise das transformações ocorridas na sociedade brasileira: SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Ver também: SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

⁵² Sobre a dinâmica da economia brasileira, em especial a importância do café para essas transformações: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. pp. 129-136; 200-208.

⁵³ Em meio a essa concentração de operários era grande a presença de estrangeiros. Com o fim do escravismo no século XIX, a imigração de mão-de-obra, sobretudo européia, foi uma das saídas adotadas pelo setor produtivo nacional. Sodré registra que, no final do século XIX, o crescimento da população estrangeira em São Paulo era de 605%; cf.: Nelson W. Sodré. *Formação Histórica do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 308.

urbano o mais importante pólo comercial e industrial do país, especialmente após 1920⁵⁴.

Por outro lado, somada a toda essa convergência, as más condições de trabalho e os baixos salários recebidos pelos trabalhadores faziam da capital paulistana espaço de grandes greves. Muitos protestos políticos e sociais eram promovidos pelo operariado de influência anarquista e marxista⁵⁵.

Em 1924, neste contexto de transformações e de agitação político-social foi criada a *Delegacia de Ordem Política e Social*⁵⁶. Como parte da estrutura administrativa do Estado, a nova dependência desempenhou o papel de órgão de segurança pública⁵⁷. E, do ponto vista político e econômico, a delegacia era o resultado de um sistema governamental que buscava conservar a estrutura social existente, alicerçada no sistema econômico capitalista⁵⁸.

Marta K. Huggins, em seu trabalho sobre as relações entre as polícias latino-americanas e estadunidenses durante o século XX, observa que toda polícia tem em si uma componente política. Seria a condição de órgão de segurança de um Estado alicerçado em uma sociedade dividida em classes sociais que confere esse caráter de polícia política. A autora considera que se esse viés político da ação policial fica mais evidente nos contextos de radicalização e conflito social; ele, contudo, não deixaria de existir mesmo nas sociedades que expõem princípios democráticos, uma vez que

---

⁵⁴ A burguesia industrial paulista era composta por produtores de café e por imigrantes ligados ao comércio de exportação e importação. As condições políticas, sociais, econômicas e estruturais que tornaram São Paulo um centro propício ao desenvolvimento industrial no Brasil do início do século estão analisadas em: COHN, Gabriel. *Problemas da industrialização no século XX*. In: MOTTA, Carlo Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 2ª ed. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1969. pp. 285-318. Conferir também: DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo, 1880-1945*. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

⁵⁵ CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. 2ª ed. rev. e aum. Fortaleza: Edições UFC / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981; sobre a influência nas greves em São Paulo, páginas 168-195; e ainda: AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927 - 1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

⁵⁶ A lei que criou o DOPS/SP é de 30 de dezembro de 1924, nº2034/24. Outros Departamentos de Ordem Política e Social foram criados em outros Estados brasileiros na mesma época e com a mesma função. O processo de criação e reformulação do órgão pode ser encontrado em: PESTANA, José César. *Manual de Organização Policial do Estado de São Paulo*. São Paulo: Sugestões Literárias S. A., 1959.

⁵⁷ A preocupação em remodelar a estrutura policial em função das circunstâncias históricas foi constante. Preocupado com ordem política e social, o governo de Getúlio Vargas promoveu grandes transformações em todo o país, sobretudo centralizando o poder administrativo. Destaque para o Rio de Janeiro, capital do país naquele momento, e São Paulo. Para informações sobre a reestruturação da polícia política durante o governo Vargas: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. Brasília: Editora UnB, 1994.

⁵⁸ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; ATTI, César Augusto. *Arquivo do DEOPS/SP: os documentos da "subversão"*. Populações. Boletim do CEDHAL (São Paulo), nº 4, pp. 8-10, 1996. p. 8.

[...] implica a existência de um órgão oficial sustentado pelo poder do Estado, que utiliza a força, ou a ameaça de força, para controlar os indivíduos, grupos e classes considerados hostis à ordem social, econômica e política do Estado e, portanto, aos interesses de suas classes dominantes. Assim sendo, o papel da polícia – qualquer polícia – é impedir, coibir ou controlar conflitos que representem ameaça ao regime, a fim de criar e manter o monopólio do uso da força coercitiva por parte de um Estado estruturado em bases de classe⁵⁹.

Já Elizabeth Cancelli, referindo-se à importância desse órgão de polícia, lembra que no período inaugurado por Getúlio Vargas, a polícia ganhou papel de destaque, sendo parte fundamental na lógica de repressão e dominação: “No momento o governo passara a ser o Estado, e a polícia, o mais importante dos órgãos de poder na sociedade, uma vez que personificava o braço executivo da pessoa do ditador e de um novo projeto político”⁶⁰.

Por sua vez, essa repressão ostensiva da polícia brasileira, conforme registrou Roberto Kant de Lima, possui uma tradição inquisitorial. Considerando determinados setores da sociedade potencialmente mais nocivos que outros, atua preventivamente sobre alguns grupos, sempre de acordo com a percepção ideológica em vigor⁶¹.

Atuando em consonância com a tradição inquisitorial, o DEOPS acumulava uma miríade de informações sobre pessoas e setores potencialmente perigosos para, posteriormente, descobrir os crimes por elas cometidas. Prioritariamente, não se busca o criminoso a partir do crime, mas o crime através do (suposto) criminoso. Constroem-se estereótipos sobre os cidadãos que são tendencialmente criminosos: são suspeitos, de antemão, por portarem certas características: tipo de

---

⁵⁹ HUGGINS, Marta K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. Trad.: de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998. pp. 10-11. No contexto da América Latina, este trabalho destaca sobretudo as relações entre a polícia brasileira e a estadunidense.

⁶⁰ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. op. cit. p. 47.

⁶¹ “Já no sistema *inquisitorial*, de tradição romana e canônica, feita uma denúncia, até anônima, efetuam-se pesquisas *sigilosas* antes de qualquer acusação, não só para proteger a reputação de quem é acusado, *mas também para proteger aquele que acusa de eventuais represálias de um poderoso acusado*. À defesa do acusado neste sistema contrapõe o *interrogatório* do suspeito, ao final das investigações sigilosas e preliminares, efetuadas sem o seu conhecimento; ao confronto público, os depoimentos secretos das testemunhas, preferindo-se as formas escritas às verbais. O sistema inquisitorial não afirma o fato: *supõe* sua probabilidade, *presume* um culpado e busca provas para condená-lo”; cf.: LIMA, Roberto Kant de. *Cultura jurídica e práticas policiais*. A tradição inquisitorial. Rev. Brasileira de Ciências Sociais, nº 10, vol., jun. de 1989. p. 68.

fala, de idéias, de trajes, de trabalho, de relações de amizade, de leituras⁶².

Ainda nesta direção, as reflexões de Henrique Samet, acerca da construção da brasilidade excludente, auxiliam também na compreensão dos registros policiais feitos. Em parte, eles são os sinais de uma nacionalidade excludente, estabelecida e guiada por princípios e interesses de uma elite paternalista. Os criadores culturais do nacionalismo sempre oscilaram entre negar ao povo brasileiro sua condição de cidadão ou ressaltar-lhe determinadas características, em especial aquelas que o tornam pacífico, incapaz e sujeito à tutela.

Neste último caso, a idéia de “contaminação” dessa brasilidade permearia as práticas policiais, que existem para defender a nação dos elementos nocivos, vistos, normalmente, como de realidades estrangeiras. A polícia política agiria combatendo as “classes perigosas”, apontando o que é “indesejável” *para* e *nessa* sociedade. Samet lembra ainda que a indesejabilidade não está no ato, mas no “enquadramento” do inimigo a ser combatido. Ou seja, a atuação da polícia é estabelecida a partir de uma perspectiva social: a dos setores político, econômico e socialmente dominantes.

A polícia, historicamente, no Brasil exprime essa constante construção onde o conceito de povo alterna representações de inocência e de barbárie instrumentalizadas para atender expectativas de submissão passiva ou transgressões palpáveis em relação a uma ordem que o reverencia para vilipendia-lo⁶³.

Agindo na repressão e prevenção ao crime, a permanente relação com as transformações do meio social fez com que a percepção acerca de quem era o potencial

---

⁶² AQUINO, Maria Aparecida de. *Ambigüidades do autoritarismo republicano brasileiro*. In: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001. p. 25.

⁶³ Sobre a construção do sentimento de brasilidade, onde o sentimento de pertencimento não rompe, antes estabelece a dominação de um grupo sobre outro, ver: SAMET, Henrique. *A Construção da Brasilidade Excludente*. In: *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/ Arquivo Público do Estado, 1993. pp. 46-57.

subversivo, do que era subversão, ameaça e transgressão se alterasse com o tempo. Tudo isso, em alguma medida, conferiu determinadas características à documentação⁶⁴.

Todos esses fatores fazem dos registros documentais acumulados pela polícia política paulista o produto das determinações que norteavam a política de Estado, reflexo, enfim, dos interesses das classes que o comandavam.

Legalmente, esta condição, que gerava a necessidade de manter o controle social, levava a uma constante alteração nas leis e, conseqüentemente, nas práticas repressivas⁶⁵. A cada momento, a vigilância recaía sobre qualquer indivíduo ou setor da sociedade tido como “suspeito”. Quando de sua criação, por exemplo, a polícia política dedicava especial atenção aos comunistas, estrangeiros e desempregados⁶⁶. No caso de São Paulo, eram os setores operários e as suas organizações políticas, com grande participação de estrangeiros, e os comunistas os mais vigiados⁶⁷.

Atendendo a essa dinâmica repressiva, como suporte legal para as ações repressivas, novas leis eram criadas para tipificar o chamado “crime político”⁶⁸. Entretanto, segundo Maria Aparecida de Aquino, essa tipificação guarda algumas particularidades no caso nacional. A concepção de crime político difere da idéia do chamado crime comum, especialmente nos regimes autoritários. Mas, de acordo com a autora, o caráter autoritário que marca a história da república brasileira fez com que a preocupação com este tipo de crime fosse permanente, já que são vistos como “crimes

---

⁶⁴ Como observa Pimenta, ao surgirem novos conflitos, modificavam-se as formas de agir da polícia e transformavam-se também as formas de arquivar a documentação; cf.: PIMENTA, João Paulo Garrido. *Revista de História* 132, 1995. pp. 150-151.

⁶⁵ PIMENTA, João Paulo Garrido. *Os arquivos do DEOPS/SP: nota preliminar. Revista de História* (São Paulo), n° 132, 1995. pp. 149-154.

⁶⁶ Sobre isso, Cancelli afirma que “As questões ideológicas e sociais faziam, na verdade, às vezes de pano de fundo para a justificativa de mudanças de atitude de um Estado que pretendia o implementador de uma profunda profilaxia social”; cf.: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. p. 48; sobre a repressão aos comunistas, ver nesta obra página 79.

⁶⁷ Em 1922, por exemplo, foi fundado o Partido Comunista do Brasil. O texto de Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes, construído a partir de dados recolhidos do acervo documental do DEOPS/SP, indicam bem a leitura que era feita acerca do movimento operário; cf.: NEGRO, Antonio L. e FONTES, Paulo. *Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de Polícia*. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical. In: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. pp. 157-179.

⁶⁸ Maria Aparecida de Aquino avalia que poucas leis realmente trouxeram mudanças importantes para organização do DEOPS/SP. A apresentação da legislação, com a reprodução de quatro delas, pode ser conferida em: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. pp. 19-109.

contra o Estado que, em determinados momentos e em países específicos, podem ser chamados de crimes contra a ‘segurança nacional’”⁶⁹.

Esta percepção guarda importância para a reflexão aqui proposta. Na medida em que o Estado tem a permanente preocupação em denominar, identificar e punir os atores do chamado crime político, num ato de autoproteção, a vigilância exercida por seus órgãos de repressão se torna mais abrangente e constante. Em consequência, a margem de atuação dos chamados movimentos sociais diminui sensivelmente. Neste sentido, uma vez que a Igreja, de acordo com seus preceitos, sente-se no direito de participar na organização social, o choque com a estrutura do Estado é uma possibilidade. Isto ajudaria a explicar a grande quantidade de documentos encontrados.

De modo geral, a definição das competências da polícia política, além das funções específicas estabelecidas a cada momento, evidenciava a preocupação e a disposição dos governos em reprimir o que lhes parecia contrário. Concretamente, determinava a atuação policial, como na sequência abaixo, referente ao Decreto nº 11.782, de dezembro de 1940, Capítulo II:

- a) a direção dos serviços policiais ligados à prevenção e à repressão dos delitos de ordem política e social;
- b) a preparação de inquéritos relacionados com a ordem econômica, na conformidade do Decreto-lei nº 869, de 18 de novembro de 1939, e outras disposições posteriores sobre o mesmo assunto;
- c) fiscalizar o fabrico, importação, exportação, comércio, emprego ou uso de materiais explosivos, inflamáveis, armas, munições ou produtos químicos agressivos ou corrosivos;
- d) fiscalizar a entrada, permanência e saída de estrangeiros;
- e) instaurar, avocar, prosseguir e ultimar os inquéritos relativos a fatos de competência, pelos seus órgãos respectivos;
- f) proceder à fiscalização e registro de hotéis, pensões e semelhantes, seus agenciadores e carregadores, na conformidade do disposto do artigo 5º parágrafos 1º, 2º e 3º do Decreto nº 11 128 de 4 de junho de 1940;
- g) proceder o registro e fiscalização das agências de despachantes que tratem de registro e legalização de estrangeiros;
- h) emitir pareceres em processos de legalização das sociedades civis;

---

⁶⁹ AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. p. 16.

- i) fazer a fiscalização e inspeção de aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias;
- j) identificar e prontuário os indivíduos suspeitos ou acusados por crimes ou contravenções de sua competência.⁷⁰

Como mencionado, é de suma importância ter presente o caráter político da atuação desse órgão repressivo do Estado, que teria como função básica “entrevier e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ‘ordem e a segurança pública’”⁷¹.

Por fim, é preciso dizer que mudanças ocorreram também na denominação do órgão. Destaque para a que ocorreu em 1945, quando então passou a ser identificado como *Departamento de Ordem Política e Social*, ou simplesmente DOPS⁷².

Em quase seis décadas de atuação, o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo acompanhou e registrou as práticas tidas como contrárias ao poder vigente. Aqueles que assim agiam eram tidos pela polícia como inimigos, como opositores da ordem, da sociedade e do Estado. Agindo na legalidade – ou longe dela –, agredindo e executando suspeitos, este órgão influenciou e foi influenciado pela sociedade⁷³.

---

⁷⁰ AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. p. 48.

⁷¹ XAVIER, Marília. *Antecedentes Institucionais da Polícia Política*. In: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Blassioli de. (org.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 18-19. Legalmente, uma vez constatado algum tipo de desordem social, a Delegacia à qual o assunto era pertinente dava início aos procedimentos investigativos, identificando, constituindo suspeitos e recolhendo provas. Na sequência, formalizado e concluído o inquérito investigativo, o mesmo era a base para a denúncia oferecida ao Ministério Público, que, uma vez aceita, transforma-se em processo judicial, indo o réu a julgamento. Para uma visão do Processo Penal Brasileiro: LIMA, Roberto Kant de. *Cultura jurídica e práticas policiais*. A tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 10, vol., junho de 1989. p. 67.

⁷² Em 1924, surgiu como *Delegacia de Ordem Política e Social*; depois se tornou *Delegacia Especializada de Ordem Política e Social*; *Superintendência de Ordem Política e Social*; *Superintendência de Segurança Política e Social*; *Departamento de Ordem Política e Social*; e, finalmente, *Departamento Estadual de Ordem Política e Social*, em 1975. Como a documentação analisada nesta pesquisa se refere ao período em que vigorou a designação de *Departamento de Ordem Política e Social*, DOPS, entre 1945 e 1975, optou-se por usar esta denominação. Administrativamente, o órgão esteve subordinado, por exemplo, ao Gabinete de Investigações, à Chefia de Polícia, à Secretaria de Segurança Pública; mais informações: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; SWESSON JR., Walter Cruz (Org.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. Para uma avaliação das normas criadas pelo Estado para facilitar a atuação policial pelo Estado: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. pp. 19-109.

⁷³ AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. p. 24.

2. O acervo documental

Em 1983, após décadas atuando na repressão, o DOPS/SP foi extinto. Toda a documentação ficou então, até o ano de 1991, aos cuidados da Polícia Federal paulistana, que era subordinada ao governo federal⁷⁴.

Na sequência, a documentação ficou sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, cabendo ao Arquivo do Estado sua organização e preservação⁷⁵. Após longa discussão pública promovida pelo governo estadual, o acervo foi disponibilizado ao público em 1994⁷⁶.

Todo o processo demonstra o quão tensa era a chamada abertura política e, ao mesmo tempo, o quanto era significativa essa documentação policial para o Estado. Produto de um dos mais ativos órgãos de repressão, esses registros são, acima de tudo, o resultado de uma longa vigilância exercida pelo DOPS/SP sobre os setores considerados perigosos pela ordem política dominante, em diferentes momentos históricos⁷⁷. Assim, ao final de quase seis décadas de atividade, tem-se uma enorme massa documental acumulada.

---

⁷⁴ O decreto que extinguiu o DOPS/SP foi o de número 20.728/83. Todo esse trâmite da documentação na mão das autoridades militares gerou dúvidas sobre a integridade do acervo e, conseqüentemente, de sua relevância como registro histórico. Segundo a professora Maria Aparecida de Aquino, é incontestável a importância e a riqueza desse acervo para o estudo das relações entre Estado e Sociedade civil; ver estas informações em: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Blassioli de. (org.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. Famílias 10 e 20. pp. 17-25; ainda sobre a suspeita de alteração da documentação por parte da Polícia Federal, ver: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. p. 25.

⁷⁵ A partir do *habeas-data*, instituído pela constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os acervos das Polícias Políticas passaram a ser cuidados pelos arquivos públicos, buscando com isto garantir o acesso público a essa documentação; cf.: *OS ARQUIVOS das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, 1994.

⁷⁶ Até que houvesse a liberalização, apenas as pessoas diretamente mencionadas na documentação ou seus familiares tiveram acesso aos dados, sendo vedadas as pesquisas de cunho acadêmico; para essas e outras informações: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. pp. 25-26; e PIMENTA, João Paulo Garrido. *Os arquivos do DEOPS/SP: nota preliminar*. p. 150.

⁷⁷ “A existência e a trajetória do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo confunde-se com a própria história política do Brasil republicano. A exemplo das transformações que movem a história, o DEOPS sempre se identificou e interagiu numa realidade mais ampla, seja como sujeito ou objeto (simultaneamente). O resultado é que a história social, política, econômica, cultural ou institucional do Brasil está amplamente contida, espalhada e representada pelo corpo documental produzido pelo DEOPS ao longo de sua existência”; cf.: LEITÃO, Alfredo. M. e SILVA, Débora Cristina S. da. *Um histórico do Fundo DEOPS-SP*. Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal. V. 1, nº1. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998. p. 67.

De conteúdo e composição física diversificada, o sistema de arquivamento utilizado pela polícia visava o melhor armazenamento, o fácil acesso e a melhor apuração dos dados recolhidos.

O fundo documental que compõe o Acervo DOPS/SP é formado por 101 livros de Registro de Inquéritos Policiais, instaurados pelas suas diferentes Delegacias, e por mais quatro *Séries* documentais, produto dos arquivos dos respectivos setores internos. Por sua vez, as *Séries* se subdividem em *Prontuários*, *Dossiês*, *Ordem Social* e *Ordem Política*, que se diferenciam entre si pela origem, pela composição e sentido. Em conjunto, essas *Séries* somam 1.500 fichas remissivas e 163.000 pastas. Cada *Série* é formada por um conjunto de fichas que remetem às pastas com informações acerca de indivíduos e/ou temas investigados.

A *Série Prontuários*, referente sobretudo a pessoas investigadas, possui 163 mil fichas remissivas e 150 mil pastas-prontuários. Foi iniciada em 1924 e extinta em 1983, com o fechamento do departamento. Seus documentos tiveram origem no Arquivo Geral do DOPS/SP.

A *Série Ordem Social*, conta com 115 mil fichas e 2.321 pastas. Foi aberta em 1945 e até seu encerramento, em 1983, recebeu material da Delegacia de Ordem Social e também das Delegacias do Interior.

Já a *Série Ordem Política*, contém 120 mil fichas e um total de 1.582 pastas. Permaneceu aberta entre 1948 e 1983, e sua documentação foi produzida pela Delegacia de Ordem Política, que policiava as atividades políticas e reprimia crimes contra a segurança nacional⁷⁸.

Por ser a *Série Dossiês* a fonte principal deste trabalho, segue uma apresentação mais detalhada, com vista a um melhor entendimento dentro do quadro geral formado pelo acervo.

3. A série dossiês

---

⁷⁸ As informações das atribuições de cada delegacia dentro do DEOPS/SP e da respectiva documentação produzida por suas atividades podem ser conferidas em: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Blassioli de. (org.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 17-43.

A *Série Dossiês* recebeu especial atenção no projeto de *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série “Dossiês” (1940-1983)*, criado em 1998⁷⁹. Sob a coordenação da professora Maria Aparecida de Aquino, os trabalhos realizados buscaram compreender *como se formou, do quê se constituiu e qual o sentido* dessa documentação. Igualmente, desejou estabelecer algumas reflexões sobre a *Série*, o órgão e suas relações com a história do Brasil republicano⁸⁰.

Sobre o conteúdo da *Série Dossiês*, Maria Aparecida de Aquino observa que:

[...] os relatórios de agentes infiltrados são o produto-base gerador da série Dossiês, que se caracteriza por armazenar o material produzido pelo Serviço Secreto (data da década de 40), posteriormente denominado Serviço de Informações (final dos anos 60 e início da década de 70) e, finalmente, Divisão de Informações (a partir de 1975 até o término do órgão em 1983). Esses organismos, dentro do DEOPS/SP, produzem, prioritariamente, esses relatórios, com base na vigilância exercida por seus agentes. Evidentemente, encontram-se muitos outros materiais dentro da série Dossiês que, aliás, caracterizam-se pelo armazenamento de material diverso. As formas de produção de relatórios variam de acordo com a legislação e com o tipo de serviço oferecido. As preocupações que assolam um agente infiltrado do Serviço Secreto das décadas de 40 e 50 são, indubitavelmente, distintas das que atuam sobre um araponga dos anos 60, 70 e 80. De forma semelhante, mesmo que continuando presentes suas funções de controle e de vigilância, existem diferenças de enfoque, presença e pressão exercidas se estivermos sob um regime ditatorial (governo Vargas, Estado Novo) ou sob a vigência do chamado Estado Democrático de Direito (a partir de 1945 até 1964)⁸¹.

---

⁷⁹ O projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série “Dossiês” (1940-1983)* foi realizado entre os anos de 1998 a 2002. Os trabalhos foram desenvolvidos junto ao Arquivo do Estado de São Paulo e contou com o financiamento da FAPESP. Participei desse trabalho como pesquisador bolsista. Informações em: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. pp. 26-31; e AQUINO, Maria Aparecida de. *DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária*. In: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Blassioli de. (org.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. Famílias 10 e 20. pp. 17-43.

⁸⁰ Nas palavras da professora Maria A. de Aquino, o projeto almejava “constituir instrumentais de pesquisa que dotassem o pesquisador de novas formas de acesso a essa documentação. Ao lado disso, a preocupação com a manutenção e conservação desse material. Por fim, a contribuição para a formação de pesquisadores que atuassem dentro da equipe de bolsistas. (...) Todo o tempo, os esforços canalizaram-se em torno da documentação, da crença em sua importância, da preocupação com o desenvolvimento das pesquisas dentro da História do Brasil Republicano”; cf.: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. pp. 9-13.

⁸¹ AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Leticia Nunes de Góes (org.). *O Dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – o Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro*. Famílias 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 15.

Quanto ao *Serviço Secreto*, setor que produziu a documentação que forma a *Série Dossiês*, os itens destacados abaixo, referentes ao Decreto Lei de 1940, que regulamentava a Superintendência de Segurança Política e Social, revelam um pouco do que era essa estrutura investigativa, assim como sua disposição.

Artigo 9º - O Serviço Secreto ficará diretamente subordinado ao Superintendente e compreenderá 16 setores específicos, sem prejuízo da criação de outros que se tornarem necessários.

Parágrafo único – A execução desse serviço ficará condicionada a instruções internas, baixadas pelo Superintendente, o qual também compete a designação dos Chefes dos diversos setores.

Artigo 10º - O Serviço Secreto terá, além dos Chefes de Setores, um Corpo de Investigadores reservados, de livre escolha do Superintendente⁸².

De acordo com as pesquisas realizadas pelo projeto mencionado, em termos físicos, a *Série Dossiês* tem a sua grande massa documental composta por 1.100.000 fichas remissivas, num total de 5.207 dossiês em 9.626 pastas, somando cerca de dois milhões de documentos⁸³. Toda essa dimensão reflete a variada documentação ali reunida entre os anos de 1940 e 1983. Cabe ressaltar porém que a grande maioria desses registros foram produzidos durante o regime militar, após 1964. Por isso mesmo, entre as demais *Séries*, é essa que mais possui documentos referentes a este período.

Inicialmente, o acesso a essa documentação se dava por meio das fichas remissivas⁸⁴. Esse procedimento limitava o acesso às informações específicas do objeto pesquisado, pois o universo documental é variado e a referência indicada pela ficha poderia ser apenas tangencial, não permitindo uma avaliação precisa do material.

O projeto de *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série Dossiês*, também decodificou o código alfanumérico que identificava cada pasta. As pesquisas demonstraram que esse código, composto por três elementos (Número-Letra-Número), era a chave de acesso à documentação contida nas pastas, indicando o assunto

---

⁸² AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. p. 52

⁸³ Conforme adotado no projeto, a denominação Dossiê diz respeito à “unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica”; cf.: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. op. cit. p. 28.

⁸⁴ Essas fichas estavam em 33 fichários, cuja identificação se dava por sobrenomes pessoais e alguns fichários semitemáticos, remetendo a “sindicatos”, “placas de veículo” e “jornais”.

abordado em cada uma. Constatou-se ainda que, por uma questão física, é comum que um mesmo código se refira a mais de uma pasta, onde um mesmo tema é abordado⁸⁵.

O primeiro elemento do código alfanumérico é formado por dezenas, que foram classificadas como *Famílias 10, 20, 30, 40, 50*, que, por sua vez, podem se subdividir. Por exemplo, a *Família 10* se subdivide em *11, 12, 13, 14 e 15*; a *Família 20* em *21, 22, 23 e 24*, e assim por diante.

Cada *Família* indica um tema geral presente na pasta e as *subfamílias*, subtemas daquela. Assim, por exemplo, na *Família 10* o tema geral se refere ao “Contexto da II Guerra Mundial”, onde os maiores suspeitos eram os estrangeiros, especialmente entre os alemães, os italianos e os japoneses. Resumidamente, suas subdivisões numéricas podem ser identificadas como:

- 10 – sabotagem;
- 11 – espionagem;
- 12 – atitudes antinacionais;
- 13 – grupos políticos estrangeiros;
- 14 – contrabando de guerra;
- 15 – divulgação de idiomas estrangeiros⁸⁶.

Este princípio se repete nos demais códigos⁸⁷. O próximo elemento na sequência é uma letra, ou letra de *Setores*, como ficou definido. Ela representa o “ambiente-social”, o setor social da qual trata o *Dossiê*. As letras utilizadas foram *A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, e Z*. As letras *Setores* destacadas abaixo são exemplos dos registros feitos:

---

⁸⁵ Pode constar um quarto elemento, geralmente um número, que funciona como referência de página. É por ele é que se chega aos documentos através das fichas, que toma a seguinte composição, por exemplo: 30-C-1-25011.

⁸⁶ As informações completas sobre todas as *subfamílias* podem ser consultadas em: AQUINO, Maria A. de. *DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária*. In: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Letícia Nunes de Góes (org.). *O Dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – o Anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro*. Famílias 30 e 40. pp. 33-41.

⁸⁷ A *Família 20* refere-se ao envolvimento de indivíduos ou entidades (Partidos) na Política Nacional; a *Família 30* diz respeito aos investigados de participação em atividades comunistas, socialistas e anarquistas; a *Família 40* possui a documentação das Delegacias que compõem o DEOPS/SP: Armas, Munições e Explosivos; Ordem Econômica; Ordem Política; Ordem Social; Estrangeiros; já a *Família 50* é a maior e a mais complexa, possuindo uma grande variedade de temas, sendo que muitos são referências a temas já abordados em outras *Famílias*. Sua documentação menciona sobretudo o período militar pós-golpe de 64.

- *A* – indica a vigilância sobre as atividades desenvolvidas por proprietários, abrangendo desde os donos de empresa até seus diretores, executivos;
- *C* – representa a preocupação com atividades desenvolvidas por estudantes e intelectuais;
- *G* – refere-se às atividades desenvolvidas por setores religiosos.

Por fim, o terceiro elemento é novamente um número, que tem um sentido cronológico de abertura das pastas. Os exemplos recolhidos do texto *DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária* ajudam a entender a lógica aplicada.

- 50-A-001: foi aberta em 24/01/1944;
- 50-A-002: foi aberta na mesma data de 24/01/1944;
- 50-G-003: foi aberta em 01/02/1944.

Algumas exceções existem nessa lógica, e como foram encontradas na documentação analisada nesta pesquisa, cabe um esclarecimento.

Ainda de acordo com o texto da professora Maria Aparecida de Aquino, pode acontecer de essa classificação no código começar pelo número “0”. Ou seja, algumas pastas podem ter a seguinte configuração: 50-B-000. Avaliou-se que isto ocorria quando os setores vigiados não se encaixavam nas demais Letras Setores, daí ganharem essa inscrição. Além disso, a documentação ali inserida não obedecia necessariamente à ordem cronológica.

Essa reunião de número-letra-número, que forma o código alfanumérico, é o que se denominou *Dossiê*. Os registros documentais armazenados formam as *Pastas/Dossiês*. E um *Dossiê*, como mencionado, em função de sua documentação, que varia de acordo com o período e o tema abordado, pode estar distribuído numa sequência cronológica por mais de uma pasta, como demonstra o *Dossiê* destacado abaixo:

- 50-G-002
- 50-G-002 – 001

- 50-G-002 – 002
- 50-G-002 – 003

Esta divisão é física, pois cada pasta segue o assunto que deu início ao *Dossiê* 50-G-002. Vale registrar que essa forma de organizar a documentação, utilizando número e letras, dava à polícia uma grande possibilidade de fazer os registros, criando novos códigos de acordo com as necessidades.

Reportando às idéias assentadas no início desta exposição, o que se pode dizer é que a atuação policial que engendrou toda essa organização reflete, em primeiro lugar, o desejo de controle dos diversos setores que compõem a sociedade. A tentativa de identificar e combater as ameaças ao *status quo* está representada em cada documento, expondo o desejo e o poder de dominação encarnados na estrutura do Estado.

Dentro desse universo documental formado pela *Série Dossiês*, há um conjunto de pastas que resultaram da vigilância do DOPS/SP sobre setores religiosos da sociedade brasileira. Essa documentação constitui a fonte principal deste trabalho de pesquisa, e é ela que será apresentada na seqüência.

III. A documentação analisada: perspectivas adotadas

Como mencionado, as representações religiosas da sociedade brasileira formam um dos setores sociais vigiados pelo DOPS/SP. Dentro da *Série Dossiês*, o setor está representado pela *letra setor G*.

Em função da organização documental adotada pela polícia, há nas pastas *G* uma representação mais abrangente desse grupo social, embora não seja total. Referências podem ser encontradas em outros dossiês da *Série*, como, por exemplo, no setor social representado pela letra *C*. Num primeiro momento, essa letra indica o policiamento em torno das atividades de estudantes e intelectuais. Assim, investigações sobre religiosos envolvidos com o movimento estudantil ou que fossem ativos intelectualmente poderiam ter os dados armazenados nas pastas setor *C*⁸⁸.

---

⁸⁸ Da mesma forma, as investigações sobre os frades dominicanos envolvidos com resistência armada promovida pela ALN de Carlos Marighela têm quase toda a sua documentação nas pastas 50-Z, não nas

Contudo, são as pastas identificadas pela letra *G* que registram de forma permanente e abrangente as informações sobre o campo religioso. Prova disso é que, normalmente, a documentação referente a esse setor que se encontra em outros *Dossiês*, como citado nos casos acima, tem também uma cópia nessas pastas. Ou seja, em termos documentais, concentra a maioria das informações sobre agremiações religiosas dentro desta *Série*⁸⁹.

Além disso, de certa forma, essa documentação não foi estudada em suas particularidades, especialmente em seu conteúdo de registros sobre indivíduos e movimentos vigiados. E como nem todas as investigações se tornaram processos, ficando registradas apenas como procedimentos iniciados pela polícia política, há muito ainda por ser estudado⁹⁰.

O agrupamento temático e todas essas características apontadas são alguns dos elementos que justificam a escolha desse material como fonte para a reflexão proposta.

Em complemento, é certo que essa documentação traz pistas dos procedimentos adotados pela repressão. Como resultado da lógica repressiva, apresenta, em alguma medida, a percepção da polícia política sobre os setores sociais considerados perigosos. Percepção que, como mencionado, apoiava-se numa leitura ideológica da realidade.

Tendo em vista o objetivo específico deste estudo, tal direcionamento poderia significar uma visão seletiva e mesmo distorcida da instituição católica. Essa questão foi então pensada à luz do problema formulado, a saber: como compreender, em termos políticos e religiosos, o conflito entre Igreja Católica e Estado no Brasil de meados do século XX.

Inicialmente, é fato que esta documentação retrata particularmente os mecanismos de repressão utilizados pela polícia política paulista. Procedimentos que obedecem a

---

G, como se poderia esperar. Outros exemplos podem ser conferidos no trabalho de: LONGHI, Carla Reis. *O SNI e seus tentáculos: reapresentações de um projeto de sociedade*. In: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; LONGHI, Carla Reis. *O DEOPS/SP em busca do crime político*. Família 50. pp. 55-119.

⁸⁹ Adota-se aqui a definição estabelecida pelo projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série “Dossiês”*; cf.: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Blassioli de. (org.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. Famílias 10 e 20. p. 36.

⁹⁰ Como dito, a série *Dossiês* é constituída por informações usadas para instauração de processos judiciais. Foram esses processos que deram origem ao trabalhados do projeto Brasil Nunca Mais, o BNM. Este lidou com os processos políticos que chegaram à Justiça Militar brasileira, especialmente ao Superior Tribunal Militar (STM), entre os anos de 1964 a 1979; cf.: Brasil: Nunca Mais. Projeto B. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985. p. 22.

uma lógica repressiva fundamentada na concepção política, econômica e social sustentada pelos setores que controlam o Estado. O *olhar* é seletivo, visa apenas o que é entendido como indesejável, como ameaça à ordem social estruturada.

Entretanto, o entendimento dessa documentação deve buscar a inteireza de seus significados. Assim, não é incorreto pensar que há ali também o apontamento das ações e das resistências desenvolvidas pelos setores atingidos pela vigilância policial. É o que se apreender, por exemplo, da apreciação feita por Maria Aparecida de Aquino:

Restringindo-me somente a dois aspectos que me parecem os mais evidentes, entendo que, através da consulta a esse acervo, pode-se ter acesso ao funcionamento de um importante instrumental de repressão utilizado largamente durante o regime militar e, por intermédio dele, a própria lógica desse regime aparece delineada. O outro aspecto, que é a contrapartida do primeiro, refere-se ao potencial e ao caráter da resistência ao Estado Autoritário brasileiro pós-64. Os relatórios dos “agentes infiltrados” mostram a que eles estavam atentos e quais os seus procedimentos de vigilância e controle. Exibem, também, graças ao conhecimento que, no exercício de sua função, precisavam adquirir em relação às pessoas/instituições/atividades que acompanhavam, o funcionamento e a lógica que ditava o seu procedimento. Além disso, o farto material apreendido nessa atuação repressiva fornece uma radiografia das diferentes expressões de oposição ao regime⁹¹.

Em suma, essa documentação é a materialização da desconfiança de uma parte da sociedade brasileira sobre outra. É sinal das contradições sociais. E por resultar de um processo conflituoso, possibilita a um só tempo a verificação das motivações que levaram à ação repressiva e ao posicionamento dos setores sociais investigados, exprimindo as convicções de ambos os lados.

No que se refere à Igreja Católica, segundo a lógica que produziu esses registros, o *olhar* investigativo era direcionado a indivíduos e movimentos percebidos como ameaças à ordem vigente. Em outras palavras, nas investigações feitas, nos elementos destacados está evidente justamente a ação dos setores católicos que se questionavam e se moviam em função dos problemas políticos e sociais.

Já do ponto de vista documental, num primeiro momento, as informações que se têm da Igreja Católica são indiretas, como relatos policiais de investigações. Entretanto,

---

⁹¹ AQUINO, Maria Aparecida de. *Jornalistas/Militantes na mira do DEOPS/SP*. In: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. p. 184.

essas mesmas investigações recolheram muitos documentos produzidos pela Igreja, o que possibilita um delineamento da instituição.

Ou seja, a origem e a conformação da documentação não negam, antes possibilitam uma verificação dos momentos e das motivações que marcaram os conflitos entre Igreja/Estado e Estado/Igreja. Assim, em função dos objetivos deste trabalho, a fonte indicada torna-se reveladora, pois é a expressão histórica das contendas entre as duas instituições em meados do século XX. Ao trazer o *olhar* vigilante da polícia política, evidencia também a Igreja tida como inoportuna. Essas seriam então perspectivas complementares.

A documentação como registro de idéias e práticas católicas indesejadas pelo Estado: esta foi a perspectiva adotada. Daí decorre que, além de conter o registro das contradições, essa documentação pode ser entendida como seu primeiro sinal. Restando então traçar uma leitura dessa relação, identificando e ressaltando especialmente os elementos que, no comportamento católico, sugerem as causas do atrito.

Por fim, é preciso lembrar que as informações contidas nos registros podem resultar de atos de violência praticados pela repressão policial, especialmente quando se tem em conta as produzidas após a instalação do regime militar, em 1964.

Sobre esta questão, Ana Maria Camargo afirma que tal condição não altera a autenticidade dos registros, já que resultam de um trabalho prático de uma instituição. Estes documentos “nascem para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e são alheios a um eventual uso secundário que deles se possa fazer”⁹².

As observações em torno da fonte documental adotada, além de seu valor descritivo, encerram a perspectiva analítica aqui adotada. O texto abaixo recupera brevemente as circunstâncias históricas que cercavam Igreja Católica e Estado até o início da década de 1950, momento em que foi produzida a documentação aqui analisada.

---

⁹² CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os arquivos da polícia política como fonte*. In: Registro. Indaiatuba, n.º1, Julho de 2002, p. 9. Limites e possibilidades estão igualmente presentes nesse tipo de documentação. Examinando o processo inquisitorial movido contra uma camponesa modenense, Chiara Signorini, no século XVI, Carlo Ginzburg avalia que a tortura e as técnicas de interrogatório utilizadas para extrair confissões devem ser entendidas como elementos perturbadores no processo de interpretação dos documentos que daí resultam. Contudo, o autor avalia que tais registros, ainda que de forma indireta, podem revelar crenças e tradições da época e circunstâncias em que foram produzidos. E a conjunção nos interrogatórios entre pergunta/resposta acaba por retratar o universo individual e coletivo dos envolvidos, expondo coincidências, divergências, interpretações etc.; cf.: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 15-39.

1. Estado e catolicismo em conflito

O material produzido pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo em seu trabalho cotidiano de investigação é um testemunho das concepções que mediarão relações entre Estado e Igreja Católica no âmbito político e no âmbito religioso. Mesmo com limites, essa documentação retrata uma forma de contato entre ambas as instituições e evidencia os sentidos desse *encontro*. Assim, as informações armazenadas foram recuperadas e trabalhadas no sentido de reconstituir essa ocorrência histórica.

O trabalho teve início com o delineamento e a descrição física da massa documental examinada. Tais procedimentos foram formas de adentrar o material, de maneira a revelá-lo e, ao mesmo tempo, avançar em seu entendimento. É isto que este próximo tópico apresenta.

2. Uma dimensão do setor social religioso

De acordo com a proposta inicial desta pesquisa, todas as pastas *G* da *Série Dossiês* seriam examinadas com a intenção de identificar e selecionar as que possuísem registros produzidos entre os anos de 1954 e 1974.

Durante a pesquisa, pensou-se em avançar o levantamento documental até o início dos anos de 1980. O objetivo era enriquecer a análise com a inclusão de um período de grandes transformações políticas no Brasil, inclusive com o retorno das primeiras eleições diretas para governo de Estado, após o regime militar⁹³.

Seguiu-se então uma leitura mais atenta dos registros produzidos nos cerca de 40 anos de existência da *Série Dossiês*. Abarcar toda a documentação era a possibilidade de identificar e caracterizar de forma abrangente as relações entre Igreja Católica e Estado através de uma fonte ainda pouco estudada. Investiu-se então no detalhamento e na montagem de quadros numéricos relacionando todos os dados.

---

⁹³ Esta possibilidade também foi discutida pela Banca de Qualificação deste trabalho.

Mas, na medida em que se avançava na apuração dos registros, ficava claro que seria necessário muito tempo para construir uma reflexão que contemplasse, no mínimo, três momentos históricos distintos da história nacional: os anos anteriores ao regime militar, incluindo o governo Vargas; os dez primeiros anos de institucionalização do governo militar; e, por fim, o período de abertura política e reconstituição da democracia. Esta ampliação também poderia prejudicar a precisão da reflexão pretendida.

Além disso, um grande empecilho estava em lidar com a grande quantidade de documentos referentes ao período militar. Em suma, um trabalho tentador, mas que esbarrava nos limites de um projeto de doutorado, especialmente no que diz respeito aos prazos.

Como resultado, optou-se por fazer apenas uma apresentação numérica de todas as *Pastas/Dossiês/G*. E a análise propriamente dita ficou centrada no período inicialmente proposto: entre 1954 e 1974.

Ainda sobre os caminhos adotados na pesquisa, inicialmente, a leitura dos registros acontecia no próprio Arquivo do Estado de São Paulo. Contudo, o volume a ser vistoriado exigiu que se pensasse em uma alternativa de consulta, de maneira a demandar menos tempo⁹⁴. Optou-se então por fotografar cada pasta da *Série Dossiês*. Registro por registro, as imagens foram sendo guardadas em pastas/arquivos geradas em computador. Este procedimento levou a uma nova quantificação da documentação, de acordo com a microfilmagem feita pelo Arquivo do Estado⁹⁵.

Concluída esta etapa, seguiu-se uma avaliação exterior da fonte. Além da periodicidade de cada unidade documental, foi verificada também sua constituição tipológica⁹⁶.

---

⁹⁴ Dois fatores contribuíram decisivamente para que se fosse pensada uma alternativa. O primeiro diz respeito ao deslocamento até o arquivo. Em média, em função do trânsito e da distância, eram gastas quatro horas entre a ida e volta. Em função do grande número de consulentes que às vezes se dirigia ao arquivo, ocorria de o maquinário disponível não ser suficiente para todos. Esta situação não podia ser prevista ou remediada. Além do desgaste, ambas as situações acarretavam a perda de um tempo precioso.

⁹⁵ Foi gasto cerca de um mês apenas para fotografar os documentos das pastas. Embora a leitura no maquinário apropriado do arquivo fosse mais confortável e rápida, o procedimento adotado trouxe uma grande economia de tempo, dadas as circunstâncias.

⁹⁶ Uma unidade documental corresponde a um volume – composto por uma ou mais remissões – com um tema em comum. Um depoimento, um relatório de investigação, são exemplos de unidades documentais; esta discussão está em: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Blassioli de. (org.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. Famílias 10 e 20. pp. 39-40.

A apuração mostrou que o conjunto de *Pastas/Dossiês/G* teve seus primeiros registros produzidos no ano de 1941 e os últimos em 1978. Nesses trinta e sete anos as investigações policiais produziram 72 dossiês, que foram distribuídos por 114 pastas. Neste total foram identificadas 4.945 remissões documentais⁹⁷.

Como parte das propostas do projeto de *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série Dossiês*, as pastas da série foram microfilmadas. O objetivo era auxiliar na conservação e facilitar o manuseio dos registros⁹⁸. De acordo com o levantamento feito, a microfilmagem gerou um total de 17.161 fotogramas, constituindo-se numa nova dimensão das chamadas pastas *G*⁹⁹.

Os números alcançados por essa estratificação estão representados na tabela 1. Conforme mencionado, estão retratados os dados numéricos de todas as *Pastas/Dossiês/G*.

---

⁹⁷ Uma remissão corresponde um número de identificação encontrado nas fichas remissivas indicando uma informação específica dentro de uma unidade documental (pode ser um nome; um jornal; um panfleto).

⁹⁸ AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. pp. 9-13.

⁹⁹ É preciso dizer que todos os apontamentos encontrados na documentação foram microfilmados no processo. Por exemplo, uma página de registro policial, assim como um panfleto, uma fotografia, um jornal etc., geraram uma imagem. No caso dos jornais e das fotografias, é comum que tenham textos e/ou anotações no verso; além disso, podem estar fixados a uma folha de papel com apontamentos. Neste caso, os versos e as bases sobre as quais estava assentado o registro também foram microfilmados. Esse detalhamento buscou apresentar as pastas ao consulente de forma a mais aproximada possível do original, já que o acesso direto foi vedado.

Tabela 1 – *Dossiês e Pastas G existentes na Série Dossiês do Acervo DEOPS/SP (1940-1983)*

Dossiês/Pastas	Remissões por Pasta	Fotogramas
11-G-001 (I)	01-05	10
11-G-002 (I)	01-09	15
11-G-003 (I)	01-05	05
12-G-000 (I)	01-06	06
12-G-001 (I)	01-16	25
12-G-002 (I)	01-04	10
12-G-003 (I)	01-07	11
12-G-004 (I)	01-06	06
12-G-005 (I)	01-14	40
12-G-006 (I)	01-08	11
12-G-007 (I)	01-02	14
12-G-008 (I)	01-02	03
12-G-009 (I)	01-02	02
12-G-010 (I)	01-03	03
12-G-011 (I)	01-06	08
12-G-012 (I)	01-11	13
12-G-013 (I)	01-02	02
20-G-001 (I)	01-05	06
20-G-002 (I)	01-06	13
21-G-001 (I)	01-16	33
24-G-002 (I)	01-08	07
30-G-000 (I)	01-10	10
30-G-001 (I)	01-70	172
30-G-002 (I)	01-06	07
30-G-003 (I)	01-07	11
30-G-004 (I)	01-07	12
30-G-005 (I)	01-70	563
30-G-006 (I)	01-20	41
30-G-007 (I)	01-14	17
41-G-000 (I)	01-10	12
41-G-001 (I)	01-05	08
41-G-002 (I)	01-02	08
41-G-003 (I)	01-02	02
41-G-004 (I)	01-18	27
41-G-005 (I)	01-15	51
41-G-006 (I)	01-03	04
50-G-000 (I)	01-170	286
50-G-000 (2)	171-186	522
50-G-000 (3)	187-236	347
50-G-000 (4)	237-284	540
50-G-000 (5)	285-368	310
50-G-000 (6)	369-505	278
50-G-000 (7)	506-585	302
50-G-000 (8)	586-633	439
50-G-000 (9)	634-670	267
50-G-000 (10)	671-739	492
50-G-000 (11)	740-810	316
50-G-000 (12)	811-855	447
50-G-000 (13)	856-951	295
50-G-000 (14)	952-1137	285
50-G-000 (15)	1138-1208	346
50-G-000 (16)	1209-1310	272
50-G-000 (17)	1311-1381	358
50-G-000 (18)	1382-1474	344
50-G-001 (I)	01-95	720
50-G-001 (2)	96-234	323
50-G-002 (I)	01-130	367

Dossiês/Pastas	Remissões por pasta	Fotogramas
50-G-002 (2)	131-253	302
50-G-002 (3)	254-358	345
50-G-002 (4)	359-494	312
50-G-002 (5)	495-583	291
50-G-002 (6)	584-710	335
50-G-002 (7)	711-815	308
50-G-002 (8)	816-892	392
50-G-002 (9)	893-998	304
50-G-002 (10)	999-1073	232
50-G-002 (11)	1074-1150	261
50-G-002 (12)	1151-1215	342
50-G-002 (13)	1216-1271	198
50-G-002 (14)	1272-1329	234
50-G-002 (15)	1330-1444	319
50-G-002 (16)	1445-1538	277
50-G-002 (17)	1539-1648	311
50-G-002 (18)	1649-1736	290
50-G-002 (19)	1737-1809	313
50-G-002 (20)	1810-1890	248
50-G-002 (21)	1891-2133	433
50-G-002 (22)	2134-2229	228
50-G-002 (23)	2230-2279	188
50-G-003 (I)	01-16	010
50-G-004 (I)	01	01
50-G-005 (I)	01-05	07
50-G-006 (I)	01-04	05
50-G-007 (I)	01-07	07
50-G-008 (I)	01-07	08
50-G-009 (I)	01-04	06
50-G-010 (I)	01-06	08
50-G-011 (I)	01-02	03
50-G-012 (I)	01-04	04
50-G-013 (I)	01	01
50-G-014 (I)	01-10	186
50-G-015 (I)	01-16	55
50-G-016 (I)	01-16	24
50-G-017 (I)	01-18	16
50-G-018 (I)	01-02	02
50-G-019 (I)	01-04	09
50-G-020 (I)	01-05	16
50-G-021 (I)	01	04
50-G-022 (I)	01-03	04
50-G-023 (I)	01-46	101
50-G-024 (I)	01-08	08
50-G-02 5 (I)	01-10	10
50-G-02 6 (I)	01-04	04
50-G-027 (I)	01-02	04
50-G-028 (I)	01-05	09
50-G-029 (I)	01-02	37
50-G-030 (I)	01-03	14
50-G-031 (I)	01-03	03
50-G-032 (I)	01-04	04
50-G-033 (I)	01-42	157
50-G-034 (I)	01-03	10
50-G-035 (I)	01-16	335
50-G-036 (I)	01-172	359
50-G-036 (2)	173-266	223

De acordo com o número de registros armazenados, foram produzidos em média dois novos *Dossiês* por ano dentro dos quarenta de existência da *Série*, o que gerava cerca de três novas pastas anuais.

Considerando que os dados se referem sobretudo ao campo religioso existente na cidade de São Paulo de meados do século XX, há nesse material um sinal da importância e da permanente preocupação policial com esse setor social.

Uma vez definido o universo documental representado pela *Série Dossiês*, buscou-se então identificar os dossiês e as pastas que se encaixavam no período cronológico definido.

Dos vinte anos considerados, chegou-se ao número de 17 dossiês a serem analisados, num total de 45 *Pastas/G*, conforme representado pela tabela 2.

Tabela 2 – *Série Dossiês, Pastas G selecionadas para análise entre os anos 1954 e 1974*

Microfilmes	Dossiês/Pastas	Remissões por Pasta	Fotogramas por Pasta
08.07.228	21-G-001 (1)	01-16	33
08.07.408	30-G-000 (1)	01-10	10
08.07.408	30-G-001 (1)	01-70	172
08.07.408	30-G-003 (1)	01-07	11
08.07.408	30-G-005 (1)	01-70	563
08.07.409	30-G-006 (1)	01-20	41
09.03.547	41-G-000 (1)	01-10	12
09.07.782	50-G-000 (1)	01-170	286
09.07.783	50-G-000 (2)	171-186	522
09.07.783	50-G-000 (3)	187-236	347
09.07.784	50-G-000 (4)	237-284	540
09.07.784	50-G-000 (5)	285-368	310
09.07.785	50-G-000 (6)	369-505	278
09.07.785	50-G-000 (7)	506-585	302
09.07.785	50-G-000 (8)	586-633	439
09.07.786	50-G-000 (9)	634-670	267
09.07.786	50-G-000 (10)	671-739	492
09.07.789	50-G-001 (1)	01-95	720
09.07.790	50-G-001 (2)	96-234	323
09.07.790	50-G-002 (1)	01-130	367
09.07.790	50-G-002 (2)	131-253	302
09.07.791	50-G-002 (3)	254-358	345
09.07.791	50-G-002 (4)	359-494	312
09.07.792	50-G-002 (5)	495-583	291
09.07.792	50-G-002 (6)	584-710	335
09.07.792	50-G-002 (7)	711-815	308
09.07.792	50-G-002 (8)	816-892	392
09.07.793	50-G-002 (9)	893-998	304
09.07.793	50-G-002 (10)	999-1073	232
09.07.793	50-G-002 (11)	1074-1150	261
09.07.794	50-G-002 (12)	1151-1215	342
09.07.794	50-G-002 (13)	1216-1271	198
09.07.794	50-G-002 (14)	1272-1329	234
09.07.794	50-G-002 (15)	1330-1444	319
09.07.795	50-G-002 (16)	1445-1538	277
09.07.795	50-G-002 (17)	1539-1648	311
09.07.795	50-G-002 (18)	1649-1736	290
09.07.796	50-G-002 (19)	1737-1809	313
09.07.796	50-G-002 (20)	1810-1890	248
09.07.797	50-G-020 (1)	01-05	16
09.07.797	50-G-023 (1)	01-46	101
09.07.798	50-G-030 (1)	01-03	14
09.07.798	50-G-035 (1)	01-16	335
09.07.799	50-G-036 (1)	01-172	359
Total	15 / 44	3.379	12.790

A descrição numérica da documentação selecionada para análise é a seguinte:

- do total de 72 dossiês, foram selecionados 15;
- do total de 114 pastas, foram selecionadas 44;
- do total de 4.945 remissões documentais, as pastas acima englobam 3.379;
- do total de 17.161 fotogramas, foram abarcados 12.790;

Especialmente no que se refere ao número de remissões documentais, e conseqüentemente de fotogramas, a seleção estabelecida alcançou a grande maioria.

Em números totais, os documentos analisados correspondem a 23,6% dos dossiês e a 39,4 % do total de pastas. Esses dados, de certa forma, apoiam as escolhas feitas, já que dos vinte e um anos considerados para análise, foram observadas perto de 50% das pastas, que, por sua vez, possuem mais de 70% das remissões referentes ao setor G. Concretamente, revelaram-se representativos o período e o volume documental pesquisado.

Ficaram fora da seleção, 56 dossiês, que englobavam um total de 69 pastas. Desses números totais, cabe uma observação importante.

Considerando a totalidade de dossiês e de pastas que contêm os registros documentais referentes ao setor religioso, o número selecionado para análise pode ser apontado como relativamente pequeno. Mas ocorre uma singularidade, decorrente da política de repressão adotada em cada contexto. Embora menor, é neste número de pastas selecionadas que está concentrada a maior quantidade de unidades documentais.

Isso se deve, sem dúvida, ao fato de os dez últimos anos observados coincidirem com os dez primeiros anos do regime militar, entre 1964 e 1974. Esse período, que engloba a tomada e a institucionalização do poder militar nos quadros da administração nacional, foi, por isso mesmo, um dos mais violentos. Os expurgos políticos, a decretação dos Atos Institucionais e o combate à resistência armada são marcas desse momento em que os militares exerceram ilegalmente o poder de Estado.

Logo, a maior concentração de registros nesse momento nada mais é que o sinal de uma intensa atividade repressiva desenvolvida pela polícia política durante o novo

governo. Como se verá mais à frente, os dados recolhidos referentes aos setores religiosos refletem claramente essa disposição.

Em termos de *Famílias* e *Subfamílias*, a distribuição dos dossiês e das pastas analisadas por período ganhou o seguinte arranjo:

<i>Família</i>	<i>Subfamília</i>	<i>Número de Dossiês</i>	<i>Número de Pastas</i>	<i>Intervalo de Produção</i>
20-G	21-G	1	1	De 1945 a 1955
30-G		5	5	De 1942 a 1962
40-G	41-G	1	1	De 1942 a 1960
50-G		8	37	De 1940 a 1977

Ainda num plano descritivo, cabem algumas observações sobre as datas de produção da documentação e o processo de arquivamento adotado pelo DOPS/SP.

Como já mencionado, é comum que um mesmo tema, em função dos interesses e da extensão das investigações policiais, esteja distribuído por mais de uma *pasta/Dossiê*. Isto significa que podem existir registros nas pastas que foram produzidos antes e depois do corte temporal adotado.

Como o tema é o que reúne a documentação numa mesma pasta, o encontro de datas distintas se deve à dinâmica investigativa do departamento e a organização física do material. Tome-se como exemplo a *pasta/Dossiê 21-G-001*. O *Informe* que iniciou a pasta é de 1945, e versa sobre a postura da *Liga Eleitoral Católica* frente às eleições organizadas naquele ano. Esta pasta possui 16 documentos, sendo que o último é de 1955 – um recorte de jornal *Folha da Manhã*, com o título “*Manifesto da Liga Eleitoral Católica*”¹⁰⁰.

Como o tema geral do dossiê era a *Liga Eleitoral Católica*, durante 10 anos a pasta foi alimentada com recortes e panfletos sobre essa organização. Esse acumular de documentos é o que torna possível encontrar num mesmo dossiê, e por vezes numa mesma pasta, registros referentes ao contexto da Segunda Guerra Mundial e outros relativos ao contexto político de meados da década de 1960.

No trabalho de delimitação da fonte, tal fato foi avaliado em função dos cortes cronológicos e dos objetivos estabelecidos. Optou-se então por desconsiderar a

---

¹⁰⁰ Pasta 21-G-001, documento número 16.

documentação que extrapolava as datas limites da pesquisa, já que, em geral, os assuntos relacionados se diferem no conteúdo graças ao período abordado.

Ainda na tentativa de alcançar uma maior homogeneidade na cronologia dos registros selecionados, decidiu-se também por considerar as datas de produção dos registros, não as de arquivamento, pois isto poderia remeter a um período muito posterior ao da produção propriamente dita.

Dessa forma, tendo como data base o ano de 1954, o primeiro dossiê analisado foi o *21-G-001*, que foi iniciado com um documento de 1945 e finalizado com um de 1955. No outro extremo, o último dossiê é o *50-G-036*, que teve o primeiro documento produzido em 1974 e foi encerrado com um de 1977¹⁰¹.

3. As pastas dossiês G: composição documental

A distribuição de um tema por diversas pastas, primeiro indica uma constante retomada do policiamento sobre determinados assuntos, sempre acrescentando informações, em função de novas ou de investigações já existentes.

Seja como reflexo da dinâmica investigativa seja pelo longo período de acumulação de material, a fragmentação é uma das características essenciais da *Série Dossiês*. Desta forma, é possível encontrar registros de investigações pontuais, resumidas em uma ou duas páginas de relatório e contidas em uma única pasta, como também se deparar com registros iniciados e desenvolvidos por longo do tempo, com muitas unidades documentais e inúmeras páginas.

No caso, a longevidade é também um fator marcante na *Série Dossiês*. E no que diz respeito às investigações sobre os setores religiosos, esta é uma particularidade.

Outra propriedade da documentação analisada é a variação em sua composição física. São muitos os suportes sobre os quais foram feitos os registros, variando também a forma de se fazer os mesmos.

---

¹⁰¹ As datas de produção e arquivamento foram primeiramente identificadas pelas pesquisas desenvolvidas pelo projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série “Dossiês”*. Esse primeiro levantamento serviu de base para estruturar este projeto de pesquisa. É preciso que se diga ainda que, às vezes, os documentos não apresentam qualquer tipo de registro cronológico em si – é o que pode ocorrer com um panfleto, por exemplo. Neste caso, a identificação se dá pelo conjunto documental onde ele está inserido.

Registros datilografados ou manuscritos podem ser encontrados sobre papéis oficiais, timbrados e de tamanho regular; ou assentados em pedaços de papel carbono, papel de seda, no verso de algum panfleto de propaganda comercial ou ainda em papéis reutilizados da própria burocracia do DOPS¹⁰².

Essas curiosas ocorrências abrem espaço para especulações, que certamente não podem ser sanadas observando a própria documentação. Como conjecturas, elas podem refletir tanto as condições objetivas de trabalho da polícia, no sentido de sinalizar deficiências materiais e monetárias, mesmo que momentâneas; como também pode sinalizar as diferentes circunstâncias em que um determinado registro foi feito. Seria necessário fazer um estudo mais específico para traçar considerações mais precisas.

Mas, de imediato, este quadro teve algumas conseqüências para a pesquisa realizada.

A decomposição física, natural no caso de suportes mais frágeis, fez com que alguns registros ficassem perdidos para leitura. Embora esse seja o caso particular dos jornais, muitos registros da própria polícia também foram feitos sobre material pouco resistente¹⁰³. Nestes casos, os documentos que não permitiram uma verificação segura do conteúdo, não foram considerados nas análises feitas¹⁰⁴.

Quanto ao material abordado, há nele uma grande variação temática e cronológica. Para cada denominação religiosa de indivíduo investigado, foram reunidos informações e materiais diversos, o que evidencia alguns procedimentos investigativos adotados pela repressão. Neste caso, a pesquisa histórica realizada, na medida em que buscou ordenar e decifrar o conteúdo em função dos objetivos definidos, permitiu também uma apreciação do valor documental dos registros produzidos pelo DOPS/SP.

A tabela abaixo relaciona os diferentes tipos de documentos encontrados nas pastas G. De maneira objetiva, observou-se a classificação dada pela polícia. No caso dos registros que não tinham uma denominação prévia, eles foram dispostos de acordo com a anatomia externa, o conteúdo e/ou a função que pareceram cumprir dentro do

---

¹⁰² Isto foi percebido já durante o trabalho desenvolvido junto ao projeto de *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série “Dossiês”*. Com a microfilmagem da documentação, tem-se agora apenas a percepção visual dessa composição.

¹⁰³ Os vários anos transcorridos até que se fosse dado destino e o devido cuidado ao acervo, certamente, contribuíram para esse processo de degeneração.

¹⁰⁴ De forma sistemática, isso se deu com os jornais. O material quebradiço e os textos registrados com pequenas letras tornam particularmente difícil sua leitura. Mas a presença constante de recortes jornais e as manchetes destacadas pela polícia foram apontadas no decorrer da análise documental.

conjunto. De maneira organizativa, o material foi ordenado considerando o fato de ter sido produzido pela própria delegacia ou ser material externo (recolhido pelas investigações)¹⁰⁵.

Em função da variedade e da quantidade, não foi possível listar no cabeçalho da tabela todas as espécies de documentos encontrados. Sua exposição pormenorizada está indicada através dos números romanos apontados nas colunas.

Tabela 3 – *Série Dossiês, Documentos encontrados nas Pastas G entre os anos de 1954 e 1974*

	I	II	III	IV	V	VI	VII
	Relatórios	Auto de Qualificação	Censura Postal	Panfletos/Boletins	Jornais	Livretos/Folhetos	Fotografia
1954	2			2	5		
1955	15			3	4	1	
1956	24			6			
1957	28	1	1		1		
1958	37		1		2		
1959	14		2	1	37	4	
1960	13			1	6	3	2
1961	6			1	1		
1962	3						
1963	12				2		
1964	5						
1965	30	2		3	1		
1966	26			1	2	5	1
1967	46			3	14	4	
1968	86	4		2	49	17	
1969	62	1		4	34	13	1
1970	92	33	6	36	16	2	
1971	64	15	2	162	5	1	1
1972	144	3	1	219	14	12	
1973	147	10	4	294	18	48	1
1974	179	9	5	361	5	19	5

I. Na primeira coluna estão relacionados: *Relatórios de Investigação e Observação; Protocolos de Investigação; Portarias; Despachos; Requerimentos; Informes e Boletins Informativos da Polícia; Pedidos de Informação; Comunicados; Encaminhamentos e Circulares Internas; Sindicâncias;*

II. Na segunda coluna estão relacionados: *Autos de Qualificação; Autos de Exibição; Autos de Apreensão; Autos de Prisão; Autos de Depósito; Inquéritos Investigativos;*

¹⁰⁵ Embora tenham sido observados alguns critérios, não houve uma preocupação em fazer uma classificação precisa de cada unidade. Para uma discussão aprofundada sobre a classificação documental e exemplificação de tipos documentais: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002; em especial as páginas: 19; 45; 93.

Pedidos de Busca; Termos de Declaração; Notas de Culpa; Assentada; Autorizações; Procurações; Portarias; Certificados e Certidões;

III. Na terceira coluna estão relacionados: *Censura Postal; Telegramas; Cartas Manuscritas; Rádio Telegrama e Rádio Patrulhas;*

IV. Na quarta coluna estão relacionados: *Panfletos; Boletins e Jornais Diocesanos e de missa, Cartas Pastorais; Cartas e Comunicados de indivíduos ou instituições religiosas; Cartões pessoais e comerciais;*

V. Na quinta coluna estão relacionados: *Jornais da imprensa comercial, de circulação nacional e estadual;*

VI. Na sexta coluna estão relacionados: *Livretos e Folhetos; Revistas; Cadernos e Cadernetas; Agendas;*

VII. Na sétima coluna estão relacionados: *Fotografias; Documentos de Identificação.*

As três primeiras colunas reúnem o material entendido como tendo sido produzido pela própria polícia; já as quatro últimas concentraram o material visto resultando de recolhimentos ocorridos durante as investigações. Os tipos documentais que figuram no cabeçalho foram escolhidos por representarem a maioria no conjunto onde estão agrupados, respectivamente: **I** - *Relatórios de Investigação e Observação*; **II** - *Autos de Qualificação*; **III** - *Censura Postal*; **IV** - *Panfletos; Boletins Diocesanos*; **V** - *Jornais*; **VI** - *Livretos e Folhetos*; **VII** - *Fotografias*.

A primeira observação a ser feita sobre o quadro é que os números referentes a cada tipo documental indicam quantas vezes cada um foi percebido na documentação. Entretanto, esses números não podem ser tomados isoladamente, pois esses diferentes tipos documentais podem fazer parte de um mesmo dossiê ou pasta, não devendo ser entendidos necessariamente como unidades ou remissões documentais. Um panfleto, uma fotografia, um recorte de jornal, por exemplo, normalmente são anexos, fazem parte de um *Relatório*, de um de *Informe* ou de *Inquéritos Investigativos* e podem não estar referendados individualmente na documentação.

Quanto à documentação propriamente dita, é preciso destacar a grande quantidade de livros, de revistas e de panfletos da época recolhidos pela DOPS/SP. São muitos, por exemplo, os pequenos livros descrevendo as estruturas e a história de grupos religiosos que então buscavam se fixar no território nacional – destaque para as diferentes associações japonesas e dos povos do leste europeu.

Os diferentes tipos documentais encontrados refletem, primeiramente, o *olhar* abrangente e atento da polícia política. No caso, a vigilância voltada aos setores

religiosos ganha dimensão pelos detalhes, como, por exemplo, na recolha de boletins de missa – procedimento em que o investigador normalmente esteve presente na celebração –, na censura postal, no acompanhamento cotidiano de notícias veiculadas na grande imprensa nacional.

Depois, os números encontrados, expressos especialmente na primeira e na quarta coluna, demonstram a intensidade desse *olhar*. A produção de *Relatórios* e *Informes* sobre investigações e observações é permanente e volumosa nos vinte e um anos examinados.

É de se salientar também a conservação de algumas práticas investigativas. A *Censura Postal*, por exemplo, tão praticada nos anos 40, especialmente, no contexto da Segunda Guerra Mundial, continuou sendo um expediente usado. Assim como o uso de jornais como fonte de informação.

De uma maneira geral, o quadro mostra que os recursos utilizados para monitorar a sociedade variaram em intensidade ao longo do tempo. É perceptível, entretanto, o emprego e o aumento de todas as modalidades no momento que se seguiu ao golpe militar brasileiro. Reflexo da grande tensão social vivida no período, especialmente após 1968, momento em que a polícia política e o exército brasileiro começavam a combater a resistência armada.

Como resultado da constante adaptação do órgão à realidade, foi neste período também que se acentuou a fragmentação da documentação. Como observou a professora Maria Aparecida de Aquino, se no início os dossiês eram usados como prontuários, abordando nomes e temas de uma maneira mais definida, a partir de então estes dados estarão cada vez mais espalhados por diversos dossiês¹⁰⁶.

Em suma, relatórios, informes, comunicados, inquérito, notas, telegramas, panfletos, boletins, jornais, revistas, fotografias, entre outros, na forma e no conteúdo, refletem a atuação da polícia e as circunstâncias políticas, econômicas e sociais de um momento conturbado da história nacional. Mais uma vez, refletem a riqueza e as potencialidades de pesquisa sobre e dessa documentação, por serem testemunhos de uma época.

---

¹⁰⁶ Ver essa discussão em: AQUINO, Maria Aparecida de. *Ambigüidades do autoritarismo republicano brasileiro*. In: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; LONGHI, Carla Reis. *O DEOPS/SP em busca do crime político*. Família 50. p. 48.

4. As comunidades religiosas nas pastas dossiês G

Dando seqüência ao esmiuçamento da fonte, cabe agora apresentar as comunidades religiosas encontradas nos vinte e um anos considerados¹⁰⁷.

Já foi falado que cada dossiê corresponde a uma unidade documental que reúne diferentes documentos sobre temas específicos, em uma ou mais pastas. E também que esses documentos eram acessados através de fichas, que indicavam o assunto e a pasta onde se encontra tal material por meio de um código alfanumérico.

Por sua vez, dentro da pasta, a indicação alfanumérica aparece no documento junto a um carimbo do Departamento de Ordem Política e Social. Normalmente esse apontamento se encontra sobre as páginas que dão início ao registro temático em questão. Entretanto, não é incomum que os documentos dentro de um dossiê estejam assinalados com mais de um código alfanumérico.

Tome-se como exemplo prático o dossiê identificado pelo código alfanumérico 30-G-002, constituído unicamente por um *Comunicado* preparado pelo *Serviço Secreto*, que possui ao todo sete folhas de ofício e que se encerra em uma única pasta.

Na primeira página, onde se encontra o carimbo com o código alfanumérico indicando o início documento, constam também informações preliminares sobre o assunto abordado. No caso, trata-se de um relatório sobre observações “procedidas durante e depois da missa mandada celebrar pelo Gal. Miguel Costa, no dia 10/05/44, na Igreja São Bento, em intenção à alma de Siqueira Campos”.

Na seqüência, após mencionar quem solicitou a missa, onde ela se realizou, quantas pessoas foram e o grau de relação delas com o homenageado, foram listados os nomes de alguns presentes. Por fim, foram anexas nas duas últimas folhas fotos feitas após a missa, enquanto aconteciam os cumprimentos.

Na segunda, terceira, quarta, quinta e sexta folhas, onde nomes e frases aparecem sublinhados ou marcados por um pequeno sinal a lápis, como ocorre com as fotos, há novos carimbos com números remissivos, em seqüência ao que marca o início da

---

¹⁰⁷ Do ponto de vista objetivo, como definido por Wilges, religião é “conjunto de crenças, leis e ritos que visam um poder que o homem, atualmente, considera supremo, do qual se julga dependente, com o qual pode entrar em relação pessoal e do qual pode obter favores”. Religião como conjunto de crenças, de preceitos, de doutrinas, em torno dos quais se associam indivíduos, leigos e religiosos, formando uma comunidade religiosa; ver a definição em: WILGES, Irineu. *Cultura Religiosa: as religiões no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. pp. 9-25.

documentação. Isto indica que os nomes, os temas e as fotos destacados passaram a ser novas remissões dentro do documento. Em outras palavras, passaram a ser a um só tempo parte de um conjunto de informações e, em si mesmos, novas referências de informação. São dados individualizados.

O que parece comprovar essa percepção é o fato de, às vezes, o item destacado reaparecer em outro documento ou mesmo em outro dossiê, onde é incorporado como nova informação. Da mesma forma, o armazenamento de diversas cópias de um mesmo material pode também possibilitar esta compreensão.

É comum se deparar com diversas cópias de um documento numa mesma ou em diferentes pastas. Inicialmente, é fato que muitas cópias representam apenas exemplares arquivados – isso ocorre particularmente com fotografias, panfletos e comunicados recolhidos. Mas ocorre dessas unidades repetidas apresentarem diferentes marcações. Num exemplar pode estar grifado um nome, um tema, um número; em outro, um outro exemplar idêntico pode apresentar diferentes itens grifados. Seja porque foi destacado um novo elemento seja porque foi abordado num outro contexto, esse fato parece indicar abordagens diferentes do mesmo material.

Isto ocorre, certamente, em função de interesses específicos da polícia em acumular informações. Ao pinçar um nome ou um tema dentro de um assunto maior, torna-o um novo dado, que pode ser relacionado a uma nova investigação. Essa individualização dentro do sentido maior, de alguma maneira, passa a ser uma nova referência para o próprio órgão que a gerou.

Já de início, essa forma de proceder indica uma forma de comportamento, revelando, ao mesmo tempo, o direcionamento do *olhar* investigativo.

Do ponto de vista da disposição dos documentos, é o primeiro número remissivo que indica a unidade documental. É ele que deve ser tomado como referência principal, pois remete ao assunto de cada unidade documental. Conseqüentemente, as demais remissões numéricas que aparecem no corpo do documento possuem um caráter secundário – podem indicar o destacamento de dados pela investigação dentro desse conjunto mais amplo e significativo, que é a unidade documental.

Neste trabalho, os números remissivos que indicam as unidades documentais dentro das pastas foram contabilizados individualmente. Assim, por meio de uma leitura prévia do material, cada número remissivo identificado como indicador de uma unidade

documental foi analisado como um novo registro da policial sobre determinado assunto. Dessa forma, mesmo que uma unidade documental apresente mais de um número remissivo em seu corpo, foi por meio do número principal que se deu a identificação e a especificação das diferentes instituições religiosas e temas presentes nos documentos armazenados nas *Pastas/Dossiês/G*¹⁰⁸.

Desta forma, chegou-se uma lista de comunidades religiosas conforme apresentado na *tabela 4*. A partir da contagem dos números que identificam as unidades documentais presentes nas pastas, os números indicados representam a quantidade de vezes em que cada comunidade foi referida na documentação reunida pelo DOPS/SP entre os anos de 1954 e 1974.

---

¹⁰⁸ Curiosamente, o grupo religioso que menos era identificado nominalmente era o dos católicos. Tendo em vista a presença histórica do catolicismo no Brasil, isto talvez tornasse desnecessária uma identificação explícita, o que indicaria uma certa familiaridade.

Tabela 4 – Série Dossiês, Comunidades religiosas identificadas nas Pastas G entre os anos de 1954 e 1974

	1954	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	1974
Igreja Católica Apostólica Romana	5	6	3	4	46	7	5	2	1	4	1	13	14	40	149	82	74	88	149	195	169
Igreja Católica Apostólica Brasileira	2	4	2		2	1	1		1	2			1	1	1	2	1				3
Igreja Católica Apostólica Unida						1										12					
Igreja Católica Litvana							1						5	2						4	
Igreja Católica Ortodoxa Latina			1																		
Igreja Maronita Católica Libanesa					1																
Igreja Adventista do Sétimo Dia		2										1									
Igreja Evangélica Batista			2		1		2										1			1	3
Igreja Evangélica Metodista																5					
Igreja Presbiteriana do Brasil													3		2	21	1				
Igreja Americana Francesa Italiana Brasileira																2					
Igreja Brasil Para Cristo					1						3										1
Igreja Cristã Científica																					
Igreja da Cura Divina									1												
Igreja Evangélica Assembléia de Deus		1						1				1					10		1	2	
Igreja Evang. Ass. dos Santos em J. Cristo												1	1								
Igreja do Evangelho Quadrangular			1			5	4					1									
Igreja Evangélica Armênia																			1		
Igreja Evangélica da Vila Munhoz																		5			
Ig. J. C. dos Sant dos Últimos Dias/Mórmons																					1
Igreja Pentecostal Deus é Amor								1							2					1	1
Igreja Pentecostal Monte das Oliveiras												1									
Igreja Pentecostal A Volta de Cristo												3	2								
Igreja Autocéfala Ucraniana			2	1	1																
Igreja Ortodoxa Russa				1	4	1	1	1			1	1									
Associação Brasileira de Igrejas Evangélicas		1	1	2			1														
Ig. Evangélica Congregação Cristã no Brasil		1																			
Comunidade Ciência Cristã																				1	
Comunidade Israelita/Sinagogas		1			1					1		3									
Exército da Salvação																					2
Sociedade Bíblica do Brasil			1																		
Testemunhas de Jeová										2											3
The Children of God Trust/Os Meninos de Deus																					1
Associação Espírita/Espiritismo Brasileiro			1		1							1							4	5	2
Associação Budista do Brasil			1																		
Associação Religiosa Santuário Seitoku																	9	2	19		
Comunidade Subud do Brasil																			10		
Comunidade Bahá-Is					1																
Comunidade Ordem do Graal na Terra																			1	2	
Igreja Messiânica Mundial													1						18	17	
Sociedade Nitren Shoshu do Brasil																				1	
Sociedade Religiosa Soka Gakkai										2											
Perfect Liberty Religious Order						1	2													2	
Ass. Educacional Religiosa/Lar Cristoman				2																	
Ashatanga Yoga Research Institute																				8	
Irmandade Espiritual Circulo Lunar					1																
Sociedade Seicho-No-Ie do Brasil			1																		

Essa constância se apresenta como um dos traços marcantes já nesse primeiro decênio.

O levantamento feito é uma série histórica, e nos fornece uma informação factual acerca da composição documental das *Pastas/Dossiês/G*, entre os anos de 1954 e 1974¹⁰⁹. E essas informações possibilitam algumas reflexões acerca das relações entre a polícia política e os setores religiosos da sociedade brasileira.

Os dados confirmam algumas informações já apontadas por outros trabalhos sobre a *Série Dossiês*. A diversidade religiosa encontrada e o número de vezes em que cada grupo foi mencionado ao longo dos vinte e um anos, por exemplo, caracteriza bem a abrangência e “constância do olhar vigilante” sobre esse setor social.

Foram identificadas 47 diferentes comunidades religiosas¹¹⁰. Esse amplo leque de entidades é formado tanto por grandes e tradicionais denominações como por entidades de menor vulto, com formação mais recente em território brasileiro.

Esse último grupo é formado, por exemplo, pela *Igreja Cristã Científica*, *Igreja da Cura Divina*, *Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias*, ou pela sociedade *Seicho-No-Iê*, *Bahá-Is* e *Os Meninos de Deus*, entre outros¹¹¹. E, em geral, muitas dessas comunidades apareceram apenas uma única vez em toda a documentação.

Por serem em sua maioria comunidades novas e pouco numerosas, a leitura dos documentos permitiu entrever como, às vezes, a polícia iniciava e procedia na recolha de informação sobre esses grupos.

---

¹⁰⁹ A designação de informação factual está aqui em acordo com: LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1999. pp. 49-50.

¹¹⁰ Os grupos religiosos designados por cores na tabela foram dispostos considerando a classificação estabelecida na obra de Irineu Wilges. O primeiro grupo retratado, em azul, é das chamadas *Religiões proféticas*, cuja origem está ligada a um profeta que comunica uma revelação divina (está incluído aqui o judaísmo, o cristianismo e todas as denominações evangélicas derivadas da Reforma até suas expressões contemporâneas do novo pentecostalismo). O grupo seguinte é o das *Religiões espiritualistas*, em laranja, que inclui o espiritismo brasileiro. Em verde se encontram as *Religiões sapienciais*, fundadas por um ou vários sábios, destacando-se no grupo identificado as vertentes japonesa, indiana e persa. E, por fim, em marrom, as denominadas *Atitudes ou místicas filosóficas*, como opções de vida representadas por uma crença, mas não possuem características de uma religião institucional. Como observa Wilges, a linha de demarcação entre essas categorias não é unânime. A disposição adotada não pretende ser rígida, mesmo porque não foram encontradas informações sobre todos os grupos encontrados na documentação. A impressão que se tem é que alguns grupos tiveram vida efêmera; cf.: WILGES, Irineu. *Cultura Religiosa: as religiões no mundo*; e ELIADE, Mircea. *Dicionário das religiões*. Trad: Ivone Castilho Benedetti. 2ª. ed. São Paulo: Martins fontes, 1999. pp. 23-24.

¹¹¹ Deve-se ter em conta o período histórico considerado. Muitas das instituições religiosas, em especial as evangélicas, certamente teriam uma maior representação se o levantamento fosse feito nos dias atuais.

Percebe-se que a abordagem de determinado grupo poderia se dar de forma indireta. Numa investigação, por meio de um depoimento, por exemplo, poderia ser mencionada uma comunidade religiosa até então não investigada. A partir dessa indicação, num segundo momento, a polícia iniciava a busca por informações e reconhecimento das idéias do grupo citado, especialmente de seu comportamento político.

Já o recolhimento de informações podia acontecer através de uma *Observação* no local, durante uma reunião eventual da comunidade. Ou, o que normalmente ocorria em paralelo ao primeiro procedimento, era solicitado um levantamento de informações constantes nos próprios arquivos da polícia. Neste momento, uma menção qualquer feita em um depoimento, como nome ou endereço, uma denúncia, um panfleto recolhido, enfim, tudo que existisse arquivado era recuperado e ofereciam subsídios para a investigação. Esses dados, em função do pedido feito, compunham *Informes, Relatórios Internos, Relatórios de Qualificação*.

É para isso, afinal, que o DOPS acumulava uma miríade de informações.

Entretanto, os procedimentos investigativos, pelo que se encontra na documentação, podiam ser dos mais variadas formas. Isso também parece ter relação com os diferentes agentes infiltrados que estavam a serviço desse órgão de polícia. Há um documento datado de 05 de dezembro de 1958 que mostra o quanto essa etapa podia se dar de forma comum. Nele, o informante comentava acerca de sua incursão em busca de informações sobre as acusações que Dom Jaime, arcebispo do Rio de Janeiro, teria feito em programa de rádio sobre a existência de um parlamentar corrupto no legislativo nacional. O religioso então se recusava revelar o nome de quem acusava. Pelo que consta, esse episódio teve grande repercussão na mídia da época, que insistia junto ao arcebispo para que fizesse a revelação.

No documento, que vem intitulado como *Incidente Cardeal Câmara X Poder Legislativo*, o narrador expõe como, de forma trivial, obteve novas informações sobre o caso. Depois de dizer que aquele era então o “assunto palpitante da atualidade política nacional” e que eram muitos os nomes comentados “nas conversas a boca pequena em todas as rodas políticas da Câmara e fora dela”, observava:

Nesse emaranhado de acusações sigilosas, foi e nos fixamos para colher algo de verdadeiro sobre o assunto, já que o acusador negou-se peremptoriamente a declinar o nome do dito cujo.

Nas nossas atividades, a par das atividades desenvolvidas, o acaso sempre coopera decisivamente. Foi justamente o que sucedeu na tarde de terça-feira. Caminhávamos pela Avenida Rio Branco, cerca das 15 horas, quando o acaso nos pôs à frente de um ex-senador muito ligado ao Bispo auxiliar D. Helder Camara, o qual nos confidenciou que, o Deputado visado era o Sr. Renato Archer, do PSD do Maranhão, irmão do Senador Remy Archer, e que, ao caso, não era estranho, o Deputado Arnaldo Cerderia¹¹².

O informante então segue tecendo suas considerações sobre o assunto. O que importa aqui é registrar que eram muitas as formas de agir da polícia na busca por acumular informações. A forma de proceder podia variar, e contava mesmo com o “acaso”, conforme mostram os registros, mas o objetivo era sempre o de alimentar de novos dados os órgãos de vigilância do Estado.

Em outras ocasiões, eram as denúncias de vizinhos de bairro que, incomodados com o “barulho” ou desconfiados por determinadas “movimentações”, atraíam a atenção da polícia¹¹³.

Percebe-se na documentação que esse tipo de ocorrência, em muitos casos, envolveu evangélicos e suas novas associações religiosas. É o caso da investigação realizada em torno da *Igreja Evangélica da Vila Munhoz*, iniciada em 14 de abril de 1971. Todo o processo foi desencadeado por reclamações de vizinhos acerca do barulho produzido pelos fiéis durante as celebrações. Foram colhidos testemunhos; o pastor da comunidade, de nome Jusmarino de Paula, foi convocado pela delegacia e seu depoimento foi tomado¹¹⁴.

Além dessa incitação que vinha da comunidade, alguns departamentos e delegacias de polícias, especialmente do interior, solicitavam ou enviavam informações

---

¹¹² Pasta 50-G-002 (1), documento 78. Em todos os documentos transcritos foram mantidas a grafia e as eventuais marcações que o texto possuir.

¹¹³ Elizabeth Cancelli ressalta que as campanhas cívicas desencadeadas pelo governo de Getúlio Vargas conseguiram mobilizar a população em torno da construção de um novo país, onde a delação dos inimigos era tida como um ato de participação nesse processo. É possível identificar na documentação do DOPS/SP a permanência desse comportamento, variando a intensidade de acordo com o período histórico. Ver essa reflexão em: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. pp. 92-99.

¹¹⁴ **Pasta 50-G-000 (6)**. Consta no depoimento do pastor Jusmarino que ele era o líder religioso da comunidade desde sua fundação, que teria se dado em 17 de janeiro de 1965. O fato de não existir mais nenhuma referência a essa comunidade, pode indicar que se formava ali uma nova associação religiosa.

sobre investigações em torno de grupos que se fixavam, ou movimentos itinerantes de evangelização que passavam por seus distritos. É o caso da Delegacia Regional de Polícia de Araraquara, que, em 1959, enviou documentação referente a um Inquérito aberto contra integrantes da *Igreja do Evangelho Quadrangular*.

Consta que dois indivíduos que se identificavam como pastores foram investigados e o Inquérito Policial virou denúncia junto ao Promotor de Justiça daquela cidade, onde diz:

[...] “pastores” ou “missionários” da “Igreja do Evangelho Quadrangular” ou do “Departamento da Cruzada Nacional de Evangelização” ou ainda do “Pavilhão Apostólico Cristão”, instalaram nesta cidade uma barraca ou tenda de lona, à semelhança de circo (vide foto de fls. 64); neste local, sob disfarce de prédicas religiosas, os indiciados praticaram em larga escala não só reiterados crimes de estelionato, como ainda atos de curandeirismo mediante remuneração.¹¹⁵

No material enviado para a delegacia de São Paulo, consta todo o processo e cópias de livretos e folhetos da instituição religiosa em questão. O fragmento retirado da denúncia do promotor, que está anexada em cópia na documentação encontrada, além de demonstrar uma das formas de acesso a informações sobre determinados grupos, evidencia o trabalho conjunto das polícias espalhadas pelo Estado e também suas preocupações.

No que se refere às comunidades religiosas investigadas pela polícia política paulista, referências como as citadas acima indicam a crescente atenção às Igrejas evangélicas, sobretudo a partir de meados do século passado¹¹⁶. Embora essa documentação não seja a mais adequada para pensar essa questão, o fato é que cada vez

---

¹¹⁵ Pasta 50-G-000 (2), documentos 179-186. Grande parte dessa pasta é ocupada com essa documentação, sendo que a anterior, a 50-G-000 (1) é toda ela tomada por documentos sobre essa agremiação religiosa.

¹¹⁶ O protestantismo é geralmente dividido em três grupos teologicamente distintos: Clássico, Pentecostal e Neopentecostal. As chamadas Igrejas protestantes clássicas são aquelas que surgiram próximas a Reforma promovida por Lutero, na Europa do século XVI. Já as igrejas protestantes pentecostais têm origem em movimentos ocorridos no EUA, próximo ao século XX. Por fim, as já mencionadas igrejas protestantes neopentecostais, que ganharam força em meados do século passado, nasceram de renovações dentro das próprias igrejas evangélicas. Há grandes e pequenas diferenças entre elas, o que torna difícil uma classificação precisa. Informações sobre cada uma delas podem ser encontradas em: WILGES, Irineu. *Cultura Religiosa: as religiões no mundo*, pp. 80-114.

mais tais denominações passaram a figurar nos registros, o que pode ser indício de sua expansão e consolidação na sociedade brasileira¹¹⁷.

Em termos numéricos, os dados referentes à *Igreja Evangélica Assembléia de Deus* parecem refletir particularmente essa compreensão. Duas referências foram encontradas nos dez anos que antecederam 1964, enquanto que nos dez anos seguintes esse número passou para quatorze¹¹⁸. Essa variação numérica, em alguma medida, pode ser também percebida nas demais denominações coirmãs: *Igreja Brasil Para Cristo*; *Igreja Evangélica Associação dos Santos Em Jesus Cristo*; *Igreja Pentecostal Deus é Amor*; *Igreja Pentecostal Monte das Oliveiras*; *Igreja Pentecostal A Volta de Cristo*; *Congregação Cristã*, *Igreja do Evangelho Quadrangular*; *Testemunhas de Jeová*. O mesmo se percebe com as Igrejas protestantes tidas como clássicas, como a *Batista*, a *Metodista* e a *Presbiteriana*.

Merecem destaque ainda as associações religiosas de origem japonesa e as Igrejas ortodoxas, ambas com grande presença no Estado de São Paulo.

A comunidade nipônica brasileira foi alvo de muitas investigações no período da Segunda Guerra Mundial, quando então o Brasil tinha o Japão como rival. Há nas pastas G o registro desse momento de crise, onde muitas associações japonesas de cunho religioso, filosófico e cultural foram fortemente perseguidas. Embora em menor número, as referências continuaram ocorrendo em número razoável ao longo do tempo, e, como se pode perceber na tabela, foram muitas as associações investigadas. Destaque para a *Igreja Messiânica Mundial* e a *Associação Religiosa Santuário Seitoku*.

Já as Igrejas de rito ortodoxo foram muito investigadas em função de supostas ligações com o comunismo internacional. As comunidades russa, lituana, polonesa e ucraniana, entre outras, foram as mais visadas entre o pós-guerra e o início dos anos de 1960. Os números reunidos sobre a *Igreja Ortodoxa Russa* e a *Igreja Autocéfala*

---

¹¹⁷ Márcio Moreira Alves observa em seu livro que foi em meados do século XX que ocorreu a expansão das comunidades evangélicas no Brasil. Por outro lado, essa movimentação das comunidades evangélicas contribuiu para uma nova postura política, social e religiosa da Igreja Católica, especialmente de sua hierarquia; cf.: ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. pp. 46-47.

¹¹⁸ A Igreja Evangélica Assembléia de Deus chegou ao Brasil em 1910. Trazida dos EUA pelos suecos Gunnar Vingreen e Daniel Born, atualmente forma a maior comunidade protestante do país. Essa e outras comunidades fazem da cidade de São Paulo a capital do pentecostalismo mundial; cf.: WILGES, Irineu. *Cultura Religiosa*: as religiões no mundo. p. 104. Uma análise sociológica sobre essa expansão e sobre os adeptos do pentecostalismo, inclusive em sua vertente católica, pode se encontrar em: MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais*: adesão religiosa na esfera familiar. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, SP: ANPOCS, 1996.

Ucraniana, mostram que das 14 referências a essas duas comunidades, 12 ocorrem no período anterior a 1964.

No geral, as investigações sobre essas comunidades começaram e eram intensas desde a década de 40, nas pastas *G*. O exame da documentação mostrou que, em sua grande maioria, as investigações tinham como pano de fundo o combate ao comunismo. Como relatado pelas pesquisas realizadas em torno dessa documentação, o anticomunismo era como uma doença do aparato repressivo brasileiro.

Membros dessas denominações religiosas, especialmente sacerdotes e bispos, eram vistos com muita desconfiança pela polícia. Além das várias referências espalhadas, a existência de pastas exclusivas sobre os grupos ortodoxos, como nos *Dossiês 30-G-001, 30-G-004 e 30-G-006*, evidenciam essa atenção.

Estas pastas sinalizam também um outro comportamento policial: a observação constante e prolongada em torno de um assunto e/ou indivíduo. Exemplo disso são as investigações em torno do padre russo Demetrio Tkatchenko. Sacerdote da *Igreja Ortodoxa Russa*, a primeira referência a esse sacerdote é de 1941. Mas, com um “espírito inquieto e revolucionário”, conforme anotado no relatório feito pela polícia sobre sua vida, o padre Tkatchenko foi alvo de investigações por 16 anos, de 1941 até 1957¹¹⁹.

As investigações sobre a vida pregressa de padre Tkatchenko dão conta que ele teria chegado ao Brasil em 1939 e se dirigido para Vila Alpina, na capital paulista. Ali, além de mostrar sua indisposição com os alemães que integram a comunidade, o relatório informa que o sacerdote insistia em realizar suas pregações em ucraniano, enquanto o bispo exigia que fossem feitas em russo¹²⁰. Os registros indicam que essas divergências se estenderam para a comunidade, dividindo-a quanto ao posicionamento do sacerdote.

Em seguida, de acordo com a documentação, padre Tkatchenko rompeu com a *Igreja Ortodoxa Russa* e se filiou, “junto com conhecidos comunistas domiciliados no

---

¹¹⁹ O nome de Demetrio Tkatchenko aparece escrito de diversas formas na documentação, sendo que muitas vezes o que é mantido é apenas a marcação sonora do nome. Optou-se aqui por adotar a forma que mais apareceu nos registros. No caso das transcrições dos documentos, será mantida a grafia encontrada.

¹²⁰ Pasta 30-G-001, documento 24. Na longa documentação reunida, aparecem diferentes motivações para a disputa com o bispo. Uma delas é que o bispo teria feito censura à presença de elementos e motivações políticas nas pregações religiosas feitas por Tkatchenko; outra é que havia questionamentos do padre pelo fato da *Igreja Ortodoxa Russa* no Brasil ser constituída basicamente por alemães.

Brasil”, à *Igreja Patriarcal Russa de Moscou*, em 1942¹²¹. Por essa ocasião, teria invadido uma capela pertencente a sua antiga comunidade religiosa da Vila Alpina, de onde foi retirado dias depois por força judicial. Foi então que, de acordo com a observação policial, começaram a surgir inúmeras denúncias sobre o comportamento e as idéias do sacerdote.

Tudo indica que foram essas denúncias que chamaram a atenção da polícia política para o comportamento de Tkatchenko. Certas ou não, o fato é que as investigações sobre esse sacerdote e as pessoas que viviam em torno dele sempre aparecem na documentação associadas ao comunismo. É o que se pode perceber no trecho abaixo.

A luta entre russos e alemães teve início naquela data [da invasão da capela] e, por tal motivo, começaram a surgir mil e uma denúncias contra o padre Tkatchenko e as pessoas que a ele estavam mais chegadas, com sejam: Boris Solodownikoff, Staretz e outros.

De tais denúncias este Setor tem aproveitado algo que nos interessa, porém, também já verificou que as mesmas partem de indivíduos apaixonados que pretendem fazer da polícia instrumento para satisfazer os seus caprichos.

Não nos devemos esquecer, também, que existem muitos alemães de tendência nazista que pretendia, a todo custo, fazer com que a Polícia tome atitude repressiva contra o grupo ligado ao padre Tkatchenko.

Não resta a menor dúvida de que o padre Tkatchenko, Boris Solodownikoff, Staretz e outros, são elementos que fazem parte do Exército Vermelho. Assim sendo, fazem apologia do seu país, motivo pelo qual vem sendo objeto de nossas investigações[sic]¹²².

Mesmo registrando a existência de possíveis motivações partidárias do antigo grupo a que estava vinculado o padre Tkatchenko, o relatório não deixa de lembrar sua provável relação como *Exército Vermelho*. Como se percebe, o comunismo era então o fator que movia e conduzia, em grande medida, a ação repressiva do DOPS/SP.

A tabela com a identificação e os casos retratados acima visa retratar a diversidade do conjunto de comunidades religiosas encontradas no universo documental considerado

---

¹²¹ Pasta 30-G-001, documento 24. Alguns documentos dizem que ele *fundou* e em outros que ele se *filiou* à nova Igreja. É importante registrar também que, nas investigações feitas pela polícia, nem sempre houve diferenciação entre *Igreja Ortodoxa Russa* e *Igreja Patriarcal Russa de Moscou*. As menções na documentação ocorrem mais à *Igreja Ortodoxa Russa* e ao próprio nome Demetrio Tkatchenko.

¹²² Pasta 30-G-001, documento 3.

nesta pesquisa. Neste estudo, seria muito difícil e mesmo fora de propósito, proceder numa análise mais profunda acerca de cada uma das unidades encontradas.

De um modo geral, a indicação feita serve para, num primeiro momento, exemplificar a atuação policial. Além de retratar a grande preocupação a cada momento verificado, sinalizando diretrizes investigativas, as referências destacadas expõem a intensa busca por informações, o que parece levar os investigadores a uma familiaridade com os temas e os investigados. Os casos mostram também a disposição da polícia em se dedicar a longas observações e ao acúmulo de inúmeros registros sobre diferentes comunidades religiosas.

Por fim, essa observação geral sobre as instituições religiosas mostrou que o maior número de ocorrências e, conseqüentemente, o maior volume documental encontrado refere-se à *Igreja Católica Apostólica Romana*.

Numericamente, dentre as 45 pastas selecionadas para exame, foram encontradas 3.379 remissões documentais, entre principais e secundárias. Dessas, 2.149 tinham o universo católico como objeto de consideração, o que corresponde a aproximadamente 63% do total.

No que diz respeito às remissões principais, usadas como referências para a construção da tabela acima, 1.273 têm relação com a Igreja Católica Romana. Esse número é maior que a soma de todas as remissões feitas às demais comunidades religiosas, que são no total de 296. Ou seja, os temas envolvendo o catolicismo estão presentes em cerca de 80% dos documentos consultados.

Seja porque sua presença no país era mais intensa, seja porque, em dado momento se tornou objeto privilegiado de desconfiança, o que esses dados revelam é que a Igreja Católica foi objeto central nas investigações do DOPS/SP, no que diz respeito ao setor religioso da sociedade brasileira. Em outras palavras, pode-se dizer que a vigilância realizada pela polícia política sobre o setor religioso da sociedade brasileira teve no universo católico o seu principal objeto.

Esse quadro encontrado poderia ser entendido como sendo reflexo da histórica presença cultural e política do catolicismo na sociedade brasileira¹²³. Mas, embora o fato de ter o maior número de fiéis possa ajudar a entender as constantes e diferentes

---

¹²³ Embora pesquisas apontem para uma diminuição gradual no número de pessoas que se declaram católicas apostólicas romanas, levantamento feito pelo IBGE em 2000 revelou que os católicos ainda são 73,7% da população total do país.

ocorrências, a análise demonstrou que outros fatores também contribuíram para entender essa representação numérica.

Seja como for, de imediato, o que essa sólida e constante presença percebida demonstra é uma intensa relação entre esse órgão de investigação policial e o universo social católico, representado por seus fiéis e por seus religiosos.

Essa relação está representada no gráfico que se segue. Baseado nos dados documentais recolhidos pelo exame, o desenho alcançado revela essa presença constante nos registros produzidos pela polícia política paulista, deixando transparecer sua dimensão por meio da comparação com as demais denominações religiosas encontradas.

Gráfico 1 – Ocorrências de grupos religiosos nas Pastas G entre os anos de 1954/1974, Série Dossiê

Neste momento, interessa destacar brevemente algumas considerações sobre o desenho gráfico.

Como já mencionado, o aparecimento nessa documentação de numerosos registros referentes ao universo católico brasileiro não surpreende, considerando sua histórica e extensa presença na sociedade brasileira. A grandeza dos números encontrados, todavia, expõe contornos e confere força a essa perspectiva.

O primeiro fator que pode ser destacado diz respeito ao traço descrito no desenho. Tendo em vista a origem dessa documentação, ele revela que as contradições variaram de intensidade no tempo.

Percebe-se, especialmente nos dez anos anteriores ao golpe militar de 1964, em alguns momentos, uma certa equivalência entre os dados referentes à comunidade católica e às demais investigadas. Embora haja um aumento dos registros no ano de 1958, sua brevidade serve para indicar o comportamento geral.

Se essa percepção sobre os dez primeiros anos é correta, é o caso de se perguntar qual o significado de tal configuração: estaria ela indicando, por parte da polícia política, um comportamento mais harmonioso ou mesmo indiferente com relação à movimentação dos membros e da própria Igreja Católica? Ou seria o contrário, essa configuração estaria refletindo uma conduta previsível e amena dos setores sociais católicos brasileiros?

O que o gráfico permite afirmar é que, de certa forma, no período anterior ao golpe militar, os temas envolvendo a comunidade católica não atraíram fortemente o *olhar* policial lançado sobre os setores religiosos da sociedade brasileira. A atuação religiosa, política e social de religiosos e leigos católicos de então não parece ter recebido atenção especial do DOPS/SP.

Esse quadro muda radicalmente no período posterior à instalação do regime militar.

A curva acentuadamente ascendente mostra que houve uma alteração no foco de vigilância no momento imediatamente posterior ao ano de 1964, quando então os registros policiais passaram a envolver majoritariamente a comunidade católica. Se é possível dizer que, de um modo geral, o gráfico indica um aumento geral da repressão sobre as demais comunidades religiosas, é preciso reconhecer que isto se deu de forma absoluta com relação ao catolicismo.

Gráfico 2 – Registro da Igreja Católica Apostólica Romana nas Pastas G entre os anos de 1954/1974, Série Dossiês

Como mostra o gráfico, é emblemático que das 2.149 referências à comunidade católica em toda a documentação verificada, cerca de 80% delas ocorreram neste momento. Com exceção do intervalo entre os anos de 1968 e 1971, quando é observada uma pequena queda nos registros, a escalada é permanente, atingindo seu pico entre os anos de 1972 e 1973. Neste momento, em média, nove em cada dez documentos encontrados referiam-se ao universo católico.

O *Dossiê 50-G-002* é um bom exemplo dessa magnitude. O ambiente católico é mencionado quase que com exclusividade em 19 das 20 pastas examinadas, que possuem documentação referente ao período entre 1965 e 1975.

O desenho mostra também que, de forma ainda mais vigorosa, foi constante a *vigilância* da polícia política à comunidade católica.

O traço, enfim, evidencia uma linha de força em torno da qual está centrada certa oposição entre Estado e Igreja, Igreja e Estado. Se, como foi dito anteriormente, essa documentação pode ser entendida como sinal de uma relação conflituosa entre essas instituições, então o número de ocorrências projetado pelo gráfico é uma trajetória indicativa de sua evolução.

No caso, embora o processo de conscientização política que vinha ocorrendo entre os católicos deva ser anotado como possível causa desse choque, é forçoso reconhecer que haveria uma correlação positiva entre o aumento dessas contradições e a instalação do governo militar. A variação alcançada, além de um valioso indício dessa percepção, sinaliza sua dimensão: as ocorrências foram de 132 nos dez primeiros anos para 1.189 nos onze últimos.

Dentro dessa compreensão, caberia perguntar quais, do ponto de vista da polícia política, teriam sido os fatores que elevaram esse índice de ocorrências?

Embora só a análise da documentação permita uma avaliação precisa, o caráter repressivo introduzido pela administração militar pode ser uma explicação a essa questão. Apenas como hipótese investigativa, tome-se como exemplo a questão do combate ao comunismo.

Se antes o combate ao comunismo era o traço marcante na atuação policial¹²⁴, após a Segunda Guerra Mundial, e especialmente com o regime militar, um novo ingrediente ideológico lhe foi associado: a idéia de subversão interna¹²⁵. Forjada no contexto de Guerra-Fria, essa nova percepção ampliou o leque dos setores sociais atingidos pela repressão policial. Como lembrou Maria Aparecida de Aquino, a partir dos anos de 1960, o comunismo se converteu em “comunismos”, caracterizando uma mudança na abordagem e nas preocupações da polícia¹²⁶.

No caso dos setores religiosos registrados nas pastas *G*, num primeiro momento, percebe-se que o anticomunismo fez com que a polícia olhasse com muita desconfiança, num primeiro momento, sobretudo para as comunidades religiosas formadas pelos imigrantes do leste europeu. Porém, a perspectiva militar vigente após o golpe parece ter ampliado esse *olhar* para setores até então tidos como menos suspeitos.

---

¹²⁴ “A partir de 1917, o exemplo da Revolução Russa transformou-se em anti-paradigma aos olhos dos poderes constituídos e o espectro do comunismo passou a assombrar as forças policiais, provocando estratégias de repressão levadas ao paroxismo”; em: CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; ATTI, César Augusto. *Arquivo do DEOPS/SP: os documentos da “subversão”*. Populações. Boletim do CEDHAL (São Paulo), n° 4, 1996. p. 8.

¹²⁵ Marta Huggins destaca o apoio dos Estados Unidos na construção de estruturas policiais durante a Segunda Guerra Mundial nos países latino-americanos. Segundo Huggins, “O aparelho de inteligência aperfeiçoado que se criaria durante a Segunda Grande Guerra receberia, ao final da guerra, uma única missão: monitorar e reprimir a insurreição e os comunistas”; cf.: HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. p. 65.

¹²⁶ AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Blassioli de. (org.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. Famílias 10 e 20. p. 37.

Essa percepção ajudaria a entender as alterações retratadas no gráfico, especialmente o aumento das investigações em torno da comunidade católica, até então isenta de qualquer atenção especial. De certa forma, dentro do quadro geral, os números indicam uma viva tensão entre as duas instituições no último período histórico considerado.

Finalmente, percebe-se nas investigações em torno da comunidade católica uma forte conotação política. Em última instância, todas as investigações feitas pela polícia política tinham tal sentido. Mas, no caso, a forma como ocorriam e os elementos que eram realçados nos procedimentos investigativos, percebidos através da leitura dos documentos, reforçam esse caráter.

Historicamente, uma das explicações para isso pode ser o extremo radicalismo político vivido pela sociedade brasileira no final dos anos de 1960 e início de 1970. Nesse contexto, como registra o livro *Brasil: Nunca mais*, a repressão foi pesada e indiscriminada, foi contra tudo e contra todos¹²⁷.

Pensando o catolicismo, especialmente por parte de alguns grupos de leigos e religiosos envolvidos com as comunidades, era o momento em que se adotava uma postura mais crítica e participativa frente aos problemas sociopolíticos, o que certamente chamou a atenção e levou à recriminação por parte da polícia.

Diferentemente do que ocorria nas investigações sobre as pequenas comunidades religiosas, normalmente deflagradas por fatores ocasionais e episódicos, percebe-se uma forte sistematicidade nas investigações envolvendo a comunidade católica. Isso fica evidente, por exemplo, no acompanhamento, na leitura e no arquivamento constante de jornais e boletins das dioceses paulistanas por anos seguidos. Além disso, fica claro em algumas investigações um direcionamento preciso: a busca por compreender as diretrizes institucionais e o reflexo delas na atuação política e social de indivíduos e grupos ligados à Igreja Católica Apostólica Romana.

Entender as circunstâncias e os possíveis elementos que configuraram essa relação de desconfiança e conflito é, enfim, o propósito deste trabalho.

Até aqui, os dados apresentados, de cunho mais quantitativo e descritivo, refletem as práticas investigativas realizadas pela polícia política paulista, que então foram

---

¹²⁷ A terceira parte do livro trabalha com essa percepção, que leva o título *Repressão contra tudo e contra todos*; cf.: *Brasil: Nunca Mais*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 58.

registradas pela burocracia administrativa do DOPS/SP. No próximo capítulo, uma leitura mais aprofundada, associando os dados numéricos referente à Igreja Católica e o conteúdo dos documentos, buscou identificar e decifrar aspectos que ajudassem nessa reflexão proposta.

Segundo Capítulo – O anticomunismo como fator de união

No início dos anos de 1950, o mundo se encontrava dividido política e economicamente em duas áreas de influência: a dos países capitalistas, comandados pelos Estados Unidos da América, que rivalizavam com os países socialistas, sob a liderança da União Soviética. Ao final da Segunda Guerra Mundial, essas duas potências buscaram levar aos demais países seus respectivos sistemas políticos e econômicos. As disputas e os enfrentamentos que se seguiram, marcadamente no campo ideológico, caracterizaram a chamada Guerra Fria¹.

O Brasil, como maior país sul-americano, era então peça importante no quebra-cabeça resultante dessa divisão mundial. O país se encontrava então alinhado política e economicamente ao bloco regido pela economia liberal.

Política e socialmente, como resultado mais direto desse posicionamento, a sociedade civil, especialmente os setores conservadores, passaram a combater com mais veemência a expansão do comunismo dentro das fronteiras nacionais². Esse contexto foi marcado pelos constantes enfrentamentos entre adversários e adeptos do projeto comunista. Era o reflexo, enfim, do desejo dos diferentes grupos de estabelecer no país seus respectivos projetos de organização política, econômica e social.

A observação dos registros reunidos e arquivados pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo demonstra que essas disputas marcaram profundamente a atuação desse órgão do aparato repressivo do governo. Este capítulo procura descrever e analisar o sentido da documentação encontrada nesse período, mais especificamente entre os anos de 1954 e 1963. O objetivo principal foi perceber, por meio dos elementos constituintes dessa realidade registrados na documentação, como se configurava a relação entre Estado/Igreja Católica.

---

¹ Sobre esse período: HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 223-224; e, para a influência dos Estados Unidos no anticomunismo nacional, estimulando e auxiliando na estruturação da polícia nacional neste sentido: HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. pp. 67-91.

² Embora o anticomunismo fosse um traço presente na história política nacional, uma forte campanha teve início no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, entre os anos de 1946 e 1951. O PCB, por exemplo, foi posto na ilegalidade por esse governo em 1947. Essa postura ganhou ainda mais impulso com o alinhamento político aos Estados Unidos no contexto de Guerra Fria. Conferir: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. p. 3; e SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 83-101.

I. Estado e Igreja Católica: o quadro político e social entre 1954 e 1963

Quando reassumiu a presidência da república em 1951, Getúlio Vargas deu seqüência à sua política de desenvolvimento nacional, já iniciada nos anos de 1930. Com forte apelo nacionalista e intensiva intervenção estatal, o governo buscou direcionar os recursos vindos sobretudo do capital interno para o desenvolvimento da indústria nacional dentro do sistema capitalista³.

A implantação dessa política, embora contasse com o apoio dos novos setores do operariado urbano, de parte da classe média e das Forças Armadas, enfrentava contestações. A União Democrática Nacional, a UDN, por exemplo, partido político com uma proposta mais liberal, oferecia resistência ao intervencionismo estatal e à conotação nacionalista do governo. Por outro lado, opunha-se à abertura que o governo oferecia às reivindicações sindicais. Da parte do Exército, “árbitro final do poder no sistema político brasileiro”, como afirma Skidmore, Vargas buscava o apoio da ala nacionalista. Mas, neste setor, as posições extremadas entre a ala radical nacionalista e outra mais moderada, críticos radicais do comunismo e mais próximos às diretrizes estadunidenses, enfraquecia o apoio militar⁴.

Entretanto, o apelo nacionalista de Vargas atraía amplos setores da sociedade brasileira, dos grupos mais tradicionais, passando pela nova classe média urbana e especialmente no setor operário que se desenvolvia. Uma aproximação maior foi buscada com os trabalhadores, os sindicatos e os setores populares.

Por outro lado, aqueles setores temiam essa tendência nacionalista da política e da economia almejada pelo governo, temor que foi usado para insuflar o medo que se tinha da subversão e da implantação no país de um sistema político nos moldes socialistas.

Com o agravamento da crise, Vargas promoveu mudanças no seu ministério em 1953. Entretanto, ao nomear João Goulart para o Ministério do Trabalho, aguçou a desconfiança de seus opositores quanto aos rumos da política nacional. Acusavam o

---

³ Para uma análise das políticas econômicas adotadas nesse período, ver: SODRÉ, Nelson W. *Brasil: radiografia de um modelo*. Petrópolis: Vozes, 1974. pp. 73-82.

⁴ Skidmore entende que o agravamento da crise internacional entre o bloco capitalista e o comunista, com a deflagração da guerra da Coréia, em 1950, teve forte influência no exército nacional. A discussão sobre postura que o país deveria adotar dentro do contexto de Guerra Fria, também acirrou as divisões internas e dificultou a política conciliatória pretendida por Vargas; ver essas e outras questões que dividiam a oficialidade, em: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 136-142.

governo de planejar um golpe de Estado, que daria início a uma “república sindicalista”, que teria como comandante o ministro do trabalho.

João Goulart passou a ser alvo de constantes ataques de políticos udenistas e da imprensa oposicionista. Sobre essa nomeação, Skidmore observa que:

Por parecer o primeiro passo de uma nova campanha para cortejar o proletariado, a sua nomeação alarmou os industriais, os eleitores da classe média e os militares de inclinações conservadoras. Em seus espíritos, Goulart estava ligado à ameaça de um regime sindicalista [...]. Aos olhos desses antigetulistas, Goulart era um ‘agitador demagógico’, que, para proveito pessoal, organizaria uma falange proletária capaz de derrubar a ordem social vigente.⁵

Na política externa, Vargas entrou em choque com a política estadunidense ao não enviar tropas para lutar na Guerra da Coreia contra os comunistas, em 1952.

A dificuldade em estabelecer e manter uma política desenvolvimentista que agradasse aos diferentes setores da sociedade; a crise econômica do final do governo, com aumento da inflação e do custo de vida, agravando ainda mais a má distribuição de renda; as sucessivas acusações de corrupção e os constantes choques políticos com a oposição, especialmente com a UDN, foram enfraquecendo o governo Vargas. O insucesso em conciliar os interesses das classes trabalhadoras, da classe média, da nova burguesia industrial e dos grupos mais conservadores contribuiu para o agravamento da crise política entre os anos de 1953 e 1954.

Naquele ano, ao ser associado à tentativa de matar o maior porta-voz da oposição, Carlos Lacerda, da UDN, num episódio que acabou com a morte de um major da aeronáutica, o governo se deparou com uma crise sem precedentes. A morte de um oficial militar trouxe as Forças Armadas para o centro da disputa política. Ao mesmo tempo, aumentaram os ataques da imprensa oposicionista. Pouco a pouco, o clamor pela renúncia conquistou espaço entre os militares, que lançaram um ultimato exigindo a renúncia, que foi entregue a 24 de agosto. Sem poder de reação, Vargas suicidou-se no

---

⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. p. 149.

mesmo dia, deixando o país numa forte crise institucional e com uma divisão política que se estenderia na história nacional⁶.

O período que se sucedeu à morte de Vargas até a posse do presidente escolhido nas eleições de 1955, foi marcado pelo agravamento da crise financeira e pelas disputas políticas internas entre getulistas e antigetulistas.

A candidatura de Juscelino Kubitschek, pelo PSD, e de João Goulart, pelo PTB, para presidente e vice-presidente respectivamente, causou grande desconfiança nos setores que faziam oposição ao legado getulista, especialmente entre políticos e militares – como se verá, parte da Igreja Católica também viu com receio esse quadro político. Ambos eram identificados com a política getulista, e Goulart era particularmente visto com desconfiança pelos setores mais conservadores da sociedade, que o tinham como agente da desordem e do comunismo internacional⁷.

Diante da vitória dessa coligação, a oposição passou a atacá-la como sendo fruto do apoio de comunistas e do voto do povo sem instrução. Capitaneados pelos udenistas, passou então a defender abertamente o impedimento da posse⁸.

O então ex-ministro da guerra, general Henrique Lott, deu início a um movimento que, a 11 de novembro de 1955, pôs fim às tentativas no interior do governo de impedir a posse de Kubitschek. Foi o chamado “golpe preventivo”⁹.

Iniciado em 1956, o governo Kubitschek marcou um período de grande otimismo nacional, estimulado pela figura carismática do presidente e pela adoção de uma política desenvolvimentista, que buscava o progresso econômico por meio de um intenso processo de industrialização. Por meio dessa estratégia nacional desenvolvimentista, prometia desenvolver o país em cinquenta anos no tempo de cinco anos de governo. Tal

---

⁶ As informações sobre a crise política, econômica e social do segundo governo Vargas podem ser conferidas em: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 110-180; SODRÉ, Nelson W. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. pp. 183-202.

⁷ Como comandante do PTB, Goulart sempre foi associado a uma política reformista ligada ao movimento trabalhista, que fazia frente ao capital estrangeiro e ao alinhamento do Brasil às políticas imperialistas dos países desenvolvidos. Essa postura fez com que ele nunca fosse aceito pelos setores mais conservadores; sobre Goulart e sua atuação política: BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart*. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977. pp. 25-34.

⁸ “Extremistas como Lacerda, já perdiam a fé nos meios ‘legais’ para bloquear o retorno dos getulistas. Lacerda estava em contato com um grupo da oficialidade jovem, que esperava poder convocar os generais a intervir diretamente”; cf.: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. p. 189.

⁹ Sobre esse momento: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 181-202.

política abriu espaço para união decisiva entre o desenvolvimento nacional e o capital internacional¹⁰.

Nesse sentido, o governo propôs a adoção do Plano de Metas, que visava unir Estado e setor privado no financiamento de uma rápida industrialização e na superação de problemas de infra-estrutura.

A indústria evoluiu significativamente com a instalação de setores de base, de bens duráveis e não-duráveis; com a implantação das primeiras indústrias automobilísticas, gerando divisas e empregos. Tudo isso levou a um aumento na participação econômica do setor manufatureiro. A fundação de Brasília, a nova capital administrativa do país implantada no planalto central do país, foi o símbolo da interiorização, da integração e da modernização da economia nacional então alcançada¹¹.

Todos os avanços foram possíveis porque o governo adotou uma política de conciliação dos diferentes interesses políticos, econômicos e sociais, o que deu relativa tranquilidade à administração. Politicamente, Kubitschek se esforçou para mostrar a militares e civis que não permitiria a ação de radicais, fossem de direita ou de esquerda.

Entretanto, do ponto de vista social, as mudanças não alteraram, antes aumentaram a concentração da riqueza nacional, situada particularmente na região sudeste do país. Além disso, os empréstimos tomados no exterior para financiar o projeto desenvolvimentista acarretaram, ao final do governo, o aumento da dívida externa; enquanto que a desvalorização da moeda resultou em inflação e aumento do custo de vida, especialmente para o operariado. Tudo isso apontava para uma crescente intranquilidade social.

Diante do quadro que se apresentava, para cobrir o déficit público e conter a inflação, o governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional, o FMI, que aconselhou cortes nos gastos públicos, restrições salariais, entre outros.

A adoção do programa anti-inflacionário, por meio da redução dos gastos, levou a um descontentamento geral. Em 1959, com as eleições presidenciais do ano seguinte já em pauta, essa situação aumentou a oposição ao governo. Os grupos mais à esquerda,

---

¹⁰ SODRÉ, Nelson W. *Brasil: radiografia de um modelo*. pp. 88-98.

¹¹ Nesse período, por exemplo, com o surgimento e a consolidação da indústria de máquinas-ferramentas, o país passou a ser independente na produção de equipamentos. Por isso mesmo, muitos analistas vêem esse como o momento de consolidação e término da primeira fase da revolução industrial nacional; cf.: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 5ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1975. pp. 46-72.

por exemplo, especialmente os comunistas, passaram a identificar o FMI e os Estados Unidos como culpados pela crise. Voltava à tona a discussão sobre o melhor modelo de desenvolvimento para o país, se o nacionalismo radical, o nacionalismo desenvolvimentista ou se o neoliberalismo.

Diante dessas discussões, da crítica da oposição e do processo de radicalização política, especialmente no campo, Kubitschek rompeu com o FMI, optando por dar seqüência ao seu plano de governo. A decisão trouxe apoio suficiente para que o governo prosseguisse com o projeto desenvolvimentista até o fim de seu mandato¹².

Contudo, o custo financeiro e social da política desenvolvimentista adotada nesse período traria grandes dificuldades aos governos que sucederam a Kubitschek, especialmente no campo social e político.

II. Sobre a atuação policial do DOPS/SP

Como mencionado, do ponto de vista político, a divisão do mundo entre áreas de influência do capitalismo e do comunismo repercutiu fortemente na sociedade brasileira de meados do século XX. No Brasil, que então buscava se firmar entre as nações em desenvolvimento, esse quadro teve forte influência nas sucessivas crises no âmbito político, econômico e social.

A concentração de riqueza e o conseqüente aumento das desigualdades sociais ocorridas nesse momento, especialmente no governo desenvolvimentista de Kubitschek, elevaram o nível de tensão política e social, acirrando as disputas já existentes.

A divisão internacional e as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira pesaram de forma decisiva no comportamento do catolicismo nacional. Na busca por se inteirar e também influenciar nas escolhas políticas nacionais, diferentes posturas foram adotadas por distintos setores existentes dentro desse grupo religioso. Tal como na sociedade, essas escolhas acabaram por gerar entrechoques intra e extramuros, inclusive com o Estado.

---

¹² Para uma leitura do governo Kubitschek: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 203-230.

Por sua vez, toda essa movimentação e, principalmente, desajustamentos no quadro social repercutiram diretamente na atuação do Departamento de Ordem Política e Social. Como parte do aparato repressivo de governo, esse órgão vivenciou e registrou, por meio de sua prática policial, essa instabilidade.

No que se refere à vigilância sobre o setor religioso da sociedade brasileira, ao longo dos dez anos observados, a variação no número de registros referentes ao universo católico indica a participação desse segmento no dinamismo sociopolítico então existente. Os números anuais de ocorrências policiais referentes a esse setor sinalizam essa tendência, permitindo uma aproximação da realidade histórica encerrada na documentação reunida entre 1954 e 1963.

Desta forma, com o intuito de oferecer uma perspectiva história e comparativa dos registros remissivos ao universo católico, os dados relativos ao intervalo de tempo ora examinado foram dispostos na tabela abaixo.

Tabela 5 – Número de remissões à comunidade católica nas Pastas G entre os anos de 1954 e 1963, Série Dossiês

	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Igreja Católica Apostólica Romana	5	6	3	4	46	7	5	2	1	4

Num primeiro momento, pode-se dizer que o arranjo dos números revela a frequência do *olhar* policial sobre a movimentação do catolicismo nacional. Diferentemente do observado com relação às demais instituições observadas, em todos os anos examinados foram encontradas pelo menos uma referência ao ambiente social católico. Essa constância se apresenta como um dos traços marcantes já nesse primeiro decênio.

Nesses dez primeiros anos foram encontrados registros referentes à comunidade católica em 12 dossiês, distribuídos por 15 pastas. Como era comum nesse momento, percebe-se um grande número de dossiês tratando de temas relativamente estanques. Em contrapartida, o número de pastas e de registro correspondente a cada dossiê era relativamente pequeno. Ou seja, poucos também eram as remissões documentais. Havia uma diversidade investigativa, mas, no geral, com pouca reunião de informações sobre cada tema em conta.

Entretanto, considerando os números de remissões referentes às demais comunidades religiosas, seja anualmente ou no cômputo geral, percebe-se que eles nunca excederam as cifras relativas à comunidade católica. As remissões principais a essa comunidade chegaram a um total de 83, enquanto que a soma das demais comunidades chegaram a 82.

E há uma particularidade nesse quadro. Como será exposto mais à frente, no que se refere a essas demais comunidades religiosas, nota-se que a segunda instituição em número de remissão, a Igreja Católica Apostólica Brasileira, tem muitos dos seus 15 registros dedicados a narrar as contendas que manteve com a própria Igreja Católica Apostólica Romana. Esse fato redimensiona a significação da presença católica.

De outra forma, embora a apresentação geral dos dados no capítulo anterior indique um número menor de ocorrências nesse primeiro decênio, essa superioridade absoluta em termos numéricos confirma a impressão inicial: havia uma constante e preponderante atenção da polícia política paulista sobre o ambiente social católico. O gráfico descritivo que se segue sumaria e revela essa tendência.

Gráfico 3 – Ocorrências referentes à Igreja Católica nas Pastas G entre os anos de 1954/1963, Série Dossiê

Os dados e o desenho formado pelo tracejado, além de evidenciar essa remissão permanente ao ambiente social católico nos registros policiais, abre a possibilidade para que sejam feitas algumas reflexões sobre esse universo.

Com exceção do intervalo de tempo entre os anos de 1957 e 1959, de um modo geral, percebe-se uma pequena variação no número de registros da comunidade em tela. Variação que ocorre dentro de uma representação numérica relativamente modesta,

nunca ultrapassando a casa dos dois dígitos. Como os dados refletem a quantidade de vezes que a esfera social católica foi objeto de investigação, o quadro parece sinalizar, pelo menos em perspectiva, que nesses oito anos houve um certo abrandamento da atenção direcionada pelo DOPS/SP.

Se considerado o volume total de remissões encontradas nas *Pastas/Dossiês G* dentre os vinte e um anos analisados, então a representação desse primeiro momento parece sugerir um *desencontro* relativo no que tange às perspectivas investigativas da polícia política paulista e à movimentação da esfera religiosa católica. Em outras palavras, pode-se dizer que, nesse período, a atuação desses setores não teria atraído fortemente a atenção do DOPS/SP.

Mas, voltando ao primeiro momento, mesmo que de maneira menos absorvente, as remissões existentes denotam que essa atuação dos diferentes setores católicos não deixou de ser observada pela polícia política paulista. Neste caso, o que comprova isso é a própria documentação, com a elevação do índice nos dois anos entre 1957 e 1959.

Sintomaticamente, quatro dos maiores índices de registros encontrados coincidem com momentos de grande instabilidade política, da sociedade brasileira de meados do século XX. Em 1954, por exemplo, momento de crise econômica e de forte turbulência na política institucional, foram encontradas cinco remissões. No ano seguinte, em que a instabilidade anterior foi agravada pela realização de eleições para presidente, foram encontradas seis remissões. Em 1958, as eleições para o Congresso Nacional, que marcaram também a intensa participação do Partido Comunista Brasileiro no teatro político nacional, foi então quando as cifras chegaram ao seu mais alto índice, com 46 remissões. E, por fim, em 1963, ano em que ocorreu o plebiscito para restituir o sistema presidencialista de governo e, conseqüentemente, a posse com plenos poderes presidenciais de João Goulart, as remissões voltaram a ser em número de cinco.

Considerando que esses registros foram reunidos por um departamento policial que tinha sua atenção voltada para a manutenção da ordem política e social, é compreensível que tais variações sejam constatadas. Se for correta a associação, caberia perguntar: seria correto afirmar que esse quadro geral, no mínimo, sugere um grande envolvimento dos setores católicos nas demandas políticas e sociais ocorridas naquele momento no Brasil? Se a resposta for positiva, qual seria então o sentido desse envolvimento?

As respostas a essas questões podem auxiliar na reflexão do problema proposto neste trabalho. Assim, na tentativa de dimensionar esse envolvimento, um entendimento dos registros encontrados foi tentado por meio da análise dos textos verificados no corpo documental selecionado dentre os arquivos do DOPS/SP.

1. A composição documental

Em função do corte cronológico adotado, o material selecionado e examinado neste primeiro momento diz respeito ao período de vigência do chamado Estado Democrático de Direito, que vigorou no Brasil entre os anos de 1945 e 1964¹³.

Como já mencionado, seria correto pensar que as preocupações e a forma de agir da polícia política foram diferentes entre tais períodos e os de vigência de governos autoritários, como os de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, e os comandados pelos militares, entre 1964 e 1985¹⁴. Essa percepção parece se justificar, por exemplo, quando se observa a grande disparidade entre o número de registros encontrados antes e depois da instalação do regime militar brasileiro, em 1964.

Contudo, embora variassem na intensidade e no volume, os registros encontrados indicam que em ambas as circunstâncias houve sempre, por parte da polícia política paulista, um monitoramento da comunidade católica. Cabe agora avançar na compreensão desse acompanhamento, de maneira também a apreender a própria atuação dos setores católicos vigiados.

Em complemento à avaliação numérica demonstrada, a análise documental prosseguiu com a identificação e descrição tipológica dos registros encontrados, como também com uma leitura interpretativa dos mesmos.

Para estabelecer uma relação dos tipos documentais encontrados em meio à documentação estudada, foi observada a própria definição encontrada nos registros, ou seja, de acordo com as definições usadas pelo próprio DOPS/SP. No que diz respeito ao universo católico, ela possui a seguinte configuração:

---

¹³ Sobre as vicissitudes da história constitucional brasileira: MALUF, Sahid. *Teoria geral do Estado*. 22ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1993. pp. 357-368.

¹⁴ Essa reflexão e o trabalho de análise realizado em torno das *Famílias 30 e 40* estão em: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Letícia Nunes de Góes (org.). *O Dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – o Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro*. Famílias 30 e 40.

<i>Comunicados – Encaminhamentos do DOPS/SP</i>	4
<i>Pedidos – Encaminhamentos feitos ao DOPS/SP</i>	3
<i>Relatórios de Investigações / Relatórios de Observações</i>	23
<i>Telegrama / Radiotelegrama</i>	3
<i>Livreto / Boletins / Panfletos</i>	3
<i>Editais / Comunicados Episcopais</i>	5
<i>Jornais (Recortes em geral)</i>	42
Total de documentos	83

Como mencionado, há uma ampla variedade documental presente em meio a esses registros do DOPS/SP¹⁵. De certa forma, o volume e a diversidade indicam a complexidade das atividades desenvolvidas por esse órgão de segurança, enquanto que sua fragmentação expõe a extensão e a profundidade do *olhar* investigativo lançado sobre a sociedade.

Dentre o material encontrado, em função do acúmulo percebido, dois conjuntos documentais mereceram uma menção à parte: os *Jornais* e o grupo que reúne os diferentes tipos de *Relatórios*.

Os jornais

Embora possa ser óbvia, a primeira coisa a dizer sobre os Jornais é que eles devem ser entendidos nessa documentação como peças dos processos investigativos empreendidos. Sua função dentro do conjunto documental era fornecer subsídios sobre determinados temas, indivíduos ou instituições observadas pelo DOPS/SP.

A importância desse material para os inquéritos pode ser verificada nas próprias considerações policiais.

Por exemplo, num registro de 1953, ao se defender da acusação de ter faltado com a verdade em um relatório policial produzido sobre a malversação de dinheiro na Associação Nacional de Combate à Tuberculose, o então Delegado Especializado de Ordem Econômica se defendia afirmando ter muitas provas sobre as incriminações

¹⁵ Sobre tipologia das fontes documentais produzidos pela polícia e os cuidados que devem ser tomados com a análise a ser-lhes imposta, ver: SAMARA, Eni de Mesquita. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp. 111-112.

feitas. Logo de início, ao listar as provas que tinha em mãos, mencionava que um dos pontos de partida para a instauração do inquérito estava nas reportagens do jornal “O Tempo”. Além de fornecerem elementos que poderiam dar abertura a um processo investigativo, a fala do delegado acaba por indicar que as reportagens contidas no jornal eram também arroladas como provas dentro dos Inquéritos, ao afirmar que: “Farta documentação foi coligida neste sentido (recortes de jornais, fotografias, fotocópias, documentos, declarações etc.) [...]”¹⁶.

E, quanto à constituição, como aponta o delegado acima, raramente é encontrado em meio aos registros um jornal inteiro. O comum é se deparar com recortes e, eventualmente, páginas inteiras ou cadernos informativos destacados. No caso do material em conta nesta pesquisa, a grande maioria é de recortes, que são pequenas tiras de papel contendo as matérias de interesse, e, eventualmente, páginas inteiras.

Esse material quase sempre traz o objeto observado nos informativos, marcado por um pequeno ponto, que pode vir em paralelo, ou sublinhado por um pequeno traço, ambos feitos a lápis.

Dentro das pastas, esses recortes, em sua maioria, são encabeçados pelo nome do jornal e pela data da edição de onde foram retirados, assim como pelo título da matéria em destaque¹⁷.

Como referido, enquanto documento, normalmente esse material aparece como complemento informativo de um relatório, sendo indicado como fonte sobre determinado assunto. Porém, não é incomum encontrar um recorte identificado com um número remissivo e isolado de algum documento manuscrito, como um relatório, por exemplo. Isso sugere ser ele mesmo, o recorte de jornal, o registro principal, a fonte primeira de determinada informação destacada.

É esse último caso que ocorreu no período aqui considerado. As remissões principais que tinham os recortes de jornais como material básico chegaram a um total de 42, somando quase a maioria absoluta dos registros localizados.

E essa peculiaridade permite uma constatação: entre 1954 e 1963, a grande maioria do material referente aos católicos resultou então da recolha de informações

---

¹⁶ Pasta 50-G-000 (1), documento 125A.

¹⁷ Cabe aqui uma ressalva. Constatou-se que em alguns registros a data indicada como sendo da edição do jornal não era exata. Algumas vezes a data indicada estava atrasada em um ou dois dias, o que faz pensar que era então a data em que o jornal, uma vez lido, foi recolhido pelo arquivo.

vindas da imprensa, e não da produção direta, própria da atividade descritiva e valorativa dos agentes do DOPS. Em outras palavras, o material recolhido já trazia consigo uma perspectiva, uma determinada leitura da realidade observada, sobre o tema em questão¹⁸.

É importante ressaltar que, como observa Motta, a campanha contra o comunismo teria começado aqui através da imprensa. No caso, esses recortes de jornais, além de indicarem essa compreensão, revelam a união de dois fortes setores na luta contra o comunismo: imprensa e Igreja Católica¹⁹.

Com isso não se quer afirmar que as informações arrecadadas não fossem reelaboradas e assimiladas na perspectiva policial. Esse certamente era o propósito desse procedimento. Inicialmente, o fato desse material não ser o produto direto de averiguações policiais, de não derivar das descrições próprias dos agentes, não altera o seu significado principal: ele resulta do interesse investigativo da polícia política paulista sobre determinado assunto, no caso, envolvendo o segmento social católico brasileiro. Em suma, de uma forma ou de outro, decorrem do *olhar* vigilante direcionado à sociedade.

Entretanto, considerando as variações comportamentais da polícia ao longo do percurso histórico observado e os diferentes registros encontrados no período em conta, tal fato parece sugerir uma especialidade, no que se refere à forma de *contato* entre polícia e catolicismo.

Por exemplo, quando se examinam relatórios produzidos diretamente pelos agentes investigativos – muitos contendo apreciações contundentes –, tem-se a sensação de um nível de proximidade, de um envolvimento e, conseqüentemente, de um interesse muito maior por parte da polícia do que o que é pressentido por meio do acúmulo e da leitura dos jornais. Nesse momento, essa forma de investigação mais direta aparece mais comumente quando o tema em questão envolve as comunidades religiosas ortodoxas, especialmente de origem russa, e os diferentes segmentos evangélicos. Não o catolicismo.

---

¹⁸ Segundo Maria Helena Capelato, a imprensa é um instrumento dotado de força intelectual em meio à sociedade e, por isso mesmo, é “um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”; conferir: CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto, 1988. p. 21.

¹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. p. 4.

É certo que esse tipo de ocorrência não pode ser entendido como um fator determinante para estabelecer o grau de interesse das investigações num assunto específico, relativo a uma comunidade específica. Porém, por exemplo, comparado com os relatórios, esse modo indireto de observar parece sugerir um tipo de distanciamento. Em outras palavras, o uso constante desse método como maneira de angariar informações parece indicar um *olhar* a certa distância, algo como um acompanhamento à distância.

Tome-se como exemplo os registros referentes à morte do papa Pio XII, em 1958²⁰. Esse episódio gerou grandes manifestações políticas pelo mundo e, no Brasil, a imprensa cobriu com viva atenção os desdobramentos em torno da morte e da sucessão do pontífice romano. A relação dos títulos abaixo, encontrados no dossiê 50-G-002 (1)²¹, representa o trabalho de recolha do material por parte da polícia política paulista, sem que isso apontasse, contudo, uma distinção específica em torno do tema.

<i>Notícias de Hoje</i> 09/10/1958	Estado de saúde do Papa: repercussão no mundo
<i>Notícias de Hoje</i> 09/10/1958	Pio XII: combateu a guerra e apelou contra armas atômicas
<i>Notícias de Hoje</i> 10/10/1958	Palácio Nove de Julho: Homenageado o Papa Pio XII
<i>Não identificado</i> 10/10/1958	Consternação em todo o país pela morte de S. S. Pio XII
<i>Notícias de Hoje</i> 10/10/1958	Câmara Federal – Pesar pela Morte do Papa Pio XII
<i>Notícias de Hoje</i> 11/10/1958	Pio XII solicita em seu testamento: nenhum monumento em minha memória
<i>Notícias de Hoje</i> 11/10/1958	Sinos Saudaram tristemente chegada do corpo do Príncipe da Igreja a Roma
<i>Notícias de Hoje</i> 12/10/1958	Patriarca da Igreja Russa: Faleceu o Papa da paz
<i>Notícias de Hoje</i> 12/10/1958	Dia 25 de outubro a eleição do novo papa
<i>Diário de Notícias</i> 14/10/1958	Lott vai dia 17 às exéquias de Pio XII
<i>Notícias de Hoje</i> 14/10/1958	Sepultado ontem o Papa
<i>Notícias de Hoje</i> 15/10/1958	Teixeira Lott: embaixador nas exéquias de Pio XII
<i>Notícias de Hoje</i> 15/10/1958	Violentas polêmicas na Itália sobre a eleição do novo papa
<i>Notícias de Hoje</i> 17/10/1958	Difícil a eleição do novo Papa: nenhum candidato seguro da vitória
<i>Notícias de Hoje</i> 17/10/1958	Desencadeada a campanha para eleição do papa

²⁰ Entre outros fatores, o enfrentamento em seu pontificado dos distúrbios causados pela Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, em função das posturas então adotadas, assim como suas condenações ao comunismo enquanto doutrina, fez do papa Pio XII uma figura controvertida. Admirado e contestado por muitos, sua morte causou grandes manifestações mundiais. Sobre o pontificado de Pio XII, ver: DUFFY, Eamon. *Santos & Pecadores*. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo; São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda., 1998. pp. 262-268; e sobre as controvérsias em torno de sua atuação em relação à Alemanha nazista: SUFFERT, Georges. *Tu és Pedro*: Santos, papas, profetas, mártires, guerreiros, bandidos. A história dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. pp. 448-452.

²¹ Esses registros aparecem em seqüência na pasta 50-G-002 (1), entre os Documentos 58 e 72.

Embora o conjunto deixe claro o interesse das observações, a leitura desse material e a forma como ele é inserido no conjunto documental, por outro lado, produz mais a sensação de um monitoramento do que de uma intervenção investigativa objetiva, de uma ação direta sobre determinado indivíduo.

Considerando o interesse específico deste trabalho, essa maneira de proceder parece indicar o apontamento das ocorrências cotidianas e episódicas do catolicismo nacional. No que se refere aos fatos nacionais, de certa forma, tem-se a sensação de que se buscava ter uma visão das concepções gerais do catolicismo sobre a política e o social, então expostas na imprensa. Uma espécie de monitoramento.

Por ora, em relação a essa questão, o mais importante é a constatação de que esse procedimento investigativo foi constantemente usado pela polícia política paulista na busca por adquirir e acumular informações sobre a orientação que a Igreja Católica Romana no Brasil estava seguindo.

Além do mais, a seleção e a reunião de informações da imprensa escrita, enfim, resultam do interesse imediato da polícia. E, por isso mesmo, esse material encerra em si pelo menos as duas perspectivas básicas: a do investigador e a do investigado. Há nele pistas acerca dos propósitos da polícia política e, ao mesmo tempo, sobre a movimentação da comunidade religiosa católica.

Especificamente sobre os jornais, como foi dito anteriormente, o alto índice de deterioração não permitiu uma análise sistemática dos recortes encontrados. Normalmente, o mais preservado e, conseqüentemente, o mais legível nos jornais são os títulos das matérias, que eram impressos em letras grandes e em negrito. E foi com a recuperação e indicação de alguns títulos, como exibido acima, juntamente com a leitura de algumas informações visíveis no corpo das matérias jornalísticas, é que se buscou verificar os temas e os sentidos sob os quais eram abordados.

Esse procedimento, embora limitado, ajudou na percepção do quadro temático que mediava as relações entre a polícia política paulista e a comunidade católica naquele momento. Mais à frente, à medida que for sendo apresentada a documentação encontrada, esse material será recobrado.

Os relatórios

Os Relatórios formam o outro conjunto documental de grande destaque nos registros observados. Fruto de investigações, eles são como que o produto natural e mais imediato das atividades de vigilância e repressão desenvolvidas pelo DOPS/SP. Resultam de procedimentos sistemáticos e/ou esporádicos de agentes policiais em meio aos setores sociais vigiados. Como produto do policiamento, eles informam e ajudam a formar uma cadeia de conhecimentos sobre indivíduos e temas, de acordo com os interesses do momento.

Os relatórios resultavam de pedidos dirigidos pelo próprio departamento para que fossem realizadas investigações sobre indivíduos, temas ou instituições – no caso específico das investigações envolvendo comunidades religiosas, não é incomum que esses elementos estejam todos relacionados num único documento. Investigam-se indivíduos e temas relacionados a comunidades desconhecidas.

Gerados normalmente pelo chamado Serviço Secreto, esses relatórios eram o produto final do trabalho de vigilância de agentes infiltrados nos mais diversos lugares e ambientes sociais. Como já observado, a forma de produzi-los variava em função da legislação vigente e das preocupações policiais de cada momento²². É a partir desse material, em geral, que eram estabelecidos os inquéritos policiais, que, por sua vez, constituíam a base para a instauração dos Processos Judiciais.

Desse modo, os relatórios representam o artefato mais característico da *Série Dossiês*. É principalmente neles que podem ser encontrados, de maneira mais extensiva e manifesta, os tópicos que pautavam os procedimentos investigativos levados a cabo pela polícia política. Ao mesmo tempo, ao relatar as atividades de vigilância e repressão, esse material revela também a movimentação dos setores sociais mirados por esse órgão de segurança do Estado.

Uma análise interpretativa de todo o material encontrado, especialmente dos relatórios, por meio de exposição e avaliação do tratamento de seu conteúdo, foi o caminho adotado na busca por avançar na apreensão dos elementos e dos sentidos que

---

²² AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Leticia Nunes de Góes (org.). *O Dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – o Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro*. Famílias 30 e 40. p. 15.

caracterizaram a relação entre Estado/Igreja Católica entre os anos de 1954 e 1963. É esse procedimento que está retratado no tópico abaixo.

III. Dossiês: a atuação do catolicismo nacional

Delinear, por meio da identificação das ações repressivas da polícia política paulista e da atuação de setores católicos por ela visados, os elementos que concorreram para surgimento de uma tensão entre Estado/Igreja Católica no Brasil. Esse foi o objetivo buscado com a decodificação dos dossiês formados pela ação repressiva do DOPS/SP.

Os dossiês, divididos em *Famílias* e *Subfamílias*, tinham seus registros reunidos comumente em função de sua conexão temática. E a leitura confirmou o quanto extensa e complexa era a composição das *Pastas/Dossiês*, reunindo temas diversos sobre diferentes períodos históricos.

Dados os objetivos deste trabalho, foi necessário então adotar um procedimento analítico que permitisse a abordagem dos registros mais significativos nessas diferentes composições documentais.

A demarcação do quanto e como a atuação crítica de setores católicos acerca do sistema político e econômico foram visados pela repressão policial está evidenciada de forma imediata na presença dessa problemática em meio aos documentos. Essa presença é, enfim, seu primeiro indicador. O que se buscou foi identificá-la com o exame dos registros. De forma paralela e complementar, o sentido dessa presença e a acepção que ela toma no texto, do ponto de vista do investigador e do investigado, foram então verificados por meio da apreciação dos discursos encontrados²³.

---

²³ Discursos entendidos nos termos de Fiorin: “os discursos são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou do seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso”; cf.: FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988. p. 11; ver também: SAMARA, Eni de Mesquita. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. pp. 120-125.

1. A política

Conservando uma relação direta com as características próprias da documentação policial em foco, é a perspectiva política e social da conduta católica que melhor se divisa nos registros examinados. Em outras palavras, dentre os registros observados, duas linhas temáticas preponderam nos discursos: uma relacionada às questões políticas e a outra às questões sociais.

Como resultado de um conjunto de perspectivas e ações de um órgão de polícia que tinha como função cuidar da ordem política e social, é fato que esses temas se encontram de forma bastante intrincada na documentação produzida. Entretanto, tentou-se uma identificação e uma classificação que, ressaltando determinadas características, possibilitasse uma diferenciação temática dentro desse universo investigativo.

Assim, observando a disposição cronológica de criação dos dossiês, das pastas e, no interior delas, dos registros armazenados, a exploração e a análise das mensagens discursivas encontradas possibilitaram a fixação dessas duas perspectivas temáticas, que foram então pensadas em função da reflexão pretendida.

Neste primeiro momento, seguindo a constituição cronológica dos dossiês, destacou-se uma composição temática relacionada ao campo político. Em função desses critérios expostos, foram destacados os documentos incluídos na chamada *Família 20*.

De acordo com as pesquisas realizadas, os registros da *Família 20* abrangem todo o período de existência da *Série Dossiês* e, de um modo geral, referem-se aos movimentos sociais de resistência à ordem política vigente. As investigações encontradas nas *Subfamílias 20, 21, 22, 23 e 24*, que se concentram em torno de estudantes, sindicatos, partidos políticos e Igrejas, expõem de forma especial a preocupação da polícia com o chamado crime político²⁴.

Nessa perspectiva, destaque para a *Subfamília 21*, cujo dossiê agrupa 16 documentos referentes à Liga Eleitoral Católica, LEC. Esse conjunto documental revela o monitoramento por parte da polícia política das atividades dessa organização católica extrapartidária, que buscava identificar o posicionamento político de candidatos e,

---

²⁴ AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Blassioli de. (org.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político. Famílias 10 e 20*. pp. 13-43; 56-62.

principalmente, orientar a escolha dos eleitores católicos no debate político regional e nacional.

Fundada em 1932, a Liga Eleitoral Católica empunhava a bandeira dos valores cristãos e da democracia nos moldes ocidentais. Pela convocação dos católicos, buscava superar o laicismo instaurado na vida pública brasileira desde a Constituição de 1891, assim como limitar a influência do movimento político de orientação comunista.

Com Alceu Amoroso Lima à sua frente, essa organização influenciou fortemente as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933. Desta forma, muitos dos interesses católicos foram incorporados ao texto constitucional de 1934, destaque para aprovação constitucional do ensino religioso facultativo nas escolas públicas e da assistência religiosa nos quartéis²⁵. Como observou seu dirigente na época, tais conquistas apontavam para uma nova fase de colaboração entre Igreja Católica e Estado²⁶.

A LEC era um dispositivo para mobilizar e conscientizar os católicos da importância da ação política. Moura diz que a “Liga Eleitoral Católica foi o instrumento político usado pela Igreja Católica para fazer valer seus direitos na política nacional”²⁷.

Como mostram os documentos encontrados, a cada eleição essa organização apresentava ao público, especialmente por meio de manifestos, “a sua palavra de orientação e alertamento no desempenho do dever cívico e religioso de bem votar”²⁸.

Com o primeiro registro datado de 1945, o dossiê 21-G-001(1) foi alimentado com novas informações por meio de relatórios, recortes de jornais e panfletos sobre a Liga Eleitoral Católica por uma dezena de anos. Desse conjunto, apenas o último documento foi considerado aqui, já que os demais se referem especialmente ao final dos anos de 1940²⁹.

Os registros encontrados mostram que, para reconquistar sua influência político-social, a Igreja Católica fez uso de sua autoridade junto aos fiéis e aos administradores

---

²⁵ CARVALHO, Delgado. *Organização social e política brasileira*. 6º. ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1970. pp. 252-255.

²⁶ DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933)*. p. 97.

²⁷ MOURA, Odilão. *As Idéias Católicas no Brasil*. p. 87.

²⁸ Pasta 21-G-001, documento 13.

²⁹ Embora não seja diretamente retratado no texto, os documentos produzidos antes de 1954 foram lidos com vista a embasar a leitura do Dossiê. Quando se fez necessário, algumas menções foram feitas explicitamente aos documentos que estavam fora do período considerado.

políticos. Isto é perceptível no recorte de jornal da *Folha da Manhã*, de 20 de setembro de 1955. Intitulado “Manifesto da Liga Eleitoral Católica”, dizia respeito às eleições nacionais e regionais que se realizariam naquele ano³⁰. Essa comunicação trazia então “os nomes dos candidatos a vereador que assinaram o compromisso de defender as reivindicações do Eleitorado Católico”³¹.

Dizendo-se responsável apenas pelo registro ou por denunciar o eventual desrespeito por parte dos candidatos aos compromissos assumidos perante os princípios cristãos, o texto informava que a LEC não visava indicar ou julgar candidatos. Mas, embora delegasse ao eleitor o papel e o direito de escolher, lembrava que seria “falta grave” votar em candidato que não fosse digno de ser eleito. E, de forma restritiva, afirmava ainda que também seria “falta” “votar em candidato cujo nome” não figurasse naquela e nas próximas listas, que seriam publicadas até o dia das eleições³².

O Manifesto então seguia listando, por partido, os respectivos candidatos à legislatura no Estado de São Paulo do ano de 1955. Na lista havia candidatos de diferentes partidos, como *Partido Democrata Cristão*, *Partido Libertador*; *Partido Republicano Trabalhista*, *Partido Social Progressista* e até do *Partido Trabalhista Brasileiro*, que era visto com muitas reservas pela hierarquia em função de sua identidade trabalhista e reformista³³. O que importava, enfim, era o compromisso com a defesa dos princípios cristão-católicos.

De uma maneira geral, tal manifestação, e as representadas pelos documentos dessa pasta, têm na prática anticomunista católica seu principal ponto de apoio³⁴. É preciso lembrar que naquele momento a Igreja Católica estava empenhada em restringir o avanço comunista entre seus fiéis e entre a população em geral³⁵. Para tanto, presente

---

³⁰ Sobre as disputas políticas eleitorais de 1955, os rumores sobre um “golpe militar” para impedir a posse de J. Kubitschek e J. Goulart, ver: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 181-202.

³¹ Pasta 21-G-001, documento 16.

³² Pasta 21-G-001, documento 16.

³³ Sobre a formação do PTB, ver: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. pp. 28-30.

³⁴ De 1945, o primeiro documento desse dossiê é um livreto que tinha como título “Comunismo e religião”, de Mauricio Levy Junior, com edição especial para a LEC. O texto rebate os pronunciamentos de Luiz Carlos Prestes de que um possível governo comunista não perseguiria a liberdade de religião, ou, mais especificamente, a Igreja Católica. Em alguma medida, esse tom anticomunista está registrado nos documentos da LEC reunidos pelo DOPS/SP; conferir: Pasta 21-G-001, documento 1.

³⁵ A respeito desse temor dos setores católicos nacionais, Motta afirma que: “[...] a preocupação em preservar a Igreja da ‘infiltração comunista’ se manifestou em diversas ocasiões, principalmente após a década de 1940. O crescimento eleitoral do PCB após 1945 causou grande ansiedade nas lideranças católicas, temerosas de que o apoio ao partido crescesse entre seus fiéis”; conferir: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. p. 23;

em todas as frentes de combate, a hierarquia católica associava sua autoridade religiosa e social à força política de sua representação na luta anticomunista.

O que os registros encontrados evidenciam é que a imprensa foi então um canal externo de divulgação dessa disposição, ou seja, espaço também de doutrinação e propaganda política por parte dos católicos. Dessa forma, agregava-se à tradicional postura anticomunista que existia na sociedade brasileira, especialmente nos setores de imprensa³⁶.

Contudo, considerando o espírito de restauração que marcou atuação da Igreja Católica especialmente na primeira metade do século XX, o que se percebe é que essa mobilização almejava uma participação política limitada. Com base numa população majoritariamente católica, a hierarquia buscava sobretudo restituir sua influência e resguardar seus interesses institucionais.

No que se refere ao debate político-social, no campo social, segundo Moura, opondo-se às propostas dos partidos de tendência socialista, os “católicos introduziram os princípios da doutrina social da Igreja na legislação e na organização social”³⁷.

Entretanto, embora figurasse no discurso o desejo por uma realidade que gerasse o bem comum, a promoção de uma transformação efetiva da realidade socioeconômica que levasse a esse ponto não tinha força nessa movimentação.

2. O social

Essa ação visando garantir a manutenção da ordem política e social vigente e, dentro dela, a presença determinante das concepções católicas, acaba por marcar fortemente a história do catolicismo nacional em meados do século XX. E tal comportamento possui várias facetas, como se pode perceber pelos registros encontrados na *Família 30* e suas respectivas *Subfamílias*. Neles, há um momento em que se percebe uma intensificação nos discursos do trato com as questões sociais nacionais.

---

especificamente sobre o empenho católico em derrotar o comunismo nas eleições ocorridas entre 1945 e 1964, p. 28.

³⁶ A história do anticomunismo nacional pode encontrada em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*.

³⁷ MOURA, Odilão. *As Idéias Católicas no Brasil*. p. 88.

O traço marcante na documentação pertencente à *Família 30* é a preocupação do DOPS/SP com as atividades de militantes comunistas, socialistas e anarquistas. Com dossiês abertos no início da década de 1940, a maioria dos registros armazenados nas pastas retrata sobretudo as atividades de comunistas e socialistas³⁸.

A postura anticomunista sustentada pelo Estado impulsionava a atuação do aparato repressivo para uma constante vigilância e repressão às manifestações dos adeptos da doutrina comunista. Os integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma das principais organizações políticas de esquerda até os anos de 1960, eram então os alvos mais visados pelos agentes da polícia política. Sobre isso afirma Cancelli: “Dentre todos os inimigos construídos pelo Estado, os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia, mais justificaram sua existência e mais fortemente serviram à associação mítica coletiva da sua ideologia como obra do demônio”³⁹.

No campo religioso, no pós-Segunda Guerra Mundial e com o advento da chamada Guerra Fria, ainda no período anterior ao golpe militar de 1964, as investigações estavam voltadas especialmente para o comportamento de membros estrangeiros das ordens religiosas. Como já anotado, especial atenção era dada às agremiações religiosas de origem ortodoxa, sobretudo as que contavam com integrantes de origem russa.

Mas, pela existência de registros envolvendo diversas sociedades religiosas encontradas na *Família 30-G*, conclui-se que essa vigilância era ampla. A identificação e repressão a qualquer movimentação suspeita de ligação com o comunismo era um fato. E nem mesmo o catolicismo, com toda sua mobilização anticomunista, escapou a essa sanha.

De acordo com recorte cronológico adotado, dessa *Família* foram selecionados para exame quatro *Dossiês/Pastas G*, que são: *30-G-000 (1)*; *30-G-001 (1)*; *30-G-003 (1)* e *30-G-005 (1)*. A leitura apontou que o combate ao comunismo é traço que permeia todos os registros presentes nesse conjunto documental.

Entretanto, apenas dois desses dossiês possuíam registros que se reportavam ao ambiente social católico. São eles os dossiês *30-G-000* e *30-G-005*. Dentre esses, o

---

³⁸ Sobre a *Família 30*, ver: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Letícia Nunes de Góes (org.). *O Dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – o Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro*. Famílias 30 e 40. pp. 45-48.

³⁹ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. pp. 79-80.

dossiê 30-G-000 apresenta documentos com datas posteriores a 1964, enquanto que o 30-G-005 os tem no intervalo de tempo entre 1954 e 1963. É com base nesse último dossiê que se chegou às considerações que se seguem⁴⁰.

Por sua vez, a documentação do dossiê 30-G-005 guarda algumas particularidades. As investigações ali registradas se reportam à história e à movimentação dos membros da Igreja Católica Apostólica Brasileira, a ICAB. Isso significa que, embora a Igreja Católica Apostólica Romana esteja presente por meio de registros que lhe são diretamente referentes, sua presença nesta documentação, contudo, deve-se à relação que mantém com aquela primeira instituição.

É possível reconstituir a história da Igreja Católica Apostólica Brasileira por meio dos registros reunidos pela polícia política paulista. Nomes e atividades de bispos e padres da nova agremiação, como a instauração de novas igrejas e a participação em eventos políticos, podem ser visualizados por meio dos 70 documentos dessa pasta.

Por sinal, a constatação dessa descrição minuciosa, que se repete em outros dossiês com relação a diferentes entidades religiosas investigadas, evidencia o rigor com que se dava a vigilância.

Dois tópicos se destacaram nos registros: primeiro a suspeita de envolvimento de membros da Igreja Católica Apostólica Brasileira com o movimento comunista e, depois, as contendas entre essa instituição e a Igreja Católica Apostólica Romana. Esse último, que interessa aqui, refere-se especialmente à longa disputa judicial em torno das formas de atuação religiosa da nova agremiação Apostólica Brasileira e os enfrentamentos públicos entre seus respectivos fiéis.

Um dos personagens mais presentes nos registros é o bispo fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira, Dom Duarte Costa. De formação católica apostólica romana, esse bispo era visto com reservas pelas autoridades eclesiásticas devido à sua postura na condução da diocese de Botucatu, no interior de São Paulo. Com a interrupção de suas atividades religiosas nessa localidade, o religioso foi transferido como bispo titular para Maura, no norte da África, em 1937.

Residindo no Rio de Janeiro, o prelado continuou em sua crítica ao regime de Vargas e a determinadas posturas do Vaticano. Por sua ação social controvertida, por ter

---

⁴⁰ Essa pequena digressão ilustra como foi processada a seleção dos dossiês e, conseqüentemente, dos documentos neles contidos.

prefaciado o livro “O poder Soviético”, do arcebispo protestante Hewlet Johnson, e por ter atacado as Forças Armadas brasileiras, entre outras coisas, Dom Duarte foi preso acusado de ser comunista, em 1944.

Depois de muitas controvérsias com a hierarquia católica, o religioso teve sua condição de bispo suspensa pela Igreja romana. Dizendo-se crítico dos rumos que o catolicismo romano tomava, acabou por fundar a Igreja Católica Apostólica Brasileira no mesmo dia em que foi excomungado pelo Santo Ofício, em seis de julho de 1945⁴¹.

Em sua nova instituição, adotou paramentos e ritos similares aos da Igreja Católica Romana, o que deu início a uma troca de acusações entre os membros das duas instituições. A controvérsia gerou, além de uma disputa judicial, vários enfrentamentos públicos diretos entre seus respectivos fiéis.

Em função de seu comportamento heterodoxo, Dom Duarte e, por extensão, os membros da agremiação religiosa por ele fundada, surgem na documentação policial como suspeitos de comunismo e como perturbadores da ordem. Esses dois fatores formam também o pano de fundo sob o qual toda a contenda com a Igreja Católica Apostólica Romana foi descrita.

Como mostram os registros, em junho de 1948, o ministro da justiça, através de um despacho do presidente da república, concluiu que a Igreja de Dom Duarte, em função da confusão que vinha gerando entre os fiéis, usurpava direitos reservados à Igreja Católica Apostólica Romana. E, após uma avaliação do Supremo Tribunal Federal, em 1949, foram proibidas suas manifestações externas (procissões e cultos campais, por exemplo)⁴².

Por fim, em 1951, a Cúria Metropolitana de São Paulo, através de seu cardeal arcebispo Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, lançou um edital expondo as condenações canônicas e civis a que estavam sujeitos os católicos que se relacionassem com qualquer membro da Igreja Católica Livre ou que usassem de seus serviços. Informava o edital:

---

⁴¹ Essa Igreja também é identificada por Igreja Católica Livre no Brasil. Para mais informações: WILGES, Irineu. *Cultura Religiosa: as religiões no mundo*. pp. 76-79. Wilges indica o nome do bispo como sendo Dom Duarte Costa, a grafia que foi utilizado neste trabalho. Sobre o processo de fundação da Igreja Católica Livre, disponível em: <<http://www.igrejabrasileira.com.br/historia.php>>

⁴² As informações sobre Dom Duarte Costa começaram a ser reunidas pelo DOPS/SP antes mesmo de ele fundar a sua própria Igreja. O primeiro registro do dossiê 30-G-005, por exemplo, é de 1944. Entretanto, há informações referentes a esse bispo e a sua Igreja em diferentes dossiês.

Fazemos saber aos nossos diletíssimos filhos, tanto sacerdotes como leigos, que lhes é terminantemente vedado, em virtude dos santos cânones, comunicar-se IN SACRIS, ou seja, religiosamente com bispos, padres e sectários das assim chamadas IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA, de Carlos Duarte da Costa, ou IGREJA CATÓLICA LIVRE, de Salomão Ferraz. Estão portanto, proibidos de encomendar missas, realizar casamentos, aceitar benção de casas ou comparecer a procissões e demais atos religiosos que sejam promovidos pelos mencionados hereges, ou levados a efeito em igrejas pertencentes aos mesmos (cf. cân. 1258). Além do pecado em que cairiam – quase sempre mortal, se o fizessem ciente e voluntariamente – incorreriam os Fiéis em diversas penalidades eclesiásticas, tornando-se suspeitos de heresia os que se comunicassem, nas coisas divinas, com os ministros ou secretários daquelas agremiações cismáticas (cân. 2316)⁴³.

Tal como exposto nesse documento, os membros da hierarquia católica romana adotaram um tom agressivo contra toda forma de manifestação da Igreja Católica Apostólica Livre. Sua postura mostrava a disposição no enfrentamento das questões que ameaçavam, naquele contexto, a representatividade do catolicismo romano no país.

O DOPS, como órgão que cuidava da ordem social, envolveu-se diretamente na controvérsia, quase sempre adotando uma atitude de desconfiança e condenação para com a nova Igreja.

Por tudo isso, Dom Duarte Costa considerava a si e a sua Igreja perseguidos pela Igreja Romana e pelas autoridades policiais brasileiras. Numa carta de 26 de maio de 1954, dirigindo-se agressivamente ao Delegado de Polícia de Santo André, o bispo acusava a própria polícia de estar a serviço de Roma. Dizia ele:

Venho protestar, com veemência, contra as perseguições, movidas pela Igreja Romana, na sua pessoa, a mim, à ICAB e a Associação Beneficente Amigos de Santo Antônio, Pessoa Jurídica de direito privado, de acordo com o art. 16 do Código Civil Brasileiro.

[...] Não venha V.s. dizer que “nada tem a ver com isso” e que obedece ordens.

Não é verdade, si a Secretaria de Segurança Pública dá ordem a V. Ex. para proibir atos públicos da Associação Beneficente Amigos de S.

---

⁴³ Pasta 30-G-005, documento 56. O carimbo contendo esse número aparece duas vezes nesse dossiê. Como isso ocorre em sequência e como a documentação designada por ambos diz respeito à Igreja Católica Apostólica Livre, concluiu-se que essa duplicação tem apenas um caráter de marcação dado o grande aglomerado de documentos.

Antônio, é porque V. Ex. informou a essa Secretaria que eu sou “comunista” e que a ICAB é “COMUNISTA”.

A indignação e o sentimento de perseguição movido contra si e contra a sua instituição levaram Dom Duarte a responsabilizar pessoalmente o delegado pelas perseguições que julgava sofrer naquele município. Tanto que, na seqüência, o bispo desafia o delegado a provar as acusações que supunha terem sido feitas contra ele, e investe contra sua autoridade dizendo:

Si não provar, V.S. não passa de um sujeito sem caráter, mentiroso, a serviço de uma Potência estrangeira, que recebe ordem de Roma, como acusa a Igreja Romana de receber o Comunismo Brasileiro ordem de Moscou.

Não é crime ser “COMUNISTA”, aí estão Deputados Comunistas, Vereadores e Funcionários Públicos. Por que não enfrenta o Governo esses Deputados, Vereadores e Funcionários Públicos, e vira-se V.S. contra mim, a Igreja Católica Brasileira e a Associação Beneficente Amigos de S. Antônio?

Fique V.S. sabendo que vou levar, ao conhecimento da Nação, essa sua perseguição, a mim, à ICAB e à Associação Beneficente Amigos de S. Antônio, nessa localidade.

V.S. quer luta, vamos para a luta, Sr. Delegado.

Diante de Autoridades Superiores a sua, tenha caráter e diga que informou à Secretaria de Segurança pública que eu sou Comunista, a ICAB é Comunista e a Associação Beneficente Amigos de S. Antônio é Comunista, porque segue a orientação da ICAB⁴⁴.

E terminava a missiva dizendo que as acusações eram infundadas e afirmava: “não sou comunista, nem capitalista: sou cristão”.

Esse não é um documento sobre a Igreja Católica Romana. Entretanto, a exposição desse material exhibe, primeiro, um dos embates com que estava envolvida a Igreja Católica Romana em meados do século XX. E, pela conotação apontada no que

---

⁴⁴ Pasta 30-G-005, documento 56. Há uma duplicação no código alfanumérico 30-G-005, documento 56. O primeiro carimbo, com documentos de 1949, remete a uma grande pasta com vários registros sobre os enfrentamentos entre a Igreja Católica Apostólica Brasileira e a Igreja Católica Apostólica Romana. Possui também as orientações e o parecer da justiça sobre o caso e a orientação da Secretaria de Segurança Pública sobre como as delegacias deveriam agir com relação à Igreja Católica Livre. O segundo carimbo identificado com o número 56 já é datado de 1954, motivo pelo qual foi considerado acima. Como estão em seqüência aos demais registros, não há nenhuma causa aparente para tal ocorrência.

foi exposto no edital do arcebispo de São Paulo, percebe-se com que energia, pelo menos parte da hierarquia, lançou-se nessa disputa.

Por outro lado, a contenda não passou despercebida à polícia política. Verdadeiras ou não as acusações de práticas comunistas contra a ICAB, o que o registro transcrito mostra é que essa suspeita era um ingrediente na problemática envolvendo as duas instituições religiosas e o próprio DOPS. E tamanha era sua dimensão, que Dom Duarte acusa diretamente a Igreja romana de estar por trás das acusações possivelmente levantadas pelo delegado, que, então, era acusado de estar a serviço de Roma.

Não é a proposta e nem há espaço aqui para aprofundar essa questão. Entretanto, no que diz respeito à Igreja Católica Livre, o que os registros sugerem é que, neste caso, a Igreja Católica Romana e o DOPS estavam do mesmo lado, na mesma forma de condenar a Igreja de Dom Duarte.

Da fala de Dom Duarte Costa, é importante registrar a indicação de que havia claramente uma identificação entre catolicismo e anticomunismo. Isso era um elemento que existia em comum entre Igreja Católica Romana e o departamento de polícia do Estado.

E, no que se refere à idéia de que estaria a Igreja Católica por trás das acusações de comunismo feitas à Igreja Católica Livre, os registros verificados não permitem nenhuma constatação. O que se percebe é que a suspeita de que haveria uma vinculação entre a nova Igreja e o comunismo é recorrente na documentação, especialmente em relatórios produzidos pela própria polícia política em torno de alguns membros.

Quanto ao comportamento católico, o que se nota é um ataque veemente às práticas da nova comunidade religiosa, que estariam confundindo os fiéis em função das suas similaridades. Em função disso, os registros indicam que os atritos se espalharam por onde avançou a Igreja de Dom Duarte. E, apesar das circulares emitidas pela Superintendência de Segurança Pública no sentido de orientar a forma de lidar com os enfrentamentos públicos das duas instituições, verifica-se certa inabilidade por parte dos agentes policiais⁴⁵.

---

⁴⁵ Pareceres sobre a liberdade religiosa foram emitidos pelo Ministério da Justiça e pelo Supremo Federal acerca das disputas entre as duas Igrejas. Com base nas decisões tornadas públicas, a Superintendência de Segurança Pública emitiu várias circulares para as delegacias da capital e no interior do Estado no sentido de orientá-las sobre o caso. Esses documentos podem ser encontrados, em diversas cópias, por exemplo, na Pasta 30-G-005, documento 62.

Os registros revelam que foram muitas as tentativas da Igreja Católica Romana para barrar as manifestações públicas de sua concorrente religiosa.

Num tópico do Plantão de 8 de maio de 1955, por exemplo, consta que o padre da Vila Formosa, na capital paulista, impediu a realização de uma procissão planejada pela ICAB⁴⁶.

E em agosto do mesmo ano, por meio de seu secretário local, a Igreja de Dom Duarte solicitava à polícia política paulista a permissão para realizar outra procissão nessa mesma Vila, no dia 28, em homenagem a São Benedito. Consta que a autorização foi concedida com a ressalva de que tal manifestação não estabelecesse confusão com “as da Igreja Católica Apostólica Romana, ou outra”⁴⁷.

Com data de um mês depois, um comunicado do plantão de 25 de setembro de 1955, dá conta de que “Às 15,00 horas: a pedido do vigário do distrito de Vila Formosa” foram enviados investigadores àquela localidade para impedirem uma procissão organizada pelos membros da nova Igreja. No corpo do documento, a intervenção da polícia foi justificada com a afirmação de que a “proibição teve em vista assegurar a ordem pública, de vez que os católicos romanos do bairro não concordam com a procissão, recebendo-a como provocação”. Mas, numa demonstração de que as próprias autoridades estavam confusas quando ao modo de atuar, o episódio não se encerrou com a operação. No final do comunicado, como se fosse um adendo, consta que às 17 horas, a pedido do padre da ICAB, a autoridade policial responsável pela intervenção verificou a existência daquela autorização concedida pelo delegado no mês anterior, no que, “diante desse fato novo, viu-se obrigada a revogar a proibição, permitindo a procissão”⁴⁹.

Da mesma forma, os agentes da Delegacia Regional de Barretos também se viram diante da mesma dificuldade. Em 9 de abril de 1958 essa Delegacia enviou um radiotelegrama à capital solicitando informações, “com máxima urgência”, sobre “qual a orientação a seguir referente à atuação da Igreja Católica Brasileira, chefiada pelo bispo

---

⁴⁶ Pasta 30-G-005, documento 58.

⁴⁷ Pasta 30-G-005, documento 60. Com o intuito de dirimir as confusões geradas pelas semelhanças externas entre as duas instituições religiosas, em 1948 o Supremo decidiu, entre outras coisas, que: os religiosos da Igreja Católica Apostólica Brasileira deveriam usar a cor cinza para os hábitos eclesiásticos; que as batinas, sobretudos, capas, faixas e barretes deveriam ter distintivos verde-amarelos etc.

⁴⁸ Pasta 30-G-005, documento 61.

⁴⁹ Pasta 30-G-005, documento 61.

de Maura, em relação à Igreja Católica Apostólica Romana”⁵⁰. Meses depois, a 5 de setembro de 1959, um novo comunicado informava: “as divergências entre membros da Igreja Apostólica Romana e Igreja Brasileira, desta cidade, agravaram-se nos últimos dias em virtude de ataques recíprocos proferidos em programas de rádios locais [...]”⁵¹.

E, pelos registros encontrados, essa vigilância sobre a nova instituição religiosa se prolongou por longos anos.

Em 02 de maio de 1963, num grande relatório reservado dirigido ao delegado titular da Delegacia Especializada de Ordem Política, eram descritas as comemorações do dia 1º de maio nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, no chamado A.B.C. Paulista. Tudo indica que foi a participação de membros da Igreja Católica Apostólica Brasileira e a presença nas comemorações de comunistas, inclusive a de Luiz Carlos Prestes, que chamou a atenção da polícia política⁵².

Entretanto, o objetivo neste momento é chamar a atenção para o destaque dado pela polícia à participação de membros da Igreja Católica Romana em meio a essa manifestação. O relatório começa por apresentar os nomes e as respectivas funções de algumas pessoas que estiveram presentes nessas comemorações. Em Santo André, por exemplo, os agentes assinalaram os pronunciamentos de Dom Vitor de Tarso Sanches Pupo, da Igreja Católica Brasileira, e do Cônego Antunes, secretário de Dom Jorge Marcos, da diocese católica daquele município.

Fugindo às desavenças que marcavam a relação entre Igreja Católica Romana e Igreja Católica Brasileira, neste momento, por meio desses dois religiosos, os agentes policiais registraram a convergência dos discursos em defesa dos trabalhadores.

De outra forma, embora periférica, a nota apresenta um fato até agora incomum na documentação: a presença de um religioso católico junto a representantes de sindicatos de trabalhadores e de partidos políticos, inclusive do Partido Comunista Brasileiro. Consta que o Cônego fez uso da palavra dizendo que “a Igreja estava ao lado dos

---

⁵⁰ Pasta 30-G-005, documento 64.

⁵¹ Pasta 30-G-005, documento 66.

⁵² Alguns documentos evidenciam a existência de conflitos internos entre os bispos da ICAB. No documento de número 68, da pasta 30-G-005, por exemplo, consta que Dom Vitor Pupo, em novembro de 1962, teria ligado para a Delegacia Especializada de Ordem Política para denunciar que Dom Milton Cunha estaria participando de “reuniões suspeitas, de caráter subversivo”. Tais divergências e acusações mútuas, que geraram inúmeros registros policiais, devem ter contribuído para aumentar as suspeitas sobre a agremiação de Dom Duarte Costa.

trabalhadores” e que, numa referência à tensão internacional então vivida, teria citado também a encíclica em que o papa João XIII condenava as armas nucleares. Por sinal, é possível perceber pelo relatório que o nome e as encíclicas desse papa foram lembrados por vários participantes, até mesmo por comunistas⁵³.

A exposição aqui dos registros que envolveram a Igreja de Dom Duarte Costa se deveu exclusivamente a sua relação na documentação com a Igreja Católica Romana. Não se pretendeu com isso ir além do assunto imediato, mas apenas buscar circunscrevê-lo nos espaços e nas circunstâncias em que foi retratado no material recolhido pela polícia política paulista.

Por outro lado, a documentação referente a essa instituição permite uma pequena reflexão. Como se viu, em alguns momentos, as ações de policiamento levadas a cabo contra as manifestações públicas dessa nova agremiação religiosa foram justificadas com base no interesse da ordem pública. Porém, a suspeita de comunismo, que foi um dos elementos detrás das investigações iniciais envolvendo a atuação de Dom Duarte Costa, parece estar sempre pautando os procedimentos que a abarcam. Isso permite pensar o quão estreita era a relação entre a orientação política da polícia e a sua atuação junto à sociedade, uma relação que tinha influência direta nos desdobramentos na forma de exercer a vigilância.

Antes de prosseguir com a apresentação dos dossiês, é preciso ressaltar que, até o momento, a Igreja Católica Romana encontrada nos registros se destaca por um discurso de autodefesa. Defesa de seus interesses enquanto instituição religiosa frente a uma sociedade que lhe surgia hostil, tanto do ponto de vista religioso como do ponto de vista político-social.

No primeiro caso, é significativa a disputa com a Igreja Católica Apostólica Brasileira. Seja por meio de manifestações oficiais, como o edital do arcebispo de São Paulo, seja por pedidos feitos à polícia para que impedissem manifestações públicas da nova agremiação, os registros encontrados expõem o quanto de espaço e energia o catolicismo direcionou para esse tipo de enfrentamento. Por outro lado, configuravam tentativas de barrar o avanço comunista, evidenciadas tanto pela condenação teórica como pelo contraponto estabelecido pela participação nas disputas eleitorais.

---

⁵³ Pasta 30-G-005, documento 69. Segundo esse relatório, o comunista Orisson de Castro, depois de lembrar em seu discurso que o dia dos trabalhadores era um dia de luta, e de dizer que a ditadura de Franco, na Espanha, estava podre, anunciou que “apesar de ser materialista, iria fazer distribuição da encíclica de João XXIII”.

Em ambas as circunstâncias, o que se tem é a representação de um comportamento que visava a autopreservação, voltado para a manutenção da imagem e da condição de religião preponderante e influente política e socialmente. Significativa, certamente essa representação deve ser entendida como um arranjo possível dentro da realidade histórica avaliada.

O fato de os registros encontrados nas pastas dossiês 21-G e 30-G se referirem particularmente ao final dos anos de 1940 e início de 1950, talvez possa explicar esse quadro comportamental, que deve ser considerado em função das circunstâncias históricas. E embora a presença católica na documentação seja constante, ela foi significativa no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960.

Isso explica, por exemplo, porque dossiês como os da *Família e Subfamília 40*, que possuem pastas referentes aos setores religiosos, não contenham investigações sobre a comunidade católica que ultrapassem o corte cronológico aqui adotado. Boa parte de seus registros remetem à mobilização política e econômica de estrangeiros no país ainda no contexto da Segunda Guerra Mundial, nos anos de 1940. Esse é o motivo pelo qual esse conjunto documental não foi referenciado de forma direta aqui.

3. A política e o social

Por fim, em um dado momento, percebe-se na documentação que, de maneira crescente, os discursos emanados pelos setores católicos conjugavam em suas reflexões a problemática política e social. O discurso que antes, de certa forma, atinha-se às questões políticas e ideológicas, passa a ser povoado e estruturado tendo em conta também o quadro sócio-econômico.

A documentação observada na sequência está compreendida na chamada *Família 50*, unidade que contém a mais abrangente e volumosa documentação dentre a *Série Dossiês*. Além disso, de acordo com as pesquisas do projeto de *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série “Dossiês”*, essa série possui particularidades que a distinguem dentro do conjunto documental.

O trabalho realizado pelos pesquisadores mostrou, por exemplo, que existe nesse conjunto documental um retorno a alguns temas antes tratados em outras *Famílias*. Ao mesmo tempo, percebeu-se que outros tópicos ali abordados se referem exclusivamente

ao período de vigência do regime militar. A chamada “migração de códigos”, que é a situação em que, a partir do golpe militar, um código/dossiê já existente passou a ter um novo sentido, também caracteriza esse material.

Essas diferentes características, como observou Maria Aparecida de Aquino, fazem com que a *Família 50* represente bem o que significou a “busca do crime político em toda a sua variedade interpretativa”⁵⁴.

É importante registrar também que essa *Família* foi utilizada por todo o período de funcionamento do chamado Serviço Secreto⁵⁵. Assim, tratando de variados temas – investigações sobre estrangeiros, movimentos sociais, política institucional e luta armada etc. –, a *Família 50* acabou reunindo a maior parte da documentação da *Série Dossiês*, com 5.121 do total de 9.626 pastas.

Tal abrangência se refletiu no número de pastas consideradas nesta pesquisa, sendo que das 43 selecionadas, 37 pertencem à *Família 50*. Isso corresponde a cerca de 86%. Numa mostra de sua diversificação documental, foram encontradas nelas investigações sobre o catolicismo, o protestantismo, o judaísmo, o islamismo, o budismo; sobre a associação Perfect Liberty Order e a Ordem de Rosa Cruz, entre outras.

Os primeiros registros encontrados nas *Pastas/Dossiês 50-G* são do ano de 1942. Embora a maioria dos registros se refira ao universo católico, há muitas investigações sobre a Igreja Católica Armênia, Igreja Católica Apostólica Brasileira, Igreja Ortodoxa Russa, Igreja das Testemunhas de Jeová e movimentos evangélicos. A maioria dessas instituições aparece na relação muito em função da presença de estrangeiros entre seus membros.

Embora os primeiros sinais do combate imposto pelo catolicismo nacional ao comunismo apareçam cedo na documentação, ainda na década de 1940, e, de certa forma, dominem a composição temática dos registros, ele também teve seus integrantes estrangeiros sobre a mira da polícia política paulista.

---

⁵⁴ AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; LONGHI, Carla Reis. *O DEOPS/SP em busca do crime político*. Família 50. p. 15.

⁵⁵ O trabalho de vigilância exercido pelos agentes infiltrados da polícia política paulista era identificado, em 1940, como Serviço Secreto; que foi renomeado para Serviço de Informação na década de 60; e, por fim, a partir de 1975, passou a ser Divisão de Informação. Para essas e outras informações sobre a *Família 50*: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; LONGHI, Carla Reis. *O DEOPS/SP em busca do crime político*. Família 50. pp. 45-53.

Em dado momento, possivelmente em função dos conflitos internacionais ocorridos por ocasião da Segunda Guerra Mundial e de estruturação da Guerra Fria, percebe-se na documentação uma intensificação dos registros de organizações religiosas leigas que contavam com a presença de imigrantes. Algumas dessas organizações tinham vínculo com o catolicismo e eram de âmbito internacional, contando então com indivíduos recém-chegados ou já plenamente instalados no país, como italianos, alemães, croatas, iugoslavos, lituanos, libaneses, espanhóis, entre outros. Entre as Ordens investigadas, pode-se destacar: Capitolar e Militar Ordem dos Cavaleiros da Concórdia; Croatia Sacra Paulistana e Ordem de São Sebastião e Guilherme.

Além da identificação dos nomes e da ocupação profissional de seus integrantes, os relatórios mostram que a polícia política estava preocupada em saber qual o propósito dessas organizações e, principalmente, qual o seu posicionamento político. A apreciação do investigador sobre a Ordem de São Sebastião e Guilherme, em 1955, por exemplo, é semelhante a muitas avaliações encontradas na documentação. Informava ele que: “Essa instituição é de caráter beneficente e se dedica à proteção das classes menos favorecidas, e de caráter apolítico”⁵⁶.

A referência ao catolicismo é tão marcante nesse conjunto documental que muitas pastas são formadas exclusivamente por registros que remetem a esse ambiente social.

Esse é o caso da *Pasta/Dossiê 50-G-002 (1)*. Com o primeiro documento datado de 1945, esse dossiê começa registrando especialmente problemas de ordem social que envolviam a Igreja Católica: algumas investigações sobre eventos públicos religiosos, onde foi detectada a presença de comunistas, e sobre irregularidades em entidades assistencialistas que atuavam na cidade de São Paulo.

Mas, no final dos anos de 1940, o tema predominante na documentação passou a ser o combate ao comunismo protagonizado pela instituição católica. E, assim como se deu nos demais dossiês, os pronunciamentos públicos dos padres orientando os fiéis em como lidar com os comunistas passaram a ser sistematicamente observados pelo DOPS/SP.

É interessante notar que os registros eram feitos sem que houvesse manifestações especiais por parte da polícia acerca desse comportamento. A maior parte do material é composta de recortes de jornais, que traz freqüentemente uma única distinção escrita a

---

⁵⁶ Pasta 50-G-000 (1), documento 134.

lápiz pelos agentes policiais: *Cúria Metropolitana*. Como a maioria absoluta das declarações era feita por membros da hierarquia católica, pode-se pensar que essa menção remetia à origem da informação ali veiculada.

No que se refere ao anticomunismo católico, essa posição foi reafirmada pelo Vaticano com a encíclica *Divini Redemptoris*, de Pio XI, em 1937. No momento anterior à Segunda Guerra Mundial, essa carta reafirmava e redimensionava seu caráter ao considerar o momento histórico. Sua grande mensagem estava contida na frase: “O comunismo é intrinsecamente perverso e não se pode admitir em nenhuma área a colaboração com ele por parte de quem quiser salvar a civilização cristã”⁵⁷.

Em 12 de junho de 1949, já no pós-guerra, a chamada Sagrada Congregação do Santo Ofício, por meio de decreto, declarava mais uma vez que o comunismo era materialista e anticristão, que era hostil a Deus, e que por isto mesmo era excomungado. Por sua vez, a cúria metropolitana de São Paulo, por meio de seu arcebispo, afirmava categoricamente pela imprensa que não era lícito aos católicos se associarem a nenhuma forma de auxílio a esse movimento, sob pena de igual condenação espiritual: a excomunhão⁵⁸.

Desde então, os documentos reunidos pela polícia política registram um combate ainda mais contundente e público do catolicismo ao comunismo, especialmente por parte de sua cúpula. Nos registros, os nomes que mais aparecem nessa frente de batalha são os de Dom Jaime Câmara e Dom Helder Camara, respectivamente cardeal-arcebispo e bispo auxiliar do Rio de Janeiro; Dom Vicente Scherer, cardeal-arcebispo de Porto Alegre; e Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, cardeal-arcebispo de São Paulo.

Tem-se que ressaltar aqui que o fato de predominar entre os recortes armazenados pela polícia paulista jornais paulistanos e cariocas é um fator fundamental para que se possa entender a composição desse retrato. A origem desse material retrata as configurações políticas, econômicas e sociais do país, nas quais o catolicismo nacional se apoiava.

---

⁵⁷ SUFFERT, Georges. *Tu és Pedro: Santos, papas, profetas, mártires, guerreiros, bandidos*. A história dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo. pp. 446-448; para uma análise da condenação do comunismo nessa encíclica, ver: *Questão Social*. As Encíclicas “Rerum Novarum” “Quadragesimo Anno” e “Divini Redemptoris” – Em perguntas e respostas por M. Vicent. Petrópolis: Vozes, 1938. p. 67-89

⁵⁸ Pasta 50-G-002 (1), documento 10.

Essas autoridades buscavam desqualificar e condenar o ideário comunista, classificando-o como intrinsecamente mau. Ao mesmo tempo, lançavam aos fiéis católicos dizeres proibitivos, muitas vezes com a promessa de excomunhão, como anotado pelo jornal da *Folha da Noite*, de 09 de agosto de 1949: “Recomendações do Cardeal-Arcebispo aos católicos da Arquidiocese de São Paulo – Incorrerão na excomunhão os católicos que auxiliarem os movimentos comunistas ou pró-comunistas”⁵⁹.

Esse espírito combativo, percebe-se pelos registros, levou o catolicismo a ocupar várias frentes no cenário social, especialmente até o início dos anos de 1960. E, como já indicado, a política institucional foi um espaço privilegiado dessa ação, o que surge como objeto constante das observações levadas a cabo pelo DOPS/SP. Inúmeros são, por exemplo, os recortes de jornal relacionados a essa temática.

A dimensão e o sentido dessa participação é o que se pode pressentir nos relatos que se seguem, retirados todos das *Pasta/Dossiê 50-G*.

Estruturada ainda nas décadas anteriores, continuou intensa a participação católica nas disputas eleitorais que ocorreram em meados da década de 1950 e início dos anos de 1960. Por meio de movimentos organizados, como a Liga Eleitoral Católica, e pela permanente propaganda informativa, além de garantir e ampliar seus direitos constitucionais, interessava barrar toda forma de avanço do ideário comunista.

Como observa Motta, o empenho nesse sentido foi tão significativo que a instituição religiosa, por vezes, violou sua própria orientação de não se envolver diretamente nas disputas políticas e partidárias. Alguns religiosos chegaram mesmo a participar como candidatos nos pleitos eleitorais. Sobre esse comportamento, observa o autor que: “em se tratando da luta anticomunista, a hierarquia fazia uma interpretação especial, entendendo que não poderia haver omissão de sua parte”⁶⁰.

Essa disposição foi acompanhada pela polícia política paulista, especialmente por meio da imprensa escrita. Em 1954, por exemplo, próximo às eleições nacionais para o Congresso, um nota jornalística informava sobre a condenação de Dom Helder às coligações partidárias que se formavam em pareceria com os comunistas. Na ocasião,

---

⁵⁹ Pasta 50-G-002 (1), documento 10.

⁶⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. pp. 28-29.

afirma ele: “É uma lástima que o oportunismo político leve os candidatos e as legendas a se articularem com os extremistas”⁶¹.

Lembrava o bispo também que a Liga Eleitoral Católica apresentava ao público os partidos e os candidatos que haviam firmado compromisso como com os postulados cristãos, que eram, “antes de tudo, postulados de bom senso”. E, mostrando a força que tinha esse parecer católico, dizia: “confrontando a lista dos que assinaram compromisso com os que não assinaram, conclue-se que tais ou quais candidatos receberam condenação”.

Tal como esse registro, muitos outros retrataram essa tentativa de ingerência doutrinária católica na política institucional. E isto era feito com todas as forças possíveis. O jornal *Diário de São Paulo*, de 4 de janeiro de 1955, reproduzia o pronunciamento feito por Dom Jaime Câmara sobre a “verdadeira posição comunista na solução dos problemas do povo”. Recobrando a fala do Comandante da Escola Superior de Guerra, buscava o arcebispo carioca estabelecer a diferença entre o que seria o combate à idéia e o combate à ação comunista. Ao fazer tal ponderação, deixava transparecer também sua disposição quanto ao assunto.

Dizia ele sobre o combate à ação comunista: “Esse último exige penas a existência de um bem organizado aparelhamento de prevenção e repressão capaz de impedir a eclosão de surtos subversivos ou, caso não consiga, de sufocá-los com energia e rapidez”⁶².

A mesma determinação e energia podem ser verificadas quanto à definição em como proceder no contraponto ao ideário comunista, na qual o catolicismo se sentia particularmente envolvido e responsável:

Já o primeiro combate a idéia exige uma atuação incansável, constante, da Igreja, do magistério, do parlamento e da Imprensa, no púlpito, na cátedra, da tribuna e no jornal falado ou escrito, em que se demonstrem todos os inúmeros erros da doutrina comunista no terreno moral, na concepção política e nas teorias econômicas e que se demonstre que os pouquíssimos acertos que ela contém não lhe são inerentes, situando-os, e perfeitamente, em uma doutrina cristã-democrática⁶³.

---

⁶¹ Pasta 50-G-002 (1), documento 25. Sobre as eleições nesse momento: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 181-185.

⁶² Pasta 50-G-002 (1), documento 26.

⁶³ Pasta 50-G-002 (1), documento 26.

Ao concluir, dava mostras do quanto a Igreja Católica, ou pelo menos parte de sua hierarquia, estava próxima das posições assumidas por parte do Exército e, como desejava, do próprio governo:

Muito bem ressalta o comandante da Escola Superior de Guerra a necessidade da constante atuação da Igreja no campo de combate ao comunismo. Felizmente notamos não ser de agora o desejo, a aprovação e confiança dos governos sérios e bem intencionados na ação doutrinária e orientadora da Igreja ao passo que os ingênuos e irresponsáveis se irritam quando se faz ouvir essa voz que os devia acordar da antipatriótica sonolência e comodista tolerância⁶⁴.

O catolicismo aqui representado dava mostra de grande enraizamento na estrutura social existente, cujo grande perigo era identificado na proposta econômica e social do comunismo. Essa alternativa, dá a entender a fala, subverteria a ordem, pois seria contra a moral, antidemocrática e antipatriótica.

Essa determinação apontada levou a várias manifestações por parte dos religiosos católicos, chegando alguns a fazer propaganda política abertamente em prol de determinados candidatos, tal como citado acima. Segundo um relatório de 1957, por exemplo, o padre Mário Marques e Serra, do bairro do Ipiranga, era reincidente em sua defesa do nome de Ademar de Barros, então prefeito da capital paulista, inclusive rezando missa em sua intenção⁶⁵.

Mas, pelo que se tem nos registros, esse era um caso extremado. A grande maioria das ocorrências encontradas mostra que o empenho se deu notadamente no sentido de instruir a população sobre os riscos políticos, sociais e religiosos de um avanço dos “extremistas vermelhos”.

Essa perspectiva pode ser verificada, por exemplo, nos próprios títulos dos artigos jornalísticos recortados e reunidos pelo DOPS/SP. Os sentidos emitidos acabam por revelar os temas e a maneira com os quais os mesmos eram abordados pelos setores hierárquicos que se pronunciavam em nome da Igreja Católica. Eles, por vezes, reforçam também a percepção de que havia certa proximidade, certa comunhão entre as

---

⁶⁴ Pasta 50-G-002 (1), documento 26.

⁶⁵ Pasta 50-G-002 (1), documento 33.

perspectivas político-sociais dos agentes de segurança do governo e uma parte da comunidade católica, pelo menos naquele momento no que se referia ao comunismo.

Há recortes de jornais compondo a documentação em todas as 15 pastas que possuem registros datados entre 1954 e 1963. Entretanto, constata-se uma concentração desse material especialmente na *Pasta/Dossiê 50-G-002 (1)*. Considerando que esse material obedece a uma cadeia investigativa temática e cronológica, a eles foram reunidos, como se segue abaixo, com propósito de permitir, por meios dos títulos mais manifestos, a visualização dos tópicos abordados pelos integrantes da Igreja Católica⁶⁶.

---

⁶⁶ Em alguns registros não foi possível identificar o jornal e a data da matéria recortada. Como no título era legível o sentido passível de compreensão, esse material foi contabilizado no exame feito, mas optou-se por não retratá-los no corpo do texto.

JORNAIS	TÍTULOS
Diário de São Paulo 02/09/1954	<i>Reprova o clero as ligações entre partidos e comunistas</i>
Diário de São Paulo 04/01/1955	<i>“É necessária ação constante da Igreja na luta anti-comunista”</i>
Diário de São Paulo 05/01/1955	<i>A “paz fria” e a paz autêntica</i>
Diário Popular 08/09/1955	<i>Advertência do cardeal Câmara contra a campanha de descrédito das forças armadas</i>
Folha da Manhã 15/04/1958	<i>Reafirma o Cardeal Mota sua confiança com relação à situação social do país</i>
Tribuna da Imprensa –/04/1958	<i>Brasil está a beira do caos</i>
Notícias de Hoje 08/05/1958	<i>Não é pela força que se e vencem idéias declara arcebispo de Florianópolis</i>
Diário da Noite 08/05/1958	<i>Arcebispo rebela-se contra os elevados preços dos remédios</i>
Folha da Manhã 14/05/1958	<i>Fixa o arcebispo de Porto Alegre a posição da Igreja Católica ante comunismo e capitalismo</i>
Diário da Noite 16/05/1958	<i>É pela repressão legal e policial do meretrício o arcebispo de P. Alegre</i>
Correio Paulistano 17/07/1958	<i>Declaração dos Cardeais arcebispos e bispos do Brasil</i>
Última Hora 09/06/1958	<i>“Guerra Atômica: Ponto final na Aventura Humana na Terra</i>
Folha da Manhã 03/07/1958	<i>“A todos, governo e particulares, clero e fiéis cabe lutar para que a nação não caia em desgraça”</i>
O Globo – RJ 09/07/1958	<i>A Igreja vai pronunciar-se sobre os problemas sociais</i>
Notícias de Hoje 16/07/1958	<i>Nosso principal Inimigo</i>
Notícias de Hoje 02/09/1958	<i>Igreja pode ajudar sindicatos na luta por melhores salários</i>
Última Hora 18/09/1958	<i>Advertência do Cardeal do Rio de Janeiro contra candidatos aliados aos comunistas</i>
Última Hora 10/12/1958	<i>D. Jaime recusa-se a revelar o nome do parlamentar acusado de corrupção</i>
Última Hora 11/12/1958	<i>Reatamento das relações comerciais com a URSS</i>
Notícias de Hoje 12/12/1958	<i>Condenada a tentativa do cardeal do Rio de vetar relações com a União Soviética</i>
Notícias de Hoje 20/12/1958	<i>Os negócios do Sr. Cardeal</i>
Última Hora 12/01/1959	<i>D. Hélder: “Arrebataremos ao comunismo a bandeira social da Reforma Agrária”</i>

Todos os recortes acima foram encontrados na *Pasta/Dossiê 50-G-002 (1)*⁶⁷. E o fato de que quase todos se encontrem em sequência nesse conjunto documental sugere, nesse momento, que as discussões veiculadas pela imprensa envolvendo o catolicismo foram acompanhadas de perto pelo DOPS/SP. Ao mesmo tempo em que a variedade temática sinaliza a extensão desse interesse policial.

De outra forma, essa mesma diversidade temática que os títulos deixam entrever, sinaliza também para o amplo envolvimento do catolicismo, especialmente por meio de sua hierarquia, com as discussões públicas sobre a problemática econômica, política e

⁶⁷ Pasta 50-G-002 (1), documentos: 25; 26; 27; 29; 35; 36; 37; 38; 39; 41; 42; 44; 45; 47; 48; 49; 50; 73; 74; 75; 76; 77.

social, nacional e internacional. Cada vez mais os discursos católicos apresentam uma interlocução entre o político e o social.

Particularmente no que se refere às demandas da classe trabalhadora e dos setores populares da sociedade brasileira, avistam-se nos títulos destacados manifestações que denotam essa preocupação do catolicismo com os problemas socioeconômicos, especialmente por meio de matérias referentes ao alto custo e a questão sindical. Basicamente esses pontos podem ser visualizados em títulos como: *Reafirma o Cardeal Mota sua confiança com relação à situação do país*; *O Brasil está á beira do caos*; *Não é pela força que se vencem idéias, declara o Arcebispo de Florianópolis*; *Arcebispo rebela-se contra os elevados preços dos remédios*; *Igreja pode ajudar Sindicatos na luta por melhores salários*; *A Igreja vai pronunciar-se sobre os problemas sociais*.

Por vezes, o discurso de alguns prelados refletiu o nível de tensão social vivido no momento. O jornal *Folha da Manhã*, de abril de 1958, por exemplo, registrava que o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo Mota, confiava nos rumos do governo Kubitschek e no progresso do país. Sua objetividade em apontar a solução para os problemas sociais deixava transparecer certa urgência no trato da questão: “O Brasil precisa de ordem e de trabalho, para o seu progresso moral e material. Palavras não bastam”⁶⁸.

Mas, como observou Márcio Moreira Alves, a questão da injustiça social demorou para ser tratada com objetividade pelos bispos, que passou a ser vista como um problema à própria sobrevivência e expansão do catolicismo nacional⁶⁹.

Era o combate ao comunismo e o trato com os problemas de ordem político-institucional que pareciam realmente absorver a atenção dos líderes católicos no Brasil. Dos 22 títulos indicados, 9 reportam ao tema do comunismo em alguma perspectiva e 2 à política institucional. Isso pode ser vislumbrado especialmente em: *Reprova o clero as ligações entre partidos e comunistas*; *É necessária ação constante da Igreja na luta anti-comunista*; *Fixa o arcebispo de Porto Alegre a posição da Igreja ante comunismo e o capitalismo*; *Advertência do cardeal do Rio de Janeiro contra candidatos aliados aos comunistas*; *Reatamento de Relações Comerciais com a URSS*; *Condenada a tentativa do Cardeal do Rio de vetar relações comerciais com União Soviética*; *D. Hélder: “Arrebataremos ao comunismo a bandeira social da Reforma Agrária”*.

---

⁶⁸ Pasta 50-G-002 (1), documento 35.

⁶⁹ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. p. 45.

E, pelo que se percebe pelas menções nominais, os textos ainda representam sobretudo manifestações vindas da hierarquia, de arcebispos e de bispos. Era a cúpula católica procurando despertar e envolver a sociedade na peleja contra o comunismo.

Se essas poucas alusões não permitem uma reflexão e uma compreensão mais aprofundada desse assunto descortinado, elas, contudo, revelam tendências e apontam possíveis caminhos para se pensar os elos estabelecidos entre a polícia política e a comunidade católica de então, entre Estado/Igreja, entre Igreja/Estado.

A autoridade religiosa e, por extensão, também a autoridade política postas a serviço do combate ao comunismo: essa é então uma imagem recorrente na documentação sobre o comportamento da Igreja Católica.

Entretanto, mesmo prevalecendo esse sentido, algumas variações podem ser percebidas, engendrando novas posturas e disposições ao longo de tempo. Por ora, é possível afirmar que essas alterações expressavam a heterogeneidade do catolicismo nacional, que então se movia em diferentes direções em face dos muitos problemas que atingiam o país e o mundo.

Nesse sentido, os diferentes comportamentos verificados anteriormente nas *Famílias*, em grande medida, estão reafirmados nas *Pastas/Dossiês 50-G*. O destaque aqui se encontra na ação católica em restringir o avanço comunista por ocasião das eleições nacionais de 1958. Não obstante, é atenção concentrada nessa situação que explica, em parte, a variação para cima apontada no gráfico montado.

Em 1958, a crise financeira, com inflação e conseqüente aumento no custo de vida, o crescimento da dívida externa, a crescente agitação social no campo e na cidade, com muitas greves, a pressão do FMI e a oposição parlamentar ameaçavam a concretização do projeto desenvolvimentista do governo Kubitschek⁷⁰.

Paralelamente, estavam marcadas para esse mesmo ano a realização de eleições para governador de Estado, para o senado e para deputado federal. A mobilização partidária que se seguiu na busca por coligações nos Estados atraiu a atenção nacional para o pleito. Além disso, aquele ano marcou o retorno de Luiz Carlos Prestes ao cenário político nacional. Após dez anos na clandestinidade, o líder do Partido Comunista do Brasil retomava suas atividades políticas participando intensamente da campanha eleitoral daquele ano. O Partido Comunista Brasileiro ainda se encontrava na

---

⁷⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 215-221.

ilegalidade, mas, graças à política pragmática de Kubitschek, mantinha-se ativo no cenário nacional⁷¹.

Na ocasião, a união política entre PTB-PCB-PSP causou grande alvoroço nos meios políticos e militares do país. Essa atuação do Partido Comunista na disputa eleitoral foi vista como infiltração comunista nos meios políticos, gerando reações dos setores mais conservadores da sociedade. E a hierarquia católica se mobilizou contra-atacando.

A 18 de setembro, a polícia política registrou a advertência feita dias antes por Dom Jaime Câmara quanto aos perigos do quadro político que se delineava.

Ao Reverendíssimo clero. Não obstante minha repugnância em manifestar-me a respeito de partidos políticos, máxime nas proximidades de eleições, manda-me a consciência alertar o reverendíssimo clero diocesano e regular, e, por seu intermédio, a todos os católicos deste Arcebispado, sobre o perigo comunista de certos candidatos e mesmo de determinado partido, uma vez que, não eu, mas comícios públicos e demagógicos os estão denunciando⁷².

A existência de determinados registros assinalam a atenção e, de certa forma, a expectativa dos agentes policiais acerca dos pronunciamentos da Igreja. Numa espécie de relatório condensado, que descrevia esquematicamente as notícias mais importantes do dia, de setembro de 1958, sintomaticamente, um dos tópicos se iniciava com os seguintes dizeres: “Como prevíamos, o CARDEAL JAIME CÂMARA acaba de fazer por escrito uma advertência aos católicos, sobre os perigos da infiltração comunista em diversos partidos políticos que disputavam o pleito”⁷³.

Avançando, o relator dava entender que o próprio presidente Kubitschek via com reservas a postura de João Goulart, pois o teria “na conta de um homem capaz de usar os meios mais incríveis para alcançar um objetivo desejado”. E numa demonstração do

---

⁷¹ Nesse ano o Partido Comunista Brasileiro começou a reformular suas diretrizes políticas – “A linha do partido – o início ‘oficial’ da desestalinização – foi estabelecida pela declaração de março de 1958 do Comitê Central, apoiando o Partido Comunista da União Soviética e atacando o ‘imperialismo’ norte-americano e os interesses latifundiários brasileiros. Defendendo uma frente nacionalista democrática, o PCB propunha a tomada do poder através ‘da pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas’, através da vitória eleitoral e da resistência das massas populares aliadas às forças nacionalistas no Congresso”; sobre esse momento e a história do partido, ver: CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro. Conflito e integração – 1922-1972*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. pp. 123-127.

⁷² Pasta 50-G-002 (1), documento 50.

⁷³ Pasta 50-G-002 (1), documento 52.

quanto os ânimos estavam acirrados, afirmava: “O deputado Carlos Pinto, também manifestando-se contra a tríplice-aliança, faz um apelo ao Gal. Lott, no sentido de serem tomadas providências imediatas, antes que seja necessário colocar os tanques nas ruas”⁷⁴.

Dos muitos posicionamentos existentes sobre essas e outras questões, os agentes policiais recolhiam as informações e formulavam suas interpretações. E pelo que se percebe nos registros referentes ao catolicismo, a busca por informações levava a recolha dos diferentes aspectos existentes acerca do objeto investigado.

Por exemplo, ainda sobre as eleições, um relatório condensado de 14 de setembro de 1958, próximo à realização do pleito, informava que algumas impressões sobre a situação política do Brasil tinham sido recolhidas em duas embaixadas no Rio de Janeiro. Após registrar que o país vivia então um momento de agitação política e social com forte conotação popular, o texto relatava que naquele ambiente se acreditava pouco no estabelecimento de uma guerra civil no país, já que o povo não teria meios para provocar uma revolução. Entretanto, dizia-se: “haverá ‘golpes’ militares e poderá acontecer o que aconteceu na Argentina”.

Frente a esse quadro, teria havido então um questionamento sobre a atuação dos cardeais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que mereceu o seguinte comentário: “A Igreja já tomou posição – dos dois lados – para nunca sair perdendo o contato com o vencedor. Os políticos desaparecem, a Igreja permanece. A manobra é astuciosa como sempre”⁷⁵.

Embora presente nas narrativas policiais encontradas, não há considerações específicas sobre essa espécie de comportamento político dos membros da Igreja Católica. Nesse momento, o que se sente é o permanente interesse em esquadramento das concepções defendidas pela instituição, o que ajuda a entender, por exemplo, a expectativa em torno das reuniões e pronunciamentos públicos da hierarquia. Na expressão dos próprios agentes, esperava-se pela “palavra de ordem da Igreja aos católicos”, ao que parece dava-se muita atenção⁷⁶.

---

⁷⁴ Pasta 50-G-002 (1), documento 52.

⁷⁵ Pasta 50-G-002 (1), documento 51.

⁷⁶ Pasta 50-G-002 (1), documento 55.

E, de certa forma, o fato de não se encontrar qualquer tipo de valoração explícita sobre as posturas católicas até então pode sugerir, no mínimo, uma não-discordância das mesmas.

De maneira geral, os registros reafirmam constantemente a autoridade e a força das posições então assumidas pela Igreja Católica. Mais ainda nesse momento de disputas políticas, como exposto em relatório sobre reunião ocorrida entre João Goulart e Dom Jaime Câmara, quando teriam tratado sobre o pleito eleitoral. O relator informava que o encontro foi intermediado por Dom Vicente Scherer, tendo em vista a recusa do prelado fluminense em receber o vice-presidente, cuja motivação poderia ser:

Acredita-se, porém, que Jango, procurando justificar-se sobre o apoio de Prestes, tenha ido dar uma explicação mais razoável da aliança do PTB com o PC. Satisfeita a Igreja, em sua repulsa contra o comunismo e encerrado o caso, espera João Goulart que os altos representantes do clero (aproveitando a reunião dos bispos) não prosseguirão nos pronunciamentos contra a sua campanha eleitoral, pelo menos até o próximo dia 3 de outubro⁷⁷.

Entretanto, esses discursos voltados para o debate político, aos poucos, passaram a contar com reflexões sobre os problemas sociais. Embora, inicialmente, sua menção estivesse diretamente ligada ao combate ao comunismo, apontava para novas formas de agir.

Percebe-se, por exemplo, que aos poucos e de maneira crescente, os problemas de ordem econômica e social foram ganhando maior dimensão no debate político suscitado pela Igreja Católica.

Em alguma medida, é certo que o trato com as questões sociais sempre esteve presente nas diretrizes e, conseqüentemente, nas manifestações dessa instituição. Contudo, no momento focado, sua emergência parece também querer tomar terreno ao movimento comunista, como sugere a fala de D. Helder Câmara no jornal *Última Hora*, de 12 de janeiro de 1959: “Arrebatemos ao comunismo a bandeira social da Reforma Agrária”⁷⁸.

---

⁷⁷ Pasta 50-G-002 (1), documento 56.

⁷⁸ Pasta 50-G-002 (1), documento 77.

A crise financeira de um lado, agravando e impulsionando os reclames populares por reformas estruturais no país, e o avanço dos grupos mais progressistas no meio político, parecem ter estimulado uma maior abertura e levado a uma maior participação de alguns setores católicos no debate acerca dos problemas sociais⁷⁹. Além disso, tratava-se também de não permitir que as mudanças fossem feitas à revelia dos princípios cristãos.

Uma indicação de que, pelo menos para alguns setores católicos, essa maior movimentação em direção ao social era ao mesmo tempo uma resposta à investida das propostas sociais dos comunistas, pode ser visualizada na entrevista de Dom Helder ao jornal mencionado acima. Na ocasião, observava o prelado:

A Igreja Católica arrebatará espetacularmente, ao comunismo, a bandeira da Reforma Agrária. A paupérrima situação do homem do campo praticamente desamparado e por isso mesmo em péssimas condições de vida, sem nenhuma possibilidade de emancipar-se através de uma maior cota de produção, criou um clima favorável de infiltração dos agitadores e comunistas, que já exercem, com relativo sucesso, a sua tarefa de catequese. A reforma Agrária impedirá a evolução dessas forças negativas, proporcionando ao trabalhador rural os recursos e a técnicas necessárias para que ele se fixe no solo e produza, em maior escala, dentro de sua própria propriedade. Para a consecução desse objetivo, a Igreja Católica realizará, em caráter experimental, uma racional distribuição de terras de sua propriedade a um grupo de colonos adrede escolhidos⁸⁰.

É preciso lembrar que, dentro da Igreja Católica, o bispo auxiliar do Rio de Janeiro estava entre os prelados mais sensíveis aos problemas sociais, defendendo, em nome da doutrina social católica, a necessidade de mudanças na estrutura socioeconômica de maneira a promover a justiça social. E esse projeto, que recebeu o nome de Fazendas-Coletivas, informava o jornal, teria resultado de especulações ocorridas em reuniões do episcopado nordestino, que era dos mais progressistas do país⁸¹.

---

⁷⁹ Nas eleições de 1958, embora os grupos mais radicais da política nacional não tenham avançado em sua representação, a linha reformista conquistou mais 10 cadeiras no Congresso para o PTB de Goulart; cf.: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. p. 216.

⁸⁰ Pasta 50-G-002 (1), documento 77.

⁸¹ A Igreja Católica foi bastante atuante junto aos camponeses dessa região do país, especialmente sob as novas diretrizes estipuladas pelo Concílio Vaticano II, em 1962. Sobre o envolvimento, ver: SOUZA, Itamar de. *A luta da Igreja contra os coronéis*. Petrópolis: Vozes, 1982; e BANDEIRA, Marina. *A Igreja*

Embora esse projeto de reforma agrária fosse sinal de envolvimento da instituição com os problemas sociais imediatos da população marginalizada do país⁸², a forma com que era oferecido deixava transparecer também o paternalismo com que ainda era tratada a questão.

Conforme alguns planos elaborados diligentemente pela Igreja, a reforma agrária se fará por meio de fazendas-coletivas. Cada qual comportando cerca de 50 famílias. Nessas fazendas, o colono terá casa própria e em frente à mesma, uma gleba de terra que lhe corresponderá de acordo com uma distribuição equitativa. Em cada núcleo serão distribuídos grupos escolares, postos médico-sanitários, capelas, grupos recreativos e um serviço de alto-falante. Cada grupo de cinco fazendas-coletivas fará parte de uma empresa cooperativa, que terá por função a venda e troca de gêneros alimentícios, roupas e maquinários. Por outro lado, o Ministério da Agricultura intervirá diretamente na organização desses núcleos, fornecendo técnicos capacitados para orientar os trabalhos de cultivo, seleção de terras e sementes. A Rádio Rural, recentemente inaugurada, idealizará programas radiofônicos destinados exclusivamente às novas fazendas, orientando de maneira geral os trabalhos agropecuários⁸³.

Essa atitude se referia especialmente ao homem do campo, por estar em situação ainda mais desfavorável e, conseqüentemente, “sujeito às influências de pregadores que buscam a azafama social para melhor atingir seus objetivos”.

Continuando, informava o bispo que a busca por recursos oficiais já estava sendo feita através de “entendimentos” com o presidente da República e os órgãos oficiais competentes. A reportagem confirmava que fazer a reforma agrária era também uma preocupação do governo Kubitschek. Em parceria com o Estado, toda a questão era então exposta de forma a demonstrar o papel orientador da instituição católica nos rumos a serem adotados pelo país. Richard, por exemplo, entende que essa parceria desenvolvimentista entre governo e Igreja buscava uma despolitização das questões sociais, emprestando-lhe sobretudo um caráter técnico⁸⁴.

Católica na virada da questão social (1930-1964): anotações para uma história da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação.

⁸² Até a década de 1950, observa Mainwaring, os setores tradicionalistas da Igreja viam os movimentos sociais, especialmente os que reclamavam uma reforma agrária, como contrários e uma ameaça aos valores católicos; ver: MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. p. 55.

⁸³ Pasta 50-G-002 (1), documento 77.

⁸⁴ RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. pp. 150-151.

É preciso lembrar que esse foi um momento em que a Igreja, especialmente através de órgãos como a CNBB, aproximou-se do Estado na tentativa de promover as reformas sociais tidas como necessárias. Existia uma recomendação do Vaticano para que a Igreja da América Latina se inteirasse melhor dos problemas sociais da região⁸⁵. Exemplo dessa parceria foi a tentativa em conjunto de elaborar um projeto de desenvolvimento para o nordeste brasileiro, região de grande pobreza, especialmente no campo. A união entre o projeto desenvolvimentista do governo e as preocupações do episcopado levou à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE⁸⁶. E em 1961, nascia o Movimento de Educação de Base, MEB, um projeto da Igreja destinado a atender às necessidades educacionais e políticas do meio rural⁸⁷.

Entretanto, por vezes, determinadas atitudes do clero demonstravam o desejo que se tinha de ir além da função de propagandista do anticomunismo e de parceria nos problemas sociais. Denúncias e ações concretas no enfrentamento ao comunismo, em alguns momentos, chegavam mesmo a estreitarem o contato entre Igreja Católica e Estado, entre setores do catolicismo nacional e o DOPS/SP.

Em 1960, momento de crescente tensão no quadro político e social, a documentação mostra que setores da hierarquia buscaram junto a esse órgão de governo apoio para afastar de seus espaços internos indivíduos suspeitos de comunismo. Isso é o que se verifica numa carta de 3 de dezembro de 1960, que aparece assinalada como sendo “cópia”. Nela o bispo de Santos, Dom Idílio J. Soares, solicitava ao secretário de segurança pública de São Paulo, Dr. Francisco José da Nova, informações sobre um aluno suspeito de comungar do ideário extremista.

O prelado começa comunicando que na sua faculdade católica não era permitida a matrícula de comunistas, mas que não tinha, todavia, como impor tal vigilância quanto aos alunos que ali ingressavam. Dizendo-se sabedor de que o aluno Luiz Rodrigues Corvo era “um ativo e inteligente propagandista do regime de Moscou”, argumentava

---

⁸⁵ Sobre essa atuação da CNBB: MORAIS, João Francisco Régis de. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1982. p. 149.

⁸⁶ Sobre essa parceria em nome do desenvolvimento social e seu sentido político, ver: ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. pp. 177-179.

⁸⁷ O MEB contou com a participação de muitos integrantes da Ação Católica e, como ela, aos poucos, com a inserção no quadro social, a atuação de leigos e padres tornaram essa experiência um fator decisivo na conscientização da Igreja. Sobre esse movimento e a importância do método desenvolvido pelo educador cristão Paulo Freire para seu processo de conscientização, ver: ALVES, Márcio Moreira. op. cit. p. 137-142.

que precisaria de provas para que a instituição pudesse “eliminá-lo” do quadro discente. E, em função das ações públicas do mesmo, o bispo afirmava:

O DOPS, por certo, já está a par de tudo isso, mas não costuma dar certificado de tais atividades, sem ordem superior. É o que precisa o Diretor da Faculdade para assim trancar-lhe no próximo ano a matrícula.

Esperando as suas providências nesse sentido, renovo todos os sentimentos de minha elevada estima e admiração⁸⁸.

Pelo registro encontrado não há como saber como essa carta chegou ao Departamento de Polícia Política Paulista e mesmo se o pedido foi atendido. Entretanto, em um documento do *Setor de Arquivos e Fichários do “S.I.”*, datado de 15 de dezembro de 1960 – doze dias após a missiva citada ter sido redigida –, encontram-se relacionadas diversas informações sobre o aluno indicado. E especial atenção era dada a sua atuação política e social. Os tópicos contendo as informações traziam ao final a indicação de que eram procedentes do dossiê **50-Z-81**, que, de acordo com os levantamentos feitos pelo projeto de *Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série “Dossiês”*, refere-se a investigações relacionadas ao município de Santos, no litoral Paulista⁸⁹.

Em 1961, o mesmo tipo de pedido era feito pela Cúria Metropolitana de São Paulo, por meio de um de seus bispos-auxiliares. Em nome e em função do trabalho de contraponto “à ação de extremistas que desorientam o povo” que desenvolvia o Movimento Operário da Ação Católica, o prelado buscava informações sobre os “núcleos comunistas existentes na capital de São Paulo”. Para tanto, fazia apresentar-se um membro da Equipe de Direção da Ação Católica Brasileira, a quem as informações solicitadas deveriam ser fornecidas⁹⁰.

É possível compreender esse tipo de ocorrência como parte do projeto de cristandade, tal como almejado na primeira metade do século XX. Cristandade que

---

⁸⁸ Pasta 50-G-002 (1), documento 84.

⁸⁹ Pasta 50-G-002 (1), documento 83A. Sobre o dossiê 50-Z-81, ver: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; LEISTER FILHO, Adalberto (org.). *A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-64*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 121-123.

⁹⁰ Pasta 50-G-002 (1), documento 85.

levava à aliança do poder espiritual e temporal⁹¹. Como resultado concreto da reaproximação ocorrida nesse período, tem-se a expressão de complementaridade entre o poder religioso e o poder de Estado. Igreja Católica e Estado se buscando e se apoiando mutuamente.

Pelo que se percebe acima, o enfrentamento com o comunismo serviu, em alguns momentos, como elemento dessa interação entre setores católicos e os órgãos de repressão do Estado. Em consequência, em vários momentos, os respectivos discursos se unificavam em torno da idéia de defesa da pátria, da nação. Dom Jaime Câmara, figura de proa na articulação da frente de batalha, era um dos que destacava sempre aos católicos o duplo sentido da tarefa a ser desempenhada: defender a fé cristã e a pátria.

Em meio à documentação há uma carta desse prelado, datada de 30 de junho de 1959, ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica – provavelmente do Rio de Janeiro – falando sobre um Congresso Mundial da Juventude que se realizaria em Viena, Áustria⁹².

Nesse registro, fé cristã e pátria eram contrapostos ao comunismo, nos termos de uma “ideologia atéia, antidemocrática e falsa”. O que segue transcrito abaixo é significativo daquilo em que acreditavam e que defendiam os grupos conservadores nacionais, como também do espírito belicoso que se vinha formando em torno do debate público acerca dos problemas políticos e sociais, do qual não estava distante parte da Igreja Católica.

O Congresso Mundial da Juventude, a realizar-se em Viena, é de origem e finalidade comunista. Portanto, quem dele participar arrisca-se a tornar-se, ao menos, simpatizante de uma ideologia atéia, antidemocrática e falsa.

Os estudantes brasileiros que prezam nossa querida Pátria, e sobretudo se têm alguma religião, não podem participar de tal congresso, sem porem em risco seu patriotismo e sua fé.

Devem os estudantes patrícios evitar tudo quanto lhes possa diminuir esses bons e dignos princípios de ação: Deus, Pátria e Família.

---

⁹¹ Como observa Galea: “É uma ‘*Res Publica Christiana*’ que concretamente oscila entre hierocracia e cesaropapismo, visto que há uma estreita união entre a dimensão política e a religiosa”; cf.: GALEA, José. *Uma Igreja no povo e pelo povo*. Reflexão teológica sobre a atual ação pastoral da Igreja no Brasil. p. 13.

⁹² O registro não está relacionado diretamente aos documentos que antecedem ou lhe sucedem em ordem cronológica. Apesar de datado, também não foi possível obter informações sobre esse evento internacional.

E mais; se a União Internacional dos Estudantes é uma entidade que apresenta características e tradições comunistas, os estudantes brasileiros católicos ou não, pelas razões alegadas supra, precisam unir-se para votar contra a filiação da UNE à União Internacional de Estudantes.

Pudesse eu ser ouvido por nossos caros jovens e lhes enviaria este apelo, não tanto como sacerdote mas apenas como brasileiro que deseja a liberdade do nosso povo: Mocidade! Enquanto ainda temos liberdade, conservemo-la. É dever sagrado, individual e coletivo, evitar o suicídio de nossa autonomia.

Se tivesse de me dirigir especialmente aos católicos, lembrar-lhes-ia a consciência cristã, o seu batismo, a crisma, que é um juramento de bandeira do exército de Cristo, os direitos de Deus sobre o homem, as responsabilidades de suas atitudes de que terão de prestar contas nos inapelável Juízo Divino. Jamais um cristão seja traidor da Pátria nem da Fé.

Revestido de tais sentimentos é que todo estudante poderá, e deverá, apresentar-se como guarda de honra da bandeira do Brasil, em qualquer encontro de membros de sua classe.

Salve! Mocidade esperançosa!⁹³

Deus, Pátria e Família, princípios básicos de ação em torno dos quais se davam a argumentação e a ação, passavam a figurar com mais ênfase nos discursos da hierarquia mais reticente às mudanças sociais. Ao cristão, fé e patriotismo eram apresentados como faces de uma mesma moeda. Eram valores que deveriam ser usados como escudos na batalha em defesa da população contra o perigo vermelho.

Dom Jaime ali expressava o melhor espírito da recatolização da sociedade, em que tais princípios deveriam penetrar nas diferentes estruturas sociais, nas instituições. O que era bom para a Igreja Católica era então expresso como sendo bom, e mesmo necessário ao país. É importante registrar que esses elementos perduraram e foram repetidamente recobrados durante o percurso que levou à promoção e à concretização do golpe militar de 1964.

O não-confronto, mas antes a comunhão de idéias entre Estado/Igreja talvez tenha sido a imagem mais constante que neste período pré-golpe militar os documentos analisados tenham produzido. Composição que gerou, por vezes, uma estreita relação. Uma relação onde ambas as instituições se buscavam e se viam como forma de garantir os seus próprios interesses.

---

⁹³ Pasta 50-G-002 (1), documento 82.

Essa compreensão pode ser situada dentro da idéia geral de que aos órgãos de governo, ou seja, ao Estado cabia a defesa imediata dos interesses da nação, o que deveria ser corroborado de perto pelas instituições civis e religiosas que a compunham.

O documento representado abaixo exprime com clareza essa conformação percebida, onde estão congregados os elementos substanciais da realidade histórica observada. A maneira como os elementos estão acomodados e como é estruturada a narrativa da polícia política acerca das comemorações do Dia do Trabalhador, de 1963, delinea tal imagem de parceria.

Os “observadores” infiltrados descrevem com ênfase a reunião de inúmeras entidades trabalhistas e personalidades ilustres para as festividades na Praça da Sé, no centro da capital paulista.

Durante todo o transcorrer da concentração, estava presente a imagem de N. S. Aparecida, imagem essa cedida pelo Santuário da Penha e que, ali, foi recebida por D. Antônio Macedo, Bispo de Aparecida do Norte e que representou o Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Mota; pelo Governador Adhemar de Barros; pelo Secretário de Trabalho, Sr. Damiano Gulle; pelo Secretário de Segurança, Gal. Aldévio Barbosa Lemos; Antonio Pereira Magaldi, dirigente sindical; Darcy Gatte, dirigente sindical, além de outras autoridades civis, militares e eclesiásticas. Destacou-se, ainda, a presença de Dna. Maria Leonel Barbosa, presidente da Associação das Empregadas Domésticas de S. Paulo; do padre Olavo Piogetti, e do operário José Tele dos Santos, representando a classe operária paulista⁹⁴.

Sob os auspícios da Igreja Católica, autoridades públicas, civis, militares e religiosas, e a população em geral, todos se encontravam reunidos para celebrar. Cada qual com suas demandas, manifestando seus desejos: os trabalhadores reivindicando melhores condições de vida e de trabalho; o clero exaltando a simbologia do momento, e também expondo suas convicções contra o materialismo comunista; e as autoridades civis igualmente condenando o “esquerdismo”, defendendo o respeito à ordem, à liberdade e à Constituição. Todos em nome da democracia e da fé cristã, que seriam símbolos nacionais a serem preservados para o bem da nação.

---

⁹⁴ Pasta 50-G-002 (1), documento 89.

Tudo, como no evento descrito, transcorrendo dentro da estrita ordem, coroado ao final com canto do Hino Nacional e, em seguida, com a bênção coletiva do bispo com a imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Essa imagem sintetiza bem o sentido mais forte percebido na documentação aqui examinada, referente aos dez anos que antecederam o golpe militar de 1964. Nela, com relação aos problemas sociais da sociedade brasileira, os discursos católicos encontrados não questionavam de imediato a ordem socioeconômica existente. Logo, a relação entre Estado e Igreja Católica, entre o político e o religioso, era mediada pelo próprio reconhecimento da interdependência.

Em nome das reformas: mudanças no discurso

Em 1960 chegava ao final o governo de Juscelino Kubitschek. Tinha-se um período de grande mobilização social e política, que acabaria por marcar um momento de inflexão na história nacional. Nele, teve início também um novo momento nas relações entre Igreja e Estado.

O desenvolvimento industrial construído pelo governo, fortemente atrelado ao capital internacional, acelerou o crescimento dos centros urbanos, ampliou a classe operária assalariada e fortaleceu a classe média. Ao mesmo tempo, surgiram organizações trabalhistas e uma série de demandas setoriais, exigindo cada vez mais a participação nas decisões políticas e econômicas do país.

Por outro lado, do ponto de vista social, eram graves ainda os problemas da fome, do analfabetismo, do desemprego e da miséria no campo, o que tornava urgente a implementação de uma política de reformas na área política, econômica e social. E esse projeto dependia dos acordos políticos entre a ala mais conservadora, representada por partidos como Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), e outra de caráter reformista, cuja grande representação estava com o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB⁹⁵.

Diante desse quadro fora eleito para presidente da República, em 1960, Jânio da Silva Quadros, da UDN, tendo como vice João Goulart, do PTB. O novo governo tinha

---

⁹⁵ Para uma leitura do quadro político e social nesse momento, ver: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 72-89.

como maior desafio combater a inflação e reduzir a dívida externa. Entretanto, a implantação de uma política de contenção de gastos, com restrição ao crédito, acabou por aumentar a recessão. Além disso, medidas de cunho antipopular acabaram por gerar descontentamento geral, o que levou ao isolamento de Jânio na administração do país, na presidência. Como consequência, menos de um ano após tomar posse, o presidente renunciava o cargo⁹⁶.

Embora a constituição garantisse a posse do vice-presidente, essa não ocorreu de imediato em função das restrições ao vice-presidente, especialmente da parte dos ministros militares. O nome de Goulart sempre esteve associado à herança varguista e ao projeto reformista das estruturas sociais, o que gerava o temor de uma administração mais à esquerda, ou mesmo comunista no país. O veto militar acabou por agravar a crise institucional⁹⁷.

A solução veio com a adoção do sistema parlamentarista de governo, onde Goulart, como presidente, não teria todos os poderes nas mãos. Segundo Moniz, o presidente recebia então “um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte, centralizado, para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava”⁹⁸. Em decorrência, iniciada em 07 de setembro de 1961, a administração parlamentarista foi marcada pela instabilidade.

Todo o insucesso do período fez com que surgisse no país uma campanha pela antecipação do referendo sobre retorno do sistema presidencialista, que estava marcado para ocorrer em 1965. Pressionado, o Congresso antecipou o plebiscito, que deu vitória significativa ao projeto de retorno do presidencialismo, em janeiro de 1963⁹⁹.

De posse de plenos poderes como presidente, o novo governo Goulart tinha na inflação e na recessão os maiores desafios a serem enfrentados. Para tanto, adotou um

---

⁹⁶ Sobre as circunstâncias da renúncia de Jânio Quadros, ver: LABAKI, Amir. *1961 – A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁹⁷ No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, também do PTB, anunciou que estava disposto a partir para a guerra civil, caso Goulart não tomasse posse. Brizola organizou a chamada Campanha da Legalidade, que exigia o respeito às garantias previstas na Constituição de 1946.

⁹⁸ BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. p. 43. Esse autor lembra que, em função das composições politicamente fracas dos gabinetes parlamentares, fez com que sucedessem no país três primeiros-ministros em pouco mais de um ano de vigência do sistema parlamentarista. Tudo isso só fazia retardar ainda mais a solução dos problemas nacionais.

⁹⁹ Para Skidmore, também era na oposição ao legado de Vargas que se encontrava uma das causas da posse de Goulart como presidente. Para uma leitura dos acontecimentos desde a posse de Jânio Quadros até o retorno do sistema presidencialista, em 1963, ver: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 252-273; e FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas à crise política: 1961-1964*. Trad. Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

plano de estabilização financeira e de crescimento, o Plano Trienal, proposto pelo Ministro do Planejamento, Celso Furtado¹⁰⁰.

Em 1963, o presidente encaminhou ao Congresso Nacional um amplo projeto de reformas, que deveria atingir as áreas administrativa, tributária, bancária, agrária e educacional. Eram as chamadas Reformas de Base, com as quais o governo buscava, em bases nacionais, modernizar e desenvolver a economia, a tecnologia e a redistribuição de renda. O projeto gerava muitas resistências, pois mexia com interesses de grupos tradicionais do setor político e econômico, especialmente do setor agrário. A reforma agrária era tida pelos partidários do governo como de fundamental importância para a transformação econômica da sociedade brasileira, sendo também a que gerava mais oposição por parte dos setores conservadores. A proposta do governo previa a alteração do parágrafo 16 do artigo 146 da Constituição Federal, que condicionava a desapropriação de terras à “prévia e justa indenização em dinheiro”, o que a inviabilizava em função dos altos custos que impunha. No campo político, a tentativa de implantar uma política externa independente fazia frente aos interesses locais dos Estados Unidos¹⁰¹.

Por outro lado, estimulados pelo governo e por seus próprios interesses, a proposta de reformas gerou uma grande participação dos setores populares da sociedade brasileira. Nas cidades, os sindicatos e os movimentos sociais promoveram amplos debates sobre a questão, produzindo uma crescente politização do tema. O mesmo ocorreu no campo, onde atuavam novas associações de luta, sendo as Ligas Camponesas as mais combativas¹⁰².

---

¹⁰⁰ O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social foi formulado por Celso Furtado, Ministro do Planejamento, e por San Tiago Dantas, Ministro da Fazenda. Tratava-se de um projeto de combate à inflação e promoção da economia; cf.: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 285-288.

¹⁰¹ Entre as mudanças a serem promovidas, destaque para reforma eleitoral, que daria direito de voto aos analfabetos, cabos, sargentos e praças; a nacionalização de empresas estrangeiras; a aplicação da lei de remessas de lucros ao exterior; a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais; a reforma universitária com a extinção dos exames vestibulares, entre outras. Sobre o governo Goulart: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. pp. 88-99; 115-125.

¹⁰² As ligas camponesas surgiram no nordeste, mais especificamente em Pernambuco, de onde se espalharam pelo país. Elas organizavam e mobilizavam os camponeses na luta por melhores condições de trabalho e principalmente pela realização da reforma agrária. Seu grande líder foi Francisco Julião. TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982. pp. 76-78.

IV. O catolicismo nacional sob novas bases

Como apontado no capítulo anterior, a Igreja Católica no Brasil acompanhava e passava ela mesma por importantes transformações no final da década de 1950. Graças a sua maior inserção e conseqüente leitura da realidade social, especialmente através dos grupos leigos de Ação Católica, aprofundou internamente o debate acerca dos caminhos a serem seguidos na busca pela promoção de uma maior justiça social.

No país, a mobilização, o debate político, direta ou indiretamente, passaram a girar em torno dos rumos a serem seguidos pelo governo.

Imerso nesse debate, o catolicismo nacional viu acirrar-se no seu próprio interior essas discussões políticas. Eventos internos e externos à instituição contribuíram de forma especial com essa disposição.

Em 1959, por exemplo, ocorria em Cuba uma revolução de caráter popular, o que estimulou ainda mais as discussões em torno de projetos nacionais de desenvolvimento econômico e independência política¹⁰³.

Na América Latina, região eminentemente católica, esse acontecimento foi visto com reservas pela maioria conservadora da Igreja Católica. Como consequência imediata, a Igreja Católica latino-americana, especialmente sua cúpula, buscou se inteirar de maneira mais profunda dos problemas sociais do continente, de maneira a promover ações que evitassem novas revoluções¹⁰⁴.

No Brasil, a mobilização católica iniciada nas décadas anteriores, especialmente com a criação de grupos de leigos de inserção social, teria permitido à instituição uma maior percepção dos problemas a serem superados.

Para Richard, a conscientização e a prática político-social católica decorridas desse momento devem ser compreendidas dentro de uma nova concepção de

---

¹⁰³ O caráter socializante da revolução assustou os setores conservadores da sociedade nacional e internacional, em particular a hierarquia católica. Nesse momento, o governo estadunidense, demonstrando preocupação com a realidade explosiva da América Latina, propôs a chamada *Aliança para o Progresso*. Uma assistência era oferecida aos países latino-americanos na tentativa de minimizar os problemas sociais; cf.: KENNEDY, Robert. *O desafio da América Latina*. Trad. Alvaro Valle. Rio de Janeiro (GB): Ed. LAUDES, s/d.

¹⁰⁴ Para uma leitura nessa perspectiva, ver: BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *A Bênção de Abril*. Brasil Urgente: Memória e Engajamento Católico no Brasil 1963-4. Petrópolis: Vozes, 1983. pp. 10-11.

cristandade, que seria então desenvolvimentista¹⁰⁵. Na tentativa de minimizar as injustiças e evitar uma mudança brusca no sistema, a instituição passou então a estimular reformas sociais junto ao Estado.

Ainda nessa perspectiva, o autor destaca a importância de dois textos elaborados pela hierarquia católica nacional: o *Plano de Urgência para a Igreja do Brasil*, de 25 de abril de 1962; e *Declaração*, de 30 de abril de 1963, elaborado pela Comissão Central da CNBB, onde se precisava o texto anterior.

Nesses documentos, segundo o autor, fica expressa a tomada de consciência acerca do caráter inumano do sistema capitalista, das misérias que acometem a maioria da população. O apoio às reformas de base pretendidas pelo governo de João Goulart e a seu plano de reformas agrária, bancária, universitária, eleitoral e administrativa era uma tentativa de superar esse caráter inumano do sistema capitalista.

Entretanto, para Richard, esse apoio ao projeto de uma sociedade mais justa estava limitado, em parte, à não-substituição do capitalismo por um sistema de caráter socialista marxista¹⁰⁶.

Essa compreensão deve ser associada, inicialmente, sobretudo ao posicionamento da hierarquia católica. Não obstante, na medida em que foi se radicalizando o debate político, veio especialmente da base da Igreja, particularmente dos movimentos da Ação Católica Brasileira, o questionamento e o estímulo para que novos rumos fossem tomados na atuação do catolicismo nacional.

Suscitado em parte pelo contato com a realidade, o processo de conscientização e mobilização social dessa base católica ganhou novas dimensões a partir das proposições geradas pelo papado de João XXIII e por ocasião do Concílio Vaticano II.

---

¹⁰⁵ Na análise sobre a morte da cristandade e o nascimento de uma Igreja Popular na América Latina, Richard estabelece uma ligação entre o suceder de crises do sistema capitalista e suas repercussões no continente. A cada crise surgiria uma nova forma de parceria entre Igreja e Estado, entre a hierarquia eclesiástica e os setores dominantes da economia e da política latino-americana. Sobre o Brasil, percebe três grandes etapas da cristandade no momento anterior ao golpe militar de 1964: a primeira seria o da cristandade Colonial, que viveu sua crise de 1808-1889; a segunda, uma etapa ligada ao modelo econômico de agroexportação; e, por fim, uma cristandade populista-nacionalista-desenvolvimentista; cf.: RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. pp. 104-228.

¹⁰⁶ Pablo Richard, op. cit., p. 160.

A encíclica Mater et Magistra e o Concílio Vaticano II

Dando continuidade ao espírito ratificado por *Rerum Novarum*, do século XIX, as encíclicas de João XXIII contribuíram de maneira especial para impulsionar a reflexão e a ação católica na busca por Justiça Social, em nome do que se chegou mesmo a preconizar mudanças nas estruturas institucionais tidas como desumanas¹⁰⁷.

A encíclica *Mater et Magistra*, de 1961, com base nas exigências evangélicas e nas doutrinas da Igreja Católica, conclamava os cristãos a se envolverem e agirem na solução dos problemas do mundo moderno, promovendo a justiça e o “Bem Comum”¹⁰⁸.

Em 1963, foi lançada a encíclica *Pacem in Terris*, onde se dava especial atenção às questões políticas. Nela o papa, no contexto de divisão do mundo em dois blocos, com grandes conseqüências nas esferas regionais, pedia a promoção de uma paz calcada na verdade, na justiça, no amor e a na liberdade, valores que seriam constitutivos da ordem moral¹⁰⁹.

As propostas de paz, de diálogo entre cristãos e não-cristãos, entre concepções e práticas políticas diferentes, levaram a uma maior abertura do catolicismo às discussões políticas e sociais presentes no mundo moderno. Todo esse processo foi aprofundado nos debates promovidos pelo Concílio Vaticano II¹¹⁰.

Realizado entre 1962 e 1965, essa reunião conciliar tinha entre seus maiores objetivos assegurar a renovação e a conseqüente interação da Igreja Católica com o mundo moderno e, depois, promover a unidade cristã entre as religiões – o

---

¹⁰⁷ Sobre a justiça social através dos ensinamentos bíblicos e das encíclicas, ver: RIVAS GUTIERREZ, Exequiel. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. Trad. Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 1995; e JOSAPHAT, Carlos. *A justiça Social: na Bíblia e no Ensino da Igreja*. São Paulo, 1961.

¹⁰⁸ O Bem Comum seria “o conjunto das condições sociais que permitem e favorecem nos homens o desenvolvimento integral da personalidade”; cf.: GUTIERREZ, Exequiel Rivas. op. cit. p. 48.

¹⁰⁹ GUTIERREZ, Exequiel Rivas. op. cit. pp. 50-53. Segundo Enrique Dussel, as encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, “deram vôo à renovação dos compromissos políticos na América Latina”; cf.: DUSSEL, Enrique. *A Igreja ante a Renovação do Concílio e Medellín (1959-1972)*. In: *História liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. Enrique Dussel Org., Trad. Rezende Costa. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. pp. 244-264.

¹¹⁰ Concílio é a reunião de todos os bispos e superiores das ordens religiosas para debater as questões relacionadas à doutrina, à fé e à pastoral, com base nas demandas humanas e nas exigências evangélicas; ver: REEBER, Michel. *Religião: termos, conceitos e idéias*. pp. 74-75.

Ecumenismo¹¹¹. A Igreja buscava um diálogo com a humanidade, especialmente em relação aos seus problemas¹¹².

De forma mais acentuada, diferentemente do que ocorria até então, tinha-se uma orientação no sentido de servir ao mundo. Sobre isso, afirma Exequiel Gutierrez: “[...] *por ter uma missão estritamente religiosa e a partir de seu mistério, pode iluminar com seu ensino social a convivência humana e empreender as ações de serviços que os sinais dos tempos reclamam*”¹¹³.

Em função da reflexão proposta neste trabalho, é importante registrar que, sob inspiração de João XXIII, o Concílio Vaticano II marcou o retorno às fontes históricas e espirituais do cristianismo¹¹⁴. Nesse sentido, Regis de Moraes destaca a importância do concílio para a renovação das práticas políticas dos bispos no Brasil. Segundo esse autor:

O mais importante fato que resulta de todo o Concílio é a recuperação da consciência histórica por parte da Igreja. Isto teria uma repercussão enorme no Terceiro mundo: teria um impacto antes inimaginável para a Igreja Latino-americana. Porém, é preciso sublinhar que o Concílio não recuperou a consciência histórica de forma imediata e acabada. O ‘idealismo teológico’ era um equívoco por demais arraigado, para que a Hierarquia dele se desfizesse com facilidade. Passando pela constituição pastoral **Gaudium et Spes** e indo até à exortação apostólica **Evangelii Nuntiandi**, por exemplo, encontramos ainda a força de um logocentrismo tradicional que, uma vez mais outras vezes, privilegia a fé asséptica em detrimento da participação política, que ainda se vê ‘tentada’ pela antiga postura mística, alheia ao tempo profano. [grifos do autor]¹¹⁵

---

¹¹¹ Centro de Capacitação da Juventude/ Instituto de Pastoral da Juventude. *História da Igreja I*; Desde as Primeiras Comunidades. São Paulo: 1995. p. 94.

¹¹² A constituição conciliar *Gaudium et Spes* afirmava: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e dos que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não ressoe no coração”; cf.: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. [organização geral Lourenço Costa; trad. Tipografia Poliglota Vaticana]. São Paulo: Paulus, 1997. [Documentos da Igreja]. pp. 539-540.

¹¹³ RIVAS GUTIERREZ, Exequiel. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. p. 54. Sobre as inovações promovidas por esse concílio, ver também: LLANO CIFUENTES, Rafael. *Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à Luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988*. Apresentação de D. Eugênio Sales. 2ª Ed. Atual. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

¹¹⁴ MOURA, Odilão. *As Idéias Católicas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978. pp. 189-191.

¹¹⁵ MORAIS, João Francisco Régis de. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1982. pp. 26-27.

Para Moraes, o sentido da historicidade foi apontado à instituição católica por sua “comunidade cristã mais sofredora do Terceiro mundo”. Essa volta às fontes históricas teria então levado à redescoberta da vitalidade do cristianismo primitivo, ali onde “os cristãos dos primeiros tempos *conheciam* (“con-sciência”) o que era a injustiça, a discriminação, a pobreza e o martírio”. Seria em função desse princípio de “con-sciência”, lembra o autor, que o “cristianismo primitivo é dito revolucionário, pois é a própria expressão da *consciência evangélica* que está no ponto de origem”¹¹⁶.

Entretanto, tal como já observado, Moraes lembra que tal *consciência* teria se perdido no tempo, com os privilégios que ganhou a Igreja, tendo se transformado em *teorização*. Assim, o Concílio significou, de determinada forma, a busca dessas origens, desse cristianismo primitivo, transformador. Mais do que uma retórica teorizada, as demandas dos marginalizados do mundo moderno passavam a cobrar uma presença histórica do catolicismo¹¹⁷.

Pablo Richard aponta que o Concílio acolheu em suas reflexões os sinais que vinham da história, proporcionando especialmente aos cristãos católicos uma nova forma de ver e participar da vida social. Nesse sentido, afirma:

Em janeiro de 1959 vivemos dois fatos que foram sinal e promessa daquilo que se passaria na América Latina até 1968: o triunfo da Revolução Cubana, a primeiro de janeiro, e o anúncio, pelo papa João XXIII, do Concílio do Vaticano, a 25 do mesmo mês. Dois fatos aparentemente díspares, mas que nos anunciam, de maneira exemplar, o sentido de nossa futura evolução cristã e teológica: da Revolução ao Concílio. Vivemos uma revolução latino-americana antes do Concílio. Durante todo este período, os fatos vividos precederam constantemente a leitura dos textos oficiais; os grandes acontecimentos da Igreja universal serão, assim, acolhidos como o momento final de uma reflexão já realizada, como o ponto de chegada de um caminho já percorrido, ou como a confirmação eclesial de uma certeza já adquirida. Estava-se em posse da interpretação vivida do texto, antes de começar sua leitura. Os textos ou os acontecimentos da Igreja tinham um caráter de ‘sinal’, para designar um engajamento já realizado ou uma etapa já superada. Era-se pré-conciliar, ou pós-conciliar, era-se pela *Populorum Progressio*, ou contra ela etc... não a partir de uma análise aprofundada do texto, mas sobre a base de uma experiência vivida, que, neste ou naquele contexto, encontrava sua expressão simbólica. Estamos aqui diante de uma ‘inversão

---

¹¹⁶ MORAIS, João Francisco Régis de. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. pp. 26-27.

¹¹⁷ MORAIS, João Francisco Régis de. op. cit. p. 27.

hermenêutica', num caminho percorrido às avessas, que dará à teologia uma vitalidade insuspeitada¹¹⁸.

Considerando as mudanças no campo político e social, que haviam instigado já algumas reflexões no seio do catolicismo mundial, é possível perceber nas diretrizes emanadas do Concílio a busca pela promoção integral do homem. Diante da sociedade moderna, reformulava-se ali a proposta cristã de promover justiça social. Nessa direção, expressava a Constituição *Gaudium et Spes* acerca das atividades produtivas e econômicas da sociedade moderna:

[...] a finalidade fundamental da produção não é o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou o poderio, mas o serviço do homem; do homem integral, isto é, tendo em conta a ordem das suas necessidades materiais e as exigências da sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; [...] A atividade econômica deve regular-se segundo as leis e métodos próprios da economia, mas exercer-se dentro dos limites da ordem moral, para que se cumpra o desígnio de Deus sobre o homem¹¹⁹.

As propostas conciliares estimulavam os membros da Igreja Católica em sua aproximação com os problemas do mundo, especialmente dos indivíduos social e economicamente marginalizados. Elas, enfim, vinham ao encontro de um desejo de renovação já pré-existente, que foi então impulsionado.

Essa foi a perspectiva como alguns setores do catolicismo nacional as recebeu. Inspirados nas reflexões evangélicas e atentos às exigências do mundo, especialmente de sua realidade imediata, grupos e movimentos católicos, cada vez mais, passaram a reivindicar melhores condições de vida para todos os homens, buscando a libertação das formas de opressão e salvaguardando valores humanos.

Mais do que nunca, a busca por promover mudanças na sociedade, nascida especialmente do contato com a realidade social dos mais empobrecidos, reforçou-se e, em alguns casos, levou a uma maior radicalização dessa postura. A abertura conciliar

---

¹¹⁸ RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. p. 183.

¹¹⁹ Para essa e outras reflexões do Concílio Vaticano II, ver: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. Organização geral Lourenço Costa; Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997. pp. 540-541; *Idem*, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*; n° 64. p. 622.

promoveu uma crescente e continua mudança no modo de pensar e agir de alguns setores.

1. A ação social cristã sob suspeita

Como exposto anteriormente, o combate ao comunismo foi uma imagem recorrente na documentação observada, representando um dos principais comportamentos do catolicismo nacional em meados do século XX. Contudo, como vem sendo pontuado, seria incorreto entender que todas as mudanças, no discurso e na prática, em nome de uma maior justiça social ocorreram apenas em função deste posicionamento. Nessa perspectiva, frente ao avanço das esquerdas e do ideário comunista, Scott observa que a Igreja se comportou de diferentes formas:

Os tradicionalistas que se sentiam mais ameaçados pela esquerda eram os que apoiavam com menos entusiasmo a doutrina social da Igreja. Sua solução era reprimir a esquerda e evitar as mudanças sociais. De modo inverso, o clero mais favorável em relação à doutrina social da Igreja era menos hostil aos comunistas. Para eles, era preciso uma resposta à esquerda não porque fossem implacáveis anticomunistas, mas, sim, porque concordavam com a percepção da esquerda de que havia necessidade de uma maior mudança social¹²⁰.

Observados pela polícia política paulista, em função das circunstâncias históricas, esses comportamentos surgem com diferentes intensidades na documentação estudada. Embora a atuação da ala mais conservadora continuasse sendo objeto de observação, pouco a pouco, o comportamento dos setores progressistas do catolicismo nacional passou a chamar mais atenção dos agentes do DOPS/SP, de maneira especial a partir da década de 1960.

Como relatado, fatores externos e internos aos muros católicos contribuíram para que se intensificasse a mudança de comportamento de alguns grupos, principalmente, na busca por uma maior justiça social. No Brasil, o acirramento das discussões em torno das reformas sociais ocorrido durante o governo do presidente João Goulart, exigiu do

---

¹²⁰ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. p. 56.

catolicismo nacional um revisão de suas posturas. E, em alguma medida, elas estão retratadas na documentação reunida pelo DOPS/SP.

O comunismo continuava sendo visto como um dos grandes elementos desagregadores da ordem nacional. Cada vez mais, mesmo antes do golpe militar de 1964, esse ideário era relacionado a qualquer forma de manifestação social e política, que passavam ser entendidos como movimentos de agitação e subversão.

A partir desse prisma, a polícia política passou a identificar um comportamento que ameaçava a ordem social estabelecida vindo de dentro da própria Igreja Católica. E como tal, esse comportamento passou a ser observado e perseguido.

Sintomaticamente, em 17 de julho de 1963, um relatório reservado chamava a atenção para uma divisão que estaria então acontecendo no catolicismo nacional. A polícia política paulista então começava a se inteirar das mudanças que ganhavam força no interior da Igreja.

A “fonte” policial, que observava uma reunião que debateria assuntos relacionados a uma passeata contra o Imposto Único, informava que:

[...] vem de se abrir uma luta interna no seio da Igreja Católica, trazida a público por uma pároco da Arquidiocese de São Paulo e atacando a chamada “Ação Católica” em nosso Estado como a serviço de interesses de elementos esquerdistas nela infiltrados. Consta um de seus diretores como sendo o padre JOSÉ BUENO e ter se desviado tanto no sentido assistencial como na orientação proletária católica, razão pela qual foi afastado do posto pelo Provincial dos Jesuítas em São Paulo e inclusive tendo acabado por abandonar a “Batina”. Conseguimos saber que, agora, também o bispo de Vitória do Espírito Santo vem de atacar o bispo de Santo André, dom JORGE MARCOS DE OLIVEIRA, acusando-o de principal culpado e incentivador de tantos casos de aparecimento de sacerdotes agitando os meios proletários e camponeses¹²¹.

As diferentes posturas existentes dentro da Igreja começavam a se externar. No caso, há nesse registro, quando mencionado o suposto comportamento do padre, um destaque ao que surge como desvio de conduta.

Os primeiros registros nas pastas *G* indicando uma atenção especial da polícia política paulista a essa divisão, focando o setor católico mais progressista, data do início

---

¹²¹ Pasta 50-G-002 (1), documento 90.

dos anos de 1960. Nos anos anteriores, nomes e discursos críticos tratando da realidade socioeconômica já tinham sido apreendidos e destacados em algumas investigações. Entretanto, até então, esses registros não tinham evidenciado um acompanhamento sistemático e uma avaliação distintiva de tal comportamento, destacando o posicionamento político-ideológico de indivíduos e movimentos observados.

Com essa mudança de enfoque, os primeiros documentos registram a atuação de integrantes da Ação Católica Brasileira, mais especificamente da Juventude Operária Católica, a JOC.

Com o crescimento do operariado urbano, sua organização sindical e o conseqüente aumento das demandas trabalhistas, como a exigência por melhores salários e condições de vida, esse segmento passou a ser cada vez mais objeto de interesse da polícia política¹²².

Noutro sentido, a presença e a influência nesse meio eram também de interesse da Igreja Católica, especialmente após a expansão do movimento comunista no início do século XX. Nesse sentido, entre os grupos de Ação Católica Especializada, voltados para a defesa dos princípios católicos nos meios laicos da sociedade brasileira, a Juventude Operária Católica, dividida entre seu ramo masculino e feminino, foi fundada em 1948¹²³.

Segundo Márcio Moreira Alves, esses movimentos especializados da Ação Católica, especialmente a JUC e a JOC, serviram como verdadeiros laboratórios de reflexão dentro da Igreja. Suas avaliações em torno da prática política e da vida cristã acabaram por questionar a nova cristandade e a hierarquia da Igreja. Segundo o autor, a radicalização que se seguiu no interior desse movimento foi reflexo da crise do modelo desenvolvimentista do governo e, subseqüentemente, da crise do sistema capitalista, que se dava ao nível econômico, político e ideológico.

---

¹²² É preciso lembrar que um dos fatores por trás desse interesse estava no medo que os setores mais conservadores tinham da implantação de uma “República Sindicalista” no país. Esse temor aumentou com a chegada à presidência de João Goulart, tido como o líder de um suposto movimento subversivo, de caráter socializante. Uma reflexão acerca do movimento operário investigado pelo DEOPS/SP pode ser encontrada em: NEGRO, Antonio L. e FONTES, Paulo. *Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de Polícia*. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical. In: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. pp. 157-179.

¹²³ Organizada em grupos especiais, a Ação Católica buscava se inserir e agir nas realidades concretas de cada meio específico. Com isso a Igreja se fazia mais presente nos meios sociais: “Com a Ação Católica, a Igreja reaprendeu a dialogar com o mundo moderno e, aos poucos, vai voltando a ser aceita, também pela classe operária”. In: *História da Igreja I: Desde as Primeiras Comunidades*. Centro de Capacitação da Juventude. Instituto de Pastoral da Juventude. Porto Alegre/ São Paulo: 1995. p. 93.

Em contato com a realidade social e com o pensamento mais progressista do catolicismo, especialmente o francês, a Ação Católica Brasileira, aos poucos, foi se distanciando de seu viés espiritualista. Suas reflexões foram se tornando mais politizadas, passando a defender uma ação concreta e propositiva na resolução dos problemas sociais¹²⁴.

Os registros encontrados evidenciam que esse processo de radicalização foi acompanhado pela polícia política paulista. De maneira geral, é perceptível o deslocamento de uma proposta de cunho mais contemplativa e espiritualizada para um projeto de ação mais concreta e direta na esfera política e social.

Numa demonstração de interesse da polícia sobre os movimentos leigos de orientação católica, o primeiro registro do dossiê tem como título “Investigações em torno da (JOC) JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA”, e é ainda de 1952. Ele reúne inúmeras informações sobre a organização, seus dirigentes e integrantes, assim como relatos de eventos observados, panfletos, boletins, jornais e livretos recolhidos em reuniões.

Entre outros, há nesse conjunto documental um “Boletim JOC”, indicado como sendo dos dirigentes e militantes da Confederação Sul do Brasil. Nele ainda é possível apreender esse espírito mais contemplativo e espiritualizado do movimento. Nesse sentido, a oração que encerra o boletim é representativa.

Oração dos Militantes jocistas.

Senhor Jesus

- que nos chamastes à honra de trazer a nossa humilde contribuição à obra do apostolado hierárquico,
- Vós que pedistes ao Pai celeste, não de nos retirar do mundo, mas de nos guardar do mal,
- dai-nos em abundância a Vossa luz e a vossa graça, para vencer em nós mesmos o espírito de trevas e de pecado,
- a fim de que, conscientes do nosso dever, perseverantes no bem, inflamados do zelo da vossa causa pela força do exemplo, da oração, da ação e da vida sobrenatural, nós nos tornemos, cada dia, mais dignos da vossa santa missão, mais aptos a estabelecer e promover

---

¹²⁴ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. p. 122-127. Essa evolução acabou por produzir atritos com a hierarquia católica.

entre os homens, nossos irmãos, o nosso reino de justiça de paz e de amor¹²⁵.

A proposta do movimento era então fazer uma análise cristã da realidade da juventude trabalhadora no Brasil. Aos poucos, através de métodos como o *ver*, *julgar* e *agir*, além de lidar com os problemas referentes às condições de trabalho dos jovens dentro das fábricas, intensificava-se a busca por uma conscientização acerca da realidade social e política, com o intuito de superar seus limites.

Em 12 de janeiro de 1962, o investigador Roland Ferraz do Amaral encaminhava ao delegado de Ordem Social um relatório contendo seu parecer sobre o encerramento do “II Tríduo de Pastoral Operário”, realizado na capital paulista pela JOC. Segundo esse registro, teria havido no evento uma série de conferências para debater os problemas sócio-econômicos do país.

Descendo aos detalhes da reunião, o informante avisava que a conferência de encerramento, proferida por Belizário Elias de Souza, esteve baseada nos ensinamentos da encíclica *Mater et Magistra*, almejando uma “atuação mais eficiente na realidade social”. Segundo ele, com base nas contribuições dessa encíclica para a Doutrina do Direito de Propriedade, os sacerdotes teriam chegado às seguintes conclusões:

- a) Da afirmação do direito natural da propriedade individual, conclui-se a necessidade de difusão efetiva da propriedade dos bens de consumo;
- b) Da solidariedade entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho pode-se derivar o direito de co-propriedade dos bens de produção;
- c) O Papa mantém o princípio de subsidiariedade da propriedade pública do Estado;
- d) A concentração de poder econômico nas mãos do Estado cria o perigo da tirania política e suprime as liberdades pessoais;
- e) O problema mais urgente não é mais o problema da propriedade, mas sim o da reforma da empresa e das estruturas econômicas¹²⁶;

---

¹²⁵ Pasta 50-G-035 (1), documento 01.

¹²⁶ Pasta 50-G-035 (1), documento 12.

As considerações sobre a questão da propriedade seguiam em linhas gerais o posicionamento defendido pelos papas, sobretudo depois de Leão XIII. Em grande medida, o contraponto às perspectivas comunistas seguia dosando as exposições acerca da propriedade privada e das dimensões de atuação e poder do Estado.

Mas, uma crítica velada ao sistema econômico e, sobretudo, à estrutura social que dele derivava, passava a subsistir no discurso dos jocistas. Isso está por trás, por exemplo, da defesa da difusão da propriedade dos bens de consumo e da co-propriedade dos bens de produção. O contraponto era estendido também à forma com se apresentava a realidade. Crítica que ganhava força e expressão quando a questão da reforma de empresas e, principalmente, das estruturas econômicas era anunciada como sendo o mais urgente a ser alcançado.

Seguindo em seu relato, o informante destacava o estudo realizado sobre os aspectos de “socialização” expostos na encíclica de João XXIII. Consta no informe que pontos positivos e negativos desse fenômeno foram elencados nas conclusões dos trabalhos. E embora as discussões sobre o tema tenham sido inconclusivas, a fato sugere uma abertura e uma flexibilização na forma de analisar e propor soluções para os problemas sociais, no sentido de promover uma realidade mais justa.

E na promoção dessa realidade, os jocistas concluía que cabia um papel central ao Estado. Depois de registrar que a Igreja muitas vezes agiu com desconfiança e por mera defesa de seus direitos frente a essa instituição civil, reconheciam que: “Em muitas regiões, principalmente nos trópicos, os problemas econômicos ultrapassam a capacidade de iniciativa particular e requerem uma intervenção do Estado sem a qual este estaria falhando a sua missão”¹²⁷. Ao Estado, enfim, cabia regularizar e orientar o funcionamento da economia e da estrutura social, sempre no sentido de promover o bem comum.

O relatório segue informando que forte crítica foi feito ao setor sindical do país, que estaria ou comprometido com partidos políticos, ou seria comunista, ou estaria comprometido com a classe patronal. Condenava-se também a pouca participação dos trabalhadores nessas estruturas.

Quanto à classe política nacional, e especialmente no Estado de São Paulo, seria ela “representante do poder econômico”, o que levaria muitas vezes a subordinação dos

---

¹²⁷ Pasta 50-G-035 (1), documento 12.

interesses públicos aos interesses particulares. Além da falta de consciência eleitoral dos trabalhadores, que levava à constituição desse quadro político, reafirmavam a necessidade de uma reforma eleitoral baseada em eleições distritais.

Frente a tudo isso e à necessidade de reformas sociais, os jocistas concluíram que os sacerdotes deveriam agir no sentido de alterar as estruturas sociais, tornando-as mais justas. Assim avaliavam o papel do sacerdote:

Sua missão não é puramente de salvação eterna despreocupada da sorte dos homens, mas eles devem fazer chegar a todos uma redenção eterna e uma salvação temporal.

Essa missão o sacerdote a realiza na concretização de sua missão sacerdotal que, à semelhança de Cristo, é de ensino, de santificação e de governo. Para [que] seu magistério social seja profícuo torna-se necessário um aprofundamento do conhecimento da doutrina e um conhecimento vivido e existencial da realidade social em que vive. Sem portanto um papel temporal, cuja competência lhe foge, o sacerdote age indiretamente e de maneira muito profunda, cujo poder de transformação não nos é devidamente avaliado¹²⁸;

Esse entendimento acerca das ações dos sacerdotes aponta para uma mudança significativa, uma vez que, consciente da realidade social em que se estava inserido, cabia-lhe um papel de orientação à luz das diretrizes doutrinárias.

No geral, o documento reivindicava reformas de caráter humanístico, que levassem em conta os princípios cristãos. Promover a justiça social, por meio de melhorias nas condições de trabalho e da distribuição de renda, era o objetivo a ser alcançado. Na promoção disso, a participação consciente e ativa dos trabalhadores, sobretudo dos trabalhadores e movimentos cristãos.

A economia e o sistema econômico surgem como fatores de consideração nos discursos encontrados. Aparecem como importantes balizadores na construção de uma vida social mais justa. Mas, de certa forma, a avaliação crítica à economia capitalista se direcionava à realidade social injusta que produzia, não ainda aos fundamentos do sistema. A crítica apontava para a necessidade de reformar a estrutura, bem ao espírito do que defendia o governo.

---

¹²⁸ Pasta 50-G-035 (1), documento 12.

Sintomaticamente, os quatro registros seguintes, que encerram a pasta e o dossiê 50-G-035 (1), produzidos pela polícia diziam respeito também à Juventude Operária Católica.

É significativo também perceber neles o aprofundamento na crítica ao sistema econômico capitalista, que passava a ser apontado como gerador primeiro da estrutura social injusta.

Um relatório de 11 de novembro de 1963 trazia as impressões dos “observadores” da polícia acerca do encerramento do II Congresso da Juventude Trabalhadora de São Paulo, promovido pela JOC e realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Nesse momento, sob o comando de Goulart, o país vivenciava o acirramento das discussões em torno da proposta de reformas sociais, numa constante radicalização das posições.

Como na maioria dos registros desse formato, o relator anotava os horários de início e término do evento, assim como o número de pessoas presentes. Nesse, ele destacou a grande presença de mulheres, padres e frades. E então, na seqüência, descreveu os diferentes momentos que se sucederam no encontro.

Entre as muitas moções feitas pelas sessões do congresso realizadas nos diferentes bairros da capital, há indicação de que o debate público em torno das questões sociais dividia opiniões, elevava e condenava comportamentos dentro e fora da Igreja. Vale destacar as que positivamente endossavam as práticas em defesa dos trabalhadores e dos movimentos sociais que lutavam pelas Reformas de Base.

Nessa perspectiva, foram lembrados os nomes dos deputados Franco Montoro e Paulo de Tarso, como do próprio presidente João Goulart. Se por um lado foi lembrado o nome do jornal *Brasil Urgente!*, em função de sua linha de ação popular, por outro, foram registrados repúdios à imprensa conservadora que atacava D. Carlos Carmelo Mota e D. Jorge Marcos de Oliveira¹²⁹.

Pedia-se também pela realização das Reformas de Base, principalmente a agrária e a eleitoral; pela participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; e apoiava-se a atuação do presidente na proposta de uma lei sobre a remessa de lucros ao estrangeiro.

---

¹²⁹ Pasta 50-G-035 (1), documentos 16 e 15.

Essa reunião, cujo lema era “Não somos pela revolução; somos a revolução”, produziu também o “Manifesto dos Jovens Trabalhadores”, que aparece anexado ao relatório principal. Esse documento segue apontando o dinâmico processo de reflexão vivenciado pelo movimento.

O manifesto começa por lembrar que os jovens trabalhadores tinham consciência do grave momento que se vivia. Mas, reconheciam também que a situação histórica lhes oferecia grande chance de atuar “verdadeiramente na transformação do Brasil”.

Direcionado às autoridades constituídas, à classe operária e ao povo em geral, o documento lançado relacionava as transformações a serem alcançadas por todos rumo a uma sociedade mais justa. Ao fazer isso, revelava também a radicalização reflexiva que esse seguimento católico alcançou. Mais do que entender a realidade, passava-se a pensar e a agir mais no sentido de transformá-la.

A partir dos problemas da realidade concreta, o documento caminhava rumo a uma crítica abrangente sobre a realidade social. Ele começava por pontuar e analisar as condições reais do trabalhador brasileiro.

Situação salarial. Julgamos que o salário deve ser tal que possibilite a) uma vida humanamente digna ao operário, b) à sua família e c) a constituição de reservas e economias. Ora o regime de salário mínimo a que está submetido a grande maioria dos operários não satisfaz a nenhuma dessas exigências uma vez que não possibilita reservas não considera a família e não oferece condições mínimas ao indivíduo em especial a sua educação e a divertimentos. Por isso o regime de salário mínimo é injusto e deve ser modificado.

E quando consideramos que esse baixinho salário é em grande porcentagem consumido nos aluguéis de casa, criminosamente elevado pela exploração imobiliária, quando consideramos que grande parte de nossos irmãos operários moram em cortiços e favelas com condições infra-humanas, lançamos nosso brado para que a reforma urbana não tarde tanto.

Não podemos calar nosso veemente protesto pela exploração à que estão escravizados os menores (trabalhadores) cuja lei é fraudulentamente desobedecida. Para eles exigimos possibilidades de verdadeiro aprendizado profissional através da criação de escolas técnicas e profissionais gratuitas, cujo número é irrisório para a enorme massa de jovens de nosso parque industrial [...] ¹³⁰.

---

¹³⁰ Pasta 50-G-035 (1), documentos 14 e 13.

Direcionadas de forma especial aos trabalhadores, as propostas estabeleciam uma forma de organização de trabalho, denominada Comunidades de Trabalho, em que os trabalhadores não fossem puros executores de tarefas, “completamente passivos”. Nela, os trabalhadores participariam dos lucros e na direção das empresas.

E a exigência para essa mudança baseava-se nas péssimas condições em que se encontravam os trabalhadores brasileiros, já que, afirmavam: “A imensa massa não participa do progresso brasileiro, mas vivem imerso em degradante mizéria. O sistema econômico vigente compromete a dignidade humana porque entorpece o sentido de responsabilidade e impede a iniciativa pessoal”¹³¹.

Numa indicação da amplitude do movimento, eram lembradas também as condições humilhantes a que eram submetidas as mulheres trabalhadoras, com quem as leis trabalhistas seriam sistematicamente desobedecidas. A elas que participavam do mundo do trabalho, deveriam ser reservados também os direitos. Já os trabalhadores do campo eram lembrados em sua condição de esquecidos pelo sistema.

Com imenso sentido de solidariedade humana sentimos como em nossa própria carne as gritantes injustiças e péssimas condições a que estão submetidos nossos irmãos camponeses, constituindo uma afronta à dignidade humana. Sua luta é também a nossa luta: por isso exigimos uma Reforma Agrária digna deste nome, com acesso à terra, garantias de crédito, de preços mínimos e de assistência técnica e educacional. Para tanto julgamos necessária a reforma da Constituição no seu artigo 141, parágrafo 16, saudamos os dirigentes dos Sindicatos rurais e conclamamos a que lutem para que a Reforma Agrária não tarde tanto e não venha a ser tarde e demais¹³².

Essas considerações expressavam o reconhecimento de que era necessária uma mudança na forma como estava organizada a sociedade. Como partícipes do debate, o movimento assinalava a responsabilidade de todos nessa reestruturação, que passaria necessariamente por uma reformulação do sistema econômico capitalista, reconhecido então como produtor do quadro social humanamente injusto. O documento era encerrado com uma crítica direta:

---

¹³¹ Pasta 50-G-035 (1), documentos 14 e 13.

¹³² O art. 141, parágrafo 16 do art. 141, da Constituição Federal, tratava do direito de propriedade e indenização em caso de desapropriação de terras. A reforma agrária proposta pelo governo previa a alteração do parágrafo 16, que condicionava a desapropriação de terras à “*prévia e justa indenização em dinheiro*”, que a inviabilizava pelos altos custos que impunha.

Por tudo isso nosso manifesto é antes de tudo um protesto. Protesto contra a estrutura em que vivemos onde ainda grande parcela da população não tem possibilidades concretas de realizarem seus direitos e deveres fundamentais: onde o direito à liberdade, ao trabalho, à educação, à propriedade, à verdade, são meras palavras sem realidade nenhuma em suas vidas.

Por isso não queremos simples moralização de atitude, não simples mudanças neo-capitalistas, mas autênticas e verdadeiras Reformas pela raiz.

Não queremos simplesmente consertar o capitalismo existente, mas substituí-lo por outro sistema mais humano como também não queremos uma revolução que acaba substituindo elites sem nada mudar da sorte do povo, mas queremos aquela revolução que coloca os direitos fundamentais nas mãos do povo.

Essa é a nossa luta, para ela conclamam todos os homens de boa vontade¹³³.

Está exposta nessa manifestação a nova leitura que se estruturava em torno das diferentes esferas do real, nele compreendidos o social, o político e o econômico. Em acordo com o que prenunciava a doutrina católica social, passava-se a defender o condicionamento de todas essas esferas às exigências de uma estrutura social mais justa, especialmente para aqueles que estavam na base da sociedade.

Do ponto de vista das exigências preconizadas pelas últimas encíclicas sociais, todos esses aspectos indicam avanços consideráveis na reflexão.

A crítica ao sistema econômico, a disposição em propor uma nova forma de organização social, de cunho mais igualitário e socializante, passavam a integrar o discurso.

Embora esse tipo de expressão não possa ser tomado como sendo expressão única do catolicismo nacional de então, sinalizava um avanço na compreensão política e econômica da realidade social por parte de alguns setores. E, ao apontar novos caminhos para se chegar a uma sociedade mais justa, dava a entender que essa mudança deveria ser profunda.

Como se verá, esse tipo de exortação colocou o movimento jocista sob suspeita aos olhos da polícia política paulista, especialmente após o golpe militar de 1964. Por

---

¹³³ Pasta 50-G-035 (1), documentos 14 e 13.

outro lado, era a indicação de que algo havia mudado no interior do catolicismo nacional: apontava-se para um novo caminho, um novo comportamento.

V. Considerações

A exposição de determinados documentos, como feito acima, teve como objetivo representar a composição e os traços mais importantes encontrados na documentação examinada. Com esse procedimento, buscou-se retratar, de um lado, as disposições visualizadas pela polícia política paulista no que se refere ao segmento social católico. Por outro lado, a um só tempo, as tendências que marcaram o comportamento do catolicismo observado por essa polícia.

Considerando a reflexão proposta neste trabalho, a partir dos indícios mais representativos, estabeleceu-se uma disposição dos temas e dos percursos temáticos de maneira a retratar os sentidos neles existentes.

Os quadros abaixo demonstram os temas e subtemas referenciados diretamente pelo segmento social católico delineado no exame realizado em todas as *Pastas/Dossiês G*, entre os anos de 1954 a 1963. Indiciamento feito levou em conta os sentidos atribuídos pelo próprio trabalho de investigação do DOPS/SP.

Unidades Temáticas	Total
<i>Questões Políticas</i>	49
<i>Questões Sociais</i>	27
<i>Questões Econômicas</i>	7

Subtemas Políticos	Total
<i>Orientação Política / Combate ao Comunismo</i>	23
<i>Política Internacional</i>	16
<i>Críticas à Política Institucional / Estrutura Política</i>	8
<i>Propaganda Eleitoral Política / Eleições</i>	2

Subtemas Sociais	Total
<i>Comportamento Social / Enfrentamentos entre grupos religiosos</i>	16
<i>Reivindicações Sociais / Reforma Agrária</i>	4
<i>Propaganda Eleitoral Política / Eleições</i>	2
<i>Comportamento e caráter de Missas / Celebrações / Reuniões</i>	3
<i>Comportamento e caráter de Movimentos e Ordens Religiosas</i>	2

Subtemas Econômicos	Total
- <i>Crítica ao Sistema Econômico</i> - <i>Crítica à Política Econômica</i>	7

Dada a fragmentação da documentação, é preciso que se diga que a classificação usada obedeceu a divisões temáticas bastante tênues. Como não podia deixar de ser, em função da entidade policial que produziu os registros, os temas estão todos compreendidos dentro do universo político e social da sociedade brasileira. Entretanto, a diferenciação entre os assuntos, que pertenciam a um ou a outro campo não aparece, na maioria das vezes, especificada na documentação.

Há registros, relatórios sobretudo, mencionando de forma explícita a delegacia a que era endereçada a documentação – Seção de Ordem Política ou Seção de Ordem Social. Isso auxiliava na captação da possível compreensão dada pelo órgão ao assunto. Nesse caso, ficou mantida a distinção prévia.

Mas, normalmente, o material era encaminhado genericamente à Delegacia de Ordem Política e Social. Diante disso, quando não havia tal denominação direta, a ordenação foi estabelecida mediante a observação dos assuntos e do tratamento dado a eles pela própria polícia política.

Sobre o procedimento adotado para divisar os dois pólos temáticos preponderantes na documentação, dada a tênue linha que os separa, cabe um esclarecimento.

Por exemplo, há registros sobre observações em missas ou sobre movimentos religiosos que se destinavam ao controle da ordem social, no sentido de que o evento poderia comportar algum distúrbio público. Um exemplo dessa situação pode ser conferido nos sucessivos embates entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Católica Apostólica Brasileira. Neste caso, o registro foi anotado como sendo referente às *Questões Sociais*.

Entretanto, quando numa observação policial sobre uma missa ou um movimento religioso percebeu-se a menção direta, por exemplo, à questão do comunismo ou do comportamento político, o registro então foi anotado no campo *Questões Políticas*. Esse tipo de diferenciação pareceu importante para que se alcançasse um referencial temático mais representativo do conteúdo documental.

Quanto aos dados numéricos, tal como vinha sendo apontado no decorrer do texto, foram estabelecidas leituras que distinguissem, em linhas gerais, as duas apreciações que interessam diretamente à reflexão proposta. A primeira quanto à perspectiva investigativa policial e a outra quanto ao comportamento católico delineado nos registros.

. *O Departamento de Ordem Política e Social*

No geral, percebe-se na documentação reunida pela polícia, nesse primeiro momento, um grande número de registros procedentes do Rio de Janeiro. Destaque para o armazenamento de jornais cuja sede era na capital carioca.

O fato de ser aquela cidade a sede administrativa do Executivo Nacional, como também da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pode ajudar a entender esse fenômeno. No caso, as decisões e diretrizes políticas e religiosas, obrigatoriamente, eram tomadas ou tinham repercussão imediata naquele centro, de onde se espalhava pelo país.

O Rio de Janeiro ainda era o grande palco de debate político do país, para lá convergiam as demandas nacionais de todos os setores. Destaque para o fato de o Partido Comunista e seu ideário terem grande aceitação nos setores de classe média carioca.

Pensando a Igreja, Dom Jaime Câmara e Dom Helder Camara eram respectivamente arcebispo e bispo na cidade, enquanto que o último era também dirigente da CNBB. Isso ajuda a entender em parte o grande número de recortes de jornal referentes aos pronunciamentos públicos desses prelados.

De outra forma, como produto natural de suas atividades, é importante destacar a existência de diferentes registros investigativos acerca do campo religioso católico. Esse quadro reflete inteiramente o amplo espectro de interesses dos agentes do DOPS/SP.

Pensando esse *olhar* da polícia política sobre as manifestações católicas na sociedade brasileira, os documentos encontrados nesse momento revelam um grande interesse pelo seu posicionamento frente ao quadro político institucional. É isso que, por exemplo, os diversos recortes de jornal apontam, retratando um acompanhamento constante das manifestações públicas de parte da hierarquia católica sobre o tema.

Essas manifestações via imprensa revelavam a forma com que esse setor religioso entendia e se posicionava frente ao instável quadro político nacional. A concentração de manifestações em torno de 1958, quando do incisivo retorno do Partido Comunista Brasileiro ao cenário político nacional, demonstra, por exemplo, o quanto o episcopado estava preocupado com os rumos da política nacional. No caso, com a possível ascensão desse partido e de suas propostas tidas como extremadas pelos membros da Igreja.

Por sinal, é em torno da campanha inflexível do catolicismo contra o ideário comunista que se encontra o maior número de registros reunidos. O combate aos adeptos dessa orientação política, muitas vezes chamados de extremistas, era também um dos princípios de ação do Departamento de Ordem Política e Social.

Nesse momento, o anticomunismo aparece como um denominador comum entre as duas instituições, a policial (Estado) e a religiosa (Igreja Católica). As inúmeras manifestações do clero contra o ideário comunista; o fato de elas aparecerem nos registros sem que houvesse críticas ou condenações; e a própria maneira como o assunto era tratado por ambas as instituições, são fatores que sugerem essa concordância de fundo. A polícia política e o catolicismo aparecem na documentação anterior ao golpe militar como estando do mesmo lado da trincheira no combate ao comunismo.

Ao mesmo tempo, talvez em função disso, não se percebe ao longo da documentação uma condenação explícita à postura religiosa. Em sua grande maioria, não há pareceres que revelem qualquer tipo de censura ou condenação. Tem-se a percepção de que é um *olhar* à distância, que comporta poucas intervenções investigativas diretas, acerca de um indivíduo ou movimento. Além de não se perceber uma oposição ao que era observado, não se sente também uma perseguição, no sentido de uma condenação a um indivíduo ou a uma postura.

Ter-se-ia uma espécie de monitoramento das posturas assumidas pela Igreja Católica. O que é significativo, pois revela a atenção e a constância na vigilância, próprias de um órgão de Segurança Pública.

Essa percepção remete à idéia descrita por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* acerca da sociedade disciplinar contemporânea, onde o exercício do poder se daria por um modo de organizar o espaço, de controlar o tempo e de obter um registro ininterrupto do indivíduo e de sua conduta, objetivando o controle de todo o corpo social. Uma sociedade de vigilância, a do “poder panóptico”¹³⁴.

Nesse, a vigilância contínua voltada para a sociedade, o olhar sobre tudo e todos, objetivaria a produção de informações, de saber, enfim, possibilitando ao sistema o controle social e mesmo antevisão das ações que lhe fossem indesejáveis. O registro permanente, angariando a cada dado uma nova informação sobre o corpo social, estruturando com isso seu controle efetivo.

Esse sentido pode ser divisado no monitoramento do catolicismo nacional, uma espécie de atenção para conhecer e controlar as intenções e as práticas. Um cuidar ideológico e moral, não deixando nunca de ser, em alguma medida, uma forma de coerção. Tal como na sociedade disciplinar, a busca por se ver o todo, por exercer, pelo ver, o controle.

Ao mesmo tempo, essa postura de vigilância remete ao próprio comportamento dos membros da Igreja Católica. Como já indicado, os documentos sobre (e produzidos pelo) catolicismo de então têm no combate ao comunismo seu tema por excelência.

. A Igreja Católica

Inicialmente, o que se percebe pela documentação é que esse combate ao comunismo absorvia grande parte da atenção dos católicos, especialmente da parte de

---

¹³⁴ Nesse texto, Foucault analisa a realidade do controle e da disciplina, assim como do exercício da punição que se deu com a constituição das prisões na sociedade moderna. Segundo o autor, a partir da concepção do panoptismo estruturado para garantir a total visibilidade e controle dos prisioneiros, de seus corpos, essa forma de exercer o poder se estenderia à sociedade, onde o controle seria exercido de forma difusa em suas várias instâncias e instituições, sempre no sentido de constituir saberes e atingir o maior controle. Para leitura das instituições disciplinares como local de experimentos, como laboratório de poder a ser instituído sobre os homens, visando fabricar indivíduos úteis à sociedade, ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. de Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987. pp. 173-199.

sua hierarquia. Nesse sentido, o peso político e religioso da instituição, assim como do prestígio de muitos prelados, eram postos a serviço da manutenção da ordem social estabelecida.

Essa oposição encontrava seus fundamentos na própria constituição doutrinária do comunismo. Num mundo dividido entre dois pólos antagônicos, o catolicismo se colocava como defensor do mundo identificado como sendo livre e cristão – no contexto, estava implícita a essa idéia a associação direta com o mundo e os princípios capitalistas.

No Brasil, essa junção entre princípios políticos e o proselitismo religioso foi sustentado de maneira intransigente pelos setores mais conservadores da Igreja. A instituição católica se constituiu num dos esteios do anticomunismo nacional, como bem representado na documentação. Por meio de declarações oficiais, de movimentos sociais e de múltiplas manifestações via imprensa, buscava-se a mobilização da sociedade em defesa da organização socioeconômica vigente, que lhe era então mais condizente.

A postura anticomunista católica encontrada na documentação está fundamentada especialmente na idéia de que esse sistema seria um risco para a fé do povo brasileiro e para a própria constituição nacional, ou seja, em seu sentido espiritual e físico organizacional.

Nessa compreensão parece estar um dos elos de ligação entre a campanha anticomunista sustentada pelo Estado e pelo setor religioso católico nacional, especialmente nos anos de 1950 aqui abordados. Seria como um fator na composição do denominador comum. Uma comunhão de idéias que poderia ajudar na compreensão da não-perseguição, nesse período.

Nesse tópico que unia as disposições de Igreja e de Estado, os registros revelam que o combate ao comunismo foi assumido especialmente pela hierarquia católica. O que mais aparece são os discursos dos bispos, responsáveis diretos por difundir no Brasil as diretrizes emanadas de Roma.

De outra forma, no contraponto que estabeleceu com o comunismo, ou nas disputas com outras instituições religiosas, como a Igreja Católica Apostólica Brasileira, ou nas posturas que assumiu frente ao quadro político institucional, o que se tem é ainda uma Igreja lutando por garantir seu espaço e por seus direitos em meio à sociedade brasileira.

Pelo que revela a documentação, inicialmente, tem-se muito pouco da questão social. A defesa da ordem social tinha mais espaço nos discursos do que a própria ação de defesa de uma justiça social. Sem que se fizesse uma crítica social, econômica e política da realidade brasileira, o desenvolvimento econômico era apontado como caminho para superar as mazelas sociais. Defendia-se o progresso como solução e a ordem como caminho, sem que houvesse um questionamento sobre o modelo econômico propriamente.

Até que houvesse a manifestação da Igreja de promover assentamentos rurais, já em 1959, pela documentação reunida, parte de seus membros parece adotar mais uma postura contemplativa da realidade. Com raras exceções, o que se verificou foi que existiam: observações relativamente superficiais, muito ainda calcadas na questão moral; poucas críticas ao quadro socioeconômico; e pouco envolvimento direto nas ações concretas para resolver os problemas.

Entretanto, especialmente no início dos anos de 1960, uma mudança começou a tomar corpo, com uma crescente politização de discursos menos conservadores. Setores dentro da instituição passaram a se questionar sobre os problemas concretos e urgentes da população empobrecida do país. Nesse movimento, a questão econômica e a própria postura da Igreja e do Estado passou a ser também questionada.

Relativamente, são poucos os registros que, neste momento, apresentam essas características. Todavia, eles indicavam o surgimento de uma nova postura preconizada por integrantes da base e mesmo da hierarquia católica, gerando discursos dissonantes no interior da própria Igreja. De uma atitude mais contemplativa e moralizante da realidade, passava-se a apontar e a buscar caminhos para a instituição da justiça social, preconizada na doutrina social católica.

Como foi sendo pontuada, essa tendência se relacionava de forma direta com mudanças ocorridas dentro e fora da própria Igreja. Como produtoras de novas posturas, as transformações internas guardavam grande importância, pois indicavam aos cristãos novas formas de lidar com as demandas do homem em sociedade. Nesse sentido, a compreensão de Scott Mainwaring ajuda no entendimento do que poderia estar ocorrendo:

A concepção da Igreja quanto a sua missão integral determina diretamente o seu envolvimento na vida política. Quando, por exemplo, líderes religiosos argumentam que a Igreja deveria lutar contra o comunismo ou que deveria se colocar acima da política ou que desenvolva uma opção preferencial pelos pobres, estes pressupostos derivam do sistema religioso. Isto significa que é preciso compreender os objetivos da instituição e a concepção de fé que a motiva¹³⁵.

Essa perspectiva é importante para compreender essa mudança de comportamento no final dos anos de 1950 e início de 1960. Certamente os últimos registros observados resultam da nova proposta de *ser Igreja* formulada nas encíclicas papais e nas primeiras reflexões conciliares. O mundo passava a não ser visto como um espaço a ser negado, mas como realidade a ser construída.

Nesse sentido, a contraposição ao sistema político e econômico capitalista vigente passaria a se dar de forma aberta, o que abriu espaço para uma confrontação com o próprio Estado.

---

¹³⁵ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. p. 44.

Terceiro Capítulo – O anticapitalismo como fator de tensão

Em 1964, em nome de Deus, da Pátria, da Família e da Propriedade, o Exército brasileiro, com o apoio de amplas camadas da sociedade civil, inclusive de parte Igreja Católica, tomou em suas mãos a administração do Estado. Alegando a defesa da liberdade, o golpe militar retirou a liberdade da sociedade.

Com base na documentação reunida pela polícia política paulista, este capítulo buscou traçar o comportamento católico frente ao novo contexto político e social que se formou entre os anos de 1964 e 1974.

Por meio da atuação de setores católicos registrada na documentação reunida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, este capítulo buscou apreender os elementos que geraram a tensão que, neste momento, surgiu com mais força entre Estado/Igreja Católica.

I. Estado e Igreja Católica: o quadro político e social entre 1964 e 1974

A restauração dos poderes presidenciais na primeira metade de 1963 significou, por um lado, a vitória de um projeto de reformas sociais, estimulando ainda mais os movimentos sociais que buscavam um desenvolvimento econômico mais justo para as amplas camadas da sociedade brasileira. As reformas apresentadas pelo governo de João Goulart pretendiam dar uma orientação mais nacionalista para a organização econômica, remodelando o setor produtivo, o controle da remessa de lucros de empresas estrangeiras e a redistribuição de terras, entre outros fatores¹.

Nesse contexto, os movimentos sociais cresciam em representatividade desde início dos anos de 1950, impondo cada vez mais suas demandas, nem sempre de forma ordenada. Entre os grupos que apoiavam o projeto governista, destaque para os sindicatos do setor operário e rural, especialmente a Liga Camponesa organizada por Francisco Julião, além do atuante movimento estudantil e de partidos como o PTB e o

---

¹ Para os projetos desenvolvidos pelo governo Goulart e os grupos que o apoiavam, assim como os que lhe faziam oposição, ver: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. pp. 115-125; e SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. pp. 273-285.

PCB². Esses grupos, pela primeira vez na história nacional, acreditavam que poderiam participar das disputas políticas e conquistar direitos sempre negados. As greves e constantes manifestações, no campo e na cidade, eram os instrumentos usados para se manifestarem³. Essa autonomia assustava os setores dominantes.

Paralelamente, alguns setores da classe média brasileira, especialmente ligados à Igreja Católica e ao movimento estudantil, buscavam educar, conscientizar e mobilizar a população marginalizada no apoio às reformas⁴. Em grande parte ligados à Ação Católica, esse grupos foram se radicalizando em suas análises acerca do contexto sócio-político do Brasil. Oscar Beozzo destaca a preponderância da questão social no movimento de leigos ligados à Igreja nos anos de 1960: “Ao leigo que encontrou o seu lugar na Igreja, a JUC ensinará seu lugar no mundo. O problema central tornar-se-á o do lugar do cristão no mundo, com tudo o que isto implica em termos de mudança de perspectiva”⁵.

Nesse momento, era particularmente em tais setores católico que avançavam as reflexões sobre prática política e a fé cristã. A JUC, por exemplo, no seu Congresso de 10 anos, em 1960, buscou desenvolver seu projeto de *Ideal Histórico cristão*, com o qual pretendida estabelecer um plano de cristianização que envolvesse a perspectiva religiosa, econômica, social, política e cultural. Para Márcio Moreira Alves, as decisões desse encontro foram um marco no processo de engajamento cristão católico na ordem temporal, pois ia mesmo além das perspectivas reformistas defendidas até então, preconizando uma radical transformação da sociedade⁶.

Essas mudanças, que significavam um rompimento com a prática mais contemplativa do início do movimento e que abriram espaço para um maior

---

² Para disputa entre os projetos reformistas e o conservador, ver: PEREIRA, Luiz Bresser. *Pactos Políticos – do populismo à redemocratização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. pp. 57-78.

³ Para o surgimento dos sindicatos trabalhistas e a mobilização política desse momento: SOARES, Gláucio Ary; D'ARAÚJO, Maria Celina, orgs; PINTO, Almir Pazzianotto; *et al. 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

⁴ Sobre a importância do Movimento de Educação de Base para esse processo, ver: KADT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil*. Traduzido por Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003; para atuação de leigos em torno do trabalho de mobilização promovido pelo jornal *Brasil Urgente*: SOUZA, Admar Mendes de. *Frades Dominicanos de Perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil*. São Paulo: FFLCH; Universidade de São Paulo, 2003. pp. 34-57. Dissertação de Mestrado.

⁵ BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política – história da JUC e da AP*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 28.

⁶ Alves lembra ressalta a importância da adoção do método francês de análise (Ver, Julgar e Agir) para que ocorresse essa evolução posterior. Sobre esse encontro e seu significado para esse processo de radicalização do catolicismo nacional, ver: ALVES, Márcio M. *A Igreja e a Política no Brasil*. pp.123-129; e RICHARD, Pablo. *Morte das Cristandades e nascimento da Igreja*. pp. 152-153.

envolvimento com a mobilização estudantil e operária, redundaram também em desconfiança por parte da hierarquia católica e dos setores mais conservadores da sociedade. Mais tarde, diante das restrições de ação impostas pela hierarquia, muitos dos integrantes desses movimentos de Ação Católica convergiram para a formação do movimento leigo chamado Ação Popular⁷.

O percurso percorrido por esses grupos na direção de uma maior reflexão sobre os problemas político-sociais era, ao mesmo tempo, impulsionador e parte das transformações vivenciadas por setores da Igreja Católica, posteriormente acolhidas amplamente pela própria instituição. Como foi exposto no capítulo anterior, essa mobilização já era registrada pela polícia política paulista antes mesmo do golpe militar de 1964.

Se por um lado essas perspectivas de mudanças ganhavam força com a proposta governamental de realizar reformas e um desenvolvimento econômico em bases nacionais, de outro, acirravam os ânimos dos setores conservadores da sociedade. Esse grupo era identificado com os antigetulistas do passado, especialmente ligados ao projeto udenista de poder. Junto a áreas dentro do Exército, acreditavam pouco na estruturação de um sistema verdadeiramente democrático no país, já que julgavam a grande maioria do povo incapaz de fazer escolhas corretas.

Defendendo uma política econômica liberal, ligada ao capital estrangeiro, viam com receio tais transformações, e defendiam a idéia de que o país caminhava para um governo de caráter socializante. A participação de grupos mais radicais reformistas na disputa política era interpretada como uma ameaça ao próprio sistema capitalista, mesmo que em longo prazo⁸.

Todas essas expectativas estavam também inscritas na disputa política internacional entre o bloco capitalista e comunista. No Brasil, o exemplo da revolução

---

⁷ Para as contradições vivenciadas pelo movimento jucista dentro da estrutura da Igreja e a criação da Ação Popular, ver: BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política* – história da JUC e da AP. pp. 92-115.

⁸ Bresser Pereira vê nesse momento o choque entre duas novas ideologias. E, segundo ele, “o conservadorismo negava a necessidade de reformas, ou pelo menos de reformas com a profundidade demandada pelos reformistas. A maioria das reformas exigidas pelos reformistas não chegavam a ser radicais, não pretendiam transformar a estrutura social do Brasil do dia para a noite, não pretendiam, por exemplo, abolir a propriedade privada dos bens de produção e instaurar um regime socialista. Representavam, no entanto, uma tendência a longo prazo nesse sentido”; conferir: PEREIRA, Luiz Bresser. *Pactos Políticos* – do populismo à redemocratização. p. 77 e seguintes. Especialmente sobre os grupos que se organizavam contra o governo Goulart e conspiravam em favor de um golpe militar, ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado* - Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

cubana surgia, ao mesmo tempo, como sinal de esperança e de temor, estimulando ainda mais o debate nacional, num processo de radicalização que só fazia agravar a crise política⁹.

Inflação, déficit na balança comercial, dívida externa crescente, desemprego e, conseqüentemente, uma forte instabilidade social eram alguns dos problemas com que tinha que lidar o governo. Entre as tentativas de superar os problemas nacionais, destaque para o Plano Trienal. Projetado por Santiago Dantas e Celso Furtado, visava dar seqüência ao desenvolvimento com o controle da inflação. Santiago Dantas também foi aos Estados Unidos fazer acordos de empréstimo e pagamento das dívidas.

Entretanto, dada a radicalização do quadro político e social, as tentativas governamentais ora eram hostilizadas pelos grupos à esquerda, que viam o governo agindo com lentidão, ora pelos grupos à direita, que temiam uma mudança brusca do sistema. Fosse pelas greves constantes, especialmente convocadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores, CGT, ou pela campanha anticomunismo via imprensa, o fato é que a radicalização ocorria de ambos os lados¹⁰.

Segundo Bandeira, Santiago Dantas advertiu Goulart de que tanto os grupos à direita e à esquerda queriam inviabilizar seu governo, ambos querendo impor seus projetos de governo¹¹.

Nesse sentido, Skidmore afirma que a conspiração entre civis e militares anti-Goulart existiu desde o primeiro momento em que ele chegou ao governo. Para eles, os propósitos desse governo seriam de subverter a ordem e instalar um novo sob inspiração comunista.

Essa articulação se deu, por exemplo, por meio do financiamento de instituições de combate ao radicalismo político, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES. Tendo nascido no início dos anos de 1960, era sustentado especialmente por grupos de empresários paulistas, e, mais do que patrocinar a propaganda liberal e contra

---

⁹ Sobre o fortalecimento do sentimento anticomunista nesse momento, no campo e na cidade, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. pp. 231-233.

¹⁰ Ver sobre os projetos do governo Goulart para superar os problemas financeiros em: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 285-307.

¹¹ Esse momento político do início do governo Goulart em 1963, suas tentativas de estabilização econômica e a radicalização política de ambos os lados do setor social, com a promoção de greves e invasão de terras e a campanha na imprensa contra o governo, estão retratados em: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. pp.88-114.

o governo, logo se articulou para destituir Goulart do poder através da distribuição de informações sobre possível infiltração comunista no governo.

Já o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD, atuando em estreita ligação com a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, a CIA, financiou, especialmente com dinheiro vindo dos EUA, campanhas de opositores ao governo nos Estados. Além do anticomunismo e da ação contra a realização das reformas pretendidas por Goulart, preconizava uma política econômica liberal¹².

Sobre essa participação do governo estadunidense nessa conspiração, Bandeira lembra que o quadro político e social vinha sendo acompanhado de perto por aquele governo através da infiltração, por exemplo, de agentes militares e da CIA no país, especialmente no Nordeste brasileiro, onde se julgava mais iminente a deflagração do conflito. Nessa região, a agência estadunidense teria fomentado e financiado a forte oposição ao governo de Miguel Arraes e à influência das Ligas Camponesas, contando com a colaboração para tanto de membros da Igreja Católica¹³.

Além disso, havia o papel destacado da embaixada estadunidense no Rio de Janeiro e do embaixador Lincoln Gordon. Segundo o autor:

O governo dos Estados Unidos se orientava de acordo com o pressuposto de que o conflito armado irromperia inevitavelmente no Brasil, exigindo sua intervenção, para impedir a vitória dos comunistas, nacionalistas etc., que se lhe equivaliam e, no seu entendimento, já detinham ou influenciavam uma parcela do Poder, através de assessores de Goulart. [...] E a perspectiva de que o Brasil se tornasse uma República socialista, uma Cuba com dimensões continentais, apavorava os norte-americanos, cada vez mais intranquilos com a emergência das massas e as medidas nacionalistas de Goulart¹⁴.

---

¹² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 269-275; para surgimento e a atuação dessas entidades na campanha contra o governo e no fomento de grupos anticomunismo, ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe*; especialmente páginas 229-319.

¹³ A atuação da Igreja no Nordeste, onde atuou no sentido de minimizar a influências das Ligas Camponesas e contra a eleição de Miguel Arraes para governo do Estado, está em: PAGE, Joseph. A. *A revolução que nunca houve*. Traduzido por Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: 1972. pp. 136-147; e CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964.

¹⁴ Para a conspiração de civis e militares contra Goulart, especialmente a participação dos Estados Unidos nesse processo, ver: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. pp. 126-141; 64-74; e HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. pp. 135-140.

Os militares se dividiam entre legalistas, que defendiam o respeito à ordem constitucional vigente, e os que, como parte do grupo anti-Goulart, conspiraram desde o primeiro momento, inclusive por meio de acordos com autoridades dos Estados Unidos. Em conjunto, setores civis, grupos ligados à indústria internacional e nacional, governadores, militares e forças estrangeiras se reuniram então na oposição a um governo que era visto com suspeita e não lhes correspondia às expectativas¹⁵.

Como estratégia, por diferentes meios, sobretudo pela imprensa conservadora, foi dado alarme de que um golpe estaria sendo arquitetado pelo governo para transformar o país numa república sindicalista. O país estaria em vias de entrar em guerra revolucionária e se tornar comunista. A “ameaça comunista” continuava sendo – e continuaria após o golpe militar – um elemento usado para justificar as mais arbitrárias atitudes, contra a democracia e contra qualquer indivíduo¹⁶. Tinha-se um contexto cada vez mais belicoso.

Os setores mais conservadores da Igreja participavam dessa articulação, contribuindo, de certa forma, também para ocorrência do golpe militar que viria em 1964. A campanha contra o comunismo (que percebiam avançando no país e em suas próprias fileiras), à medida que crescia a mobilização em nome das reformas sociais, permanecia impregnando as pregações e as idéias divulgadas via imprensa.

A atuação concreta desses setores pode ser visualizada na organização das *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, que contou com a liderança do padre Patrick Peyton e de inúmeras entidades femininas de estrato católico. Por meio da *Cruzada do Rosário em Família*, organizada por esse padre irlandês nos anos de 1940 e que chegou ao Brasil em 1962, a mobilização social dos sentimentos religiosos passou a ser um instrumento utilizado no combate ao comunismo. Ao ventilar o risco iminente que era o comunismo à pátria, à família e à religião, esse movimento conseguiu pelo medo canalizar as forças conservadoras contra o governo.

---

¹⁵ Para Bandeira, “A noção de pátria para setores da burguesia brasileira não ultrapassa os limites da propriedade privada, da mesma forma que para o imperialismo norte-americano suas fronteiras se estendiam até onde se encontrassem explorações da Standart Oil., laboratórios da Johnson & Johnson, usinas da Bond & Share, empreendimentos da ITT, minas da Hanna, lojas Sears, agências do City Bank, fábricas da Coca-Cola e outros empreendimentos industriais e financeiros.”; Cf. BANDEIRA, Moniz, op. cit. p. 142.

¹⁶ BANDEIRA, Moniz, op. cit. p. 158. Bresser Pereira classifica essa prática como alarmismo, com a qual os setores conservadores buscavam justificar suas posições e atitudes; cf. PEREIRA, Luiz Bresser. *Pactos Políticos* – do populismo à redemocratização. pp. 78-83.

A reunião de milhares de pessoas em torno das Marchas que ocorreram no país representou o auge da ofensiva católica conservadora contra a apregoada expansão do comunismo em território nacional e uma demonstração clara de força da instituição¹⁷.

Com a mudança do ministério em meados de 1963, com a saída de Santiago Dantas, e com o bloqueio dos créditos externos ao Brasil, a situação continuou a se agravar. Cabia a Goulart escolher, por exemplo, entre um processo de negociação com os Estados Unidos, que incluiria a adoção de uma forte estabilização econômica, o que soaria desfavorável nos meios sociais populares que apoiavam seu projeto de reformas; ou acelerar seu projeto, bloqueando a remessa de lucros ao exterior e criando condições para reestruturação interna em bases nacionais, o que aumentaria a reação dos conservadores¹⁸.

De ambos os lados, a tentativa de influir nos caminhos a serem seguidos pelo país levou a uma crescente agressividade nas disputas políticas e nos enfrentamentos sociais, atravancando as ações do governo. Goulart, não conseguindo mais conciliar os interesses das diferentes classes sociais, aos poucos, foi perdendo as margens de manobra.

Assim, no final de 1963 e início de 1964, o governo buscou uma aproximação maior com os setores progressistas, especialmente com os setores trabalhistas, parte da classe média e da burguesia nacional, que se opunha ao grande investimento estrangeiro. Dadas as dificuldades em fazer avançar no Congresso Nacional as reformas, esse grupos, especialmente os mais radicais, pressionaram Goulart para que tomasse em suas mãos a condução dos projetos. Em comício para milhares de pessoas no centro do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, o presidente anunciou e assinou decretos importantes, como a desapropriação de terras e a nacionalização de empresas, uma das questões mais controversas do projeto de reformas.

---

¹⁷ Padre Peyton defendia com o movimento *Cruzada do Rosário em Família* que a união das famílias em torno da oração do Rosário seria um instrumento a favor da paz e contra o perigo comunista. Na valorização da instituição família buscava-se especialmente alcançar a participação das mulheres, das mães, que se tornaram elos fortes em toda a mobilização. Sobre isso e a participação das entidades femininas católicas na campanha anticomunista e em favor de uma intervenção militar: SESTINI, Dhārana Pérola Ricardo. *A "mulher brasileira" em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. São Paulo: FFLCH; Universidade de São Paulo, 2008. Dissertação de Mestrado (Orientadora Maria Aparecida de Aquino); sobre a presença do padre Peyton e a organização das Marchas, pp. 71-88; e ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil* pp. 111-113.

¹⁸ Segundo Moniz, “as vacilações de Goulart, naquela conjuntura, decorriam menos do seu estilo de conduta do que de sua condição no Poder, espremido, de um lado, pelos trabalhadores e, do outro, pela identidade e contradições entre a burguesia brasileira e o imperialismo norte-americano”; ver: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. p. 108.

Esse comício marcava a disposição do governo em assumir o risco de promover mudanças na estrutura capitalista nacional, mesmo promovendo mudanças na Constituição. A proposta não era subverter a ordem, mas alterar as regras vistas como superadas. Moniz Bandeira observa que tais reformas não dirigiam o país para o socialismo, ao contrário, seriam “reformas democrático-burguesas e tendiam a viabilizar o capitalismo brasileiro, embora sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia”¹⁹.

Entretanto, o evento foi sentido como uma radicalização à esquerda das posições do presidente, o que serviu de sinal para que os opositores disparassem um ataque que levaria à queda do governo. Articulada por partidos como a UDN, por empresários, governadores e pelos diferentes grupos financiados pelo IBAD, a ofensiva passou a exigir a deposição do governo.

Mais uma vez, o perigo comunista foi o dispositivo usado para incendiar a reação. O alarme visava, entre outras coisas, atizar o anticomunismo nacional, comovendo a classe média, os militares, políticos e os industriais ainda indecisos.

Governadores como Ademar de Barros, de São Paulo, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro, foram fortes atores na articulação dessa campanha e na conspiração contra o governo. Segundo Skidmore, Dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, era um dos integrantes dessa ala de extrema direita, grupo que temia uma “democracia de base popular que estava sendo criada por um Brasil industrializado”²⁰.

O sentimento religioso nacional, que seria uma forte reserva de oposição ao ideário comunista, foi ressaltado nesse processo, por exemplo, pelas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, realizadas nas principais cidades do país. A que ocorreu em São Paulo, no dia 19 de março, foi arquitetada para ser uma demonstração clara da nação contra o comunismo visualizado na política reformista de Goulart²¹.

---

¹⁹ BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. p. 164. Skidmore observa que nesse comício o presidente, ao defender a necessidade de mudanças na constituição, porque ela legalizaria “uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana”, teria invocado a autoridade do Papa João XXIII e do General MacArthur pra defender a proposta de reforma agrária; essa observação e todo o clima que cercou o comício no Rio de Janeiro, em: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. pp. 344-366.

²⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. op. cit. p. 361.

²¹ Motta entende que o aguçamento do sentimento anticomunista serviu para isolar ainda mais Goulart, inclusive das forças de centro no cenário político nacional, para a mobilização anticomunista nesse momento. O autor entende que foi o anticomunismo o elemento que unificou os diferentes setores sociais

Como desejado, todo o barulho era também um sinal para que os militares pudessem agir.

Os eventos, a radicalização dos ânimos, assim como a idéia de que o governo era incompetente e dominado por radicais de esquerda que arquitetavam um golpe, indicavam aos conspiradores militares que era chegada a hora de depor o presidente. Buscavam convencer os que ainda defendiam a legalidade, temerosos que estavam de violar a Constituição que diziam defender.

A esperada ocorrência que justificava a ação pedida por parte da sociedade civil veio com a agitação entre os marinheiros, no Rio de Janeiro. Marinheiros e fuzileiros navais, por meio de sua Associação, buscavam defender suas reivindicações históricas, como a melhoria nas condições de trabalho e de salário, o direito de se casarem, entre outras. A postura dos mesmos era identificada com a proposta reformista do governo²².

Por sua vez, essa mobilização era indesejada pelos superiores. No final de março, após uma reunião de comemoração pelo aniversário da Associação, em que foram feitos discursos contra punições aos companheiros de farda, foi pedida a prisão dos envolvidos pelo almirante Sílvio Mota, ministro da Marinha. Ao se recusarem a sair do Sindicato dos Metalúrgicos, onde a manifestação tinha acontecido, o ato foi tomado como insubordinação militar. Sensação que se fortaleceu quando, na resolução da situação, o ministro da Marinha foi substituído por Paulo Rodrigues, almirante simpático às reivindicações da esquerda nacional, e os amotinados foram liberados.

O episódio foi sentido pelos comandantes militares como uma quebra do princípio da hierarquia militar e como um ataque à autonomia das Forças Armadas²³. Assim, o fato serviu para reunir os indecisos em torno dos militares que já conspiravam, desencadeando o processo que resultou no golpe militar de 1º de abril de 1964²⁴.

---

em torno do projeto que resultou no golpe militar brasileiro de 1964; cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. pp. 255-278.

²² Entre os marinheiros estava o José Anselmo dos Santos, mais tarde acusado de ser agente infiltrado da CIA. Seria então um agente provocador. Sobre essa percepção e esse personagem, ver: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. pp. 169-170.

²³ A sensação de que o ato atingia o princípio da hierarquia militar, colocando em risco a própria corporação, foi dada como justificativa por muitos militares para que houvesse intervenção institucional, rompendo a legalidade ao depor o presidente. Para essa percepção e a pressão exercida pela sociedade civil sobre os militares para que agissem contra o governo, ver: D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso, introd. e org. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

²⁴ Todo o processo de conspiração está detalhado, inclusive a adesão de Castelo Branco à conspiração, a partida militar do General Mourão Filho, de Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro, no dia 31 de março, e a não reação dos grupos que apoiavam Goulart, em: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*.

1. O golpe militar: algumas perspectivas

Com a radicalização de ambos os lados, o entrelhecho dos diferentes interesses sociais e políticos inviabilizou o diálogo. Em grande medida, esses posicionamentos extremados resultavam das transformações políticas e sociais que vinham ocorrendo no país, especialmente a partir dos anos de 1950.

A discussão acerca dos motivos que levaram ao rompimento da legalidade no Brasil de meados do século XX continua ainda viva, e comporta diferentes aspectos e perspectivas, nem sempre convergentes.

Vale lembrar aqui a análise feita por Nelson Werneck Sodré, que inscreve o golpe dentro do contexto de bipolarização mundial entre países capitalistas e socialistas. Nesse caso, a doutrina anticomunista que predominou na América Latina resultaria da influência da dos Estados Unidos na região.

O autor destaca o papel dos militares no evento, especialmente pela difusão do anticomunismo nos setores militares e sociais promovido pela Escola Superior de Guerra. No contexto bipolarizado do pós-guerra, a Doutrina de Segurança Nacional produzida por essa escola defendia que o inimigo a ser combatido não estava no exterior, mas no interior do país, ou seja, seriam os próprios brasileiros. São aqueles que, não concordando com a doutrina, passam a ser vistos como “subversivos”. Eram os revolucionários, eram todos aqueles que de alguma forma contestaram o regime estabelecido em 1964²⁵.

---

pp. 308-366; BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. pp.126-173; e GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 45-81.

²⁵ SODRÉ, Nelson W. *Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 24. Fundada em 1949, a ESG resultou da preocupação dos militares brasileiros em possuir um centro de altos estudos que pudesse auxiliar na análise política nacional e mundial do contexto pós-Segunda Guerra, especialmente marcado pela chamada Guerra Fria. Por meio da formação de uma elite civil e militar, buscava-se produzir e difundir conhecimentos que auxiliassem o planejamento da segurança nacional especialmente frente ao perigo comunista; nesse sentido e sobre importância da ESG enquanto aparelho de Estado, ver: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969*. Petrópolis: Vozes, 1976. pp. 24-27.

O golpe militar deve ser compreendido então dentro da concepção de “guerra revolucionária”, assim como as medidas policiais e repressivas empreendidas desde o começo do regime²⁶.

Para o autor, essa concepção deve ser compreendida como parte da política dos Estados Unidos de evitar que ocorressem outras revoluções no continente nos moldes da que ocorreu em Cuba. O país então passava a apoiar e mesmo a financiar as forças armadas dos países dependentes para a defesa de seus interesses. Sobre essa postura, significativamente, o autor destaca que:

Tal solução se agravaria ainda a partir do momento em que a religião, pelas Igrejas, com a Católica em destaque, pelos seus elementos melhores no clero dos países latino-americanos, tendia a deixar de ser gendarmeria das classes dominantes. Restava, pois, a força armada e era preciso enrijecer o papel delas, definindo-o com absoluta clareza e alimentando-o com uma propaganda intensa a que os meios de comunicação ditos de massa dariam incondicional apoio²⁷.

Sobretudo, essa leitura concebia aos militares o papel de defesa da sociedade democrática do perigo comunista, então identificada com toda forma de movimento social reivindicatório. Tal como ocorreu no pré-64, o medo da subversão interna seria alimentado pelos meios de comunicação e pela doutrinação militar. Assim, para o autor, a Doutrina de Segurança Nacional, esposada e professada pela ESG, seria então o “fundamento teórico de uma operação política destinada a alterar fundamentalmente a estrutura do Estado brasileiro, colocando-o, firme e definitivamente, a serviço do imperialismo e de seus associados internos”²⁸.

Já Maria Helena Moreira Alves analisa o Estado instaurado em 1964 tendo em vista a posição da economia brasileira dentro do sistema econômico mundial no final dos anos de 1950. Para ela, a entrada de capital internacional, especialmente a partir desse momento, representou a associação entre o “capital multinacional”, o “capital nacional associado-dependente” e o “capital de Estado”. E o processo de

---

²⁶ SODRÉ, Nelson W., op. cit., p. 25.

²⁷ SODRÉ, Nelson W., op. cit., p. 30.

²⁸ SODRÉ, Nelson W., op. cit., p. 34.

desenvolvimento dependente então instaurado por essa relação teria sido reforçado pelo regime militar²⁹.

De acordo com a autora, dentro do conceito de desenvolvimento dependente³⁰, o Brasil de então se caracterizava por uma economia não “autônoma”, de industrialização periférica. Condição que aumentaria a concentração de renda no país, acarretaria diferenças na produtividade, onde poderia ocorrer o emprego de tecnologia moderna na produção de veículos e geladeiras, por exemplo, em detrimento da produção de gêneros como alimento e vestuário, produtos básicos que ainda usariam de tecnologia tradicional. E, o mais significativo, essa situação não contribuiria para solucionar os problemas sociais, tais como desigualdades regionais, concentração de renda, desemprego, entre outros problemas.

A condição de dependência resultaria em uma complexa relação entre o desenvolvimento capitalista local e a expansão de todo um sistema capitalista mundial, onde o controle “sobre o processo permanece nas mãos de protagonistas e instituições internas e externas à nação”³¹. No caso, esses protagonistas internos se associam em condições de dependência das forças capitalistas externas. Assim, no que se refere ao regime instaurado em 1964, a autora observa que:

[...] o desenvolvimento dependente e os específicos interesses internacionais e nacionais a ele associados formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração civil e militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart, no Brasil, a 31 de março de 1964. Esta conspiração foi consequência direta de uma série de tendências e contradições que vinham ganhando vulto nos anos anteriores. O governo de Goulart promovera uma série de restrições

---

²⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 21.

³⁰ Sobre o conceito de desenvolvimento dependente, diz a autora: “Em sentido econômico fundamental, ‘desenvolvimento’ designa a expansão da capacidade produtiva de uma sociedade. Considerado de maneira mais ampla, o termo refere-se a todo espectro de mudanças em procedimentos tecnológicos, sociais, políticos e culturais que acompanham e (em diversos graus) facilitam essa expansão. Um sistema econômico pode ser denominado ‘autônomo’ quando é capaz de gerar seu próprio crescimento, o que implica acima de tudo a faculdade de criar novas tecnologias, de expandir o setor de bens de capital e de controlar seu sistema financeiro e bancário. As economias dependentes, em contraste, funcionam na periferia do sistema mundial, afastadas dos pontos de concentração dos recursos para o crescimento autogerado. No caso extremo, a economia dependente está restrita ao papel de fornecedora de matérias-primas às economias industriais avançadas. E mesmo quando ela não está totalmente limitada a esta função, o mercado internacional restringe drasticamente suas possibilidades de desenvolver a capacidade tecnológica, industrial e financeira necessária ao crescimento autogerado. Deste modo, a industrialização periférica manifesta-se essencialmente como um reflexo distorcido da expansão das economias avançadas”; cf. ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit. p. 22.

³¹ ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit. p. 21.

aos investimentos multinacionais, configuradas, entre outras medidas, numa severa política de controle de remessas de lucros, de pagamentos de royalties e de transferência de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociações para a nacionalização de grandes corporações estrangeiras. Adotou também uma política nacionalista de subsídio direto ao capital privado nacional, sobretudo aos seus setores não vinculados ao capital estrangeiro³².

A esses fatores, Maria Helena Alves acrescenta as contradições surgidas com a movimentação política e social que passava a exigir melhores condições de vida por meio da participação nos benefícios do desenvolvimento econômico. A desestabilização do governo Goulart teria sido então arquitetada por corporações multinacionais, pelo capital brasileiro associado-dependente, pelo governo dos Estados Unidos e por militares brasileiros, especialmente os ligados a ESG.

Para a autora, a ideologia de Segurança Nacional desenvolvida forneceu a justificativa para a tomada do poder; foi, ao mesmo tempo, instrumento utilizado por esses grupos dominantes para a manutenção do sistema econômico dependente. Assim:

A doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controles e dominação. Ela não pressupõe o apoio das massas, para a legitimação do poder de Estado, nem tenta obter este apoio; [...] Todavia, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos ‘inimigos internos’ e da ‘guerra psicológica’. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. [...] Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de ‘inimigos internos’ ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista³³.

---

³² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. p. 24.

³³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 31-32. Sobre essa perspectiva, Dreifuss observa: “A ESG incorporou em solo brasileiro as idéias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como uma instituição, a ESG encorajou dentro da Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não ‘políticas’. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de ‘construção nacional’ foram disseminadas entre as Forças

Assim, a partir da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, a autora concebe o Estado instituído a partir de 1964 como Estado de Segurança Nacional. Sua ideologia visava criar os caminhos para que fosse mantido o desenvolvimento capitalista associado³⁴.

Nessa perspectiva, com o regime militar, o país foi economicamente enquadrado nos moldes do capitalismo internacional, intensificando internamente a concentração de renda na mão de minorias, sempre mais privilegiadas, em detrimento da grande maioria da sociedade brasileira.

Como leituras possíveis acerca dos motivos que teriam levado ao golpe militar de 1964, essas duas perspectivas encerram elementos importantes para que se possa pensar a atuação e a perseguição a determinados setores da Igreja Católica pelos agentes da polícia política paulista³⁵.

A importância em pensar os possíveis aspectos que cercaram o golpe militar está no fato de que, para além das alegações imediatas de defesa da pátria frente ao ideário comunista, estava também em jogo a manutenção do sistema econômico capitalista. A contraposição, por parte de alguns setores católicos, à manutenção e reformulação dessa estrutura iniciada durante o regime militar permite uma compreensão acerca das tensões vividas entre Estado e Igreja.

O que de concreto ocorreu foi que o regime militar, por meio de medidas arbitrárias e, muitas vezes, truculentas, pôs fim aos projetos de mudança então em estruturação, tanto dos que desejavam profundas mudanças estruturais quanto dos que buscavam apenas uma reforma do sistema.

Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial.”; ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado* - Ação política, poder e golpe de classe. p. 79.

³⁴ A autora observa que, juntamente com IPES e IBAD, os integrantes civis e militares da ESG planejavam em conjunto a estruturação de um capitalismo nacional sob controle do Estado; cf. ALVES, Maria H. Moreira, op. cit. p. 29.

³⁵ Para uma análise que ressalta a associação de interesses em torno da promoção do golpe, a partir de investigações acerca das atividades desenvolvidas pelos institutos IPES/IBAD, representantes de um bloco de poder multinacional e associados, ver: DREIFUSS, René A. op. cit. p. 229; e FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas à crise política: 1961-1964*. Traduzido por Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993. pp. 22-29; e também: RAGO FILHO, Antônio. *Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista*. Tempo de ditadura. Cadernos AEL, Campinas, V. 8, n° 14/15, 2001.

2. Estado repressivo: a institucionalização do regime militar

A idéia de que era preciso acabar com toda forma de subversão, de combater a corrupção e retomar o crescimento econômico forneceu a base sobre a qual o regime se apoiou nos primeiros anos. Em função dessas perspectivas, seguiu-se à tomada do poder a institucionalização do regime militar na esfera governamental.

A ideologia por trás da DSN apresentava a concepção de uma guerra de *subversão interna*, sendo uma de suas variáveis a idéia de *guerra revolucionária*. Nessa, o inimigo a ser combatido era interno e podia ser identificado em toda forma de oposição às políticas do Estado. Tal percepção associava essa prática à ação do comunismo internacional que, por se infiltrar em toda a sociedade em busca de adeptos para o seu ideário, tornava a todos alvos de suspeição³⁶.

Em suma, ao estipular uma “visão de mundo”, a DSN pressupõe o controle total da sociedade. E, dado o quadro conflituoso projetado, seu enfrentamento pressupunha a estruturação de mecanismos eficientes de defesa e controle da sociedade pelo Governo.

Assim, já no mês de abril, o Supremo Comando da Revolução decretou seu primeiro Ato Institucional, AI³⁷. Com ele foram suspensos direitos políticos por até 10 anos e instituído o direito de cassação de mandatos eletivos. Tinha-se início um processo de “limpeza” política e social³⁸.

De modo geral, a ênfase dada à concepção de segurança gerou a imediata repressão aos diferentes setores da sociedade, entre civis e militares. Indivíduos ou organizações, considerados contrários ao projeto do governo militar, passaram a ser vistos como subversivos e perturbadores da ordem, e foram fortemente reprimidos³⁹.

---

³⁶ O conceito de guerra de “subversão interna” pressupõe ainda a idéia de uma *Guerra Insurrecional*, em que haveria um conflito interno causado por parte da população que agiria pela deposição do governo; ver essas definições e suas conseqüências para construção de uma Política de Segurança paralela à Política de Desenvolvimento em: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 44-54.

³⁷ Para Carlos Fico, o primeiro Ato Institucional seria ao desejo de punição cultivado pelos radicais em torno de Costa e Silva; cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 36; ver nesse autor a divisão interna no Exército quanto aos rumos que deveriam ser seguidos pelo novo governo.

³⁸ Gaspari registra que a idéia de impor punições aos meios públicos era até mesmo defendida pelo cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara; para essa e outras informações sobre o primeiro Ato Institucional: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 121-125.

³⁹ Para a criação das diferentes instâncias de repressão, como Comissão Geral de Investigação, criada pelo Comando Supremo da Revolução para conduzir os Inquéritos Policiais Militares, ver: FICO, Carlos.

Dentro do aparato repressivo estruturado para controlar a sociedade, o setor de informações ganhou papel destacado na identificação dos supostos opositores do regime. A constituição de uma grande rede de produção e análise de informações teria sido pensada pelos integrantes do complexo ESG/IPES/IBAD ainda antes do golpe militar⁴⁰. O General Golbery do Couto e Silva foi o grande artífice desse instrumento, que agiu na recolha de informações e auxiliou já na tomada de poder⁴¹.

Assim, seguindo na radicalização repressiva iniciada como golpe, em junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações, SNI. Embora, como observa Fico, não tivesse sido criado sob inspiração dos grupos radicais de dentro do Exército, era um poderoso instrumento de informação a serviço das perspectivas políticas e sociais defendidas pelo governo militar. Com relação à política repressiva que se instituía, esse órgão passou a supervisionar a atuação dos demais dispositivos que iam sendo renovados e criados à medida que se reformulava a estrutura do sistema de segurança do Estado brasileiro⁴².

Tal como os órgãos das demais Armas, à Polícia Federal, o Departamento de Ordem Política e Social, ligado à polícia estadual de São Paulo, foi incorporado à estratégia repressiva estruturada pelo governo militar e orientada pelo SNI⁴³. Na nova lógica estabelecida pela concepção de *guerra revolucionária*, o Departamento de Ordem Política e Social seguiu em sua prática de vigiar, investigar, colher informações e aprisionar, contribuindo com a estigmatização de comportamentos considerados de risco para a ordem pública. Entretanto, dada a disposição totalizante da ideologia de segurança nacional, passou a fazê-lo então com mais voracidade, tornando o uso da

---

Como eles agiam. Para as punições instituídas logo depois do golpe: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. pp. 129-151.

⁴⁰ De acordo com o Manual da ESG, registra Maria Helena Alves, a Grande Estratégia, que englobava políticas de Desenvolvimento e Segurança, as ações contraofensivas contra a oposição tinham diferentes técnicas: “As técnicas contraofensivas incluem desde medidas de segurança rotineiras como a verificação de documentos, a vigilância e outros métodos de coleta de informação até medidas de emergência e a mobilização total do poderio das Forças Armadas para enfrentar situações de ‘pressão’, ou seja, de contestação organizada e efetiva à autoridade do governo”; cf.: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 51-52.

⁴¹ Para o trabalho conjunto entre ESG/IPES/IBAD, a constituição do grupo que pensou e cooperou na construção desse sistema de informações e o papel destacado que nele tinha o General Golbery, ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe*. pp. 361-368.

⁴² Sobre a criação do SNI e o papel da ESG e da DSN na consolidação do golpe militar e na estruturação do governo, ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam*. pp. 39-43.

⁴³ Sobre o SNI e sua ligação com os órgãos de segurança, inclusive o DOPS, ver: SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000. p. 466.

violência um fato corriqueiro. A tortura e mesmo o assassinato se generalizaram nesse momento.

A ênfase repressiva agora recaía sobre as atividades políticas de movimentos sociais, intimamente associadas à idéia de subversão e terrorismo em nome do ideário comunista⁴⁴.

Por outro lado, a pretensão e a prática em nome desse controle total por parte dos militares gerou contradições e levou ao fortalecimento de uma oposição ao governo em meio à sociedade. Como expõe Maria Helena Moreira Alves, por mais que o Estado buscasse o domínio total, o uso da força acabava por gerar e reforçar protestos de setores atingidos e de outros que até então não tinham se manifestado⁴⁵.

Essa perspectiva fornece um caminho para se compreender a tensão que surgiu frente à atuação, primeiro, de setores do catolicismo nacional e, depois, de forma mais abrangente, da própria instituição Igreja⁴⁶.

Como sugerem os dados recolhidos na documentação examinada, esse conflito foi ganhando novas dimensões à medida que o regime militar se institucionalizava e com ele ganhava força a repressão, seguindo a lógica de segurança e desenvolvimento.

II. A Igreja Católica na documentação do DOPS/SP: os números entre 1964/1974

A Igreja Católica não foi poupada pela repressão instituída pelo regime militar.

Dividida, a instituição religiosa acolheu o projeto de reformas no início do governo Goulart – especialmente os grupos ligados à Ação Católica, que já defendiam uma visão radical acerca das transformações a serem realizadas, conforme assinalado na documentação destacada no capítulo anterior. Entretanto, o conservadorismo, o medo da desordem social e do comunismo fizeram com que determinados segmentos católicos apoiassem a tomada do poder pelos militares.

---

⁴⁴ Sobre a atuação repressiva do DOPS/SP, especialmente quando foi incorporado à Divisão de Ordem Social o delegado Sérgio Paranhos Fleury, ver: SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. pp. 33-37; 383-384.

⁴⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 32-33.

⁴⁶ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. pp. 102-103.

Porém, logo que os primeiros atos de repressão atingiram integrantes da Igreja – especialmente membros ligados àquela base mais radical – a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil registrou seu protesto.

Três meses após o golpe, um manifesto da Conferência expunha, primeiro, o agradecimento dos bispos a Deus, que havia atendido às preces dos brasileiros e livrado o país do perigo comunista, e aos militares, que tinham atuado em defesa dos interesses da Nação. Mas, anotava também seu protesto contra o que julgava ser “mesquinhas perseguições contra a Igreja na pessoa de bispos, de padres, de militantes leigos e de fiéis”, que estariam sendo acusados injustamente de serem comunistas ou comunizantes. Embora imprecisa, a nota indicava os limites possíveis de uma relação com o novo governo⁴⁷.

À medida que o regime militar foi se tornando mais repressivo, a repressão passou a atingir diferentes setores do catolicismo nacional. Isso é o que revela a documentação reunida pela polícia política de São Paulo verificada neste trabalho.

Os números expostos na tabela abaixo dão uma dimensão da dinâmica investigativa assumida pela polícia política paulista nesse momento. De certa forma, esses dados indicam também o permanente e crescente entrechoque com o catolicismo nacional entre os anos de 1964 e 1974.

Tabela 6 – Número de remissões à comunidade católica nas Pastas G entre os anos de 1964 e 1974, Série Dossiês

	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Igreja Católica Romana	1	13	14	40	149	82	74	88	149	195	169

É importante lembrar que os números indicados referem-se exclusivamente aos números remissivos principais percebidos na documentação.

Em si, mais uma vez, a configuração numérica revela a permanência do *olhar* investigativo sobre esse setor social, tal como nos dez primeiros anos estudados. Entretanto, neste segundo momento, isso se deu de maneira muito mais acentuada.

Considerando o intervalo de tempo entre 1964 e 1974, foram encontrados documentos em 7 dos 15 dossiês compreendidos dentro do período cronológico da pesquisa. Ou seja, com relação ao primeiro momento, tem-se agora um número menor

⁴⁷ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. p. 184.

de dossiês. Em compensação, possivelmente em função da nova perspectiva repressiva adotada no período militar, o número de pasta por dossiê aumentou consideravelmente. Se antes era possível encontrar a documentação alusiva a um determinado ano reunida em uma única pasta, a nova dinâmica investigativa gerou o aumento do volume documental reunido, fazendo com que o material fosse distribuído até por dezenas de pastas⁴⁸.

Como forma de ilustrar esse quadro, considere, por exemplo, o dossiê *50-G-002*, o mais volumoso de todo o material examinado neste trabalho. Sua documentação começou a ser reunida em 1945 e prosseguiu até o ano de 1979, e esse material está distribuído por 23 pastas, das quais 20 foram abarcadas nesta pesquisa. Considerando que já na segunda pasta os documentos remetem aos anos de 1960, a grande maioria da documentação foi recolhida durante o regime militar. Em outras palavras, isso pode ser compreendido como reflexo direto das novas diretrizes que passaram a guiar a atuação da polícia política a partir do ano de 1964.

Os dossiês, as pastas e os respectivos números de documentação e fotogramas referentes aos últimos onze anos focados neste momento estão representados na tabela abaixo.

---

⁴⁸ Em alguns dossiês o número de pastas chega às centenas.

Tabela 7 – *Dossiês e Pastas G entre os anos de 1964/1974, Série Dossiês, Acervo DOPS/SP*

Dossiês/Pastas	Remissões totais por Pasta/Dossiê	Fotogramas por Pasta/Dossiê
30-G-000 (1)	01-10	10
30-G-003 (1)	01-07	11
50-G-000 (3)	187-236	347
50-G-000 (4)	237-284	540
50-G-000 (5)	285-368	310
50-G-000 (6)	369-505	278
50-G-000 (7)	506-585	302
50-G-000 (8)	586-633	439
50-G-000 (9)	634-670	267
50-G-000 (10)	671-739	492
50-G-001 (1)	01-95	720
50-G-001 (2)	96-234	323
50-G-002 (1)	01-130	367
50-G-002 (2)	131-253	302
50-G-002 (3)	254-358	345
50-G-002 (4)	359-494	312
50-G-002 (5)	495-583	291
50-G-002 (6)	584-710	335
50-G-002 (7)	711-815	308
50-G-002 (8)	816-892	392
50-G-002 (9)	893-998	304
50-G-002 (10)	999-1073	232
50-G-002 (11)	1074-1150	261
50-G-002 (12)	1151-1215	342
50-G-002 (13)	1216-1271	198
50-G-002 (14)	1272-1329	234
50-G-002 (15)	1330-1444	319
50-G-002 (16)	1445-1538	277
50-G-002 (17)	1539-1648	311
50-G-002 (18)	1649-1736	290
50-G-002 (19)	1737-1809	313
50-G-002 (20)	1810-1890	248
50-G-020 (1)	01-05	16
50-G-036 (1)	01-172	359
Total: 7 / 34	2.869	10.395

Mais do que a constância do *olhar* investigativo, os números encontrados revelam a intensidade do mesmo.

Tal como vinha sendo delineado no texto acima, pode-se dizer que a seqüência numérica percebida no exame da documentação reflete, mesmo que indiretamente, o crescente processo de tensão que envolveu Estado/Igreja Católica. Os números, indicando caprichosamente que no primeiro ano do regime militar houve apenas um

registro nesta documentação referente ao universo social católico, tendo seu ápice em 1973, com 195 registros, apóiam essa compreensão.

Apenas para registrar, com relação às demais comunidades religiosas encontradas neste segundo momento, foram identificados 5 novos grupos, sendo que o número de registros destes subiu para 223. Esses dados sinalizam também que houve um aumento da repressão sobre as comunidades não-católicas. Em suma, houve um aumento geral da vigilância sobre os setores religiosos da sociedade brasileira.

Entretanto, em relação às demais 46 comunidades percebidas, os números referentes à comunidade católica permaneceram acentuadamente superiores, chegando a um total de 974 remissões principais até o final de 1974.

Nesse caso, a considerar que esse volume de registros acumulados é reflexo do nível de tensão entre as duas instituições, torna-se simbólico o ano de 1964. A partir dele, ou seja, a partir do golpe militar, por diferentes aspectos, o entrechoque só se fez crescer, colocando Estado/Igreja, ou pelo menos parte desta última, em lados opostos.

O gráfico abaixo permite uma rápida visualização desse acúmulo documental por parte da polícia política paulista.

Gráfico 4 – Ocorrências referentes à Igreja Católica nas Pastas G entre os anos de 1964-1974, Série Dossiê

O desenho é claro em mostrar o constante (por vezes abrupto) aumento no número de registros referentes à comunidade católica. Embora com oscilações, não se percebeu um número de registros menor que 70, após 1967, momento em que as contradições

políticas e sociais fizeram aumentar a oposição ao regime militar. O índice é significativo ainda mais se comparado com a proporção anotada nos primeiros dez anos analisados: naquele momento, a média de registro não chegou a 9 por ano, enquanto que, agora, esse número elevou-se acima dos 80. A mudança é substancial, retratando, no mínimo, uma forte desconfiança e preocupação da polícia política paulista com o setor social católico.

No que diz respeito à disparidade entre o número mínimo e o número máximo percebida neste momento, a oscilação pode indicar, por um lado, o quanto a atenção dada pela polícia política à Igreja Católica oscilou no decorrer do tempo. No caso, é importante frisar, oscilou para cima. E, com relação a isso, de outra forma, trazem à tona o quanto o comportamento católico passou a preocupar os órgãos de segurança.

Observando o conjunto, a imagem pode ser relacionada diretamente à ampliação dos atos punitivos instituídos pelo governo, que, por sua vez, fez surgir e crescer a oposição na sociedade, inclusive entre católicos.

No tocante a essa repressão, após o decreto do primeiro Ato Institucional e a instalação de milhares de Inquéritos Policiais Militares, gradativamente cresceu o número de cassações políticas, de prisões e aposentadorias compulsórias. Embora isso fosse posto como etapa necessária para que se restituísse a normalidade democrática, conforme exposto no discurso oficial, tais ações apontavam na direção contrária. Concretizava-se a centralização do poder político e repressivo na mão dos militares, conforme o desejo de uma parte da oficialidade, a chamada “linha dura”. Identificada por sua posição mais radical quanto aos rumos a serem seguidos pelo governo, essa ala defendia a ampliação da “operação limpeza”, indicando um aumento da repressão e uma indeterminação da vigência do regime⁴⁹.

De acordo com essa perspectiva é que se devem entender as muitas cassações, a não-realização da eleição para presidente em outubro de 1965 e a conseqüente prorrogação do mandato de Castelo Branco até 1967. Todos esses atos produziram a sensação, especialmente entre os grupos mais ativos política e socialmente, de que estavam sendo, cada vez mais, apartados da esfera de decisão. Então, mesmo os que tinham apoiado a tomada do poder pelos militares passaram, gradualmente, a criticar o governo.

---

⁴⁹ Sobre a chamada “linha-dura”, suas perspectivas e a tensão com a linha mais liberal da ala de Castelo Branco: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. p. 135.

Em outubro de 1965, a eleição para governador da Guanabara e de Minas Gerais de candidatos não alinhados à ótica militar, levou à decretação do AI-2. Em mais um sinal de que o regime se fechava, o decreto punha fim ao pluripartidarismo, criando um partido governista, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e um de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), instituía também eleições indiretas para presidência da República e o julgamento de civis por tribunais militares, quando o crime fosse considerado contra a segurança nacional⁵⁰.

Todo esse quadro repressivo, que passava a atingir toda a sociedade, levou a um aumento das manifestações públicas contra o governo. Destaque para os setores operário, intelectual e estudantil.

A configuração gráfica retratada acima deve ser compreendida como reflexo dessa crescente contradição e oposição entre setores da sociedade brasileira e o regime militar. No caso, com esse pano de fundo, tem-se no quadro uma imagem do *olhar* da polícia política sobre a movimentação política e social de setores católicos, que, pode-se afirmar, comportava uma crescente oposição ao governo.

E, de acordo com os documentos encontrados, o estreitamento das relações entre diferentes setores do catolicismo nacional com os movimentos sociais que faziam oposição ao regime militar fora visto como sendo indesejável, pois seria um risco para a segurança nacional. Então, essa perspectiva deu origem a muitas investigações e ações repressivas, das quais a documentação reunida pela polícia política paulista é testemunha.

Na tentativa de compreender a constituição histórica desse quadro de tensão, privilegiou-se nesta documentação o delineamento da articulação ocorrida entre setores católicos e o movimento operário e estudantil, então observados pelo DOPS/SP. Por meio desse recorte, buscou-se apreender elementos que pudessem contribuir com a discussão proposta neste trabalho.

E é esse um dos fatores que explica as curvas ascendentes entre os anos de 1967/1968 e 1971/1973: o surgimento e o crescimento das primeiras manifestações contra o regime, das quais setores cada vez mais abrangentes dentro do catolicismo nacional passaram a fazer parte.

---

⁵⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. pp. 254-255.

Em alguma medida, o segundo pico, observado entre o ano de 1971 e 1973, reflete o aguçamento dessa tendência apontada acima. De um lado, a completa institucionalização da repressão e estruturação do aparato repressivo ocorrido a partir da decretação do AI-5, em 1968; de outro, em função dessa guinada radical do regime, a Igreja Católica, especialmente por meio de seus bispos, assume uma política de defesa dos Direitos Humanos, denunciando e criticando abertamente a tortura e os assassinatos cometidos pela repressão.

Tais questões serão descritas com mais precisão nos tópicos que se seguem. Todavia, como delinea o gráfico, os pontos mencionados remetem a um novo momento da tensão existente entre Estado e Igreja. De certa forma, pode-se falar que os conflitos que eram, inicialmente, mais pontuais e localizados, evoluíram para uma contraposição direta das instituições.

É preciso fazer ainda uma última observação sobre o gráfico. Curiosamente percebe-se que há um intervalo com relativa queda no número de registros justamente no momento posterior à decretação do AI-5, no final de 1968, quando houve o recrudescimento total do regime militar, suspendendo ainda mais direitos constitucionais e regulando novas formas de repressão.

Diferente do que possa parecer inicialmente, esse não pode ser entendido como um sinal de arrefecimento das divergências entre Estado/Igreja Católica, embora possa ter havido certo recuo momentâneo nas manifestações. Mas, por exemplo, em 1969, ocorreu a prisão de um grupo de frades dominicanos de São Paulo que estava envolvido com resistência armada organizada pela Ação Libertadora Nacional, ALN. Esse significativo episódio, além da violência que atingiu os frades, resultou de forma imediata na morte de Carlos Marighella, líder da organização clandestina e uma das referências para os movimentos de oposição ao regime militar⁵¹.

O incidente constituiu-se num dos momentos mais delicados da conturbada relação entre Estado e Igreja Católica. Deu início a uma longa discussão pública sobre o comportamento de ambos os lados, com as duas instituições se acusando mutuamente e se excedendo em seus respectivos comportamentos. Ao mesmo tempo, se por um lado

---

⁵¹ Sobre as circunstâncias, as controvérsias relacionadas à participação dos frades dominicanos no episódio que resultou na morte de Carlos Marighella e seu significado político, ver: BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. 11ª ed. rev. e ampl.. São Paulo: Casa Amarela, 2000. pp. 169-215; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 3ª ed.; São Paulo: Ática, 1987. pp. 171-178.

houve um aumento da repressão contra os chamados setores progressistas da Igreja, por outro, fortaleceu internamente a oposição ao governo⁵².

Então, como entender a curva decrescente apresentada no gráfico?

Em parte, isso pode ser explicado pelas peculiaridades da documentação produzida pelo DOPS/SP. Como já mencionado, as *Pastas/Dossiês G* englobam, genericamente, os temas relacionados ao setor religioso da sociedade brasileira, concentrando o maior número de documentos a ele referentes. No entanto, e especialmente após a instalação do regime militar, a criação de novos dossiês relacionados à ação contra a subversão fez com que muitos documentos migrassem de suas pastas “originais” para serem incorporados a novas temáticas: luta armada, guerrilha, assalto a bancos, terrorismo etc.

Apenas para ficar no exemplo citado, isso é o que parece ocorrer com a documentação referente aos frades dominicanos. Embora existam documentos sobre o episódio nas *Pastas/Dossiês G*, a grande maioria deles, porém, se encontra armazenada nas pastas 30-Z-160, onde estão reunidas investigações sobre organizações comunistas e a luta armada. No caso, estão juntos aos documentos relacionados diretamente às investigações envolvendo a ALN e Carlos Marighella⁵³.

Em suma, para se fazer uma leitura mais precisa da presença do catolicismo nestes registros produzidos pela polícia política paulista é necessário considerar esse fato circunstancial: a disposição dos registros dentro do acervo documental. No caso, dado o momento histórico, se reunidos todos os registros presentes nas *Pastas/Dossiês* referente a esse setor religioso, o universo numérico a ser retratado será possivelmente maior, mudando a configuração gráfica alcançada acima.

Quanto às *Pastas/Dossiês G*, como já mencionado, embora elas não comportem toda essa documentação, seus dados ajudam a compor o quadro, fornecendo a dimensão mais abrangente no que se refere aos temas envolvendo os setores religiosos da sociedade brasileira.

---

⁵² Márcio Moreira Alves observa que as denúncias feitas acerca do envolvimento dos religiosos dominicanos com a luta armada tinham como um dos objetivos neutralizarem a ação de setores da hierarquia católica e dos movimentos cristãos que se opunham ao regime; cf. ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. p.218.

⁵³ Sobre os registros e a ação dos dominicanos presentes nas pastas 30-Z-160, conferir: SOUZA, Admar Mendes de. *Frades Dominicanos de Perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil*. pp. 152-185.

Por fim, voltando ao gráfico, e mais uma vez se contrapondo à leitura realizada acerca do primeiro decênio, agora, mais que a constância, o elevado número de registros mostra que a movimentação católica atraiu fortemente a atenção da polícia política paulista⁵⁴. Por representar um contingente significativo da população nacional, com grande influência religiosa e cultural, certamente o posicionamento desse setor despertaria a preocupação de um governo que buscava o controle total da sociedade. Mais ainda quando se percebia que a instituição, ou parte dela, se contrapunha a tal projeto.

1. Composição documental

Como mencionado, as novas diretrizes de segurança nacional instituídas pelo regime militar provocaram importantes mudanças na forma de agir dos diferentes órgãos de segurança pública espalhados pelo país, entre eles o DOPS. Pelo que se percebe nos registros, a nova lógica repressiva gerou um comportamento investigativo mais agressivo e detalhista, o que, como não poderia deixar de ser, também acabou repercutindo na própria composição documentação.

Além do aumento generalizado de seu volume, e talvez também em função disto, ocorreu uma mudança na forma de arquivar o material. Como observado pela professora Maria Aparecida de Aquino, num primeiro momento, as pastas e os códigos dos dossiês eram utilizados sobretudo como prontuários nominais ou temáticos. Entretanto, a partir dos anos de 1960, percebe-se que os dados referentes a temas e pessoas investigadas estão distribuídos por diferentes dossiês e em diferentes suportes documentais, acentuando ainda mais o caráter fragmentário do material⁵⁵.

Tal diversidade e volume, sintoma da atuação permanente e convulsiva da polícia política paulista dentro do quadro ofensivo de intensa repressão, guardam uma relação direta com a nova disposição ideológica que passou a orientar os órgãos nacionais de

---

⁵⁴ É preciso lembrar que, de acordo com o Manual da ESG sobre as *estratégias de ação indireta* do comunismo internacional, o setor religioso é apontado como um dos que recebem especial atenção; cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 46-47.

⁵⁵ AQUINO, Maria Aparecida de. *Ambigüidades do autoritarismo republicano brasileiro*. In: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; LONGHI, Carla Reis. *O DEOPS/SP em busca do crime político*. Família 50. p. 48.

repressão. No caso aqui em consideração, o material reunido acerca do ambiente social católico espelha bem essa nova perspectiva.

Como forma de assinalar esse traço e também completar a imagem exposta no gráfico, avançando na retratação dos sentidos percebidos na pesquisa, foram montados quadros expositivos da documentação encontrada entre o ano de 1964 e 1974.

A princípio, todos os artefatos encontrados devem ser vistos como partes de um conjunto único, resultando imediatamente da vigilância e repressão à ação social e política dos diferentes segmentos católicos. Todavia, apenas como forma de apontar algumas características mais significativas, tendo em vista o objetivo deste trabalho, fez-se uma divisão entre o que poderia ser considerado material resultante da própria burocracia da polícia política, e o que seria resultado da recolha dos agentes durante as investigações.

O material que resultaria, que seria produzido de forma direta pela dinâmica burocrática da polícia está representado no quadro abaixo, tal como as definições conferidas pelo próprio DOPS/SP.

Material produzido e recolhido pelo Departamento de Ordem Política e Social – SP

<i>Comunicados / Informes / Qualificação / Relatórios (de investigação; de observação)</i>	394
<i>Pedidos de Busca</i>	11
<i>Termo de Declaração</i>	23
<i>Auto de Qualificação e Interrogatório</i>	8
<i>Auto de Depósito</i>	1
<i>Auto de Prisão e Flagrante</i>	1
<i>Auto de Exibição</i>	2
<i>Nota de Culpa</i>	2
<i>Requerimento</i>	1
<i>Assentada</i>	1
<i>Portaria</i>	1
<i>Certidão</i>	1
<i>Ocorrências</i>	1
<i>Vida Pregressa de Indiciado</i>	2
<i>Radiotelegrama/Telegrama</i>	4
<i>Boletim Informativo do Serviço Nacional de Informação</i>	18
Total	471

A primeira coisa a ser dita é que, embora predomine os registros referentes ao estado de São Paulo, como era de se esperar, nesse momento a documentação

encontrada possui ainda mais referências de âmbito nacional. Certamente, isso se deve à unificação de propósitos estipulada pelo regime militar, que na busca por reprimir os inimigos, interligou os diferentes órgãos de segurança e estimulou a troca de informações.

Em parte, isso explica a coleção de documentos apresentando ou solicitando informações e chamando a atenção sobre indivíduos, instituições e movimentos, de forma ordenada e descritiva, sobre diferentes localidades. Embora diferentes em sua apresentação, percebe-se esse traço comum nos *Informes*, *Qualificações*, e, sobretudo, *Relatórios*. Esses diferentes tipos documentais formam a grande maioria dos documentos encontrados.

Ambos resultam da disposição investigativa, pois, de certa forma, os *Informes* solicitam ou trazem informações sobre determinado assunto; as *Qualificações* estão ligadas diretamente às designações concedidas pelo órgão a indivíduos e movimentos, o que normalmente era ratificado ou apresentado, após uma incursão investigativa, pelos *Relatórios*. Enfim, resultam do policial, e constituem a percepção que se tinha do universo social católico.

Nesse segundo momento, o grande volume encontrado desse tipo de material corrobora a idéia de que havia uma forte disposição policial para a investigação e para a recolha de informações de forma direta em meio ao grupo social observado. E isso produz a sensação de que se buscava estar muito mais próximo do objeto investigado, o que condiz com a lógica repressiva instaurada pelo regime militar e com a preocupação com o catolicismo. Essa possível proximidade pode ser entendida dentro do desejo de um controle total, a ponto de antever os passos a serem seguidos por esse importante setor para a segurança nacional. No caso, proximidade e recolha de informações sobre as diferentes posturas e atividades desenvolvidas pelo catolicismo nacional.

E, mesmo considerando que essa documentação não represente as atividades policiais de todo o aparato repressivo montado pelo governo militar, sua leitura demonstra o que deveria ser a disposição geral: os agentes policiais buscavam se acercar de informações nos mais diferentes ambientes ocupados por esse setor social. Missas e celebrações especiais, novenas, reuniões diocesanas e paróquias, textos e pronunciamentos, escritos ou falados, enfim, pelo que se encontra, tem-se a impressão

de que quase tudo que era possível ser observado e registrado das atividades de religiosos e leigos católicos fora feito.

Boa parte dos demais tipos documentais encontrados confirma essa percepção e revela também a função direta de repressão desenvolvida pelo DOPS/SP. Sintomaticamente, *Termo de Declaração*, *Pedidos de Busca* e *Auto de Qualificação e Interrogatório* representam três dos cinco maiores tipos documentais encontrados. Nesse sentido, não menos significativo é o fato de aparecerem nesse momento os *Auto de Prisão em Flagrante*, *Auto de Exibição*, *Vida Pregressa de Indiciado* e *Nota de Culpa*.

Quanto ao material recolhido, que seria o não-produzido diretamente pela burocracia policial, mas coletado durante as ações investigativas, eles complementam a idéia de uma busca por reconhecer as posturas políticas e sociais de indivíduos e movimentos ligados à Igreja Católica. Mas, quanto a este último período estudado, é possível apontar uma diferença importante com relação ao primeiro decênio, em que a grande presença de matérias de jornal aparecia como a grande fonte de informação.

Agora, possivelmente em função da desconfiança que se tinha acerca das atividades desse setor, a grande maioria do material recolhido tem sua origem no próprio meio católico. Essa parece ser uma inversão significativa, já que indica um *olhar* e, conseqüentemente, um acesso direto, primeiro, sobre o que era uma das atividades desse grupo social; depois, e mais importante, uma observação direta do que eram as concepções por ele defendidas. Pode-se dizer que, de um monitoramento, até certo ponto, feito à distância, percebido nos primeiros dez anos examinados, passou-se para uma vigilância mais objetiva.

Considerando a ideologia defendida pela DSN, em que o inimigo é interno e em que grupos sociais ligados à religião seriam alvo privilegiado da infiltração subversiva, essa mudança parece reafirmar a grande preocupação com as concepções e práticas assumidas dentro do universo católico nacional.

Logo, conforme o quadro abaixo, o fato de serem os diferentes tipos de *Boletins*, de *Panfletos*, de *Pequenas Publicações* (como Livretos) e *Jornais* (O São Paulo) o material com maior volume encontrado parece corroborar também essa percepção.

Material recolhido e armazenado pelo Departamento de Ordem Política e Social – SP

<i>Boletins / Pequenos Livros (livretos) / Panfletos / Folhetos*</i>	102
<i>Boletim Informativo Ecclesia</i>	293
<i>Jornais (Recortes em geral)</i>	177
<i>Fotografia</i>	11
<i>Censura Postal / Carta</i>	3
Total de documentos	586

* No geral, material produzido por paróquias para missa e informes locais.

De forma breve, por sua extensão, homogeneidade e representatividade, três desses grandes blocos documentais merecem uma pequena menção à parte. Seja como forma de apresentar, em parte, o tipo de material encontrado e, ao mesmo tempo, os sentidos que encerra, vale destacar a presença dos *Jornais*, dos *Boletins do Serviço Nacional de Informações* e dos *Boletins Informativos Ecclesia*.

. Os jornais

Embora, como mencionado, os jornais ou recortes de jornais não surjam como o material mais volumoso neste segundo momento, sua presença ainda é significativa, somando 177, do total de 586 registros.

Dentro desse universo, há a presença do jornal católico *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo. Comparado com os jornais da grande imprensa nacional, seu registro não foi marcante. De qualquer maneira, é mais um sinal de que se buscava abranger as diferentes fontes de informação sobre o catolicismo e, como vem sendo apontado, de forma mais direta. Tanto é que esse material era freqüentemente armazenado inteiro, com todas as páginas, sendo mais rara presença de recortes.

Além de aparentemente ter contribuído ainda mais para a sua deterioração, esse detalhe exigiu que fosse feito uma redução da imagem durante o processo de microfilmagem do material por parte do Arquivo do Estado. Essas situações tornaram praticamente impossível leitura e a identificação nos jornais das marcações feitas pelos agentes de segurança do Estado.

Entretanto, com exceção de algumas poucas matérias, ainda é possível identificar manchetes e títulos de artigos veiculados em *O São Paulo*. Nesses, normalmente eram destacados temas que tivessem relação como o governo militar, sobretudo se

guardassem críticas ao mesmo. Abaixo estão relacionados alguns títulos que evidenciam essa postura por parte do jornal, sendo que muitos deixam entrever também as diferentes tonalidades dessa crítica.

JORNAIS	TÍTULOS
1. O São Paulo --/--/1969	<i>Enviado Geral dos Dominicanos concede entrevista</i>
2. O São Paulo 15/01/1972	<i>A propósito de Prisão de sacerdote</i>
3. O São Paulo 04/03/1972	<i>Militantes cristãos presos</i>
4. O São Paulo 07-13/04/1973	<i>Observamos com dolorosa surpresa nova ascensão da violência – no momento da morte de Leme</i>
5. O São Paulo 23-29/06/1973	<i>Conselho de Direitos da Pessoa Humana como está é inútil</i>
6. O São Paulo 18-24/08/73	<i>Igreja se reorganiza para estar mais presente entre o povo</i>
7. O São Paulo 27/10-02/11/1973	<i>Custo da alimentação. Comparação entre 1972 e 1973</i>
8. O São Paulo 27/10-02/11/1973	<i>Para além da declaração dos Direitos Humanos</i>
9. O São Paulo 07/12/1973	<i>Silêncio da Radio Nove de Julho – Clamor popular</i>
10. O São Paulo 23/3-05/04/1974	<i>Expectativa de diálogo</i>

1. 50-G-002(3) doc 256 / 2. 50-G-002 (3), doc 284a / 3. 50-G-002 (5), doc 576 / 4. 50-G-002 (9), doc 922 / 5. 50-G-002 (11), doc 1108 / 6. 50-G-002 (11), doc 1046 / 7. 50-G-002 (12), doc 948 / 8. 50-G-002 (15), doc 1371 / 9. 50-G-002 (13), doc 1247 / 10. 50-G-002 (16), doc 1532.

Esses títulos relativos a diferentes edições do jornal indicam que o jornal acompanhou a evolução dos atos de violência praticados pelos órgãos do governo – uma das temáticas abordadas pela Igreja que mais parecem ser monitoradas nos documentos. Mesmo porque, como se verá mais à frente, especialmente após o a decretação do AI-5, em 1968, a denúncia acerca da prisão de opositores do regime militar e a defesa dos direitos humanos tornou-se um instrumento de ação política e social da Igreja na contraposição que, cada vez mais, passou a fazer ao Estado.

Quanto a isso, está assinalado também que essa contraposição foi marcada por uma maior aproximação da própria instituição católica às demandas políticas e sociais imediatas da sociedade, especialmente das camadas mais empobrecidas. Ganhou espaço em suas páginas, por exemplo, a veiculação e a defesa de assuntos relacionados às exigências do movimento operário, com destaque para a questão do arrocho salarial e, conseqüentemente, do aumento do custo de vida, do alto valor da cesta-básica etc. É importante dizer que esse posicionamento assumido com mais força pela instituição, nomeadamente a partir da década de 1970, era visto pelos órgãos de repressão como parte de uma atitude agressiva e contestatória ao governo militar⁵⁶.

⁵⁶ Pasta 50-G-002 (17), documento 1619.

Particularmente por sua tentativa de conscientização política, de denúncia da repressão e de veiculação das demandas dos grupos marginalizados, o semanário *O São Paulo* foi vítima da censura oficial, conforme denúncias veiculadas em diferentes edições do *Boletim Informativo Ecclesia*, encontrado também em meio à documentação examinada. Um Informe de 21 de maio de 1971, da Polícia Militar de São Paulo, apresenta suas considerações sobre esses órgãos de comunicação da Arquidiocese de São Paulo. Fica subentendido na curta nota a prática governamental de tentar barrar todas as formas de oposição.

- O jornal “O São Paulo”, órgão oficial do Centro de Informações “Ecclesia” – da CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO, vêm surgindo como defensor e protagonista das idéias da ALA-PROGRESSISTA do clero⁵⁷.

Na seqüência, aparecem relacionados os nomes dos responsáveis pelo periódico e endereço sede do órgão de comunicação. Nesse mesmo ano começou a censura ao jornal, sendo vetadas total ou parcialmente muitas matérias tidas como ofensivas ao governo⁵⁸.

Quanto aos jornais da chamada grande imprensa, embora não contendo informações produzidas diretamente pelo meio católico, continuaram a ser recolhidos pelo DOPS/SP; continuaram sendo usados como peças importantes nos processos investigativos instaurados, tanto como fonte de informação como provas para formular acusações dentro de um inquérito. E, nesse momento, eles registram sobretudo as diferentes fases do entrelaço entre Estado/Igreja Católica.

Como já observado, a deterioração da maior parte desse material não permite uma leitura segura de seu conteúdo. Esse fato, com relação aos últimos anos desta pesquisa, parece ser mais recorrente, possivelmente também em função da grande massa documental acumulada.

---

⁵⁷ Pasta 50-G-002 (4), documento 388a.

⁵⁸ Inicialmente, em 1971, a censura em *O São Paulo* era feita por telefonemas da Superintendência da Polícia Federal, e, a partir de 1972, passou a ser feita de maneira prévia. Essas e outras informações sobre a censura a esse órgão de comunicação, ver: AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999. pp. 224-225; 233-234.

De outra forma, ainda em função do volume, os jornais se encontram dispersos ao longo das pastas, remetendo e representando diferentes situações.

Assim, optou-se fazer por apresentar uma pequena relação dos títulos que, em alguma medida, trouxessem de forma manifesta os diferentes posicionamentos assumidos pelo catolicismo nacional frente ao regime militar. Embora contenha seus limites, a apresentação de alguns títulos de matérias é ainda um recurso capaz de indicar determinados sentidos das posturas assumidas, especialmente no que se refere a determinadas contradições vivenciadas na relação entre Estado e Igreja Católica e Igreja e Estado. De outra forma, ao longo do texto algumas matérias jornalísticas foram sendo recuperadas e indicadas para completar as informações apresentadas.

JORNAIS	TÍTULOS
1. Folha da Manhã 18/06/1968	<i>Documento é “tão subversivo quanto Encíclica”</i>
2. Tribuna do Rio 24/08/1968	<i>Padre culpa polícia pela violência</i>
3. Diário de São Paulo 28/09/1968	<i>D. Hélder falou de “novas estruturas”</i>
4. O Dia 28/09/1968	<i>D. Hélder em São Paulo fala sobre a liberdade e ataca Lyndon Johnson</i>
5. Diário de Notícias 01/10/1968	<i>STM absolve dois padres já asilados</i>
6. Folha da Manhã 30/11/1968	<i>Exército prende padres da JOC em Minas</i>
7. Diário da Noite 23/11/1968	<i>Querem prender o Bispo – Polícia diz que D. Fragoso é da “linha Chinesa”</i>
8. O Estado de São Paulo 07/09/1968	<i>Bispo ataca o governo</i>
9. Correio da Manhã 07/09/1968	<i>Bispos querem libertação da AL</i>
10. Diário de Notícias 03/12/1968	<i>Prisão dos Padres cria novas crises</i>
11. Tribuna do Rio 24/02/1969	<i>Igreja pede a Costa reformas estruturais</i>
12. Libertados os padres 05/02/1969	<i>Libertados os padres</i>
13. Correio da Manhã 04/12/1969	<i>Bispos dão apoio a padres que estão presos em Minas</i>
14. A Gazeta 09/08/1968	<i>Padre Vautier prefere expulsão</i>
15. Tribuna do Rio 05/03/1969	<i>D. Hélder apóia em São Paulo a Reforma Agrária.</i>
16. A Gazeta 14/09/1968	<i>Em defesa do Pe. Vauthier</i>
17. Diário da Noite 01/10/1968	<i>STM absolve padres: não são subversivos</i>
18. Correio da Manhã 09/10/1968	<i>Bispos querem ver Sigaud punido por ser um informante</i>
19. Correio da Manhã 30/10/1968	<i>CCC ataca arcebispo outra vez.</i>
20. Diário de São Paulo 08/12/1968	<i>Em estudo a expulsão dos padres</i>
21. O Estado de São Paulo 08/12/1968	<i>Igreja Católica atravessa período de autodestruição</i>
22. O Dia 08/12/1968	<i>Bispo dúvida da veracidade dos depoimentos dos padres</i>
23. Diário de São Paulo 08/12/1968	<i>Padres dispostos a prosseguir sem temor</i>
24. Diário Popular 08/12/1968	<i>Expulsão Imediata dos padres</i>
25. Tribuna do Rio 11/12/1968	<i>Evangelho será negado pelo governo brasileiro</i>
26. O Estado de São Paulo 10/12/1969	<i>D. Valdir incurso na LSN</i>
27. Diário da Noite 08/01/1969	<i>O diabo celebra a missa</i>
28. O Estado de São Paulo 27/02/1969	<i>Declaração de 22 bispos</i>
29. Correio da Manhã 12/06/1969	<i>Padre preso leva clero a reunir-se</i>
30. O Estado de São Paulo 07/06/1970	<i>O Brasil de hoje visto pelo cardeal – Diante da tortura, a voz da Igreja</i>
31. O Estado de São Paulo 07/08/1970	<i>Em S. Luís, 2 padres presos por subversão</i>
32. Jornal da Tarde 19/10/1970	<i>Os perigos deste Prêmio Nobel</i>
33. O Globo 23/10/1970	<i>Papa Paulo VI condena violência</i>
34. O Estado de São Paulo 25/01/1970	<i>Igreja e Estado em conflito no Brasil?</i>
35. Diário de Notícias 07/02/1971	<i>Foram torturados de maneira ignominiosa</i>
36. Jornal da Tarde 20/04/1971	<i>Subversão de batina</i>
37. Jornal do Brasil 04/02/1972	<i>Secretário da CNBB volta da Amazônia e acha que o Governo Pode fazer um esforço maior</i>
38. Diário Popular 06/02/1973	<i>Mais deputados alemães pedem Nobel a Helder</i>

Os números dos jornais correspondem respectivamente às pastas: 1. 50-G-001 (2), doc 198 / 2. 50-G-001 (2), doc 208 / 3. 50-G-001 (2), doc 185 / 4. 50-G-001(2), doc 180 / 5. 50-G-001 (2) doc 110 / 6. 50-G-001 (2), doc 123 / 7. 50-G-001 (2), doc 172 / 8. 50-G-001 (2), doc 202 / 9. 50-G-001 (2), doc 203 / 10. 50-G-001 (2), doc 204 / 11. 50-G-001 (2) doc 141 / 12. 50-G-001 (2) doc 143 / 13. 50-G-001 (2), doc 206 / 14. 50-G-001 (2), doc 207 / 15. 50-G-001 (2), doc 209 / 16. 50-G-001 (2), doc 220 / 17. 50-G-002 (2), doc 192 / 18. 50-G-002 (2), doc 205 / 19. 50-G-001 (2), doc 221 / 20. 50-G-002 (2), doc 155 / 21. 50-G-002 (2), doc 158 / 22. 50-G-002 (2), doc 160 / 23. 50-G-002 (2), doc 163 / 24. 50-G-002 (2), doc 152 / 25. 50-G-002 (2), doc 169 / 26. 50-G-000 (5), doc 339 / 27. 50-G-002 (2), doc 177 / 28. 50-G-001 (2), doc 211 / 29. 50-G-002 (2), doc 179 / 30. 50-G-002 (2), doc 245 / 31. 50-G-002 (3), doc 266 / 32. 50-G-002 (3), doc 288 / 33. 50-G-002 (4), doc 375a / 34. 50-G-000 (5), doc 354 / 35. 50-G-002 (3), doc 326 / 36. 50-G-002 (4), doc 374a / 37. 50-G-002 (5), doc 569 / 38. 50-G-002 (8), doc 847.

Assim como no caso do semanário *O São Paulo*, privilegiou-se a exposição dos títulos que remetiam à questão dos diferentes atritos que marcaram a relação entre as duas instituições no período posterior ao ano de 1968. Na documentação como um todo, e nos jornais mais especificamente, foi a partir desse momento que esse quadro de tensão ficou definitivamente marcado.

Embora sumário, o quadro acima indica uma tendência percebida nas informações veiculadas pela chamada grande imprensa sobre catolicismo, nesse momento: prevaleciam as idéias difundidas particularmente pelo regime militar, sobre o que entendia ser a comunização do meio católico⁵⁹. Considerando que, como observado no capítulo anterior, as informações veiculadas pela imprensa eram tomadas como peças importantes nos processos investigativos instaurados, tanto como fonte de dados como provas para formular acusações dentro de um inquérito, essa postura não pode ser desprezada.

É importante destacar também que esses poucos títulos permitem vislumbrar a existência da tensão entre Estado/Igreja Católica. Se por um lado fica evidente acusação de subversão lançada sobre setores católicos, inclusive membros de sua hierarquia, de outro, prevalece por parte da Igreja as denúncias contra a violência e arbitrariedade do regime militar, principalmente quando atingiam os integrantes do clero. Após a decretação do AI-5, o questionamento à forma com que ocorriam as prisões, às expulsões e às torturas, serviu como fator agregador nas fileiras do catolicismo nacional.

Tome-se como exemplo disso a notícia veiculada pelo jornal *Tribuna do Rio*, de 24 de fevereiro de 1969, cujo título era *Igreja Pede a Costa reformas estruturais*. Dois meses após o Ato Institucional que oficializou a violência com instrumento de governo, a cúpula católica já expressava uma postura mais homogênea, no mínimo, de receio quanto aos rumos tomados pelo governo militar. Nesse sentido, segundo o jornal, em mensagem ao presidente Costa e Silva assinadas por todos os cardeais e bispos brasileiros, era lembrado ao mesmo a grande responsabilidade em ter nas mãos todos os poderes, como então ocorria.

---

⁵⁹ Sobre a postura da imprensa nesse momento, ver: AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*.

O texto informava também que, como primeira reunião realizada após “o agravamento da situação nacional”, após a decretação do AI-5, a CNBB julgava-se na obrigação de divulgar seu “pensamento e suas preocupações.” Embora a própria existência da nota fosse um sinal de reservas por parte da Igreja quanto aos acontecimentos que da política nacional, usava-se ainda um tom conciliador.

Somos, os signatários, cidadãos desta Pátria que muito amamos. Movem-nos, não motivos políticos partidários, mas o bem comum e, como pastores, a responsabilidade de missão da Igreja, que também de serviço, de solidariedade e comunhão com os sofrimentos e as aspirações de nossos concidadãos, além de desejar estimular o progresso dessa nação⁶⁰.

Após o início do total recrudescimento por parte do governo, vivia-se já um quadro nacional de grande tensão. Destacando o papel sempre presente que a Igreja teve na história do Brasil, os bispos diziam que não poderiam faltar num momento em que a sociedade buscava a verdade e a justiça. E com base na doutrina social cristã, colocavam-se a serviço e dispostos a colaborar com o processo de mudança que deveria ocorrer na sociedade, tal como próprio governo reconhecia. Sobre isso, de forma sutil, chamavam a atenção das autoridades militares para tal responsabilidade, uma vez que detinham todos os poderes.

Reforma que não significa subversão da ordem, mas mudanças de estruturas arcaicas, flagrantes empecilho ao desenvolvimento. Reformas que, em absoluto, não aceitam postulados marxistas ou comunistas, mas que não podem, por outro lado, visar a defesa e a melhoria accidental de um status quo, no qual o lucro é o valor supremo do progresso econômico, a concorrência é a lei única da economia, a propriedade privada dos bens de produção é o direito absoluto. Não é a partir de uma concepção materialista da vida – em que o fator eficiência, a economia, a produção, a técnica situam-se no centro, mas a partir do homem, que consideramos autêntico o desenvolvimento⁶¹.

Por se tratar de uma nota oficial, estavam apontados nela a necessidade e os limites com que a hierarquia concebia tais transformações. Falava a um só tempo ao governo e à oposição. Embora setores católicos mais próximos à base fossem mais

---

⁶⁰ Pasta 50-G-001 (2), documento 141.

⁶¹ Pasta 50-G-001 (2), documento 141.

radicais em suas posturas, é significativo observar essa abertura da hierarquia ao social, sua manifestação acerca da necessidade de mudanças. E, o mais importante, ela se dava em nome de um desenvolvimento integral do homem, julgado então em risco pela própria especificidade do sistema econômico, que privilegiaria o material e não o humano. Nesse quesito, é bom que se diga que também estava exposta ali a aversão ao comunismo, entendido ele mesmo como sistema materialista.

Com isso, as ressalvas parecem também querer afastar qualquer má interpretação das reivindicações feitas. As mudanças eram defendidas com base nas exigências e nos valores cristãos de justiça, centrados na realização do homem. Entretanto, ao final, após fazer restrições às interpretações que estavam sendo dadas a expressões como “subversão”, “socialização”, “democracia”, “conscientização”, “segurança” e “desenvolvimento”, os bispos reafirmavam seu apelo:

Mesmo ardente desejo, traduzido com apelo a todos os homens de boa vontade, principalmente aos atuais responsáveis pelos destinos da Nação, e que se leve a termo, e quanto antes possível, a redemocratização do regime; é cumprimento e dever pastoral de lembrar que aqueles que detêm nas mãos todo o poder de decisão assumem, perante Deus e perante a História, imensa responsabilidade. Exortamos, na caridade de Cristo, Clero e Fiéis, inclusive os que exercem função pública, a crescente e generosa fidelidade ao Evangelho e ao Magistério da Santa Igreja, em especial ao Santo Padre Paulo VI, a quem nos sentimos firmes e impetuosamente unidos. Esperamos de todos perseverança apostólica e uma ação eficaz norteada e inspirada pelo respeito e pelo amor a nossa Pátria⁶².

Diante das circunstâncias, a rápida manifestação da hierarquia pode ser entendida com sinal de atenção aos rumos e aos desdobramentos da radicalização política e social que ocorria por parte do governo e da oposição. Pondo-se ainda como mediadora, esse setor católico recomendava a ambos os lados que era preciso buscar o entendimento, embora, neste momento, o uso da violência e a falta de diálogo já impelíssem boa parte do catolicismo nacional para a oposição. Mesmo assim, a nota já apontava os limites sob os quais esse diálogo poderia ocorrer.

Esse texto, presente em um recorte de jornal, serve para ilustrar as sutilezas que então envolveram as contradições entre Estado/Igreja. Contradições que foram

---

⁶² Pasta 50-G-001 (2), documento 141.

evoluindo e se avolumando no decorrer do tempo, fazendo com que as posturas sociais e políticas, antes defendidas por uma minoria, ganhasse espaço e expressão dentro e fora da Igreja. E embora não tenha se tornada unanimidade, nem na base e nem na cúpula católica, o novo posicionamento tinha no questionamento às estruturas econômicas um de seus elementos agregadores – a o que, como se tentou mostrar neste trabalho, teria também marcado a oposição ao Estado que se desenvolvia.

. *Boletins / Pequenos Livros/ Panfletos / Folhetos e Boletim Informativo Ecclesia*

Embora diverso em sua composição, esse conjunto corresponde de forma imediata àquela percepção que vem sendo apontada, a saber, a recolha mais acentuada pela polícia política de material produzido diretamente no meio católico. Em outras palavras, este conjunto guardaria uma especificidade com relação ao material da grande imprensa: eles permitem um *olhar* mais aproximado do setor social investigado.

Boletins, folhetos e panfletos contendo informes paroquiais ou destinados a celebrações religiosas, ordinárias e extraordinárias, assim como pequenos livros produzidos por padres ou comunidades religiosas, corroboram essa percepção. Os relatórios que normalmente apresentam esse tipo de material, quase sempre recolhido durante missas ou incursões em determinadas paróquias, trazem apreciações como: “a celebração guardou sentido estritamente religioso”, ou “em determinado momento foi feita menção ao contexto político”.

Essa compreensão é ainda reforçada pelo arquivamento sistemático do *Boletim Informativo Ecclesia*. Criado em 1970 pela Arquidiocese de São Paulo, esse boletim trazia semanalmente uma espécie de resumo das atividades e diretrizes pastorais presentes na Igreja local, nacional e internacional. As marcações verificadas em seu conteúdo revelam a busca metódica por informações que apresentassem as percepções e os rumos seguidos pelo catolicismo, especialmente no que se referia às políticas governamentais implementadas pelo regime militar.

Tendo em vista o volume e a riqueza de informações desse material, e no intuito de preservar as especificidades históricas que marcaram o surgimento de tal instrumento de comunicação católico no início dos anos de 1970, ele foi apresentado em um tópico à parte, no final do trabalho.

Por ora, mais uma vez, com relação a estes tipos documentais encontrados, importa registrar a percepção geral de que eles indicariam uma tentativa dos órgãos de segurança possuir uma informação mais precisa do posicionamento político-religioso do catolicismo nacional. E, em dado momento, especialmente de sua hierarquia.

III. Dossiês: a atuação do catolicismo nacional

Como exposto acima, há algumas centenas de registros referentes aos primeiros onze anos do regime militar na documentação examinada. Números que, em alguma medida, representam também a fragmentação desse conjunto documental. Como componente marcante, essa compartimentação se estende da composição física ao conteúdo que carrega.

Enquanto alguns registros são pequenas peças investigativas, limitadas no tempo e nos assuntos que apresentam, outros são volumosos, diversificados e extensos. Ambos, contudo, registram os diferentes assuntos investigados, formando um conjunto que revela intenções e perspectivas de ambos os lados da tensão. Encerram, enfim, a um só tempo, sentidos da prática policial e de setores católicos então atingidos.

Em função dessa característica e da especificidade desta pesquisa, foi necessário fazer um grande recorte temático. Dessa forma, em complemento à apresentação tipológica e na tentativa de expor os sentidos sinalizados no tópico anterior, organizou-se uma apresentação de maneira a ressaltar alguns elementos percebidos como significativos da relação entre Estado/Igreja no período de 1964 a 1974. Em outras palavras, por meio de indícios compreendidos como recorrentes nos registros policiais, buscou-se retratar minimamente, de um lado, a repressão instituída pelo governo militar e, do outro, o comportamento católico identificado com as concepções do chamado cristianismo de libertação que o teria provocado. Ao final, na tentativa de representar os sentidos gerais apreendidos no exame realizado, foi estruturada uma exposição temática.

Das investigações realizadas pela polícia política paulista presentes na documentação das pastas G, priorizou-se as referentes ao envolvimento de setores católicos com movimento operário e estudantil, destacando desse universo alguns aspectos entendidos como constituintes das contradições entre Estado/Igreja.

Sobre os diferentes ângulos possíveis de serem abordados para se pensar a relação entre Estado/Igreja Católica nesse material, o envolvimento com a mobilização operária e estudantil é marcante, tanto pelo volume documental a eles alusivos quanto pelas apreciações que possibilitam. No que se referem ao catolicismo nacional, ambos permitem entrever o processo pelo qual a reflexão e a prática de alguns setores se voltaram para os problemas da realidade política e social, dando origem a uma forte tensão com os poderes governamentais constituídos.

1. DOPS: a relação entre católicos e operários sob suspeita

Em 1964, como anotado anteriormente, por meio de nota oficial da instituição, a Igreja Católica manifestou seu apoio ao governo militar, sendo que religiosos e leigos católicos contribuíram diretamente para a deposição do presidente Goulart. Contudo, essa postura não era unânime dentro do catolicismo, nem mesmo dentro da hierarquia católica, que emitiu a nota.

Como sinal das contradições que cercavam esse momento da relação entre as duas instituições, pode-se mencionar o fato de ser o primeiro registro encontrado referente a um bispo católico e seu envolvimento com o movimento trabalhista. E, tendo em vista a reflexão proposta neste trabalho e a documentação considerada, isso é ainda mais simbólico por ser também essa a única ocorrência percebida no ano de 1964.

Umas das possíveis explicações para isso pode estar no fato de o regime militar ter inicialmente promovido uma forte repressão sobre o setor operário, buscando desestruturá-lo e arrefecer as pretensões reivindicatórias. Deste modo, ao se deparar com a presença católica nesse meio, a coerção acabou por revelá-la e, considerando o universo documental em apreciação, por distingui-la.

O pequeno informe em questão, de 29 de julho de 1964, refere-se a Dom Jorge Marcos, bispo de Santo André. Nele já estava configurada uma das maiores preocupações do regime militar: a união entre setores da Igreja Católica e movimentos políticos e sociais para destituir o novo governo.

Levamos ao conhecimento dessa chefia que, segundo informações reservadas, o Bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira,

está patrocinando um movimento de padres (católicos) do ABC, os quais vêm reunindo com os comunistas locais, em vários bairros, objetivando a ampliação da “Frente Única”, que visa derrubada do governo Castelo Branco⁶³.

Corroborando as observações que registraram a ocorrência de reuniões entre religiosos, leigos e comunistas – estes últimos aludidos quase sempre como se formassem um tipo específico de indivíduos –, a referência ao comportamento passado dos investigados surgia como determinante na condenação das pessoas. Dom Jorge Marcos era então acusado de associação com o governo Goulart, quando teria estado “incumbido de organizar a esquerda dos católicos, tendo a ajudá-lo, nesse sentido, os Srs. Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio”. Após o golpe, essa movimentação do clero na região do ABC passou a ser entendida como parte das ações dos chamados “descontentes”, especialmente de grupos ou indivíduos ligados ao governo anterior⁶⁴.

Essa estrutura documental, em que dados buscados nos arquivos da polícia ou fornecidos por informantes relacionavam indivíduos ou grupos ao governo passado, passou a ser uma constante. Tal referência surgia associada diretamente à desordem e ao comunismo, daí já estar subentendida a condenação.

No que se refere ao movimento operário, forte nessa região industrial de São Paulo, sua mobilização era crescente antes do golpe militar. Impulsionado pela alta inflação, pelo desemprego e pela falta de garantias trabalhistas, seus protestos, sobretudo as greves, assustaram e serviram também de pretexto na mobilização que derrubou o governo Goulart.

Uma vez no poder, os militares buscaram controlar esse que era um setor fundamental para o projeto administrativo a ser implantado.

Assim, a política econômica do governo militar representou para o setor operário, ao longo do regime, a contenção salarial e a repressão a toda forma de contestação pública, especialmente as greves. Já no primeiro ano do regime militar, houve o congelamento dos salários, o que ficou conhecido como arrocho salarial. Medidas legais no âmbito econômico e trabalhistas foram criadas para sustentar essa política, que teve como justificativa a contenção da inflação. Entretanto, mais que isso, as ações estavam em acordo com o modelo econômico que se desejava implementar, gerando acúmulo de

---

⁶³ Pasta 50-G-002 (1), documento 91.

⁶⁴ Pasta 50-G-002 (1), Documento 91.

capital e concentração de renda. E embora se tenha elevado substancialmente o nível da produção nacional, isso não significou a distribuição da riqueza gerada, antes, agravou-se.

Com o arrocho salarial aumentavam os lucros das empresas e os salários do pessoal que ocupava cargos de chefia e direção, enquanto diminuíam os rendimentos da grande maioria da população. Desse modo, o arrocho salarial criava condições para o surgimento de um mercado consumidor de alto poder aquisitivo, embora restrito a pequena parcela da população⁶⁵.

A política aplicada deveria facilitar a entrada de investimento estrangeiro e aumentar o acúmulo de capital interno. Se por um lado as empresas estrangeiras ganharam todo tipo de regalia para aqui se instalarem, favorecendo também a concentração de renda, paralelamente e em consequência disso, levou a um crescente empobrecimento das camadas assalariadas⁶⁶. Tanto que, já no primeiro ano do regime militar o governo instituiu o congelamento do salário.

Acompanhando essa política econômica, iniciou-se uma forte repressão aos trabalhadores, especialmente por meio de intervenções nos sindicatos e mesmo pelo uso da violência direta, nem sempre legal⁶⁷. Medidas que levaram a um arrefecimento do movimento, sobretudo nos primeiros anos. Entretanto, essa mesma falta de liberdade, mais a compressão salarial levou a um novo momento de protesto, particularmente a partir do ano de 1968⁶⁸.

Ao mesmo tempo, na medida em que o governo buscava instituir essa política repressiva, fortalecia e se estruturava uma maior aproximação entre setores católicos e o movimento operário. Tal como notado nos documentos apreendidos do movimento jocista, ainda no momento anterior ao golpe militar, essa relação com os trabalhadores

---

⁶⁵ ALMEIDA, Fernando Lopes de. *Política salarial, emprego e sindicalismo 1964/1981*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 15.

⁶⁶ Sob o processo de industrialização substitutiva ocorrida nas economias dependentes da América Latina e, especialmente do Brasil, seus limites e consequências: FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. pp. 91-107.

⁶⁷ Sobre a política econômica do governo, especialmente suas consequências para os trabalhadores: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 90-95.

⁶⁸ A política salarial, a repressão e a resistência do movimento operário no pós-64 podem ser conferidas em: ALMEIDA, Fernando Lopes de. *Política salarial, emprego e sindicalismo 1964/1981*. Para uma análise sobre essa questão na cidade de São Paulo, ver: *São Paulo, 1975. Crescimento e pobreza*. 4ª. Ed. Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

do campo e da cidade levou a uma renovação conjunta das reflexões e das propostas de ação.

Isso, que já era motivo de preocupação de setores conservadores dentro e fora da Igreja, parece ter interessado vivamente os órgãos de repressão após o golpe. O grande número de registros produzidos alusivos a esse tema o comprova. E embora sejam percebidas alternâncias na forma policial de se referir a esse envolvimento ao longo do tempo, a sua associação com o movimento comunista é permanente. Logo, constante também é a sua condenação, classificada como sendo “espúria”.

A começar pelo registro acima, esse tópico reuniu os documentos relativos a essa associação encontrados no material arquivado pelo DOPS/SP.

Especialmente após o primeiro ano do novo governo, percebe-se que várias reuniões passaram a ser observadas, sobretudo as que implicavam em mobilização pública. O que interessava inicialmente era definir o caráter ideológico do evento que se preparava, especialmente de quem os coordenava. Em função desse tipo de interesse é que foi monitorada, por exemplo, a *Campanha de Solidariedade ao Desempregado*, lançada pela Paróquia São Domingos, dos frades dominicanos, em 1965.

Possivelmente por meio da presença de um agente policial infiltrado, foi feito um longo relatório sobre várias reuniões acompanhadas em que são apresentados em detalhes os propósitos dessa mobilização. Embora a motivação para a investigação tenha sido uma “denúncia sobre a realização de reuniões políticas”, esse primeiro informe termina sem que fossem destacados fatores incriminadores, embora, pelo que deixa entender o relatório, muitos nomes tenham sido fichados⁶⁹.

Mas, esse tipo de ocorrência é raro. Na maioria dos registros encontram-se apreciações que identificam e acusam entidades e indivíduos vinculados à Igreja, como algumas ligadas à Ação Católica, como sendo vanguarda da subversão dentro e fora da instituição. De maneira geral, o material examinado sugere que o regime militar foi encontrando no catolicismo um ator social a ser observado e, com o tempo, a ser reprimido.

Inicialmente, as investigações apontavam como sendo perigosos comportamentos setoriais dentro da Igreja, em que religiosos e entidades eram vistos como canais

---

⁶⁹ Pasta 50-G-002 (1), documentos 94 / 95. Mais a frente, outros registros referentes a essa campanha serão retomados.

eficazes de implantação do comunismo no país. Essa constatação aparece particularmente como sendo temerária, primeiro, pela dimensão que a instituição católica tinha no país, depois, em função de ser a população brasileira marcada pela ignorância e pela carência de proteção. Daí aparecer nos registros também o caráter protetor que o próprio regime reclamava para si.

Esse é o tom encontrado num documento sobre a Ação Católica Rural. Esse material, curiosamente, embora possua em anexo jornal produzido pelo grupo investigado, não possui procedência ou data impressa no próprio texto. As únicas identificações são os distintivos do DOPS/SP presentes no papel e o carimbo do setor de arquivo do mesmo, com data de 1967. No que diz respeito ao material pesquisado, vale dizer que essa não é uma situação propriamente comum e que também não chega prejudicar a análise, já que os sentidos são bastante evidentes, dado o conjunto documental.

Quanto à Ação Católica Rural, juntamente com a Ação Popular, AP, a atuação desse grupo era apontada pelo informe como sendo “ponta-de-lança da subversão católica. Apoiada, sustentada, orientada e defendida por certos padres, que formam a linha eficaz do comunismo”⁷⁰.

De acordo com o texto, esse grupo de Ação Católica estava presente principalmente no meio rural, e atuava

[...] catequizando falsos direitos dos colonos, explorando a sua boa fé, tendo em vista ser a maioria analfabeta; revolta contra o governo e às outras classes dominantes; e aponta como solução a revolução.

Esses padres omitem o ensino religioso porque senão os que são “protestantes”, não comparecem às suas reuniões. Atraem todos os colonos com a finalidade alfabetizá-los. Arregimentam grupos especializados na politização, pois esses com a técnica que lhes é peculiar, doutrina facilmente aqueles ignorantes.

No Brasil, no momento, esse setor está sendo desenvolvido principalmente pelos padres “Franceses”⁷¹.

Percebe-se que o julgamento feito identificava na ação a artimanha e a malícia desses padres que, além de catequizar com intenções desagregadoras, omitiriam sua

---

⁷⁰ Pasta 50-G-002 (1), documento 101.

⁷¹ Pasta 50-G-002 (1), documento 101.

condição de religiosos católicos, para arregimentar pessoas de outras denominações religiosas. Aproveitando-se da ignorância alheia, agiam então de má fé.

O documento segue relatando a estruturação desse movimento no estado de São Paulo, que seria comandado particularmente pelos padres franceses. São listados alguns nomes de religiosos e de localidades onde estariam sendo feitas pregações subversivas. Era citado então o pároco de Itapecerica da Serra, que seria, como todos os demais, “dissimulado”, não se mostrando de todo. Esse sacerdote, consta no texto: “Imprime folhetos, em geral quase inofensivos; o ‘veneno’, está nas explicações que ele dá, e que ensina aos mais capazes para ministrar”.

Seguindo no texto, pela menção feita em um breve trecho, mais uma vez, é possível perceber a compreensão e a condenação policial acerca das circunstâncias políticas vividas antes da tomada do poder pelos militares. Ao se referir a uma chácara na localidade de Embu-Guaçu, informava o texto que: “Na época da subversão oficializada o grupo Paulo de Tarso também se reunia lá”⁷².

Nesse sentido, e ainda pelas menções feitas, vale anotar que a reprovação ganhava distinção quando envolvia religiosos estrangeiros. O registro deu grande destaque à presença e à ação dos padres franceses no estado e na capital, especialmente o da Paróquia Nossa Senhora dos Pobres, no Butantã. Nela, por exemplo, atuava o padre operário Pierre Joseph Wauthier, que, como se verá mais à frente, seria preso e expulso do país em 1968, marcando um dos momentos mais tensos da relação entre Estado e Igreja Católica. Importa aqui apenas registrar que esse monitoramento foi de longa data.

Completando essa documentação, há em anexo os jornais *Nosso Jornal* e *O Seu Jornal*, produzidos pela Ação Católica Rural. Esse material e textos usados em cursos de educação dos trabalhadores traziam reflexões sobre: a vida social no meio rural e na periferia das cidades; a importância e constituição de cooperativas; a constituição de organizações sociais para manifestar os problemas dos bairros; a valorização do produtor rural e de seu trabalho para o país; e denunciavam o controle do Estado pelos capitalistas, a existência dos latifúndios, que existiriam para fornecer produtos para o exterior, prejudicando o país e particularmente a vida do trabalhador rural etc.

---

⁷² Embora não seja possível distinguir por este documento quem é o Paulo de Tarso referido, o contexto faz pensar que se trata do ex-ministro de Educação do governo de João Goulart, Paulo de Tarso Santos, que era ligado ao Partido Democrata Cristão.

Foram reunidos também textos avulsos com temas sobre a economia nacional e mundial, possivelmente recolhidos em diferentes incursões investigativas. Tudo indica que tais textos eram usados pela Ação Católica Rural em cursos realizados junto aos grupos de bairros e zonas rurais. Seu conteúdo deixa entrever o caráter das reflexões propostas pelo grupo, o que teria despertado a suspeita e a conseqüente repressão por parte dos órgãos de segurança do Estado.

Por exemplo, no texto intitulado “A indústria no Brasil” encontra-se uma análise das condições de vida nos países subdesenvolvidos, inclusive no Brasil. Nele são expostos os motivos e os caminhos para que fosse superada tal condição.

O texto começava afirmando que, juntamente com um setor agrário forte, um país, para ser moderno, deveria ter também uma indústria capaz de beneficiar os produtos agrícolas produzidos. Nesse caso, pensando a realidade nacional, o estado de São Paulo era citado como exemplo por ter conseguido articular o setor agrícola e o industrial. Pelo menos em termos relativos, nele já se perceberia o progresso e o bem-estar desejado para a população. De acordo com a reflexão: “O próprio estado de São Paulo cresce na medida em que usa mão-de-obra barata vinda de estados não industrializados do Nordeste e outras regiões e vende esses produtos às demais regiões”.

Proporcionalmente, o texto denunciava que era isso o que ocorria com relação à economia entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Esse era o motivo pelo qual os países desenvolvidos buscavam barrar o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Aqueles, de acordo com o texto, desejavam consumir a matéria-prima dos países subdesenvolvidos e a eles mesmos vender seus produtos industrializados. Entretanto, anotava: “Quando viram, porém, que já não era possível impedir que as outras nações fizessem sua industrialização, então, entraram nelas com suas filiais. Assim em quase todos os países subdesenvolvidos temos filiais da General Eletric, da Esso, da Gillette, etc...”⁷³.

Assim sendo, para um país ter progresso, era preciso que sua indústria se desenvolvesse. O que valeria também para o Brasil, que: “[...] se quiser ser uma nação livre, precisa ter suas indústrias livres para que seu desenvolvimento seja, não para enriquecer nações estrangeiras ou seu pequeno número de capitalistas nacionais, mas sim para o bem-estar de todo o povo”.

---

⁷³ Pasta 50-G-002 (1), documento 101.

Essa recriminação ao capitalismo permeava as demais páginas do texto. Nele, numa análise próxima à leitura histórica marxista, fazia-se uma longa digressão histórica sobre o surgimento de tal sistema econômico. A luta de classe era então apontada como resultando dessa organização em que uns detinham o capital e outros “nada além da força de trabalho”.

O documento, sem nenhuma causa aparente, não está completo, impedindo que fossem extraídos outros possíveis sentidos, que também teriam contribuído para sua apreensão.

Entretanto, do que já foi exposto, é possível perceber a crítica à forma como estava estruturada economicamente a sociedade, baseada no sistema capitalista. Esse era apontado como causa da existência do subdesenvolvimento de diferentes nações, o que tirava dos seus habitantes uma vida digna. Além dessa denúncia e em função dela, outra mensagem parecia particularmente forte: os trabalhadores deveriam se unir na luta para que fossem reconhecidos seus direitos e sua dignidade⁷⁴.

Para os órgãos de segurança, como assinalado na primeira parte do documento, toda essa mobilização resultava da infiltração comunista nas fileiras católicas, especialmente por agentes estrangeiros – um dos motivos que explicam a grande perseguição aos padres estrangeiros. Contra essa influência perniciosa e dissimulada, caberia ao governo a proteção de toda uma população sem condições de fazê-lo por conta própria. Nesse caso, como exposto no início deste trabalho, tal sentido, entre outras coisas, remete às reflexões propostas por Henrique Samet acerca da brasilidade excludente. Como assinalou o autor, uma elite brasileira atribuía a si mesma o papel de guia e proteção da maioria despreparada do país, o que justificaria muitas de suas ações.

Tal como no caso acima, a reunião de diferentes registros sobre determinados temas, indivíduos ou grupos de religiosos e de leigos podia formar grandes blocos documentais. Resultavam, às vezes, de procedimentos investigativos de longa data, que podiam estar distribuídos por diferentes pastas e dossiês, ou seqüenciados dentro de um determinado conjunto documental.

Pela dimensão e, principalmente, pelos sentidos marcados pela própria polícia, merecem destaque os registros referentes aos frades da Ordem de São Domingos. Os documentos referentes à atuação dos frades dominicanos radicados em São Paulo,

---

⁷⁴ Pasta 50-G-002 (1), documento 101.

especialmente juntos à igreja de São Domingos, na Rua Caiubi, em Perdizes, formam um dos primeiros e principais blocos de registros referentes ao catolicismo no período posterior ao golpe militar. Nesse caso, percebe-se que eram observados tanto comportamentos individuais de membros da Ordem, como os da comunidade leiga que se reunia em torno desses frades⁷⁵.

Como mencionado, autores como Michael Löwy, Scott Mainwaring, Pablo Richard, entre outros, apontam a atuação de membros da Ordem de São Domingos como das mais significativas no processo de inserção social e luta política dentre a comunidade católica nacional.

A grande quantidade de registros referentes a essa comunidade religiosa revela que a atuação de seus membros foi alvo de grande atenção por parte do DOPS/SP. Pela documentação observada, tal presença vinha sendo acompanhada desde a década de 1950 – o que, de certa forma, indica um acompanhamento do processo de reflexão e radicalização vivenciado por alguns frades dominicanos e como também por alguns setores católicos a eles associados, direta ou indiretamente. Mas, o maior número de referências é encontrado no período do regime militar. Por sua vez, os registros quase sempre assinalam o envolvimento dos dominicanos com diferentes setores da sociedade, particularmente como o operário e o estudantil, então vistos com muita desconfiança pelos órgãos de repressão.

A constância dessas observações feitas sobre os dominicanos, assim como sobre determinados grupos ligados à Igreja, como os de Ação Católica, levou a que fossem apresentados nos relatórios da polícia como sendo eles mesmos os portadores e divulgadores do ideário comunista. Eles não seriam “inocentes úteis”, como se costumava referir aos jovens opositores do regime. E os dominicanos são particularmente acusados desse delito.

Entre os nomes de religiosos que mais aparecem nos registros, está o de frei Francisco de Araújo, frei Chico. Pelas mobilizações públicas que promoveu em nome

---

⁷⁵ A Ordem dos Pregadores, mais conhecida como Ordem dos Dominicanos surgiu no século XIII, sob o papado de Inocêncio III. Sua origem está ligada diretamente à campanha de Roma em combater movimentos de heresia que então existiam na Espanha e no sul da França. “Embora hábeis em dialética teológica, eles também viviam a existência dos pobres, esmolando o pão que comiam e tão maltrapilhos quanto os apóstolos albigeneses”. A Ordem dos Frades Pregadores foi instituída oficialmente em 1216; em: DUFFY, Eamon. *Santos & Pecadores*. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo; São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda., 1998; pp. 112-115; sobre a presença dos Dominicanos na América Latina: *História liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. Enrique Dussel Organizador; [Trad. Rezende Costa]. São Paulo: Edições Paulinas, 1992; p.633.

da paz, como participante na *Semana da Liberdade*, de 1966, como idealizador do *Movimento pela Paz* e como conferencistas sobre o tema da *Justiça e Paz na Populorum Progressio*, em 1967. Por essa atividade social e pelas pregações políticas contra o regime militar, proferidas na igreja de Perdizes, o frade tornou-se um dos grandes alvos das investigações policiais. Conforme mostra um levantamento feito pela polícia em abril de 1968, seus passos foram acompanhados constantemente, dentro e fora da cidade de São Paulo⁷⁶.

É importante reafirmar que esta postura, assim como a de toda a chamada ala progressista católica, gerou contradições desde o princípio, dentro e fora da Igreja. Vale destacar aqui as controvérsias registradas pela polícia política acerca do *Movimento pela Paz*, lançado por frei Chico, em 11 de junho de 1967. Tendo a promoção da paz mundial como mote, a proposta ganhou grande repercussão no país e contou com várias adesões, e também com muita oposição.

Um sinal de que era controvertida essa participação de setores da Igreja no debate político e social pode ser verificado na simples, mas simbólica, reticência que o cardeal Agnelo Rossi impôs a esse Movimento organizado pelo frade dominicano. Consta em documento recolhido pela polícia que o prelado teria solicitado que a palavra “greve”, usada no chamamento “greve pela paz”, fosse substituído por “silêncio”⁷⁷. Por outro lado, informa o registro, grupos internos à própria Igreja, como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP, teriam criticado o uso de ambas as palavras por comportarem um sentido perturbador e agitador da atmosfera, sendo por isso mesmo entendidas como contrárias à paz⁷⁸.

Ainda aqui, tal como percebido na documentação examinada no período anterior ao golpe militar, fica assinalada uma disposição de parte da Igreja que muito se aproxima das compreensões políticas, sociais e mesmo religiosas então defendidas pelo governo. Compreensões que sustentavam e impulsionavam a repressão praticada pelos órgãos de segurança do Estado. Tanto que, a proposta de realizar uma greve de vinte e

---

⁷⁶ Pasta 30-G-000 (1), documentos 9. Entre os dominicanos estudados durante o mestrado, frei Chico foi relacionado entre os que tiveram contato direto com o grupo que se envolveu com a resistência armada proposta pela Ação Libertadora Nacional, a ALN, de Carlos Marighella. Em entrevista com frei Betto, o frade era lembrado pelas fortes críticas que fazia ao regime militar em sermões na igreja de Perdizes.

⁷⁷ Pasta 50-G-001 (2), documento 158.

⁷⁸ Fundada por Plínio Corrêa de Oliveira em 1960, esse movimento católico conservador é marcado pelo seu apego aos símbolos católicos, pelo conservadorismo e pelo forte anticomunismo, traço que recorre nos registros encontrados na documentação do DOPS. Sobre esse movimento, conferir: TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil (A Igreja e a sociedade Brasileira)*. p. 225.

quatro horas pela paz mundial, levou frei Chico a ser preso pela Polícia Federal, em agosto de 1967. Ele, que era prior do convento de São Paulo, recebeu então o apoio de seus irmãos de hábito, que fizeram passeata em frente ao DOPS e ao quartel da 7ª Companhia de Guardas da Polícia Militar por sua libertação, ocorrida poucas horas depois⁷⁹.

Quanto aos demais documentos encontrados sobre a comunidade dominicana, eles são compostos por *Relatórios de Observação*, *Autos de Qualificação*, *Termos de Declaração*, *Panfletos*, *Folhetos*, denúncias anônimas, textos etc. Há material relacionado, por exemplo, tanto a campanhas em prol das vocações sacerdotais, quanto a pronunciamentos incisivos contra o regime militar⁸⁰.

Mas todo o material, até mesmo o mais destituído de interesse aparente, deve ser compreendido dentro da lógica de acumulação de informação seguida pelo DOPS. No caso, reflete um monitoramento permanente e detalhado sobre a Ordem de São Domingos, sobretudo na cidade de São Paulo.

A começar pela mencionada *Campanha de Solidariedade ao Desempregado*, de 1965, há diferentes registros nessa documentação referente ao envolvimento dos dominicanos com a problemática operária de então, especialmente no que se referia às condições de vida dos trabalhadores.

No caso, um dos primeiros registros refere-se à realização dessa campanha religiosa liderada pela igreja de São Domingos em prol dos desempregados. Num deles consta que, no dia 8 de junho de 1965, entre 21 horas e 22h15min, ocorreu uma reunião entre religiosos e público em geral para tratarem do assunto e acertarem as ações concretas. Segundo o relato, estavam presentes cerca de 30 pessoas, sendo a maioria mulheres.

Esses dados referentes à hora e ao número de pessoas – chegando, às vezes, a citar o nome de pessoas presentes – são uma constante nos relatórios envolvendo as comunidades locais. Muitas vezes, a precisão sugere o íntimo conhecimento do meio observado por parte de quem fornece as informações.

---

⁷⁹ BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar* – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito. p. 71.

⁸⁰ Um dos primeiros documentos recolhidos no período militar tinha como título *Amigos dos Padres Dominicanos*, com data de 1965. Versa sobre a carência de vocações sacerdotais no país e continha um convite feito pela Ordem à comunidade para que contribuísse para as mesmas; Pasta 50-G-000 (3), documento 216.

Anota o informante que uma senhora da comunidade foi quem presidiu o encontro. Essa senhora teria então avisado que havia uma “comissão composta, não só de padres católicos como também de rabinos e de outras religiões, com o objetivo de amparar os desempregados, não só financeiramente como com gêneros alimentícios”⁸¹. Apenas para mencionar, esse dado apresenta uma característica que então ganhava espaço nos meios católicos: o ecumenismo. Tanto nessas questões pontuais, como na própria oposição ao regime militar, especialmente após 1970, a união com outras denominações religiosas se constituiu em uma nova linha de força.

O informante conta ainda que, em função dessas atividades, as Igrejas, por meio de seus sacerdotes e durante os sermões, estavam convocando os fiéis para que aderissem ao movimento. Contudo, teria dito a senhora que, em função dessa mobilização, já estavam sendo “taxados de comunistas”.

Entranhado que estava na sociedade, o anticomunismo parece aqui se voltar contra a própria ação social de membros da Igreja, mesmo que o objetivo fosse alegadamente de solidariedade. Isso talvez explique o lamento da senhora, que teria achado “fraca a campanha porque haviam se inscrito na paróquia São Domingos – líder do movimento – cerca de 100 pessoas e apenas 3 compareceram às reuniões”⁸².

Quanto às perspectivas da polícia política, além da busca por reconhecer as disposições que animavam esse tipo de associação pública, eventos como esse serviam para recolher nomes e, por meio do cruzamento de informações, traçarem os perfis a serem observados. Diferentes nomes citados nesse registro foram, depois, alvos de perseguição, como o padre Emile Dion, como se verá mais à frente.

Seguem a esse documento vários outros referentes às atividades de religiosos e leigos ligados à comunidade dominicana, sendo que quatro aparecem em sequência direta. Essa disposição, especialmente pelo uso de agentes ou informantes infiltrados, sinaliza a busca por uma observação direta, mais próxima, como mencionado. O que, de acordo com os documentos examinados, parece ter se tornado uma constante após 1964.

Essa sequência de registros se encontra na pasta 50-G-000 (3). Os relatórios com número remissivo 220, 221, 222, 223, 224 e 225 versam sobre um evento promovido pelos frades dominicanos no mês de novembro de 1966. No mês seguinte à eleição do General Costa e Silva para presidente da República e depois de decretado o recesso do

---

⁸¹ Pasta 50-G-000 (3), documento 213.

⁸² Pasta 50-G-000 (3), documento 213.

Congresso Nacional, ainda pelo governo Castelo Branco, o evento promovido pelos dominicanos se intitulava, provocativamente, *Semana da Liberdade*. Aberto ao público, a proposta era discutir as várias dimensões da liberdade humana numa série de reuniões⁸³.

Em alguma medida, a proposta do tema e a realização do evento nas dependências da Igreja de São Domingos, em Perdizes, trazem à tona a contestação ao governo militar. Como ocorreu no terceiro ano do regime militar, quando este dava sinais de que se fecharia ainda mais e que a liberdade era tolhida em suas diferentes configurações, pode-se entender a promoção desse evento como uma demonstração significativa da disposição política e social dos frades e dos muitos participantes que lá se reuniram.

Além disso, a forma como os assuntos foram abordados permite essa percepção.

Por serem documentos que se complementam, por estarem em bom estado de conservação e, acima de tudo, por apresentarem, de certa forma, uma perspectiva crítica de setores da Igreja à forma de governo implementada pelos militares, optou-se por retratá-los um a um. Com isso também se tem a possibilidade de apreender as formas investigativas praticadas pelos agentes do DOPS/SP.

Cabe alertar que a ligação com o movimento operário surge nessa documentação mesclada a outros temas, como a própria questão da liberdade de manifestação, a dignidade humana e crítica à economia capitalista.

O primeiro documento é de 07 de novembro de 1966 e relata a conferência pronunciada pelo padre Olintho Pegoraro, no salão do convento dos dominicanos, subordinada ao tema: *A dimensão da liberdade no mundo moderno*.

O informante começa relatando que o salão estava “literalmente lotado”, em sua maioria, por jovens estudantes⁸⁴. O orador teria então falado sobre a capacidade da mente humana em guiar a outros, ou a si própria para o caminho que se desejar: “para o bem, para o mal, para o trabalho para a sociedade, para o capitalismo, para o comunismo, para a democracia ou para a ditadura”.

Teria tecido críticas à Constituição Brasileira, que julgava estar atrasada, não atendendo às necessidades do momento em que se vivia. E, dando mostras de que havia

---

⁸³ A eleição de Costa e Silva ocorreu a 03 de outubro e o fechamento do Congresso Nacional, no dia 20 do mesmo mês; sobre crise que antecedeu a esse momento, conferir: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 121-128.

⁸⁴ Pasta 50-G-000 (3), documento 225.

na promoção do evento certa disposição em criticar a falta de liberdade que se estruturava na sociedade, teria discorrido sobre a liberdade do ser humano. Estabelecendo a distinção entre a liberdade individual e a liberdade de cidadão perante a nação, por exemplo. Entre as várias formas de liberdade possíveis, teria mencionado:

A liberdade de trabalhar, de estudar, de vestir, de comer, de andar, etc., e alegando, porém, que nem sempre os que fazem tudo isso são na realidade livres.

Disse ele, então, que primeiramente, deve haver alto nível cultural em um país, a fim de que ele possa dar liberdade a ele mesmo, isto é, a seu povo, pois não se justifica que homens ocupem cargos políticos com a única finalidade de estudar problemas pessoais ou de amigos ou de parentes.

Que, a verdadeira liberdade humana – segundo o orador – e em geral de um povo estaria nas mãos de homens elaboradores de planos, estudados previamente, a fim de ser verificado o que realmente deseja a mente de um povo, para enfim, realizar e indo de encontro, de forma geral, aos ideais dos seres que ocupam determinado país⁸⁵.

Tudo indica ter sido essa a conferência de abertura da *Semana da liberdade*. Já de início a fala do orador, segundo o informe, deixa entrever o espírito com que o evento foi feito. Disposição que aparece já na idéia de liberdade, na crítica à Constituição desatualizada e na referência a um governo que deveria tomar decisões que correspondessem ao desejo de sua nação.

Essa disposição crítica foi demonstrada de diferentes formas pelos oradores ao abordarem seus respectivos temas.

A palestra do dia 8 de novembro, a segunda da série, que versava sobre *A Dimensão da Liberdade Psicológica*, segundo o relatório, parece não ter chamado muito atenção do público, a começar pelo número de participantes, que foi menor que o do dia anterior. A conferência foi dedicada ao estatuto moral do homem, uma dimensão significativa da liberdade, tendo em vista a proposta do evento. Entretanto, não estava relacionada diretamente à política ou à economia, fatores que pareciam então chamar mais a atenção do público, como também dos informantes da polícia⁸⁶.

É o que se verifica no documento seguinte, de 10 de novembro, cuja fala foi sobre *A dimensão da Liberdade Política*. Os trabalhos ficaram a cargo do professor Duarte

---

⁸⁵ Pasta 50-G-000 (3), documento 225.

⁸⁶ Pasta 50-G-000 (3), documento 224.

Pacheco, da faculdade católica, onde seria responsável pela cadeira de Cultura Brasileira.

Após os breves relatos sobre o público, o informante registrava:

O conferencista iniciou sua palestra com a seguinte frase: “É POSSÍVEL ENGANAR ALGUÉM, DURANTE ALGUM TEMPO, PORÉM, NÃO É POSSÍVEL ENGANAR A TODOS, POR LONGO TEMPO”. (Abrahão Lincoln).

Prosseguiu falando que o homem não é livre, porém, libertado, e que a classe humana é uma só, deixando bem claro que o homem, economicamente livre, não o é, ao mesmo tempo, livre politicamente, e que, uma das coisas mais difíceis é exatamente encontrar o momento oportuno para se dizer a verdade, pois o problema da Democracia é muito complexo, e vem sendo discutido desde as mais remotas eras. Sua palestra levou os ouvintes até os tempos de Roma Antiga, assim como para a Grécia, dizendo que nessa época, a Democracia existia apenas para as camadas altas, sendo, para o povo, uma ilusão. [...]

Em continuação, alegou que a Democracia, já em nossa época, sofreu sua primeira grande crise, com a 1ª. Grande Guerra Mundial, pois dela apareceram os países subdesenvolvidos, e que, infelizmente, o nosso se encontra entre eles. Depois, quando se “formava” novamente a democracia em nossa era, formava-se também o capitalismo, em seguida, surgiu o capitalismo monopolista, que desdobrou de tal forma, abrangendo o mundo todo, surgindo assim, o proletariado, a seguir, surgiu o capitalismo monopolista e imperialista.

A segunda crise que sofreu a democracia foi na 2ª Guerra Mundial, pois daí apareceu o Socialismo, ligado ao Capitalismo, e o que tem acontecido, é que, em vez de haver a preservação do capitalismo, começou a haver a introdução quase que apenas da elite e do militarismo.

A seguir, o orador passou a comentar sobre a política dos Estados Unidos da América do Norte, da política da China e da Rússia, fazendo comparação entre elas.

Explicou que sobre a Democracia pode haver o conceito político como social, e pode ser entendida como forma de governo.

Citando uma outra frase de Abrahão Lincoln “DEMOCRACIA É O GOVERNO DO POVO, PELO POVO, PARA O POVO”, disse que, pelo menos em nosso país, esta frase foi feita de uma outra forma, qual seja, “DEMOCRACIA É O GOVERNO DO POVO, PARA OS POLÍTICOS E PARA PROVER OS INTERESSES DOS POLÍTICOS”.

Na realidade, a Democracia, segundo opinião do orador, seria o governo com o consentimento da maioria, e com o respeito à minoria, porém, está havendo justamente o contrário: é o consentimento de uma minoria e sem o respeito à maioria.

Para uma demonstração de que a presente situação em nosso país está falsamente elaborada, abriu a Constituição e leu um trecho que dizia

mais ou menos assim: “todos tem direito a reuniões, a concentrações, a eleições, etc”. A seguir, aconselhou a todos, a verificar o que traz o artigo 141 de nossa Constituição que, entre muitas coisas diz: “que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa; que ninguém poderia ser privado de seus direitos; que ninguém pode ser preso arbitrariamente, etc...”. Prosseguiu dizendo que todos deveriam ficar atentos e não esquecer que Democracia é uma coisa e Liberalismo é outra muito diferente, e que a essência da Democracia, por conseguinte, seria a participação de todos na vida política do país, e que o correto, em primeiro lugar, seria atuar o Poder Judiciário, depois o Legislativo e, por fim, o Executivo, o que, na realidade, não acontece, pois o que se verifica é justamente o inverso. Versou sobre esse tema durante algum tempo⁸⁷.

Até esse ponto da transcrição feita pelo informante, a crítica à falta de democracia se refere tanto ao passado quanto ao presente. Ela fica evidente quando, segundo o relatório, o professor teria colocado que a democracia seria “o governo com o consentimento da maioria, e com o respeito à minoria”, realidade que o país não vivia, pois o que se tinha era “consentimento de uma minoria e sem o respeito à maioria”. A crítica ganha dimensão, como exposto abaixo, com a idéia de que nunca houve democracia no Brasil. E embora defendesse que essa proposição deveria ser buscada, teria exposto suas dúvidas quanto a essa possibilidade, certamente se referindo à falta de liberdade implantada pelo regime militar.

Na seqüência, ainda dentro da discussão sobre democracia, o orador teria tecido considerações sobre o sistema capitalista. E como já tinha apontado antes, sua apreciação do liberalismo econômico surge desfavorável.

Disse ainda, que o Capitalismo, certa vez, foi definido da seguinte forma: “uma raposa livre, num galinheiro livre”, e isto nada mais quer dizer do que: uma raposa que tem o direito de comer as galinhas, e as galinhas que tem o direito de serem comidas.

Continuou sua palestra falando que no Brasil, desde 1930, houve mudanças em muitos aspectos, mas não na política.

Teve início uma industrialização, havendo o início de uma crise, na qual vivemos até hoje.

Por fim, disse achar engraçado o fato de todos falarem ao mesmo tempo querer uma redemocratização, porém, como pode ela ser pedida, se nunca tivemos uma verdadeira democracia? Deve haver sim, uma democratização, e a maioria deveria opinar sobre isso, mas... haveria permissão para tal?, pois nem liberdade de votos nós temos...

---

⁸⁷ Pasta 50-G-000 (3), documento 223.

Ao terminar, foi muito aplaudido, e, a seguir, houve algumas perguntas por parte dos presentes, porém, de pouco interesse.

A conferência terminou precisamente às 23:00 horas e 10 minutos precisamente, sem mais nada digno de nota⁸⁸.

O que se pode depreender da transcrição feita é que houve uma crítica contundente ao sistema político brasileiro, especialmente em sua pretensa democracia, passada e então presente. Ao propor o tema da democracia e da liberdade como valores a serem conquistados pelo povo brasileiro, fica evidente o tom da discussão.

E esse julgamento crítico se estende ao sistema capitalista, que foi retratado como sistema perverso, agindo sem barreiras e que, de certa forma, faz da maioria “galinhas que tem o direito de serem comidas”. Por sua vez, as mudanças ocorridas com a industrialização nacional não alteraram o quadro político, já apresentado como restritivo à participação de todos.

O relatório permite ainda várias especulações, algumas de cunho mais geral.

Pode-se especular, por exemplo, acerca da postura e da imagem do informante, ou informantes, já que alguns relatórios indicam a presença de mais de um. Quando se tem no texto afirmações como esta: “como nas conferências anteriores”, é possível pensar que, no caso dessas conferências, pelo menos uma mesma pessoa se fez presente em mais de um evento. Juntando a isso o fato que demonstra uma percepção sobre o público assistente, ao afirmar que a platéia estava constituída em sua maioria por “elementos da classe estudantil”, tem-se a impressão que se tratava de alguém, de certa forma, familiarizado com o meio.

Essa possível familiaridade é uma característica relativamente comum nos relatórios feitos por quem acompanhava eventos como esse. No caso específico da comunidade ligada à Igreja de São Domingos, o fato de ter havido observações por vários anos pode ajudar a entender esse traço. Alguns relatos surgem como se feitos por vizinhos da paróquia, e embora muitos correspondam aos fatos, não é possível, num primeiro momento, afirmar algo sobre a origem das informações.

Voltando ao informante presente na palestra, apenas para constar, vale mencionar a confusão no relato das idéias apresentadas na palestra. Embora isso possa ser apenas o resultado de uma imprecisão na hora de transcrever os juízos proferidos, é intrigante que

---

⁸⁸ Pasta 50-G-000 (3), documento 223.

tenha ocorrido especialmente na descrição que se fazia acerca do surgimento histórico do socialismo, um dos temas mais usados para relacionar a postura religiosa à prática subversiva. Ainda que não se possa afirmar categoricamente, tal fato pode sinalizar relativo desconhecimento do assunto que estava sendo tratado, o que remete ao despreparo de alguns agentes para avaliar as situações observadas. Mas, como observa Carlos Fico, é importante registrar que as informações produzidas, mesmo incompletas ou imprecisas, não deixavam de ser usadas, sendo filtradas pelos setores da análise e usadas pelo aparato repressivo⁸⁹.

Entretanto, o que parece importante frisar, além da crítica socioeconômica, é o fato de que o tema da democracia, especialmente da volta à democracia, já estava em pauta por esse setor social já em 1966. O fato de a paróquia estar situada em um bairro de classe média alta da sociedade paulista, de se ter uma platéia formada especialmente por jovens, que muito teria aplaudido o orador, conforme o relato, indicava uma indisposição com relação ao regime militar que levaria ainda a muitos desdobramentos.

No documento 222, datado de 11 de novembro, há a descrição da conferência sobre *A dimensão da Liberdade Econômica*, feita pelo professor Antônio Ari.

Dando mostras do interesse investigativo dos agentes policiais, este relatório aponta para a presença de mais de um informante nas reuniões, ao registrar que “segundo nossos observadores, realizou-se no dia 10/11/66, no Salão dos Padres Dominicanos, mais uma palestra [...]”. Além da temática em si, esse interesse investigativo pode ser explicado pelo fato do evento ter alcançado boa repercussão na sociedade, como fica subentendido ao registrar que “estiveram presentes cerca de 500 pessoas”, entre “estudantes, seminaristas e outros”.

Consta no relatório que o conferencista teria feito uma longa análise histórico-econômica dos fatos sociais, apresentando os diferentes fenômenos que atuaram na transformação político-econômica dos povos. O texto apresenta a forma com que foram conduzidos os trabalhos, deixando transparecer, pelo tom que usa, o que particularmente lhe era digno de nota.

A dissertação do conferencista foi feita por leitura de trabalho que trouxe preparado, e o seu conteúdo foi acentuadamente técnico.

---

⁸⁹ Sobre essa questão, ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam*. pp. 71-80; e: SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. pp. 33-34.

Somente no final da palestra, quando, referindo-se a fase de início do século XX, citou a doutrina Marxista-Leninista, fazendo inúmeras referências a Karl Marx, Frederico Engels e Lênin. Embora as suas palavras deixassem transparecer ligeira simpatia para o socialismo, o conferencista, entretanto, não fez apologia clara e objetiva, procurando situar a sua posição dentro de um socialismo cristão, que, aliás, parece ser a posição de uma facção do clero.

Terminada a palestra, cerca de 22,15 horas, embora a maioria dos presentes tivesse se retirado, passou-se aos debates, tendo sido feitas, então, inúmeras perguntas relacionadas com a conjuntura político-econômica do país.

O conferencista não escondia a sua oposição à atual política econômica do Governo Federal, mas isso foi feito com certa discrição, sem ataques contundentes às autoridades constituídas.

O ponto pitoresco dos debates se deu quando alguém formulou perguntas sobre o poderio econômico do Vaticano e a sua atitude em fazer exploração econômica através de títulos (especulação). Logo um dos seminaristas, que parecia ser o organizador, entre sorrisos, pediu que fosse encerrada a conferência, sem contudo que isso tivesse causado indignação dos presentes.

Hoje, dia 11, deverá ser encerrado o ciclo de conferências, com a palestra “O SERMÃO DA LIBERDADE ou A LUTA PELA LIBERDADE”.

A conferência teve início às 20,45 e término às 23:00 horas⁹⁰.

Este relatório, embora mantenha o mesmo formato do anterior, pelos detalhes que traz, entre outras coisas, revela um informante bastante atento aos detalhes. No que interessa diretamente a este trabalho, vale notar sua presteza em destacar a referência feita à doutrina marxista-leninista. Tendo em vista o momento político e social que se vivia, a busca por captar a “simpatia” política do palestrante pode ser apontada como uma das principais motivações dessas observações policiais. Essa preocupação e a forma como apresenta tal simpatia como sendo a de uma parte do clero, de certa forma, confirma a disposição da polícia política: “procurando situar a sua disposição dentro de um socialismo cristão, que, aliás, parece ser a posição de uma facção do clero”.

Cabe ainda registrar a oposição apontada pelo professor à política econômica dirigida pelo governo militar. Ao ressaltar tal informação, o observador cuidou em registrar que a crítica tinha sido feita com cautela e sem ataques “contundentes às autoridades constituídas”, demonstrando o quão delicado era o tema e o assumir tal posição.

---

⁹⁰Pasta 50-G-000 (3), documento 222.

É muito mais significativo aqui lembrar que esse tipo de manifestação estivesse ocorrendo dentro de uma igreja católica, sob o patrocínio direto de uma Ordem religiosa que se destacou pelo posicionamento e envolvimento político de seus membros na oposição ao regime militar, especialmente à forma e à estrutura econômica por ele sustentada. Entretanto, a menção ao “poderio econômico do Vaticano e a sua atitude em fazer exploração econômica” por meio de especulação, não deixa de indicar as contradições que a cercam e que possuem uma mensagem que, muitas vezes, é contradita, em parte, pela própria prática.

Não é a proposta deste trabalho e nem há na documentação observada elementos para estabelecer uma discussão tão complexa. Importa lembrar que o que se pretende aqui é apreender a prática de setores do catolicismo nacional que, até certo ponto, questionavam também essa situação interna, já que, de certa forma, embaraçam o discurso e a prática religiosa.

Em seguida, como indicado no final do relatório anterior, a última conferência relativa à *Semana da Liberdade* também foi observada.

Há uma contradição quanto às datas, pois, enquanto aquele registro informava que o encerramento seria dia 11, as observações do relatório seguinte indicam que a reunião teria ocorrido dia 13 de novembro de 1966. Não há nada no texto que ajude a entender essa contradição, sendo reproduzida aqui a data que consta no respectivo relatório.

Sem deixar muito claro se se referia ao evento como um todo ou se propriamente à reunião de encerramento, o texto começava informando que o idealizador “do programa foi Roberto Freire”. Seja como for, a referência era feita ao psiquiatra, escritor e jornalista Roberto Freire, que então era muito ligado à comunidade dominicana.

No início da década de 1960, por exemplo, foi integrante do grupo de leigos que criou o jornal *Brasil Urgente*, que tinha à frente a figura do dominicano frei Carlos Josaphat. Tal semanário, fechado no dia seguinte ao golpe militar, defendia em suas páginas a realização das chamadas Reformas de Base propostas pelo governo Goulart, especialmente a Reforma Agrária. No Brasil, pelas concepções que defendiam seus integrantes e colaboradores, esse jornal pode ser apontado como uma das primeiras

expressões organizadas do cristianismo social que passou a ganhar força a partir dos anos de 1950⁹¹.

Quanto ao evento de encerramento, consta que:

O Ato não foi uma conferência propriamente dita, e sim uma palestra, com leituras da Bíblia, poesias e canções populares que faziam referência à Liberdade.

O apresentador foi frei Patrício (que vestia-se como civil), de início, leu o texto bíblico de Jeremias, capítulo 36, cujo título é “O rei Joaquim manda queimar o livro de Jeremias” (o texto referido encontra-se na pág. 543 da Bíblia Barsa).

Outros textos bíblicos foram apresentados. Frei Patrício, conforme fazia suas referências, ia apresentando além dos textos, canções populares por elementos presentes.

Leu uma notícia do “Jornal do Brasil”, em que no Norte, um trabalhador foi assassinado pelo proprietário de um engenho, coadjuvado pelo seu filho, dizendo que isto era muito triste, dizendo que não dão ao trabalhador o direito de defesa; pediu, então, a apresentação de dois versos de “Vida e Morte Severina”, musicados por Chico Buarque de Holanda.

Outra música apresentada é aquela cujos primeiros versos dizem: “podem me bater, até me prender que eu não mudo de opinião”; outra dizia: “eu não me entrego, não me entrego não, não entrego – nem ao tenente nem ao capitão; só me entrego com o parabelum na mão.”

Foi lida, também, a “Carta dos Direitos Humanos” aprovada pela ONU.

Em seguida usou da palavra Frei Francisco de Araújo (Frei Chico), que disse, entre outras coisas, ser aquele o último dia de Liberdade, mas, enquanto houver um coração humano a bater, existirá liberdade. Que os presentes tinham a oportunidade de assistir a Semana da Liberdade, porém, aqueles que moram nos diversos cantos da cidade, que sofrem quatro horas por dia na condução, não os tem, como não os tem os que vivem nas favelas.

Em seguida, Frei Patrício pediu que todos cantassem o salmo “Magnificat” e dessem as mãos uns aos outros, mesmo que fossem desconhecidos.

O Ato iniciado às 21:00 horas, encerrou-se às 22,30 horas, com o salão literalmente lotado [os destaques são do próprio texto]⁹².

---

⁹¹ Quando ocorreu o golpe militar, Freire foi preso e interrogado sobre as idéias veiculadas pelo jornal, chegando a ser torturado pelos agentes de segurança. Sobre isso e a relação com os dominicanos: FREIRE, Roberto. *Eu é um outro*: autobiografia de Roberto Freire. Salvador: Maianga, 2002. Para as discussões para a formação do jornal e as concepções que o guiaram: Admar Mendes de. *Frades Dominicanos de Perdizes*: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil. capítulos I e II.

⁹² Pasta 50-G-000 (3), documento 221.

O informante começa por anotar, entre parênteses, como se indicasse algo que não deveria ser ignorado, que frei Patrício não estava vestido como religioso, mas como civil. De acordo com as perspectivas de ordem esposadas pelo governo e defendidas pelos órgãos de segurança, essa referência à quebra da tradição na forma de se vestir era um enquadramento do diferente, talvez mesmo, do indevido. A condenação moral de determinados comportamentos foi encontrada em vários registros, podendo ser apontadas como um traço importante na atuação de órgãos como o DOPS⁹³.

Na sequência, o registro de que, primeiro, frei Patrício trouxe a notícia da morte de um trabalhador por um proprietário de engenho e, depois, de frei Chico citar as condições de vida do trabalhador da periferia da capital paulista era representativo da concepção integral e integrante da postura social assumida por parte da Igreja. Junto com a questão política, presente já na própria promoção do evento, tinha-se também um comportamento denunciativo das injustiças sociais, especialmente daquelas que limitavam a vida do trabalhador.

E o fato de ter ocorrido, como consta, a apresentação de versos do poema “Morte e Vida Severina”, muito usado por aqueles que então se engajavam nas lutas sociais, reforçava a denúncia acerca das condições de subdesenvolvimento que assolavam o país, especialmente no Nordeste. Mais do que uma abertura às expressões da cultura popular, há aí a expressão da denúncia e da resistência, elementos que compõem a manifestação. Sentido que se completa com o uso dos versos musicais do espetáculo *Opinião*: “podem me bater, até me prender que eu não mudo de opinião”; e a referência à música de Sérgio Ricardo e Gláuber Rocha, da trilha sonora do filme *Deus e o diabo na terra do sol*: “eu não me entrego, não me entrego não, não entrego – nem ao tenente nem ao capitão; só me entrego com o parabelum na mão.”⁹⁴

Apenas um parêntese, a referência aos versos de João Cabral aparece no relatório de forma invertida – “Vida e morte Severina” –, sendo o correto *Morte e vida Severina*.

Igualmente importante de se notar é o fato de ter sido lido a Carta dos Direitos Humanos da ONU. Esse tema seria institucionalmente assumido pela Igreja Católica após os anos de 1968, sobretudo após 1970, tornando-se mesmo uma bandeira em defesa dos que eram perseguidos pelo regime militar. O fato de se ter essa referência já

---

⁹³ Essa presença do viés moralizante que acompanhava os militares está, por exemplo, indicada em: FICO, Carlos. *Como eles agiam*. p. 37.

⁹⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 229-230; e na mesma obra, sobre Glauber Rocha, página 219.

nesse momento dá uma dimensão do papel político precursor conferido por vários autores à ação de alguns membros da Ordem de São Domingos.

E o último dos relatos desta sequência em que a atuação da comunidade em torno dos dominicanos aparece como objeto de investigações, refere-se ao *Show da Fraternidade*, realizado no Teatro Maria Della Costa, a 28 de novembro. Dele teriam participado vários artistas do teatro e da televisão, e, com muitos participantes, a renda seria revertida para o teatro amador.

O “Show” foi organizado com a colaboração dos padres dominicanos, do TUCA (Teatro da Universidade Católica) e do TUSP (Teatro da Universidade de São Paulo).

A primeira parte do “Show” foi cognominada “EXORTAÇÃO À LIBERDADE” e dividiu-se em diversas fases. Ficaram em pé, no palco, cerca de 12 pessoas (sem cenário) e, à frente, um orador que fez um histórico dos movimentos em prol da liberdade, iniciando por passagens bíblicas, citando os oráculos de Jesus Cristo no ano 66 de nossa era, contra os governantes daquela época. A exposição obedecia uma sequência e, alternadamente, o orador chamava os artistas agrupados nos fundos do palco, para proceder à leitura de um determinado trecho de uma obra que tivesse relação com o tema liberdade, ao mesmo tempo em que, por vezes, era ilustrado por fundo musical a cargo de um violão e uma bongô. Assim é que a poetiza Cecília Meireles procedeu à leitura de uma poesia de sua autoria alusiva à liberdade; um outro artista procedeu à leitura de alguns trechos dos direitos Fundamentais do Homem, contido na carta da ONU; um padre dominicano repetiu o sermão do encerramento da “Semana da Liberdade”, realizada recentemente no convento dos Padres Dominicanos. Foram apresentados diversos números musicais, de shows considerados contrários à Revolução, como: “Opinião”, “Liberdade”, - etc.

Abrindo o espetáculo, fez um número musical, acompanhando-se ao violão, uma menina de 12 anos de idade (amadora), que, talvez simbolicamente, disse ser filha de um general cassado. Nesse seu número de canto, também fez alusões à liberdade.

O padre dominicano, em seu sermão, disse que a defesa dos cassados não era feita em favor dos poderosos que tinham grandes recursos financeiros depositados nos Bancos da Suíça, mas sim em favor dos humildes, que estavam privados de encontrar empregos e que suas famílias estavam passando necessidades.

O “Show” foi apresentado pelo SR. NAGIB ELCHMER, presidente da Comissão Estadual de Teatro (Secretaria do Governo), que fazia a introdução dos artistas no palco.

Assim é que, na primeira parte, já antecipadamente programada, observou-se o objetivo de se fazer um protesto contra o que julgam serem arbitrariedades do governo federal, principalmente contra a liberdade de expressão. Para tal, como foi dito, compilou-se diversas

partes de “Shows” ou espetáculos teatrais, censurados anteriormente, formando-se, assim, um todo ligado ao mesmo assunto⁹⁵.

Como assinalado pouco acima, é comum em muitos relatórios a existência de informações ambíguas e, às vezes, muito equivocadas. No trecho acima o informante diz que a poetisa Cecília Meireles teria lido um poema de própria autoria sobre a Liberdade, situação improvável, já que a poetisa morreu em novembro de 1964. A princípio, pode-se pensar que o pronunciamento sobre a leitura e sua autora tenha gerado a confusão. Entretanto, como os nomes citados em investigações quase sempre eram fichados e passavam a fazer parte de uma lista de investigados ou possíveis investigados, tal menção sugere que muitos equívocos podem ter ocorrido nas milhares de investigações empreendidas nesse momento – embora o sentido repressivo que as conduzia fosse preciso.

Quanto à idéia geral da manifestação, tem-se a confirmação da postura já assinalada por ocasião do evento realizado na paróquia São Domingos com a retomada do tema da liberdade. E o evento contou com inúmeras participações, destaque para os teatros da universidade católica e da USP, além de grandes artistas da época. Um evento amplo em prol da liberdade.

Mais uma vez a menção à falta de liberdade e o protesto contra ela e o governo eram evidentes, na forma com que foi organizado o evento, com textos e manifestações diretas feitas coletiva ou individualmente. Como mesmo destacou o informante, a menção aos espetáculos “Opinião” e “Liberdade”, estava vinculada diretamente à crítica ao regime militar. Comportando uma crítica velada ou não, o fato é que a palavra show aparece sempre entre aspas, como que sugerindo uma segunda leitura.

É importante registrar também que, entre as muitas manifestações, conforme o relato, houve a leitura de trechos da Bíblia que recuperavam a relação de conflito entre Jesus Cristo e os governantes de seu tempo. A junção entre fé e política, uma dimensão nova que ganharia grande força com as Comunidades Eclesiais de Base, CEB’s, e com a Teologia da Libertação anos depois, tem aqui sua expressão.

E ainda sobre o que parece ter sido a primeira parte, é significativa a idéia de denúncia com relação aos cassados, muito em voga na época em função da instalação de milhares de IPMs pelas autoridades militares. A denúncia pública, especialmente após a

---

⁹⁵ Pasta 50-G-000 (3), documento 220.

edição do AI-5, em 1968, foi uma das armas usadas pela Igreja para tentar barrar o uso da tortura e obter informações de desaparecidos. Pelo que transcreve o informante, em sua denúncia, a um só tempo, o padre dominicano fazia seu protesto contra a repressão, a concentração de renda, o desemprego e as más condições de vida da população empobrecida.

Segue o relatório apresentando o que seria a segunda parte do evento.

Na segunda parte, compareceram vários artistas, fazendo cada um apenas um número, aparentemente sem programação. Fizeram números de canto, entre outros: Gilberto Gil; Geraldo Vandré; Ari Toledo (este com dois números bastante satíricos); Chico Buarque de Holanda. Com trechos de peças teatrais: Cacilda Becker; Walmor Chagas; Armando Bogus e Gianfrancesco Guarnieri. Finalizando, o TUSP apresentou o último ato de uma peça que estão encenando, relacionada com a “A REGRA E A EXCEÇÃO”.

Observou-se, pois, que o espetáculo realizado faz parte do programa cultural artístico que conta hoje com o apoio dos padres dominicanos, com o objetivo de lutar pelas liberdades e, indiretamente, formar uma frente cultural artística de oposição ao atual regime político brasileiro.

Nota: O Sr. NAGIB HELCHMER conta com as seguintes anotações em nossos arquivos:

. Usou da palavra por ocasião da realização da 1ª. Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Estudantes, levada a efeito em Campinas, nos dias 10 e 11 de abril de 1965.

. Como presidente da Comissão Estadual de Teatro, em maio de 1965, indicou Joaquim Roberto Corrêa Freire para ocupar o cargo de diretor artístico geral do TUCA;

. Segundo informações reservadas, de novembro corrente, mantém ligações com o comunista Vicente de Paula Barbosa de São José do Rio Preto [grifo do próprio texto]⁹⁶.

A própria relação dos artistas que participaram do evento revela o espírito contestador que o impulsionava, que era de “oposição ao atual regime político brasileiro”, como registra o informante. Disposição que, como faz questão de registrar, contava com a participação dos padres dominicanos.

No final, ao trazer uma pequena ficha do apresentador do show, senhor Nagib Helchmer, fica demonstrada mais uma vez a forma de agir da polícia política. Usando de seus arquivos, das informações que reunia em seu cotidiano, formulou sua

---

⁹⁶ Pasta 50-G-000 (3), documento 220. Apenas para registrar e sinalizar o nível de sistematicidade dos agentes da polícia, encontram-se anexados à documentação os ingressos de entrada para show.

qualificação pessoal, onde constava, de acordo com a percepção policial, a ligação, mesmo que indireta, com o comunismo.

São muitas as observações que poderiam ser feitas diante de uma seqüência documental como essa. Entre elas, de um lado, pode-se destacar a percepção que se tem da forma de agir desse órgão de repressão, como fazia para identificar e enquadrar eventos e pessoas tidas como contrárias ao governo. No que se refere às questões políticas e sociais, a forma como percebe, apreende e reapresenta as idéias em seus relatórios indicam um *olhar* direcionado, seletivo. Assim é que a sistematicidade na forma de agir, tanto do informante que faz as observações e as primeiras anotações, como do próprio órgão que encaminhava essas informações, surge como elemento importante da ação repressiva: ele estabelece e define os inimigos a serem combatidos.

Por outro lado, como alvo das investigações, a apreensão da mobilização católica de religiosos e leigos em suas diversas expressões político-religiosas e culturais, permite a visualização das idéias que defendiam e porque agiam.

No caso dos eventos retratados, vale destacar o protesto político, especialmente em nome das liberdades democráticas; o protesto social, na referência aos que se encontravam à margem do sistema econômico, que, por isso mesmo, estavam também excluídos social e culturalmente – até pelo simples fato de estarem literalmente residindo nas margens das grandes cidades. Junto a esse amplo protesto e, por meio dele, o chamamento à participação dos diferentes grupos sociais na superação desses problemas. Papel que caberia especialmente aos cristãos.

Como se percebe, agora, o político e o social, assim como a dimensão espiritual, surgem nas considerações como partes de um todo, que é o homem e sua realidade social em todas as suas esferas. Embora guardando distinções, essas realidades deveriam ser abarcadas pelas reflexões e pelas ações cristãs, pois eram dimensões da vida humana.

É com essa perspectiva que deve ser compreendida a atuação de uma parte do catolicismo nacional, fortemente influenciada pelas diretrizes enfeixadas nas reflexões do Concílio Vaticano II e, depois, pela Conferência Episcopal de Medellín, na Colômbia, em 1968.

Disposição encontrada em diferentes registros feitos pela polícia política paulista, como um referente ao padre canadense Paul-Eugène Charbonneau, um dos protagonistas das transformações por que passava o catolicismo nacional.

De forte personalidade e de consistente formação religiosa e intelectual, Charbonneau, como professor e religioso, sintetizava a preocupação social e a fé religiosa na ação concreta e numa produção literária vigorosa⁹⁷. Um curto registro sobre esse sacerdote assinala essa dimensão do movimento progressista católico, que, de certa forma, articulava-se e ganhava força ainda no início dos anos de 1960.

Conforme relatório policial de 14 de novembro de 1966, entre as atividades desenvolvidas pelo padre Charbonneau no país, estava sua participação na *Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas*, a ADCE. De acordo com o texto, essa entidade buscava promover maior humanização nas relações entre empresários e empregados, sendo o padre canadense apontado como seu “mentor espiritual”. O objetivo dessa Associação seria então promover uma “campanha de descapitalização da indústria”. Somado a isso, consta que o padre teria feito campanha para que empresários contribuíssem com o jornal *Brasil Urgente*, soando ainda negativo o fato de a entidade contar com o apoio financeiro francês, que naquele momento era um dos países em que o catolicismo progressista mais vicejava⁹⁸.

Dado o contexto, essas breves referências eram mais que suficientes para colocar o padre Charbonneau e a entidade que representava sob suspeita, como indica a própria existência do registro.

Por outro lado, importa aqui sinalizar as diferentes formas com que os integrantes que participavam dessa abertura à questão social buscavam interagir com o meio, de maneira a transformá-lo. Pelo que se percebe na documentação, essa postura seguiu desde uma perspectiva reformista, especialmente anterior ao golpe militar, até o discurso e uma prática no sentido de pôr abaixo a estrutura instituída pelo capitalismo, e, com isso, buscar uma nova organização social que fosse mais justa.

Esses sutis apontamentos, repetidos em múltiplos relatórios, grandes e pequenos, são representativos da forma como a polícia política formulava suas concepções,

---

⁹⁷ Conferir informações sobre esse sacerdote em: MARTINS, Alberto. *Charbonneau: ensaio e retrato*. São Paulo: Scipione, 1997.

⁹⁸ Pasta 50-G-000 (3), documentos 226.

juntando pontos diversos, como, por outro lado, também ajuda a caracterizar a ação dos setores católicos visados.

Até o início de 1967, de uma maneira geral, a vigilância lançada pela polícia política sobre a movimentação católica registrou a existência de diferentes objeções do setor ao governo militar. Inicialmente, questionava-se a legitimidade institucional do exercício do poder por parte dos militares. Aos poucos, porém, essa crítica se estendeu à própria forma de governo institucionalizada, particularmente em seu aspecto repressivo e econômico, dada a crescente marginalização social provocada pelo modelo de desenvolvimento adotado. No que pode ser compreendido dentro de uma relação dialética, como sugere as oscilações no volume documental observado, na medida em que ganhava terreno a repressão, mais abrangente e pungente se tornava tal crítica.

Tendo essa lógica como pano de fundo, é preciso ter em conta que, a partir do momento em que os militares tomaram o poder, todas as decisões políticas e acontecimentos sociais culminaram num entrechoque total entre governo e oposição no ano de 1968. Esse pode ser apontado como um momento em que ambos os lados se radicalizaram em suas posições, inclusive com a institucionalização da violência pelo governo e pelo recurso à resistência armada, por parte da oposição.

Diferentes decisões no âmbito administrativo foram configurando e concretizando o novo governo, que se baseou na crescente restrição às liberdades e no uso da força militar. Após a prorrogação do mandato de Castelo Branco, do fim do pluripartidarismo e do fechamento do Congresso Nacional, a institucionalização do regime militar avançou com a publicação da nova Constituição, em janeiro de 1967. Com ela os demais poderes da República foram refreados em sua autonomia frente ao poder Executivo. Além disso, a nova carta institucional dava prioridade à segurança nacional e ao desenvolvimento econômico, legalizando então a lógica que embasava o projeto de governo traçado pela ESG.

Nesse sentido, em nome da segurança nacional, em fevereiro, foi estabelecida a Lei de Imprensa, levando a censura para os órgãos de comunicação do país em caso de se perceber afronta à moral e aos bons costumes. E, em março de 1967, foi editada a nova Lei de Segurança Nacional. Com ela toda forma de opinião, de manifestação política ou ato de subversão contra o governo passavam a ser enquadrados na condição

de crimes contra a segurança nacional, ficando então sujeitos às punições estipuladas de acordo com a Lei⁹⁹.

Nesse mesmo ano, com o apoio dos grupos mais radicais do Exército, a chamada “linha dura”, ocorreu a posse do General Costa e Silva como presidente da República. O regime militar encaminhou-se para o total fechamento político, no qual a repressão foi transformada em expediente legal e permanente.

De acordo com as declarações do governo, esse lento e constante recrudescimento era uma resposta ao aumento das contestações e das manifestações sociais.

Ainda em 1967, por exemplo, o descontentamento com os rumos que tomava o regime militar reuniu na oposição antigos adversários políticos, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Juscelino Kubistchek e João Goulart. Juntos, formaram a chamada *Frente Ampla*, que pedia a volta da democracia no país, sendo por isso mesmo logo proibida de existir¹⁰⁰.

Mas foi no ano de 1968 que as grandes manifestações ganharam as ruas, no Brasil e no mundo. No contexto internacional, ocorreram grandes manifestações políticas em diferentes países. Impulsionadas especialmente pela juventude, os protestos eram contra as formas rígidas e arcaicas de ensino, contra a guerra do Vietnã, enfim, era-se contra toda forma de opressão, tinha-se o desejo de provocar rupturas na vida pessoal e na sociedade¹⁰¹.

No Brasil, a força contestadora foi direcionada contra o governo militar. Também promovida especialmente por estudantes, operários, intelectuais, artistas e religiosos, as

---

⁹⁹ Maria Helena Alves entende que as imposições trazidas pela Constituição de 1967 refletiam as contradições que surgiam entre Estado e sociedade; ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 121-134.

¹⁰⁰ Sobre a oposição aos militares e o decreto do AI-5, ver: ALVES, Maria H. M., op. cit. pp. 137-167.

¹⁰¹ Referindo-se ao ano de 1968, Emiliano José observa: “Ano da Revolução, ao menos da promessa de revolução na vida, nos costumes culturais, nas sociedades”; cf.: JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella (O inimigo número um da ditadura)*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997. pp. 224-225. Já Zuenir Ventura, falando da geração e do imaginário que “povoou” o ano de 1968, diz: “O melhor do seu legado não está no gesto – muitas vezes desesperado; outras autoritário – mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. Poucas – certamente nenhuma depois dela – lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos. Sem dúvida, há muito o que rejeitar dessa romântica geração de Aquários – o messianismo revolucionário, a onipotência, o maniqueísmo – mas há também muito o que recuperar de sua experiência.”; cf.: VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, pp. 14-15. Para o significado e as comemorações em torno do significado de 1968: CARDOSO, Irene. 68: a comemoração impossível. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo (São Paulo), 1989, vol. 10, nº 2 (outubro de 1998), pp. 1-12.

manifestações pediam o fim do regime, da censura à imprensa, do arrocho salarial e da repressão policial¹⁰². As diferentes reivindicações que marcaram esse momento de maior contestação ao regime militar tinham em comum o desejo pela volta das liberdades¹⁰³.

Quanto ao movimento operário, as greves da região industrial de Contagem, em Minas Gerais, em abril, e a dos operários da região de Osasco, na grande São Paulo, em junho do mesmo ano, simbolizaram sobretudo tentativas de resistir à política governamental para o setor¹⁰⁴.

A política econômica então era pautada pela intervenção estatal e pelo grande investimento do capital multinacional. Por outro lado, o governo seguia estipulando políticas de contenção dos salários, além de um grande controle sobre o movimento operário. Essa associação de fatores fortaleceu a expansão da economia capitalista no país, gerando o período conhecido como *milagre brasileiro*, período com grandes taxas de crescimento econômico¹⁰⁵. De acordo com os projetos do governo, buscava-se o crescimento econômico para então redistribuir a riqueza. A industrialização e o desenvolvimento econômico alcançados, contudo, beneficiaram sobretudo os setores médios da população e as grandes empresas, particularmente as multinacionais, gerando uma brutal concentração da renda.

Além de estarem à margem das benesses do desenvolvimento econômico, os trabalhadores sofriam com as tentativas do governo de buscar implantar uma nova política trabalhista, que acarretaria mais impostos sobre o setor e maior controle sindical. As greves dos trabalhadores de Contagem e Osasco foram uma tentativa de barrar essa política governamental. Mas, de imediato, especialmente no caso da greve paulista, o Estado reprimiu com violência o movimento, prendendo seus líderes e

---

¹⁰² A mobilização estudantil será abordada com mais detalhes no tópico seguinte.

¹⁰³ Sobre os elementos que marcaram a mobilização nacional, ver: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 20. (coleção Teses).

¹⁰⁴ Daniel Aarão Reis Filho observa que o movimento operário, neste momento, ainda tinha se constituído em uma grande força de oposição ao governo militar; para esse apontamento e as greves em Contagem (MG) e Osasco (SP): REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968, o curto ano de todos os desejos*. Tempo Social Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo (São Paulo), 1989, vol. 10, n° 2 (outubro de 1998), pp. 25-35. A criação do chamado Movimento Intersindical Antiarrocho, MIA, no ano de 1967, como tentativa de resistência e contestação à política governamental, ver em: ALMEIDA, Fernando Lopes de. *Política salarial, emprego e sindicalismo 1964/1981*. p. 23.

¹⁰⁵ A longo prazo, além de aumentar o descontentamento no setor operário, essa política geraria também descontentamento de setores da indústria nacional. Um estudo acerca dos resultados da política implementada nos anos do governo militar, particularmente na economia, na política e na educação pode ser encontrado em: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina, orgs. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

desfazendo sindicatos. Na seqüência, buscando evitar novos protestos, criou novas regras de controle sobre os salários e associações representativas, patrocinando, por exemplo, sindicatos e lideranças atreladas diretamente ao Ministério do Trabalho¹⁰⁶.

Diante das mobilizações políticas e sociais que tomavam as ruas e se espalhavam pelos diferentes setores sociais, o governo militar buscou novos instrumentos de controle sobre a sociedade, lançando mão de mais decretos discricionários.

No Congresso Nacional, as ações do governo na repressão a toda forma de manifestação gerou protestos e denúncias de alguns deputados da oposição. Em discurso, o Deputado Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, propôs como forma de protesto que a população não prestigiasse a parada militar do dia 7 de setembro, inclusive que as mulheres se recusassem a namorar oficiais que estivessem ligados à violência praticada pelo Estado. Os militares então tomaram esse como um ato ofensivo, e como foi negada pela Comissão de Justiça da Câmara a permissão para punir o deputado, usaram esse fato como desculpa para promover o recrudescimento do regime militar.

Assim, a 13 de dezembro de 1968, menos de vinte e quatro horas após a decisão na Câmara dos Deputados, era assinado o AI-5, ampliando ainda mais o poder do Executivo. Entre outros poderes, o novo Ato Institucional concedia ao presidente o direito de fechar o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais; cassar mandatos parlamentares; suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa; além disso, impunha à imprensa uma brutal censura. Sem data de vigência definida e incorporado no ano seguinte à Constituição, o novo Ato tornava permanente o controle e a suspensão das garantias constitucionais¹⁰⁷.

---

¹⁰⁶ Maria Helena Alves observa que o movimento grevista de Contagem foi espontâneo e buscava sobretudo a reposição salarial; sobre a importância dessa greve para renovação da Lei do Arrocho Salarial, a política intervencionista do governo militar no setor trabalhista e a resistência dos operários dentro dos sindicatos: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 146-154; e ALMEIDA, Fernando Lopes de. *Política salarial, emprego e sindicalismo 1964/1981*. pp. 22-25.

¹⁰⁷ Todo o episódio e suas conseqüências podem ser conferidas em: ALVES, Maria H. M. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 160-167. Sobre esse processo, Maria Aparecida de Aquino observa: “A edição do AI-5 representa, para o regime inaugurado em 1964, uma guinada de posição. A partir desse momento, com o endurecimento político propugnado pelo Ato, torna-se claro que as rédeas da condução do país, no âmbito militar, haviam mudado definitivamente de posição. Deixando de lado os atriços, presentes nos governos de Castelo Branco e de Costa e Silva, entre as alas militares da ‘Sorbone’ e da ‘linha-dura’, passava a haver agora claro predomínio destes últimos.”; cf.: AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. p. 206.

Como observa Nelson W. Sodré, o AI-5 era parte de um processo de militarização do Estado, com a institucionalização de um novo tipo de poder: “*ocupação do aparelho de Estado e a passagem ao aparelho militar das decisões mais importantes e até da doutrinação política, assim imposta ao país, como se este fosse, a partir daí, área submetida à ocupação militar e ao silêncio político*”¹⁰⁸.

O AI-5 significava a tentativa de controlar toda forma de manifestação, buscando com isso evitar qualquer contestação ao governo. O regime expunha então toda sua disposição repressiva. Dava-se início a um novo período da repressão, com perseguições, cassações, seqüestros, torturas e mortes. Em 1969, buscando fazer valer as suas disposições autoritárias, novos e violentos órgãos de repressão foram criados, inclusive à margem da lei.

Por sua vez, especialmente após o AI-5, ganhou força entre diferentes grupos sociais a proposta de luta armada como meio para derrubar o regime militar¹⁰⁹. Alguns grupos de resistência armada se formaram de dissidências de partidos como o PCB, que defendia ainda um caminho pacífico para fazer oposição ao governo e para a realização de uma revolução social¹¹⁰.

Quanto aos grupos católicos envolvidos com os movimentos sociais de oposição, particularmente com o setor operário e estudantil, eles também fizeram parte desse quadro de radicalização ocorrido em 1968. Alguns grupos e indivíduos ligados ou oriundos do catolicismo nacional se associaram a organizações de luta armada, como no caso dos frades dominicanos que se integraram à organização de Carlos Marighella, Ação Libertadora Nacional.

Além da realidade política e social, que levou determinados setores católicos a se radicalizarem em suas posturas junto aos movimentos sociais de oposição ao regime,

---

¹⁰⁸ SODRÉ, Nelson W. *Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil*. pp. 80-81.

¹⁰⁹ Sobre a luta armada empreendida nesse momento e a influência da Revolução Cubana, ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987. pp. 80-81. Para a estruturação das diversas organizações políticas de contestação ao Regime Militar, inclusive através das armas, com também as diferentes concepções que existiam entre esses grupos: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. (Prismas).

¹¹⁰ Assim como o fizeram no período Goulart, uma parte da direção do partido defendia como forma de luta a aliança com a oposição burguesa nacional, o que gerou muitas divergências e divisões internas. Sobre as divergências no PCB, ver: Gorender: Jacob. *Combate nas Trevas*. A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada. p. 90; e SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 100; a ação e a repressão judicial a uma dissidência do PC do B pode ser conferida em: SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974)*. 2007. (Tese)

alguns acontecimentos internos contribuíram para que houvesse essa maior abertura. Nesse sentido, pode-se mencionar a encíclica *Populorum Progressio*, lançada por Paulo VI em março de 1967. Sob inspiração do Concílio Vaticano II, esse documento aprofundava a reflexão sobre a necessidade de alcançar um desenvolvimento econômico que promovesse uma sociedade mais justa, com realização um homem integral, tal como defendido por padre Lebreton. Na busca por alcançar um *desenvolvimento dos povos* que fosse mais justo, era lembrada especialmente a necessidade de a Igreja Católica se por a serviço dos homens, promovendo uma ação solidária mais eficaz, tal como exigia a mensagem evangélica¹¹¹.

Pensando a questão política e social, a importância desse documento foi representada em alguns pronunciamentos feitos por ocasião de evento promovido pelo jornal *Folha de São Paulo*, cujo título era *Encíclica Populorum Progressio e a Dinâmica do Pensamento Social Católico*. Vale destacar primeiro a conferência realizada pelo frei dominicano Bernardo Catão, em 09 de junho de 1967.

Segundo relatório policial, o orador teria começado o evento dizendo que suas manifestações sobre a encíclica estariam compreendidas dentro do sentido teológico, o único que lhe era possível fazer. Assim, afirmava que a carta era um apelo que ansiava e apontava caminhos para solucionar graves problemas da humanidade, tais como fome, trabalho, analfabetismo, comércio internacional etc.

Consta no texto que o orador teria dito que a Igreja não mais buscava ser servida, mas servir ao homem em sociedade, motivo pelo qual abandonou seu comportamento fortemente contemplativo. A Igreja se punha então a serviço dos fracos, dos oprimidos, de quem lhe dirigia seus apelos. Essa era sua nova face.

Essa necessária atualização teria iniciado com o papa Leão XIII, quando então se posicionou em favor da justiça social, o que era então ampliado por Paulo VI. Com isso, teria afirmado:

Já o próprio Pio XI – frisou o orador – denunciara que os males, os crimes e as injustiças do mundo não se originavam de forças demoníacas, mas sim da estrutura do capitalismo e que a “*Populorum Progressio*” não condena “os abusos do capitalismo, mas esse abuso que é o capitalismo”. Também o Papa João XXIII – disse – mudou o

---

¹¹¹ DE SANCTIS, Frei Antônio. *Encíclicas e documentos sociais*. Da “*Rerum Novarum*” à “*Octogésima Adveniens*”. São Paulo: Edições LTR, 1972. pp. 391-429.

fundamento da doutrina social da Igreja, ao alertar que o que importa é a promoção do homem e o desenvolvimento do mundo, “não como uma preocupação, mas como a preocupação”. O pensamento social da Igreja adotou novos rumos e passou a reclamar os direitos fundamentais do homem, tais como: a posse das terras, o justo salário, a propriedade dos bens de produção, etc¹¹².

Mostrando um cuidado com o que estava sendo transmitido, o relator terminava transcrevendo também entre aspas as últimas afirmações do orador acerca da nova encíclica:

[...] “que as aspirações do homem são os pontos que comandam a nova encíclica, que luta por condições mais humanas de vida, através de um Humanismo novo, prático, aberto e total”, acrescentando que para a consecução desse objetivo é recomendado o diálogo com qualquer corrente cristã ou não cristã, até mesmo com os comunistas¹¹³.

Esse sentido crítico e a exposição do que seria a nova postura de parte da Igreja foram repetidos na conferência de encerramento do evento, ocorrido a 20 do junho de 1967, tendo Dom Helder Camara falado sobre as “Imposições da Solidariedade Humana”. O informe destacava que o bispo fora aplaudido várias vezes pela platéia, especialmente quando usou de ironia para se referir ao “mundo ocidental”.

Entre os pontos destacados pelo prelado sobre a encíclica de Paulo VI, a solidariedade universal foi apontada como sendo uma de suas idéias principais. Sobre esse sentido principal, teria traçado então três linhas de aproximação.

A primeira delas estava numa aproximação entre o mundo cristão e o mundo socialista. Para o religioso, o mundo ocidental estava sendo identificado então como mundo liberal-capitalista ou neo-capitalista, que usaria da alcunha de cristão quando lhe convinha. Mundo ocidental que, ao criar mitos sobre o lado socialista, como inimigo da liberdade, da democracia e da própria civilização cristã, instituíra barreiras a uma aproximação. Em contrapartida, os Estados Unidos surgiam como os defensores e os representantes por excelência da liberdade, da democracia e da civilização cristã, sendo por isso mesmo apontados como líderes naturais na defesa dessa sociedade ocidental, podendo com isso inclusive instituir guerras.

---

¹¹² Pasta 50-G-001 (2), documentos 96.

¹¹³ Pasta 50-G-001 (2), documentos 96.

Mas, teria dito o religioso que erros existiam de ambos os lados, pois “liberal-capitalismo, que também possui raízes materialistas, ‘é responsável direto pelo surgimento da ditadura internacional do poderio econômico’”; sendo que ambos os lados teriam desrespeitado os interesses próprios do Terceiro mundo, sua autodeterminação, promovendo ocupações militares e atrocidades.

Na sequência, teria questionado o motivo de não se aceitar que o socialismo já não era mais de tipo único, dogmático, não necessariamente materialista e limitador das liberdades humanas, mas, antes, poderia significar regime a serviço da comunidade e do homem. Nesse sentido, defendia que se estimulassem os esforços dos pensadores comunistas contrários ao marxismo dogmático.

Depois, teria afirmado que uma aproximação entre os dois blocos poderia contribuir para a união do mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido, entre o Norte e o Sul. Isso ajudaria a deixar de lado pretextos ideológicos para o que, na verdade, eram interesses econômicos, assim como se deixaria de cometer muitas atrocidades em nome do mundo livre. Uma vez que isso acontecesse, teria dito que, em vez de uma corrida armamentista, haveria uma corrida desenvolvimentista. Para que fosse promovido esse ideal de justiça e paz, todos deveriam se colocar à disposição.

E então teria finalizado falando do ecumenismo. Tal como as uniões preconizadas no campo político, e mesmo contribuindo com elas, a aproximação entre todas as religiões, as cristãs e as não-cristãs, deveria ser alcançada em nome do serviço, no sentido cristão. O que a Igreja estaria fazendo, pois sua presença no mundo não era mais de espectadora ou de como promovedora do “conformismo e a manutenção das massas em situação infra-humana”. Agora, teria dito, com adoção de uma teológica do desenvolvimento, o catolicismo não mais se contentaria com uma mera renovação litúrgica.

Por fim, sua conclusão refletia o processo de renovação e contradição vivenciado naquele momento pela Igreja, especialmente no que se referia à sua inserção na realidade do homem em sociedade, comportamento indesejado aos *olhos* do governo militar. O informante anotou então o que seria uma advertência do bispo nordestino:

[...] não faltará quem descubra em suas palavras um testemunho de filo-comunismo, mas que deixou de ter sentido chamar de subversivo e comunista quem tem fome de justiça e de paz, porquanto o mundo

não se reduz hoje a duas únicas opções, capitalismo-comunismo, como se a discordância de uma implique em adesão á outra. E se identificou como um cristão que ama a todos os semelhantes e se alegrará de sofrer pela solidariedade universal¹¹⁴.

O relatório era encerrado sem nenhum tipo de observação, nem mesmo a de cunho técnico, que normalmente constavam em registros assim.

A crítica direta ao sistema capitalista, que teria sido então ressaltada, primeiro, pelo frade dominicano; e essas ponderações de dom Helder sobre a necessidade de uma mudança nas estruturas e na compreensão das realidades políticas e humanas, de outro, em grande medida, correspondiam às reflexões e aos anseios daqueles setores católicos que vinham buscando reformular e, em alguns casos, revolucionar as estruturas vigentes no país.

Essa postura ganhou ainda mais força com as discussões e as propostas originadas na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de Medellín, Colômbia, em 1968. Num processo de reinterpretação das diretivas emanadas do Concílio e da *Populorum Progressio*, por exemplo, esse encontro defendeu para o continente também um catolicismo mais atuante em meio à realidade humana.

Entretanto, nesse processo de reelaboração, privilegiou-se a reflexão sobre a realidade da América Latina, discutindo então a presença da Igreja na transformação do continente. Diante do contexto latino-americano, fez-se a opção pelo social, pela luta de libertação das opressões políticas, econômicas e sociais vividas pela grande maioria de marginalizados latino-americanos. Era em nome desses marginalizados que os religiosos se propuseram a agir¹¹⁶.

Todas essas reflexões receberam influências que vinham da base e da instituição católica. Tangida pelas diferentes realidades, particularmente por aquela que vivia os

---

¹¹⁴ Pasta 50-G-002 (1), documento 131.

¹¹⁵ O Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) foi fundado em 1955. É a assembléia que congrega todos os bispos, no caso, latino-americanos. Com a CNBB, de 1952, o CELAM fez parte do esforço empreendido pela Igreja na década de 50 de uma melhor articulação entre seus membros. Através de reuniões, assembléias, os vários bispos latino-americanos trocam experiências, discutem problemas, documentos oficiais da Igreja.

¹¹⁶ “Não basta, certamente, refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou de ser a hora da palavra, mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação”; cf.: *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968*: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas, 1998. pp. 37-38. Richard analisa essa reinterpretação dos textos Magistérios do Concílio, a partir da realidade histórica latino-americana, como um dos momentos de configuração de uma teologia latino-americana da libertação, quando então se fazia uma opção pelos pobres; cf.: RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. pp. 182-184.

marginalizados do sistema político, econômico e social, a Igreja latino-americana se engaja na luta por uma sociedade menos injusta. Embora esta visão não tenha atingido a todos os setores do episcopado, foi significativa e crescente a inserção de diferentes setores da instituição eclesiástica na ação política e social¹¹⁷.

Dentre as desenvolvidas considerações sobre as causas dessa enorme marginalização social, a crítica à estrutura econômica estava conectada também à negação às posturas e políticas opressivas e violentas geradas por estruturas governamentais autoritárias, então presentes em diferentes países latino-americanos. Essas perspectivas estavam expressas em afirmações como a que se segue, referente às conclusões do encontro:

Se o cristão crê na fecundidade da paz para chegar à justiça, crê também que a justiça é condição imprescindível da paz. Não deixa de ver que a América Latina encontra-se, em muitas partes, numa situação de injustiça que pode chamar-se de violência institucionalizada, já que, por defeito das estruturas da empresa industrial e política, “populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda a iniciativa e responsabilidade, e também toda a possibilidade de formação cultural e de acesso à carreira social e política”, violando-se assim direitos fundamentais. Esta situação exige transformações globais, audazes, urgentes e profundamente renovadoras. Não nos deve, pois causar estranheza que nasça na América Latina “a tentação da violência”. Não se há de abusar da paciência de um povo que suporta durante anos uma condição que dificilmente aceitaria quem tem uma maior consciência dos direitos humanos¹¹⁸.

Diante da realidade latino-americana, uma nova postura era assumida por parte da instituição Igreja Católica. Isso reforçou a postura crítica já adotada por um setor do catolicismo, particularmente no Brasil. Dom Helder afirmava no Diário de São Paulo, de 28 de setembro de 1968, que, depois de Medellín, não seria mais correto falar em posições progressistas e retrógradas, dentro da Igreja. As decisões tomadas no encontro teriam sido aprovadas por unanimidade, logo, concluía o prelado: “A Igreja não pretende partir para uma posição político-partidária. Nós continuamos sempre com o

---

¹¹⁷ CASTRO, Marcos. *Dom Hélder, o bispo da esperança*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p.19.

¹¹⁸ Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM – *A Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio: Conclusões de Medellín*. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 61.

desejo de que haja partido políticos, mas não um nosso. Nós queremos ser uma das forças que ajudem a mudança da estrutura”¹¹⁹.

O combate a essa estrutura e realidade política passava então ser parte dessa presença institucional do catolicismo.

No Brasil, diante da repressão política e da marginalização social, a Igreja Católica assumiu cada vez com mais força o questionamento e a denúncia das práticas repressoras do regime militar, especialmente por meio de declarações da CNBB¹²⁰.

A intensa atuação repressiva da polícia política paulista registrou esse movimento institucional em direção aos movimentos sociais que se contrapunham ao governo militar. Como mencionado, nos casos extremos esse estreitamento das relações implicou mesmo no envolvimento direto com a resistência e o combate armado ao regime militar.

Mas, como vem sendo ressaltado da documentação policial examinada, desde que ocorreu o golpe militar, esta postura estava em desenvolvimento, inclusive em meio à hierarquia católica. E em 1968, o aumento da repressão policial, alvo de condenação por parte de muitos religiosos, mesmo porque ela passava a atingir cada vez mais indiscriminadamente os membros do catolicismo nacional, impulsionou essa transformação¹²¹.

No que se refere ao envolvimento com o movimento operário, conforme anotado pelos agentes da repressão, é importante destacar a presença católica na greve de Osasco. As prisões e os desdobramentos então ocorridos tiveram grande impacto nas relações entre Igreja e Estado.

A greve de Osasco, como observa Maria Helena Moreira Alves, contou com a associação de diferentes grupos de oposição ao regime militar. Além dos próprios operários locais, participaram militantes católicos, estudantes e políticos ligados ao MDB. Sobre essa participação dos grupos católicos, a autora observa:

---

¹¹⁹ Pasta 50-G-001 (2), documento 184.

¹²⁰ Para o papel da CNBB nesse momento: MORAIS, João Francisco Régis de. *Os bispos e a política no Brasil*: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1982.

¹²¹ Gaspari registra em seu livro que a CIA, em função da violência cometida contra padres e estudantes, informava ao governo estadunidense que crescia dentro da Igreja a resistência ao governo, o que redundaria numa maior tensão entre Igreja e Estado; cf.: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 252.

Coerentes com o pensamento social católico mais difundido, essas organizações não propunham programas específicos e plataformas políticas, antes estimulando a participação democrática para promover a conscientização e a autonomia decisória entre os trabalhadores. As comissões de fábrica surgiram a partir deste tipo de perspectiva e atividade¹²².

Diferente do que ocorreu em Contagem, o governo não negociou com os grevistas paulistas. Promoveu a intervenção no sindicato e reprimiu violentamente o movimento, e entre as centenas de pessoas presas, muitas foram espancadas e torturadas. Segundo Maria Helena Alves, o fim do movimento em alguns dias, a não-conquista de nenhuma reivindicação, mostrou a fragilidade do movimento operário e disposição do governo militar em usar dos instrumentos do Estado de Segurança para reprimir toda e qualquer forma de contestação.

Entre os muitos presos na repressão a essa greve, estavam os padres Antônio Alberto Soligo e Pierre Joseph Wauthier, que trabalhavam como operários em fábricas locais¹²³.

Na documentação, entre recortes de jornal, depoimentos e investigações, são muitos os registros reunidos pela polícia política acerca da prisão do padre-operário Wauthier, indicando a dimensão que o caso teve à época¹²⁴.

Consta nos registros da polícia que o padre francês Wauthier foi ordenado no Brasil pela Missão Operária São Pedro e São Paulo. Essa Irmandade de vida religiosa desenvolvia sua missão evangelizadora junto ao mundo operário, sendo que para isso seus membros trabalhavam e viviam em meio ao operariado. O sacerdote também era assistente da Juventude Operária Católica¹²⁵.

---

¹²² Para essas informações e envolvimento de estudantes com o movimento operário da região de Osasco, ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. pp. 148-150.

¹²³ Especificamente sobre a greve em Osasco, a mobilização de greve e repressão que sucedeu ao movimento na região, o que teria levado à adesão de alguns à luta armada, ver: ANDRADE, Regis de Castro. *Trabalho e sindicalismo* – memória dos 30 anos do movimento de Osasco. Tempo Social Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo (São Paulo), 1989, vol. 10, n° 2 (outubro de 1998). pp. 37-49.

¹²⁴ MAINWARING, Scott, op. cit., p. 152.

¹²⁵ A Missão São Pedro e São Paulo – Mopp – foi iniciada pelo padre dominicano Jacques Loew nos anos de 1940, na França. Ao entrar em contato com a realidade dos operários do porto de Marselha, descobriu ali uma grande miséria física e moral, além de um grande distanciamento das verdades evangélicas, da idéia de Deus. Optou então por compartilhar com eles a realidade do dia-a-dia, tornando-se ele mesmo um operário do porto. Por meio dessa presença e participação integral no mundo operário, seu objetivo era conquistar e evangelizar. A Irmandade, oficializada pelo Vaticano, espalhou-se pelo mundo, inclusive

No caso do padre Wauthier, suas atividades eram desenvolvidas na retificadora Braseixos, em Osasco. O depoimento encontrado em meio à documentação policial aborda basicamente a questão de seu envolvimento e conseqüente prisão durante a greve ocorrida nessa localidade no mês de julho. A leitura do registro mostra que os agentes policiais se preocuparam, como era comum então, em adquirir o máximo de informações sobre o padre, seu grupo religioso, sua rotina diária e, especialmente, de suas compreensões sociopolíticas. Quanto a isso, é importante ressaltar a postura crítica então sustentada pelo religioso.

Preso em função de seu envolvimento com o movimento grevista, em depoimento o padre informava que, se soubesse que apenas uma minoria desejava a paralisação, não teria aderido ao movimento. Entretanto, consta no depoimento que: “face a anuência da provável maioria, o interrogando não teve dúvidas em solidarizar-se com os colegas”. Questionado se sabia que a greve desrespeitava as leis então em vigor, teria respondido que “nessas ocasiões os operários não se preocupam a examinar o movimento à luz do direito positivo vigente no país, mas sim, examinam-o em razão do que eles consideram por assim dizer, o justo natural”¹²⁶.

Na seqüência, percebe-se que o interrogatório adentrou ao tema da distribuição da riqueza, da existência de ricos e pobres. Nesse momento, entre aspas, era anotada então a postura do padre frente ao que via como injustiça, por gerar grandes disparidades sociais.

[...] que como cristão admite que as diferenças de poderes econômicos, devam ser diminuídas, existindo um poder econômico base, e partindo daí, isto é, desde que todos tenham o necessário para uma vida condigna, aqueles que se esforçarem terão ou poderão ter um pouco mais; mesmo porque, as próprias necessidades de cada um ou de cada categoria profissional não são as mesmas, sendo também de justiça que uns ganhem mais do que outros¹²⁷.

Tanto nessa como com relação à estrutura social como um todo, defendia o interrogado que a organização social válida era aquela que não gerasse as injustiças.

---

no Brasil, nos anos de 1960. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/evangoperar.htm>> – Acesso em 14 de abril de 2009.

¹²⁶ Pasta 50-G-001 (2), documento 99.

¹²⁷ Pasta 50-G-001 (2), documento 99.

Assim, a propriedade privada e a participação dos trabalhadores no lucro das empresas deveriam ter como medida a promoção social.

Dando mostra do peso político que era conferido, nesse momento, a toda forma de mobilização social, o depoimento era encerrado com a afirmação de que, mesmo tendo participado da mobilização da greve, o religioso não se via como perturbador da ordem, pois: “não teria participado de nenhum ato de subversão, mesmo porque não é marxista e ademais isso, é cristão, exercendo o sacerdócio para o qual foi ordenado, e plenamente reconhecido seu grupo religioso pelo Santo Papa”¹²⁸.

Em 1968, três anos após o término do Concílio Vaticano II e um ano após a publicação da encíclica *Populorum Progressio*, o episódio poderia ser entendido quase que como um desdobramento natural das transformações que ocorriam no meio católico mundial. O fato de o sacerdote apelar ao reconhecimento direto do Papa para justificar sua atuação aponta para a dimensão e a importância dessas mudanças. É nesse sentido que se deve ler o fato: um padre trabalhando em meio aos operários, buscando com isso melhor entender o meio para melhor atuar. No mínimo, representa um grande passo na busca de alguns setores católicos de promover um cristianismo mais enraizado no meio social, mais próximo à história cotidiana dos homens.

Além disso, tendo em vista a reflexão aqui proposta, deve ser enfatizado o fato de que tal presença estava sendo buscada num país onde o catolicismo tradicional é que era estimado. Seu caráter ritualístico e espiritualizado era muito mais palatável a uma elite conservadora – afinal, em linhas gerais, essa foi a tonalidade predominante na imagem do catolicismo extraído da documentação examinada no período anterior a 1964.

Por outro lado, pelo que se percebe das manifestações dos agentes policiais por meio do interrogatório, essa perspectiva não era compreendida. No fundo, era indesejada pelo Estado e por setores conservadores da Igreja e da sociedade. Talvez por isso mesmo, a história envolvendo esse padre Wauthier tenha tido ainda muitos desdobramentos, gerando um dos muitos pontos de atrito entre Igreja Católica e Estado. Dadas as posturas assumidas por esses setores engajados e politizados do catolicismo nacional, era preciso denunciar e atribuir culpas, para também poder reprimir. Nesse sentido, analisando o caso desse padre-operário, Marcio Moreira Alves observa:

---

¹²⁸ Pasta 50-G-001 (2), documento 99.

Wauthier era um bode expiatório ideal. Era estrangeiro, originário de um país desenvolvido onde o partido comunista é poderoso. Era padre, portanto de nível educacional muito superior ao dos seus camaradas. Apesar disso, era operário, o que o tornava triplamente suspeito. Estava, para cúmulo da suspeição, ligado a duas organizações internacionais: a Comunidade de São Pedro e São Paulo, que reunia apenas homens como ele, padres operários, e a JOC¹²⁹.

Acusado de ser um dos líderes no movimento grevista de Osasco, padre Wauthier teria ficado dois meses preso nas dependências do DOPS¹³⁰.

Um recorte de jornal da *Folha da Manhã*, de 16 de agosto, informava que o padre havia sido transferido para prisão domiciliar no palácio Pio XII, sede do arcebispado de São Paulo. Dizia ainda que tramitava na justiça o processo de expulsão do religioso, o que acabou acontecendo ainda no ano de 1968¹³¹. A expulsão era um dos instrumentos usados pelo regime militar para afastar do país os padres estrangeiros, tidos por muitos como responsáveis pela inserção de idéias subversivas no meio católico.

O caso teve grande repercussão na sociedade, gerando diferentes protestos, especialmente no meio religioso¹³².

Os órgãos de segurança então buscaram se cercar de cuidados frente às possíveis manifestações. Um documento da Divisão de Segurança e Informação, ligada ao Ministério do Exterior, de 9 de setembro de 1968, registrava o receio que se tinha no setor de segurança de uma possível manifestação na capital paulista contra a expulsão do padre. Informava que seria então de mais vulto que a que havia ocorrido no Rio de Janeiro, já que contaria com a presença de estudantes e “possivelmente elementos de outras áreas interessados na subversão”.

O documento trazia em anexo o relato feito pelo *Jornal do Brasil*, de 5 de setembro de 1968, sobre o protesto já ocorrido no Rio de Janeiro.

---

¹²⁹ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. pp. 203-204. Alves, por exemplo, analisa o episódio envolvendo padre Wauthier como parte de uma ofensiva militar contra as posturas defendidas pela JOC, entre elas a de que não haveria uma identificação entre Igreja e o regime capitalista.

¹³⁰ Os autores consultados apresentam prazos divergentes: Marcio Moreira Alves coloca que foram dois meses; Elio Gaspari 29 dias. Como houve um tempo de prisão no DOPS e outro de prisão domiciliar, possivelmente esses autores estejam se referindo a momentos diferentes. A documentação examinada não permite nenhuma conclusão.

¹³¹ Pasta 50-G-001 (2), documento 105.

¹³² O caso e a repercussão da expulsão do padre Wauthier estão mencionados em: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 252-253.

Constava que, com a duração de apenas 10 minutos, religiosos e religiosas teriam realizado, em frente à Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, uma manifestação pacífica contra a ato de expulsão do padre-operário. Com cartazes e panfletos, o grupo explicava ao público reunido na praça as motivações do protesto. No cartaz intitulado “Por que estamos nas ruas!”, descrevia a reportagem, os manifestantes buscavam deixar claro o motivo pelo qual o governo teria expulsado Wauthier. Para eles, o fato não teria ocorrido em função da indevida participação do sacerdote na greve de Osasco, já que era estrangeiro.

O Governo aprestou tal motivo porque não pode dizer a verdade. Mas nós, freiras e padres também, podemos dizê-la: a classe rica e os militares que as sustentam querem que a igreja continue a seu serviço, [contendo] a fome de justiça dos homens com o velho pretexto de que eles, depois, serão compensados no reino de Deus. E quando vêem que muitos padres e freiras já não aceitam a Igreja aliada aos que mantêm a injustiça, a opressão, e a miséria, a classe rica e os militares, voltam-se contra as freiras e os padres que uniram ao povo. Pierre Vauthier, tornando-se padre-operário, juntara-se ao que tem fome e sede de justiça. E, no Cristo, preferimos os outros. Preferimos os que têm sede e fome de justiça. E estamos dispostos a provar nossa escolha¹³³.

Em alguma medida, a mensagem contida no cartaz sintetizava o espírito que animava cada vez mais esses setores da Igreja Católica, e que passava a ganhar espaço nas manifestações oficiais da Igreja. Ela era forte, direta e indicativa, ao expor a consciência do papel desempenhado pela Igreja no passado e a disposição em romper com tais comprometimentos. Ao apontar a associação no poder entre uma “classe rica” e os militares, da qual o catolicismo tinha sido sustentáculo, questionava-se diretamente a estrutura de poder existente na sociedade, compreendida como repressora e promotora de injustiças.

Propunha-se e manifestava-se também por um catolicismo não centrado exclusivamente no rito, mas que incluísse a participação, o envolvimento com os que tinham “fome e sede de justiça”. Essas expressões evangélicas indicam que as pretensões estavam dentro do espírito cristão, o que inevitavelmente significava uma

---

¹³³ Pasta 50-G-001 (2), documento 114. No documento, não é possível definir exatamente qual palavra foi usada na frase da primeira página. As letras visíveis e o sentido do período dão a entender a palavra “contendo”, como inscrito na transcrição.

opção que levaria ao enfrentamento com essas mesmas esferas de poder. Opção que já estaria feita e pela qual se dispunha atuar.

Ao mesmo tempo, a expulsão do padre Wauthier criou um mal-estar entre o governo e a Igreja, especialmente a de São Paulo. De acordo com os documentos da polícia paulista, Dom Agnelo Rossi, o arcebispo paulistano, teria sido pressionado pela “ala progressista” a não aceitar a condecoração com a Ordem do Mérito Nacional, oferecida na ocasião ao prelado pelo governo Costa e Silva¹³⁴. A condecoração de fato não ocorreu, e as investigações da polícia logo apontaram um possível culpado para o desacordo: Dom Helder Camara.

Num documento intitulado *Informações da Marinha*, após registrar o ultimato que teria sido dado pelo clero progressista paulista ao cardeal paulistano, em que alguns teriam ameaçado abandonar a batina caso o cardeal aceitasse tal medalha, observava o documento:

Frize-se que alguns dias antes o Cardeal D. HELDER CAMARA, esteve em S. Paulo e reuniu-se com os componentes da ‘ala progressista’. Segundo o informante, D. HÉLDER já sabia que D. Agnelo seria condecorado, tendo então aconselhado os padres a agir da maneira que agiram.

Os quatro bispos que trabalham juntos ao Cardeal foram frontalmente contra a atitude tomada por D. AGNELO, sentindo-se inclusive desprestigiados, porém mantendo uma aparência externa reservada e nada comentando¹³⁵.

Elio Gaspari anota em seu livro que, dias depois desse episódio, as paredes externas da casa de Dom Helder, no Recife, foram alvejadas por uma rajada de tiros¹³⁶.

Referindo-se a outra característica do período de repressão, é preciso dizer que, não só pelo episódio descrito acima, mas possivelmente por sua personalidade e posturas assumidas, Dom Helder se tornou uma figura perseguida pelo regime. Ele pode ser apontado como exemplo da tentativa de inculpação que o regime militar buscava sempre impor aos que lhe fizessem algum tipo de objeção. Isso ajuda a entender a

---

¹³⁴ Gaspari viu nesse episódio uma tentativa do governo de Costa e Silva de manter as boas relações com a Igreja, especialmente com Dom Agnelo Rossi; cf.: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. p. 253.

¹³⁵ Pasta 50-G-001 (2), documento 117.

¹³⁶ Sobre esse episódio envolvendo Dom Agnelo e os tiros na casa do Arcebispo do Recife, ver: GASPARI, Elio, op. cit. pp. 252-253.

constante presença desse bispo nos registros policiais, especialmente por meio do material recolhido da imprensa¹³⁷.

Na documentação, Dom Helder era acusado sobretudo de apoiar setores tidos como opositores do regime militar, sendo ele mesmo um agente da subversão dentro da Igreja. Em 1968, por exemplo, juntamente com Dom Jorge Marcos, bispo de Santo André, o arcebispo de Olinda e Recife aparece na documentação como um dos prelados mais ativos junto ao movimento estudantil¹³⁸ e ao movimento operário, ambos tidos pela polícia como fomentadores da subversão nesses setores¹³⁹. Acusação que também era estendida à chamada “ala jovem”, ou “progressista” da Igreja Católica.

Católicos, religiosos e leigos, atuando junto ao movimento operário, especialmente quando promovia paralisações e grandes manifestações públicas, eram observados de perto pelos agentes do DOPS/SP. Percebe-se mesmo um acompanhamento por setor operário, por representação sindical, o que aponta a relevância conferida. E a leitura que se fazia sobre essa aproximação e mobilização apontava invariavelmente para a influência comunista.

A mobilização dos trabalhadores aparece como causadora da “anarquia”, que teria reinado antes da “Revolução de 1964”. E quando a ela estavam associados setores do clero nacional, o “clero da esquerda”, a relação, de modo geral era tida como “espúria”¹⁴⁰. E foi essa compreensão que teria levado à expulsão do padre Wauthier. A percepção de que setores ligados diretamente à Igreja Católica estavam associados ao movimento trabalhista para promover a “desordem” e “subversão”, é representada na documentação como sendo inaceitável e, o mais significativo, perigosa para a Segurança Nacional, enfim, para o projeto de governo. Isso justificaria um ato como o da expulsão, mesmo que se criassem algumas dificuldades momentâneas na relação entre as cúpulas institucionais.

---

¹³⁷ Com relação a esta mudança de posicionamento da hierarquia católica de certa oposição às disposições do regime, a pesquisa desenvolvida pela professora Maria Aparecida Aquino, acerca da censura à imprensa no período militar, demonstra uma crescente censura por parte dos militares a setores da Igreja Católica. A censura na imprensa à hierarquia católica ia do veto à menção de integrantes, como, por exemplo, o nome de Dom Helder Camara, a pronunciamentos seus contrários ou contestando decisões do governo. Conferir: AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. pp. 71-72.

¹³⁸ Pasta 50-G-001 (2), documento 122.

¹³⁹ Pasta 50-G-001 (2), documento 124.

¹⁴⁰ Pasta 50-G-001 (2), documento 1.

Por seu lado, por meio de declarações acusatórias e das manifestações públicas de suas disposições de enfrentamento, membros da Igreja envolvidos com a contestação ao governo demonstravam saber dessa tendência à intolerância do regime militar. Ainda por ocasião dos enfrentamentos na greve de Osasco, padre Olívio Zolin, secretário executivo da Conferência dos Religiosos do Brasil, declarava ao jornal *Tribuna do Rio*, a 24 de julho de 1968, que a violência ocorrida era resultado da ação da polícia. Mas, no que se referia aos padres presos, afirmava que esses continuariam ao lado dos trabalhadores, já que seria a fome que os faria protestar¹⁴¹.

Em meio à documentação examinada, essa manifestação de um religioso ligado diretamente à hierarquia católica, surge como um sinal de um novo momento nas mudanças que ocorriam dentro da Igreja Católica: a cúpula católica, por diferentes motivos, aproximava-se das perspectivas há muito presentes em meio a sua base, começando então a se distanciar e a criticar o governo militar¹⁴².

Além dos aspectos questionadores e instigadores de uma nova postura originados nas reflexões então recém ocorridas em Medellín, umas das causas dessa mudança também devem ser buscadas no que Alves define como sendo a “estruturação definitiva do Estado terrorista no Brasil”¹⁴³. Em 1969, o governo buscou renovar a estrutura repressiva que tinha a sua disposição. O objetivo era combater a resistência armada sustentada por grupos como Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nesse mesmo a repressão prenderia um grupo de frades dominicanos envolvidos com a luta armada empreendida pela ALN¹⁴⁴.

Ligado diretamente à lógica instituída pela LSN, o primeiro desses instrumentos foi Operação Bandeirantes, OBAN, criado em julho de 1969, na cidade de São Paulo. Esse novo órgão deveria integrar e coordenar as ações de combate à subversão e ao

---

¹⁴¹ Pasta 50-G-001 (2), documento 208.

¹⁴² Sobre essa lenta mudança e acatamento de uma nova prática por parte da hierarquia, Marcio Moreira Alves observa: “Com o fortalecimento do novo sistema, a prática, antes gesto profético de minorias, estendeu-se, alcançando ou tendendo a alcançar a própria estrutura da Igreja Católica, ainda que sempre, evidentemente, com muitas deficiências individuais, muitas fraquezas e inumeráveis pequenas traições que são a condição habitual da verdadeira humanidade.”; cf.: ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. pp. 186-187.

¹⁴³ ALVES, Marcio M., op. cit., pp. 186-187.

¹⁴⁴ Sobre Marighella e as ações da ALN: BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. 11ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Casa Amarela, 2000; JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella (O inimigo número um da ditadura)*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997; e sobre Carlos Lamarca: JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Editora Global, 1980; e MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

terrorismo, tendo em vista a impotência do DOPS e dos demais órgãos de segurança em lidar isoladamente com os novos enfrentamentos. Seu caráter extra-oficial permitia que fosse superada a lentidão burocrática dos órgãos instituídos, resultando em agilidade e uso indiscriminado da violência.

Ligada diretamente ao II Exército, reunia pessoal oriundo das três Armas, da Força Pública e da Segurança Pública de São Paulo e da Polícia Federal. A participação de civis se deu particularmente por meio de financiamento fornecido pelo meio industrial.

Os resultados imediatos produzidos pelas ações dessa organização levaram à criação oficial dos chamados Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna, os DOI-CODI, em 1970. Os CODI passaram então a comandar os órgãos ligados à segurança nas diferentes regiões do país. Os DOI se destacaram pela atuação direta¹⁴⁵.

Agindo em conjunto, os DOI-CODIs, o DOPS, as delegacias regionais da Polícia Federal e os demais organismos de informação e repressão das Forças Armadas empreenderam uma repressão política brutal. Em nome da Segurança Nacional, investigavam, prendiam, interrogavam, torturavam e matavam. Por meio desses órgãos, deu-se a inserção oficial das Forças Armadas nas atividades policiais¹⁴⁶.

Em São Paulo, a partir da atuação violenta do delegado Sérgio Paranhos Fleury, o DOPS continuou particularmente ativo na repressão, produzindo inúmeras prisões, torturas e mortes. Sua ação destacada gerou divergências diretas com o comando do DOI-CODI¹⁴⁷.

---

¹⁴⁵ O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) já existia antes do golpe; o Centro de Informações do Exército (CIE) surgiu em 1967; e em 1970, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). A criação e a institucionalização dos DOI/CODI significou a inserção oficial do Exército nas atividades policiais, a estruturação oficial do regime militar no combate às organizações guerrilheiras. Sobre a escalada da repressão por parte do governo, com se estruturou e as mudanças que se processaram internamente, ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001; e Gorender: Jacob. *Combate nas Trevas*. A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987. pp. 156-160.

¹⁴⁶ Para uma leitura acerca da atuação da OBAN e do DOI: JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo, 2008. (orientadora Maria Aparecida de Aquino) (Tese).

¹⁴⁷ Para as divergências entres os organismos de repressão e sua atuação violenta, ver: FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Global Editora, 1979. pp. 51-53. Para a atuação destacada do delegado Fleury, ver: SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

Após o AI-5, notadamente a partir do ano de 1969, a violência se alargava em todas as direções. A Igreja Católica então reagiu a essa nova disposição. Embora a rejeitasse como um todo, inclusive a praticada pela oposição, ao se pronunciar em defesa dos direitos humanos, denunciando com veemência os casos de torturas e desaparecidos políticos, o embate mais direto foi com o Estado. Por meio de declarações oficiais, os bispos passaram a defender a volta à normalidade jurídica, com a restituição das liberdades e do sistema político democrático¹⁴⁸.

Todas essas mudanças podem ser sentidas na documentação reunida pela polícia política paulista. Multiplicaram-se os recortes de jornais, as investigações sobre suspeitas de subversão, assinalando novos nomes e comportamentos. Percebe-se uma grande migração de documentos entre diferentes *Pastas/Dossiês*, destaque para o recebimento de registros sobre religiosos do interior do Estado.

Do ponto de vista dos sujeitos investigados, a desconfiança sobre o chamado clero progressista era ainda maior, mas agora ela se estendia marcada e decisivamente sobre a hierarquia católica. Tal como acontecia com os grupos de ação política, especialmente os ligados à luta armada, percebe-se que as investigações em torno do catolicismo associavam sua mobilização diretamente à idéia de subversão.

Por resultar de uma atuação policial que, oficialmente, identificava, acusava e reprimia as diferentes formas de contestação ao regime militar, os registros produzidos pela polícia política paulista estavam muito centrados em nomes e práticas, individuais ou coletivas. Nesse momento, mais do que nunca, essa característica redundava em uma imensa fragmentação documental.

Pensando a presença católica nesse material, a apreensão dos traços mais marcantes, mais do que antes, deve ser buscada pela atenção à heterogeneidade dos temas e indivíduos observados pelo DOPS/SP. Entretanto – apenas para reafirmar o que vem se tentando apresentar –, mesmo com todas as lacunas, os diferentes discursos reunidos revelam uma mudança de atuação, ainda que lenta e gradual. E, pelo que se pode depreender dos registros, ela pode ser compreendida como desdobramento das reformulações internas que vinham ocorrendo no meio católico, assim como do próprio enfrentamento com o governo militar brasileiro.

---

¹⁴⁸ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. op. cit., pp. 188-189.

A expressão de que esse momento de transição era marcado por contradições e enfrentamentos, externos e internos, pode ser percebido no episódio envolvendo o padre canadense Emile Dion. O conjunto documental enviado pela Polícia Federal de Sergipe, composto de termos de declarações, de investigações e de pareceres, embora em péssimo estado de conservação, permite entrever a trajetória do que parece ser um indivíduo comprometido com a questão política e social, o que lhe trouxe contratempos dentro e fora da Igreja.

Nas declarações que prestou à Polícia de Aracaju, em Sergipe, a 16 de março de 1970, o padre Emile Dion disse que tinha sido assistente da Ação Católica Operária da Arquidiocese de São Paulo, em Osasco, entre 1964 e 1969. E que, embora conhecesse padre Wauthier, não teria participado da greve ocorrida em 1968. Tendo chegado ao país em 1951, avaliava que o povo brasileiro tinha mais liberdade de expressão até 1964, mesmo reconhecendo que havia abusos. A partir de então, afirmava:

[...] o povo brasileiro se sente mais sufocado nos seus anseios e liberdades embora o crescimento econômico da nação, mui especialmente aqui no Nordeste, seja um fato real; que a maior deficiência do Governo se localizava no plano educacional, porque a porcentagem de analfabetos aqui realmente é uma das mais elevadas do continente; [...] que o declarante acha que a solução é mobilizar a Nação toda, em torno destes dados fundamentais, a fim de atingir o desenvolvimento desejado; que o declarante acha que o fim desejado é dar condições do povo de se alfabetizar, superar a fome e poder viver humanamente¹⁴⁹.

Em nome dessa crença, dizia usar da pregação como meio de organizar e levar o povo a agir. Com cuidado, o religioso fazia sua crítica à realidade nacional, especialmente àquela que lhe era mais próxima.

Depois de muitas idas e vindas, dentro e fora do país, sempre fazendo cursos e atuando como religioso, consta na documentação que sua chegada ao Nordeste ocorreu em função do pedido feito pelo arcebispo Dom José Távora, que então buscava um padre preparado, conhecedor do Brasil e que entendesse de organização pastoral. Lá, começou trabalhando com a pastoral popular de acordo com as disposições conciliares.

---

¹⁴⁹ Pasta 50-G-002 (2), documento 231.

Como responsável pelo Centro de Formação Teológico-Pastoral, teria sido encarregado pelo arcebispo Dom José Vicente Távora de elaborar um anteprojeto de Plano de Pastoral. Na apresentação do anteprojeto em sessão do Conselho Presbiterial, em março de 1970, é que denúncias teriam levantadas suspeitas contra a conduta do padre.

Consta em ofício preparado pelo delegado da Sub-Delegacia Regional de Sergipe, então encaminhado para o delegado da regional da Bahia, de abril de 1970, que um informante presente a tal sessão teria anotado que:

[...] Padre Emilio Dion, na ocasião afirmou que a situação existente no País, comportava uma reação violenta, originando-se discussão entre o padre Emilio Dion e o bispo auxiliar Dom Luciano Cabral Duarte, encerrando-se a sessão sem que o ante-projeto fosse aprovado¹⁵⁰.

Diante das suspeitas acerca das idéias defendidas pelo padre Dion, uma extensa investigação foi iniciada, com a tomada de depoimentos e a recolha de material sobre a atuação do religioso. Para piorar a situação, observa o delegado da regional de Sergipe, o fato de ter morrido, na mesma época, o arcebispo Dom Távora, responsável direto por sua presença no Estado, tornava a situação do religioso ainda mais delicada.

Analisado o documento produzido pelo sacerdote canadense, o informe então afirmava que se podia ler “nas entrelinhas” que os objetivos expostos eram “contrários ao atual Governo Brasileiro e um perigo para a nossa Segurança Interna”. Diante dos fatos, embora afirmasse não querer criar “um clima de fricção entre o clero e os órgãos de Segurança Interna”, o delegado concluía:

Portanto, somos de parecer que o Padre Emilio Dion deve afastar-se de nosso território o mais depressa possível e, para nos ajudar nesse sentido, estamos lhe enviando duas cópias do ante-projeto do plano pastoral, para ser melhor estudado nessa Delegacia Regional¹⁵¹.

O plano de pastoral apresentado pelo padre Dion, segundo o delegado regional de Sergipe, representava “um real perigo às nossas tradições históricas e ao Governo

---

¹⁵⁰ Pasta 50-G-002 (2), documento 237.

¹⁵¹ Pasta 50-G-002 (2), documento 237.

instalado no País”¹⁵². Infelizmente, a cópia do que seria o anteprojeto de pastoral para Arquidiocese de Aracaju se encontra muito danificada, tornando difícil sua leitura na íntegra. Mas, do que é possível distinguir, fica evidente qual o tipo de perigo que os órgãos de repressão do regime militar haviam identificado no sacerdote.

Sua proposta para o Centro de Formação Teológico-Pastoral tinha o sentido de estimular o aparecimento de agentes pastorais, leigos e religiosos, de nível médio e nível superior, na capital e no interior do Estado. Com os padres de tais localidades, propunha-se organizar em conjunto um programa de estudo e reflexão, em linguagem adequada ao meio. Tudo no intuito de

- Favorecer e despertar novos “Agentes de Pastoral”, surgidos dos próprios meios e ambientes, a fim de que, através desses novos elementos, o povo venha a sentir-se como responsável de sua própria Pastoral.
- Nessa perspectiva, haveria necessidade, não só de insistência, como também de urgência, para uma plena valorização dos leigos tanto nos seus engajamentos temporais visando uma transformação de estruturas injustas vigentes, bem assim de seu plano de inserção e participação na vida da Igreja [grifos do documento]¹⁵³.

Desse ponto em diante não é possível seguir na leitura do documento. Mas, embora curtos, os trechos revelam os sentidos da proposta e da atuação do religioso, tal como estava dito na declaração que deu à polícia. E era essa disposição que causava a suspeição e medo do Estado, aqui expressas nas falas do delegado regional. Não era apenas propriamente o envolvimento com o povo que assustava, embora isso estivesse constantemente sob monitoramento. Mas a proposta, tal como constava no projeto, era de organizar e promover nos meios e pelos meios populares uma reflexão, uma conscientização que permitisse superar os problemas sociais.

Por diferentes motivos, essa perspectiva de enfrentamento é que se encontra reproduzida em inúmeros registros reunidos nesse momento pelo DOPS/SP. A grande maioria segue investigando e qualificando religiosos e leigos em suas posturas e práticas. Como bem o revela o breve informe encaminhado pela Seção de Informações,

---

¹⁵² Pasta 50-G-002 (2), documento 239.

¹⁵³ Pasta 50-G-002 (2), documento 234.

da Secretaria de Segurança Pública, de junho de 1970. Ele avisava que uma equipe de padres Redentoristas estivera pregando na cidade de Ibitinga, no interior paulista.

Na ocasião, segundo registrado pela polícia militar local, no dia 20 de abril de 1970, o padre Francisco Viana Pires teria contestado, em uma de suas pregações, o regime militar brasileiro, “taxando-o de totalitário”, já que o povo não podia votar ou se mobilizar. Teria criticado também a eleição do presidente, à época o General Garrastazu Médici, dizendo: “vejam meus senhores, até que ponto nós chegamos, nossa Pátria ser mandada por um soldado escolhido por outros soldados”. Ao mesmo tempo, revelando um dos elementos que mais teria contribuído para a tensão entre Igreja e Estado, teria afirmado que os militares estavam intervindo até mesmo na própria Igreja¹⁵⁴.

Essa profusão de documentos, de certa forma, acaba por assinalar algumas questões, e mesmo corroborando algumas percepções. Voltando ao caso específico do envolvimento como o movimento operário, o que se percebe é que os agentes policiais, inicialmente, identificavam com relativa facilidade a atuação da base católica. Muitos nomes se repetiam, indicando que, no geral, eram ainda manifestações pontuais, como as de grupos como a JOC, ou de indivíduos, como no caso de Dom Jorge Marcos e do padre Wauthier, por exemplo.

Mas é perceptível uma mudança nesse quadro a partir de 1969. O destaque fica por conta do aparecimento maior das manifestações e do envolvimento mais objetivo de parte da hierarquia católica em meio aos registros. Normalmente, essa presença surge por meio de pronunciamentos e diretivas oficiais da CNBB, sobretudo aquelas que questionavam a repressão e falavam em nome de uma sociedade menos desigual, que passavam então a ser divulgadas e adotadas por padres e organizações que trabalhavam junto a esse setor operário, por exemplo.

No que deve ter contribuído para aumento da repressão, percebe-se que manifestações e atuações estavam cada vez mais de acordo com as concepções apontadas nos cartazes por ocasião dos protestos contra a expulsão do padre Wauthier. Institucionalmente, o discurso assumia frente ao Estado a defesa daqueles que estavam à margem da estrutura socioeconômica. Em alguma medida, a Igreja, especialmente sua hierarquia, se sentia tangida pelo regime e reagia, inclusive voltando-se para o setor religioso e laico que já fazia oposição ao governo, combatendo em nome da justiça.

---

¹⁵⁴ Pasta 50-G-000 (6), documento 379.

No que se refere aos trabalhadores, essa acolhida se dava pela denúncia da repressão promovida pelo regime militar, com prisões arbitrárias, torturas e mortes, assim como da marginalização econômica que atingia cada vez mais esse setor.

Foi esse crescente envolvimento que levou a inúmeras acusações e prisões de religiosos e leigos, quase sempre sob a acusação genérica de prática de subversão. Como muitas vezes se percebeu nos registros, o não-detalhamento das acusações ou suspeitas sugere o nível de arbitrariedade a que tinham chegado ações repressivas no regime militar.

Entre as muitas prisões ocorridas sob alegação de prática de subversão, um panfleto encontrado em meio à documentação informava e questionava a prisão de três padres e um diácono, alguns ligados a JOC, que teria ocorrido em Belo Horizonte, em 1968. Com a indicação manuscrita de ter sido recolhido junto à Igreja da Vila Fátima, que remetia a Mogi das Cruzes, expunha, de início, as arbitrariedades que cercariam o caso: os padres teriam sido presos na “calada da noite” e teriam sido mantidos incomunicáveis pelo Exército; os bispos não teriam sido comunicados das acusações que pesavam sobre os sacerdotes.

Consta ainda que os superiores dos religiosos presos afirmavam ser infundadas as acusações que eram feitas e “publicadas por certa imprensa do país”, que seriam: “De deixar a pregação do Evangelho para promover a subversão, no púlpito e nas reuniões paroquiais”; “De estar de posse de material subversivo e de organizar guerrilhas”¹⁵⁵.

Acima mesmo das considerações acerca das acusações feitas, o posicionamento assumido pelos produtores do panfleto era indicativo da nova frente de combate da Igreja, que a essa altura já tinha interpelado as autoridades acerca do caso. O julgamento dos que redigiram o folheto era exposto da seguinte forma:

NOSSA OPINIÃO

- 1) Injustiça contra os direitos humanos: presos e colocados incomunicáveis, sem direitos de defender.
- 2) Desrespeito à autoridade eclesiástica competente: não foram interpelados os próprios bispos de Belo Horizonte, nem a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nem os superiores dos religiosos.
- 3) Induzidos ilegalmente a confessar sem a presença de testemunhas, por métodos discutíveis, reprovados no mundo inteiro.

---

¹⁵⁵ Pasta 50-G-001 (2), documento 230.

4) Considerados subversivos na base de provas insuficientes, não decisivas¹⁵⁶.

Por fim, em letras garrafais constava no panfleto seguinte questionamento: “QUEM DEVE SER CONDENADO?”

A defesa dos acusados, fossem eles religiosos ou leigos, estava agora sob rubrica dos direitos humanos, transformada em instrumento de enfrentamento às arbitrariedades do regime militar. Com seus princípios adotados e empunhados com força pela hierarquia, rapidamente essa bandeira era também assumida pela base em seu trabalho de conscientização e organização política e social.

Isso é perceptível, por exemplo, num documento sobre observações feitas por ocasião de palestras proferidas pelo padre Agostinho Pretto na *Organização de Auxílio Fraternal*. O registro não tem data de produção, mas no carimbo da polícia política aparece novembro de 1970¹⁵⁷.

Depois de relatar que não eram convidadas pessoas estranhas para as reuniões ali realizadas, o informante comentava que o tema da exploração dos trabalhadores por parte dos empregadores tinha sido abordado no encontro de 25 de novembro de 1970. Sobre a fala do sacerdote, anotou:

Os padres agora se colocaram ao lado dos menos favorecidos e muito embora já tenham ocorrido prisões de religiosos por esse motivo, não nos amedrontamos e continuaremos a luta, mesmo porque isso está chamando a atenção das altas autoridades. A ordem dos Bispos, em recente manifesto a esse respeito, recomendou a continuação da campanha, autorizando os sacerdotes a fazerem durante os “sermões” comentários sobre os problemas sociais e salários. É preciso que o povo e os trabalhadores tomem conhecimento de seus direitos e obrigações, sindicalizando-se e unindo-se para poderem reivindicar um salário digno. Já temos padres trabalhando ombro a ombro com os operários, inclusive 1 que era servente de pedreiro e hoje já é pedreiro¹⁵⁸.

Mesmo sendo um registro indireto da fala do padre, o que pode comportar alguma deturpação, mesmo assim, está indicada a mudança substancial na postura de parte da

---

¹⁵⁶ Pasta 50-G-001 (2), documento 229.

¹⁵⁷ Padre Agostinho Pretto foi assistente latino-americano da JOC. Em 1970, acusado de ser marxista, comunista e subversivo, foi perseguido, preso e torturado pelo regime militar.

¹⁵⁸ Pasta 50-G-002 (3), documento 290B.

instituição católica. Há aí também uma estratégia que caracterizaria o comportamento católico frente ao regime militar: ao se aproximar dos movimentos sociais, especialmente dos trabalhadores, mais do que dar guarida, passava-se a estimular a reorganização do movimento. Fosse em nome da autodefesa ou da reivindicação de direitos e salários melhores, como indicado, essa foi uma forma de congregar as forças de oposição frente a uma estrutura governamental e econômica tida como promotora de injustiças.

Na sequência, o padre teria denunciado a prisão de onze membros da JOC, dos quais quatro seriam padres, no Rio de Janeiro. E então teria buscado situar o catolicismo perante os fatos que ocorriam:

A Igreja é inteiramente contrária ao “comunismo” e o “capitalismo”. O terrorismo tem gerado violência e a sua repressão por parte da Polícia também, daí não concordamos com esse estado de coisas, pois a continuação desses fatos nos levará fatalmente a nova revolução. O operário que reclama seus direitos é taxado de subversivo, é encarcerado e espancado. Não tendo dinheiro para constituir um advogado fatalmente são jogados em cárceres imundos e a merce de atos condenáveis por parte dos outros prisioneiros. Digo isso porque conheço muito bem o que é a Polícia, pois já tive oportunidade de trabalhar lá (não disse de que forma). Referiu-se também ao Esquadrão da Morte, taxando seus elementos de corruptos, cujos crimes a eles atribuídos, foram para benefício próprio [...] [grifos do documento]¹⁵⁹.

A idéia de que o catolicismo estaria distante tanto do comunismo como do capitalismo, então destacada pelo informante, embora não traga mais informações, tem um peso muito grande, dado o momento. A julgar que esse documento é do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, o Brasil vivia no auge do chamado “milagre econômico”, com aumento significativo das exportações agrícolas, da expansão industrial e da oferta de emprego. Contudo, como mencionado, isso não resultou em benefícios para os trabalhadores. Em outras palavras, o desenvolvimento e a consolidação da estrutura econômica capitalista não resolveram os problemas dos mais necessitados. E é sintomático que a crítica ao sistema estivesse sendo feita numa *Organização de Auxílio Fraternal*, pregando justamente a organização dos trabalhadores para que fossem exigidos seus direitos.

---

¹⁵⁹ Pasta 50-G-002 (3), documento 290B.

De outra forma, embora um pouco confuso o final do relato, a menção às prisões arbitrárias de trabalhadores e à ação do Esquadrão da Morte, indicava que o catolicismo nacional, ou pelo menos boa parte dele, assumia a responsabilidade por denunciar e buscar uma realidade menos opressiva para os marginalizados, ainda a grande maioria da sociedade.

Por fim, vale reafirmar que essa nova disposição do episcopado foi classificada como ato de subversão, especialmente porque, na contraposição ao governo, preconizava uma organização que viesse da base. Em nome dessa organização, ou denunciando abusos no setor, na cidade e no campo, essa parece ter sido uma tarefa assumida com determinação pela Igreja, pelo que se percebe nos documentos referentes aos primeiros anos de 1970.

Assim, seguindo em sua tarefa de monitoramento e repressão aos atos tidos como suspeitos, um breve registro produzido pela Delegacia Especializada de Ordem Política anotava as observações sobre missa celebrada pelo padre Jan Jacobus Hendrik Croimans, na Igreja de Santo Antônio, na capital, em 1973. Diga-se de passagem que, neste momento, há muitos registros indicando que várias missas foram observadas no intuito de se verificar a disposição dos pronunciamentos, especialmente se algum pronunciamento era feito contra o governo militar.

Sobre a missa do padre Croimans, o observador registrou que o celebrante teria defendido a solidariedade e união entre os operários, sendo um risco realizar manifestações isoladamente. Sobre as condições dos trabalhadores, teria dito: “[...] o salário mínimo foi aumentado para trezentos e poucos cruzeiros. Todos nós sabemos que isso não dá para uma pessoa, como pode dar para o sustento de uma família?”.

É perceptível a recorrência desse novo comportamento católico na documentação. De certa forma, esse envolvimento e a permanente desconfiança da polícia pode ser sentida no remate do registro:

O sermão discorreu mais ou menos no mesmo nível até o fim.

Não foi possível apreender com toda a sua profundidade, o verdadeiro sentido das expressões acima, visto que os alto-falantes não reproduziam com nitidez, e padre João carrega um pouco no sotaque.

Estranhamos porém, que tal assunto fosse abordado numa missa dedicada quase só de crianças¹⁶⁰.

No geral, como se viu nos documentos acima, o fato de estarem os padres e a hierarquia católica juntos, trabalhando ou orientando os trabalhadores, continuava sendo visto com suspeição. Mas é perceptível que essa desconfiança aumentou quando a instituição católica incorporou ao exercício de evangelização um discurso e uma prática política e social em defesa dos que eram marginalizados pelo sistema. Aquilo que muitos sacerdotes e leigos entendiam como parte de uma prática cristã, ainda no período anterior ao regime militar, era agora assumido como política oficial do catolicismo nacional. E, muitas vezes, o contraponto era feito diretamente ao sistema capitalista. Esse novo comportamento, que gerou maior perseguição por parte do regime militar, conferiu também uma nova legitimidade e representação para Igreja.

2. DOPS: a relação entre católicos e estudantes sob suspeita

Tal como ocorreu com relação ao movimento operário, como se buscou apontar no tópico acima, a polícia política também observou com atenção o envolvimento de membros do catolicismo nacional com o movimento estudantil. Da mesma forma, a documentação revela que o monitoramento e a repressão referentes a essa relação se intensificaram logo no início do regime militar – embora, no caso dos documentos analisados nesta pesquisa, os registros surjam um pouco depois dos referentes àquele setor.

Outro detalhe é que esse material se encontra ainda mais fragmentado e espalhado pelos diferentes dossiês e pastas. Ao mesmo tempo, guardadas as devidas particularidades, os traços que aqui surgem como objeto de suspeição por parte da polícia se mantêm próximos aos destacados quando do envolvimento do catolicismo com o movimento operário. Por esse motivo, para evitar uma repetição excessiva, foram apresentadas apenas algumas situações, entendidas como representativas da discussão que embasa este trabalho.

---

¹⁶⁰ Pasta 50-G-002 (9), documento 968.

Após o golpe, particularmente entre os anos de 1964 e 1965, invasões, destruições, prisões e expulsões atingiram docentes e discentes das universidades e colégios em todo o país. O setor estudantil era particularmente visado, tido como ambiente de infiltração comunista e, conseqüentemente, como fonte de subversão¹⁶¹.

A começar pela destruição da sede da União Nacional dos Estudantes, a UNE, no Rio de Janeiro, no mesmo dia em que ocorreu o golpe, e pela invasão da Universidade de Brasília, seguida pela aprovação da Lei Suplicy, em novembro de 1964, o governo instituiu uma política de repressão sobre o movimento estudantil. Essa Lei, por exemplo, proibiu o funcionamento de muitas entidades estudantis, entre elas a UNE e as representações locais da União Estadual de Estudantes, UEE¹⁶².

Entretanto, essas entidades estudantis seguiram atuando na clandestinidade, sendo que suas reorganizações se deram mesmo em função da repressão sofrida¹⁶³. Os protestos contra a influência estadunidense na educação via acordo MEC-Usaid; a denúncia de falta de vagas no ensino superior e da má qualidade do ensino oferecido; a busca pela autonomia universitária; foram alguns dos fatores que deram início às primeiras manifestações do setor contra o governo. Assim, especialmente a partir de 1967, foram promovidas passeatas, greves e protestos relâmpagos em todo país. A repressão sofrida contribuiu para a crescente mobilização do meio estudantil, envolvendo e promovendo a reação mesmo de parte da opinião pública ao lado dos estudantes¹⁶⁴.

Assim, de uma mobilização que buscava exprimir sobretudo as demandas setoriais, à medida que crescia a violência e ficava claro o rumo da política econômica e social do governo militar, o movimento foi se politizando. Por volta de 1967, as

---

¹⁶¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). p. 255.

¹⁶² Ver os detalhes da invasão e desmantelamento da UNB, assim como a remodelação das entidades estudantis em: POERNER, Artur José. *O poder jovem*: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4ª. Ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995. pp. 206-216.

¹⁶³ Conferir a especificidade dos grupos internos ao movimento e a discussão sobre a dialética entre a repressão e a mobilização envolvendo Estado e movimento estudantil em: MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987; especialmente o capítulo V.

¹⁶⁴ POERNER, Artur José. *O poder jovem*: história da participação política dos estudantes brasileiros; especialmente páginas 203-233.

manifestações expressavam com mais força a oposição ao regime, pedindo redemocratização, liberdade de expressão e não-repressão¹⁶⁵.

Nesse choque entre estudantes e governo, o envolvimento de religiosos e leigos católicos se deu de diferentes formas. A Igreja, especialmente por meio dos grupos de Ação Católica, possuía um amplo contato com o setor, numa relação que resultou em mútua influência.

Por outro lado, diante da repressão, religiosos agiram também dando guarida aos perseguidos em conventos, igrejas, sítios etc. Em 1966, por exemplo, sob a proteção de padres franciscanos, ocorreu nos porões da Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte, o 28º Congresso da UNE; da mesma forma, o 29º Congresso, em 1967, foi realizado clandestinamente na cidade paulista de Vinhedo, em local cedido por religiosos beneditinos¹⁶⁶. Essas eram, afinal, formas de contestação que ambos os setores faziam ao governo instalado.

Por sua vez, essa união nos protestos surgiu em diferentes e fragmentadas referências em meio à documentação produzida pela polícia política, expondo muitas vezes a condenação que lhe era atribuída.

Nesse caso, uma das fontes policiais para interpretar essa articulação pode ser encontrada nas informações sobre religiosos incursos em Inquéritos Policiais Militares, IPMs. Como mostra um relatório de 1966, referente ao clero de São José do Rio Preto, esses inquéritos forneceram subsídios que contribuíram para sustentar e criar novas suspeitas sobre essa relação¹⁶⁷.

No geral, pelo que se percebe, os católicos, entre eles muitos padres, foram arrolados nesses inquéritos como tendo ligações ou sendo eles mesmos acusados de

---

¹⁶⁵ Sobre a violência pautando a relação entre estudantes e o regime militar: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

¹⁶⁶ Poerner destaca em seu trabalho a relação de proximidade de setores da Igreja com o movimento estudantil. Para a mobilização conjunta nesse período: POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. pp. 246-257; 289-293. A questão do apoio dado ao movimento pode ser encontrada também em: BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiê Carlos Marighella e Frei Tito*. pp. 80-93.

¹⁶⁷ Instituídos logo após o golpe militar, na chamada “operação limpeza”, inúmeros IPMs foram instaurados pelo país na tentativa de promover o maior número de expurgos políticos possíveis. Segundo Carlos Fico, esse instrumento permitiu aos militares mais radicais atuarem por longo período e de forma nem sempre legal nas cassações políticas, buscando eliminar os inimigos da chamada democracia ocidental. Coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães exaltados, que passaram a conduzir os IPMs propuseram inúmeras punições, contrapondo-se mesmo às diretrizes legalistas do governo Castelo Branco. Sobre isso: FICO, Carlos. *Como eles agiam*. pp. 33-71.

serem comunistas e promotores desse ideário. Assim, como no caso da relação com os trabalhadores, especialmente os do campo, essa aproximação com os estudantes era quase sempre entendida como maliciosa, com vistas a disseminar as idéias subversivas.

Dessa forma, na caracterização das culpas, especialmente quando envolviam sacerdotes, seguia uma apreciação de que o comportamento social era pouco condizente com função religiosa. Ou seja, como pano de fundo, figurava uma condenação moral dos acusados. Uma condenação que poderia assumir vários contornos, contribuindo para a constituição de uma reprovação total.

Na investigação referente ao clero de São José do Rio Preto, no interior paulista, as informações davam conta, por exemplo, de afirmar que o padre José Domingos, antes da “Revolução de 31 de março”, estava sempre em companhia de professores comunistas da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela localidade. No período militar, essa informação, por si só, mais que tornar suspeito o investigado, comportava uma condenação de antemão.

Num tom de indignação, o informe registrava que, depois de 1964, com a dispensa desses professores, aconteceu que o dito padre fora nomeado pelo bispo-auxiliar, Dom José Joaquim, como reitor do Seminário Diocesano e, “ainda mais: lhe deu as atribuições de dirigente da JUC”, entidade que congregaria e promoveria subversão no cotidiano daquela Faculdade.

O texto seguia informando que, embora não permanecesse por muito tempo na direção desse movimento, padre Domingos continuou à frente do Seminário Diocesano, para onde teria levado, como professores, os estudantes comunistas da Faculdade que freqüentava. Uma das conseqüências dessa contradição – teria se apurado na ocasião –, era que aquele seminário “há muito tempo não forma um padre, apesar de elevado número de alunos” e, o que seria mais grave: “os alunos que abandonam o Seminário matriculam-se na Faculdade de Filosofia e aí chegam perfeitamente doutrinados, convictos marxistas”¹⁶⁸.

Seguindo no tom de indignação, o texto afirmava que nos IPMs instaurados naquela cidade contra os comunistas, o padre Domingos teria sido arrolado como testemunha de defesa, embora muitos acusados tivessem se assumido como comunistas e afirmado que o padre também o era.

---

¹⁶⁸ Pasta 50-G-002 (1), documento 97.

Esse documento reafirma a velha prática policial de estabelecer desconfianças a partir das ligações mantidas pelas pessoas investigadas. Embora não provasse inocência ou culpa, relações com determinadas pessoas ou entidades, como grupos da Ação Católica ou da Ação Popular, eram suficientes para gerar desconfiança imediata entre os agentes da polícia. Também por esse motivo, no caso de Rio Preto, como mostra o trecho abaixo, o bispo também estava sob suspeita:

O próprio D. Joaquim Gonçalves foi arrolado testemunha de defesa de vários comunistas implicados em I.P.M., e, segundo consta, era elemento altamente ligado ao Prof. Flávio Vespaziano Di Giorgi, elemento conhecido como de “A.P.” que perdeu o cargo público por força da revolução e está sendo processado como incurso na Lei de Segurança Nacional (Justiça Militar). Por outro lado, antes da revolução, quando eram organizados vários sindicatos na cidade e região, o Bispo D. José, na Fazenda do Seminário, chegou a fundar um sindicato-rural, com a finalidade de fazer autênticos líderes (?). Deflagrada a Revolução a Polícia local efetuou as prisões dos inúmeros implicados no movimento comunista, principalmente dos elementos da “A.P.” e do Bispo D. José Joaquim Gonçalves, que procurou – reiteradamente – intervir junto ao Delegado R. de Polícia, Dr. Tácito Pinheiro Machado, para soltura de várias moças da “A.P.”. [grifos do documento]¹⁶⁹

Por fim, na seqüência, referindo-se a outro sacerdote, o documento deixa transparecer com mais força o fato de uma possível condenação política estar associada e comportar também, em alguma medida, um preconceito, uma condenação moral.

Existe ainda em S. José do Rio Preto, um padre com o nome JARBAS de tal, tipo “play-boy”, de vasta e bonita cabeleira, roupa justa, colada ao corpo, que não larga os alunos comunistas da Faculdade de Filosofia, fazendo pregações sobre problemas sociais do Brasil. Esse padre é visto freqüentemente em companhia de SANTO REIS SIQUEIRA, já citado neste relatório, agitador da “A.P.” no meio estudantil de Filosofia. Consta, ainda, que o Padre Jarbas vem ampliando o seu círculo de ação, na cidade de Catanduva, onde dirige a “J.E.C.” e faz competições esportivas com os estudantes dos ginásios, captando-lhes as confiança e intimidade¹⁷⁰.

---

¹⁶⁹ Pasta 50-G-002 (1), documento 97.

¹⁷⁰ Pasta 50-G-002 (1), documento 97.

Como esse tipo de apreciação do comportamento público e pessoal, especialmente dos religiosos, incluindo as mulheres, os registros deixam transparecer a percepção de que muitos desses acusados usavam da boa fé das pessoas, valendo-se então da sua condição.

De certa forma, tem-se nesse caso a presença de um dos elementos usados para justificar o golpe, fruto de uma visão tradicional de sociedade e de religião. A essa cabia apenas o papel de sacramentar a realidade tal como ela era, difundindo e respeitando uma moral social condizente com o que se julgava ser a verdadeira tradição cristã e democrática da sociedade ocidental. Nesse aspecto, ao que parecem, as instituições de segurança do governo militar já acreditavam nesse momento que teriam em setores da Igreja, não o apoio, mas os inimigos a serem combatidos.

Esse receio, claro, apenas corroborava as suspeitas que recaíam notadamente sobre os religiosos, tidos como deturpadores do que seria o verdadeiro cristianismo. Esse era outro elemento que subsistia nos registros, particularmente nessa presença católica junto aos estudantes. Como na investigação sobre a pessoa do padre Darcy Corazza. No relatório de qualificação de abril de 1968, esse sacerdote era apontado como sendo um dos “elementos atuantes e participantes perigosos dos grupos comunistas da Faculdade de Filosofia de São Bento”, já no ano de 1966.

Na descrição da pessoa e das funções de professor de Cultura Religiosa daquela faculdade, ligada à Pontifícia Universidade de São Paulo, de capelão da Pontifícia e chefe e orientador da Juventude Universitária Católica, JUC, surge no texto, na mesma proporção, a distinção e o cuidado que se deveria ter com esse sacerdote. Como que para confirmar as suspeitas e reafirmar a necessidade de cuidado, o relator assinalava que o padre estava “mancomunado com os senhores: Mons. Enzo de Campos Gusso (comunista), José Nagamini Massafumi (elemento subversivo), Oswaldo Aranha de Mello (comunista)”.

Mais uma vez, o caráter dissimulado e danoso da ação desse tipo de indivíduo estaria – expõe o texto – no fato de se valerem de seus postos para difundir as idéias comunistas, subversivas. No caso do padre Corazza, toda sua distinção era ainda mais perigosa porque estaria a serviço de ideários reprováveis:

Elemento doutrinador que procura trazer alunos e pessoas para os grupos comunistas (JUC, por exemplo). Tem a especialidade de nas suas doutrinações e conchavos iludir as pessoas, fazendo-as crer na semelhança hipotética* da doutrina católica com a doutrina marxista.

Elemento que se manifesta pela estatização de indústrias e bens de todo o tipo¹⁷¹.

É possível perceber neste documento a preocupação com o comunismo e sua penetração na teia social por meio de indivíduos ligados ao clero, tanto mais perniciosa por ocuparem altos postos de distinção e por desfrutarem de prestígio na sociedade. A maneira como é passada a imagem do padre Darcy mostra que, em se tratando de comunismo, não há meio termo: ele é um indivíduo perigoso. Ao descrever parte da vida do religioso, das atividades profissionais que exercia, em si, pode-se aferir do texto, elas delineavam sua culpa, tanto quanto daqueles associados a ele.

O padre era apresentado como uma pessoa culta, ligada a figuras e lugares importantes da intelectualidade paulistana. Ao relacioná-lo à Faculdade de Filosofia de São Bento, como professor, e à Pontifícia Universidade Católica, o texto traz para o cerne das considerações dois dos centros mais tradicionais do catolicismo paulistano. No caso, espaços usados pelo sacerdote para arregimentar pessoas para os grupos comunistas do país.

Tanto maior sua periculosidade por buscar a associação indevida, sugere o texto, entre a doutrina católica com a doutrina de Karl Marx. Mais uma vez, tem-se a descrição de alguém que seria perigoso deturpador e contaminador da brasilidade. Essa incompatibilidade indicada entre catolicismo e marxismo pode ser estendida também ao fato de ser um membro da Igreja envolvido com os movimentos políticos e sociais. Comportamento que aparece como sendo de indivíduos, às vezes, distantes da verdadeira vocação religiosa.

Por fim, na pequena referência às disposições pela “estatização de indústrias e bens de todo o tipo”, está o detalhe importante e que interessa particularmente destacar aqui. Nem sempre nos registros é perceptível o elemento principal que motivou uma investigação. A acusação de atividades comunizantes ou subversivas parecia conter cargas suficientes para manter uma vigília, para condenar e, se fosse o caso, reprimir. Mas, como nesse caso, por meio de pequenas referências, percebe-se que as disposições

---

* Esta é a palavra que está no documento. Possivelmente seja *hipotética*.

¹⁷¹ Pasta 30-G-000 (1), documentos 10.

individuais, ou coletivas, frente à estrutura socioeconômica permeavam o *olhar* investigativo então praticado pela polícia. O enquadramento e a inculpação poderiam ocorrer devido a uma perspectiva moral, social, político-econômica, religiosa, entre outras.

Seria mesmo previsível que a acusação de comunista figurasse como uma das principais no processo de incriminação, afinal o medo desse ideário foi um dos fatores usados para justificar o golpe militar. Entretanto, quanto a isso, é interessante notar em alguns registros a nomeação do outro lado dessa aversão: o receio de que o sistema capitalista fosse suplantado. Embora raramente apareça com todas as letras, esse entendimento é referendado em pequenas afirmações, observações.

Como já assinalado, os protestos contra o governo chegaram ao seu auge em 1968. E o movimento estudantil foi responsável por grande parte desse momento, tendo junto a si representantes do setor político, artístico, religioso e operariado. Os protestos que antes giravam em torno das demandas estudantis, agora eram direcionados diretamente contra o governo. Além de mudanças na política educacional, os protestos eram também em nome da democracia, da volta às liberdades constitucionais¹⁷².

Em março de 1968, durante um enfrentamento entre estudantes e as forças de repressão, foi morto o estudante Edson Luís de Lima Souto. Baleado enquanto a polícia militar do Rio de Janeiro buscava conter um protesto programado para sair do restaurante estudantil Calabouço, sua morte deu início ao choque total entre esses dois setores. Além da expansão e crescente politização do movimento estudantil, acabou também por comover e envolver a população nos protestos de rua, intensificando o enfrentamento dos movimentos sociais de oposição ao governo em todo o país¹⁷³.

A missa de sétimo dia, realizada na Igreja Nossa Senhora da Candelária, no Rio de Janeiro, foi mais um momento emblemático do papel que a Igreja viria a desempenhar a partir de então, na sociedade brasileira, particularmente a partir dos anos de 1970. No episódio, onde a própria missa teria sido desaconselhada pelas autoridades militares, os religiosos celebrantes, numa postura de defesa do público, fizeram uma corrente para

---

¹⁷² Especialmente para as primeiras mobilizações do setor estudantil: MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. pp. 75-116.

¹⁷³ Para a repercussão e os desdobramentos da morte desse estudante: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. pp. 42-90; e POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. pp. 269-272.

proteger os fiéis do ataque dos agentes militares que ali estavam a postos para reprimirem as manifestações¹⁷⁴.

Na esteira dessas manifestações, em julho ocorria no Rio de Janeiro a *Passeata dos 100.000*, reunindo estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e grande número de mães. Estudantes, representantes de muitas das entidades extintas pelo regime militar, estiveram à frente do evento. Presentes estiveram também muitos religiosos e fiéis católicos, simbolizando não só a oposição que crescia no setor, mas também o desejo de um novo projeto de sociedade¹⁷⁵.

Nesse momento, o medo da união entre os diferentes grupos sociais em torno de uma grande oposição ao governo aparece anotado em muitos documentos armazenados pelo DOPS. Num Pedido de Busca de junho de 1968, por exemplo, encaminhado ao SNI/ASP; DOPS/SP e outras áreas, o CIE do II Exército divulgava sob o timbre de “RESERVADO”:

1- DADOS CONHECIDOS

1. Estaria sendo preparado no País, um movimento unificado dos meios estudantis e sindicais, com o apoio de parlamentares oposicionistas e do clero esquerdista, no sentido de deflagrar uma série de agitações a partir do mês de junho do corrente ano.
2. Tal movimento estaria sendo planejado com base nos ensinamentos colhidos nos últimos acontecimentos na França e nos movimentos recentes já surgidos no Brasil, e incluiria desde greves, passeatas, concentrações e agitações urbanas, até atos de sabotagem e terrorismo.
3. O meio estudantil seria a força vanguarda, do movimento.

2. – DADOS SOLICITADOS

- Intensificar a busca por informes, por forma a manter esta Agência informada¹⁷⁶.

---

¹⁷⁴ Para os preparativos dessa missa e a tensão do momento: VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. pp. 115-123; 160; 162. Como foram de manifestar contra o ocorrido, os dominicanos de Perdizes, na Sexta-feira Santa de 1968, apresentaram em ato litúrgico “A Paixão segundo Cristino”, onde o assassinato de Edson Luiz de Lima Souto era apresentado como sendo o de mais um dentro da sociedade brasileira; cf.: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. pp. 148-149.

¹⁷⁵ VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. pp. 155-165.

¹⁷⁶ Pasta 50-G-001 (2), documento 116.

Além das suspeitas e do receio, o documento evidencia a cooperação entre os diferentes órgãos de repressão, isso mesmo antes da criação dos DOI-CODIs, nos anos 1970.

Em consonância com essa política de troca de informações, com vistas a entender, prever e reprimir os protestos, o DOPS/SP arquivava em 20 de outubro de 1968 cópia de um Inquérito Policial Militar instaurado pela regional da Aeronáutica no Estado do Pará sobre o Movimento Estudantil de abril de 1968”. Produzido pelo que seria a 8ª. Região Militar, Amazônia, o registro em questão, além de mostrar o trabalho conjunto dos órgãos do governo no trabalho de repressão, expõe também a forma de proceder nas investigações.

Pelo que se pode depreender desse material, para a montagem do relatório foram solicitadas informações a respeito desse assunto aos seguintes órgãos daquele Estado: 2ª. Seções da 1ª. Zona Aérea, IV Distrito Naval, Delegacia Regional de Polícia Federal e Secretaria da Segurança do Estado (DOPS), Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de Belém. O objetivo de tal diligência era, por meio dos dados recolhidos, fazer uma análise dos fatos mais importantes ocorridos naquela região em função da morte do estudante paraense Edson Luís no Rio de Janeiro.

Diante das indicações colhidas, informava o relator:

Procurou-se, então, proceder-se a seleção de pessoas a serem inquiridas. Deu-se prioridade àqueles cujos nomes constavam de todos os relatórios que chegaram às mãos deste encarregado do Inquérito, em tempo útil, e que tiveram participação ativa nos acontecimentos daquele período mencionado.

Selecionado o depoente, este teve o seu caso cuidadosamente estudado não pelos dados recentes e atuais, como também, à luz de seu passado, pela coleta de informes recolhidos de seus prontuários existentes na A-2, E-2, M-2 e fichário do DOPS.

Feito este levantamento, estabeleceu-se um perfil de atuação, espécie de “curriculum vitae” de modo que, de per si, passaram a constituir um CASO A ESTUDAR¹⁷⁷.

O longo documento preparado pela repressão representava uma tentativa policial de se inteirar tanto do perfil dos estudantes como do movimento estudantil daquele Estado. O documento buscava demonstrar que todos os envolvidos eram subversivos e

---

¹⁷⁷ Pasta 50-G-001 (2), documento 117.

estavam sob influência de movimentos externos ao seu meio, de orientação marxista-leninista, por exemplo, via Ação Popular¹⁷⁸.

Convém registrar que o relator busca desqualificar de todos os modos os agitadores, particularmente recorrendo a dados referentes à vida particular das pessoas, com a qual, por comportar problemas, poderia explicar a vida pública, a ação política. Em alguns momentos ele os apresenta como indivíduos “psicóticos”, “agitados e frustrados”, “descontente e desajustado”, “testa de ferro” e “inocente útil”. Numa referência ao que seria a imagem geral dos agitadores, observa: “Quanto aos demais figurantes dessa trupe, as opiniões divergem, embora, haja unanimidade que são todos muito esquisitos”.

Para confirmar esse parecer que perpassa todo o documento, o relator então expunha alguns casos e nomes recolhidos por ocasião dos protestos ocorridos na região – dados que serviriam de “subsídios para a formação de culpa”.

Desse quadro, parte da Igreja do Pará, especialmente por meio de seus padres, aparece no registro como tendo apoiado as manifestações estudantis, acolhendo as reuniões e ajudando a estruturar o movimento. Os dados policiais dão entender que as manifestações foram influenciadas por políticos inescrupulosos e por religiosos “extremistas”, especialmente pelo padre Raul Tavares de Souza, que seria então o diretor da Casa da Juventude, que abrigava os estudantes universitários.

Além de outros sacerdotes ligados à Ação Católica, teria participado dos preparativos das manifestações o arcebispo de Belém. Na ocasião, foi sugerido que se realizasse uma missa pela alma do estudante morto, oficiada pelo próprio arcebispo, o que teria sido bem aceito. Entretanto, observava o relator:

Ressalte-se que essa sugestão de solidariedade aparentemente cristã, partiu de um socialista da esquerda e não daqueles que por obrigação moral e religiosa o deveriam fazer.

---

¹⁷⁸ Formada principalmente por membros pela própria reflexão produzida dentro dos grupos de Ação Católica, nomeadamente a JUC, a AP surge no início de 1960 como fruto e parte integrante da reflexão cristã que se radicalizava. Como escreve Beozzo sobre o documento base do grupo: “Tendo apresentado a justiça como fundamento da ordem temporal, eles constatarem que no Brasil, sob a aparência da ‘ordem’, esconde-se uma profunda injustiça. E a ordem deixa de ser ordem, para tornar-se uma ‘desordem estabelecida’. O subdesenvolvimento do povo, sua fome, seus desesperos encontram sua causa nessa desordem estabelecida e nas forças internas e externas que têm interesse em mantê-las. A luta da consciência cristã deve, pois, engajar-se contra ‘esta desordem estabelecida’”; para o processo de formação e radicalização ocorrido na AP após o golpe militar, ver: BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política* – história da JUC e da AP. pp. 104-130.

Ressalte-se, também o caráter evidentemente político dessa reunião e a intervenção indevida de certos padres em assuntos temporais¹⁷⁹.

Em todos os sentidos, a interação entre catolicismo e os movimentos sociais, especialmente no que ela tinha de protesto político era incompreendida e condenável. No mínimo, era apresentada como desvios inaceitáveis.

Em suas conclusões sobre os eventos acontecidos no Pará, o relator observava que não chegou a haver uma “perturbação da Segurança Interna e nem tão pouco ameaça de por em perigo as liberdades individuais que caracterizam a Segurança Pública”. Entretanto, se isso não ocorreu é porque teria ocorrido a danosa influência de alguns setores da sociedade, inclusive de alguns setores da Igreja Católica.

Mas se não houve a perturbação da Segurança Interna isso se deve à neutralização de um grupo de pessoas, entre quais, identificam-se uma pequena parcela do Clero, compor de padres que se julgam reformistas-progressistas, que advogam a luta de classe e admitem a coexistência pacífica com o comunismo, baseados em que “só a violência pode partejar as grandes mudanças sociais”¹⁸⁰.

Assim, da análise que fez dos estudantes paraenses, afirmava que estes defendiam o que seria um “realismo socialista”, que “os distraem e os tornam ‘atuais’, ‘diferentes’, através de um malabarismo dialético, onde de um lado aceitam a Igreja, a pretexto de sua ação humanista, e, de outra parte, o comunismo com sua materialidade histórica”¹⁸¹.

Por tudo isso, o relator dava a entender que, embora os estudantes paraenses gozassem de certa consciência política, uma grande parte era composta por indivíduos bastante confusos. Essa desqualificação era então corroborada com a idéia de que os acontecimentos envolvendo o movimento estudantil naquele momento tinham sido provocados por “especulação político-religiosa”, que, sendo externa, tinha tentado envolver e comprometer os estudantes.

Avaliando os registros observados até o momento, pode-se deduzir que os envolvimento de católicos com os movimentos sociais eram condenados aos *olhos* da repressão pelo simples entendimento de que essa presença era uma “intervenção

---

¹⁷⁹ Pasta 50-G-001 (2), documento 117.

¹⁸⁰ Pasta 50-G-001 (2), documento 117.

¹⁸¹ Pasta 50-G-001 (2), documento 117.

indevida”. Considerando a imagem recolhida dos primeiros dez anos examinados dessa documentação, há que se entender que o próprio catolicismo, especialmente por parte de sua hierarquia, ajudou a construir essa percepção – um cristianismo distante da realidade e uma compreensão que remete mesmo à colonização portuguesa. E muitos religiosos, mesmo nos momentos mais tensos do enfrentamento com o regime militar, buscaram sustentar essa versão, às vezes, mais por conveniência que por fidelidade aos desígnios que então conduziam a Igreja.

Assim, devem-se pensar as posturas e as ações que rompiam com essa imagem construída como um desafio de grandes proporções, mesmo porque deveriam se estender a diferentes espaços e aspectos, dentro e, especialmente, fora da Igreja. Mas, como a existência da própria documentação da polícia sugere, isso estava ocorrendo. Os dois últimos registros que se seguem neste tópico podem ser apontados como emblemáticos dessa disposição. O primeiro, referente à madre Maria Cristina, simboliza em alguma medida as posturas de indivíduos que, com base numa nova compreensão do cristianismo, propunham e buscavam promover as transformações. Transformações que podem ser percebidas nos panfletos do movimento estudantil apreendidos pelo DOPS. Ambos, enfim, assinalavam os sentidos e as dimensões das mudanças que ocorriam.

O primeiro documento é uma cópia de um registro produzido pela regional da Força Aérea situada na cidade de Campo Grande, ainda no antigo Estado do Mato Grosso, por ocasião da presença de madre Maria Cristina, em dezembro de 1968. Professora e psicóloga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Maria Cristina era uma religiosa atuante nos trabalhos assistenciais e na discussão política, sendo marcante sua contestação ao próprio regime militar. Especialmente dedicada ao trabalho de educação infantil, viajou pelo país proferindo palestras, tal como a que foi registrada pelo pessoal da aeronáutica¹⁸².

Essas breves indicações já são significativas das transformações então vivenciadas no corpo da Igreja, afinal, tal como as mulheres na sociedade civil, as religiosas ainda buscavam conquistar seu espaço dentro da instituição católica. Mas, como revela o registro, as idéias divulgadas pela religiosa carregavam mais que uma postura pessoal. Eram também, como se busca assinalar neste trabalho, reflexos de uma concepção de sociedade, de organização social, onde o humano deveria estar em primeiro plano. São

---

¹⁸² Para mais informações sobre a pessoa e atuação política de Madre Maria Cristina, consultar o site do Instituto Sedes Sapientiae: <http://www.sedes.org.br/instituto/homenagem.htm> – acesso 16 de abril de 2009.

nessa perspectiva que se entendem neste trabalho as posturas assumidas por uma parte dos católicos, o que, de outra forma, também explicaria em parte a condenação dada pelo Estado.

Nesse sentido, o registro em questão é de grande importância porque, de forma mais direta, apresenta essas idéias sob a perspectiva de um dos agentes do aparato repressivo do Estado. Em alguma medida, ele sintetiza os elementos que estão na base das tensões e das contestações surgidas entre Estado e Igreja Católica.

Em função dessa compreensão, mesmo correndo o risco de tornar carregada a leitura, optou-se trazer o registro na íntegra. Sua inteireza pode melhor revelar esses sentidos.

Este Serviço tomou conhecimento da seguinte informação:

Foi constatada a presença de Madre Cristina Maria em CAMPO GRANDE – MT, onde, sob o patrocínio do Movimento Familiar Cristão (MFC ou Mafecista) a marginada proferia conferências abertas à comunidade, abordando o seguinte tema: A EDUCAÇÃO DOS FILHOS.

Tais conferências foram realizadas nos dias 11 e 12 às 10:00hs no auditório do Colégio Estadual Campograndense e no dia 13 às 09:00hs na Faculdade de Filosofia de Campo Grande.

Agência do CIE em MT estabeleceu contato com o diretor do Colégio Estadual Campograndense, Sr. Alcides Pimentel, que ao ser informado dos antecedentes da Madre Cristina Maria ficou perplexo, tendo em vista o bom conceito em que tem as pessoas que lhe foram solicitar o auditório. Pessoa de inteira confiança da 9º R.M., este diretor (que é inclusive oficial da reserva) declarou que como católico que é, esteve até disposto a concitar seus alunos a prestigiarem a conferência da Cristina Maria. Compareceram às três palestras, o Of. Adj. Da II DMR-9 e dois Sgts da mesma. Para a primeira palestra, foi feita a gravação, porém resultou infrutífera, devido às condições do local, (acústica disponível, distância e inconveniência de realizar a gravação ostensivamente), em razão disso, foi abandonada a idéia de gravar as duas conferências.

Observação:

a) A conferencista

Mulher aparentando cerca de 60 anos e boa saúde. Perfeito domínio da platéia, demonstrando muita “conhca” e habilidade ao se dirigir ao público. Causava forte impressão ao auditório que parecia extasiado ante sua “cultura”.

b) As conferências

Na 1ª., falou sobre a infância (filhos)

Na 2ª., falou sobre adolescência (filhos)

Na 3ª., falou sobre os filhos problemas

Procurou pautar as palestras dentro de um clima didático, usando inclusive linguagem técnica. Com habilidade, enveredava para certas digressões, nas quais administrava doses do mais puro marxismo, ou de esquerdismo estremado ou ainda, as idéias da “igreja avançada” sobre sexo, palavrão etc. Assim, como digno de nota, pode-se destacar as seguintes idéias:

- A propósito de ser contra a atribuição de quaisquer espécies de prêmios a alunos que se destacam, declarou: - “Isso de cada um valer pelo que pode comprar ou pelo que tem a vender, como acontece com o capitalismo, é péssimo”.

- “Não existe problema estudantil no Brasil e sim, apenas a polícia a agredir indefesos estudantes humilhando-os, espancando-os, prendendo-os. Logo, os estudantes tem que reagir. Não adianta destruir os atuais líderes, outros surgirão, até que consigam um mundo melhor”.

- “Hoje (dia 13) estou aflita, pois acabo de saber que a polícia espancou e prendeu mais de 700 estudantes indefesos no Congresso da UNE. Ora, senhores, a UNE não é comunista, pode até haver um ou outro comunista lá, mas eu converso todo dia com o presidente da UNE, que é um rapazinho angustiado e que sempre se queixa de falta de orientação”.

- “Os professores primários são muito mal pagos. Ainda agora, o governo do Estado de São Paulo negou aumento aos professores sob a alegação de que não há dinheiro. Não é verdade, dinheiro há. O brasileiro é muito acomodado. Precisa despertar e lutar pelos seus direitos”.

- “A imprensa deturpa os fatos, contra o povo e os estudantes, para atender interesses estrangeiros. Os anúncios exploram o sexo para alienar o povo. As imbecis novelas cubanas, que Fidel expulsou da Ilha, foram de propósito colocadas no Brasil para alienar o povo brasileiro”.

“Ainda agora, eu vi os estudantes do Mackenzie solidários com seus colegas, lutando contra a polícia e no dia seguinte os jornais notificaram que os estudantes brigavam entre si”.

“A geração de hoje (a nova) é madura. Os de ontem (os mais velhos), são imaturos”.

“Ontem, havia duas morais para o homem e uma para a mulher. Hoje, é uma só para ambos. Assim, se uma menina de 14 anos filha de boa família, pergunta – mamãe, por que o fulano pode dormir com mulher sem gostar dela, e eu que gosto de meu namorado não posso dormir com ele? – temos que convir que a pergunta é lógica e nós adultos não temos argumentos para respondê-la”.

“A Rússia, apoiando o casamento sem altar e sem papéis, apenas pelo acordo tácito dos dois conjugues, atingiu o ideal quanto a esse aspecto (amor livre)”.

“O regime capitalista aceita a prostituição de menores. Todos concordam em que uma prostituta é um objeto delicioso e gostoso que após fornecer deve ser espezinhada, humilhada e abandonada”.

“O que há de feio num palavrão? Nada. O fato está dentro de nós. Por exemplo: Filho da Puta. Onde está o feio ou obsceno? Nesse nome? Não, na nossa malícia”. (SIC).

“O problema da educação no Brasil poderia ser resolvido da seguinte forma: numa coluna devemos colocar o orçamento do Ministério do Exército e em outra, o orçamento do Ministério da Educação, após isso, devemos trocar os títulos (risos do auditório). Pois, senhores, para que precisamos de dinheiro para comprar armamento se ninguém quer brigar com o Brasil e nós não queremos brigar com ninguém?”

“Os estudantes atualmente, não possuem armamento para enfrentar a polícia, mas a paciência deles tem limites e fatalmente dentro de pouco tempo procurarão se armar”.

“O comunismo no Brasil tomou força a partir de 64. Antes de 64, eles eram insignificantes, mas após essa época todo o mal do Brasil passou a ser considerado como obra dos comunistas. Eu, que converso com homens de todas as correntes, já ouvi de um comunista, que isto é ótimo para eles, que lhes dá promoção, tal como fez o jornal “O Estado de São Paulo”.

“Estamos vivendo o fim de um ciclo cultural e início de novo ciclo cultural. Assim, o que era valor ontem, não o é hoje”.

“Precisamos evoluir para um ponto em que não existam mais classes”.

Diante de tanta sandice, contudo ditas com bastante habilidade e malícia, como sofismas e meias verdades, ressalta que CRISTINA MARIA é uma mulher perigosa, altamente subversiva, nociva às instituições, aos costumes e à sociedade. Melífluos, teatral, fanática, procura passar por pessoa cujos princípios básicos são, o amor e a compreensão do próximo. Todavia, transmite suas idéias num tom de verdade única, definitiva e incontestável. Manipula bem a técnica da “meia verdade”, sabendo ser profunda ou superficial, conforme lhe convenha ou não. Pareceu esta agência que a dita cuja impressionou favoravelmente a platéia, e o gérmen de sua subversão deve ter deixado alguma marca em muitas pessoas tanto os de baixo nível cultural como em alguns pseudos-eruditos, perplexos ante tanta “sinceridade”, tanta “sabedoria” [grifos do documento]¹⁸³.

Como em outros, o conteúdo desse registro comporta algumas contradições. Aparentemente, embora o Informe encaminhado seja de dezembro de 1968, tudo indica que as palestras ocorreram em outubro, quando então, como mencionado, teria ocorrido a prisão dos jovens reunidos no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, no interior de São Paulo. A informação mais conflitante, contudo, parece ser a referência à solidariedade dos alunos do Mackenzie contra a polícia. Em outubro daquele ano, na rua Maria

---

¹⁸³ Pasta 50-G-000 (3), documento 229.

Antônia, ocorreu o choque entre os alunos da Filosofia da USP e alunos do Mackenzie, um conflito entre alunos ligados a UNE e outro filiados a organizações conservadoras e anticomunistas. Como o episódio se notabilizou pela violência, ou a religiosa estava se referindo a outro evento, ou houve um equívoco de referência na transcrição. É difícil saber, dada a brevidade da menção. Como as palestras não foram gravadas, como assinala o próprio Informe, essas anotações podem conter algumas confusões, o que fica sugerido pela forma dispersa com que foram apresentados os temas¹⁸⁴.

Mas, mesmo com essa possibilidade, entende-se que os sentidos estão relativamente preservados, tanto as objeções policiais quanto o significado do pronunciamento.

A começar pelo comportamento do diretor do colégio, que, por ser justamente católico, parece ter apresentado reservas às palestras “ao ser informado dos antecedentes da Madre”, o texto deixa transparecer a recusa em aceitar essa *abertura* aos temas do mundo por parte de um católico, ainda mais por uma religiosa. Idéia que fica implícita no simples “sic” assentado pelo agente após as considerações apresentadas pela mãe sobre o que seria um palavrão. Aliás, como que evidenciando a compreensão que se tinha de tal comportamento, as considerações sobre sexo e palavrão são apresentadas como próprias da “igreja avançada”, próxima ao marxismo ou esquerdismo extremado. Um quadro claramente rejeitado por quem fez as observações.

Noutra perspectiva, sem se estender nas considerações feitas sobre sexo, amor e prostituição, primeiro é importante ressaltar isso como sinal de uma abertura que ocorria no espaço católico. Pensando a busca por uma realização integral do ser humano, essas também deveriam ser questões abordadas pela perspectiva cristã, sem receio ou preconceito. Daí talvez o destaque dado ao direito à liberdade feminina, especialmente frente à moral masculina dominante na sociedade, questão muito em voga na época¹⁸⁵. Abordadas apenas como dimensões constituintes da vida, do cotidiano das pessoas, tal como apresentadas, tinha-se na fala da religiosa a busca por abrir as mentes e os corações.

---

¹⁸⁴ Sobre o episódio na rua Maria Antônia, ver: MENEZES, Adélia Bezzerra de. *Maria Antônia: década de 60*. In: *Maria Antônia: uma rua na contramão*. Org. Maria Cecília Loschiavo dos Santos. São Paulo: Nobel, 1988. pp. 118-131.

¹⁸⁵ Esta questão pode ser conferida em: MORAES, Letícia Nunes de. *Cotidiano & Política: em Carmem da Silva e David Nasser*. São Paulo, 2007 (Tese).

Essas e as questões da educação no país, tema da qual a madre era especializada, eram também abordadas dentro de uma compreensão do sistema capitalista, que gerava a desumanização, no caso da prostituição, e distorções, no caso da educação. É interessante notar que essa observação questionava diretamente o coração do sistema econômico e governamental vigente no país, que era liberal e sustentado pela força das armas.

Assim, a oposição política por meio das armas, que ganharia maior dimensão no final de 1968 e início de 1969, era anunciada como resultado da pressão que o governo exercia especialmente sobre os jovens.

De todos os questionamentos expostos, pela forma como foi estruturado o Informe, a *evolução* para “um ponto” em que não existissem mais classes, ou seja, um tipo de socialismo, era então apontado como caminho a ser seguido.

Essa busca por despertar e chamar a responsabilidade para a constituição de uma sociedade menos desigual, em que houvesse um justo equilíbrio entre os fatores éticos, sociais e políticos, na perspectiva de um humanismo integral, foi plenamente rejeitada pelo agente policial. Ele também parece não ter visto coerência entre o que foi dito e o que julgava serem os princípios básicos de amor e compreensão ao próximo. Pode-se depreender das objeções feitas que, falando sob o patrocínio do *Movimento Familiar Cristão*, o problema maior estava na própria palestrante, “mulher perigosa, altamente subversiva, nociva às instituições, aos costumes e à sociedade”. Nesse ponto, mais uma vez, a referência ao que seria a sociedade correta remete novamente a uma idéia que o próprio catolicismo ajudou a construir, e que, agora, alguns de seus membros se punham na luta por reformular, já que atentatória à dignidade integral da pessoa humana.

Por fim, acentuando a questão da participação direta de religiosos na luta contra o regime e a repressão daí decorrente, vale destacar o impresso distribuído nas imediações da Igreja de Vila Pompéia, no dia 15 de dezembro de 1968. Lançado, portanto, dois dias após a decretação do AI-5, possuía como título “A nossa luta é justa” e fazia parte de uma “Campanha pela libertação dos presos”. Consta que o material teria sido produzido por uma organização do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, o CRUSP.

O material denunciava o custo de vida, os “salários de fome” controlados pelo governo, o desemprego e a leis que favoreceriam empresas estrangeiras, a mortalidade infantil no Nordeste. Nas denúncias que fazia sobre a repressão, citava o caso dos padres presos em Belo Horizonte, ato que teria sido considerado injusto por religiosos e leigos.

É importante observar que a menção reconhecia a luta de setores da Igreja ao lado do “povo”, motivo pelo qual seriam perseguidos pelo regime militar, como mostra o trecho abaixo:

A Igreja, depois do Concílio, está do lado dos oprimidos e dos pobres, pois isso é o VERDADEIRO EVANGELHO DO CRISTO.

Evangelho de São Lucas (Cap. 4 – Vers. 34) “Enviou-me para pregar o evangelho aos pobres e por em liberdade os oprimidos...”

É crime repartir as riquezas com mais justiça, para que cada um tenha alimento, escola, trabalho e saúde???

A repressão contra os padres não é apenas em Belo Horizonte, mas em todo o país e contra todos que lutam pela justiça, trabalhadores, estudantes, jornalistas, padres... [grifos do documento]¹⁸⁶

Diante dessas constatações, fazia-se um apelo direto aos cristãos, aos trabalhadores, às mães de família, aos jovens, aos estudantes: era preciso agir, exigir a libertação dos presos. Era preciso conscientizar a todos sobre o que estava acontecendo, numa ação de pessoa para pessoa.

A partir da decretação do AI-5, a denúncia e a conscientização surgem como caminhos para promover uma mobilização social contra o regime. As prisões de religiosos, trabalhadores e estudantes eram apresentadas como provas da injustiça, do caráter repressivo do regime militar. Nesse sentido, naquele momento, com o Ato Institucional entendia-se que a ditadura se desmascarava, contra o que a “luta do povo” deveria avançar. Ele, enfim, dava os poderes excepcionais aos “inimigos do povo”:

- Invasão pelo Exército e Força Pública do Conjunto Residencial da USP (CRUSP) e Universidades, como depredações e prisões; queda do Congresso da UNE no Paraná e do Conselho para preparação da UBES (União Brasileira do Estudante Secundário).

---

¹⁸⁶ Pasta 50-G-000 (3), documentos 231.

- Prisão de líderes operários, padres, jornalistas, professores; censura intensa nos jornais.

O Ato institucional nº 5 e as medidas que se seguiram foram a consolidação do poder nas mãos da LINHA DURA para servir totalmente aos interesses das grandes empresas norte-americanas. Veio contra os liberais do governo e principalmente contra o povo que avançava em sua luta de libertação e acusava cada vez mais seus repressores, como pudemos ver no 1º de maio em S. Paulo, nas greves operárias que surgiram este ano em Minas e S. Paulo, nas greves bancárias da Guanabara, Minas, Paraná, S. Paulo, nas lutas camponesas em Santa Fé (SP) e S. João (PR) e vários Estados do Nordeste, nas lutas estudantis de combate intransigente a Ditadura.

Mas a Ditadura deixou cair uma pedra sobre seus próprios pés. Agora mais do que nunca ela está isolada, desmascarou-se e mostrou seu caráter anti-povo. Agora mais que nunca as forças populares adquirirão vigor invencível, com organização e mobilização que a Ditadura não poderá controlar. Aprenderemos a lutar contra seu aparato repressivo e nos prepararemos para a guerra popular, quando então as forças populares derrotarão as forças inimigas e construirão uma nova sociedade livre e democrática.

ABAIXO A REPRESSÃO DA DITADURA

O POVO NA LUTA DERRUBA A DITADURA E EXPULSA O IMPERIALISMO

(Grupo de trabalho do CRUSP)¹⁸⁷.

E essa perspectiva de união entre os setores sociais, tão marcante da nova postura que comovia a instituição católica, era então rejeitada pelo regime militar como sendo contrária e perigosa ao projeto de governo. Em defesa dessa percepção, indivíduos e grupos da própria Igreja também se punham na ofensiva contra o que entendiam como sendo um avanço do comunismo nas fileiras católicas. Os registros deixam transparecer que, por trás dessa postura, em alguma medida, se defendia também a ordem política e social que estava sendo construída pelo regime.

Ao chegar a este momento do trabalho, é preciso abrir um parêntese para apresentar esse outro tipo de objeção aos movimentos progressistas, vindos de dentro e de fora da Igreja, e que ganharam espaço na documentação. Com isso, busca-se uma melhor representação do material reunido pela polícia política paulista sobre a Igreja católica.

Em primeiro lugar, é importante destacar um tipo muito específico de registro: o que era constituído por informações fornecidas pela própria população sobre indivíduos

---

¹⁸⁷ Pasta 50-G-000 (3), documento 231.

tidos como subversivos, no caso, pessoas ou comportamentos relacionados ao ambiente social católico. A existência desse tipo de documentação era, de certa forma, previsível, pois, como dito no início deste trabalho, a colaboração de pessoas comuns com a segurança nacional era uma prática estimulada desde os tempos da Getúlio Vargas. Além do mais, as concepções que ajudaram a instituir o regime militar e, com ele, o funcionamento do próprio aparato repressivo, encontravam simpatia e apoio em meio à sociedade civil e mesmo em setores religiosos.

Quanto a esse tipo de comportamento, não se pretende estabelecer aqui nenhum tipo de juízo de valor, embora seja importante dizer que, especialmente no período militar, ele tenha colaborado com os órgãos de segurança para promover a repressão aos grupos de oposição. Entretanto, dadas as especificidades desta pesquisa, o mais significativo desse tipo de material está no fato de indicar – como vem sendo apontado ao longo do texto – que a postura dita progressista não era aceita por todos.

Quanto aos registros encontrados, percebe-se que muitas das informações fornecidas nessas circunstâncias, muitas vezes, traziam dados que a própria polícia política já possuía. O que certamente não significava prejuízo para os órgãos de segurança, já que podiam ser sempre usados no processo de inculpação dos investigados.

Assim, apenas como forma de ilustrar esse fato, optou-se por reproduzir uma espécie de carta que, contendo informações sobre alguns dominicanos, teria sido encaminhada diretamente ao delegado do DOPS. Era uma denúncia identificando os frades dominicanos que haviam sido presos por ocasião do 30º Congresso da UNE, em outubro de 1968.

Estando na ilegalidade desde 1965, os integrantes dessa entidade estudantil seguiram atuando na clandestinidade. O congresso programado para ocorrer na cidade Ibiúna, no interior paulista, acabou sendo descoberto pelos militares, levando à prisão de mais de setecentos estudantes¹⁸⁸.

Entre eles, alguns dos jovens dominicanos que se envolveram com o grupo de resistência armada organizado por Carlos Marighela. Nesse momento, até como reflexo da abertura defendida pelo Concílio Vaticano II, muitos dos frades estudavam fora do convento, participando também do movimento estudantil. Frei Tito e frei Ratton

---

¹⁸⁸ Sobre o congresso, a queda e as prisões, ver VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. p.199.

estavam entre os jovens presos em Ibiúna, mas não foram reconhecidos na ocasião pela polícia como sendo religiosos¹⁸⁹.

No caso, a carta denúncia chamava atenção da polícia para esse fato. O tal informante indicava que, dos presos em Ibiúna: “três deles são frades dominicanos. Basta conferir na lista dos presos os seguintes nomes” – e então eram apresentados os nomes de Luiz Felipe Ratton, Domingos Guimarães e Tito de Alencar Lima. Informava-se inclusive as ocupações que cada um dos frades tinha no meio, como presidentes de diretórios estudantis etc.

O texto então seguia apresentando outras denúncias, como seguem abaixo:

Além disso, dado que sou morador relativamente próximo dos dominicanos nesta capital, pude constatar a presença contínua de reuniões, hospedagem, fornecimento de informações, etc. de elementos suspeitos, universitários, etc. no referido convento.

Uma vez que eles já contam com a possibilidade de o seu convento ser vigiado, atualmente eles compraram um apartamento na rua Rego Freitas 530, apto E-19, onde residem uns cinco dominicanos, dentre eles o encarregado de subverter a imprensa, o jornalista da Folha da Tarde: Carlos Alberto Cristo. Lá são feitas as reuniões mais secretas deles. Além disso os encarregados de estabelecer os contatos dos dominicanos com a A.P., o P.C. e outros organismos de subversão (geralmente em reuniões subversivas numa apartamento da Av. Higienópolis), são os seguintes frades:

Fr. Chico (já bastante conhecido da Polícia)

Fr. João Caldas Valença, que mora na Estrada do Vergueiro – não sei o nº), na saída para Santos, onde tem outro foco de subversão e onde atualmente reside o Fr. Chico).

Fr. Osvaldo Resende Junior (estudante de filosofia da USP)

Fr. Yves do Amaral Lesbaupin (estudante de filosofia da USP)

Fr. Giorgio Callegari (este italiano, portanto sem direito algum de imiscuir-se em assuntos brasileiros, podendo inclusive ser repatriado).

Além disso cumpre ressaltar que estes religiosos já por duas vezes, segundo pude saber, mas pode ser que já o tenham feito mais vezes, realizaram uma viagem a um das reuniões de guerrilhas do Brasil (no Pará, cidade de Conceição do Araguaia), para exercícios de subversão. Os dominicanos mantêm uma casa nesta cidade e a estão preparando para dar guarida aos futuros guerrilheiros.

---

¹⁸⁹ Frei Betto relata em seu livro que frei Tito teria ajudado na aquisição do local para o Congresso. Sobre o envolvimento dos dominicanos com o congresso e com o movimento estudantil, ver: BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. pp. 84; 257-258; 270; e: VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. pp. 239-254.

Estas informações que julgo úteis ao seu trabalho de preservar a ordem política e social no Brasil, e espero que tome enérgicas providências para coibir tais investidas contra a democracia nesta terra. – Faltou mencionar ainda outro foco de subversão onde são feitas reuniões secretas: Livraria Duas Cidades, na rua Bento Freitas, próxima à Praça da República, dirigida por frades especialmente treinados em técnicas de comunização, na França¹⁹⁰.

Além da exatidão e precisão que tinham essas denúncias feitas, da referência à subversão e ao comunismo, entre os fatores importantes a serem destacados nesse tipo de documento está o sentido de participação que seu autor deixa transparecer ao apresentar sua história¹⁹¹. O suposto indivíduo por trás das acusações apresentava o mesmo sentimento incutido ainda pelo governo Vargas, como observado por Elizabeth Cancelli, em que todos deveriam estar juntos contribuindo para a proteção da nação. A menção feita ao frei Giorgio Callegari, que por sua origem italiana não teria “direto algum de imiscuir-se em assuntos brasileiros” e a sugestão de expulsá-lo do país, indica bem esse sentimento.

Esse possível sentimento de participação patriótica pode ser visualizado também na justificava que teria dado o tal informante ao dizer que o que estava fazendo era em defesa da democracia – isto no ano de 1968, pouco antes da decretação do AI-5.

O documento que aparece em sequência a esse, um informe do Serviço Secreto, apresentava detalhadamente investigações realizadas pela polícia acerca dos nomes, as localidades descritas e as possíveis reuniões que ocorriam no convento das Perdizes, conforme denunciado¹⁹². Entre outras coisas, esse tipo de postura, como dito, servia particularmente para municiar a polícia política de informações e, claro, contribuía para insuflar ainda mais as animosidades entre Estado e Igreja Católica.

De outra forma, essa contraposição aos chamados setores progressistas do catolicismo nacional vinha também de dentro da própria Igreja. Além das contestações individuais de muitos religiosos e leigos, aparece na documentação especialmente a

---

¹⁹⁰ Pasta 50-G-001 (2), documento 175.

¹⁹¹ O documento tem como única indicação de data o carimbo de arquivamento do próprio DOPS/SP, que é de 13 de novembro de 1968. Isso é um ano antes da morte de Carlos Marighella, em São Paulo, episódio que envolveu exatamente os frades dominicanos presentes na denúncia. Sobre essas informações, a prisão, a tortura e a decorrente morte de frei Tito ocorrida anos depois, conferir: BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*.

¹⁹² Pasta 50-G-001 (2), documento 177. Esse registro policial tratava o denunciante simplesmente de informante. Pelo que se depreende do registro, a mesma investigação policial teria constatado que o nome que aparecia no registro era fictício, “por questões óbvias”.

contraposição feita por grupos como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP.

Serve como exemplo dessa contraposição interna o material produzido pela TFP questionando a afirmação feita pelo padre Joseph Comblin de que, com o desenvolvimento, o catolicismo tradicional do povo estaria condenado. Esse padre, que era professor do Instituto Teológico de Recife e estava ligado diretamente a pessoa e às posturas defendidas por Dom Helder Camara, ponderava que a Igreja deveria estar apta para oferecer ao povo uma religião mais acessível, sob risco de ver seus fiéis se voltarem para mensagens religiosas mais preocupadas com ela. Eram ressaltadas no documento as fortes críticas feitas pelo padre ao comportamento passivo da Igreja frente aos problemas sociais, acusando-a inclusive de ter contribuído para o agravamento do quadro. Forte também era a crítica ao regime militar, que, segundo o texto, deveria ser derrubado e substituído por um governo que fizesse reformas sociais radicais¹⁹³.

Por sua vez, ressaltando os símbolos e as tradições do catolicismo, a TFP atacava essas propostas com sendo de um catolicismo – o progressista – superficial e irresponsável, mais para libertino que libertário. Quanto à proposta do religioso de instituir um novo governo no país, em nome de que se preconizava mesmo a união com forças tidas como “sujas”, a Sociedade via nisso a influência e mesmo a presença do comunismo latino-americano. Para esse grupo, a sugestão de substituir o governo militar por uma nova forma de poder teria como intenção instituir uma “ditadura férrea da minoria”.

Essa idéia de que a reflexão do padre Comblin era apoiado por uma pequena minoria de eclesiásticos e leigos católicos era reiteradamente repetida nessa documentação. Entre outras coisas, percebe-se uma tentativa de reduzir a dimensão dos questionamentos que eram feitos então pelos setores católicos progressistas.

Essa contraposição às posturas políticas e sociais da chamada ala progressista aparece anotada na carta que o Conselho Nacional da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade dirigiu ao Papa Paulo VI, por ocasião de sua vinda à Colômbia em 1968. No documento, a TFP reafirmava sua disposição em lutar pelo que considerava o verdadeiro catolicismo, assim como implorava ao papa que adotasse “com toda a urgência medidas para que SEJA INTEIRAMENTE ELIMINADA A

---

¹⁹³ Pasta 50-G-001 (2), documento 196. Não foi possível identificar pelo registro sobre qual texto de Comblin a TFP fazia tais questionamentos.

“AÇÃO DE ECLESIÁSTICOS E LEIGOS PROGRESSISTAS, FAVORÁVEIS AO COMUNISMO”[grifos do documento]¹⁹⁴.

Documentos como esses da TFP, normalmente, surgem em meio material examinado com destaques feitos manualmente sobre: os pontos que ressaltavam a apregoada fidelidade aos princípios do que seria o verdadeiro cristianismo; a postura anticomunista; e, principalmente, os contrapontos que o movimento fazia à ala progressista, sempre apresentada como agindo contrariamente a estes valores.

Desta menção às diferentes formas de comportamento e contraposição, importa ressaltar a identificação entre a percepção desses indivíduos e grupos com a própria leitura do governo militar sobre os setores progressistas. Tanto na documentação produzida diretamente pela repressão como nessas manifestações da sociedade civil, os progressistas eram retratados como estando mais ligados ao que era identificado como uma política de esquerda que ao próprio catolicismo. Em vários momentos essa leitura aflora na documentação.

Talvez como forma de justificar as objeções e a repressão, as análises e os apontamentos encontrados na documentação, especialmente na que era produzida pelos setores conservadores do catolicismo e pela polícia, ficavam, muitas vezes, restritos ao espaço religioso. Depreende-se desse comportamento uma tentativa de desqualificar e desmoralizar em termos religiosos as manifestações dos setores progressistas, buscando com isso retirar também a credibilidade de suas críticas sociais e políticas.

3. DOPS: os discursos internos da repressão

Como mencionado, o grande número de documentos encontrados referentes à movimentação do catolicismo nacional levou a que se buscasse uma representação mínima do material examinado. Assim, tendo em vista a discussão levantada neste trabalho, cabe ressaltar ainda um tipo específico de registro que se diferencia dos que foram observados até o momento. Trata-se de estudos e boletins produzidos por Estado e Igreja, por meio de seus grupos de atuação, avaliando, cada um de seu lado, os pontos de atrito e as relações institucionais no decorrer do regime.

---

¹⁹⁴ Pasta 50-G-001 (2), documento 195. Foto 136 [grifos do texto]

Os boletins e jornais encontrados, tanto os produzidos pelo aparato repressivo como os produzidos pela comunidade católica, recolocam os temas já apontados. Entretanto, por suas particularidades, por comportarem as análises diretas dos lados em conflito, reafirmam e, de certa forma, aprofundam as perspectivas aqui trabalhadas.

Nesse sentido, ao revelarem *leituras* feitas respectivamente pelas partes que se antagonizavam, esse material é exposto aqui como forma de complementar e consubstanciar os elementos e os sentidos assinalados acerca das contradições envolvendo Estado/Igreja.

3.1. A compreensão da polícia

Considerando primeiro o material produzido pela polícia política, de certa forma, ele pode ser apontado como o resultado concreto de todas as observações sobre as ações e o material produzido pelo setor católico. Em outras palavras, eles são como sínteses elaboradas pela repressão sobre a movimentação católica, buscando estabelecer um panorama da atuação dos diferentes grupos dentro da Igreja. Claro, atenção maior foi dada ao setor progressista.

Por exemplo, num documento intitulado “Situação do clero na Arquidiocese de São Paulo”, de 1965, um longo texto recuperava a história do que seria a infiltração do comunismo na Igreja Católica. A percepção dessa infiltração era tal que o clero progressista era tratado como “linha auxiliar do comunismo”.

De maneira objetiva, o texto reportava ao papado de Leão XIII, momento em que, para fazer frente ao mundo moderno que se considerava afastando de Deus, o catolicismo teria sido oferecido como salvaguarda das civilizações. Para tal, o Evangelho deveria ser “proclamado e vivido”. Desde então, continua o texto, todos os papas teriam sido entraves ao desenvolvimento de doutrinas materialistas e atéias, como o comunismo e mesmo o capitalismo.

Entretanto, de acordo com o texto, durante todo esse tempo, Moscou esteve à espera de um momento para se infiltrar nas fileiras católicas. Isso, por vários subterfúgios, acabou acontecendo, sendo a existência da ala progressista católica

considerada então o seu maior sinal. O documento então apresenta as linhas “progressistas” de atuação na Igreja:

- 1) a dos comunistas designados para os Seminários e as Ordens Religiosas, para aí trabalharem engrossada por aqueles que se deixarem contaminar e apostataram;
- 2) os adeptos da convivência pacífica, em geral intelectuais como Maritain;
- 3) a corrente formada pelos revoltados, pela juventude ardorosa e pelos incautos que aceitam as críticas que hoje se fazem ao “capitalismo do Vaticano” e à “servidão do clero” ao “imperialismo econômico”. A esses é apontado o comunismo como único meio de alcançar a igualdade que obriga à fraternidade e possibilita a realização da Justiça pregada no Evangelho. Daí chamarem essa pregação de evangelização e conscientização. Essa, pelas suas características, é a maior corrente;
- 4) Finalmente, daqueles que vêm na “socialização” uma socialização que não passa de comunismo mascarado, um futuro inevitável, com o qual temos que nos conformar, e contra o qual só temos a perder... . [grifos do documento]¹⁹⁵.

Segundo o informe, essas linhas diversas indicavam a expansão do progressismo no país, o que era apontado como já sendo um “problema universal”. O texto em si encerra a seriedade e a profundidade com que a polícia encarava o que chamava de infiltração no catolicismo nacional. Aliás, a questão era exposta como se fosse o contágio e a propagação de uma doença em um corpo: a infiltração e a conseqüente contaminação do catolicismo pelo comunismo maquinado por Moscou.

Ao mesmo tempo, a crítica ao sistema econômico, próprio do comunismo, não da religião, teria ganho espaço entre os ingênuos ou despreparados, que teriam recebido essas más influências. O fato é que esses agentes infiltrados já seriam tão presentes na estrutura, o contágio já seria tão profundo, que não se tratava mais de padres comunistas, mas de comunistas apenas.

Quanto à expansão desse quadro no Brasil, recomendava-se a necessidade de guardar cuidado, pois em nada teria sofrido com a “Revolução” de 1964:

---

¹⁹⁵ Pasta 50-G-002 (1), documento 110.

[...] Saiu um Dominicano, Frei Carlos Josaphat O.P., mas ficaram todos os outros da mesma ordem; foi extinto um jornal, o “Brasil Urgente”, mas suas idéias ainda são apregoadas; trocaram uma autoridade que era pouco dada a atividade, por outra que traz boa disposição de trabalho, que portanto, mal assessorada pode vir a ser ainda mais prejudicial¹⁹⁶.

O documento então segue designando a distribuição desse setor progressista na estrutura da Igreja paulistana. Os infiltrados do comunismo estariam presentes em diversos setores, tais como: na direção das paróquias; na Pontifícia Universidade Católica; na Faculdade Sedes Sapientiae, da Congregação das Cônegas de Sto. Agostinho; na Juventude Operária Católica; na Juventude Universitária Católica; Ação Católica setor Senhoras; na Comunidade de Jovens Cristãos, órgão criado pelos dominicanos; na Igreja de São Domingos – cujas missas estariam sendo monitoradas; no Movimento Familiar Cristão; na Organização de Pais e Mestres, de responsabilidade do padre Charbonneau; entre outros.

Em todas essas organizações, embora tivesse ocorrido a “Revolução” de 1964 e já tivesse sido instalado o governo militar, a infiltração permanecia. E, mostrando o quanto o interesse e a análise sobre esse setor da sociedade eram do interesse do aparato de segurança, o texto apresentava as últimas diretrizes que teriam sido dadas para o movimento progressista. Nesse ponto, percebe-se que toda a movimentação em prol das questões políticas e sociais promovidas por parte do catolicismo nacional era entendida como parte de uma grande orquestração comunista.

- agitar o problema do desemprego;
- sensibilizar a opinião pública contra a remessa de lucros, digo, tropas para a República Dominicana;
- “terrorismo cultural”, pedir a “liberdade de expressão”;
- organizar passeatas e campanhas para angariar fundos em nome da família dos desempregados e dos soldados que foram para São Domingos;
- declarar-se contra o comunismo;

Sobre esse último item, esclarecemos que enquanto adulterarem a Doutrina da Igreja, são “progressistas” e portanto continuam sendo elementos comunizantes. Cabe à Igreja a missão de orientar as almas

---

¹⁹⁶ Pasta 50-G-002 (1), documento 101.

no caminho da eternidade; secundariamente e acidentalmente, cuidar do bem estar temporal¹⁹⁷.

Tudo já era parte de um plano. Todos os eventos captados, pode-se pensar pela leitura feita, resultavam de um plano comunista. Expondo a condição de protetor do Estado, que se estenderia até mesmo sobre o que deveria ser o catolicismo, avaliava-se que, uma vez tendo penetrado no corpo da Igreja, esse ideário estaria deturpando a pureza da doutrina da Igreja. Nesse sentido, o papel que deveria caber à Igreja era o de promover a caridade. Esse como o único envolvimento social que deveria ser aceito e compreendido. As questões propriamente políticas, como desemprego, de remessa de tropas, de liberdade abusiva de expressão, seriam cívicas ou políticas, não da esfera do religioso.

À consciência dos ministros de Deus, por exemplo, ficaria o problema dos desempregados:

[...] que têm direito de esperar deles, caridade, isto é, apoio, ajuda eficaz e discreta, sacrifícios, orações, amor. Aquele que sair dessa linha está errado. É demagogia, é aproveitar da infelicidade para seus próprios fins e interesses. É tudo, menos “Amor ao próximo, como a si mesmo”¹⁹⁸.

Concluía o relatório que o problema da infiltração comunista nos meios religiosos da arquidiocese paulista era grave, pois atingia os sentimentos religiosos e, o que parecia não menos importante, afetava o civismo da “nossa gente”. O enfraquecimento desses dois valores, o religioso e o patriótico, eram então entendidos como de risco para a nação. Aqui se tem possivelmente um dos fatores que explicam as tentativas do governo em interferir, em tentar estabelecer o que seria cristianismo correto, a prática católica ideal, de acordo com o que julgavam serem as tradições do povo brasileiro. Esta tentativa governamental de designar o que seria o papel da evangelização é confirmada ao final do texto, quando se apontavam caminhos para que o problema fosse solucionado: a nomeação de religiosos adequados para coordenar os setores do clero e dos religiosos da arquidiocese; a apresentação ao Núncio Apostólico da situação em São Paulo, realçando o perigo do quadro. E aconselhava-se que o governo brasileiro

---

¹⁹⁷ Pasta 50-G-002 (1), documento 110.

¹⁹⁸ Pasta 50-G-002 (1), documento 107.

recorresse ao Vaticano, que, acreditava-se, seria sensível a um apelo no sentido de propor uma colaboração que fosse para “pacificar e unir, elevar o nível moral e religioso, possibilitando ao nosso povo dias melhores”¹⁹⁹.

Apenas com a identificação impressa do DOPS/SP, o relatório era finalizado ressaltando-se seu caráter “RESERVADÍSSIMO”, sem indicar procedência.

Conforme foi se estruturando o aparato repressivo e com ele a repressão, percebe-se um aumento dessas tentativas policiais de conhecer as mudanças que ocorriam internamente. No documento “Clero Progressista no Estado de São Paulo”, preparado pelo Serviço Secreto do DOPS em 1968, tem-se basicamente a mesma estrutura do material indicado acima. Entretanto, além de reafirmar as disposições já assinaladas, de certa forma, ele avança na precisão das considerações expostas.

O fato de ele ser datado de dois meses antes da decretação do AI-5, quando então começou uma forte repressão sobre setores tidos como progressistas, talvez ajude a entender essa busca por uma maior precisão. Esse aspecto se revela através do conhecimento demonstrado acerca das transformações históricas que ocorriam no interior da Igreja, inclusive com a noção de que havia divisões internas no clero, além mesmo das posturas conservadoras e progressistas. E o regime buscou fazer uso dessa divisão em seu favor, especialmente imputando à prática dos progressistas as causas das tensões entre Igreja e Estado, o que acabava tendo alguma repercussão entre os mais conservadores da instituição religiosa.

Disso, há dois fatores mais importante a serem destacados. O primeiro era o de que, embora ainda se associasse a prática do clero progressista ao comunismo, indicava-se que não havia concordância total entre eles, pois este não coadunaria com as tradições cristãs brasileiras. Tão importante quanto essa percepção, era o fato de se expor que, no fundo, essa prática progressista buscava romper com uma estrutura econômica que se julgava promotora de injustiças. Percebe-se que, no caso, o capitalismo era posto no texto como sinônimo de democracia – assim como “Estado totalitário” aparece como sendo os Estados sob a direção comunista de então.

Em outras palavras, a oposição do clero progressista ao capitalismo era entendida como sendo um embate com a “democracia”, da qual o regime militar seria guardião, tal

---

¹⁹⁹ Pasta 50-G-002 (1), documento 107.

como exposto pelos discursos dos generais²⁰⁰. Esse seria um dos pontos que justificaria a repressão empreendida pelo regime militar, já que toda essa mobilização estava ocorrendo contra o próprio governo que foi instituído e existia em defesa da democracia, expressão imediata do espírito pacífico e cristão do povo brasileiro. Mesmo porque, a prática desses setores religiosos incorreria num grande perigo ao utilizar o Evangelho “para lançar a semente da insatisfação entre a população”: mobilizar uma “massa perigosa”, o que, uma vez ocorrido, previa-se que “jamais seria reprimida”. Os padres progressistas, na sua postura, surgem como usurpadores da mensagem cristã. Eis o ponto onde a postura de guardião do que seria a essência do Evangelho e da boa fé era também reclamado pelo próprio Estado.

Como dito, o registro que se segue é emblemático, na medida em que apresenta de forma clara as diferentes leituras feitas pela repressão acerca da atuação da chamada ala progressista da Igreja Católica. Em grande medida, ele sintetiza os elementos que constituíram a tensão entre Estado e Igreja e Igreja e Estado, no momento examinado.

Por essa representatividade, optou-se por trazer o documento na íntegra.

SERVIÇO SECRETO – DOPS

INFORME SOBRE

Clero Progressista no Estado de São Paulo. 3 de setembro de 1968.

1 – O clero, de uma maneira generalizada, no Estado de São Paulo, se mantém neutro em relação aos problemas sócio-econômicos que se apresentam ao Governo.

Esta maioria é identificada como “clero conservador”.

Entretanto, vimos acompanhando a proliferação das atividades do “clero progressista”, que se manifesta sob a orientação de Dom Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife, as quais vão no sentido de que a Igreja não pode se manter alheia aos problemas fundamentais do Brasil, devendo colocar-se a favor das forças vivas da nação, cujas reivindicações, segundo esta facção, são justas.

Dom José Gonçalves da Costa, ex-secretário geral da CNBB, chegou inclusive a admitir a presença do clero nas passeatas e demais manifestações, porque “uma das principais funções da Igreja é a de lutar pela justiça social”.

De acordo com os princípios do “clero progressista”, a Igreja já não é mais uma instituição petrificada, pelo contrário, ela evolui

---

²⁰⁰ Sobre essa questão, ver: FIORIN, José Luiz. *O Regime de 64. Discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

conforme previsto no Evangelho de São João: “muita coisa amadurecerá na Igreja, que agora não é possível explicar”.

2 – Ação dos padres Progressistas

Nas observações procedidas por este serviço, puderam ser verificadas duas maneiras de ação desenvolvida pelo “clero progressista”, uma direta e outra indireta.

A atividade direta consiste na participação pessoal nas concentrações operárias ou estudantis, e a indireta, que reputamos a mais seria, é a utilização do próprio Evangelho para lançar a semente da insatisfação entre a população religiosa.

Assim, por ocasião das solenidades religiosas, os padres se servem das prédicas para chamar a atenção dos fiéis no sentido das injustiças sociais, gerando sérias dúvidas nas mentes dos menos esclarecidos.

É comum observar nas Igrejas desta capital, o desvirtuamento das pregações, que, às vezes, chegam a ser comparadas com as orações pronunciadas nas reuniões de elementos subversivos. Nessas ocasiões, chegam a concitar aos fiéis a se reunirem para debaterem problemas que dizem respeito à guerra do Vietnam, à invasão da República Dominicana, aos problemas do povo cubano, etc.

Não podemos concluir que os métodos usados pelos padres progressistas seja os mesmos adotados pelos esquerdistas, mas podemos afirmar, sem dúvida, que os objetivos são comuns: descrédito das autoridades constituídas.

3 – Ideologia

Ideologicamente, o clero progressista aceita como válida a teoria marxista, embora não concorde com as soluções postas em prática pelos países da cortina de ferro, pois propõe uma solução “brasileira” para o problema, sem contudo esclarecer como poderá fugir aos métodos comunistas, que o próprio clero condena, para alcançar o objetivo a que se propõe.

Entretanto, justificando sua atividade, afirma que todo o seu movimento é baseado nos seguintes princípios:

- a) afirmação de que, nos atuais regimes democráticos, é praticada a “exploração do homem pelo homem”;
- b) não adoção das soluções materialistas dos Estado totalitários, porque os mesmos não coadunam com as tradições cristãs brasileiras;
- c) não aceitar a intervenção governamental na luta que deverá ser encetada pelos operários brasileiros, no sentido de cessar a exploração do homem.

4 – PROFUNDIDADE DO MOVIMENTO

No afã de levar a população à tomada de uma efetiva posição, se esquecem os “padres progressistas” que poderão ser causa de grandes perturbações sociais, gerando a violência, que uma vez iniciada, jamais será reprimida, pois a massa em que lançam o germe da discórdia é perigosa.

5 – FOCOS

Em São Paulo, os principais focos de subversão dos “padres progressistas” estão instalados nas seguintes áreas:

5.1 OSASCO – região onde se encontra grande número de operários, que vem sendo doutrinados pelos chamados “padres operários”.

5.2 ABC – compreendem-se os municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Mauá, Diadema e Ribeirão Pires, municípios onde o bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos, vem se destacando com sua vastíssima atividade.

5.3 DOMINICANOS – o convento dos dominicanos, à rua Caiubi, é um verdadeiro centro de operações dos “padres progressistas”, destacando-se entre eles Frei Chico, cujas conferências pronunciadas nesta capital, foram verdadeiras reuniões subversivas.

5.4 REDENTORISTAS – movimento desusado vem sendo observado entre os redentoristas, com sede à rua Sampaio Vital 1021, Jardim Paulista, os quais se reúnem no Instituto Redentorista de Estudos Superiores, localizado no quilômetro 20 da rodovia Raposo Tavares, onde tem sido verificada a presença de jovens, participando de reuniões.

5.5 SANTOS – no interior do Estado, ressaltamos a atividade do Bispo de Santos, Dom David Picão, que vem orientando os “padres operários” na sua peregrinação pelos bairros pobres daquele município, abrangendo inclusive o município de Cubatão.

5.6 LORENA – ainda no interior, mencionamos o bispo de Lorena, Dom Cândido Padim, que vem semeando a palavra de insatisfação em todo o Vale do Paraíba.

5.7 BOTUCATU – os “padres operários” de Botucatu estão solidários com os estudantes locais, nas suas investidas para perturbar a ordem pública. Há pouco naquela cidade, registrou-se um sério incidente, em que 24 padres se rebelaram contra a indicação de Dom Vicente Zioni, que deveria gerir a diocese. A crise só se serenou, após a indicação de elemento, cuja formação se identifica com referidos padres, a dom Romeu Alberti²⁰¹.

Essa busca por entender as mudanças que ocorriam na Igreja Católica era sobretudo uma reflexo da necessidade dos setores repressivos lidar com a situação em

---

²⁰¹ Pasta 50-G-000 (3), documentos 227. Sobre a atuação do clero em Botucatu: ZANLOCHI, T. S. *Padres rebeldes: o caso de Botucatu*. Aparecida: Santuário, 1996.

sua volta. E, pelo que se encontra na documentação, buscava-se sempre o aprofundamento dessa leitura.

Um documento intitulado “A Igreja e os presos políticos”, produzido pelo Setor de Análise de Documentos da polícia política paulista, em julho de 1972, ponderava sobre o momento vivido pelo catolicismo frente a questão política do país. Segundo a análise, a Igreja tinha encontrado na defesa dos presos políticos o meio para “recobrar a hegemonia” que havia perdido sobre a “consciência de seus fiéis”. A defesa que a instituição fazia dos presos era visto como uma forma encontrada pela instituição para sobreviver junto aos seus adeptos, não sendo propriamente uma nova postura religiosa com lastros na história. Assim, o texto deixava clara essa visão pragmática por meio de afirmações como essa:

Através de campanha de “conscientização” que vem desenvolvendo em suas paróquias, não tardará a transformar esses marginais em mártires. Com isso, solucionará vários problemas: atenderá ao chamamento que esses presos lhe fizeram (vide informações nº 647-B/72 anexa), socorrendo suas “ovelhas perseguidas, vítimas da repressão”; atenuará, por certo tempo, suas questões internas (vocações sacerdotais, celibato, etc.), acalmando sua “ala progressista”; ficará em evidência, porque sabe estar colaborando para a campanha difamatória que se desenvolve contra o Brasil no Exterior (quem sabe se não conseguirá também passar por vítima, tendo em vista as “religiosos” presos?); criará, junto ao Vaticano, a imagem de uma Igreja atuante, voltada para o sofrimento do povo e, talvez, conseguirá para D. Helder Camara o ambicionado Premio Nobel da Paz [grifos do documento]²⁰².

O documento revela uma tentativa de análise profunda e pragmática do comportamento da Igreja. Nessa perspectiva, tudo não passava, de certa forma, de um jogo de cena da instituição religiosa: em última instância, a oposição que fazia era parte de uma estratégia de sobrevivência, em que se buscava superar problemas internos e reconquistar forças no campo social e político.

Reconhecia-se que esse quadro exigia do governo uma postura cautelosa, uma tomada de posição que, “se mal planejada, acarretará enormes prejuízos, inclusive para a ordem social”. Eis a expressão de que se sabia que a capacidade de mobilização da Igreja Católica constituía-se num risco para sobrevivência do próprio regime militar,

---

²⁰² Pasta 50-G-002 (6), documento 611.

dependendo da postura que assumisse. Diante dessa perspectiva, sugeria-se uma estratégia de ação em termos militares, que consistiria em:

Partindo do princípio de que uma informação se combate com uma contra-informação, julgamos que os órgãos de segurança deveriam desencadear uma “guerra psicológica”, coordenada por quem de direito, visando:

- a) desmistificar os pseudo-mártires;
- b) mostrar que a ação da Igreja está condicionada a motivos políticos e não religiosos; e
- c) mostrar, ainda, que essa ação, ao contrário de equacionar um problema (o dos presos), tem por fim criar uma área de atrito com o Governo, fazendo o jogo da esquerda, ou melhor, o jogo que a esquerda necessita para a consecução dos seus fins e que essa atitude é contrária à orientação papal, pois enquanto o Papa Paulo VI prega o entendimento, nossa Igreja lança o gérmen da discórdia²⁰³.

Nessa análise que pretende ser exata, mais uma vez, os órgãos do governo militar se arrogaram no papel de intérpretes da própria condição religiosa. Defende-se a possibilidade do governo usar de sua própria análise das diretrizes católicas para suplantar a ação dos setores progressistas no Brasil, que não estaria de acordo com os princípios pregados pelo papa. Essa disposição repressiva indica o quão profundas se encontravam as contradições entre as duas instituições. Ao entender a postura católica contrária ao governo como resultando de objetivos meramente políticos, estava aberto o caminho para se questionar a própria motivação religiosa dos setores vistos como inimigos.

3.2. Boletins Informativos do SNI

Entre os diferentes documentos produzidos pelo Aparato Repressivo contendo sínteses apreciativas sobre a realidade social, destaque para o chamado *Boletim Informativo* oriundo do Serviço Nacional de Informação, SNI. Esse material resultava da articulação e intensa troca de informações sobre o que ocorria na sociedade por parte dos vários departamentos de segurança, estaduais e federais.

---

²⁰³ Pasta 50-G-002 (6), documento 611.

A principal função desempenhada pelo Serviço Nacional de Informações era fornecer informações à Presidência da República. Como anota Carlos Fico, dada a necessidade de informações, produziam-se espécies de sinopses diárias e semanais acerca dos assuntos que mais interessavam²⁰⁴. O *Boletim Informativo* produzido pela agência paulista do SNI era um desses, sendo que muitos foram recebidos e arquivados pelo DOPS/SP.

Diários, esses boletins eram divididos por tópicos, como informações sobre setores e aspectos da sociedade: *Político (Política Interna; Política Administrativa; Política Externa; Atividade Subversiva); Psicossocial (Trabalho; Educação e Cultura; Assistência e Previdência Social; Opinião Pública); Economia; Militar*²⁰⁵.

Essas informações necessárias, no geral, tinham relação direta com a questão da segurança. Com esse espírito, o boletim datado de “1ª hs de 13 de novembro às 10 hs de 14 de novembro de 1968” trazia como informação o seguinte alerta sobre luta armada que se cria estruturando no país:

SNI: As bombas e os assaltos a bancos, no RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E BELO HORIZONTE, têm uma causa comum a contra revolução. Com as bombas o terror; com os assaltos a compra de armas. Esta não é uma hipótese, é uma informação, ‘fora de dúvida’, de fontes do Serviço Secreto e do SNI.

É uma pirâmide à sua base, estão os ‘executores’, em seu centro, os dirigentes, no vértice, o cérebro. ‘Uma contra-revolução – segundo fontes do SNI e do Serviço Secreto – que visa a luta armada na rua, em primeiro lugar, depois, a luta armada no interior do Brasil, em suas zonas rurais’ (JT de ontem)²⁰⁶.

Como sistema integrado e ágil de informações, os temas recolhidos por órgãos como o DOPS deveriam ser repassados e analisados pelo setor de análises, sempre na perspectiva da lógica de Segurança Nacional. Assim, como que reafirmando a atenção e, com ela, a importância do setor religioso para os órgãos de segurança, verifica-se em quase todos os boletins menção ao setor católico brasileiro. Destaque para o cuidado com o posicionamento político e social assumido pelo clero, assim como de sua reação à repressão sofrida pelo meio.

---

²⁰⁴ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. p. 83.

²⁰⁵ Pasta 50-G-001 (2), documento 122.

²⁰⁶ Pasta 50-G-001 (2), documento 122.

Nessa linha, diferentes boletins mostram que a prisão dos padres em Belo Horizonte, em novembro de 1968, marcou fortemente o momento das relações entre Igreja e Estado. São registradas menções ao que poderia ser uma nova questão religiosa no país, tamanha a manifestação de solidariedade aos religiosos e ao bispo da capital mineira, especialmente por estarem sendo os presos acusados de agentes da subversão vindos do estrangeiro. Sobre isso, como era destacado pelo boletim no editorial do *Jornal da Tarde*, o risco dessa presença estava em que “o baixíssimo nível cultural e intelectual dos nossos padres e bispos tornava o trabalho desses agentes estrangeiros extremamente fácil”, o que justificaria e exigiria a ação do governo²⁰⁷.

Em São Paulo, as notas de apoio emitidas pelo episcopado foram acompanhadas pelos órgãos de segurança, sendo perceptível a comoção geral em função das acusações feitas. O Boletim de 6-7 de dezembro de 1968 destacava do editorial do *Diário Popular* as seguintes observações sobre o caso:

[...] de uma parte alguns prelados afeitos e provavelmente emocionados com a prisão de seus colegas divulgaram protestos veementes e até fizeram celebrar cerimônias litúrgicas de protesto; de outra, a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, mais cautelosa e objetiva, divulgou comunicado no qual embora reafirmando os postulados cristãos da Igreja, reconhece que o caso está entregue às autoridades competentes e limita-se a afirmar confiança e isenção na apuração dos fatos²⁰⁸.

No boletim seguinte, em referência a essas prisões em Minas, o general Syzeno Sarmento teria dito sobre o caso: “O Exército não antagoniza a igreja, não fugindo contudo ao dever de reprimir atitudes isoladas de membros de qualquer classe, desde que atentatórias à segurança e aos interesses nacionais”²⁰⁹.

No mesmo documento, reafirmando a idéia de que haveria uma invasão de ideologias vindas do exterior, registrava-se a manifestação do deputado Aurélio Campos, que dizia que era preciso

[...] fazer distinção entre os padres que procuram reparar as injustiças do mundo por amor a Cristo e aqueles que se envolvem no turbilhão

---

²⁰⁷ Pasta 50-G-000 (4), documento 253. Boletim Informativo n° 291, 09-10/12/1968.

²⁰⁸ Pasta 50-G-000 (4), documento 251. Boletim Informativo n° 289, 06-07/12/1968.

²⁰⁹ Pasta 50-G-000 (4), documento 252. Boletim Informativo n° 289, 11-12/12/1968.

subversivo. Lamentou o parlamentar que a Igreja venha sendo comprometida, “pela atividade revolucionária de agentes estrangeiros vestidos de padres e que se acobertam nas imunidades da batina para fazer o BRASIL mergulhar em mar de sangue”²¹⁰.

A idéia da contaminação estrangeira e de que se tratava de comportamentos isolados e reprimíveis, era reforçada mais uma vez.

Prova de que essas reflexões e práticas protagonizadas por parte de setores da Igreja eram de difícil aceitação para muitos, o Boletim 292, de 11 de dezembro de 1968, no tópico *Editoriais e Comentários*, destacava, entre aspas, mais uma vez o editorial do Jornal da Tarde. Nele era contestado o documento da CNBB que teria defendido os “cidadãos franceses, que por serem sacerdotes, se julgaram no direito de vir articular uma revolução no Brasil”. A concepção dos que concordavam com a prisão dos religiosos era clara: eram subversivos que usavam da batina e do Evangelho para transformar a ordem social brasileira.

E, dando mostras dos diferentes aspectos que compunham a tensão com as práticas tidas como progressistas, diante da suspeita levantada por autoridades militares sobre o caráter da pregação evangélica desses religiosos, reconhecia-se a competência da Igreja em estabelecer o juízo sobre a pregação do evangelho. Entretanto, o editorial reportava a uma advertência que vinha do Vaticano, que aparentemente se chocava com as atitudes que assumia parte da Igreja nacional. Diante de tantas posturas controversas, anotava o texto:

Pois hoje é a máxima autoridade eclesiástica, pela palavra do Osservatore Romano, que, para suprema humilhação dos bispos brasileiros, confirma o militar e chama a atenção dos que identificam o Evangelho com o anticapitalismo: A Igreja luta contra as injustiças tanto das sociedades capitalistas como das comunistas, mas não faz distinção entre umas e outras. Os falsos profetas utilizam muitas vezes a sensibilidade dos cristãos para veicular suas idéias²¹¹.

Veja que a censura não estava propriamente na luta contra a injustiça, mas no fato da ponderação levar a um questionamento do próprio sistema econômico em vigência,

---

²¹⁰ Pasta 50-G-000 (4), documento 251. Boletim Informativo n° 289, 06-07/12/1968.

²¹¹ Pasta 50-G-000 (4), documento 256. Boletim Informativo n° 292, 10-11/12/1968.

no caso, o capitalismo. Em outras palavras, fica implícita a idéia de que, dentro da ordem estabelecida, era aceitável que se falasse em justiça social.

Esse tipo de objeção ia ao fulcro da delicada questão, que, afinal, pautava o embate que ocorria: seria o cristianismo em sua essência anticapitalista, pensando a injusta realidade humana que produzia? Ou todas as reflexões e práticas da ala progressista não passavam de uso indevido das verdades evangélicas para expor e defender seus próprios interesses?

O governo e todos os seus aliados, inclusive parte da imprensa e do próprio clero, tinham na prática histórica do catolicismo nacional o suporte para atacar as posturas que ganhavam força dentro da Igreja. Segundo advogavam esses grupos, o verdadeiro cristianismo, tal como vivido nacionalmente, estava sobretudo voltado para as demandas espirituais e, depois, o que poderia ser estendido a uma prática caridosa para com os desafortunados desse mundo. Ou seja, em última instância, considerando essa tradição cristã ressaltada e a questão das divisões sociais reinantes na história do país, pode-se dizer que a nova postura não era palatável a esses grupos.

Por outro lado, à prática progressista cabia o ônus de romper com essa tradição de imobilismo do catolicismo nacional frente ao quadro político e social. Apoiados nas reflexões conciliares e de Medellín, assim como tangidos pela realidade social e pela intensa repressão, esses grupos católicos buscavam constituir uma compreensão do cristianismo que, no fundo, opunha-se ao desenvolvimento e à cristalização do sistema capitalista pretendidas pelo governo militar. Como pano de fundo, essas contradições levaram ao enfrentamento.

E a documentação aponta que, aos poucos, foi se ampliando e intensificando nesse momento a crítica ao regime militar por parte do clero, inclusive por parte de sua hierarquia. Dom Cândido Padin, em 1968, por exemplo, era mencionado em uma pequena nota por ter falado aos jornais acerca do estudo que fez sobre a DSN, afirmando que sua intenção não era atacar o governo, mas fazer um estudo sobre a concepção política e socioeconômica²¹². Mas, o fato é que suas reflexões criticavam fortemente a ideologia que sustentava o governo militar, especialmente por sua concentração de poder e pela estruturação de uma grande rede de repressão. O bispo afirmava ainda que a “civilização ocidental-cristã”, pregada pela DSN, era um “chavão”

---

²¹² Pasta 50-G-000 (4), documento 254. Boletim Informativo n° 189, 10-12/08/1968.

que não resistiria a uma comparação com a mensagem evangélica. O significado da reflexão era tão impactante, que o texto foi embargado pelos setores mais conservadores do clero²¹³.

Em outro Boletim, uma pequena nota registrava o desacordo em debate promovido pela Televisão, em que religiosos tidos como progressistas teriam falado em defesa da evolução da Igreja e de sua participação nos problemas sociais. Dom José Maria Pires, de João Pessoa, teria afirmado que a Igreja não compartilhava e nem era aliada das idéias sociopolíticas do comunismo. E defendendo Dom Helder Camara da acusação de fazer o jogo dos comunistas, o mesmo teria dito que “única afinidade que existe entre o catolicismo e o marxismo é a análise do fato econômico.”

Por outro lado, entretanto, mostrando as disposições que permeavam esses grupos social e politicamente ativos do catolicismo nacional, Dom Fragozo, bispo de Crateús, teria avisado que “no caso de o Governo brasileiro reconhecer não ter condições para resolver os problemas do povo, ele apoiaria um movimento para a sua derrubada”²¹⁴. Tem-se aí, nessas perspectivas de atuação, a expressão dos elementos da tensão que vigorava entre as instituições.

4. DOPS: os discursos internos da Igreja

Setores da Igreja Católica também fizeram análises acerca da realidade que a cercava, sobre a conjuntura social e política, com destaque para as contradições que vivenciava com o regime militar, especialmente com o aparato repressivo. E, pelo que se depreende da documentação recolhida pela polícia política, essas *leituras* eram produzidas por grupos e por indivíduos, sendo divulgados por diferentes canais de comunicação.

4.1. A compreensão da Igreja Católica

---

²¹³ Sobre esse documento, ver: ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. pp. 207-208; e *BRASIL: NUNCA MAIS*. Projeto B. Petrópolis; Vozes, 1985. p. 71.

²¹⁴ Pasta 50-G-000 (4), documento 255. Boletim Informativo n° 174, 24-25/07/1968.

Um dos documentos que mais deixa transparecer a forma como determinados setores do catolicismo nacional percebiam as contradições vivenciadas com o Estado está expressa num boletim informativo identificado como *Notícias da Igreja Universal*, de fevereiro de 1968. Como mostrado acima, o fato de um dos grandes relatórios produzidos pelos órgãos de repressão sobre o catolicismo nacional ser também desse ano pode ser um indicativo de que a percepção e o cuidado acerca das tensões que se avolumavam entre as duas instituições recebiam atenção de ambos os lados.

Quanto ao boletim, num exemplar anexado à documentação, consta que o *Notícias da Igreja Universal* era quinzenal e que seria produzido pela Paróquia Nossa Senhora dos Pobres, na Av. Vital Brasil, no Butantã – dados os registros percebidos, uma paróquia bastante observada pelo DOPS/SP²¹⁵.

No exemplar em questão, referindo-se às tensões entre Igreja e Estado, o título vinha em forma de interrogação: “Uma nova questão Religiosa?” E a discussão era especificada no subtítulo: “Evolução das relações Igreja – Estado no Brasil, em 1966 e 1967”. Ou seja, referia-se ao período em que o regime começava a se institucionalizar e a se fechar. O formato do material, seu índice temático, aponta para uma reflexão bastante detalhada da questão, que era descrita então por cerca de quarenta páginas.

Na apresentação do material está dito que a proposta daquela edição especial era discutir os problemas dos cristãos frente à realidade do mundo, especialmente do terceiro mundo, com destaque para as relações entre Igreja e Estado após o golpe militar de 1964.

A reflexão produzida era calcada nas notícias e fatos veiculados pela imprensa nos anos de 1966-1967, referentes particularmente aos momentos de harmonia, de tensão ou de conflitos abertos na relação entre as duas instituições.

Na descrição feita, o ano de 1966 era apontado como o de fixação dos conflitos com base em dois aspectos da vida nacional: os estudantes e os problemas do Nordeste. Tal situação, consta, continuaria vigente ainda em 1968.

No período identificado como sendo de relações harmoniosas, a Igreja aparece posicionada ao lado das campanhas de exaltação do patriotismo e de crença no destino

---

²¹⁵ No corpo do texto está dito que o folheto *Notícias da Igreja Universal* existiu entre o ano de 1966 e 1967, período sobre o qual recaía a reflexão exposta no exemplar em questão, focando os fatos mais importantes ocorridos envolvendo Igreja e Estado. Na capa consta o N° 46/47 – 1° e 15 de fevereiro de 1968.

do Brasil. O destaque era dado para o beneplácito do cardeal de São Paulo à campanha lançada pela *Folha de São Paulo*, intitulada “Fé no Brasil”, de dezembro de 1966. Com isso, teria havido a adesão à campanha por parte de várias dioceses pelo interior do estado, tendo sido organizadas cerimônias oficiais, momentos de reflexão e oração, como forma de divulgar o movimento. Nelas, muitas vezes, teria havido a presença ostensiva de autoridades civis.

Como aponta o jornal, enquanto instituição, a Igreja buscava então se colocar ao lado das perspectivas defendidas pelo novo governo. As considerações feitas por Dom Cândido Padin acerca da campanha lançada sinalizam essa precaução institucional de participar na construção desse novo momento, influenciando, de certa forma, nos rumos a serem seguidos:

Louvo a campanha da FOLHA, mas sugiro também que se exijam instrumentos adequados ao desenvolvimento econômico e promoção humana. E, neste momento em que se elabora uma nova constituição, é necessário chamar a atenção para a necessidade de criação de instrumentos jurídicos de soerguimento humano... Na missa que celebrarei à meia-noite do dia 31, colocarei a intenção de reafirmar a co-responsabilidade da Igreja nas destinos do Brasil²¹⁶.

Ou seja, nesse primeiro momento, setores da Igreja, especialmente dentro de sua hierarquia, acreditavam e, de certa forma, estavam apoiando a estruturação do novo governo. O que, de acordo com a reflexão apresentada, podia ser atestado pelas muitas missas que foram realizadas por ocasião do segundo aniversário da “Revolução”. Essa imagem de harmonia era particularmente protagonizada pela direção da cúria metropolitana de São Paulo.

Na verdade, consta que os festejos foram unânimes por parte da instituição religiosa, com exceção, porém, de uma “nota dissonante nesse concerto”: Dom Helder Camara²¹⁷. Em Recife, o bispo teria se recusado a celebrar uma missa campal pela ocasião, alegando não ser aquela uma cerimônia religiosa, e sim “uma reunião cívico-militar com tonalidades políticas”²¹⁸.

---

²¹⁶ Pasta 50-G-001 (2), documento 166.

²¹⁷ No texto original a referência a Dom Helder não aparece completa, não sendo mencionado o sobrenome. Esse foi acrescentado a lápis, possivelmente por alguém da polícia.

²¹⁸ Pasta 50-G-001 (2), documento 166.

Já nas eleições ocorridas em 1966, por exemplo, o texto afirmava que, sem alarde, padres foram eleitos pelo partido situacionista. Quanto à constituição de 1967, apenas duas vozes isoladas teriam se manifestado contra: a de Tristão de Athayde e de D. Jorge Marcos, bispo de Santo André. Esses teriam visto na nova carta constitucional uma afronta “ao sentimento democrático brasileiro”.

Como vem se assinalando através dos documentos destacados, embora tivesse havido uma manifestação institucional a favor do governo instaurado, a concordância interna não era total. E, o mais significativo, dado a discussão aqui proposta, essas notas dissonantes presentes foram se avolumando.

Nesse sentido, em março de 1966, os integrantes da Ação Católica Operária do Nordeste, reunidos em Recife, teriam lançado um manifesto denunciando a situação de exploração e degradação vivenciada pelos trabalhadores da região. Homens e mulheres, inclusive menores de idade, estariam sendo vítimas da exploração de um sistema econômico e social que os desumanizava, o que era agravado pela existência de uma estrutura judiciária que nada fazia por defendê-los.

No mês de julho, um novo documento da Ação Católica Rural e da Juventude Agrária Católica reafirmaria as denúncias anteriores.

[...] O homem do campo, pouco a pouco, tomando consciência de sua dignidade como homem e como trabalhador, se descobre como sendo vítima de uma estrutura que o reduz a um estado infra-humano [...]. Não resta nenhuma dúvida sobre as intenções da velha estrutura colonial que teima em querer ficar de pé, as quais têm se manifestado sobre os mais vários aspectos: desprezo ao homem, insegurança do emprego, favorecimento (pela SUDENE, por exemplo) dos grandes proprietários, injustiça, uso freqüente das ameaças que geram o medo policial, falta de ensino, etc. ... Que todos os cristãos e todos os homens saibam que é o pensamento da Igreja sobre os assuntos que preocupam o mundo de hoje²¹⁹.

Diante dessas reflexões, os bispos do nordeste lançaram um documento identificado como *Manifesto dos Bispos do Nordeste*, de julho/agosto de 1966, em que apoiavam as denúncias feitas pelos integrantes da Ação Católica e cobravam de autoridades e empresários que agissem no sentido de promover a justiça social. Ao

---

²¹⁹ Pasta 50-G-001 (2), documento 165.

mesmo tempo, conclamavam aos trabalhadores que se organizassem em nome de seus direitos.

Com a proibição de circulação desse manifesto dos bispos pelos militares do IV Exército, no Recife, as reações católicas se multiplicaram pelo país, que perceberam no ato uma intromissão do governo num domínio da Igreja.

É importante lembrar que esse primeiro choque direto com os representantes locais da hierarquia católica se deu ainda no ano de 1966. Nesse momento o regime militar ainda não havia se mostrado em toda a sua disposição repressiva, menos ainda com relação à cúpula católica.

No episódio, circulares do Exército já apontavam a postura de Dom Helder Câmara como sendo responsável pela agitação na Igreja nordestina. O prelado era apontado como agitador de esquerda, o que estaria facilitando a infiltração comunista nas fileiras do catolicismo local.

Todo o ocorrido deu início a uma crise entre as esferas de poder, que, naquele momento, culminou com a transferência do general comandante do IV Exército, em agosto. O gesto teria sido interpretado como uma tentativa de resolver o conflito, e as autoridades católicas e militares buscaram inscrever o fato resultando de equívocos.

É importante anotar que muitas manifestações contra a reprimenda militar buscaram justificar a ação da Igreja local. Ao se pronunciar em nome da dignidade dos trabalhadores, tentava-se justamente superar as raízes da subversão da qual eram acusados. As injustiças passavam a ser entendidas como promotoras da miséria, o que poderia, isto sim, levar à desordem.

E embora tivessem existido ataques, é significativo que o apoio a Dom Helder tenha vindo de setores não-católicos, de leigos e de figuras da hierarquia católica que, de certa forma, nem sempre compartilhavam das mesmas opiniões sobre a questão social. Nesse sentido, se pronunciaram: Dom Frágoso, de Crateús; Dom Waldyr Calheiros, ainda bispo auxiliar do Rio de Janeiro; Dom Agnelo Rossi, de São Paulo; Dom Vicente Scherer, de Porto Alegre. Para eles, fazer tal denúncia não deveria ser interpretado como subversão²²⁰.

---

²²⁰ O texto revela que Roberto Freire, Dom Castro Mayer, bispo de Campos, no Rio de Janeiro, Eugênio Gudim e Gustavo Corção, entre outros, teriam se manifestado contra os termos usados pelos prelados brasileiros, que não seriam condizentes com a luta contra o comunismo.

Ainda sobre esse fato, de acordo com a reflexão exposta no texto, Tristão de Athayde teria identificado em Dom Helder o símbolo de uma “Igreja Missionária”, um sinal dos tempos, em que as questões sociais, políticas e espirituais estariam na base do grande problema do momento: o choque entre as elites e as massas. Sobre o que, teria exposto: “A elite social habituada a contar desde sempre com o apoio da Igreja, está decepcionada e mesmo escandalizada pelo interesse e importância que a Igreja Conciliar dá às massas”²²¹.

Mais à frente, por ocasião do Congresso da União Nacional dos Estudantes em Belo Horizonte, consta que, diante da proibição da polícia aos hotéis de receberem os estudantes, conventos dominicanos e beneditinos ofereceram abrigo aos congressistas. E, contra o pronunciamento de Dom João Rezende, arcebispo da capital mineira, o encontro acabou ocorrendo nas dependências da Igreja dos frades franciscanos. Segundo o texto, o frei franciscano Guido Vlasman teria dado como justificativa para acolher o conclave o fato de entender que os estudantes exigiam

[...] o que todo o povo exige: o respeito à dignidade da pessoa humana na liberdade e na democracia e a aceitação do diálogo, inclusive da divergência de opiniões... O governo está interessado em manter a Igreja numa posição superada, tentando impor um tipo de cristianismo liberalista, isto é, o divórcio entre a vida cristã e a profana sendo, neste particular, apoiado por uma minoria do clero que se cala. Desta forma, as exigências da vida cristã dentro da sociedade estão sendo reprimidas a tal ponto que muitos se perguntam: o que o Governo está querendo e o que entende ele por cristianismo?²²².

Por meio das manifestações divulgadas via imprensa, o documento pontuava as palavras de apoio de Ordens e de religiosos em favor da postura de acolhimento adotada por parte da Igreja belo-horizontina, alegando que essa era uma forma de lutar pela liberdade desejada pelo povo brasileiro. Mas, como ocorreu com o episódio no Nordeste, também foram registradas manifestações contrárias à atitude, compreendida por muitos como de apoio a uma entidade comunista e promotora de desordem.

---

²²¹ Pasta 50-G-001 (2), documento 164.

²²² Pasta 50-G-001 (2), documento 162. O texto observa que, apesar das manifestações contrárias do governo, a não-repressão ao evento pode ser compreendida por ter sido ele organizado por estudantes católicos, e não comunistas, embora os órgãos de segurança soubessem da existência de fortes críticas ao governo por parte desse setor.

Frente à mobilização estudantil que se seguiu em setembro de 1966 e a repressão militar às mesmas, o documento em questão pondera que, cada vez mais, setores da Igreja perceberam que era preciso apoiar e travar a luta pela liberdade e pelo direito de participar nas decisões políticas. A participação em manifestações públicas estudantis e a proteção de estudantes em recintos religiosos teriam reafirmado essa disposição de apoio à luta por maior liberdade. Em diferentes momentos, religiosos se ofereceram para intermediar o conflito entre estudantes e o governo militar²²³.

Em 1967, assumiu a presidência o general Costa e Silva. E embora em seu discurso se mencionasse a volta da legalidade democrática, os atos não a concretizaram.

Na Igreja, era publicada a encíclica *Populorum Progressio*, reafirmando a necessidade de a Igreja participar dos dilemas vividos pelo mundo, em todas as suas dimensões e em nome do desenvolvimento integral do homem.

Nesse momento, a nova presidência e muitos grupos governistas nos Estados teriam se mostrado favoráveis às diretrizes de desenvolvimento humano presentes na carta papal. Mas setores conservadores do catolicismo nacional – a *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* e jornais como o *Estado de São Paulo*, entre outros – registraram sua oposição ao documento, visto como passível de ser usado pelo movimento comunista²²⁴.

É de se registrar especialmente que, como menciona o documento, uma parte dessas críticas se direcionava às considerações da encíclica acerca do sistema capitalista. Segundo o texto em questão, Leonildo Tabosa Pessoa teria criticado a tradução feita das considerações traçadas acerca do capitalismo, pois a crítica aos abusos teria sido veiculada como sendo ao próprio sistema capitalista.

Nessa perspectiva, Eugênio Gudin, na imprensa carioca, teria visto nas considerações sobre a miséria e a pobreza um sinal de desinformação por parte da encíclica, pois esses flagelos só seriam superados pelo progresso da civilização: “O erro capital da encíclica, ao tratar dos problemas econômicos do mundo, é o de atribuir suas vicissitudes à DISTRIBUIÇÃO, em vez de focalizar a PRODUÇÃO (ou produtividade),

---

²²³ Pasta 50-G-001 (2), documento 161.

²²⁴ O texto destaca que esses setores mais conservadores se detiveram nas possíveis traduções do documento, especialmente em torno do termo *Progressio*, que poderia ser Progresso ou Desenvolvimento. Tal dubiedade era apontada como sendo perigosa, já que poderia ser usada pelos comunistas em seu discurso político.

cuja deficiência está na origem de todos os males”²²⁵. Suas objeções então se estendiam na defesa do sistema capitalista, que teria sido questionado pela encíclica:

Pena é que a encíclica não apresente qualquer sugestão construtiva, no que diz com a substituição do sistema “capitalista”, que ela tanto incentiva, por outro melhor. Do socialismo e do comunismo apenas adverte contra “um sistema baseado no materialismo e no ateísmo”²²⁶.

Já o jornalista Pedro Dantas teria atacado a encíclica especialmente por aquilo que entendeu como sendo uma tentativa de continuar no poder político. Tal como o traço percebido no primeiro momento deste trabalho, nos documentos anteriores a 1964, o jornalista teria reafirmado que o prestígio da Igreja seria maior e estaria garantido se permanecesse restrito ao campo espiritual. O papel da Igreja seria “manter uma ética entre os homens, e não uma política”²²⁷.

Em 1967, a Ação Católica Operária do Nordeste lançou um manifesto intitulado “Nordeste, desenvolvimento sem justiça”. Na contramão das críticas feitas pelos setores conservadores nacionais, informava o texto, e em acordo com a apreciação apontada na encíclica de Paulo VI, o documento fazia sérias restrições ao processo de desenvolvimento capitalista que se alargava na região. Era destacado do documento, entre outras, a seguinte consideração:

Assiste-se, no Nordeste, à substituição de uma estrutura feudal por uma estrutura capitalista e, como militantes cristãos, não podemos deixar de manifestar receio profundo pelo tratamento materialista que o capitalismo dá aos problemas, sem se preocupar com o HOMEM, que poderá ser usado como simples instrumento no jogo das estatísticas e de planos²²⁸.

O mesmo documento teria criticado abertamente a posição do governo, que, ao não auxiliar o operariado nessas transformações, contribuía para o processo de desumanização e exploração provocado pela forma de desenvolvimento industrial então implantado. Agindo com paternalismo, o governo era acusado de querer comprar o

---

²²⁵ Pasta 50-G-001 (2), documento 159.

²²⁶ Pasta 50-G-001 (2), documento 159.

²²⁷ Pasta 50-G-001 (2), documento 158.

²²⁸ Pasta 50-G-001 (2), documento 157.

silêncio para esmagar a dignidade humana. Enfim, era o caráter do desenvolvimento que era então questionado neste documento, nas declarações feitas por Dom Frágoso, que teria identificado na revolução cubana um sinal de coragem latino-americana de romper com a dominação que lhe era imposta, ou no embate ocorrido na diocese de Dom Waldyr Calheiros, em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro

Além dos episódios envolvendo Dom Helder Câmara, o Boletim de Notícias destacava como um momento de estremecimento das relações entre Igreja e Estado o caso envolvendo o bispo Dom Waldyr Calheiros. Em novembro de 1967 a polícia prendeu quatro jovens que distribuíam panfletos nas ruas da cidade, que acabaram sendo indiciados num IPM. Tanto os folhetos eram do movimento da juventude católica da diocese, como os jovens eram ligados diretamente ao bispo²²⁹.

Segundo o texto, as manifestações do prelado em nome da integridade dos jovens tiveram como resposta a invasão do Palácio Episcopal por doze soldados e dois oficiais que buscavam material subversivo, sem que encontrassem nada. A entrevista que o bispo deu ao Jornal do Brasil, explicando suas preocupações, fora apreendida pelo Exército. Ele então resolveu publicar sua manifestação em folhetos que deveriam ser distribuídos pela diocese, o que levou a prisão de algumas pessoas envolvidas no projeto. Seu texto buscava expor seus motivos e, ao mesmo tempo, posicionar-se frente ao comando do Exército local.

Enquanto o coronel Armênio está preocupado em descobrir pessoas subversivas, eu estou preocupado:

- . com um acordo salarial que se vem arrastando há 5 meses;
- . com a diferença que traz este aumento entre alguns e outros;
- . que este aumento não venha a cobrir o saldo devedor;
- . com o índice elevado de doentes mentais e de alcoólatras entre os operários;
- . com a manutenção de castas sociais nos bairros e apartamentos;
- . com a vida de comunidade dos moradores nas casas que não lhes pertencem;

---

²²⁹ O episódio e sua repercussão podem ser conferidos em: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 250. (volume II). Sobre a atuação de Dom Waldyr Calheiros, ver também: SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

. com o excesso da oferta de trabalho e exploração por algumas empresas²³⁰.

No editorial “Paramentos vermelhos”, o *Jornal do Brasil* teria na ocasião atacado as posições político-ideológicas de “alguns sacerdotes nossos”, tidas como claramente de tendência comunista. Enquanto que, de outro lado, leigos e religiosos se manifestaram a favor do bispo, e o caso ganhou destaque nacional.

Em novembro de 1967, no Rio, a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil se reúne e, entre outros casos, discute as questões envolvendo Dom Waldyr Calheiros. Desse encontro surge o documento “A missão da Hierarquia no Mundo de hoje”. De acordo com o proposto no título, o Boletim ressalta a recusa dos bispos em ver sua missão restrita ao campo espiritual, o cristianismo não seria uma religião desencarnada. Além disso, endossava a idéia de preparar os cristãos para realizarem as necessárias transformações, não aceitando com isso ser taxada de agente da subversão. A anarquia e o abuso do poder político e econômico eram então apontados como os verdadeiros provocadores da desordem.

Mas, por sugestão de Dom Avelar Brandão, de Teresina, do Piauí, mais uma vez, esse mesmo documento registrava a disposição da hierarquia de manter o diálogo com o governo militar, com o propósito de “um diálogo em nível alto com as autoridades constituídas, no sentido de dissipar dificuldades e resolver eventuais problemas”²³¹.

Isso só reafirmava o quão controvertido foi o processo de conscientização e envolvimento de setores da Igreja – especialmente do Nordeste – com as questões sociais²³². Grandes e múltiplos foram os antagonismos surgidos no próprio seio da Igreja, de sua base até sua cúpula. Para uns era a manifestação legítima da proposta evangélica, para outros, a manipulação assombrosa de religiosos que usavam das massas para defender princípios comunistas, nada cristãos.

De maneira mais contundente, o que o documento deixava claro é que no país, especialmente por parte de bispos da região Nordeste, foi estremecendo, pouco a pouco, a relação entre setores da Igreja e do governo – o contrário também acontecia. A crítica, que muitas vezes denunciava e se opunha à repressão política patrocinada pelo governo,

---

²³⁰ Pasta 50-G-001 (2), documento 153.

²³¹ Pasta 50-G-001 (2), documento 153.

²³² Pasta 50-G-001 (2), documento 157.

quase sempre possui como pano de fundo as questões socioeconômicas, externando uma indisposição para com o sistema capitalista.

Ao expor os eventos que teriam marcado de forma decisiva as relações entre Igreja e Estado entre 1966/1967, o documento observa que, apesar de todas as controvérsias, um elemento permanecia: “o desejo de convivência compreensiva”. Tal como se vem percebendo nos documentos aqui analisados, a reflexão destaca que os problemas então surgidos estavam compreendidos nas esferas estudantil e social – que compreendia, por exemplo, a realidade dos trabalhadores da cidade e do campo. Esses teriam sido os causadores dos únicos conflitos reais.

O texto observa que houve um recrudescimento da repressão aos religiosos em 1967, o que teria sido resultado das relações percebidas com o movimento estudantil no ano anterior. A desconfiança crescente com relação aos religiosos, observa, também não era apenas da polícia, mas também dos setores mais conservadores da sociedade.

Esse recrudescimento no trato com os setores tidos como progressistas seria, de acordo com o documento, resultado do aprofundamento das divergências internas da Igreja. E, tanto nas relações Igreja/Estado, como nas relações internas, esse enrijecimento das diferentes posturas seria, naqueles dois anos, o elemento a ser destacado na evolução das relações institucionais²³³.

Sobre os problemas sociais, o que é destacado primeiro é o fato de Dom Helder não estar sozinho em sua disposição social. Muitos bispos passaram a fazer coro em prol de uma política favorável aos trabalhadores, e as manifestações, geograficamente, seriam reveladoras dessa realidade: além dos bispos do nordeste, as manifestações saíram de Volta Redonda, Santos e região do ABC paulista. A novidade não seria os problemas ali localizados, mas “a voz dos bispos – e não mais a voz de um só – denunciando as injustiças, tornando-se cada vez mais clara, cada vez mais forte. O fato de ela encontrar cada vez mais eco provoca, ao que parece a irritação, por vezes até a cólera dos militares”²³⁴.

Se antes Dom Helder era tido como único suspeito, o “inocente útil” servindo à causa comunista, o envolvimento dos demais bispos serviu para colocar os católicos como suspeitos de manter relações com os comunistas – o que é uma mudança

---

²³³ Pasta 50-G-001 (2), documento 152.

²³⁴ Pasta 50-G-001 (2), documento 151.

significativa, ao se considerar os documentos encontrados na primeira parte desta reflexão.

Ao mesmo tempo, as crises em torno dos problemas sociais serviram para afirmar a solidariedade do episcopado, sendo o equacionamento das posições do episcopado o grande elemento a ser destacado no segundo ano. Por outro lado, o caminho adotado pelo episcopado teria sido interpretado pelos militares como sendo o da subversão.

A despeito de todos os esforços, o que se percebia nos dois anos, afirmava o documento, era uma deterioração das relações entre Igreja/Estado. Ao agir em prol dos estudantes, setores da Igreja o faziam no sentido de dar abrigo e proteção, embora viesse a ganhar uma dimensão política, o que levou às primeiras tensões com o Estado e mesmo internamente. Já a participação nas questões sociais, encerrava em seu caráter de denúncia um viés político, especialmente por intervir e perturbar uma ordem social que, ao final, era falsa.

Tudo isso, baseados na encíclica de Paulo VI, o episcopado brasileiro assumiu na condição de denúncia e de busca por uma ordem social mais justa, o que fez dele o porta-voz da subversão, na perspectiva do regime militar. Essa compreensão se deu, ressalta o texto, em função de ser dado à Igreja o direito de se manifestar sobre as questões morais, não sobre as de justiça social ou de ordem política.

Neste sentido, concluía a reflexão, tinha-se ao final de 1967 uma nova questão religiosa, na medida em que os militares viam em setores da Igreja os agentes da subversão. E o ponto central estaria na proibição imposta à Igreja de se pronunciar sobre os problemas sociais que, de alguma forma, tocavam à maneira como a sociedade estava estruturada juridicamente, colocando em risco o próprio aspecto institucional do regime. Não lhe seria então lícito falar propriamente da organização socioeconômica da sociedade. Mas essa perspectiva já não seria mais aceita por um setor católico, daí o atrito.

A linha tradicional da Igreja aceita que haja domínios reservados na organização da sociedade. Mas, desde as encíclicas sociais e da viagem de Paulo VI à ONU, existe na Igreja uma linha não conformista que está em vias de descobrir que o desafio lançado à Igreja atual não é mais o da moral – individual ou social – mas o do econômico. A economia política representa, para a Igreja de hoje o que a ciência representou para a Igreja de após Idade Média. Pertence à Igreja descobrir as ressonâncias evangélicas dos condicionamentos

econômicos da vida humana em sociedade. Está aí o nó da questão, tanto no plano nacional como no plano internacional. Esta é a medida do empenho da Igreja na América Latina. Pode-se dizer que é isto que legitima a sensibilidade nova de uma parcela da Igreja aos problemas humanos do Brasil. Finalmente, este é o motivo profundo dos conflitos entre a Igreja e o Estado²³⁵.

O texto segue então refletindo sobre os possíveis caminhos que poderia seguir a Igreja dada a realidade política e social de então.

Interessa aqui destacar essa reflexão por ser resultado de uma análise de parte da própria Igreja em sua relação com o quadro social e político, logo, em sua relação com o próprio Estado. Ele sintetiza os acontecimentos e sinaliza uma avaliação que, em grande medida, vai ao encontro da reflexão proposta neste trabalho.

4.2. Boletim Informativo Ecclesia

Como contraponto à imagem recolhida no exame que se fez do primeiro decênio, vem se afirmando que uma das características distintivas deste momento da análise é o fato de se perceber nos órgãos de repressão a busca por se inteirar diretamente das informações sobre a Igreja. Os diferentes relatórios de agentes infiltrados e a recolha de textos, de folhetos de paróquias, de missas, entre outros materiais, parecem confirmar essa perspectiva. Ou seja, percebe-se um aumento da atenção policial aos canais de comunicação diretamente relacionados à comunidade católica após o golpe de 1964.

Por outro lado, é preciso anotar que, nesse momento, em resposta a novas diretivas conciliares, o uso dos meios de comunicação de massa como forma de acessar aos fiéis passou a ser de grande interesse para a Igreja Católica²³⁶.

Assim, a observação da documentação reunida revela um encontro simples: se por um lado, os meios de comunicação passaram a ser usados de forma marcante pela Igreja para *falar* aos seus fiéis e ao público em geral, por outro, aparentemente, esse também

---

²³⁵ Pasta 50-G-001 (2), documento 151.

²³⁶ Para as diretrizes sobre conciliares sobre os meios de comunicação, conferir: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. [org. geral Lourenço Costa; trad. Tipografia Poliglota Vaticana]. São Paulo: Paulus, 1997. – (Documentos da Igreja). Pp. 87-100; e também: DELLA CAVA, Ralph. ... *E o Verbo se faz imagem*. Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989.

se tornou um canal para os órgãos da repressão governamental acessarem e monitorarem as importantes informações produzidas pela comunidade católica.

Assim, já em 24 de março de 1965, registros mostram investigações sendo feitas em torno da Agência de Notícias Sul Americana S.A., a ASAPRESS, com sede no Rio de Janeiro e filial na capital paulista. Consta que, tendo falecido o proprietário dessa empresa, investigações comprovavam que a mesma havia sido comprada pela CNBB, em setembro de 1964. Além do valor da compra, procurou-se saber de onde teriam vindo os recursos para tal aquisição e se algo desabonava os leigos e religiosos que administravam esse empreendimento.

Quanto aos propósitos desse grupo e da Agência, ter-se-ia constado que era “informar as notícias com exatidão, sem deturpá-las; quer de caráter político, quer religioso ou esportivo, tal qual como vem da fonte”. E, por fim, informava-se que, quanto ao “movimento de 31 de março, o referido grupo encontra-se ao lado deste movimento, sem contudo interferir, procurando manter-se neutro quanto às suas atitudes”²³⁷.

Como vem sendo assinalado, dessa preocupação inicial sobre as posturas frente ao golpe militar, as investigações caminharam para uma desconfiança progressiva para com esse setor católico, culminando na condenação e na repressão a muitos indivíduos e instituições ligadas à Igreja.

Essa perspectiva de um monitoramento constante via canais de comunicação e repressão crescente do ambiente social católico são perspectivas que podem ajudar a compreender os muitos exemplares do chamado *Boletim Informativo Ecclesia* encontrados em meio à documentação do DOPS/SP. A profusão e a reunião sistemática desse material pareceu ser um sinal claro da tentativa de realizar uma observação direta das posturas então sustentadas pelo catolicismo nacional.

A origem desse *Boletim Informativo Ecclesia* se encontra narrada em seu primeiro número, conforme exemplar encontrado.

De acordo com o texto, esse material era produzido pelo *Centro de Informações Ecclesia*, espécie de departamento de comunicação da Arquidiocese de São Paulo, criado em outubro de 1969. Idealizado por Dom Agnelo Rossi, o Centro tinha como

---

²³⁷ Pasta 50-G-002 (1), documento 96.

objetivo coordenar a presença da Igreja paulistana junto aos meios de comunicação²³⁸. A idéia era ter um instrumento de divulgação que, sendo do meio eclesiástico, servisse como fonte de informação aos demais meios de comunicação e à comunidade católica em geral. Era, enfim, um instrumento de comunicação pastoral junto ao setor de comunicação da sociedade. Como atesta a investigação feita pela polícia política paulista, isso tornou a “Igreja presente nos grandes instrumentos de comunicação social, tanto em São Paulo como no Brasil”²³⁹.

A Arquidiocese de São Paulo, por meio da *Fundação Metropolitana Paulista*, subordinada, em última instância, ao arcebispo, possuía três departamentos de comunicação, à época: rádio, imprensa e de informações. Respectivamente, a *Rádio Nove de Julho*, o semanário *O São Paulo* e o *Centro de Informações Ecclesia*.

O *Centro de Informações Ecclesia*, o mais novo dos três departamentos, entre outras atividades, editava o *Boletim Informativo Ecclesia*, que iniciou como semanário e, a partir do segundo ano, passou a ser editado duas vezes por semana. Esse material era distribuído gratuitamente para jornais, emissoras e canais de televisão da capital, sendo que, por meio de assinatura, atingia todo o território nacional e até outros países.

Como informava o texto, o objetivo era tornar o *Centro de Informações Ecclesia* numa Agência de Informações²⁴⁰.

O *Boletim Informativo* trazia variadas informações acerca do universo social católico, nacional e internacional. Cada volume apresentava novas notícias ou dava seqüência a assuntos anteriormente abordados, sempre sob ótica católica: aborto; o papel da mulher na sociedade moderna, dentro e fora da instituição religiosa; o quadro político e econômico; campanhas e congressos das dioceses e paróquias; pronunciamentos do papa, de bispos, de padres, de religiosos e de leigos; entre tantos outros. Como revelava a própria proposta, a idéia era que ele fosse um órgão de divulgação das concepções e programas da Igreja Católica, especialmente da Arquidiocese de São Paulo.

Quanto aos boletins encontrados em meio à documentação, é interessante notar que muitos trazem como referência de entrega dos exemplares o próprio DOPS paulista,

---

²³⁸ Pasta 50-G-002 (2), documento 217, Boletim Informativo nº 1, 24/05/1970. Em 1968, o Papa Paulo VI instituiu o Dia Mundial das Comunicações Sociais, sinalizando a valorização que a Igreja passava a dar ao setor de comunicação também como meio de evangelização.

²³⁹ Pasta 50-G-002 (9), documento 909.

²⁴⁰ Pasta 50-G-002 (2), documento 252, Boletim Informativo nº 2, 11/05/1970.

no Largo General, número 86. Em alguns exemplares vinha impresso “Exmo Sr. Diretor do DOPS – São Paulo Capital”, e, quase sempre, também impressa a identificação do “*Centro de Informações Ecclesia* – Rua Wenceslau Braz, 78 – São Paulo”. Ou seja, como era um instrumento de comunicação público, tudo leva a crer que a polícia política recebia seu exemplar diretamente do Centro, por assinatura ou mesmo gratuitamente, ou lhe era repassado por algum outro órgão do próprio aparato repressivo.

Além dos *Boletins Informativos Ecclesia* propriamente ditos, foram recolhidos diferentes textos produzidos pelo *Centro de Informação Ecclesia* referentes, por exemplo, ao programa “Encontro com o Pastor”. Esse era um programa em que o arcebispo paulistano falava regularmente aos ouvintes da *Radio Nove de Julho*. Após o fechamento da Rádio pelo regime militar em 1973, textos com essa mesma identificação passaram a aparecer junto aos boletins impressos pelo *Centro de Informação Ecclesia*²⁴¹.

Enfim, esse material congregava toda uma gama de informações que muito deveriam interessar aos órgãos de segurança do regime militar.

E essa talvez seja a explicação para que houvesse a sua recepção, leitura e arquivamento por parte do DOPS/SP. Da origem à forma sistemática como foi acumulado e acompanhado pelos agentes policiais, esse material reforça a sensação de que fazia um acompanhamento de perto dos rumos seguidos pelo catolicismo, no âmbito regional, nacional e mesmo internacional.

Desde que surgiu o primeiro Boletim, em maio de 1970, foram encontradas edições arquivadas em todas as pastas examinadas, embora não na sua seqüência completa. A apuração realizada indicou 293 remissões principais a esse material, o que equivale a dizer que existem quase em sua integridade o mesmo número de edições até o ano de 1974. A primeira edição é a de número 1 e a última a de número 364²⁴². Em média, esses boletins possuíam 6 páginas, ou seja, são cerca de 1800 páginas arquivadas desse material²⁴³.

---

²⁴¹ No material recolhido esse material aparece normalmente junto, como que em anexo.

²⁴² Nem todas as edições estão completas, sendo que, em alguns casos, pode acontecer de uma remissão numérica indicar apenas uma ou duas páginas arquivadas de determinado boletim, que, às vezes, constava em cópia. Entretanto, o que passou a ocorrer, sobretudo a partir de 1971, um ano depois da criação do boletim, foi a anexação serial desse material, sendo que isso prossegue após o ano de 1974.

²⁴³ Em função desse volume, da variada gama de informações que apresenta e de suas características próprias, esse material comportaria diferentes pesquisas, principalmente sobre a especificidade do que era divulgado pela arquidiocese de São Paulo nesse momento.

Além do editorial, os boletins eram organizados por meio de grandes tópicos: *A Igreja na Arquidiocese*; *A Igreja no Brasil*; *A Igreja no Mundo*. Entre esses, os subtópicos e temas mais recorrentes eram:

- Novos Planos de Pastoral (batismo, crisma, matrimônio etc.);
- Seminaristas na Igreja;
- Alocuções Papais;
- Igreja no Brasil – Pastorais;
- Igreja no Mundo – Pastorais;
- Igreja na Arquidiocese;
- Igreja e Sindicato Rural;
- Curso de Espiritualidade Pós-Conciliar;
- Liderança Cristã dos trabalhadores;
- Em defesa da CNBB;
- Círculos Operários Católicos;
- A serviço da Problemática do Homem no Campo e da Agricultura;
- A Igreja na China Comunista;
- Encontros e decisões da CNBB.

Por essa dimensão, tornou-se difícil uma apresentação que revelasse seu conteúdo e sentidos de forma mais precisa. Além disso, como nem todos os boletins trazem assinalados os temas que foram objeto de observação policial, houve a dificuldade em avaliar o sentido de cada número remissivo, no que se refere ao assunto trabalhado nesta pesquisa – às vezes, a remissão era feita apenas ao documento, englobando todos os tópicos ali presentes.

Por outro lado, sua dimensão também justifica uma breve apresentação de algumas questões e tópicos, especialmente quando mais próximos à reflexão desenvolvida nesta pesquisa. Mas os temas neles abordados não serão considerados no cômputo final do quadro temático, dadas as peculiaridades do material.

Cabe dizer ainda que, no geral, os temas tratados nesses boletins estão relacionados a alguma investigação já presente na própria documentação policial. A diferença, ressalte-se mais uma vez, é que nesse material da arquidiocese paulistana tais casos estão apresentados na perspectiva católica.

Como mencionado, assim como acontecia com os jornais, é possível encontrar nos boletins marcações feitas pelos agentes da repressão sobre nomes, eventos, datas, opiniões etc. Há mesmo parágrafos e tópicos inteiros circulados. Esse procedimento constitui indícios dos temas então procurados, enfim, do *olhar* investigativo. E foi especialmente a partir deles que foram destacados alguns tópicos e traçadas algumas considerações.

Por meio dessas marcações é possível perceber, por exemplo, que os nomes de Dom Helder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, respectivamente arcebispos de Olinda e Recife, e São Paulo, eram os mais assinalados entre prelados que constavam.

Embora, à primeira vista, possa parecer natural que o nome do arcebispo paulistano seja um dos mais apontados, já que era um material de divulgação da arquidiocese de São Paulo, as marcações indicam uma distinção importante: elas surgem especialmente sobre textos que trazem o posicionamento do arcebispo sobre as questões políticas nacionais. Ou seja, junto ao nome, a temática na qual aparecia é que conferia a distinção. Nesse sentido, as denúncias acerca das torturas praticadas pelos órgãos de repressão e a atuação junto à população da periferia da cidade são os temas mais assinalados.

Dom Helder Camara surge em função de questões como essas e também de outras, como, por exemplo, sua movimentação no exterior. Embora o grande destaque fosse dado aos pronunciamentos e discursos feitos, particularmente quando se referiam ao quadro político nacional, outros detalhes não escapavam à vigilância. Por exemplo, a pequena nota informando que seu livro *Revolução por meio da Paz* tinha ganhado uma versão nos Estados Unidos não passou despercebida, sendo o nome do autor e do livro marcados²⁴⁴.

Esse interesse explicaria também o fato de ser um dos tópicos mais assinalados aqueles referentes às diretrizes pastorais procedidas de Roma ou estabelecidas pelas dioceses e pela CNBB. Particularmente quando dizia respeito ou, de alguma forma, implicavam na relação entre Igreja e sociedade, Igreja e Estado.

Enfim, essas marcações não eram aleatórias. E, por mais que o que apareça destacado não apresente importância imediata, o apontamento de nomes, de títulos e de idéias era usado também para posteriores fichamentos, conforme indicações percebidas

---

²⁴⁴ Pasta 50-G-002 (4), documento 408. Boletim Informativo n° 65, 31/08/1971.

nos próprios registros. Concorriam, enfim, para constituição de informações acerca do indivíduo e dos temas abordados pelo catolicismo. Segue abaixo alguns temas e temáticas que mais aparecem destacados nos boletins.

. *Violência e direitos humanos*

No que se refere à relação entre as instituições, ganhavam destaque entre os pontos de atrito a denúncia e a condenação proferidas pela Igreja, especialmente pela CNBB, contra a tortura, a exploração econômica e a interferência tida como indevida, além dos rumos a serem seguidos pela evangelização católica no país. Todos, temas de grande repercussão a partir do ano de 1969.

Ainda repercute no exterior o Documento Pastoral de Brasília – nesse tópico, por exemplo, os agentes destacaram a mensagem emitida pela Assembléia Geral da CNBB, realizada na capital federal em 1970. A notícia, que ganhou grande repercussão no meio jornalístico, condenava a tortura e o terrorismo, este apresentado como sendo também uma forma de tortura contra o povo. O chamado “Documento Pastoral de Brasília” mencionava especialmente as “torturas perpetradas pelas ‘forças da ordem’ na pessoa de terroristas ou de pretensos terroristas”.

Nesse momento, o país estava sob o comando do general Garrastazu Médici, período em que Igreja e Estado já colecionavam muitos pontos de atrito. A instituição religiosa, especialmente por meio de sua hierarquia, já havia assumido então a política de defesas dos Direitos Humanos.

Mas, de acordo com a nota, embora os bispos brasileiros afirmassem a existência de torturas, não as atribuíam como sendo próprias daquele governo. Havia a responsabilização das autoridades do país com relação a tais “crimes”, mas isso ainda era feito com cautela e de forma genérica. Pedia-se, por exemplo:

ao governo que chame à razão alguns de seus servidores, que não entre na engrenagem da violência, que não se fixe, radicalmente, em posições defensivas e que admita as críticas e a existência de uma oposição ‘séria e digna de uma nação’²⁴⁵.

---

²⁴⁵ Pasta 50-G-002 (3), documento 268. Boletim Informativo nº 12, 20/07/1970.

Ainda que a existência desse tipo de pronunciamento denotasse a postura e o quadro de tensão que existiam entre as instituições, as autoridades católicas buscavam manter um canal de negociação com as autoridades. Enquanto instituição, dado o quadro, é possível pensar também que, o não-ataque diretamente a pessoa do presidente ou dos altos comandos do governo, era uma forma de buscar também uma espécie de autopreservação – até como forma de poder seguir fazendo os pronunciamentos.

E, mesmo com esse aparente cuidado, os pronunciamentos estavam sendo feitos. O econômico, o social e o político eram abordados em reflexões sobre a questão da liberdade de expressão, da volta à democracia, da segurança pública, dos baixos salários. O protesto acerca da prisão de religiosos e leigos acusados de subversão era uma constante, por exemplo. Os bispos pediam uma revisão do conceito de subversão e subversivo, para que se evitasse “uma série de equívocos frequentes entre nós”²⁴⁶.

Nesse tipo de manifestação encontra-se a acusação ao governo da prática de arbitrariedades, de uso da violência e do terrorismo na repressão. Presentes em muitos tópicos, isso pode ser divisado nos títulos selecionados abaixo:

- Solidariedade ao bispo de Volta Redonda²⁴⁷;
- Suspensa a incomunicabilidade dos presos²⁴⁸;
- Julgamento dos Dominicanos²⁴⁹;
- STM Anula condenação do padre Vicini²⁵⁰;
- Dominicanos absolvidos e condenados²⁵¹;
- Busca e apreensão policial na Arquidiocese de Recife²⁵²;
- Revogada a prisão de sacerdote²⁵³;
- Libertado o padre Vicini²⁵⁴;
- Novas detenções de sacerdotes²⁵⁵;

---

²⁴⁶ Pasta 50-G-002 (3), documento 319.

²⁴⁷ Pasta 50-G-002 (4), documento 359A. Boletim Informativo nº 38, 24/02/1971.

²⁴⁸ Pasta 50-G-002 (4), documento 362. Boletim Informativo nº 38, 24/02/1971.

²⁴⁹ Pasta 50-G-002 (4), documento 412. Boletim Informativo nº 66, 07/09/1971.

²⁵⁰ Pasta 50-G-002 (4), documento 413. Boletim Informativo nº 66, 07/09/1971.

²⁵¹ Pasta 50-G-002 (4), documento 417. Boletim Informativo nº 68, 21/09/1971.

²⁵² Pasta 50-G-002 (4), documento 446. Boletim Informativo nº 59, 20/07/1971.

²⁵³ Pasta 50-G-002 (4), documento 449. Boletim Informativo nº 60, 25/07/1971.

²⁵⁴ Pasta 50-G-002 (4), documento 479. Boletim Informativo nº 52, 01/06/1971.

²⁵⁵ Pasta 50-G-002 (5), documento 559. Boletim Informativo nº 74, 02/11/1971.

- Expulso sacerdote do Nordeste do País²⁵⁶;
- Em liberdade o padre Hélio Soares²⁵⁷;
- Secretário Geral da CNBB intercede por presos²⁵⁸;
- Missionário estrangeiro obrigado a retirar-se²⁵⁹;
- Vigário episcopal toma providência relativamente a operário preso após missa campal²⁶⁰;
- Novos atentados aos Direitos Humanos angustiam a Igreja²⁶¹;
- Superior Tribunal Militar absolve 34 padres²⁶²;
- Direitos Humanos Continuam violados²⁶³.

Os diferentes problemas com a repressão, especialmente as prisões que atingiam à comunidade católica, obrigou a que se fosse buscado um diálogo mais sistemático para minimizar os desacordos.

Um caso concreto desse tipo de atrito pode ser encontrado, por exemplo, no destaque sobre a celebração em memória de Alexandre Vannuchi Leme, na Catedral da Sé, em 1973. Estudante universitário morto em circunstâncias misteriosas enquanto estava sob a guarda da repressão, o texto informava que o bispo de Sorocaba, terra do estudante, tinha emitido um “Comunicado denunciando, no caso, violação de alguns sagrados direitos humanos”²⁶⁴.

Dando mostras da tensão que cercava o momento, informava o texto ainda que, na celebração realizada com milhares de estudantes em homenagem ao colega morto, tinha-se dado um caráter eminentemente religioso ao ato, “tornando-se desnecessário o verdadeiro aparato bélico de militares concentrados na Praça da Sé”²⁶⁵. Embora curto, o

²⁵⁶ Pasta 50-G-002 (5), documento 537. Boletim Informativo n° 76, 16/11/1971.

²⁵⁷ Pasta 50-G-002 (5), documento 535. Boletim Informativo n° 82, 28/12/1971

²⁵⁸ Pasta 50-G-002 (6), documento 587. Boletim Informativo n° 129, 20/07/1972.

²⁵⁹ Pasta 50-G-002 (20), documento 1884. Boletim Informativo n° 218, 01/05/1973.

²⁶⁰ Pasta 50-G-002 (9), documento 948. Boletim Informativo n° 220, 07/04/1973.

²⁶¹ Pasta 50-G-002 (16), documento 1449. Boletim Informativo n° 328, 07/06/1974.

²⁶² Pasta 50-G-002 (16), documento 1490. Boletim Informativo n° 348, 20/08/1974.

²⁶³ Pasta 50-G-002 (18), documento 1673. Boletim Informativo n° 364, 13/12/1974.

²⁶⁴ No dia 17 de março de 1973, o universitário Alexandre Vannuchi Leme foi preso pela polícia como subversivo. Segundo as autoridades policiais, sua morte teria sido decorrência de um atropelamento, quando então tentava fugir. O corpo foi então enterrado sem que a família ou qualquer outro órgão fosse avisado do ocorrido. O comunicado de sua morte só foi divulgado seis dias depois da prisão sendo que o corpo não foi entregue pelas autoridades. A história envolvendo a morte de Alexandre Vannuchi Leme pode ser conferida em: SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos, e militares, tortura e justiça social na ditadura*. p. 382

²⁶⁵ Pasta 50-G-002 (9), documento 904. Boletim Informativo n° 211, 03/04/1973.

tópico aparece todo marcado a lápis, num sinal de estudo, assim como o folheto da missa, que foi recolhido e se encontra junto ao material.

No Boletim de número 209, era apresentada uma nota divulgada pelo bispo de Sorocaba, Dom José Melhado Campos, que, “obedecendo a imperativos evangélicos, do amor à verdade e à justiça” vinha a público “cumprir a decisão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de denunciar aquilo que neste País vier a ferir os direitos humanos de quem quer que seja”.

Protestando contra a forma misteriosa com que ocorreu a morte e o enterro do jovem estudante, assim como a nota divulgada pela imprensa de que o mesmo era terrorista, o bispo afirmava:

Não me compete desmentir as acusações de terrorismo e assaltante que a Polícia atribuiu ao jovem. Deus o sabe. Mas é líquido que, torturando e matando a vítima, essas autoridades policiais eliminaram barbaramente quem poderia, num processo legal, defender-se e, se fosse o caso, reconhecer seus atos e responder por eles²⁶⁶.

A fala representa o tom das desavenças existentes então entre Igreja e Estado: por trás das denúncias e condenações à repressão, passava a subsistir cada vez com mais força a defesa dos direitos humanos.

Em sua XIII Assembléia, cujo tema foi a “Declaração dos Direitos Humanos”, a CNBB recomendava a que todas as suas dioceses tivessem um Departamento de Opinião Pública dentro de sua pastoral de conjunto como “veículo de esclarecimento e conscientização do Povo de Deus, ajudando-o a realizar-se como pessoa”. Julgava-se necessário formar a consciência dos fiéis na compreensão de seus direitos e deveres, de forma a que concorressem para o bem comum da sociedade.

Por julgar o campo de ação religioso mais penetrante ao íntimo das pessoas que as leis e instituições, o cristianismo era posto como portador de um poder que era necessário para o autoconhecimento da dignidade humana em cada indivíduo, e especialmente pelo reconhecimento desta dignidade pelos demais homens.

---

²⁶⁶ Pasta 50-G-002 (9), documento 920 Boletim Informativo n° 209, 27/03/1973.

Com base nessa crença, nessa mesma Assembléia, pelo que se pode depreender do texto, a Igreja então teria reafirmado e assegurado as dimensões de sua nova postura, numa clara oposição às formas repressivas sustentadas pelo governo.

Nossos Bispos, tendo em vista o fenômeno, aparentemente inevitável, de governos de força, em muitos países de nosso hemisfério, propõem que “as Instituições de natureza não-governamental, especialmente as Igrejas e as Sociedades culturais de plano internacional, assumam o encargo de criar UM TRIBUNAL MUNDIAL DA DIGNIDADE HUMANA, com a função de julgar eticamente os regimes de violência aos direitos fundamentais da pessoa humana, tomando como critério básico de seu julgamento a Carta Universal dos Direitos Humanos da ONU, a fim de evitar a prevalência de atitudes sectárias, por parte de grupos religiosos e ideológicos”.

[...] O Documento pede que a Igreja apóie e prestigie os trabalhos das Comissões de Justiça e Paz, Pontifícia, Nacionais e Diocesanas, que atuam há já alguns anos, e destaca a “grave exigência” que os Direitos humanos impõem à mesma Igreja, no sentido de abertura e efetiva dedicação às classes marginalizadas social, moral, cultural e economicamente, apoiando-as com objetividade em suas justas reivindicações²⁶⁷.

A força da nova postura e dessa proposta era registrada em outro boletim, que informava a reprodução por parte do *Serviço Evangélico de Informação*, da Igreja Luterana em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, dessa idéia exposta pela CNBB. Sinal de que, num movimento que batia de frente com o governo militar brasileiro, a proposta ganhava força impulsionada por outra idéia defendida pelo Concílio Vaticano II: o ecumenismo²⁶⁸.

Economia

Já a menção e a crítica à organização econômica e social da sociedade aparecem de diferentes maneiras. Nesse quesito, a crítica à estrutura social capitalista e a responsabilidade cristã em interferir nesta realidade eram sempre recobradas, ressaltando os ensinamentos contidos na doutrina social cristã.

---

²⁶⁷ Pasta 50-G-002 (8), documento 928, Boletim Informativo n° 207, 20/03/1973.

²⁶⁸ Pasta 50-G-002 (10), documento 1035. Boletim Informativo n° 237, 06/07/1973.

Entre os tópicos que traziam discussões sobre as questões socioeconômicas, podem-se destacar:

- A Igreja tem uma dimensão social: que haja justiça no mundo²⁶⁹;
- CNBB tem assessoria de Ação Social²⁷⁰;
- Pela Justiça Salarial²⁷¹;
- Igreja interessada na promoção integral do homem brasileiro²⁷²;
- Líderes Sindicais cumprimentam e expõem problemas do operariado ao Cardeal Arcebispo de São Paulo²⁷³;
- As Comunidades de Base²⁷⁴.

Dentro de um contexto de incompreensão e de enfrentamentos públicos com os ditames governamentais, o editorial *Cristianismo e Ação Social*, de julho de 1970, apresentava e defendia essa presença católica em meio à realidade do mundo. Nele, em nome da justiça social, defendia-se a necessidade de uma reorientação das estruturas econômicas, fossem elas capitalistas ou socialistas-comunistas.

Atualmente, a doutrina e ação social da Igreja se orientam no sentido de conseguir uma profunda restauração da empresa, verdadeiro coração da moderna economia. Seu objetivo é transformá-la de liberal-capitalista, em que o lucro é o fator fundamental e o critério último, e de socialista-comunista, em que o interesse do Estado é o que conta, em empresa comunitária, economicamente produtiva, mas fraterna, a serviço do homem. Coparticipação na propriedade, coparticipação na gerência e coparticipação nos lucros das empresas, eis as grandes metas do empenho da Igreja e de seus verdadeiros filhos.

A hierarquia eclesiástica tem feito o seu papel nessa árdua e não raro incompreendida luta por uma maior justiça social. Aí estão, a atestá-lo, entre tantas outras, as encíclicas sócias *Rerum Novarum* de Leão XIII, *Mater et Magistra*, de João XXIII e *Populorum Progressio*, de Paulo VI. Aí estão os documentos de Medellín e de todas as Assembléias de nossa Conferência Episcopal. Cabe aos leigos católicos, especialmente os que militam na política, e na economia, a

---

²⁶⁹ Pasta 50-G-002 (4), documento 437. Boletim Informativo n° 58, 13/07/1971.

²⁷⁰ Pasta 50-G-002 (5), documento 495. Boletim Informativo n° 55, 29/06/1971.

²⁷¹ Pasta 50-G-002 (5), documento 507. Boletim Informativo n° 75, 09/11/1971.

²⁷² Pasta 50-G-002 (8), documento 838. Boletim Informativo n° 192, 26/01/1973.

²⁷³ Pasta 50-G-002 (8), documento 886. Boletim Informativo n° 212, 06/04/1973.

²⁷⁴ Pasta 50-G-002 (4), documento 469. Boletim Informativo n° 50, 18/05/1971.

concretização em fatos, leis e instituições, dessa resposta cristã aos anseios de maior justiça social²⁷⁵.

De certa forma, o texto reafirmava as concepções definidas pela última reunião conciliar, que recobrou essa dimensão social como parte da ação do cristianismo. É significativo que apareça num dos órgãos de comunicação centrais do catolicismo nacional. Não que tal perspectiva não tivesse sido objeto de consideração nos momentos anteriores, especialmente por parte de determinados segmentos. O destaque fica por conta de que, agora, esse era um pronunciamento que representava as perspectivas da instituição, sustentadas e estimuladas por sua hierarquia.

Esse texto começa afirmando que o cristianismo ainda se encontrava em débito com relação à justiça social. Mas, reportando-se à história, apontava perspectivas e responsabilidades, ao afirmar que muito já havia sido mudado nas estruturas sociais, políticas e econômicas sob o impacto da pregação do Evangelho. Base sobre a qual novas e necessárias mudanças deveriam ainda ocorrer.

Assim, ao investir na idéia de uma reestruturação da empresa, apontava que, para a realização da justiça social, seus objetivos estavam além das pretensões do sistema capitalista e do socialista-comunista então concretizados na história. Ambos, de diferentes maneiras e por diferentes razões, seriam limitados. Como alternativa, uma espécie de sociedade comunitária era então preconizada. Nela, as estruturas, todas elas, deveriam ter como primeiro fim o homem, não o lucro, não a sobrevivência do Estado.

Para tanto, o texto lembrava ainda que os cristãos deveriam se atentar para a mensagem social contida na fé cristã, que faziam desse projeto de nova sociedade os verdadeiros objetivos a serem alcançados pela Igreja e por aqueles que lhe eram fiéis.

A discussão sobre qual sistema político e social seria mais adequado à realização dos princípios cristãos de respeito e realização da vida humana era algo que permeava e, no momento, até certo ponto, pautava diferentes pronunciamentos do catolicismo, nacional e internacional. No *Boletim Informativo* de número 190, de janeiro de 1973, os agentes policiais destacavam, por exemplo, as proposições feitas pelo padre Bartolomeu Sorge S.J., que apareciam sob o título *Duas condições essenciais para os católicos em relação à opção socialista*.

---

²⁷⁵ Pasta 50-G-002 (3), documento 272. Boletim Informativo n° 12, 20/07/1970.

A nota recuperava uma reflexão feita por esse religioso acerca de uma possível escolha pelo socialismo, sem que isso comprometesse a consciência cristã, questão que estaria então em alta na Europa e em alguns lugares da América Latina. Primeiramente, afirmava-se que não era possível ao católico aceitar globalmente o método marxista sem que isso significasse prejuízo à sua consciência religiosa. Entretanto, dizia-se que, em determinadas condições, era possível fazer uma utilização “parcial e crítica” do mesmo.

Essa discussão era um dos elementos de atrito entre a compreensão e a prática dos setores mais conservadores e a chamada ala progressista do clero nacional. A incorporação de elementos marxistas na análise da realidade social era tida pelos setores conservadores, dentro e fora do catolicismo, como a concretização da comunização da Igreja. Reflexo então da infiltração planejada daqueles que queriam por fim à fé cristã no mundo. Em grande medida, essa era também a compreensão que tinha o governo militar, tal como exposto na Doutrina de Segurança Nacional.

Por outro lado, ela era parte das reflexões que estruturavam na América Latina o nascimento da chamada Teologia da Libertação, particularmente no Brasil. Especialmente a partir da década de 1960, essa teologia vinha sendo gestada por meio de posturas e ações participativas, no sentido de transformar a realidade social. Como apontado por Michael Löwy, a partir da análise de Leonardo Boff, a Teologia da Libertação era o reflexo e a reflexão de um vasto movimento social vivenciado por religiosos e leigos diante da realidade econômica e política de opressão da América Latina – movimento social cuja face pode ser identificada nos fatos que vêm sendo retratados neste trabalho.

Enquanto teologia, a reflexão que nascia se perguntava sobre a identidade de Deus nessa realidade marcada pela pobreza. Dessa ponderação nasceu a “opção pelos pobres”, lugar que, na história de marginalização humana reinante no continente latino-americano, Deus se revelaria. No caso, a busca por instrumentos para entender e libertar esse pobre de sua condição é que explicaria o uso das categorias de análise do pensamento marxista e a participação nas discussões em torno de um projeto de socialismo para a sociedade. Resumidamente, a crítica e a busca por transformar sistemas econômicos e políticos como os que vigiam em países como o Brasil é que estão na origem dessa teologia cristã de libertação. Impulsionados pelas reflexões do

Vaticano II e Medellín, por exemplo, representava a tentativa de por o Evangelho a serviço da libertação²⁷⁶.

Na reflexão feita pelo padre Sorge considerava-se que um socialismo não-marxista estava previsto na Encíclica *Octogesima Adveniens*, de Paulo VI, de maio de 1972. Sendo que, para tal escolha, seria necessário à consciência cristã, primeiro, verificar “em que medida um determinado modelo histórico de socialismo é efetivamente autônomo e livre de condicionamentos ideológicos”, impeditivos a essa própria consciência, tal como era o marxismo-leninismo. E, depois, ter a certeza de que “as liberdades fundamentais do homem estejam garantidas”²⁷⁷.

Cabe ressaltar que, por um lado, é interessante perceber a abertura a esse tipo de discussão no seio do catolicismo, já que, especialmente no caso brasileiro, isso seria apontado como heresia em tempos não muito distantes do início da década de 1970. Entretanto, nesse momento, até mesmo como forma de assegurar a legitimidade dessa discussão, textos papais eram lembrados e colocados para corroborar o debate.

Por outro lado, pela condenação e repressão que recaíram sobre os setores católicos que encamparam esse tipo de debate, questionando diretamente a realidade resultante da estrutura capitalista, fica evidente que os agentes do governo militar, o próprio governo, enfim, não compreendiam, não aceitavam e combatiam tal perspectiva.

No caso, entre as questões que comportavam e evidenciavam as divergências no campo social, econômico e político entre setores da Igreja e Estado, podem-se destacar dos boletins as várias referências ao bispo Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. Com base nessas concepções conflitantes, os choques ali ocorridos acabaram envolvendo, de certa forma, toda a Igreja, constituindo um novo e importante momento de sua relação com o Estado.

Sumariamente, pode-se dizer que os maiores atritos envolvendo o bispo de São Félix do Araguaia dizem respeito à sua contraposição à expansão agrícola patrocinada pelo regime militar na fronteira do Centro-Oeste do país, especialmente a partir do ano

---

²⁷⁶ Para os religiosos e leigos que ajudaram a formar o movimento e a teologia da libertação, a miséria presente na América Latina não era transitória, mas a resultante das realidades econômicas, sociais e políticas vigentes. Nesse sentido consideravam que: “O interesse principal da teologia da libertação é criar uma ação da Igreja que ajude, *efetivamente*, os pobres”; para essa reflexão e o surgimento da Teologia da Libertação: BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. *Da libertação*. O sentido teológico das libertações sócio-históricas. 4ª edição. Petrópolis, Vozes; 1982. p. 13. Uma das principais obras desse movimento, *Teología de la liberacion*, de Gustavo Gutiérrez, foi publicada em 1971.

²⁷⁷ Pasta 50-G-002 (8), documento 855. Boletim Informativo n° 190, 19/01/1973.

de 1970. Grandes empresários e empresas ligadas ao latifúndio e à mineração ganhavam incentivos e proteção do governo para desenvolverem a exploração econômica da região. Contudo, a mineração e a expansão da fronteira agropecuária nacional eram feitas sem que fossem garantidos os direitos legais mínimos da população local. Além disso, representava também o avanço do desmatamento sobre o território amazônico, simbolizando um tema que passaria a ganhar cada vez mais espaço nos pronunciamentos episcopais a partir de então²⁷⁸.

Na região desde 1968, e bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia desde 1971, Dom Pedro Casaldáliga se opôs a tal projeto, pronunciando-se em defesa dos pequenos agricultores locais, das comunidades indígenas e contra o desmatamento desordenado. Esse tipo de enfrentamento é que deu início a toda uma política voltada para o homem ligado ao trabalho com a terra, com a floresta, mais tarde incorporada na comissão de Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário²⁷⁹.

Os problemas enfrentados pela Igreja na Prelazia de São Félix do Araguaia foram registrados em diferentes boletins²⁸⁰. Por exemplo, em breve nota, o de número 105, de 1972, dando uma dimensão das questões enfrentadas, informava que Dom Aloísio Lorscheider, Dom Avelar Brandão Vilela e Dom Ivo Lorscheiter, respectivamente presidente, vice-presidente e secretário geral da CNBB, tentavam uma solução de comum acordo com as autoridades em Brasília para as tensões vividas na região.

O fato de ser região distante dos centros administrativos nacionais agravava a situação. Os enfrentamentos locais incluíam confrontos diretos, com violência e mortes envolvendo membros da própria Igreja, a polícia local, os posseiros e os peões das

---

²⁷⁸ Uma reflexão sobre a expansão econômica nessa região pode ser encontrada em: IANNI, Otávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978. Sobre a relação da Igreja Católica com os movimentos sociais do campo: IKOI, Zilda Maria Gricoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo: Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: editora HUCITEC: FAPESP, 1996.

²⁷⁹ Em texto sobre Dom Casaldáliga, frei Betto transcreve parte de uma declaração feita pelo bispo acerca do sistema capitalista, em Cuba, em 1999: “O capitalismo é um pecado capital. O socialismo pode ser uma virtude cardeal: somos irmãos e irmãs, a terra é para todos e, como repetia Jesus de Nazaré, não se pode servir a dois senhores, e o outro senhor é precisamente o capital. Quando o capital é neoliberal, de lucro onímodo, de mercado total, de exclusão de imensas maiorias, então o pecado capital é abertamente mortal”. Para essa citação: http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed96/frei_betto.asp - acesso em 29 de Março de 2009. Para atuação de Dom Pedro na região de São Félix do Araguaia: BOURDOUKAN, Georges et al. *Dom Pedro Casaldáliga: a coragem sublime. Revista Caros Amigos*, 1998, Ano 1 / número 11, pp. 22-28. Sobre os episódios que envolveram a prisão do padre François Jentel e a morte do padre João Bosco Penido Burnier, ambos ligados a Dom Casaldáliga, ver SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos, e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁸⁰ Outros documentos reunidos pela polícia política paulista registraram os diferentes conflitos entre Igreja e Estado na localidade de São Félix do Araguaia, antes e depois do ano de 1974.

fazendas. No diálogo tentado com as autoridades, os prelados afirmavam que suas preocupações estavam voltadas para uma melhor compreensão e solução dos graves problemas, especialmente a questão da violência. E, mesmo de forma cuidadosa, deixavam transparecer os limites sobre os quais tal diálogo deveria ser estabelecido.

Reconhecemos que bons e corajosos projetos agropecuários servem ao desenvolvimento do País. No entanto, as terras devolutas e outras semelhantes devem merecer um tratamento especial.

Observamos que muita gente humilde habita regiões que antes eram tranqüilas para o seu trabalho, mas que depois passaram a ser exploradas em função de projetos monumentais. Defendemos o justo direito das famílias simples do interior e sua integração no processo de crescimento global do Brasil.

[...] A verdade é que existe, em substância, um problema digno se ser resolvido, independentemente de aspectos circunstanciais que não devem ser registrados como predominantes.

Somos um País dotado de uma legislação agrária que não admite excessos na posse e uso da terra. Alegra-nos verificarmos que já estão em marcha alguns projetos governamentais de reforma agrária, de inegável significação social.

A Igreja não quer desagregação, mas a unidade nacional justa e solidária²⁸¹.

No texto, os integrantes da hierarquia católica seguem declarando acreditar no diálogo e na solução do problema em bons termos.

Por trás dessa questão, o entrechoque com o projeto econômico do regime militar de construir um país desenvolvido economicamente dentro da concepção capitalista. Cada vez mais, na perspectiva de alguns setores da Igreja Católica, esse Brasil grande, embora desejável, deveria estar dentro de determinados limites, especialmente ligados aos direitos e ao respeito das comunidades locais, sua cultura.

Além dessa questão diretamente ligada ao aspecto econômico e social, esse assunto ganhou novas dimensões ao acarretar para o semanário *O São Paulo*, também da *Fundação Metropolitana Paulista*, a proibição de que alguns dados relacionados ao caso fossem divulgados. Em página destacada pelos agentes policiais, o boletim número 4 registrava que a divulgação de carta enviada por Dom Casaldáliga ao arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, denunciando as ocorrências naquela localidade, tinha

---

²⁸¹ Pasta 50-G-002 (3), documento 304. Boletim Informativo n° 105, 25/03/1972.

sido vetada por “decisão do censor”. Em contrapartida, no que pode ser tomado como um ato de enfrentamento à censura estabelecida, o boletim trazia na íntegra a tal carta. Com o título “Prelado de São Félix do Araguaia divulga graves fatos”, seu conteúdo era, acima de tudo, uma denúncia.

Um abraço n´Aquele que é o Senhor.

Faz três dias e duas noites que estamos presos, dentro da residência episcopal, eu e os PP. Canuto, Pedro Mari e Leopoldo. As Irmãs, residentes em S. Félix, estão nas mesmas condições.

Se saímos para celebrar Missas somos escoltados pela Polícia, armada.

Ontem, os PP. Canuto e Leopoldo, que tinham saído um momento, foram impedidos de entrar em casa e eu, bispo, tive que servir-lhes a janta na calçada.

Ontem, também, o capitão Couto Moacir, delegado regional da Polícia Militar, em Barra do Garças, e o tenente Benedito Rodrigues da Silva, mais outros oito polícias, fardados uns, e outros à paisana, invadiram, armados, a residência episcopal e a casa das Irmãs, aqui em São Félix, contra meu protesto explícito e reiterado.

Fizeram-me abrir o arquivo, vasculharam as duas casas canto por canto.

Procuravam o nosso leigo, José Pontin, professor em Pontinópolis, procurado já faz dias e cuja casa – da Prelazia – foi invadida e roubada pela Polícia, há um mês.

Hoje pela manhã – dia 8 de julho – a Polícia prendeu, em Santa Terezinha, o nosso leigo Tadeu Escame. E faz três dias que vem procurando lá o P. Canuto.

Além do P. Francisco Jentel, preso desde o dia 28 de junho, em Campo Grande, temos presos: os leigos, da equipe, Teresa Braga Salles, Teresa Adão, Edgar Serra, o leigo camponês, posseiro Luís Barreira (“Lulu”), de Serra Nova, a leiga, antiga aluna do Ginásio, Sra. Adauta Batista e, a partir de hoje, o nosso leigo, da equipe, Tadeu Escame.

O povo vive sob o terror da guarda permanente e armada...

Estamos firmes e até na alegria. Nossas celebrações eucarísticas têm um maravilhoso clima de verdade. Como é bom ser perseguido pela Causa do Evangelho da Justiça e da total libertação.

Em nome de toda a equipe, de todo o povo desta pequena Igreja perseguida de São Félix [...] ²⁸².

---

²⁸² Pasta 50-G-002 (10), documento 1005. Boletim Informativo n° 4.

Denúncia da situação vivenciada no local, e especialmente repressão sofrida em função das posturas assumidas em defesa dos camponeses locais. Ao divulgá-la, o *Boletim Informativo Ecclesia*, além das diferentes referências feitas sobre o caso por Dom Paulo, tornava clara extensão do conflito da Igreja com o governo militar.

Esse, por sua vez, como aludido, buscava censurar a divulgação de notícias sobre essa e também outras questões. As proibições iam além dos órgãos de comunicação ligados à Igreja, chegando à grande imprensa. No boletim número 39, por exemplo, ao relatar a visita feita pela direção da CNBB à região Amazônica, uma nota informava que “alguém dos serviços da censura” teria transmitido aos órgãos da Imprensa Guanabara, a 6 de junho de 1973, a seguinte ordem:

Proibida inserção de notícias referentes às declarações da CNBB, cujos bispos reunidos em SP e MT e em peregrinação na Amazônia, prosseguem campanha a fim de atingir o Governo e Órgãos de Segurança sob o objetivo aparente de defesa dos Direitos Humanos devendo ser evitada qualquer divulgação sobre o mesmo²⁸³.

Apenas para ficar nesse caso mencionado, nessas circunstâncias aumentavam em volume e gravidade as denúncias vindas do Centro-Oeste e da região amazônica como um todo, e não só pelas manifestações do bispo de São Félix do Araguaia. Em consequência, a hierarquia católica cada vez mais buscava se inteirar dos fatos, desejando proteger seus membros e também estabelecer uma pastoral que atendesse melhor às necessidades da população local. Viagens de membros a hierarquia e pastorais específicas buscavam assentar a posição da Igreja sobre os fatos que ocorriam na região.

A Igreja estendia sua bandeira dos direitos humanos para defender os diferentes setores frente à repressão, direta ou executada por meio de projetos governamentais que desrespeitassem pessoas e tradições. Era essa uma das objeções levantadas pela Igreja frente à expansão em direção à região da floresta Amazônica. Executada por meio de grandes empreendimentos financeiros, a voracidade quase sempre desrespeitava as pessoas e as culturas locais.

---

²⁸³ Pasta 50-G-002 (10), documento 1011. Boletim Informativo n° 239, 13/06/1973. Esse mesmo Boletim informava sobre a censura que se abatia sobre o semanário *O São Paulo*.

Como sinalizado pela nota sobre a censura estendida à imprensa, os agentes do governo, talvez como forma de atacar as posições que não lhe eram favoráveis e, com isso, assegurar o direito de repressão, colocava todas essas manifestações como parte de uma “campanha para atingir o Governo e Órgãos de Segurança”. No caso, a referência nesse momento já era dirigida diretamente ao comportamento da CNBB, ou seja, à manifestação oficial da Igreja Católica.

. Política

Todas essas questões eram parte da tensão política e social que crescia em função do fortalecimento da oposição ao governo militar. O catolicismo nacional fazia parte dessa contestação, expressa fortemente por meio da CNBB durante a década de 1970. Nos boletins, especialmente a partir de 1972, os editoriais começaram a veicular, cada vez mais, discussões sobre a atrofia do legislativo, a volta à democracia e das liberdades constitucionais etc. As denúncias e as posturas assumidas caminhavam juntas a um discurso centrado na busca pela redemocratização do país.

Motivo pelo qual a censura atingiu os canais de comunicação da arquidiocese, no que foi mais um ponto de entrelaço. O jornal *O São Paulo* e a *Rádio Nove de Julho*, ambos também da *Fundação Metropolitana Paulista*, foram os primeiros a serem atingidos.

- Censura D`O São Paulo em fase de abrandamento²⁸⁴;
- A Igreja Caminha para a esquerda²⁸⁵;
- “O São Paulo” não pode noticiar²⁸⁶;
- Secretário Geral da CNBB: “Censura é desserviço à coletividade”²⁸⁷;
- Libertado membro da Comissão Arquidiocesana “Justiça e Paz”²⁸⁸.

---

²⁸⁴ Pasta 50-G-002 (12), documento 1181. Boletim Informativo n° 271, 06/11/1973.

²⁸⁵ Pasta 50-G-002 (13), documento 1219. Boletim Informativo n° 297, 12/03/1974.

²⁸⁶ Pasta 50-G-002 (14), documento 1333. Boletim Informativo n° 299, 19/02/1974.

²⁸⁷ Pasta 50-G-002 (15), documento 1386. Boletim Informativo n° 300, 26/02/1974.

²⁸⁸ Pasta 50-G-002 (16), documento 1445. Boletim Informativo n° 329, 11/07/1974.

Essas tentativas de silenciar a oposição representavam a discordância com o envolvimento direto do catolicismo com os problemas sociais e políticos do país, e foram especialmente assinaladas no material. Por sua vez, a instituição religiosa assumia com mais força a reflexão sobre velhos e novos problemas: como a possibilidade de guerra entre nações, a existência da exploração econômica e a marginalização social, o racismo, a repressão de todas as formas, as liberdades políticas, a questão indígena, da terra e dos moradores das periferias das grandes cidades etc. A partir de seus valores espirituais e convicções morais e humanísticas, tais questões surgiam em diferentes passagens tratadas como sendo contrárias à dignidade humana²⁸⁹.

- CNBB promove Seminário sobre a Amazônia²⁹⁰;
- Formando líderes para o campo²⁹¹;
- Religiosas de São Paulo atuarão na periferia²⁹²;
- Comunicado da CNBB sobre a visita à Amazônia²⁹³;
- A FUNAI ainda não respondeu à CNBB²⁹⁴.

Perceba-se que os títulos sinalizam o mover da Igreja em direção aos temas relacionados às diferentes marginalizações e opressões que ocorriam no país, no meio urbano e rural: a questão salarial e do desemprego, dos sem-terra e dos sem-moradia, da preservação da floresta e da cultura indígena etc.

O movimento que, em grande parte, recebeu seus primeiros impulsos de fora para dentro e da base rumo à cúpula, voltava agora, particularmente para a comunidade católica, por meio do auxílio e do incentivo institucional. A comunidade era estimulada a se organizar para participar e promover conscientemente transformações no quadro político e social. Os cristãos eram chamados a se inserir na realidade imediata, em todas as suas dimensões.

. Evangelização

---

²⁸⁹ Pasta 50-G-002 (3), documento 275. Boletim Informativo n° 14, 03/08/1970.

²⁹⁰ Pasta 50-G-002 (4), documento 431. Boletim Informativo n° 57, 06/07/1971.

²⁹¹ Pasta 50-G-002 (4), documento 458. Boletim Informativo n° 47, 24/04/1971.

²⁹² Pasta 50-G-002 (5), documento 570. Boletim Informativo n° 92, 16/11/1972.

²⁹³ Pasta 50-G-002 (5), documento 571. Boletim Informativo n° 93, 16/11/1972.

²⁹⁴ Pasta 50-G-002 (8), documento 874. Boletim Informativo n° 217, 27/04/1973.

Como já apontado em outro momento, esse embate com a hierarquia foi particularmente assumido pela instituição quando houve um questionamento governamental acerca do próprio papel evangelizador então encampado pela Igreja. Essa interrogação sobre qual seria o verdadeiro papel do catolicismo, que chegava mesmo a lançar dúvidas sobre a legitimidade cristã do posicionamento político assumido, não passou despercebido aos religiosos, especialmente aos integrantes da hierarquia católica. Esse talvez possa ser indicado como um dos pontos altos da tensão entre essas instituições.

Em 1972, em editorial, aparecia uma reflexão sobre a autonomia e o papel que a Igreja, enquanto depositária da fé evangélica, deveria cumprir. Nesse sentido, por sua “origem divina”, pela missão que lhe havia sido atribuída pelo seu “Fundador” e pela missão que lhe cabia, era imperativa em afirmar: “Na interpretação do depósito da fé, na definição da moral evangélica, no estabelecimento de sua disciplina interna, no julgamento da ortodoxia e da validade dos rumos pastorais de seus bispos, sacerdotes e leigos, ela é soberana”.

Nesse sentido, assegurava que a harmonia entre Igreja e Estado dependeria, “em grande parte, da compreensão e aceitação desses princípios”. Lembrava que essa condição, quando foi desconhecida ou desrespeitada, foi causadora dos mais graves conflitos entre as duas instituições. O necessário reconhecimento dos diferentes campos próprios de ação e poder era lembrado como forma de garantir que um não deveria invadir a seara do outro. Reconhecendo também a autonomia e a função do Estado, ressaltava que deveria haver uma harmoniosa independência entre esses campos de poder. E asseverava:

Indo mais ao fundo do candente problema: quem é juiz do Estado? Quem é juiz da Igreja? Embora a questão comporte algumas distinções, é exato responder que, em última análise, é o próprio Deus. Fonte primeira e última de todo e qualquer poder, somente Deus situa-se acima da Igreja e do Estado. A lei suprema do Estado não é a vontade do legislador mas sim a lei natural, como a lei suprema da Igreja é apenas o Evangelho, ambos expressão inconfundível da própria vontade de Deus Criador e de Deus Encarnado²⁹⁵.

Sintomaticamente, no final do documento, era recobrado o centenário dos conflitos ocorridos na chamada “Questão Religiosa”, em que o não-reconhecimento dos

---

²⁹⁵ Pasta 50-G-002 (6), documento 674. Boletim Informativo n° 140, 21/07/1972.

respectivos espaços de atuação, de autonomia e poder causaram um dos mais graves problemas entre Igreja e Estado da história nacional. Lembrava então que para que tal situação não voltasse a ocorrer, as respectivas autonomias deveriam ser respeitadas. Mas ressaltava que, apesar dessa autonomia:

Esses dados do transcendente problema, não impedem a defesa de que seja competência da Igreja apreciar, à luz do Evangelho, a moralidade dos atos de qualquer indivíduo e de qualquer comunidade, assim como das decisões da própria comunidade civil e seus mandatários. Mas isto comporta, certamente, outras considerações²⁹⁶.

A Igreja, além de buscar garantir a autonomia dos poderes, ao colocá-los sob a perspectiva do Evangelho, da ordem divina, acabava por sinalizar que o fator acima de ambas as instituições – do qual ela estaria mais próxima, por ser depositária direta – deveria pautar as respectivas práticas. Sendo assim, ao falar em nome dos direitos da vida, dos direitos humanos, seu discurso ganhava nova dimensão, nova autonomia. Estava reafirmada sua nova prática.

---

²⁹⁶ Pasta 50-G-002 (6), documento 674. Boletim Informativo n° 140, 21/07/1972.

IV. Considerações

É certo que os recortes e as perspectivas destacadas da documentação reunida pela polícia política paulista sobre o envolvimento de setores católicos com os movimentos sociais, mais especificamente como o setor operário e estudantil, focados neste capítulo, não representam a totalidade da questão. Entretanto, por meio da exposição e a apreciação de alguns pontos diretamente relacionados com a proposta de reflexão deste trabalho, buscou-se desenvolver uma percepção dos elementos sobre os quais se deu esse envolvimento e, o mais importante, quais os sentidos que continha.

Nesse segundo momento examinado, foram distinguidas 974 remissões principais referentes diretamente ao ambiente social católico. Como assinalado, nas diversas páginas que compõem essas remissões, os temas se encontram imbricados, o que, muitas vezes, contribuiu para que houvessem repetições e longas descrições. Entretanto, ao constituir esse grande bloco expositivo, buscou-se compor uma perspectiva de conjunto do material examinado, pretendendo com isso uma leitura que acompanhasse: de um lado, os procedimentos investigativos do aparato repressivo sobre o comportamento de diferentes setores católicos; e, o mais importante, que representasse as posturas católicas então visadas por esse *olhar* repressivo, de modo a apreender seus elementos constituintes.

Justamente por se encontrarem densamente interligados, se tornou difícil estabelecer uma diferenciação estanque dos temas abordados. Sob a designação de *subversão*, por exemplo, os órgãos repressivos, e muito particularmente a polícia política, inscreviam toda forma de contestação ao governo, sobretudo a partir de 1968. Essa interligação, todavia, pode ser compreendida como um sinal da complexidade do momento, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. O que, pensando o comportamento católico então observado, indica também o grau de envolvimento com as discussões então vigentes.

Os quadros demonstrativos abaixo trazem de forma resumida algumas perspectivas percebidas como geradoras da vigilância ao catolicismo nacional, isso nos onze primeiros anos do regime militar.

<i>Unidades Temáticas</i>	<i>Total</i>
Questões Políticas	344
Questões Sociais	285
Questões Econômicas	52

Subtemas Políticos	Total
- <i>Crítica à Repressão Política (violência; prisões; atuação do Esquadrão da Morte)</i> - <i>Crítica à Falta de Democracia</i> - <i>Crítica à falta de Liberdades</i> - <i>Crítica à Censura</i> - <i>Suspeita de Comunismo; de Esquerdismo (postura política)</i> - <i>Suspeita de Subversão (reuniões; celebrações; movimentos religiosos)</i> - <i>Defesa dos Direitos Humanos</i>	344

Subtemas Sociais	Total
- <i>Questão Operária (direito; salários; emprego; habitação; custo de vida; greve)</i> - <i>Questão Estudantil (reforma no ensino; vagas nas escolas; apoio e proteção)</i> - <i>Questão Agrária (exploração; aproveitamento; posse; distribuição)</i> - <i>Questão Indígena</i> - <i>Questão Ambiental</i> - <i>Comportamento Social (enfrentamentos entre grupos religiosos, internos e externos)</i> - <i>Reivindicações Sociais (moradia; segurança)</i>	285

Subtemas Econômicos	Total
- <i>Crítica ao Sistema Econômico</i> - <i>Crítica à Política Econômica</i>	52

Mais uma vez é preciso ressaltar que, de modo geral, a maioria das investigações apresenta como pano de fundo a questão da subversão. Assim, as distinções estabelecidas acima se basearam na fixação de alguns elementos cuja presença foi percebida com mais frequência.

Além disso, nesse momento, as investigações encontradas traziam como identificação geral apenas o Departamento de Ordem Política e Social, sendo mais raro encontrar a caracterização de procedimentos desenvolvidos especificamente pela Seção de Ordem Política ou pela Seção de Ordem Social. O que também, de certa maneira, acaba indicando que os processos investigativos estavam intimamente relacionados.

Quanto aos números propriamente ditos, primeiro, deve-se registrar que 2, dos 344 registros referentes à temática política, e 28, dos 285 relativos à temática social, se referem à atuação de grupos como a *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade*, TFP, e ao *Comando de Caça aos Comunistas*, CCC.

Normalmente, esses registros não aparecem por caracterizar oposição ao governo. No geral, são panfletos recolhidos ou averiguações policiais sobre o caráter e a participação desses grupos em determinados episódios, não havendo propriamente uma disposição repressiva explícita sobre as mesmas por parte da polícia política.

Quanto aos documentos em que a crítica à estrutura e ao sistema econômico capitalista pode ser apontada como fator principal para que ocorresse apontamento por parte da repressão, foi possível marcar 52 registros. Esse número diz respeito sobretudo às posturas e manifestações vindas da base do catolicismo nacional, com destaque para indivíduos e grupos ligados à Ação Católica, à determinadas Ordens e comunidades religiosas presentes em bairros e comunidades rurais.

Entretanto, assim como em muitos desses registros o anticapitalismo não é o único fator destacado pelas investigações, o contrário também ocorre com os demais registros referentes aos temas políticos e sociais. Em outras palavras, a questão de uma crítica, de uma oposição ao capitalismo aparece de forma matizada também nesses outros documentos.

E foi isso que se tentou assinalar com a repetida representação de registros ao longo deste trabalho. Quando amplos setores do catolicismo, particularmente parte de sua hierarquia, começou a contestar o governo militar, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos, esse componente passou a ser um dentre as demais considerações. Percebe-se que sua maior ou menor ênfase estava relacionada a quem, em que circunstância e sobre o que se manifestava. Mas é possível divisá-lo nomeadamente nas manifestações sobre: a questão agrária, operária, camponesa, estudantil, indígena, ambiental e mesmo na demanda por democracia.

Quanto ao restante dos registros numéricos, cabem algumas breves observações, distinguindo, em linhas gerais, suas variações de perspectivas, percebidas em função das mudanças decorrentes da instituição do regime militar e das transformações ocorridas no interior da própria Igreja Católica.

. Departamento de Ordem Política e Social

Com relação à documentação reunida pela polícia política após 1964, é importante gravar que muitos dos registros investigativos tiveram origem em outras seções do aparato repressivo montado pelo regime militar. A consequência mais imediata dessa interligação dos órgãos de repressão, da qual o DOPS fez parte, pode ser percebida na freqüente aparição de investigações referentes a lugares e circunstâncias fora dos limites do Estado de São Paulo. Um indicativo expressivo da conjuntura repressiva que passou a existir em todo país.

Do ponto de vista do policiamento exercido sobre o setor social católico, em função da concepção de guerra revolucionária adotada pelos militares ao assumirem o poder, toda a ação de indivíduos e grupos ligados à Igreja Católica que comportassem alguma forma de contestação, passou então a ser enquadrada como sendo ato de subversão contra ordem instituída. Como não podia deixar de ser, isso influenciou decisivamente as disposições investigativas de todo o aparato repressivo.

(...) o ato transcorreu sem anormalidade digna de nota, não tendo sido feita nenhuma alusão desabonadora aos poderes constituídos, tendo sido, ao contrário, dado vivas ao GOVERNO e AO PRESIDENTE MÉDICI¹.

Como demonstra esse trecho acima, referente a uma celebração ocorrida na Praça da Sé, em 03 de setembro de 1972, as preocupações e os procedimentos investigativos tiveram reforçados seu caráter político de defesa e preservação do novo governo. Viviam-se uma situação de exceção institucional. Esse é um dos fatores que ajuda a entender a grande repressão ocorrida, conseqüentemente, ajuda entender também o aumento significativo no número de registros produzidos a partir de então.

Nesse sentido, os números referentes à comunidade católica podem ser considerados como reflexo do interesse do regime militar pela postura política e pela atuação desse setor social. Apóia tal compreensão o fato de predominarem registros referentes a investigações realizadas diretamente sobre esse meio, inclusive com um

---

¹ Pasta 50-G-002 (7), documento 727.

grande recolhimento de material produzido pela própria comunidade católica. A percepção que se tem ao examinar a documentação é a de que havia uma busca que pretendia ser, a um só tempo, intensa e precisa.

Dessa forma, nesse momento, pode-se dizer que o que predomina no material é a idéia de contraposição entre as perspectivas do Estado e as posturas defendidas por um setor do catolicismo nacional, sendo depois assumida por ampla parcela da Igreja – a contraposição, enfim, existia de ambos os lados, caracterizando-se num entrechoque de perspectivas. A partir da perspectiva de segurança nacional adotada pelo regime militar, os setores católicos associados a uma atuação junto às camadas sociais passaram a ser vistos como perigosos para preservação do quadro institucional, sendo por isso mesmo os primeiros a sofrerem a repressão.

Entretanto, foi com a institucionalização do regime militar, e especialmente após a decretação o AI-5, é que amplos setores do catolicismo passaram a ser vigiados e reprimidos. Toda forma de contestação passou a ser vista como sendo tentativa de derrubar o governo militar, o que seria a subversão da ordem buscada por elementos que estariam mancomunados com o comunismo internacional.

Imersos num contexto de Guerra Fria, a acusação de comunismo lançada por agentes da repressão muitas vezes era imprecisa e indevida, especialmente quando se tinha em conta membros de uma instituição religiosa como a Igreja Católica. Contudo, como apontado em alguns registros, muitas dessas acusações recaíam sobre comportamentos que efetivamente se contrapunham ao sistema econômico capitalista, especialmente engendrados pelo contato com a realidade social e pelas reflexões sobre doutrina social cristã, então renovadas pelo Concílio Vaticano II e por Medellín. A perspectiva de construir uma sociedade socialmente mais justa, com novos valores e que desse lugar a um novo homem, colocou para muitos a organização social capitalista como a grande barreira a ser superada. Ponto de partida para a defesa e a efetiva participação de muitos católicos nas discussões políticas e sociais.

O regime militar, contudo, não aceitou esse discurso que integrava fé, política e ação social. Mesmo porque, e isso é o que interessa destacar, essa manifestação era contrária aos projetos políticos e econômicos do próprio governo.

Além da reprovação das posturas políticas assumidas a partir de então, percebe-se na documentação a tentativa de estabelecer também uma condenação moral ao

comportamento dos católicos ativos política e socialmente, especialmente dos católicos que eram religiosos. Sua participação nos debates públicos era posta como indevida, por ser entendida como não condizente com tradição cristã e a democracia ocidental.

Em suma, a repressão desse momento parece estar fortemente associada ao fato dos militares terem percebido que uma parte do catolicismo nacional conduzia a Igreja para um rompimento da histórica associação que fez de ambas as instituições sustentação da ordem sócio-econômica presente no país.

. Igreja Católica

Se nos primeiros dez anos examinado as questões políticas e sociais surgiram, de certa forma, separadas no discurso religioso recolhido pela polícia política, em geral, isto não foi percebido nos registros examinados nesse segundo momento. Agora, o que se verifica é que as manifestações dos setores católicos que articulavam convicções religiosas com uma prática político-social possuíam sua força justamente na junção desses fatores: fé, política e ação social. Para esses setores, a separação desses elementos passou ser entendida como sendo artificial e insustentável.

Como encontrado na documentação, já no contexto anterior ao regime militar existiam setores em meio ao catolicismo nacional que desejavam e buscavam uma renovação de suas convicções e práticas, particularmente no que se referia à presença junto ao debate político e social que ocorria no país. Com base em valores cristãos, a intenção dessa presença no mundo era participar e promover mudanças na realidade, buscando o bem comum.

Nessa perspectiva, com uma intenção realmente de reformular as estruturas para alcançar uma transformação social, é que se pode entender a aproximação com as propostas de reforma do governo Goulart de grupos especialmente ligados à Ação Católica, como também por determinados sacerdotes e bispos.

Com a tomada do poder pelos militares, com a qual colaborou parte da sociedade civil e da própria Igreja Católica, começou uma nova etapa nesse processo de conscientização. A institucionalização do regime militar e a estruturação de uma forte repressão política e social, notadamente após a decretação do AI-5, que atingiu

especialmente àqueles setores católicos, assim como a operários e estudantes mais ativos política e socialmente, levou a que, cada vez mais, amplas parcelas do catolicismo se posicionasse contra o governo.

Como anotado, além do contato com a realidade social, as reflexões produzidas especialmente pelo Concílio Vaticano II e então reinterpretadas pelo encontro episcopal de Medellín, foram determinantes para que houvesse esse novo posicionamento.

A documentação encontrada sinaliza que as mudanças que vinham ocorrendo ganharam então intensidade, incorporando também novos sentidos. Especialmente por parte de sua hierarquia, o catolicismo adotou uma postura de oposição ao governo baseado na luta pela volta das liberdades políticas, contra a censura e a violenta repressão instituída. A defesa dos direitos humanos e volta das liberdades democráticas passaram a pontuar os discursos.

Ao mesmo tempo, a instituição passou também abordar com mais precisão a questão das injustiças sociais produzidas pela política econômica adotada pelo governo, chegando alguns bispos a questionar abertamente o sistema econômico capitalista. Além de assumir um papel na oposição e na busca por construir uma sociedade livre da opressão política, passou a se falar também na constituição de uma sociedade mais justa. A instituição de diferentes pastorais sociais pode se apontada como resultado imediato desse novo momento, agindo junto aos grupos e às necessidades sociais da população, especialmente da que se encontrava cada vez mais marginalizada.

Essa participação política que se queria dos cristãos, defendida inicialmente por um grupo restrito, foi apontada pelo regime militar como estando associada ao comunismo. Dessa forma, diferentemente do que ocorria no pré-64, não é o combate da Igreja ao comunismo que sobressai na documentação, mas a sua própria condenação pelo governo por defender princípios que contestavam a realidade vigente.

Explícita ou de forma nuançada, percebe-se nos registros que por traz da atuação dos setores católicos acusados de serem subversivos, pulsava mais forte a convicção de que estava na superação do próprio sistema capitalista o caminho para a edificação de uma organização social menos injusta. A construção de tal realidade deveria estar alicerçada, não no lucro, mas na valorização do homem, de acordo com as concepções cristãs. Isso era então buscado por meio da conscientização e, sobretudo, da atuação política e social.

Em grande medida, essa perspectiva se chocava diretamente com a repressão instituída pelo regime militar – instituída justamente para manter e sustentar as estruturas que esses setores católicos, assim como outros movimentos sociais, queriam suplantam. Constituiu-se então um processo em que os entrecosques concorriam para a formulação de discursos e práticas que se opunham mutuamente.

No discurso católico rejeitado e combatido pelo governo militar, o político e o social surgem ligados por uma compreensão específica, veiculada particularmente pela Igreja pós-Conciliar e pós-Medellín: a concepção cristã de vida humana passava ser associada também à realização do homem na esfera cultural, social, econômica e política. Essa seria condição importante para que houvesse também a própria realização espiritual do ser humano. A partir dessa perspectiva totalizante, de constituição de uma sociedade que promovesse a realização integral do homem, as questões políticas e sociais da vida humana passaram a ser abordada de forma interligada.

Se antes, em função de uma visão tradicional e conservadora, muito voltada para a dimensão espiritual, era possível estabelecer uma tênue linha que separava a fé do que era referente à vida do homem em sociedade, isso deixou de marcar os discursos presentes na documentação reunida pelo DOPS/SP. A compreensão que ganhou força e marcou a documentação a partir da ocorrência do golpe militar estava fundada na convicção de que aos cristãos caberia uma participação ativa na promoção de um humanismo integral, o que deveria ocorrer pela atuação nos debates políticos e sociais de seu tempo. E foi essa perspectiva que, em dado momento e de certa forma, gerou e acentuou as objeções da Igreja para com o Estado e, na direção contrária, do Estado para com a Igreja.

Considerações finais

(...) os militares se apresentam como os defensores de uma nova sociedade construída a partir dos princípios cristãos que constituem a tradição nacional. Como prova destas intenções, oferecem às instituições eclesásticas favores e privilégios, prestígio e apoio. Mas o cristianismo que o sistema de segurança nacional quer promover é, essencialmente, uma cultura: consta de tradições, ritos, costumes, símbolos, palavras, temas e linguagem, gestos sociais como a esmola, a assistência etc. Ora, todos esses elementos, deixados a si próprios e separados de um movimento interior e subjetivo de liberdade, são elementos mortos: são a superfície da Igreja sem a alma, são uma máscara sem vida... A ideologia de segurança nacional quer manter e promover a cultura cristã como uma máscara morta. Interessa-lhe esta máscara porque representa um conjunto de símbolos capazes de mobilizar a nação e, ao mesmo tempo, é incapaz de perturbar a estratégia de segurança nacional. Interessa-lhe uma religião estilizada, inerte e puramente simbólica¹.

Essa foi a compreensão que o padre Joseph Comblin teve ao analisar o papel que cabia à Igreja Católica dentro do Sistema de Segurança Nacional esposado pelo governo militar. Tal como no passado, um determinado tipo de comportamento religioso continuava sendo fundamental para a manutenção da ordem estabelecida.

Em sua reflexão sobre o conceito de segurança nacional, frente às incertezas e riscos que país e o mundo viviam ainda na primeira metade do século XX, o Coronel Sacarcela Portela concedia à religião exatamente esse papel descortinado pelo padre Comblin. Para o Coronel, todos os fatores do progresso humano, nas instâncias físico e moral, concorriam para a manutenção da segurança e da ordem contra as “surpresas do inimigo que se oculta por toda parte“. Sobre isso, ele ponderava:

A escola, a oficina, o quartel e a igreja são centros de convergência unitiva para a grandeza da pátria. A escola simboliza a nossa formação, a oficina representa todo o trabalho produtivo da nossa gente, o quartel é o gerador das nossas forças e a igreja o relicário da nossa fé. Formação, trabalho, força e fé são armas poderosas para garantir o destino e a continuidade de um povo².

---

¹ Joseph Comblin, “A Nova Prática da Igreja no Sistema de segurança Nacional”, Documento da XV Assembléia Geral da CNBB, Itaiç, fev. de 1977, mimeografado, in: Marcio M. Alves, *Op. Cit.*; p.51.

² PORTELA, Cel. Scarcela. *Segurança Nacional*. Arquivos da Polícia Civil - Revista, São Paulo, Vol. I, 1941, p. 28.

Na tentativa de romper com essa perspectiva limitante, tal como pretendido pelo padre Comblin, na medida em que reclamava um papel ativo e independente da religião frente à política comandada pelo regime militar, é que podem ser compreendidos muitos dos elementos que estavam na base das contradições vivenciadas pelo Estado e pela Igreja no período examinado. Essa é uma das percepções deixadas pela leitura da documentação reunida pela polícia política paulista sobre o comportamento do catolicismo nacional, marcadamente após a instalação do regime militar, em 1964.

Antes do golpe militar, os registros policiais revelam uma quase ausência de conflitos entre Estado/Igreja e Igreja/Estado. Na verdade, o sentido mostrado pela prática religiosa que prevalece na documentação aponta para uma *união* de interesses entre as duas instituições, cristalizada particularmente no combate ao ideário comunista.

Essa perspectiva parece ter condicionado boa parte das manifestações religiosas, políticas e sociais do catolicismo nacional. Nesse momento, suas ações não ultrapassavam o horizonte imediato de uma contraposição a essa ideologia política. Adesão de uma parte do clero conservador à política reformista proposta pelo governo Goulart, por exemplo, pode ser entendida dentro dessa lógica.

No fundo, política e socialmente, essas posturas percebidas nos registros policiais estavam inscritas na longa tradição nacional de acordos entre Igreja Católica, Estado e grupos dominantes. As manifestações da hierarquia católica, predominante na documentação, no geral, apontam nessa direção: tinha-se um discurso pretensamente apolítico, sendo a questão social abordada tangencialmente, quase sempre numa perspectiva caritativa; não sendo percebidas freqüentes considerações acerca da estrutura sócio-econômica. Tinha-se, enfim, a *comunhão* de interesses que até então havia tornado o catolicismo nacional uma das bases de sustentação das estruturas econômicas, políticas e sociais dominantes no país.

Enquanto predominou esse comportamento dentro das fileiras católicas, não houve sobressaltos nos registros da polícia política referentes a esse ambiente social. Em números, na constituição e no próprio conteúdo, prevalece na documentação a falta de acusações e de condenações contra o catolicismo. Possivelmente por sua importância religiosa e cultural, percebe-se um constante monitoramento da movimentação desse setor social religioso, mas isso não pode ser caracterizado nesse momento como reflexo de uma tensão existente.

Mas, em se tratando de uma instituição com as dimensões que tem a Igreja Católica no Brasil, essa postura *unitiva*, embora predominante, não era unânime. E, considerando a proposta de reflexão deste trabalho, é significativo que um dos primeiros registros indicando questionamentos por parte do catolicismo à estrutura social e política dominante criticava diretamente o modelo econômico capitalista existente no país. Embora pontual, essa postura aparece na documentação antes mesmo da tomada do poder pelos militares, e aponta a própria lógica capitalista como causa primeira das injustiças sociais.

Essas primeiras objeções de setores católicos registradas pela polícia política paulista vinham especialmente do laicato católico e de determinados grupos de religiosos, formado por alguns padres, freiras e bispos, sendo que muitos trabalhavam diretamente com as camadas mais pobres da população.

Tendo suas perspectivas, em grande medida, acolhidas e reformuladas pelo Concílio Vaticano II e, depois, na América Latina, pelo encontro episcopal de Medellín, as convicções desses setores ganharam força e se ampliaram, indo sobretudo da base em direção a cúpula católica. A busca e a defesa de uma maior participação cristã no debate político-social e, principalmente, o questionamento das estruturas sociais, foram características que marcaram a atuação desses grupos, identificados posteriormente pela própria Polícia como ala progressista da Igreja.

Em nome da justiça e do bem comum, princípios que formavam a própria doutrina social da Igreja, esses grupos representavam no interior da instituição novas perspectivas de ação cristã, defendendo um compromisso participativo na constituição de uma história que fosse mais justa para a grande maioria da população.

Com a tomada do poder pelos militares e a implantação de sua lógica administrativa dentro dos ditames da Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento, todas essas reflexões que ocorriam no ambiente social católico e também em outros grupos da sociedade brasileira foram reprimidas.

De certa forma, pode-se dizer que o golpe militar ocorreu também em função das discussões que esses grupos faziam acerca da constituição de um sistema econômico nacional independente, face às conexões do capitalismo mundial e as demandas políticas e sociais que marcam sociedades subdesenvolvidas, como a do Brasil.

Analisando essa com uma das questões centrais na obra de Celso Furtado, Carlos Alberto Cordovano Vieira observa que:

O processo de industrialização, como eixo de constituição de um sistema econômico nacional, é um momento decisivo para a superação do passado colonial e a afirmação do sentido histórico da formação nacional. Mas, sobretudo depois do março de 1964, ambas as interpretações convergem no sentido de identificar o conteúdo desintegrador do modelo econômico, o que aparece, imediatamente nas teses sobre a reversão neocolonial de Caio Prado, e, posteriormente, na perspectiva da interrupção do processo histórico de formação, de Celso Furtado. A subordinação da dinâmica econômica à transnacionalização dos conglomerados industriais e à integração em nível internacional dos mercados financeiros, comprometeu a sinergia entre o sistema industrial e a expansão do mercado interno, reproduzindo amplificadamente as heterogeneidades estruturais, e amarrando a economia ao progressivo endividamento³.

Em outras palavras, o regime militar teria rompido com as discussões acerca de um projeto político democrático e econômico que então ocorria no país. Neste último caso, buscava-se a formação de um sistema econômico em bases nacionais, com uma dinâmica que correspondesse às demandas da maioria da população, convergindo assim para minimizar as desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, o crescimento que ocorreu não pode ser entendido como desenvolvimento, uma vez que não significou a transformação das estruturas sociais e produtivas, não superou a marginalização social, mas a aprofundou⁴. Em última instância, tal como em muitas manifestações críticas encontradas na documentação, a perspectiva liberal de acumulação de capital assegurada pelo governo militar não tinha o humano como fim – a terra, o trabalho e o próprio homem foram postos a serviço da lógica capitalista. Lógica que fazia parte da Doutrina de Segurança Nacional e que foi sustentada pela política de repressão.

---

³ Para essa leitura da obra de Celso Furtado: VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. *Celso Furtado: notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento*. in Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (ISSN 1415-1979), número 21. Rio de Janeiro, Dezembro-2007. p. 7.

⁴ “A civilização industrial seria caracterizada pela tendência a potencializar a invenção cultural no plano das técnicas, no plano da criação e difusão do progresso técnico, como finalidade em si. Estaria funda na reprodução de uma estrutura de dominação cuja especificidade residiria na necessidade de aprofundamento do progresso técnico, o que viria subverter as relações entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva – entre *meios* e *fins*”; in: VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. op. cit. pp. 12-16.

Assim, as reflexões e reivindicações que determinados grupos sociais faziam na direção de uma formação econômica e política independente para o país, especialmente na esfera econômica, foram vistas pelos militares como sendo contrárias ao governo que se estruturava e, por isso mesmo, subversivas. Com a construção do aparato repressivo e a institucionalização da violência como instrumento de governo, a repressão foi usada para eliminar toda forma de oposição.

Envolvidos nessa contraposição ao lado de outros setores sociais, essa violência também atingiu aos católicos, redundando em diversas prisões, expulsões e mortes. O aumento substancial das investigações policiais relacionadas a esse ambiente social religioso, assim como o conteúdo condenativo da documentação produzida, apontou essa contestação como um dos fatores que concorreram para a formação das tensões entre Estado/Igreja Católica. Nesta perspectiva, são muitos os elementos na documentação examinada que indicam que a polícia política monitorou, especulou, investigou, tergiversou, mentiu e buscou ridicularizar a Igreja e seus principais líderes, que àquela altura representavam a mais bem organizada voz da oposição ao regime militar, perfeitamente sintonizada com os anseios majoritários da sociedade brasileira por liberdade, democracia, respeito aos direitos individuais, restabelecimento do Estado de direito.

Contudo, a forte repressão que se abateu sobre a Igreja, em vez de barrar, teria fortalecido o processo de conscientização que vinha ocorrendo. Como uma manifestação de autodefesa, mas, sobretudo, como sinal de uma nova compreensão e prática, ela então avançou em meio a amplos setores do laicato, do clero e do episcopado católico. A política de defesa dos direitos humanos assumida pela instituição foi representada na documentação policial sobretudo pela denúncia e pela condenação das arbitrariedades, das torturas e da falta de liberdade. Ao mesmo tempo, significativamente, ela também levou à frente os questionamentos acerca do modelo de desenvolvimento econômico adotado, principalmente porque condenava cada vez mais pessoas à marginalização econômica e cultural.

Em alguns registros da polícia política, pela forma de abordar o tema, os agentes policiais pareciam não entender essas mudanças que ocorriam na Igreja. Os religiosos, que em nome da justiça social saíam às ruas e usavam da pregação evangélica para promover a conscientização e a mobilização, aparecem na documentação como se tivessem mudado de lado: eram representados como amigos que passaram a ser

inimigos; e, às vezes, como deturpadores do verdadeiro catolicismo, que estaria sendo manchado por essas novas atitudes.

Nessas circunstâncias, percebe-se que houve um questionar do regime militar acerca do próprio caráter evangelizador que estava sendo empreendido pela Igreja. Como foi assinalado, a reação católica foi imediata e precisa. A nova postura foi defendida como resultando de uma compreensão cristã que concebia o cuidar do homem e de suas condições de vida como fazendo parte da missão da Igreja.

Os constantes ataques por parte do Estado fizeram com que se fortalecesse ainda mais a ação social e política de membros da Igreja, o que, posteriormente, foi configurado em diferentes segmentos pastorais instituídos e assumidos pela instituição.

Como se tentou mostrar, o *questionar* acerca da estrutura econômica capitalista esteve presente em todo momento em que a tensão existiu, de forma clara ou, muitas vezes, como parte de diferentes objeções. Assim, a própria conformação da documentação policial pode indicar que o aumento dessas contradições estava relacionado, mesmo que de forma indireta, ao fortalecimento de tal postura dentro da Igreja.

Se no período anterior ao golpe esse posicionamento aparece como sendo de uma minoria dentro da Igreja, a repressão e o crescente empobrecimento da população parece ter levado a que muitos o assumissem. Em determinados registros, alguns investigados deixam entrever que compreendiam o regime militar como resultando exatamente da contraposição que setores sociais brasileiros faziam ao sistema capitalista.

Nesse sentido, de algum modo, é possível visualizar na contraposição ao governo militar, mais do que as reivindicações imediatas, a oposição a um projeto de país que não condizia com os desígnios fundados no cristianismo: um modelo econômico que permitia a alguns o acúmulo ilimitado de recursos, enquanto condenava a grande maioria a viver na miséria, em permanente estagnação social e humana.

Embora essa postura tenha caracterizado a instituição católica particularmente a partir dos anos de 1970, a documentação revela que os posicionamentos mais radicais eram sustentados por determinados indivíduos e grupos católicos. Fato compreensível, dadas as diferentes instâncias, realidades e situações em que a instituição se fazia presente.

Toda essa movimentação deve ser compreendida como reflexo das circunstâncias históricas de um mundo dividido entre capitalismo e comunismo, assim como pelas consequências que tal situação trazia para as diferentes realidades. Por toda parte setores do catolicismo se questionavam sobre os caminhos políticos e sociais a serem percorridos na busca por conseguir uma maior justiça social.

Essa busca e seus desdobramentos estão bem representados, por exemplo, nas conclusões pró-marxistas do primeiro Sínodo Diocesano na montanhosa região de Bolzano e Bressanone, no norte da Itália. De acordo com uma nota encontrada no *Boletim Informativo Ecclesia* de número 44, de 1971, os teólogos do Vaticano avaliavam então um documento produzido por essa pequena assembléia de sacerdotes e leigos, que inicialmente discutiam sobre formas para fazer avançar as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II.

Região considerada por muito tempo como reduto do conservadorismo religioso, político e social, as comissões do sínodo inovavam ao concluir que, pelo menos em teoria, o marxismo seria menos desagradável a Deus que o capitalismo. De acordo com a nota do boletim, o documento afirmava:

“A sociedade em que vivemos comete um grave pecado contra Deus ao colocar o dinheiro como centro de tudo, subordinando o homem à lei da ganância.”

A filosofia marxista tão diferente dos desvios dos sistemas políticos marxistas – pretendia edificar um modelo de sociedade na qual a exploração do homem pelo homem fosse impossível ou pelo menos, muito difícil e é este modelo, acrescenta o documento, que parece mais de acordo com o plano de Deus do que a sociedade capitalista⁵.

Consta no final da nota que a declaração teria sido aprovada por 41 votos contra 24, tendo tido 16 abstenções e 51 aprovações com reservas – o que mostra o quanto a questão era controversa.

O que importa desse quadro é o sentido da reflexão ocorrida, pois, de certa forma, até mesmo essa controvérsia e divisão estiveram presentes no catolicismo nacional, conforme encontrado na documentação reunida pelo DOPS/SP. Mais do que isso, o

---

⁵ Pasta 50-G-002 (4), Documento 366. Boletim Informativo nº 44, 06/04/1971.

sentido e as conseqüências dessa reflexão são também fatores para se entender o entrechoque que envolveu Estado e Igreja Católica no Brasil de meados do século XX.

Na América Latina, as exigências evangélicas de justiça e fraternidade levaram a que a vivência do cristianismo tivesse como expressão a conscientização, a mobilização e a participação de muitos católicos (mas não só) na busca por transformar a estrutura socioeconômica que gerava a marginalização social de muitas vidas humanas. Esse é o sentido e a proposta do cristianismo da libertação e da teologia da libertação.

Hoje, essa exigência cristã de promoção da justiça mantém-se ainda atual.

O desenvolvimento capitalista ocorrido gerou mais injustiças, agravadas agora por um modelo de crescimento que ameaça levar ao colapso os próprios recursos da natureza.

Ao mesmo tempo, diante de uma nova crise, mais uma vez o Estado é chamado a financiar o sistema capitalista, tal como ocorreu na primeira metade do século XX. Atendendo à lógica capitalista, os recursos públicos passam a ser canalizados para manter o nível de acumulação de capital – assim como ocorreu no governo militar, busca-se a manutenção do sistema em detrimento da justiça social. Ou seja, a realidade parece reafirmar mais uma vez a percepção do movimento social do cristianismo da libertação de que a sobrevivência de um sistema socioeconômico que não tem no homem o seu fim representa a condenação da própria existência humana.

Embora, por diferentes injunções, internas e externas à própria Igreja Católica, esse movimento tenha perdido um pouco de seu espaço nos últimos anos, sua verdade se apresenta a cada dia. Os mesmos princípios cristãos que mobilizaram parte do catolicismo na denúncia e na condenação da opressão e das injustiças sociais crescentes durante o regime militar, conservam ainda sua força, uma vez que, a cada dia, a justiça se torna mais ausente em meio à sociedade contemporânea. E, assim como alguns setores católicos entenderam naquele momento, a transformação dessa realidade se põe ainda como exigência para os cristãos e para os homens de boa vontade.

Levantamento bibliográfico

- AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz (org.). *No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001.
- AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Blassioli de. (org.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; MORAES, Letícia Nunes de Góes (org.). *O Dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – o Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro*. Famílias 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; LONGHI, Carla Reis. *O DEOPS/SP em busca do crime político*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; Swensson JR., Walter Cruz; LEISTER FILHO, Adalberto (org.). *A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-64*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- A Primazia do trabalho sobre o capital na Mater et Magistra*. Edição da Frente Nacional do Trabalho; São Paulo, 1961.
- ALMEIDA, Fernando Lopes de. *Política salarial, emprego e sindicalismo 1964/1981*. Vozes; Petrópolis, 1982.
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; 1979.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ÁVILA, Fernando Bastos de. *Antes de Marx*. As raízes do humanismo cristão: textos e comentários. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; ABL; São Paulo: Loyola, 2002.
- BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964): anotações para uma história da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação*. Rio de Janeiro: Vozes: Educam, 2000.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BATTISTINI, Frei. *A Igreja do Deus Vivo. Coluna e Fundamento da Verdade*. 2ª. ed. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1978.

- BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. Trad. Horácio de Melo. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitscheck – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 2a. edição.
- BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política – história da JUC e da AP*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BERDIAEFF, Nicolas. *El Cristianismo y la lucha de clases*. Dignidad del Cristianismo e Indignidad de los cristianianos. Espasa – Calpe Argentina, 3º Ed., Buenos Aires, 1944.
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. 11ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Casa Amarela, 2000.
- BLACKHAM, H.J. *A religião numa sociedade moderna*. Trad. de Rodolfo Konder; Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1967.
- BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. *Da libertação*. O sentido teológico das libertações sócio-históricas. 4ª edição. Petrópolis, Vozes; 1982
- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *A Bênção de Abril. Brasil Urgente: Memória e Engajamento Católico no Brasil 1963-4*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- Brasil: Nunca Mais*. Projeto B. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- BRANTL, George. *Catolicismo*. Trad. Álvaro Cabral; Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- BRESSER PEREIRA, Luiz C. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 5ª ed. Brasiliense, São Paulo, 1975.
- _____. *Pactos Políticos – do populismo à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. Brasília, Editora UnB, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto, 1988.
- CARVALHO, Delgado. *Organização social e política brasileira*. 6º. ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1970.
- CASTRO, Marcos. *Dom Hélder, o bispo da esperança*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

- _____. *A Igreja e o Autoritarismo*. Prefácio de Frei Betto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- _____. 64: Conflito Igreja X Estado. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. 2ª ed. rev. e aum. Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- CHARLIER, Célestin. *A origem e a interpretação da Bíblia*. Livraria Flamboyant: São Paulo, 1959.
- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Conflito e integração – 1922-1972. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* – São Paulo: Paulinas, 1998.
- Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM – *A Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio: Conclusões de Medellín*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CUVILLIER. *Manual de Filosofia*. Porto: Editora Educação Nacional, 1948.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo, 1880-1945*. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Européia do Livro: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- DELLA CAVA, Ralph. ... *E o Verbo se faz imagem*. Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989. Petrópolis: RJ; Ed. Vozes, 1991.
- DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- Dicionário temático do Ocidente Medieval* / Coord. Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt; Coordenador da tradução Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Trad.: Affonso Blacheyre; 6ª. Ed, Zahar Editores; Rio de Janeiro, 1977.
- Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. [organização geral Lourenço Costa; trad. Tipografia Poliglota Vaticana]. São Paulo: Paulus, 1997. [Documentos da Igreja]
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUFFY, Eamon. *Santos & Pecadores*. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo; São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda., 1998.
- ELIADE, Mircea. *Dicionário das religiões*. Trad: Ivone Castilho Benedetti. 2ª. ed. São Paulo: Martins fontes, 1999.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. 5ª. Edição, Brasiliense, São Paulo, 1970.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas à crise política: 1961-1964*. Traduzido por Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo; Ática, 1988.
- FON, Antônio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*. 5ª edição, São Paulo: Global Editora, 1979.
- FOYACA, Manuel. *As Encíclicas Sociais*. Livraria Agir Editora: Rio de Janeiro, 1967.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. de Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 3ª ed. Editora Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1961.
- GALEA, José. *Uma Igreja no povo e pelo povo*. Reflexão teológica sobre a atual ação pastoral da Igreja no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; [volume II].
- *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GEORGE, Henry e Leão XIII. *A Doutrina Social da Igreja*. Gráfica Editora Laemmert: Rio de Janeiro, 1968.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada. 3º ed.; São Paulo: Ática, 1987.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação – perspectivas*. Tradução: Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva; Marcos Marcionilo; São Paulo: ed. 9, Loyola, 2000.
- HAUCK, J. F.; FRAGOSO, H.; BEOZZO, J. O.; GRIJP, K. V. D; BROD, B. *História da igreja no Brasil*. Ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Petrópolis, RJ; Ed. Vozes, 1980.
- História da Igreja I; Desde as Primeiras Comunidades*. Centro de Capacitação da Juventude. Instituto de Pastoral da Juventude. São Paulo: 1995.
- História da Igreja II; presença na América Latina e no Brasil*. Centro de Capacitação da Juventude. Instituto de Pastoral da Juventude. São Paulo: 1995.
- História liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. Enrique Dussel Org. [Trad. Rezende Costa]. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Trad.: Maria T. L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- _____. *Os Trabalhadores. Estudos Sobre a História do Operariado*. Paz e Terra; Rio de Janeiro, 1981.
- *Mundos do trabalho; novos estudos sobre história operária*. Trad: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOORNAERT, E.; AZZI, R.; GRIJP, K.V.D.; BROD, B. *História da igreja no Brasil*. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época. 2°. Petrópolis, RJ; Ed. Vozes, 1979.
- HOORNAERT, E. *O Cristianismo moreno no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- HUGON, Paul. *Historia das Doutrinas Econômicas*. 7° Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1962.
- JINKINGS, Ivana e PESCHANSKI, João Alexandre. *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- JOLIVET, Régis. *Trado de filosofia, IV: Moral*. Trad.: Gerardo Dantas Barreto; Livraria Agir Editora: Rio de Janeiro, 1966; pp.88-120.
- JOSAPHAT, Carlos, O.P. *A justiça Social: na Bíblia e no Ensino da Igreja*. [São Paulo, 1961].
- JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella (O inimigo número um da ditadura)*. São Paulo, Sol & Chuva; 1997.
- Kadt, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil* / E. de Kadt. Trad de Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- LABAKI, Amir. *1961 – A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- LAJUGIE, Joseph. *As doutrinas econômicas*. Trad.: J. Guinsburg. São Paulo; Difusão Européia do Livro, 1964.
- LEBRET, Louis –Joseph. *Suicídio ou sobrevivência do ocidente? Problemas fundamentais de nossa civilização*. Trad.: Fr. Benevenuto de Santa Cruz. São Paulo, Livraria Duas cidades, 1960.
- _____. *O drama do século XX. Miséria – Subdesenvolvimento / Inocência – Esperança*. Trad.: Fr. Benevenuto de Santa Cruz. 3ª Edição Revista. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1966.
- LIMA, Luís Corrêa. *Teologia de Mercado: uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- LIMA, Roberto Kant de. *Cultura jurídica e práticas policiais*. A tradição inquisitorial. Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 10, vol., junho de 1989.
- LINS, Ivan. *A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas*. 4ª. Ed.; Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

- LLANO Cifuentes, Rafael. *Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à Luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988*. Apresentação de D. Eugênio Sales. 2ª Ed. Atual. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Trad.: de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- _____. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991.
- *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central : um estudo de afinidade eletiva*. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.
- MALUF, Sahid. *Teoria geral do Estado – 22º Ed. rev. e atual.* / Pelo prof. Miguel Alfredo Maluf Neto. São Paulo: Saraiva, 1993.
- MARTINS, Alberto. *Charbonneau: ensaio e retrato*. São Paulo, Scipione, 1997
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas, SP: Papirus, 1987.
- MOIX, Candide. *O pensamento de Emmanuel Mounier*. Trad.: Frei Marcelo L. Simões O.P. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.
- MORAIS, João Francisco Régis de. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.
- MOTTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em perspectiva*. 2ª ed. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1969.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. São Paulo. Martins Fontes, 1973.
- MOUROUX, Jean. *Vocação cristã do homem*. Trad.: Frei José de Azevedo Mendonça, O.P. Livraria Editora Flamboyant: São Paulo, 1961.
- O marxismo na América Latina*. Organizador Michael Löwy. Trad: Claudia Schilling , Luís C. Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- PAGE, Joseph. A. *A revolução que nunca houve*. Trad.: Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: 1972.
- PESTANA, José César. *Manual de Organização Policial do Estado de São Paulo*. São Paulo: Sugestões Literárias S. A., 1959.

- PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. Trad. Lycurgo Gomes da Motta; Editora Mestre Jou, São Paulo, 1966.
- POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4ª. Ed. Ilustrada, rev., ampl. e atual. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.
- Questão Social. As Encíclicas “Rerum Novarum” “Quadragesimo Anno” e “Divini Redemptoris”* – Em perguntas e respostas por M. Vicent. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1938.
- REEBER, Michel. *Religião: termos, conceitos e idéias*. Trad.: Luiz Cavalcanti M. Guerra. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- RÉMOND, Rene. *Por Uma História Política*. Trad: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- RIDENTI, Marcelo Ridenti e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RIOUX, Jean-Pierre. *Revolução industrial 1780-1880*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975.
- RIVAS GUTIERREZ, Exequiel. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. [trad. Haroldo Reimer]. São Paulo: Paulinas, 1995.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra estado. Crítica ao Populismo Católico*. Kairós Livraria e Editora: São Paulo, 1979.
- SAES, Décio. *República do capital*. Capitalismo e processo políticos no Brasil. São Paulo; Boitempo Editorial, 2001.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SANCTIS, Frei Antônio de. *Encíclicas e documentos sociais*. Da “Rerum Novarum” à “Octogésima Adveniens”. Edições LTR; São Paulo, 1972.
- SANTOS, Manoel Isáú Souza P. dos. *As escolas sob regime de internato e o sistema salesiano de educação: luzes e sombras na prevenção à violência em educação*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 2000.
- SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. Livraria Editora Ciências Humanas; São Paulo, 1981.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- _____. *Brasil: radiografia de um modelo*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- *Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.
- SUFFERT, Georges. *Tu és Pedro: Santos, papas, profetas, mártires, guerreiros, bandidos. A história dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil (A Igreja e a sociedade Brasileira)*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1968.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad.: Vinicius Eduardo Alves. São Paulo; Editora Centauro, 2001.
- WEYNE, Gastão Rúbio de Sá. *Igualdade e poder econômico*. São Paulo: Memória Jurídica, 2005
- WILGES, Irineu. *Cultura Religiosa: as religiões no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. 13ª ed. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1988.
- Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Introdução e organização Marica Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Artigos, periódicos, dissertações e teses

- BOURDOUKAN, Georges. *Dom Pedro Casaldáliga: a coragem sublime. Caros Amigos*, 1998, Ano 1 / número 11, Revista Caros Amigos, 1998, Ano 1 / número 11.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; ATTI, César Augusto. *Arquivo do DEOPS/SP: os documentos da "subversão"*. Populações. Boletim do CEDHAL (São Paulo), n° 4, 1996.
- DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993.
- KONDER, Leandro. *Marxismo e Cristianismo*. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, n.º 6; p.57-66; Dezembro de 1978.
- LEITÃO, Alfredo. M. e SILVA, Débora Cristina S. da. *Um histórico do Fundo DEOPS-SP*. Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal. V. 1, n°1. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998.
- OS ARQUIVOS das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, 1994.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. *Os Arquivos do DEOPS-SP: nota preliminar*. In: Revista de História, 123. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.
- SAMET, Henrique. *A Construção da Brasilidade Excludente*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993.
- SESTINI, Dhārana Pérola Ricardo. *A "mulher brasileira" em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. São Paulo: FFLCH; Universidade de São Paulo, 2008. Dissertação de Mestrado
- SOUZA, Admar Mendes de. *Frades Dominicanos de Perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil*. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, 2003, (Dissertação de mestrado).
- Tempo Social Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo. V. 10, n° 2 (outubro de 1998); São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.
- Um histórico do Fundo DEOPS-SP*. Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal. V. 1, n°1. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998.
- VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. *Celso Furtado: notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento*. in Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (ISSN 1415-1979), número 21. Rio de Janeiro, Dezembro-2007

Anexos

Pasta 30-G-005 (1), documento 55 (seqüência 315-313)

C O P I A

315

CHANCELARIA DO ARCEBISPADO DE SÃO PAULO

S. Paulo, 8 de junho de 1951

Exmo. Sr. Dr. Manoel Ribeiro da Cruz
DD. Diretor do Dops.

Cordiais Saudações

Superintendência de Segurança		
Polícia e Social		
"S. S." - 10, 5, 454		
306	5	35

Tenho o prazer de passar às mãos de V. Excia. um exemplar do Eminetíssimo Senhor Cardeal Arcebispo de São Paulo, a respeito da situação das Igrejas Católicas Brasileiras e Católica Livre no Brasil perante as leis canônicas e civis de nossa Pátria. Aproveitando o ensejo tenho a honra de subscrever-me com os sentimentos da mais alta consideração e respeito de Vossa Excelência Servo no Senhor. (a). - Padre Matheus M. Garcez - Chanceler do Arcebispado. -

" - Ao Arquivo Geral para anotar e devolver. -" S. Paulo, 11-6-51, a) - Paulo Rangel). -"

CURIA METROPOLITANA

EDITAL

Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, Cardeal Presbítero da Santa Igreja Romana, do Título de São Pancrácio por merecimento de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo Metropolitano e Grão-Chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A os nossos mui amados Diocesanos, saudações, paz e bênção no Senhor. Fazemos saber aos nossos diletíssimos filhos, tanto sacerdotes como leigos, que lhes é terminantemente vedado, em virtude dos santos canones, comunicar-se IN SACRIS, ou seja, religiosamente com bispos, padres e sacristãos das assim chamadas IGREJA CATOLICA BRASILEIRA, de Carlos Duarte da Costa, ou IGREJA CATOLICA LIVRE, de Salomão Ferraz. Estão portanto, proibidos de encomendar missas, realizar casamentos, aceitar bênçãos de casas ou comparecer a procissões e demais atos religiosos que sejam promovidos pelos mencionados hereges,

314

ou levados a efeito em igrejas pertencentes aos mesmos (Cf. cân. 1258). Além do pecado em que caíam - quase sempre mortal, se o fizessem ciente e voluntariamente - incorreriam os Fiéis em diversas penalidades eclesásticas, tornando-se suspeitos de heresia os que se comunicassem, nas coisas divinas, com os ministros ou secretários daquelas agremiações cismáticas. (cân. 2316). Os que depois de admoestados, permanecerem neste estado de pecado e delito, tornam-se passíveis de excomunhão reservada ao Ordinário do lugar (cân. 2319). Assim é natural que sejam tratados os que se acumpliciarem a indivíduos, culpados sob triplice aspecto. Em primeiro lugar, as mencionadas IGREJAS CATOLICAS BRASILEIRA OU IGREJA CATOLICA LIVRE NO BRASIL não tem direito ao exercício de funções publicas depois do Despacho do Exmo Sr. Presidente da Republica, de 30 de junho de 1948. Por esse documento fundamentado nas razões do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, ficou patente que a Igreja Catolica Apostolica Brasileira - como então se denominava, para ilaquear os incautos - esta "desrespeitando o culto alheio perturbando o culto de uma outra religião, prejudicando, pois, manifestadamente, a liberdade de exercício de outro culto, usurpando assim de modo claro a liberdade de outrem e afinal atravez de uma confusão e de uma verdadeira mistificação, atraindo os fiéis de outra religião - da Igreja Catolica Apostolica Romana. Contra ela tem ordem de agir da Policia, dá que o "poder da policia compreende a faculdade de assegurar o livre exercício do culto de uma religião e obstar que esse culto seja perturbado por quem não pertence a mesma religião (Cf. "Diario Oficial", de 25 de setembro de 1948). É publico igualmente que o mandado de segurança impetrado pelo Sr. Carlos Duarte Costa,, contra o despacho de S.Excia. o Sr. Presidente da Republica, foi indeferido por maioria de votos, pelo Supremo Tribunal Federal (Cf. "Acordão" de 17 de novembro de 1949). Em terceiro lugar, os que aderiram as igrejas supra mencionadas não passam de hereges e cismaticos, ipso facto excomungados (can. 2314) HEREGES, por negarem verdades essenciais da Fé Catolica, como por exemplo a Confissão auricular, o celibato dos clerigos, a indissolubilidade do matrimonio, o dogma da assunção, etc. CISMATICOS: por haverem publicamente declarado a insubmissão ao Pontifice Romano (Can. 1325)§2). - Acham-se alem do mais, suspensos de qualquer ato jurisdicional, (por isso todos os casamentos por eles realizados são nulos), por força do delito cometido na consagra

375

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1954

444

Superintendência de Segurança		
Polícia e Social		
"E. 8." 11, 8, 54		
306	5	56

Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Polícia de SANTO ANDRÉ

Venho protestar, com veemência, contra as perseguições, movidas pela Igreja Romana, na sua pessoa, a mim, à ICAB e à Associação Beneficente Amigos de Santo Antônio, Pessoa Jurídica de direito privado, de acordo com o art. 16 do Código Civil Brasileiro.

No momento em que o Brasil inteiro se levanta contra as arbitrariedades policiais, nesta capital, terminando com a morte do Reporter Nestor Moreira, V.S. vai conduzindo, nessa localidade, o povo para um encontro, talvez, na via pública, por imprudência sua e da Secretaria de Segurança Pública, desse Estado, e por espírito inquisitorial, contra os princípios das Conferências de Yalta, S. Francisco, Organização das Nações Unidas e a nossa Constituição.

Não venha V.S. dizer que "nada tem que ver com isso" e que obedece ordens.

Não é verdade, si a Secretaria de Segurança Pública dá ordem a V.Ex. para proibir atos públicos da Associação Beneficente Amigos de S. Antônio, é porque V.Ex. informou a essa Secretaria que eu sou "Comunista" e que a ICAB é "COMUNISTA".

Desafio a V.S. que prove o que afirmou, em Ofício, à Secretaria de Segurança Pública.

Si não provar, V.S. não passa de um sujeito sem carácter, mentiroso, e serviço de uma Potência estrangeira, que recebe ordem de Roma, como acusa a Igreja Romana de receber o Comunismo Brasileiro ordem de Moscou.

Não é crime ser "COMUNISTA", aí estão Deputados, Vereadores e Funcionários Públicos. Por que não enfrenta o Governo esses Deputados, Vereadores e Funcionários Públicos, e vira-se V.S. contra mim, a Igreja Brasileira e a Associação Beneficente Amigos de S. Antônio?

Fique V.S. sabendo que vou levar, ao conhecimento da Nação, essa sua perseguição, a mim, à ICAB e à Associação Beneficente Amigos de S. Antônio, nessa localidade.

V.S. quer luta, vamos para a luta, Sr. Delegado.

Diante de Autoridades Superiores a sua, tenha carácter e diga que informou à Secretaria de Segurança Pública que eu sou Comunista, a ICAB é Comunista e a Associação Beneficente Amigos de S. Antônio é Comunista, porque segue a orientação da ICAB. Diga, porém, onde está a célula comunista, em que eu estava inscrito, quando o Partido estava na legalidade. Diga.

Não sou nem Comunista, nem Capitalista: Sou Cristão.

Rio de Janeiro, Sr. Delegado, sabe isso e o Brasil sabe.

+ Carlos Duarte Costa
Bispo do Rio de Janeiro.

17. Tabelião - ARMANDO SALES

Carteira 32-Fazê 87-1191 (Rede Interna) 11/54

27

São Paulo, 13 de maio de 1968.

Assunto:

Missa na Igreja Nossa Senhora do Rosario. - Paissandu

Conforme estava programado, a "IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSARIO DOS HOMENS PRETOS", mandou rezar missa em ação de graça pelo aniversário da libertação dos escravos. - A missa que deveria iniciar-se as 09,00 hrs, atrasou cerca de 10 minutos, devido atraso do cardeal Agnello Rossi, que foi o oficiante do ato religioso. - Quando já havia sido iniciada a solenidade, chegou S.Excia o Sr. Governador, acompanhada por ajudantes de ordens e guarda pessoal. - Ao terminar a missa, D. Agnello, o Sr Governador, a Senhora que simboliza a mãe preta e acompanhantes dirigiram-se a estatua alí próximo, tendo primeiramente falado um representante da Irmandade, agradecendo a presença do Governador, do Cardeal, do Prefeito de São Bernardo do Campo, etc, falando algumas palavras sobre a data de hoje. Em seguida o Sr. Governador em ligeiras palavras falou dos primeiros negros que os jesuitas trouxeram para o Brasil, da Escravatura e da mancha que isso representava para a Nação e do altruísmo e coragem da Princesa Isabel ao assinar a abolição.

O Sr. Governador logo ao terminar sua oração, pediu licença para retirar-se devido aos seus numerosos afazeres, mas a cerimônia prosseguiu com outros oradores. No recinto da Igreja havia cerca de 200 pessoas e, próximo a estatua o numero já se elevava para cerca de 1.200 pessoas, em sua maioria curiosos atraídos por componentes da banda da Força Pública alí presentes.

E' o que nos cumpre informar a V.S.

-.---.---.---.---.---.--

28-8-68	
505	108

219 Igreja da Rocinha, em Igreja São Fátima
Padre condenado

Informações sobre a prisão de três Padres e um Diácono de Belo Horizonte *SP: Xerox IC 10P.*

Para esclarecer os fiéis sobre os acontecimentos que têm ocupado ultimamente a opinião pública; a prisão de três sacerdotes e um diácono efetuada em Belo Horizonte, vimos a público a fim de tentar dar uma interpretação verdadeira dos fatos.

1) Os padres foram presos na calada da noite pelo exército e foram colocados incomunicáveis: D. Serafim (D. João encontrava-se na Europa) tentou por três dias entrar em contato com eles, no que foi sempre barrado.

2) Os bispos não foram interpelados nem antes nem depois, sobre o caso, e as acusações que eram feitas contra estes eclesiásticos.

3) Segundo afirmam os bispos da Diocese e o Superior dos padres, trata-se de religiosos exemplares e trabalhadores, isentos de qualquer suspeita.

4) Parecem de todo infundadas as acusações publicadas por certa imprensa do país. Atenção, pois, para as notícias que são veiculadas.

5) A conferência Nacional dos Bispos do Brasil emitiu a 4 do corrente uma Nota oficial ao público, através da imprensa, assinada pelo Cardeal Rossi e por D. Aloisio Lorscheider, sobre o assunto, nota enviada também aos órgãos de governo interessados.

6) A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil está acompanhando a evolução dos acontecimentos e, caso se faça necessário, tomará as devidas providências.

Acusações contra os Religiosos

1) De deixar a pregação do Evangelho para promover a subversão, no púlpito e nas reuniões paroquiais.

2) De estar de posse de material subversivo e de organizar guerrilhas.

NOSSA OPINIÃO

1) Injustiça contra os direitos humanos: presos e colocados incomunicáveis, sem direito de se defender.

2) Desrespeito à autoridade eclesiástica competente: não foram interpelados os próprios bispos de Belo Horizonte, nem a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nem os superiores dos religiosos.

3) Induzidos ilegalmente a confessar sem a presença de testemunhas, por métodos discutíveis, reprovados no mundo inteiro:

4) Considerados subversivos na base de provas insuficientes, não decisivas.

26 2 70
504 1 229

QUEM DEVE SER CONDENADO?

O Bispo e o clero da diocese de Mogi das Cruzes enviaram carta de solidariedade ao arcebispo de Belo Horizonte e aos religiosos presos.

DOCUMENTO COM ANOMALIA

45

Centro de Informações Ecclesial

Fundação Metropolitana Paulista

Diretor Responsável
Cgo. Amaury Castenho
Secretária
Maria Lúcia Sampaio Pinto

R. Wenceslau Braz, 78 - 1.º andar
Fone 239-5773
São Paulo - Brasil

Boletim Informativo N.º 12

20/VII/70

Editorial

CRISTIANISMO E AÇÃO SOCIAL

Não é errôneo dizer-se que o cristianismo ainda não realizou tudo quanto pode, no campo da justiça, embora seja verdade que venha liderando a caridade, nestes dois milênios da sua história. Muitos cristãos ainda não descobriram a extraordinária mensagem social de sua fé, na qual a dignidade humana, a fraternidade universal, a liberdade e a justiça, encontram a mais sólida justificação que se possa imaginar.

Seria parcial afirmar que a Igreja nada fez no plano da justiça entre indivíduos e povos e que, neste setor, os descrentes, como os marxistas, tem feito mais. A história aí está, para atestar a mudança de mentalidade e de estruturas sociais, políticas e econômicas, sob o impacto da pregação do Evangelho. Na embora superficial comparação entre a sociedade paga antiga e a sociedade cristã ocidental - ainda que no Ocidente muitas instituições sociais nada tenham de cristãs - mostra profundas alterações para melhor. Entre outras, estão a revalorização do trabalho livre, a afirmação dos direitos da criança e da mulher, a delimitação do poder estatal, a tutela da família, a humanização da guerra e outros.

Atualmente, a doutrina e ação social da Igreja se orienta no sentido de conseguir uma profunda reestruturação da empresa, verdadeiro coração da moderna economia. Seu objetivo é transformá-la de liberal-capitalista, em que o lucro é o fator fundamental e o critério último, e de socialista-comunitária, economicamente produtiva, mas fraterna, a serviço do homem. Coparticipação na propriedade, coparticipação na gerência e coparticipação nos lucros das empresas, eis as grandes metas do empenho da Igreja e de seus verdadeiros filhos.

A hierarquia eclesial tem feito o seu papel nessa árdua e não raro incompreendida luta por uma maior justiça social. Aí estão, a atestá-lo, entre tantas outras, as encíclicas sociais Rerum Novarum de Leão XIII, Mater et Magistra, de João XXIII e Populorum Progressio, de Paulo VI. Aí estão os Documentos de Medellín e de todas as Assembleias de nossa Conferência Episcopal. Cabe aos leigos católicos, especialmente aos que militam na política e na economia, a concretização em fatos, leis e instituições, dessa resposta cristã aos anseios de maior justiça social. (CIEC-S.P.)

507 2 272

44

CENTRO DE INFORMAÇÕES ECCLESIA
BOLSEIM INFORMATIVO Nº 12

2

A IGREJA NA ARQUIDIOCESE

BISPO CHECO VISITA SÃO PAULO

Estáve recente mente em S. Paulo, o bispo checo Dom Paulo - Hnilica, jesuita, S. Excia, nasceu em Unatin, a 30 de março de 1921, foi ordenado a 29 de setembro de 1950 e eleito para o episcopado a 17 de maio de 1964. É bispo titular de Rusado, antiga província da Mauritânia. Dom Paulo reside em Roma, onde é consultor da Sagrada Congregação para as Igrejas Orientais. O Papa Paulo VI lhe confiou a missão da assistência espiritual aos checoslovacos emigrados de seu país. No desempenho desse encargo S. Excia acaba de visitar os Estados Unidos da América e o Brasil.

Em entrevista concedida ao O SÃO PAULO, seu arcebispo arquidiocesano, Dom Paulo Hnilica declarou-se impressionado com o progresso brasileiro e paulista. Quando planejava sua viagem, houve quem o desaconselhasse, pelo clima da falta de liberdade e até de quase perseguição à Igreja, que haveria no Brasil. Disse Sua Excia. que se ri de tais advertências, pois encontrou em paz o país e a Igreja trabalhando com toda liberdade, nos mais diversos setores de atividades. Dom Paulo Hnilica deu conhecimento em público de importantes documentos que demonstram o calvário da Igreja Checa e Eslovaca, antes e depois da chamada "primavera de Praga", breve período de libertação do regime comunista, - no poder, em sua pátria, desde 1948. (CIEC-S.P.)

FAMÍLIA 70

Abrindo uma nova coluna no seu arcebispo arquidiocesano de S. Paulo, Dom Lucas Moreira Neves OP., Bispo Auxiliar do Sr. Cardeal Agnelo Rossi, o Vigário Episcopal para a Pastoral da Família, declarou que "este será o século da família que nunca talvez enfrentou problemas tão profundos mas, também, nunca contou com movimentos tão válidos, de ideias e ação em torno de si, em todos os planos." Acrescentou, também, que no "plano pastoral vamos firmar-se um Pastoral da Família cada vez mais definida em seus objetivos, metodologia e instrumentos de ação." Em caracendo a importância de um aprofundamento das reflexões sobre a família, S. Excia. acrescentou, citando o casal Charles-Ferdinand Ramuz, na vigília da comemoração de seus 40 anos de casamento: "Consolidamos juntos os alicerces da nossa casa, agora, que todas as casas do país sejam sólidas e o país também será sólido." Mais adiante, Dom Lucas Moreira Neves recordou Pio XI, segundo o qual "a cidade será o que forem suas famílias."

Tendo em vista a coordenação de todos os movimentos consagrados à renovação cristã da família, o Vicariato que tem a frente S. Excia., constituiu a Conselho da Pastoral da Família, integrado, na Arquidiocese, pela Confederação das Famílias Cristãs, Movimento Familiar Cristão, Equipes de Nossa Senhora e Escola do País. O Conselho se reúne, mensalmente, para o aprofundamento dos problemas que dizem respeito à família, a revisão dos movimentos associados e o planejamento das atividades. A partir de nos em curso, o Vicariato e o Conselho irão manter uma coluna semanal no O SÃO PAULO. Em agosto, a RADIO NOVE DE JULHO, da Fundação Metropolitana Paulista, lançará ao ar um programa confiado, também, ao Vicariato e Conselho Pastoral da Família. (CIEC-S.P.)

504 2 271

43

**CENTRO DE INFORMAÇÕES ECCLESIA
BOLETIM INFORMATIVO Nº 12**

3

EM SÃO PAULO O FUNDADOR DO MOVIMENTO OASISTA

O Jesuíta Padre Virgílio Rotondi, fundador do movimento Oasista, esteve em S. Paulo toda a primeira quinzena do mês de junho, pregando retiros, ministrando cursos e fazendo conferências. Já veio ao Brasil duas outras vezes, sempre em atividades de apostolado. Em todas as oportunidades, incentivou o movimento conhecido como "Oasis". Trata-se de iniciativa que vem empolgando amplas camadas da juventude, em vários países. O "Oasista" se compromete a uma vida cristã íntegra, enquanto espera a realização da própria vocação: o casamento ou a consagração a Deus. É ponto fundamental do movimento, um compromisso solene, juramento ou mesmo o voto de castidade. Não se trata de castidade perpetua mas temporária, até uma opção definitiva do estado de vida. (CIEC-S.P.)

CLERO EM RETIRO ESPIRITUAL

Anualmente, o clero arquidiocesano e regular, realiza o seu Retiro Espiritual. Trata-se de dias de recolhimento, entremeados de reflexões sobre as mais importantes verdades da fé e de exercícios de espiritualidade, sob a orientação de um sacerdote. O clero arquidiocesano de S. Paulo realiza o próprio Retiro Espiritual em várias turnos e épocas diferentes. As Regiões Episcopais Centro e Rural, fizeram-no na semana passada, tendo como pregadores o Sr. Cardeal Agnello Rossi (Região Rural) e o cordiano Sr. Padre João Engler (Região Centro). O primeiro realizou-se em São Roque e o segundo na Casa de Retiros Dom José, em Barueri. (CIEC-S.P.)

▲ IGREJA NO BRASIL

VI ENCONTRO MUNDIAL DE EX ALUNOS MARISTAS

▲ Congregação dos Irmãos Maristas, conhecidos como educadores de valor em todo o mundo, congrega seus ex-alunos e Associações que procuram acompanhá-los em sua vida profissional, apoiando-os, também, em sua vida familiar, cultural, religiosa e recreativa. No Brasil, os Colégios Maristas se multiplicam pelas maiores cidades. A Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre é a instituição de ensino mais importante que a Congregação mantém no Brasil.

Visando ao congregar todos os seus ex-alunos, os Irmãos Maristas estão realizando de 18 a 24 deste mês de julho, um Encontro Internacional, na cidade do Rio de Janeiro. O tema central do importante congresso será "Os Antigos Alunos Maristas em Face do Mundo Contemporâneo". Estão sendo aguardadas representações de vários países. A coordenação deste Congresso está a cargo do Prof. Henrique Euclides da Silva, Presidente da Federação Brasileira e da União dos Antigos Alunos Maristas. (CIEC-S.P.)

504 2 270

42

CENTRO DE INFORMAÇÕES ECCLESIA
BOLETIM INFORMATIVO Nº 12

4

UNIVERSIDADES CATÓLICAS NO BRASIL

No Brasil, a Igreja, tradicionalmente, sempre esteve na liderança do ensino. Até 1940 a sua presença era marcante, especialmente no ensino de grau médio, no qual as instituições católicas chegaram a contar com até 70% das escolas secundárias do país. A partir do ano de 1940, entrou em fase de grande expansão, a rede católica de ensino superior. Os dois maiores apóstolos do ensino universitário católico no Brasil foram os saudosos Padre Leonel Franco e Mons. Emilio Jose Salim.

Ano após ano surgiram as seguintes 12 Universidades Católicas no Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Campinas, Salvador, Curitiba, Pelotas, Goiânia, Petrópolis e São Luiz do Maranhão. Passam de 150 os institutos católicos universitários, com um total aproximado de 80 mil alunos. Serão universidades, constituem-se, entretanto, em importantes centros de ensino superior católico, as cidades de Santos, Sorocaba, Bauru, Lins, Juiz de Fora, São João del Rey, Caxias do Sul, Viçosa, Campo Grande e outras. As Faculdades Católicas são as mais diversificadas, formando professores, advogados, médicos, engenheiros, psicólogos, jornalistas, economistas, gerentes de empresas, dentistas, etc. A principal finalidade da presença da Igreja no ensino superior é a preparação das futuras elites dirigentes cristãs do Brasil. (CIEC-S.P.)

JORNALISTAS CATÓLICOS DO BRASIL EM CONGRESSO

Propovido pela União Católica Brasileira de Jornalismo, realizou-se no Rio de Janeiro, nos dias 31 de julho, 1º e 2 de agosto, um Congresso Nacional, que tratara de temas de grande interesse para quantos militam na imprensa ou se dedicam ao ensino do jornalismo.

No dia 31, de manhã, "Jornalismo e Cultura", será apresentado pelo prof. Marco Antonio Rodrigues Dias, Diretor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília. Debaterão os temas: os jornalistas Helió Dantas, de O Estado de S. Paulo e Artur de Tavola, da Última Hora, de Guanabara. No mesmo dia, à tarde, "Jornalismo e Educação" será o tema exposto pelo Padre Torcísio Santiago, editor de Atualidades e Documentação, de Fortaleza. Encaminhará a discussão o plenário, o prof. Dias Joseph, de "Studio", Guanabara.

No dia 1º de agosto os temas serão discutidos em grupos de estudos, durante toda a manhã. As conclusões serão levadas ao plenário durante a tarde.

A União Católica Brasileira de Jornalismo, cujo esboço se fez durante o IV Congresso Latino-Americano de Imprensa Católica, realizado em julho do ano passado em S. Paulo, vai, agora, se constituir, como organização. Por essa razão, todo o dia 2 de agosto está destinado à apresentação e discussão dos Estatutos. A convocação e organização deste Congresso Nacional, que é de grande importância para os Meios de Comunicação em todo o país, se deve a Frei Romeu Dole, O.P., do Secretariado Nacional de Opinião Pública.

As reuniões deste Congresso serão realizadas na Casa de Nossa Senhora da Paz, Rua Visconde de Pirajá, 351 - Ipanema - 2º - 20. Fone: 247-9607. (CIEC-S.P.)

572 269

41

CENTRO DE INFORMAÇÕES ECCLESIA
BOLETIM INFORMATIVO Nº 12

5

CIRCULOS OPERÁRIOS CATÓLICOS

Realizou-se em Belo Horizonte, de 15 a 19 de julho, o 9º Congresso Circulista Nacional. Os encontros que reúnem representantes das centenas de Círculos Operários Católicos do Brasil, repetem-se de 4 em 4 anos. O último havia sido realizado em Salvador, no ano de 1966. Mais de 500 delegados, vindos de todos os recantos do país, discutiram os seguintes temas: formação e renovação de militantes, líderes e líderes dos, reestruturação do quadro social circulista, problemas administrativos da organização circulista. O Congresso de Belo Horizonte contou com a colaboração da Confederação Nacional dos Trabalhadores Cristãos.

O fundador dos Círculos Operários Católicos do Brasil foi o dinâmico apóstolo social Padre Leopoldo Bretano, jesuíta. Iniciou seus trabalhos no Rio Grande do Sul, onde, aliás, os Círculos Operários vieram a se multiplicar. Hoje, existe em todas as cidades mais importantes do Estado (52 no todo), com milhares de integrantes. O atual Assistente Eclesiástico da Federação Circulista do Rio Grande do Sul é o Padre Ignacio Valle, também jesuíta. Do Estado sulino, a vitoriosa experiência se difundiu por todo o país, com ótimos frutos de formação de líderes operários cristãos. (CIEC-S.P.)

AINDA REPERCUTE NO EXTERIOR O DOCUMENTO PASTORAL
DE BRASÍLIA

Em artigo escrito para o COMBATE, o jornalista Jean Marc Kœfleche referiu-se ao Documento Pastoral de Brasília, nestes termos: "A última mensagem do episcopado brasileiro, redigida por ocasião de uma assembleia geral convocada para Brasília, condena as duas formas de tortura: o terrorismo, que é 'uma forma de tortura contra o povo' e as torturas perpetradas pelas 'forças da ordem' na pessoa de terroristas ou de pretensos terroristas. Mas, preocupados com a verdade, os bispos cuidam de não utilizar cifras mais ou menos comprovadas. Por exemplo, a de 12 mil prisioneiros políticos, freneticamente agitada por uma Associação Internacional de Juristas, da qual nunca se ouviu uma só palavra a respeito da situação dos países do Leste ou da Cuba, e a qual não se pode conceder o mesmo crédito que se dá à Comissão Internacional dos Juristas."

O jornalista continua, dizendo que "agora de tudo, os bispos brasileiros, quando afirmam que o 'notório' existirem casos de tortura nas prisões, não atribuem tais crimes à natureza do atual governo brasileiro. Eles absolutamente não absolvem os dirigentes desse governo, mas rejeitam formalmente a acusação, lançada às vezes contra o Gal. Medici e seus Ministros, de uma utilização sistemática da tortura. A Igreja pede apenas ao governo que chame a razão alguns de seus servidores, que não entre na engrenagem da violência, que não se fixe, radicalmente, em posições defensivas e que admita as críticas e a existência de uma oposição 'séria e digna de uma nação'". (CIEC-S.P.)

EM DEFESA DA CNBB(V)

Em seu último editorial sobre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Redator Chefe do SÃO PAULO, periódico da Arquidiocese de São Paulo, analisa as inverdades e os sofismas da

504 2 268

40

CENTRO DE INFORMAÇÕES ECCLESIA
BOLETIM INFORMATIVO Nº 12

6

de série de artigos escritos para o Jornal da Tarde, de S. Paulo, sob o título "A Máquina da CNBB", da autoria de jornalista cujas intenções não quer julgar, mas que "vem, sistematicamente, esco-lhendo os piores caminhos, na ilusória esperança de estar prestando um serviço à Igreja, a quem deve, aliás, toda a sua bagagem cultural."

O editorial afirma que o próprio título da série de artigos, foi inteiramente "falho de imaginação e gosto", pois a CNBB "nada tem de 'máquina', figura fria, mas é um corpo vivo, orgânico... organização movida pelo Espírito de Deus." Depois de recordar que os editoriais anteriores já haviam refutado as acusações mais importantes e graves, de parcialidade, omissão e preocupações "desenvolvimentistas" da parte da CNBB, O SÃO PAULO afirma que o referido jornalista, em todos os exemplos que deu, de como do algum atingiu a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

As insinuações feitas pelo citado autor em seus artigos, - embora ele o queira, também não atingem ao semanário arquidiocesano ou ao responsável pelos seus editoriais. E anota ainda o editorial, o mea culpa do tal jornalista que reconheceu, finalmente, estar entre os "usos de um tom que dificilmente seria usado por leigos católicos há 15 ou 20 anos atrás."

No mesmo editorial, são transcritas as observações do Papa - Paulo VI, pronunciadas a 18 de setembro de 1968 e que não perderam nada de sua atualidade, valendo para todos os hiper-críticos da Igreja: "Em alguns setores da vida católica - diz, o Pastor Supremo, - entrou na moda um espírito de crítica deletéria. Há, por exemplo, revistas e jornais que parecem não ter outra função senão a de veicular notícias desagradáveis sobre fatos e pessoas do campo eclesial. Tais fatos, eles os apresentam não raro de modo unilateral e até mesmo um pouco alterados e dramatizados, - para torná-los interessantes e sensacionais. Deste modo, habitua seus leitores, não a um juízo sereno e objetivo, mas a suspeitas e negativas, a uma desconfiança sistemática, a uma desestima preconcebida para com pessoas, instituições e atividades eclesialísticas. Induzem assim os leitores e admiradores, a perderem o respeito e a solidariedade que todo bom católico e, aliás, todo leitor honesto, deveria ter para com a comunidade eclesial. Não a ocuidade de uma informação exata e completa, não é o desejo de correção fraterna onde esta é necessária, mas sim o gosto do sensacional, o prazer da denúncia ou da polémica, que orienta certos jornais, se não a inquietação e a indocilidade no espírito de tantos bons católicos, inclusive de sacerdotes e de não poucos jovens fervorosos." (CIEC-S.P.)

A IGREJA NO MUNDO

ANO MARIANO EM MANILHA, NAS FILIPINAS

Desde o dia 19 de maio a Arquidiocese de Manila, nas Filipinas, está comemorando o Ano Mariano, que se encerrará a 19 de maio do próximo ano, data do IV Centenário da devoção à Virgem da Guia, Padroeira local. Para melhor solenizar a data, o Cardeal Rufino Santos, Arcebispo de Manila, está preparando um grande Congresso Mariológico, do qual deverão participar muitos teólogos e bispos da Ásia, Oceania e outros continentes. A devoção à Nossa

39

CENTRO DE INFORMAÇÕES ECCLESIA
BOLETIM INFORMATIVO Nº 12

7

Senhora da Guia desenvolveu-se antes mesmo da evangelização das Filipinas pelos missionários espanhóis. Sua devoção serviu, durante séculos, para manter viva a fé cristã no país que hoje é o país com maior número de católicos no Extremo Oriente. A Virgem da Guia os filipinos grandes favores e mesmo milagres a Virgem da Guia. (CIEC-S.P.)

LEIGOS DISTRIBUE A COMUNHÃO A ENFERMOS

130 leigos foram designados pelos Bispos da Suíça para levarem a comunhão aos enfermos, assim que terminarem as Missas dominicais. Para comunicar aos doentes essa nova determinação os Bispos escreveram: "Depois da Missa, sacrifício e refeição do Senhor, um de nossos irmãos levará a vossa parte e se tornará eco da palavra de Deus proclamada na assembleia. Assim vos sentireis ligados, estreitamente, com a comunidade paroquial, de que estais separados por vossa enfermidade. S tendes o costume de participar da Missa transmitida pelo rádio ou pela televisão, a comunhão virá a ser um prolongamento da celebração." (CIEC-S.P.)

OS IBOS VÊM A IGREJA CRESCER

O crescimento da Igreja Católica entre os ibos - povo que lutou, heroicamente, pela independência de Biafra - vem sendo admirável. As estatísticas locais informam que em 1885 foi fundada a Igreja em Onitsha, centro do terrorismo ibo. Em 1905, foi feito o primeiro levantamento dos católicos existentes ali. Em resumo, o crescimento se deu assim: 1905 - 2.500 católicos; 1925 - 25.000; 1945 - 250.000 e 1965 - 2.000.000.

O mesmo informe conta que a média de batizados era de 2 MIL por semana, antes da guerra civil de 1967. O progresso se deve aos missionários que percorreram toda a selva, deixando em cada lugar um catequista para as crianças. Ao lado disto não se pode esquecer o profundo sentimento religioso dos ibos que, tanto no paganismo como no cristianismo, têm em grande apreço o sacrifício e as expressões sacramentais o que, certamente, contribuiu bastante para a expansão do catolicismo.

Em relação às vocações, o Estado Centro Oriental (um das três partes em que foi dividida a Biafra) possui 4 bispos, 150 padres, 170 religiosas e 60 Irmãos Maristas, todos nativos, numa população de 2 milhões de católicos, digamos dois milhões e meio. Havia 300 padres missionários, 60 Irmãos e 100 Irmãs estrangeiras, para auxiliar ao clero nativo. Mas estão sendo expulsos sob a alegação, não sempre verdadeira, de que entraram ilegalmente no território pelo aeroporto biáfrense de Uli. Felizmente os Seminários prometem um aumento substancial no clero nativo, para garantir o futuro da Igreja entre os ibos. (CIEC-S.P.)

LEIA E DIVULGUE ÊSTE INFORMATIVO

38

CENTRO DE INFORMAÇÕES ECCLESIA
BOLETIM INFORMATIVO Nº 12

8

INTERNACIONALIZAÇÃO DA CÚRIA ROMANA

131 espanhóis, 112 ibero-americanos e 12 portugueses, pertencem à Curia Romana, governo central da Igreja, segundo um artigo sobre a internacionalização que vem se verificando naquele órgão vaticano, publicado na revista "Civiltà Cattolica". O referido artigo se basou em uma conferência pronunciada na Sala de Imprensa da Santa Sé, pelo jesuíta Fiorenzo Cavalli.
(CIEC-S.P.)

PRIMAZ ANGLICANO EXALTA O SACERDÓCIO DE PAULO VI

Por ocasião das comemorações do jubileu do ouro sacerdotal do Papa Paulo VI, o Primaz da Igreja Anglicana, Dr. Michael Ramsey, exaltou o caráter sacerdotal do Santo Padre.

Em declaração feita a "Prensa Associada" - Agência Informativa do Episcopado Espanhol, disse: "Quando me encontrei com o Papa Paulo VI e com ele mantive longa conversação, durante minha visita ao Vaticano em março de 1966, seu caráter sacerdotal foi o que mais me impressionou profundamente. Em meio às dificuldades do governo da Igreja e de muitos problemas que, carregando consigo, pareceu-me que ele é uma pessoa que vive em íntima comunhão de oração com Cristo e que leva em seu próprio coração orante, as necessidades dos povos do mundo. O 50º aniversário da ordenação do Papa Paulo VI evoca ações de graças e um renovado empenho do Papa ao povo cristão de todo o mundo", disse o Chefe da Igreja Anglicana. (CIEC-S.P.)

SIMPÓSIO INTER-ÁFRICANO SOBRE DESENVOLVIMENTO

Em Kigali, Ruanda, onde está se realizando de 18 a 25 deste mês de julho, um Simposio Inter-Africano para analisar os diversos problemas que os países em desenvolvimento vão enfrentando. O tema central da reunião é: "A Família Africana Frente ao Problema do Desenvolvimento." Devem estar presentes neste encontro, organizado pela União Internacional das Organizações para a Família e o Ministério Ruandês para a Família e o Desenvolvimento, representantes de 21 Estados do continente, os meses que já se organizaram em grupos de estudo e mesas redondas, para debater o importante problema. (CIEC-S.P.)

TORTURA PSICOLÓGICA É MUITO PIOR, DISSSE O BISPO

O Bispo Don James Edward Walsh, encarcerado durante 12 anos pelos chineses sob a acusação de espionagem, foi libertado há poucos dias. O prelado, entre outras coisas declarou, que nunca foi torturado fisicamente, mas que a tortura psicológica de que foi vítima era "muito pior". Acrescentou que, durante os 12 anos em que esteve preso, só uma vez lhe permitiram receber visita de seu irmão, em 1960. Don Walsh tem, atualmente, 79 anos.
(CIEC-S.P.)

504 2 267

95 ✓ Levamos ao conhecimento de V.S. que o Padre Agostinho (também chamado Don Agostinho) vêm realizando palestras na Organização de Auxílio Fraternal, a rua Barra Funda, 1.133, sob o tema "religião".

As mesmas são realizadas de preferência aos domingos, das 11 as 12 horas (podendo contudo variar o dia e a hora em vista de seus compromissos). Têm como principal objetivo esclarecer aqueles que ali se encontram abrigados (m/m 40 pessoas), pois não são convidadas pessoas estranhas.

Na palestra do dia 25 do corrente, falou além de outras coisas sobre a exploração que vêm sofrendo os trabalhadores por parte de seus empregadores. Os padres agora se colocaram ao lado dos menos favorecidos e muito embora já tenha ocorrido prisões de religiosos por esse motivo, não nos amedronta-mos e continuaremos a luta, mesmo porque isso esta chamando a atenção das altas autoridades. A Or dem dos Bispos, em recente manifesto a esse respeito, recomendou a continuação da campanha, autorizando os sacerdotes a fazerem durante os "sermões" comentários sobre os problemas sociais e salários. É preciso que o povo e os trabalhadores tomem conhecimento de seus direitos e obrigações, sindicalizando-se e unindo-se para poderem reivindicar um salário digno. Já temos padres trabalhando ombro a ombro com os operários, inclusive 1 que era servente de pedreiro e hoje já é pedreiro. Disse também que recentemente foram presos no Rio de Janeiro, 11 membros da J.O.C. dos quais 4 eram padres. A igreja é inteiramente contrária ao "comunismo" e o capitalismo". O terrorismo têm gerado violência e a sua repressão por parte da Polícia também, daí não concordamos com esse estado de coisas, pois a continuação desses fatos nos levará fatalmente a nova revolução. O operário que reclama seus direitos e taxado de subversivo, é encarcerado e espancado. Não tendo dinheiro para constituir um advogado fatalmente são jogados em calabouços imundos e merce de atos condenáveis por parte dos outros prisioneiros. Digo isso porque conheço muito bem o que é a Polícia, pois que já tive oportunidade de trabalhar lá (não disse de que forma). Referiu-se também ao Esquadrão da Morte, taxando seus elementos de corruptos, cujos crimes a eles atribuídos, foram para benefício próprio, pois o dinheiro em jogo era alto principalmente no que se refere a toxicos, fato esse já

DEPARTAMENTO DE ORDEM		
POLÍCIA E SOCIAL		
11	11	20
504	21	290B

Ag. Barro
Agostinho-RETTO